

AFFONSO DE E. TAUNAY
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

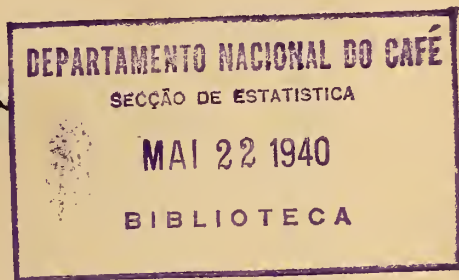
HISTORIA DO CAFÉ NO BRASIL

VOLUME OITAVO

NO BRASIL IMPERIAL

1872—1889

(TOMO VI)



Edição do
DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ
Rio de Janeiro 1939

653.73(8)(09)

7226

I. B. C.
BIBLIOTECA

N.º 595 '66

271 7 166

RIO DE JANEIRO

SETIMA PARTE

Rapido triumpho da campanha abolicionista
— A colonisação europea dos cafesaes nos
ultimos annos do imperio

CAPITULO I

Primordios da immigração europea no Brasil — Tentativas de Dom João VI, e Dom Pedro I — O ensaio do Regente Vergueiro — Fixação de europeus pelo café — Progressos de colonisação em S. Paulo nas lavouras cafeeiras — Lavradores progressistas — O papel do Ibicaba — Estatística de entrada de immigrants — Conceitos de Eduardo Prado

Com a habitual agudeza de expressão disse Eduardo Prado, que escrever-se a historia da immigração no Brasil era como que escrever a historia do paiz.

O desenvolvimento das nossas correntes immigratorias processou-se muito lentamente. Portugal, paiz de pequena densidade territorial, pouco podia mandar gente á sua immensa colonia sul americana. Se sua população, no seculo XVI, quando muito attingia uns quinze habitantes por kilometro quadrado!

Dahi a imperiosidade de se recorrer ao trafico escravo para as necessidades de sua agricultura, o imperativo da incorporação desses milhões de africanos que nos trouxeram as navegações.

As tentativas colonisadoras coloniaes, brancas, foram quasi nullas ninguem ignora. Houve duas mais serias, como as que levaram a Santa Catharina, e ao Rio Grande do Sul, alguns milhares de açorianos e madeirenses. Ou a que encaminhou para o Extremo Norte os refugiados de Mazagão recém-recuperada pelos marroquinos.

A vinda de Dom João VI em 1808 para o seu Estado do Brasil, vice-reino e, em 1816, futuro reino ultramarino, provocaria o chamamento da attenção dos dirigentes da monarchia para a necessidade do povoamento pela colonisação branca.

Portugal, sempre despovoado, não podia fornecer senão escassos elementos, sobretudo depois da terrivel provação das guerras napoleonicas.

Poucos ensaios se verificaram no emtanto, utilizando reínoes. Cita-se o caso de Casa Branca em S. Paulo, onde os colonos atirados irracionalmente a verdadeiro ermo, não poderiam, de todo, prosperar, como de facto aconteceu. E aliás no Brasil o portuguez se adaptou sempre mal ás exigencias da lavoura, como trabalhador do campo. Era a escravidão que o afastava das culturas.

A evolução do espirito, cada vez mais accentuada, fez ver aos governantes do Brasil que em futuro, talvez não remoto, o trafico se extinguiria. Assim cessaria a fonte alimentadora do trabalho, justamente quando augmentava immenso o seu appello aos braços novos com a introduccção e avolumamento da cultura cafeeira cujo surto sobrepujava as expectativas dos optimistas.

Já em 1808 cogitára o principe regente, futuro Dom João VI, de uma tentativa seria de colonisação, decretando a lei de 25 de novembro que permittia ao governo conceder terra a estrangeiros, as chamadas de sesmaria.

Era este decreto como que um corollario do outro que estabelecera a liberdade de commercio. A sabia lei joanina determinou grande affluxo de advenas e John Luccock, em suas tão conhecidas *Notes on Brazil* (Londres, 1820), assignala que o Brasil recebeu immigrants espontaneos, na ultima decada, em numero para a época e o paiz, absolutamente consideravel, inglezes, francezes, allemães, suecos, hispano-americanos, etc.

Em 1818, fundava Dom João VI a colonia de Nova Friburgo, nas terras do chamado Morro Queimado. Pouco a pouco, foram chegando os immigrants, suissos-friburguezes, encaminhados pelo agente do cantão de Friburgo, Sebastião Nicolau Gachet.

Vieram ao todo uns dois mil.

O lugar era mal escolhido, muito montanhoso, separado do centro consumidor unico, o Rio de Janeiro, por uma distancia de duzentos kilometros, de pessimos caminhos, em topographia sobremodo aspera, cercado de enorme mattaria, onde, não longe, viviam índios ainda.

Aventurou Saint Hilaire a idéa de que muito mais pratico seria enviar estes colonos a Minas Geraes hypothese muito discutivel como exito. Na época a questão de distancia era absolutamente capital e as terras mineiras ainda muito mais longe estavam da costa do que as fluminenses da Serra dos Orgãos.

Pensamos que muito melhor teria sido localisal-os em

lugar mais acessível e sobretudo em terras já cafeeiras como Vassouras, Pirahy, S. João Marcos. E não nas grimpas da cordilheira marítima cujo clima é nefasto á produção da rubiacea. O café seria na época o unico fixador real do colono europeu.

Em 1824, iniciava Dom Pedro I a colonisação allemã no Rio Grande do Sul que tanto haveria de prosperar. A principio caminhou tardonhamente, como ninguem ignora.

Entre 1818 e 1830, chegaram ao Brasil 6.856 allemães. De 1830 a 1837 cessou a corrente, de todo. Em 1838 recommençou muito lentamente, a principio, para depois incrementar-se de modo notavel. Não ha quem desconheça o caso de Petropolis, a que se prende o nome de Koeler, o de Joinville, as tentativas do Dr. Blumenau em Santa Catharina coroadas de brilhante exito, etc., etc.

Com toda a razão, observa um autor, muito maior teria sido o surto não fôra o açodamento na fixação dos locais colonisados.

A questão de transportes, e da communicação com o resto do mundo civilizado, apresentava-se absolutamente capital, como sempre será, e por toda a parte. Ora bem sabemos que muitos destes nucleos germanicos, e outros, sob o pretexto do clima, foram estabelecidos em lugares situadas em zonas de difficil accesso. Alguns obedeceram até a inacreditavel critério como no caso da colonia franceza do Tibagy, fundada pelo Dr. Faivre. Nem falemos nas tentativas de desequilibrados colonisadores, como o fourierista Dr. Mure, promotor do nefasto phalansterio do Sahy, em Santa Catharina, acerca do qual Alberto Rangel escreveu magnificas paginas.

Muito mais racional seria que se encaminhassem estas levas de europeus para terras de mais baixa latitude, aproveitando a circumstancia de que a altitude corrigiria aquelle defeito. Mas terras de producção cafeeira. Era o café a unica salvação possivel para esses immigrants, o unico meio de prosperarem. E isto prova-o exuberantemente o que se passou com muito dos colonos suissos de Friburgo. Apenas conseguiram alguns recursos deixaram as suas grimpas frigiditas pelas terras cafeeiras onde enriqueceram. D'ahi o principio de fortuna dos Monnerat, dos Lütterbach, dos Lemgruber, van Erven. etc.

Foi o que comprehendeu um homem do mais alto decortinio, um dos mais notaveis brasileiros adoptivos de todos os tempos, que só não é sempre lembrado como um dos brasilei-

ros de maior prole, pela razão exclusiva de não ter nascido em nossa patria: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Este benemerente servidor do seu paiz de adopção, senhor de lucidissima visão, animado de sentimentos philantropicos, rarissimos em seu tempo de mentalidade escravista, com o claro criterio que era o seu, immediatamente comprehendeu que o melhor, o maior chamariz de immigrants europeus era a lavoura cafeeira.

Convinha radical-os junto aos cafesaes. Via longe nos destinos economicos do Brasil, o illustre regente de 1831, cuja biographia pormenorizada escreveu Djalma Forjaz com a minudencia, a rectidão e o enthusiasmo exigidos por tão grande vida, livro honestissimo e excellente.

Com toda a exacção aventa Eduardo Prado que quando Vergueiro e os sequazes de sua idéas, começaram a attrahir colonos livres ás suas lavouras estavam a praticar mais um acto de philantropia e patriotismo do que realizando um negocio.

Por esta época o trafico ainda se effectuava em larga escala, embora clandestina. Mau grado a repressão ingleza, desembarcavam dezenas de milhares de africanos em Gargahú, Mangaratiba e outras abas do golfo angrense, nas praias da Ilha de Santo Amaro, em Paranaguá e até a alguns kilometros de Nitheroy, fóra da barra, como o comprovam os depósitos de viajantes como Itier, Lagreneé, etc., ainda em 1843 com muitos pormenores coincidentes.

Os fazendeiros pioneiros da immigração européa, gastando fortes sommas em passagens e despezas de installação, mostravam-se verdadeiros devassadores do futuro.

Podiam enriquecer-se, egoisticamente, empregando escravos de que ainda havia grande abundancia.

Na decada de 1840 a 1850 pensar em adaptar europeus ás lavouras brasileiras não era coisa somenos. Pelo contrario! Quanta difficuldade a vencer, quanto preconceito a combater, a procurar dominar, a convencer! Só um balanço muito meditado da comparação das mentalidades poderia dar idéa da energia e da força de vontade a serem desenvolvidas por estes benemeritos progressistas.

Esta primazia de benemerencia cabe a Vergueiro. A sua, mais tarde tão falada, fazenda do Ibicaba, em Limeira, tornou-se justamente celebre como ponto inicial de tentativa posteriormente triumphal e enorme: a fixação do europeu na lavoura cafeeira de São Paulo.

Era, em 1847, um latifundio essa fazenda do Ibicaba onde

Vergueiro possuía trezentos escravos, colhia doze mil arrobas de café e fabricava oito mil outras de assucar, num solo feraz afamado, o da corda do Morro Azul de Limeira, fazenda de tres leguas quadradas, de florestas entrecortadas de lavouras e campos para pastaria, em terreno bem feito, geralmente, com declives suaves, onde os cafesaes haviam sido collocados para evitar o terrivel dâmnio das geadas annuaes, e por vezes fortissimas, naquella região paulista de Limeira e Araras, tida na época como verdadeiro “ninho de geadas.”

Jurista e parlamentar de grande renome, ministro de estado, senador do Imperio, chefe de estado, ia coroar Vergueiro a longa carreira gloriosa por mais um acto de benemerencia, não só nacional como universal. Desde muito, convencera-se do mal e da vergonha que era o trafico e das vantagens que ao Brasil traria a radicação de homens livres.

Tornara-se indispensavel solicitar da Europa immigrantes e capitaes, para vivificar os recursos do solo, graças ao trabalho livre. Dahi a sua resolução de os fazer vir, portuguezes, suissos, allemães, para os collocar como trabalhadores em suas lavouras.

Para as condições de adaptação melhor teria sido, talvez, a vinda de italianos á de elementos do norte da Europa.

A 2 de abril de 1847, data famosa nos fastos da colonisação brasileira, assignou-se o contracto graças ao qual, cerca de quatrocentos allemães, constituindo oitenta familias, comprometteram-se, com os representantes do Brasil junto ás cidades hanseaticas, a vir estabelecer-se na provincia de S. Paulo, em terras do Senador Vergueiro.

O governo imperial pagava o adeantamento relativo á travessia dos adultos, compromettendo-se os immigrantes ao reembolso de tal quantia, dentro de tres annos.

A 12 e a 26 de abril de 1847 partiam estas duas primeiras levás de colonos para os cafesaes limeirenses.

De Santos a Ibicaba a distancia é de quasi duzentos e cincoenta kilometros. E os caminhos do tempo eram asperos, senão por vezes asperrimos, como quando se dava o vencimento da serra maritima. Quatorze dias gastaram os immigrantes neste percurso. Desembarcados em Santos, aos cuidados da casa de commercio em que o ex-regente do Imperio era socio de seu genro, o dentro em breve senador do Imperio, Francisco Antonio de Souza Queiroz (Barão de Souza Queiroz) foram por um administrador, tambem allemão, guiados para o interior da provincia, que ainda, como aliás todo o Brasil, não contava um unico metro de ferrovia.

As creanças, os enfermos, as mulheres fracas, foram transportadas em cavalgaduras. Á tardinha, descansavam os imigrantes nos ranchos de beira de estrada. Ah! se carneava um boi para o jantar.

Larga litteratura existe sobre a tentativa de Ibicaba; brasileira, allemã, suissa e de outras procedencias, pois foi a fazenda muito visitada. Passou a grande propriedade limeirense a ser o centro de forte attracção para muitos viajantes do Brasil imperial como, entre diversos outros, os missionarios americanos Kidder e Fletcher, o publicista portuguez Zaluar, etc. Converteu-se no typo das colonias europeas de S. Paulo, estabelecidas para o serviço da lavoura cafeeira, sempre interessante como fonte de informações, por ter sido o lugar onde surgira a colonisação de iniciativa privada.

Quando passados tres decenios, milhares, dezenas de milhares de europeus foram attrahidos ás terras paulistas, pelas vantagens do café, os successores dos pioneiros allemães de 1847, commodamente installados nos wagões da S. Paulo Railway, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, das Companhias Mogyana, Ituana, Sorocabana, não podiam fazer a menor idéa das fadigas, das longas caminhadas de seus precursores, e do trabalho que haviam tido antes de prosperar no solo brasileiro.

Assim o Ibicaba exerceu capital influencia sobre a colonisação cafeeira.

Sua organisação, como era aliás inevitavel, achava-se ainda longe de perfeita. Nem por menos podia ser; surgiriam multiplos pontos de attricto, fataes num emprehendimento novo daquella ordem, quando se procurava um inicio de regimen de transição mixto, entre o trabalho livre e o trabalho escravo.

O fazendeiro precisava ter carradas de paciencia com os seus novos empregados, gente de condição, habitos, mentalidade tão diversa da brasileira, extranhando ver o que se passava com os seus companheiros de gleba os escravos, sofrendo com as novas condições climaticas.

Assim precisava, a cada passo, transigir com os colonos, lançar mão de autoridade de feitio patriarchal. Se quizesse obrigar a sua gente á execução rigorosa dos contractos, os conflictos e as difficuldades de toda a especie redobriariam de gravidade.

Hoive-se o illustre Vergueiro com o mais notavel tacto nos doze annos de vida que lhe caberiam ainda. Mostrou-se admiravelmente apto a comprehender aquelle complexo de circumstancias tão consideravel.

Outra não lhe fosse a lucidez de espirito, o desejo de ver prosperar um ensaio cujas proporções grandiosas de futuro antevia, no afan em dar expansão aos sentimentos philantropicos e estabelecer uma escola de combate aos sentimentos escravocratas.

Creara-se novo typo de associação de trabalho: o do regimen escravo paralelo ao regimen livre.

E este facto, que parecera, e com toda a razão, dever constituir ponto perenne de perturbações sociaes e economicas as mais variadas, foi dos factores mais efficientes para o apresamento da emancipação geral do paiz. Entende Eduardo Prado, até, que d'elle decorreu a verdadeira causa provocadora da abolição.

Aos recém-vindos trabalhadores da Europa, creara a existencia da escravidão uma situação anormal cujos inconvenientes desapareceriam em face da grandeza do beneficio dahi resultante.

A chegada dos operarios europeus determinaria, mais annos menos annos, formidavel golpe desfechado á permanencia do regimen servil no Brasil, predissera-o aliás o conde Augusto van der Straten Ponthoz, o diplomata belga que com tamanha consciencia estudou as nossas coisas economicas em volumosa e prestigiosa obra: *Le budget du Brésil* (1847).

A colonia do Ibicaba, e as que se formaram logo depois, tomando-a como paradigma, baseava-se num contracto entre o fazendeiro e seus novos colonos.

Pareciam taes ajustes indispensaveis para a garantia do reembolso dos gastos feitos pelo proprietario.

Mais tarde converteram-se em fonte de malentendidos, creando um regimen em que os incidentes desagradaveis foram abundantes.

Eram os contractos de parceria positivamente complicados. O seu cumprimento afigurava-se naturalmente aos fazendeiros como indispensavel á prosperidade das colonias. Os attrictos não podiam deixar de ocorrer, provenientes de muitas causas, aggravadas frequentemente pela intervenção de funcionarios consulares e até mesmo de agentes diplomaticos, allemães, suissos e portuguezes sobretudo.

Espirituosamente dizia o Principe de Bismarck, lembra Eduardo Prado, que a balda destes agentes, especial, devia intitular-se *morbis consularis*. Era uma das modalidades do velho *excès de zèle* a que tanto verberava Talleyrand.

Pretendiam, em seu afan excessivo, realizar o maximo de esforços para provocar questões pela aggravação de pequenos

casos, mas com o principal fito de chamar sobre si a attenção das respectivas chancellarias e fazer jus a possíveis promoções e galardões.

Nada mais humano aliás, pois o numero dos ambiciosos candidatos á promoção em suas carreiras sempre foi, e sempre será, o mais consideravel.

Muito expressivamente a tal respeito escreveria o Visconde de Indaiatuba, em seu conhecido memorandum explicativo, a historiar sua actuação como colonizador de suas grandes fazendas campineiras, e installador de immigrants, á feição do que se fazia em Ibicaba.

O seu ensaio era no emtanto original pois attrahira immigrants allemães quando ia encetar o plantio de seus cafeaes: "Colonisar, com braços estrangeiros, em 1852 não era por certo contar-se com bons auspicios.

Mas então não havia consules em Campinas... o meu ensaio foi coroado pelos mais felizes resultados."

Este não havia consul! é sobretudo significativo e expressivo proferido por um homem como o illustre fazendeiro, um dos mais notaveis "bandeirantes do café."

As nossas estatisticas assignalam cifras muito baixas de immigrants no periodo que vae de 1820 a 1847, data do ensaio de Vergueiro. Ha aliás deficiencia neste computo, realisado pelo Serviço de Povoamento e a Repartição Geral de Estatistica, para um seculo, a partir de 1820, quadro este que o ministro Tavares de Lyra transcreveu em sua pequena monographia *Immigração e colonisação*, feita com a lucidez e consciencia que caracterisam os trabalhos deste illustre homem publico brasileiro.

Entre 1820 e 1830 sabe-se da chegada ao Brasil de 9.105 immigrants. Delles são apontados 1.682 como suissos e 1.984 como allemães... O resto se inclue na categoria dos *Diversos*.

Entre 1831 e 1840 decresce largamente a cifra official. E assim deve ter sido. Estava o Brasil ás voltas com os annos tormentosos das regencias. E os colonos europeus se sentiam pouco tentados a vir estabelecer-se num paiz de reputação pouco ordeira.

E tanto mais quanto os Estados Unidos se haviam convertido num verdadeiro eldorado dos proletarios do Velho Mundo.

Assim neste decennio arrolam-se 270 allemães, 180 italianos, 461 portuguezes, e 2.021 diversos ou seja um total de 2.932 immigrants.

Estas cifras devem ser fatalmente inexactas. Para tanto

basta considerarmos o computo dos portuguezes. Quem acreditará que em dez annos só hajam emigrado para o Brasil 461 lusitanos?

É bem verdade que, por estas alturas, os sentimentos de cordealidade entre brasileiros e portuguezes andavam muito abalados, com a deposição de Dom Pedro I e as manifestações lusophobas, frequentes em differentes pontos do paiz, em que haviam culminado os horrores da terrivel *Rusga* mato-grossense, a *Saint-Barthélemy* de 1833, ideada e levada a cabo pelo enigmatico botanico Antonio Luiz Patricio da Silva Manso, João Popinio Caldas e outros extremados anti-lusitanos. Mas o commercio do Brasil todo por assim dizer, estava em mãos lusas. Nos mais altos cargos da administração publica, no parlamento, nos mais altos posto do Exercito e da Marinha numerosos eram os portuguezes. A influencia dos elementos lusos era pois immensa.

Uma simples enumeração de alguns nomes assignala os appellidos inesqueciveis de Vergueiro, Abaeté, José Clemente Pereira, e quantos mais? a nos convencerem, de prompto, da proeminencia portugueza que certamente contribuiria immenso para a attracção dos reinos ao Brasil.

Só o commercio do Rio de Janeiro estava em condições de attrahir algumas centenas de jovens portuguezes, annualmente, sabido como é que, os brasileiros, naquelles annos afastados, não eram quasi empregados pelas firmas de reinos.

Entre 1840 e 1846 tambem foi fraquissimo o movimento immigratorio. As cifras officiaes accusam 566 allemães, 223 francezes, 10 hespanhóes (!) 207 (!) portuguezes, 17 suissos e 1.272 advenas de diversas nacionalidades.

Convem lembrar comtudo que os documentos officiaes lealmente accusam a falta completa de dados para uma série de annos.

Entre 1847 e 1870 cresce notavelmente a corrente immigratoria talvez promovida pela tentativa de Vergueiro e os exemplos por ella determinados.

Tambem se avolumam as fontes informativas dos relatos impressos o que permite muito maior copia de dados.

Consideremos agora as cifras relativas aos maiores contingentes de immigrants:

<i>Annos</i>	<i>Alle- mães</i>	<i>Belgas</i>	<i>Fran- cezes</i>	<i>Hespa- nhoes</i>	<i>Inglezes</i>
1847	1.500	2	—	—	292
1848	—	—	—	—	—
1849	—	—	—	—	—
1850	643	—	50	122	—
1851	400	—	20	5	—
1852	1.221	—	52	17	—
1853	2.214	13	—	—	—
1854	846	—	—	—	—
1855	532	—	—	—	—
1856	1.822	—	—	37	—
1857	2.639	—	—	—	—
1858	2.333	5	51	—	—
1859	3.165	—	—	—	—
1860	3.748	8	18	—	—
1861	2.211	44	15	—	4
1862	4.037	376	233	—	164
1863	367	—	—	—	—
1864	234	—	1.166	83	68
1865	275	—	—	—	—
1866	360	—	—	—	418

1867	1.128	—	—	—	867
1868	3.779	33	598	218	1.026
1869	375	20	538	332	375
1870	6	—	16	38	3
Totaes	33.835	501	2.757	852	3.217

Vejamos agora ás cifras referentes a outras nacionalidades menos representadas a não ser quanto aos lusos:

<i>Annos</i>	<i>Italianos</i>	<i>Portuguezes</i>	<i>Suecos</i>	<i>Suissos</i>	<i>Diversos</i>	<i>Totaes de todas as procedencias annuaes</i>
1847	5	78	—	8	465	2.350
1848	—	—	—	28	—	28
1849	—	—	—	40	—	40
1850	—	—	—	245	834	2.072
1851	—	53	—	321	3.626	4.425
1852	—	231	—	468	740	2.731
1853	—	8.329	21	180	156	10.935
1854	—	7.348	74	604	281	9.189
1855	—	9.839	28	173	1.226	11.798
1856	—	9.159	79	92	2.819	14.008
1857	—	9.340	42	8	2.215	14.244

1858	—	9.327	60	161	6.592	18.529
1859	—	9.342	143	276	7.188	20.114
1860	—	5.914	—	112	5.974	15.774
1861	—	6.460	—	193	4.076	13.003
1862	—	5.625	185	240	3.004	14.285
1863	—	4.420	119	89	2.647	7.642
1864	—	5.097	—	—	838	7.486
1865	—	3.984	—	—	1.863	6.132
1866	—	4.724	—	—	2.197	7.699
1867	—	4.822	—	—	4.022	10.839
1868	—	4.425	—	—	151	10.230
1869	—	6.347	—	—	2.430	10.417
1870	—	4.458	—	58	379	4.958
Totaes.	5	119322	751	3.296	53.751	218.287

Os italianos começaram a affluir nesta decada:

1861	—
1862	431
1863	—
1864	2.092
1865	500
1866	—
1867	—
1868	841
1869	1.052
1870	7

Estes numeros como vemos são simplesmente inaceitaveis. Não é crível que a immigração italiana tão fraca fosse

que nem sequer pudessem figurar seus numeros ao lado da dos suissos! quando sabemos que sempre houve certo numero de peninsulares da bota immigrantes do Brasil muito embora em fracas proporções, antes da decada de 1870.

Os immigrants entrados no periodo de meio seculo entre 1820 a 1870 devem ter sido bem mais do que os quasi 220.000 arrolados pelas nossas estatisticas.

Chegou o Senador Vergueiro a ter 942 pessoas em suas colonias do Ibicaba e mais 159 em Angelica (Rio Claro), relata Augusto de Carvalho no seu consciencioso estudo sobre a colonisação e immigração do Brasil publicado em 1876. Alguns annos depois deste ensaio diversos grandes fazendeiros imitaram os exemplos do illustre regente, sobretudo o futuro Visconde de Indaiatuba, então ainda Com. Joaquim Bonifacio do Amaral, em Sete Quedas (Campinas) o genro de Vergueiro, Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz em Campinas (Tapera) e Limeira (São Jeronymo, Santa Barbara, Philippes) e Leme (Crissiumal), o irmão deste: Commendador Luiz Antonio de Souza Barros em Piracicaba (São Lourenço e Paraiso) o Barão de Jundiahy (Sitio Grande) os Barões de Japy (S. Joaquim) Porto Feliz (Cafeiral), Araraquara (S. José), etc. etc.

Entre 1847 e 1874 arrola Augusto de Carvalho cerca de 50 fazendeiros paulistas de café que estabeleceram colonos europeus em suas terras, em numero de cinco a seis mil. Como vemos esta cifra não avultava. Sobretudo se lembrarmos que alguns poucos destes fazendeiros haviam fornecido o grosso de todo o contingente como fossem:

O Senador Vergueiro	1.071
O Barão de Souza Queiroz . .	1.022
O Commend. Souza Barros. . .	332
Francisco Soares de Araujo . .	200
Barão de Porto Feliz	307

Analysando o regimen do trabalho agricola paulista até 1876 escreve Augusto de Carvalho:

As colonias foram regidas pelo systema de parceria até o anno de 1860. Desta época em deante começou a prevalecer em algumas o systema de locação de serviços. Com o tempo as modificações introduzidas em taes normas approximavam os contractos do regimen de salario fixo. Em 1876 podia se dizer que havia em S. Paulo quatro categorias de contracto.

A primeira conservava o facies da antiga parceria; a se-

gunda substituiu o principio da parceria pelo pagamento por preço fixo do alqueire de café colhido.

A terceira adoptara o systema do salario fixo, quanto á cultura do café e o pagamento da colheita por alqueire e preço fixo. Estes tres primeiros systemas estipulavam expressamente que os colonos ficavam sujeitos ás leis relativas á locação de serviços.

Ultimamente começara a apparecer uma quarta categoria, o typo chamado Nova Louzã, do nome da fazenda de que era proprietario o Commendador João Elisiario de Carvalho Montenegro.

Dá-nos Carvalho informações de preços de salarios e serviços em S. Paulo em 1876, relativos a camaradas, colonos, jornaleiros e empreiteiros.

Os camaradas, geralmente nacionaes, venciam de dez a vinte mil réis mensaes.

Os colonos eram nacionaes e estrangeiros, quasi sempre casados ou viuvos. Dedicavam-se, exclusivamente, á cultura e colheita do café.

Os jornaleiros venciam, conforme seus prestimos, de 2 a 10 mil réis diarios. Serviços como o de vallas e cercas pagavam-se a 1\$000 e 1\$500 diarios, com comida e 2\$000 a secco.

As roçadas, derrubadas e queimadas, pagavam-se á razão de 20 a 50\$000 por alqueire paulista. Esta categoria de trabalhadores geralmente dispensava o concurso dos escravos.

Na Provincia do Rio de Janeiro os ensaios de colonisação haviam lamentavelmente fracassado.

Em 1855, á imitação do que se fizera em S. Paulo, varios grandes fazendeiros haviam querido ter colonos estrangeiros. Assim, por exemplo, alguns delles tinham tentado o systema de parceria.

Entre elles o Visconde, depois Conde, de Baependy, com 132 colonos em Santa Rosa, o Barão de Juparanan com 173, em Independencia, seu parente, Braz Carneiro Bellens, com 155, em Santa Justa e o Marquez de Valença com 143, nas Corôas, municipio de Valença. Este ultimo, aliás, cunhado do Barão de Souza Queiroz e do Commendador Souza Barros.

Em Minas Geraes uma unica tentativa se fizera, esta devido ao illustre arauto do progresso que era Mariano Procopio Ferreira Lage; a colonia D. Pedro II, vizinha de Juiz de Fora e aliás pouco cafeeira.

No Espirito Santo as duas grandes colonias de Santa Isabel (1847) e Santa Leopoldina (1856) tinham prosperado notavelmente. Com os seus milhares de colonos fundara-as o

Governo Imperial e ambas eram largamente cafeeiras. Assim também Rio Novo, datando de 1856, e fundada por Caetano Dias da Silva, com mais de mil brasileiros e algumas centenas de estrangeiros.

Commentando os factos passados em S. Paulo desde os primordios da colonisação européa escreve Augusto de Carvalho:

“O systema de parceria, deu origem a occorrencias tão desagradaveis entre proprietarios e colonos, que não somente chegaram a preoccupar vivamente o espirito publico, senão que ainda levaram o governo a mandar estudar officialmente as circumstancias que as determinavam.

Pelo resultado desses estudos devia o governo propor ao parlamento os meios, que julgasse mais acertados, para a reconciliação das partes divergentes. Mas infelizmente nada se fez. Confiada ao tempo a solução de tal inconveniente, subsistiu a causa desse mal ha muito desaparecido sob o influxo do Estado, com vantagem para os interessados, e incalculaveis beneficios para a propaganda da emigração.

A lealdade devia ser a base e a principal condição de taes contractos. Nelle se fundava toda a sua garantia e estabilidade.

Havia porém, por parte dos fazendeiros, nesses primeiros tempos, sobejos motivos de queixa. Allegavam a má qualidade dos colonos entre os quaes se arrolavam numerosos condemnados, vagabundos, enfermos, velhos e imprestaveis, despejados para o Brasil por diversas municipalidades da Suissa.

Verbera-lhes Carvalho haverem praticado extorsões e desigualdade de direitos para com os seus trabalhadores.

“Nesses contractos, se ve como que a manopla do negreiro abafando com sordida avareza as aspirações do homem livre, e reduzindo-o fatalmente á situação vil e precaria do escravo. Sob este aspecto, a colonisação era apenas a substituição do odioso trafico de africanos.”

Havia, no emtanto, no dizer do proprio autor, muitos motivos de attenuação dos agravos feitos pelos fazendeiros.

Para diversas fazendas foram remettidos colonos muito onerados de dividas. E já pelos habitos de ociosidade que traziam, já por totalmente extranhos aos trabalhos agricolas, tornaram ainda mais precaria a sua situação, vindo procurar fortuna no Brasil, sem que se sentissem com animo bastante para romper com esses habitos prejudiciaes e condemnaveis, dedicando-se deveras e empenhadamente ao novo genero de vida que haviam adoptado.

Pelo seu lado, os fazendeiros, ignorando a lingua dos colonos, e tendo de se servir de interpretes, não raras vezes eram victimas do espirito villão destes mercenarios, que tudo sacrificavam aos seus proprios interesses, e á satisfação de caprichos mais ou menos estupidos e inqualificaveis.”

Em 1853 as reclamações dos colonos attingiram tal volume que o Governo Imperial decidiu nomear um commissario especial para estudar esta questão candente.

Recahiu a escolha sobre um homem de illibada carreira, e alta reputação, o desembargador Conselheiro Manuel de Jesus Valdetaro, mais tarde Visconde de Valdetaro (1807-1897) membro da Relação da Corte. Visitou 28 colonias onde se applicava a parceria a mais de dois mil colonos allemães, suissos e portuguezes.

No seu relatorio apontou as causas provocadoras das questões a cada passo occorrentes:

1.º — O pouco zelo e a falta de criterio dos agentes recrutadores dos immigrants na Europa, a facilidade com que os advenas eram recebidos. Ninguem procurava, de leve sequer, informar-se acerca de seus habitos, profissões, moralidade, idade e condições de saude.

Entre elles avultavam velhos, e até decrepitos e invalidos, individuos inteiramente alheios á agricultura, e peor do que isto bastante viciosos.

2.º — A falta de inspecção indispensavel e boa administração de justiça.

CAPITULO II

O barão de Tschudi — Sua grande reputação como naturalista — Sua missão diplomatica no Brasil — Visita á Provincia de S. Paulo em 1860 e exame das condições das colonias suissas de parceria — Impressões de Santos, S. Paulo e Jundiahy

Pertencia o Barão João Thiago von Tschudi, Ministro da Republica Helvetica no Brasil, a uma das mais illustres e antigas familias de seu paiz, já assignalada no seculo XVI pela pessoa de Gil Tschudi cognominado o *Pae da Historia da Suissa*, cuja obra preciosa encerra copia de documentos da maior relevancia, com o correr dos annos destruidos.

Contemporaneo e parente seu era Valentim Tschudi, theologo protestante.

Outros Tschudi illustraram sua estirpe cujo berço era o cantão de Glaris, como Domingos e João Henrique, historiadores, que viveram nos seculos, XVII e XVIII. Um ramo da familia, francez, radicado na Lorena, em torno de Metz, distinguuiu-se por alguns de seus membros como Theodoro Luiz, Barão de Tschudi, que teve vida muito aventureosa, (1724 a 1769). Grande adepto da maçonaria, isto lhe valeu uma estada na Bastilha, seu parente João Baptista (1734-1784), poeta, botanico, sylvicultor, foi homem publico de destaque e o filho deste, João José, Barão de Tschudi (1764-1822), notavel sylvicultor.

O tronco helvecio reverdeceu com João Thiago, nascido em Glaris em 1818, o sabio naturalista, cujo irmão, Frederico von Tschudi, distinguuiu-se como agronomo. Formado em sciencias naturaes pela Universidade de Neufchatel e em medicina pela Faculdade de Paris, emprehendeu João Thiago grande viagem circumnavegatoria. Interrompeu-a porém, no Perú onde passou cinco annos, a explorar a fauna desta Republica, sua ethnographia, linguistica e arqueologia. Voltando á Europa, comprou importante propriedade na Austria e

occupou-se a publicar os seus trabalhos sobre o Perú que lhe valeram largos applausos e renome, sobretudo os que versavam sobre a lingua quichua.

Em 1857, resolveu voltar á America do Sul, onde permaneceu dois annos a percorrer o Brasil, os Estados do Prata, o Chile, Bolivia e Perú. Em 1880 nomeou-o o seu governo Ministro Plenipotenciario no Brasil, sobretudo para, em missão especial, estudar os problemas da immigração suissa no Imperio. Deu-lhe isto ensejo a que visitasse detidamente o sul do nosso paiz.

Voltando á Europa foi, em 1866, nomeado embaixador da Confederação em Vienna e deu a lume os cinco tomos da sua relação de viagem á America do Sul, obra consideravel de grande valor e autoridade e cuja parte sobre o Brasil mereceria muito a honra de uma traducção completa no nosso vernaculo.

Falleceu Tschudi em 1889 deixando reputação eminente, como uma das notaveis figuras dentre os cultores das sciencias naturaes no seculo XIX. Sobretudo como especialista em batrachios e autoridade em anthropologia.

A parte de suas viagens, consagradas á provincia de São Paulo, traduziu-a, a pedido nosso, o joven e autorizado ethnographo allemão, Dr. Herbert Baldus, desde longa data, radicado em nosso paiz e autor dos brilhantes *Ensaios de Ethnologia Brasileira*, recentemente editados pela Companhia Editora Nacional, para a sua excellente *Brasiliانا*.

Vamos resumir alguns trechos do relato do naturalista suizo que supponos jamais se haverem divulgado no Brasil.

Representam precioso documento para a historia dos primordios da colonisação entre nós, pela abundancia dos informes, a honestidade da narrativa, cujas contradicções ainda melhor attestam a sinceridade dos conceitos. E' um depoimento altamente honroso para a honestidade e a cordura dos fazendeiros de café do Brasil.

Partiu o diplomata para São Paulo, assaz prevenido contra os brasileiros por causa das contendas entre fazendeiros e os colonos suissos recentemente emigrados. Dahi talvez o tom de acrimonia que frequentemente assume a sua prosa.

Mas, em geral, o que ella trahe é a tendencia á imparcialidade e a elevação dos sentimentos de seu autor.

A 21 de julho de 1860 embarcou Tschudi no vapor *Piratinha* a zarpar para Santos, depois de preenchidas as complicadas formalidades dos regulamentos policiaes e alfandegarios. Affirma o naturalista que os passageiros mais desagradaveis

encontrados, no Brasil, nas viagens marítimas, eram os judeus alsacianos, mascates. Raras vezes, infelizmente, podia o itinerante, pelo menos nas linhas mais transitadas, gosar da boa sorte da sua ausencia.

A verdadeira explosão de colera deixou-se levar o diplomata, a proposito destes *camelots*.

As suas physionomias, seu feitio importuno, comparavel apenas á perseguição dos insectos, a sua falta de modos e tacto, o desleixo pelo vestuario, o mau portuguez afrancesado, e o mascavado francez, a sua giria hebraico-allemao, o *jedisch*, sua lingua predilecta, quando estavam entre si, e não se sentiam observados, por allemães, tudo isto os caracterisava.

Aos do Piratininga chega Tschudi a chamar *Cavalleiros de Industria* concordando aliás com os conceitos sobre os mascates, expeditos por d'Assier, contemporaneamente.

Achou Tschudi muito mal tratado o Caminho do Mar. Em S. Paulo hospedou-se no muito encarecido Hotel Palm onde só conseguiu quartos mediocres, circumstancia compensada por tratamento muito amavel, serviço attento e boa mesa.

Visitou logo depois o Presidente da Provincia Dr. Polycarpo L. de Leão, já officialmente avisado da sua chegada. Com elle combinou, para após o almoço, um passeio a cavallo á cadeia e penitenciaria que estavam a pouca distancia da cidade.

Ainda por este tempo a actual Avenida Tiradentes era considerada extra-muros de São Paulo! Fazia cerca de dois annos que dois colonos suissos lá estavam presos. Na colonia Laranjal, perto de Campinas, repetidas vezes, haviam praticado grandes excessos e, por fim, de lá fugido. Presos, o tribunal de Campinas os condemnara á penitenciaria até pagarem, com o fructo do trabalho, a dívida ao fazendeiro de quem eram colonos.

Mais tarde ainda, em Campinas, convenceu-se o diplomata, dando largas ao espirito de justiça e depois de ter visto os autos, que o processo correria perfeitamente em ordem. Fôra o defensor dos colonos, até, certo advogado, grande inimigo do dono da Fazenda.

A sentença correspondia exactamente á applicação do codigo criminal, não porém, penal. Segundo este ultimo, a fuga do colono individado podia ser castigada com a pena de prisão, até dois annos. Os proventos do trabalho do preso deviam ser destinados ao saldamento das dividas.

Mas a executar-se a sentença proferida em Campinas, precisariam os colonos permanecer o resto da vida no carcere

porque a sua dívida era muito grande e o salario dos presos relativamente pequeno.

Depois de se ter informado exactamente do assumpto mandou Tschudi um advogado habil recorrer da pena do jury de Campinas, por exorbitante. E, tanto em S. Paulo, onde o presidente o ajudou, como em Campinas fez todo o possivel para apressar a resolução do caso. Conseguiu o almejado fim, e algumas semanas após o cumprimento dos dois annos de cadeia, foram os colonos postos em liberdade.

A organização da penitenciaria paulista deixou ao ministro suizo muito admirado. Não era dizer demais comparal-a aos melhores estabelecimentos europeus congeneres. Julgou-a ainda superior a muitos delles.

Durante a sua permanencia em S. Paulo, grande numero de colonos visitou a Tschudi. Depois do saldamento de seus compromissos haviam desfeito os contractos ou a elles escapado por meio da fuga.

Reclamavam a intervenção do diplomata para regularizar as suas relações com os fazendeiros e livrar-se desta maneira da perseguição judicial. Toda esta gente estava contente com as occupações, actuaes como artifices, jornaleiros, etc. Muitos já tinham conseguido posição segura, outros ainda lutavam com a maior miseria, mas sentiam-se livres. Alguns, porém, viviam muito desgraçadamente, especialmente os beberões, particularisa o nosso autor numa expansão de ingenuidade simplista.

Encontrou tambem alguns remanescentes da antiga colonia de Santo Amaro. Deram-lhe a impressão de "verdadeira ralé". Ordenara D. Pedro I, em 1827, ao presidente da provincia de S. Paulo que tomasse providencias necessarias á recepção dum numero avultado de colonos allemães. Haviam estes chegado a S. Paulo no anno seguinte.

Eram 149 famílias e 72 individuos solteiros, num total de 926 pessoas. Destas 336 foram localizadas no municipio de Santo Amaro. Com 238 outros fundara o Barão de Antonina na mais tarde provincia do Paraná a colonia do Rio Negro, perto da Capella do Rio Negro, 29 haviam sido levados á Villa da Conceição de Itanhaen e 57 ao Cubatão de Santos. O resto não se empregara como colono, trabalhando como jornaleiros livres, artifices ou commerciantes.

Os colonos de Santo Amaro eram na maioria prussianos, rhenanos, da região do Hundsruock. Encontraram bondoso protector na pessoa do Barão de Santo Amaro (mais tarde Marquez do mesmo nome).

Parte (especialmente os catolicos), acceitara as propostas feitas pelo governo:

1.º — Cada familia receberia uma doação de 400 braças quadradas de terra.

2.º — Cada adulto venceria, durante anno e meio, diariamente, 160 réis em dinheiro (às crianças caberia a metade).

3.º — Receberia cada colono o gado necessario, cavallos e ovelhas que devia pagar, dentro de quatro annos, *in natura* ou em dinheiro.

4.º — Oito annos de isenção de impostos se concederiam aos colonos importados pelo governo e dez annos aos que haviam pago a propria passagem.

5.º — Firmara-se a obrigação dos homens de tomarem armas por ordem do governo, em caso de perigo.

6.º — Consignava-se a obrigatoriedade do recrutamento dos rapazes.

7.º — Obrigava-se o governo a fornecer medico e capelão durante anno e meio.

Uns tantos destes immigrants principalmente os protestantes, não haviam comtudo acceito taes condições.

Preferiram comprar, com o dinheiro trazido da Europa, terra já roçada para o que encontraram bom ensejo numa sesmaria pertencente antigamente aos jesuitas, e situada perto da aldeia de Itapecerica a uma distancia de alguns kilometros de Santo Amaro.

Estes colonos não receberam de forma alguma, subvenções do governo. Ficaram completamente sobre si e isto justamente contribuiu muito para o progresso da colonia, verdade é que lento, mas muito favoravel.

Passados alguns annos, poucos eram os que mal sabiam, que a colonia existira. Os antigos immigrants alli estavam contentes, trabalhando diligentemente. Occupavam-se de agricultura e criação, alcançando notavel bem estar. Nenhuma familia abandonara o nucleo santamarense. Seus habitantes conservavam os usos simples e os trajes da terra natal. Havia homens maduros e anciões que, aos domingos, envergavam o comprido rodaque, azul, germanico, habitual. Em toda a região eram estes allemães muito conceituados. Vendiam os seus productos na propria villa de S. Amaro ou no mercado de S. Paulo.

Segundo as informações, que o diplomata angariou, o numero dos allemães, nas duas colonias de S. Amaro e de Ita-

pecerica, ia algo acima de 500 individuos, em 1860. Não ou-sava porém responsabilisar-se por tal indicação. Este ensaio de colonisação fôra em todo o caso o menos custoso de todos quanto em qualquer época haviam sido feitos no Brasil.

Em S. Paulo, affirma von Tschudi, eram os allemães bastante numerosos. Homens eminentes da provincia tinham origem teuta. Em todas as camadas da população da capital da Provincia encontravam-se germanos dos quaes a maior parte allí só se estabelecera nos ultimos tempos em consequencia da colonisação. Os protestantes possuiam igreja a parte. O clérigo reformado que então os parochiava era o pastor Holz, austriaco.

A 1.º de agosto de 1860 viajou Tschudi de S. Paulo a Jundiahy acompanhado de um creado e um camarada a cavallo que tocava o cargueiro da tropinha. Na subida para a freguezia do Ó qualificada de “aldeiazinha insignificante em torno de pequena e bonitinha igreja de Nossa Senhora”, uma tropa de mulas descarregadas e disparadas precipitou-se loucamente ao seu encontro.

Já muitos destes animaes traziam as cangalhas no ventre; outros as tinham perdido. Corriam como açoutados pelas fúrias. Em vão tentavam os tropeiros deter a infernal disparada. A perseguição e a gritaria faziam com que os muares corressem ainda muito mais. Só com difficuldade poude o viajante evitar-lhes o atropelo.

Taes encontros se mostravam não só muito desagradaveis como ás vezes tambem perigosos, especialmente nos desfila-deiros onde não era possivel evital-os. Acontecer-lhe-ia alguns mezes mais tarde um encontro de tal ordem numa dessas gargantas cujas veredas davam lugar a dois animaes, um ao lado do outro. Pudera perceber felizmente ainda a tempo que a tropa estourada corria ao seu encontro. E salvara-se virando rapidamente o animal e com elle correndo no mesmo galope na mesma direcção que as mulas.

Pousou Tschudi no “Migilinho” que deve ter sido o Monjolinho. Em todo o caminho, desde o Ó até allí, não havia nem aldeias, nem fazendas, nem cultura alguma, apesar da terra parecer capaz de producção. O percurso de quatro leguas e meia, dalli a Jundiahy cortava, principalmente, terrenos de desfiladeiros e collinas cobertas de capoeiras. Estava algo mais povoado se bem que muito escassa e miseravelmente.

Rumava o caminho do *Migilinho* a principio, ao longo da Serra do Cabello Branco, assim chamado por mostrar, muitas vezes seu espigão coberto de geadas, pelas manhãs de inverno.

De passagem parou Tschudi um pouco na *California*, onde um allemão de nome Müller mantinha um pouso. Uma hora além deste ponto, tornava-se a região mais plana, mais cheia de collinas, mostrando algumas boas paysagens.

As 2 horas da tarde chegou o diplomata a Jundiahy. Como o lugar não tivesse nenhuma estalagem maior ou menor, viu-se obrigado a continuar a viagem por mais um quarto de legua até a ponte do Rio Jundiahy, onde existia uma hospedaria grande em forma de caserna, e muito visitada.

Disseram-lhe que Jundiahy fôra, em tempos anteriores, villa importante e rica, em cujos arredores se fabricava, em numerosas fazendas, assucar abundante. Os habitantes commerciavam largamente em tropas, comprando-as em Sorocaba, amansando-as para cangalha e sella, vendendo-as com bom lucro. Além disto fabricavam excellentes sellas e albardas.

Actualmente, a cidade, outr'ora tão prospera, achava-se tão diminuida que apenas proporcionava pequeno rendimento ao fisco. O commercio de mulas e a industria das sellas não tinham mais importancia, e a villa tomara o aspecto de povoação perdida e muito abandonada.

Metade das suas casas, quasi, achava-se vazia, e os seus donos viviam nos sitios. Acudiam estes dos arredores, sómente aos domingos e dias santos para a missa conventual. Da magnificencia passada só restava um convento de beneditinos. Fôra a villa fundada no anno de 1659 (aliás 1655) pelo Conde de Monsanto, herdeiro do primeiro donatario, em pequeno planalto, á margem esquerda do Rio Jundiahy.

Dentro em pouco, provavelmente, renunciava o diplomata, recuperaria a antiga importancia, quando fosse o ponto terminal da estrada de ferro em perspectiva dalli a Santos.

Na citada hospedaria da Ponte, os viajantes acharam boa pousada, camas limpas e boa comida. O dono, certo portuguez de nome Pinto, era provavelmente, por causa de seus ares protectores, ao tratar os hospedes, conhecido sob o nome de *Barão da Ponte*.

Grande inimigo da estrada de ferro projectada que lhe ameaçava muito o lucrativo negocio, muitas vezes perguntou ao seu illustre hospede se na Europa alguma estrada de ferro já fôra construida a altitude tão grande quanto á da Serra do Cubatão. A resposta affirmativa do interrogado eminente desvaneceu-lhe as ultimas esperanças, affirma Tschudi, quiçá equivocado.

CAPITULO III

Ataques vehementes da imprensa allemã a Tschudi — Visita ás fazendas de Jundiahy — Colonias do Barão de Jundiahy — Ida a Campinas — Impressões da cidade — Inspecção das fazendas colonisadas — Provas da humanidade e condescendencia fazendeira

Declara Tschudi que apesar da severidade de suas apreciações sobre os defeitos da colonisação por parceria soffreu violentas increpações por parte da imprensa allemã.

A ellas respondia com o mais profundo desdem. Um dos jornaes não se envergonhara em affirmar que elle tudo vira côr de rosa, “provavelmente, por ter sido subornado pelos bons almoços dos fazendeiros!

Só mesmo um homem completamente deshonesto e capaz das mais infames acções pode fazer tão nescia exploração!” respondia encolerizado o diplomata.

Passando a percorrer as fazendas de Jundiahy, onde havia colonos, esteve Tschudi em algumas, onde encontrou gente feliz.

Em certas, porém, tinham os immigrants queixas a fazer, a proposito da qualidade das terras.

Bôa impressão lhe coube da visita ao *Sitio Grande de Santo Antonio* a uma distancia de duas leguas da cidade, pertencente ao Commendador Antonio de Queiroz Telles, (mais tarde Barão de Jundiahy).

Era o fazendeiro, já septuagenario, pois nascera em 1788 “homem geralmente respeitado, digno e honesto, apesar ás vezes no primeiro momento parecer um pouco aspero. Nunca fôra duro ou injusto para com os colonos. Sua colonia, composta de 16 familias do Unterwalden, desenvolvera-se desde o começo, com muita regularidade, porque o fazendeiro respeitava religiosamente os contractos, interpretando-os de modo favoravel aos colonos. Nesta colonia não ouviu o ministro

suisso a menor queixa sobre pesos, medidas, e preço dos viveres.

Os bons colonos recebiam tanto dinheiro quanto pedissem. Os não economicos eram, como de justiça, tratados parcimoniosamente. O cafetal estava lindo e bem cuidado. As lavouras velhas o Commendador Queiroz Telles mandara que as cultivassem sómente os escravos, de modo que os colonos tinham, exclusivamente, talhões em plena producção. A terra para as roças era bastante ampla e fertil. As habitações espaçosas e em bom estado. Estava o fazendeiro contente com os colonos, apontando apenas dois como preguiçosos e levianos. Os colonos não se queixavam, de modo algum, da vida na fazenda.

Lastimavam, porém, e amargamente, as pesadas antecipações da paga da viagem e do imposto de capitação do contracto Vergueiro.

O director da colonia, allemão por nome. F. Bolkau, judicioso e calmo, tinha as melhores intenções para com os colonos. Duas das 16 familias já estavam desoneradas. Uma, com a colheita de 1859, possuia no seu activo, para com o fazendeiro, um saldo de perto de mil francos a juros; sete ainda tinham dividas que contudo não attingiam o nivel dos lucros duma das ultimas colheitas. Das restantes cinco, tres, com os aggregados respectivos, estavam ainda com grandes dividas, mas por causa das antecipações da paga da viagem.

Em Santo Antonio, os colonos alcançavam preços de café mais altos do que em qualquer outra fazenda do interior da provincia de São Paulo, o que, em parte, provinha da menor despesa do transporte a Santos.

A arroba de café, com o desconto de todos os gastos, fôra lançada á conta dos colonos, em 1855 por 3\$780 réis; em 1856, por 3\$155 réis, em 1857 por 2\$845 réis, em 1858 por 3\$140 réis e em 1859 por 4\$000 réis. As facturas originaes que o fazendeiro exhibira, estavam de pleno accordo com a conta, descontando-se-lhes os gastos demonstrados.

A uma distancia de duas leguas do *Sítio Grande* estava a fazenda de *S. Joaquim* de propriedade do Tenente Coronel Joaquim Benedicto de Queiroz Telles (futuro Barão de Japy, 1819-1888) filho mais velho do dono do *Sítio Grande*.

As sete familias de colonos eram tratadas pelo fazendeiro da mesma maneira que na fazenda de seu pae. Cinco mostravam-se muito contentes, só duas queixavam-se de tudo, do cafetal, da terra para as roças, das casas, dos preços do café, etc.

Procedeu Tschudi ao exame minucioso destas queixas, que lhe pareceram injustificadas. Aliás os outros colonos não falaram bem destas duas famílias reclamantes das quaes uma já tinha má fama na patria. Affirmaram até: "se trabalhassemos como ellas, as nossas dividas nunca diminuiriam."

Uma familia do Unterwalden, que chegara á fazenda sem subsidios da communa, tinha pago, inteiramente, em 1858, as dividas contrahidas para a viagem, compra de viveres, etc. economizara, com a colheita de 1859, cerca de 2800 francos, esperando da colheita, já acabada, de 1860 lucro ainda maior. "Isto é realmente um resultado excellente!" commenta von Tschudi.

Depois de ter passado dois dias nas fazendas dos barões de Jundiahy e Japy viajou o diplomata para Campinas, d'alli distante perto de quatro leguas.

Da Princeza do Oeste escreve o barão helvecio:

"Em Campinas que, apesar de activo transito e da importancia incontestavel como uma das maiores cidades da provincia de S. Paulo, não tem ainda hotel regular, hospedei-me em casa do pharmaceutico Sr. Dr. Jorge Krug. A triste situação politica do eleitorado de Hesse-Cassel impuzera, havia annos ao pae do Sr. Krug a necessidade de emigrar com toda a familia. Estabelecido na cidade de Cassel, com officina de moveis, publicamente respeitado e bem abastado, commetera o grande crime de demonstrar excessivo liberalismo. Chegado ao Brasil fixara-se em Campinas. O filho mais velho fundara uma pharmacia e o menor, com talento e bom exito, continuara com o negocio do velho pae.

Trinta ou quarenta annos antes, São Carlos de Campinas era lugar completamente insignificante. Nas fazendas dos arredores plantava-se canna de assucar, em grande escala, mas com pouco lucro, porque os preços estavam muito baixos e a grande distancia de Santos era desfavoravel á exportação.

Naquelle tempo pagava-se a arroba de assucar a 2 patacas (640 réis). Em 1860 custava oito e mesmo doze vezes mais, a saber de 6 a 8 mil réis.

Quando, em consequencia do augmento da procura do café brasileiro, os fazendeiros da provincia do Rio de Janeiro se dedicaram a sua lavoura, os de Campinas seguiram este exemplo. Abandonaram a canna e hoje, os valles e as collinas de Jundiahy até São João do Rio Claro estão cobertos de cafesaes. Esta transformação da agricultura foi muito favoravel á Villa de Campinas, que, promovida á cidade, em 1840, (aliás em 1842) lucrou dahi em diante, rapidamente em ex-

tensão e importancia. A cidade occupa grande area por estarem intervallados ao casario muitos jardins e chacaras.”

Apresenta alguns predios vistosos particulares, em sua maior parte, propriedade dos fazendeiros ricos dos arredores; os edificios publicos, porém, não mereciam especial menção.

As tres igrejas do Rosario, Santa Cruz e a Matriz Velha não superavam, de modo algum, as igrejas mediocres das outras cidades provincianas.

A nova matriz promettia, porém, quando acabada, tomar eminentemente destaque.

Em nota posterior ao seu texto de 1860 informa von Tschudi:

“A 11 de janeiro de 1866, parte da nova igreja em construcção desabou sepultando certo numero de trabalhadores para cujo salvamento o Sr. Franz Krug se houve com verdadeiro heroismo.”

As notaveis esculpturas de madeira do altar-mór eram obra dum esculptor bahiano, o ancião Victorino dos Anjos.

A cidade contava um cemiterio protestante. — Um bom hospital lhe faltava ainda. Já uns trinta ou trinta e quatro contos de réis estavam comtudo, subscriptos, para a construcção de uma Casa de Misericordia. Os leprosos acampavam em barracas em frente á cidade. O theatro era muito mediocre; nelle as antigas primadonas do Rio de Janeiro ainda logravam exito.

Exalta Tschudi, arroubadamente, o influxo germanico que, a seu ver, se operava na zona de Campinas.

“Nesta parte da provincia de S. Paulo a immigração allemã exerceu bôa influencia sobre a população indigena e, pode-se dizer, despertou de certa lethargia existente em quasi todas as provincias e paizes centraes que se acham bastante separados do contacto do mundo exterior.”

A tal proposito citava esta phrase immodesta de um jornal austriaco: “Parece que aos allemães cabe o papel do sal em relação aos habitantes da terra. Assim como o sal torna comestiveis as comidas insipidas, assim se dá com a mescla com allemães em moderada proporção, e em qualquer paiz, como se demonstra facilmente, graças á inspecção de qualquer parte do globo.”

Declarou o nosso teuto-helvecio que teve, bastante, o enseo de observar a verdade deste conceito, especialmente comprovado naquellas partes da provincia de S. Paulo para onde a immigração allemã se encaminhara. Os colonos, como aliás tambem os inmigrantes livres, introduziram novas industrias,

novos methodos de trabalho e, deste modo, provocaram vida mais activa entre as populações brasileiras.

Diversos homens de criterio, de Campinas e Rio Claro, falaram-lhe com toda a franqueza desta influencia benefica, lamentando que a affluencia de immigrantes allemães a provincia houvesse cessado completamente por causa da execucao defeituosa, e, em parte, improba, do systema de parceria.

Officios e industrias que, antigamente, na provincia quasi nunca haviam sido exercidos, e, em parte, outr'ora por assim dizer desconhecidos, estavam agora em mãos de colonos livres. E com bom resultado. Tambem as pequenas industrias accessorias dos colonos, como a dos lacticinios, a horticultura e a apicultura, apresentavam vantagens, tanto para os habitantes da cidade como para os colonos.

Antes dos fazendeiros das cidades do interior introduzirem colonos de parceria, as donas de casa não podiam conseguir nem manteiga fresca nem leite e legumes. E só excepcionalmente possuiam hortas e vaccas; os colonos traziam-lhes, agora, estes productos á casa, diariamente.

Salvo, erro ou omissão, por exaggero é o caso de comentarmos.

Já no dia da chegada a Campinas, viu-se Tschudi procurado por colonos sahidos de todos os lados, a lhe exporem reclamações. Varios fazendeiros das parcerias tambem vieram convidal-o, franca e amavelmente, a visitar-lhes as fazendas.

Muitos destes colonos se queixavam, amargamente, da omissão da sua correspondencia postal. E até de sua violação. Novo pretexto para objurgatorias contra a firma Vergueiro!

Em todo o caso desta vez o diplomata mostrou-se menos acerbo reconhecendo que para as cartas de colonos analphabetos do Brasil chegarem ao destino era preciso que se achassem sob a guarda vigilante de um deus compassivo.

Geralmente os colonos escreviam — endereços illegiveis e além de tudo em letras gothicas! Assim o empregado postal brasileiro provinciano não sabia para onde mandar taes cartas jogando-as á mala do correio que ia para o Rio de Janeiro.

Lá surgiam as mesmas difficuldades. Assim como depois, tambem, nas estações dos correios inglezes ou francezes. Se apesar de todos estes perigos, a carta milagrosamente chegava as mãos do destinatario este a contestava, geralmente, com endereço inintelligivel onde, no maximo, se poderia destacar a palavra Brasil.

Em geral tambem o remetente não conhecia o regulamento do franquiamiento transatlantico e jogava a carta em

qualquer caixa do correio e se ella, por acaso, conseguia chegar a Inglaterra, alli ficava sem ser despachada para diante. Mas mesmo pagando o franquimento, o endereço illegivel impedia que a carta attingisse o lugar de destino.

Teve Tschudi em mãos cartas em que, em vez dos nomes do colono e da fazenda, só aparecia: "*Sangbaul in Brasilien*". Como podia o empregado do correio no Rio de Janeiro saber que *Sangbaul* significava São Paulo? E como o de Santos conseguiria em outros casos descobrir a fazenda em questão, existindo, muitas vezes, na provincia, dez e até vinte e mais propriedades com o mesmo nome? Ninguem se esquecesse de que a correspondencia em refugio nas repartições postaes melhor organizadas da Europa, e Estados Unidos alcançava grande volume, annualmente. Era natural pois que as cartas aos colonos brasileiros raras vezes chegassem aos destinatarios sem que dahi devesse, justamente, decorrer alguma interpretação maligna.

Em Campinas visitou Tschudi em primeiro lugar a fazenda *Boa Vista*, de propriedade do Sr. Floriano Camargo Penteado, situada a uma distancia de mais ou menos quatro leguas da cidade.

A colonia, a principio, alli fôra bastante numerosa. Em 1860 só contava cinco familias. No começo deste anno, e no anno precedente, oito outras tinham-na deixado sem dividas. As restantes não affligiam, tão pouco, muitas dividas. A maioria economisara, até, algum dinheiro devido á circumstancia favoravel de poderem levar ao mercado da cidade, diariamente, leite fresco e legumes. O Sr. Camargo aliás nunca reclamara a quota inscripta no contracto, correspondente aos lucros da venda destes productos.

A combinação sobre os preços do café colhido agradava aos colonos que a achavam razoavel e equitativa, até.

O Sr. Camargo não se mostrou ao ministro muito contente com os seus colonos. Queixou-se, especialmente, da grande grosseria pela qual lhe endereçavam os pedidos. Realmente entre elles havia individuos muito laboriosos, mas extremamente brutos. Eram sempre os que tomavam a palavra.

O fazendeiro declarou nada mais desejar do que ver toda aquella gente sem dividas, só para se livrar della. Esta experiencia desanimara-o, de tal modo, e lhe causara tantos desgostos que, nunca mais pudera resolver-se a receber novos colonos.

Certa familia era-lhe especialmente pesada carga. Ao chegar compunha-se de um casal com quatro crianças e um agre-

gado. O pae já meio cego, ao sahir da Patria, cegára completamente, logo após a chegada. A mulher morrera no primeiro anno de estada na fazenda. Uma das crianças era cretina!

O fazendeiro, acolhendo esta gente infeliz, pagara sua grande divida á Companhia Vergueiro e tinha agora que a sustentar completamente. Pelo contracto era o agregado responsavel pela familia, precisando trabalhar, por conseguinte, para o fazendeiro, provavelmente a vida inteira. O Sr. Camargo, porém, cobrara-lhe só a parte da divida que lhe tocava pessoalmente de modo que este homem, já em 1859, estava desonerado.

Achou Tschudi o cego, homem robusto de quarenta annos, bem alimentado e bem vestido. O Sr. Camargo lhe dera como guia um filho de quatorze annos. Dizia porém que já era tempo do menino aprender algum officio e então teria de entregar a conducção do cego a um moleque. As suas filhas aprendiam a costurar com a mulher do fazendeiro. Alguns allemães de Campinas, encabeçados pelo Dr. Jorge Krug, davam ao fazendeiro uma contribuição annual para vestir o cego e o cretino, a Sociedade Suissa de Soccorros Mutuos do Rio de Janeiro imitara este exemplo.

“O nobre proceder do Sr. Camargo era digno de todo o elogio”; commenta o diplomata.

De Bôa Vista foi á fazenda *Tapera* pertencente a D. Maria Innocencia de Souza Queiroz, e dirigida pelo Senador do Imperio Francisco Antonio de Souza Queiroz, mais tarde barão deste nome e irmão da proprietaria.

Logo a chegada mandou o administrador chamar os colonos apresentando os livros de contas e cadernetas.

Queixaram-se os colonos de tratarem de lavoura da qual um terço era de arvores velhas e podadas. Assim o lucro da colheita não podia ser satisfatorio, como se só tivessem lavouras novas. Justificou o administrador e, mais tarde, o confirmou o proprio Senador que os colonos no começo, não se tinham negado a tratar destas arvores porque ellas haviam geralmente dado cargas regulares, durante alguns annos.

Comprovaram os colonos a veracidade da affirmacção ajuntando, porém, que, desde seis annos o seu lucro fôra muito pouco. Das sete familias suissas da *Tapera* uma não estava desonerada, duas se libertaram com a colheita de 1860 e outra com a do anno seguinte.

Assim a situação da colonia era soffrivel.

Duas familias, sobrecarregadas por grandes antecipações

de paga de viagem, tinham ainda muitas dividas e nenhuma esperança de poder saldal-as nos annos seguintes.

Por isto se achavam muito desanimadas, especialmente a de um tal Anton Hatz, homem doentio e nervoso, confeiteiro de profissão, casado com uma antiga caixeira de confeitaria berlinense!

Naturalmente, nenhum delles estava acostumado ao duro trabalho do campo. Frequentes doenças, bom numero de filhos pequenos e uma antecipação de paga de viagem de cerca 1.400 francos tornavam a sua situação financeira verdadeiramente desesperadora!

Mas tambem era o caso de se lhe desfechar o classico e molieresco: *mais que diable était-il allé faire dans cette galère?*

A setima familia, a de um Wurtemberguense casado com uma suissa, tambem tinha muitas dividas, alentava porém a bôa esperança de ficar desembaraçada, dentro de alguns annos.

Correcta a escripturação da fazenda, embora muito desordenada. Percebeu o ministro, comtudo, que a causa dessa desordem não era o intuito de prejudicar os colonos, senão, exclusivamente, a falta de pratica e amor á ordem do administrador, brasileiro, da propriedade.

Voltando a Campinas, alcançou Tschudi um viajante com quem entabolou conversa.

Contou que estava viajando por terra, da Bahia a São Paulo, a negocios. Suspeitou o Barão que transportasse escravos, por caminhos escusos, afim de os vender na provincia de São Paulo, para evitar o alto imposto inter-provincial de exportação.

Narrou-lhe ainda que ouvira muito falar do grande cultivo do café na região campineira. Vendo, pelos proprios olhos, as magnificas fazendas da zona; esta realidade tornara-se muito superior a todas as informações hauridas em suas extensas viagens. Nunca encontrara trato de terra, tão excellentemente cultivado quanto este. Resolvera pois vender as suas propriedades da Bahia e estabelecer-se em Campinas.

CAPITULO IV

Exame das condições dos colonos de parceria em fazendas campineiras — Provas da bondade de fazendeiros — Observações em seu louvor — Contacto com grandes lavradores de Campinas, Amparo e Limeira — Os futuros Visconde de Indaiatuba e Marquez de Tres Rios

Proseguindo em suas visitas ás fazendas de S. Paulo foi certo dia Tschudi á do Laranjal, perto de Campinas a tres leguas da cidade e propriedade do Sr. Luciano Teixeira Nogueira. Alli encontrou além de importante numero de colonos, belgas, portuguezes, e brasileiros, nove familias da Suissa Franceza (do Cantão de Friburgo).

“O dono desta fazenda narra, é geralmente conhecido como honesto e muito bondoso; a gente pode até exprobrar-lhe ser bondoso e indulgente em demasia para com os colonos, adeantando-lhes dinheiro em excesso.”

Em consequencia de tal condescendencia deram-se muitas vezes na colonia, e nos domingos, festins abrutalhados e excessos, com brigas, nos quaes certa vez um colono brasileiro matara a punhal um portuguez. A disciplina, algo frouxa, e a liberalidade imprudente do fazendeiro tinham induzido, tambem, a excessos de toda a classe, certos colonos que haviam acabado presos, recolhidos á cadeia de S. Paulo.

Diziam que um delles comprara, para a mulher, rico selim, no valor de 60\$000 e vestidos das fazendas mais caras. Especialmente um tal Karl Zabel, de Hamburgo, homem muito propenso a abusar e instigar os colonos a despropósitos.

Certa vez, num domingo a tarde, quando o Sr. Teixeira com a sua familia, voltava de Campinas á fazenda, Zabel collocara-se na estrada com a pistola carregada, á sua espera, ameaçando-o e insultando-o.

Acabara, tambem na cadeia de S. Paulo. O Director do Presidio, aliás, declarara ao diplomata que nenhum preto ou mulato alli se comportava tão atrevidamente quanto este su-

jeito, já varias vezes castigado corporalmente, por causa de disturbios na Penitenciaria, o que só rarissimas vezes, aos demais presos, acontecia.

Duas das familias suissas, das quaes uma se compunha duma viuva muito boa com quatro filhas, estavam desoneradas. Queriam, porém ficar na fazenda, ainda por alguns annos. Algumas outras nutriam a esperança de saldar contas, dentro em pouco. Mas muitas familias tinham ainda tão grandes compromissos que precisariam permanecer em posição dependente, por diversos annos ainda. Apesar disto sentiam-se contentes queixando-se somente dos juros altos demais, doze por cento.

Estes juros eram, porém, reciprocos porque o fazendeiro pagava tambem, por exemplo, á viuva Froissaz os 12 % de juros de saldo activo, bastante importante, que ella possuia em encontro de contas.

Estas familias declaravam: "Temos o que necessitamos. Se formos para outra fazendas precisaremos lá trabalhar tambem.

E' verdade que sobre nós pesam grandes dividas, mas tambem temos dinheiro disponivel, recebido do lucro do milho e dos legumes vendidos em Campinas. Aqui estamos acostumados e aqui queremos ficar; o nosso patrão é bom, e estamos muito contentes com o director (genro do Sr. Teixeira).

As dividas não nos preoccupam embora nunca possamos pagal-as. Quando os nossos filhos estiverem adultos acharemos meios para que não soffram por este motivo." Só uma familia muito individada sentia-se muito infeliz porque della só o chefe podia trabalhar, homem tão myope que não conseguia lavar a terra. Grande difficuldade encontrava pois para colher o café.

Achou Tschudi a escripturação em boa ordem e facilmente intellegivel para todos os colonos.

O preço dos viveres mostrava-se muito moderado. Os colonos podiam frequentar a Igreja em Campinas, porque a maioria possuia cavallos. Para os que sentiam a necessidade de se confessar, havia um clérigo na cidade que falava o francez.

As casas dos colonos, de que o Sr. Teixeira não cobrava aluguel, erguiam-se em local saudavel. Eram bem construidas e espaçosas. A Tschudi interessou observar a differença de aspectos entre as habitações dos colonos europeus e brasileiros.

As casas das melhores familias belgas e suissas estavam montadas muito commodamente, moveis simples e solidos;

camas limpas e boas, ás janellas nos quartos geralmente adornavam cortinas e ás paredes, ás vezes caídas de branco, retratos; na cozinha viam-se um bom fogão e trem razoavel muitas vezes, até mesmo, exaggerado.

As casas brasileiras, offereciam o aspecto de desoladora vacuidade no quarto: uma esteira de palha, no chão, como cama para toda a familia, um banco tosco aqui, uma velha sella acolá jogada em qualquer desvão ou dependurada de um prego á parede. Ao seu lado uma espingarda de um canno; no meio da cosinha algumas pedras, no chão, como fogão, e ao lado, duas ou tres panellas de barro.

Nenhum fazendeiro affirma Tschudi soffrera tão grandes perdas com os colonos quanto o Sr. Luciano Teixeira. Os belgas remettidos pela Companhia Vergueiro levaram-lhe á fazenda uma epidemia de typho, da qual haviam perecido além de 36 desses colonos, dois filhos, um neto e sete escravos do fazendeiro!

Tambem perdera perto de cinco contos de réis com tres colonos presos em S. Paulo.

Como, de accordo com a lei de 11 de outubro de 1837, uma prisão por dois annos annullava as dividas, ficando o patão sem direito a qualquer compensação, só mesmo a mais imerosa necessidade compellira o Sr. Teixeira a mandar á cadeia aquelles colonos. Toda a colonia ter-se-ia desmoralizado se não se visse forçado a lançar mão deste recurso.

Uma colona belga morrerá na fazenda poucos dias após o parto, e como a mulher do fazendeiro houvesse dado á luz, quasi ao mesmo tempo, ella mandara trazer immediatamente, o recém-nascido da pobre colona, amamentando-o com o proprio seio e repartindo entre ambas as crianças os desvelos e carinhos maternos. Quando, passado um anno, o pae do orphãozinho, que se casara novamente, desejara a sua entrega mostrara-se a boa senhora tão sentida como se houvesse perdido o proprio filho.

Commovido e admirado de tamanha caridade indaga von Tschudi, apesar de toda a secura habitual:

“Acaso se conceberá, facilmente, a existencia de alguma fazendeira, fidalga allemã, capaz de amamentar, nos proprios seios, o filho recém-nascido e sem mãe, de algum camponio seu, como o fez a nobre esposa deste *barão de negros?* (assim chamavam os jornalistas allemães aos fazendeiros do Brasil, patrões de colonos). E quem tambem ministre desvelado tratamento gratuito aos seus colonos doentes como fez seu marido?”

A referencia a este quadro de costume, tão honrosa como depoimento em favor da elevação de sentimentos do casal de fazendeiros campineiros, igualmente honra o espirito de imparcialidade do ministro da Confederação Helvética.

Exalta a memoria desse par cuja reputação de bondade tanto até hoje perdura na memoria de seus parentes e concidadãos: Luciano Teixeira Nogueira e D. Francisca de Paula Ferraz.

Sua filha, que tivemos a ventura de conhecer e admirar, D. Maria Luiza Nogueira de Camargo, segunda esposa de Antonio Pompeu de Camargo, grande lavrador campineiro, mostrou-se, como esposa, mãe, madrastra, avó, parente e amiga, extraordinario conjuncto das mais nobres qualidades, profesasdas com a singeleza e elevação da mais perfeita naturalidade. Creatura de escol foi-lhe a vida o exemplo continuo da dignidade, do altruismo, da nobreza dos sentimentos.

Do Laranjal viajou Tschudi para a fazenda *Soledade* pertencente ao illustre naturalista, patriarcha da iconographia paulista e artista do maior merito: Hercules Florence, a quem incrivelmente chama *Herculano Florenze* (sic!). Nella permaneciam apenas duas familias de colonos, ambas do cantão de Glaris. Declara o viajante que estas duas familias foram os mais diligentes colonos suissos que encontrou na provincia de São Paulo. Haviam tambem alcançado os melhores proventos de que tinha sciencia.

No começo viviam desconfiados. Mas quando se convenceram de que o fazendeiro era sincero para com elles e trazia as contas claras e satisfactorias, e que graças ao esforço e diligencia podiam abater rapidamente as dividas, começaram a trabalhar infatigavelmente. Limitavam-se a plantar os mantimentos indispensaveis, dedicando o maximo esforço ao cafésal.

Uma dellas tratava de 7.000 cafeeiros e a outra de 6.000. Quasi diariamente se punham a trabalhar, já algumas horas antes do nascer do sol. E voltavam á casa, ordinariamente á luz das estrellas. Poucas semanas antes da visita de Tschudi á fazenda, um destes colonos comprára uma propriedade no valor de 2:925\$000 o que era notavel.

Pagara dois terços desta somma á vista. Esperava pagar o resto com o lucro da colheita nova, e, desta maneira, tomar posse definitiva duma propriedade desonerada. O outro tinha dinheiro e juros, em mãos do fazendeiro, e vivia na esperança de voltar, proximamente, á patria.

O seu cafésal, no emtanto, não era dos melhores, ex-

posto á geadá que, muitas vezes, prejudicava notavelmente a colheita.

Além do tratamento honesto e sincero, o fazendeiro dava-lhes como unica vantagem, gratuitamente, cása e uso do pasto.

Se o systema de parceria pudesse ser, em toda a parte, observado, como em casa do illustre visitado, tal reciprocidade seria de grande beneficio para colonos e fazendeiros.

De Soledade viajou Tschudi, por legua e meia, de caminhos pessimos e penosos, á fazenda *Boa Vista*, propriedade do Sr. João Leite da Cunha Moraes, situada no municipio do Amparo. Estava o fazendeiro avisado da sua chegada, e os colonos, com seus vestidos domingueiros, apresentaram-se reunidos no pateo da fazenda.

Tinham eleito um orador que, em nome de todos, devia apresentar queixas ao diplomata.

Começou o homem a fallar, mal transpuzera o barão os limites da fazenda. Declarou-lhe então que queria conversar com cada um dos colonos.

Ao Sr. João Leite certo jornal de Santos accusara de intolerancia religiosa e pendor ao proselytismo. Mostrou-se muito agitado e pediu que declarasse a falsidade de taes accusações perante todos os colonos, que aliás estes não corroboraram. Julgava-se que se tratava de algum quiproquó.

Na Boa Vista estavam 14 familias suissas, compostas de 79 individuos. Não eram muito laboriosos porque tratavam de 24.000 cafeeiros enquanto as duas da Soledade cuidavam de 13.000!

Sem demasiado esforço teriam podido cultivar, de accordo com o numero de familias e individuos, facilmente, de 34 a 38.000 arvores.

E aliás não se mostravam, de todo, economicas.

Muitos não se importavam com o pagamento das dividas porque tinham, sempre, algum dinheiro disponivel, graças á venda dos mantimentos.

Muitas moças faziam crochet, á noite, e vendiam os trabalhos em Campinas, aos domingos, comprando, com o resultado, vestidos e miudezas.

Desapparecera a harmonia e concordia entre estes colonos.

Eram aliás de má indole, confessa Tschudi.

Em 1856, haviam começado a colher, com o café maduro, muito café verde, isto com o fito de abreviar o serviço. Quando o fazendeiro não lhes permittira este processo, a elle muito

lesivo, ameaçando-os com descontos, se não trabalhassem honestamente, elles, tumultuariamente tinham suspenso o trabalho, abandonando a colheita.

Os autores do motim chegaram a ameaçar de pancadas algumas familias que queriam continuar a trabalhar. Preci-sara o Sr. João Leite mandar a policia levar a Campinas o chefe dos amotinados. Ali assignara termo de bem viver sendo immediatamente posto em liberdade.

Parte da colonia se alheia a á greve. Por baixo de milhares de arvores, café accumulado, á altura de um palmo, apodrecia na maior parte.

Mandou o fazendeiro peritos avaliar os prejuizos pondo-os á conta dos colonos. Pareceu a Tschudi que tal avaliação lhes fôra prejudicial.

Outros incidentes graves occorreram entre Leite e a sua gente, a ponto de, em dezembro de 1859, ir um magistrado, commissario do governo imperial, o Dr. Machado Nunes, visitar a *Boa Vista*. Fez a revisão dos contractos entre o fazendeiro e os colonos, obtendo a approvação de todos os coparticipantes, no sentido de se pagar 400 réis por alqueire de café colhido. Em todos se declarava que a indemnização correspondente á colheita perdida se perdoaria ao colono que dóra vante trabalhasse bem.

Achou Tschudi a colonia em ordem, a escripturação clara e exacta e as relações entre o fazendeiro e os colonos boas. Estes se queixavam principalmente, do seu director, jovem prussiano. Realmente allega o diplomata, não tinha boa fama em toda a região. E tratava os colonos de maneira infame. Era o principal causador da suspensão dos trabalhos. E suas intrigas provocavam irritação mutua e geral.

Aconselhou Tschudi, muito, ao Sr. João Leite, que demittisse este individuo, tendo em vista o proprio interesse. Reconheceu o fazendeiro que isto era necessario. Mas motivos de outra ordem o detinham. O tal director H... tambem fazia vezes de professor de seus filhos e divertia-o á noite, muito agradavelmente, a tocar piano, de modo que para elle era pessoa gratissima, além de muito util.

Ao Sr. João Leite animavam aliás as melhores e mais sinceras intenções para com os colonos. Declarou que estes, depois do saldamento das dividas, poderiam permanecer em sua fazenda se assim quizessem. Mas, nunca mais, accitaria novos colonos.

Varias vezes, os convidara á sua mesa o que, nunca faria com camaradas. Em toda a parte, gozava de boa fama o trata-

mento muito humano dispensado aos escravos. Excessiva, até, a sua indulgencia para com estes, no dizer unanime dos colonos.

Queixou-se João Leite de que, certos immigrants não faziam differença entre o meu e o teu. Um delles, individuo que, já na patria, tinha má fama, vendera, por exemplo, secretamente, aguardente aos pretos e estes o haviam pago com mercadorias furtadas ao senhor. Já, varias vezes, comprara o fazendeiro, deste individuo, feijão roubado das proprias roças. Differentes colonos confirmavam taes factos.

Em relação aos juroz era tambem o lavrador amparense o mais correcto, mostrando-se nada ganancioso. Até, pelo contrario, sobremodo desprendido.

A fazenda de *Boa Vista* vinha ser a plantação mais alta dos districtos cafeeiros da provincia de São Paulo, e talvez de todo o Brasil.

O panorama do terraço da sua casa grande, era simplesmente magnifico. O cafesal, extenso e bem cultivado, estava infelizmente exposto aos ventos frios do Sul, devido á situação elevada, e, além disto, plantado do lado da sombra. Por este motivo o café amadurecia muito irregularmente exigindo diversas colheitas, o que roubava muito tempo.

Fazia frio n'aquellas alturas o que tambem frequentemente tolhia os movimentos do pessoal, nos cafesaes, ao tempo da colheita. Nas primeiras horas da manhã era-lhe frequentemente impossivel colher o café por ter os dedos inteiriçados.

Optima impressão, ainda, colheu Tschudi, do encontro de seis outras familias de colonos, do municipio do Amparo. Quatro, da fazenda do Sr. Francisco Marianno Galvão Bueno não tinham outro intuito de vel-o senão para lhe pedir o auxilio afim de conseguir, da communa natal, a remissão das anticipações das pagas de viagem.

Estavam muito satisfeitos com a situação actual porque o fazendeiro era tão extraordinariamente indulgente que lhes concedia quanto quizessem.

Tinham boas casinhas, sem pagar aluguel, excellente terra para roças, e tanta quanto quizessem, além de extensos pastos. Dahi o abuso, nocivo ao lavrador benevolo. Descuidavam completamente o trabalho pesado do cafesal, plantando legumes e mantimentos, vendidos no mercado da villa do Amparo, dali proxima, dedicando-se ainda ao commercio de cavallos.

Como sempre estivessem passeando em cavalgatas nos districtos visinhos, tornavam-se proverbialmente conhecidos

como preguiçosos entre os demais colonos da zona, dos quaes alguns invejavam sua "vida de fazendeiro".

Dinheiro não lhes faltava, mas ás suas dividas quasi não amortizavam. Para não deixar perecer inteiramente o cafetal, a elles entregue, vira-se o fazendeiro na contingencia de annullar os contractos de parceria estatuinto-lhes salarios. Segundo estes ultimos, recebiam além da casa, terra para plantar, pasto e 1.280 réis por dia de serviço.

Pessimos agricultores estes individuos! que antes da emigração trabalhavam nas celebres explorações do schisto de Plattemberg no cantão de Glaris. Eram portanto cavouqueiros e não agricultores.

As duas outras familias (estas da Suissa franceza), colonos da fazenda *São Joaquim*, do Dr. Joaquim Marianno Galvão de Moura Lacerda, não faziam coisa melhor e tinham-se tambem dedicado ao commercio de cavallos. O fazendeiro muito endividado, abandonara a fazenda, naquelle tempo, administrada por um depositario.

Pensavam os immigrants em dali fugir, furtivamente, caso a propriedade passasse a outro dono.

Ouvindo as queixas destes sujeitos convenceu-se Tschudi de que não valiam grande coisa.

Voltando a Campinas permaneceu o diplomata alguns dias nesta cidade.

"Dos brasileiros notaveis que tive ensejo de conhecer, relata, menciono, acima dos mais, o Commendador Joaquim Egydio de Souza Aranha (futuro Marquez de Tres Rios) homem excellente sob qualquer aspecto e geralmente respeitado e venerado, não somente no estreito circulo do seu municipio como tambem em toda a provincia. E o Sr. Joaquim Bonifacio do Amaral (futuro Visconde de Indaiatuba), homem muitissimo respeitavel."

Visitou na companhia deste ultimo a sua fazenda *Sete Quedas*, onde tambem se fizera uma experiencia com colonos de parceria. No caminho parou, por algumas horas, na fazenda do Sr. Joaquim Ignacio de Vasconcellos Machado, onde havia pequena colonia de familias allemãs, na maior parte, desoneradas.

Ali encontrou infeliz familia suissa, agasalhada pelo fazendeiro, por mera misericordia. O marido, debil e doentio, trabalhava como jardineiro, nos terreiros e a sua mulher que, já na patria, soffrera abcessos incuraveis nos pés, mal podia agora dar conta dos pequenos arranjos caseiros. Ambos se entregavam á embriaguez.

Na fazenda de *Sete Quedas* encontrou verdadeira colonia exemplar. Compunha-se exclusivamente de holsacianos. Todas as familias estavam libertas de dividas, já desde alguns annos. Continuavam porém a trabalhar, sob o contracto de meiação. E toda esta gente, sem uma unica excepção, se mostrava muito contente.

Se assim não fosse, seguramente não teria renovados os contractos. As suas casas mostravam-se extraordinariamente assejadas, bem situadas e commodas. Cada familia possuia de 8 a 10 porcos, algumas vaccas e geralmente tambem cavallos. Plantavam estes colonos muitos mantimentos, especialmente batatas, para vendel-as em Campinas, faziam manteiga e queijo e dedicavam-se com grande predilecção, á apicultura.

Possuia uma das familias 118 colmeias de construcção simples, mas engenhosa. De quanto o clima da provincia de São Paulo era favoravel á apicultura, transcreveu o nosso autor como comprovação de um artigo do Brigadeiro Machado de Oliveira, publicado no primeiro tomo da revista *O Industrial Paulistano* os seguintes dados:

“Em começos de 1840, seis colmeias haviam sido trazidas do Rio de Janeiro a São Paulo. Já no fim do primeiro anno haviam enxameado para 300. De duas trazidas para Campinas, provinham 1.100 colmeias, passados tres annos!”

Apesar de todos estes trabalhos não se descuidavam os colonos de modo algum, do cafesal, e este ostentava excellente aspecto. Um colono, por nome Hans Dibberer, contou ao diplomata que, em 1860, economisara cerca de mil thalers de lucro liquido da colheita de café e da venda de mantimentos.

Arroubadamente declara o ministro helvético:

“*Sete Quedas* é a demonstração convincente de quanto a parceria pode ser extraordinariamente vantajosa aos colonos!”

O reverso da medalha é que não se mostrava tão brilhante...

O Commendador Joaquim Bonifacio do Amaral, não estava muito contente com os holsacianos. Declarou o seu visitante que necessitava de muitissima paciencia e indulgencia para com elles porque se tornavam tanto mais exigentes quanto mais economisavam.

Por exemplo: não queriam, sem pagamento, sequer ajudar a cercar os proprios pastos! Declarou tambem que, apesar de ser o resultado, em geral, bastante satisfatorio, esta primeira experiencia com colonos de parceria lhe era sufficiente. Não queria mais experimental-a com novos colonos.

De passagem refere Tschudi então dois episodios, crueis, de sevicias ferozes, de fazendeiros contra escravos, contempo-

raneos de sua visita á provincia de São Paulo. Um, sobretudo, nos parece exaggerado pois falla na existencia de um portu-guez em Lorena que, em agosto de 1861, resistira pelas armas a uma diligencia policial, judiciaria, destinada a averiguar se realmente assassinara, e de modo atroz, quinze de seus es-cravos.

Diz Tschudi que depois de ameaçar matar as autoridades, juiz municipal e delegado de policia, a estas affrontando, á testa de cerca de cem capnagas, acabara o faccinoroso lavrador suicidando-se.

Declara o diplomata que scenas como a de Lorena eram raras, alcançando comtudo grande publicidade porque sempre os delinquentes contavam bastantes inimigos pessoases para, com muito prazer, darem aos jornaes sobre seus attentados, todos os informes possiveis.

Acerca dos progressos de Campinas ainda escreveu Tschudi algumas considerações.

Como devesse o bem estar e a evolução notavel principal-mente ao cultivo extenso do café queria mencionar o nome do homem que, fazia pouco mais de trinta annos, então, tomara a iniciativa de incrementar este ramo tão importante da agri-cultura.

Era o recém-fallecido Francisco Egydio de Souza Ara-nha, membro de importantissima familia da região. Começara por pequenas experiencias em sua fazenda, e quando se con-venecera do bom resultado destas, plantara grande cafesal, incitando os demais fazendeiros a que lhe seguissem o exemplo.

Nelles encontrara, porém, pouca disposição para o fa-zerem.

Pensavam que a terra de Campinas se prestava exclusi-vamente ao cultivo tradicional da canna d'assucar. Apenas alguns membros da sua familia realizaram experiencias timi-das, em suas propriedades.

Os resultados brilhantes obtidos venceram logo os pre-conceitos e o exemplo de Souza Aranha fôra imitado, e muito além dos limites do municipio, substituindo-se, ás plantações de canna, os cafesaes. No anno de 1860, só no municipio de Campinas existiam 189 fazendas de café que, juntas, exporta-vam, annualmente, e em termo medio, 700.000 arrobas. Dos engenhos de antanho só restavam 22; produzindo de 55 a 60.000 arrobas d'assucar em pó.

Em tempos idos, plantara-se, tambem, nos arredores de Campinas, o trigo; mas seu cultivo fôra abandonado por causa da *ferrugem*. Nos ultimos annos, recommençara-o, e com bom

resultado, o fazendeiro Joaquim Antonio de Arruda, (pouco depois Barão de Atibaia).

Outro fazendeiro de Campinas, Joaquim dos Santos Cargomo, em Camandocaia, alcançara igualmente, de tal lavoura, bons proventos.

Subsistia, sempre, certa esperança de se poder plantar, vantajosamente a graminea em terras de diferentes zonas da provincia, impróprias ao cultivo do café.

A construcção da estrada de ferro de Santos a São Paulo e o seu prolongamento a Campinas era verdadeira questão vital para que ao tão florescente municipio não coubesse, dentro de quatro ou cinco decennios, a mesma sorte que ao de Jundiahy e a outras regiões, antigamente ricas, e em consequencia de processos agricolas completamente irrationaes, empobrecidas e abandonadas.

Certamente não só Campinas, como todos os districtos da provincia, seus limitrophes, que naquelle momento cultivavam sobretudo o café, sentiriam amargamente, as consequencias da actual lavoura depredatoria. Os numerosos colonos de parceria que depois de se libertarem das dividas, se estabeleciam alli como camponeses, teriam de fazer agricultura mais intensiva influindo, como já se provara, beneficemente sobre os grandes fazendeiros.

A construcção da estrada de ferro defenderia tambem a cidade de prematura decadencia. Já havia muito tempo que Campinas se convertera em importante entreposto commercial para algumas das comarcas mais remotas da provincia de São Paulo e mesmo de Minas Geraes.

Para ella remetiam seus productos como algodão, toucinho, feijão, queijo etc., em troca de sal, ferramentas e outros artigos da industria européa.

Só da comarca de Franca chegavam, annualmente de 500 a 700 carroças, cuja carga, na maior parte, se transportava de Campinas a Santos em mulas ou carros de boi.

Tal commercio, já meio decadente nos ultimos annos, augmentaria muito com a construcção da estrada de ferro, do mar a Campinas.

A agricultura, iria gradativamente, ganhando terreno na direcção do Oéste, nas mattas virgens do Rio Piracicaba e do Rio Tietê, mandando os seus ricos productos a Campinas. E muito provavelmente, o numero de colonos allemães, vivendo em terra propria, augmentaria, parte por livrar-se das obrigações do systema de parceria, parte graças á immigração.

Talvez conviesse que, em alguns lugares, tanto quanto em

Campinas, os fazendeiros, pela venda de lotes regularmente grandes, fixassem os colonos ao solo, perto da cidade, onde um clima magnifico e são, a terra fértil e a saída segura dos productos aos trabalhadores garantiam tão bello futuro.

Augurava pois o ministro suíço largo e grande porvir á *Princesa do Oeste*.

“Campinas reúne todas as condições para se tornar a segunda cidade da provincia. E’ necessario somente favorecer-lhe a evolução o que, seguramente, a intelligencia e o patriotismo da parte competente da sua gente liberal conseguirá.”

Em 1860, a area do municipio, com cerca de 52 leguas quadradas, contava 21.000 habitantes, dos quaes 14.000 escravos. Diziam que na cidade viviam de 5 a 6.000 pessoas.

Deixando os seus cordeaes hospedeiros, a amavel familia Krug, viajou von Tschudi para Limeira, afim de visitar as restantes colonias de parceria. Ao Dr. Jorge Krug, sempre desinteressado defensor dos colonos, encarregaria mais tarde do vice-consulado suíço de Campinas.

As nove leguas da importante estrada commercial ligando Campinas a Limeira se desdobravam num traçado que o illustre viajante achou muito mau.

Passava, de modo verdadeiramente primitivo, por cima de serras e valles, até mesmo onde seria possível local-a commodamente e com pequenas voltas, pelas encostas das montanhas. A conserva correspondia perfeitamente á sua construção.

Mais ou menos, pela metade do caminho, passado o ponto historico da Venda Grande, que o itinerante assignalou com interesse aos leitores, via-se pousada solitaria, e bastante má, a *Vendinha do Matto*. A legua e meia além da tal vendinha, ponte comprida e bem construida transpunha o rio Piracicaba, vulgar e imprópriamente chamada ponte do Atibaia annota o ministro, porque já estava a jusante da confluencia dos dois formadores do Piracicaba, o Atibaia e o Jaguary.

Desde este ponto, as mais ou menos tres leguas restantes da estrada, até Limeira, estavam muito bem conservadas.

De Limeira disse Tschudi que era “povoação atrophada e completamente insignificante com ruas muito más e em parte escarpadas onde se notavam algumas casas bem construidas, mas poucas. Contaram-lhe que, poucos annos antes, era commum haver cabras encarapitadas no telhado da igreja matriz. Seria difficil até para brasileiros, verificar se Limeira estava em progresso ou em decadencia.

Pelo menos affirmava que o lugar, até ultimamente fre-

guesia, não fizera o menor progresso, apesar de elevado a villa e viera a ser a residencia de algumas familias ricas, o que, em todo o caso, não parecia de bom agouro, para a séde dum municipio de excellente agricultura. Contava 55 fazendas de café, 9 de canna e duas fazendas de criação. A villa segundo se contava teria quando muito de 1.200 a 1.500 almas.

CAPITULO V

Limeira — Conselhos do Alferes Franco — Visita ás fazendas do Senador Souza Queiroz — Questão com o commendador Vergueiro — Desistencia de uma visita a Ibicaba — Visita ás fazendas do Comm. Souza Barros — Estada no Rio Claro — As fazendas do Dr. Pacheco Jordão

Na hospedaria dum allemão por nome Kanneblei, achou pousada o Barão von Tschudi. Á noite, visitou o ancião alferes Joaquim Francisco de Camargo. Parece-nos que ha ahi positivo engano de nome, devendo tratar-se de Joaquim Franco de Camargo, o tão conhecido *Alferes Franco*, de prestigiosos appellidos, naquella região do oeste paulista.

Disse-lhe que queria ir a sua fazenda, no dia seguinte. Lamentou o alferes não poder acompanhal-o, por estar, já desde muito, confinado em casa, enfermo.

No dia seguinte visitou Tschudi a grande fazenda *São Jeronymo*, de propriedade do Senador Francisco Antonio de Souza Queiroz (Barão de Souza Queiroz), distante duas leguas e meia de Limeira.

No caminho alcançou um cavalleiro, cujo typo era o do perfeito bufarinheiro israelita. Declarou-lhe ser um tal *Jonas* director da Colonia Vergueiro, ao tempo da revolta dos colonos suissos em Ibicaba.

Já muito ouvira Tschudi falar deste homem e de sua comparticipação naquelle acontecimento. Explicou-o largamente o seu informador de quem se declara suspeito, acerca da veracidade do depoimento.

Ao Senador Souza Queiroz, proprietario de numerosas fazendas que alternadamente visitava, encontrou o Ministro suisso, casualmente, em S. Jeronymo.

Recebeu-o com alguma desconfiança, o que era natural visto como sabia de suas pendencias com o seu cunhado, commendador Vergueiro.

Inmediatamente abordou o assumpto da colonisação quei-

xando-se de relatos mentirosos já impressos “sobre os muito calunniados fazendeiros.”

“Depois de discussão bastante animada, narra o Barão, tratou-me com toda a franqueza, mandou chamar os colonos e apresentou-me os livros a elles referentes. Na fazenda viviam 63 familias de colonos de parceria, entre ellas cinco suizas das quaes duas, que não tinham recebido da sua communa anticipações de paga, estavam desoneradas. Uma pudera logo, tambem, libertar-se. Às tres, porém, que tinham recebido, grandes anticipações, ainda assoberbavam muitas dividas. Dos allemães, isto especialmente entre os holsacianos, grande parte estava tambem sem dividas ou no anno seguinte se libertaria.”

Como em toda a administração da fazenda, tambem na escripturação dos colonos havia “pontualidade severa, ordem e methodo.”

De tudo quanto viu pareceu a Tschudi que o Senador Queiroz era “rigorosamente justo, para com os seus colonos, mas não indulgente.”

Respeitava escrupulosamente os contractos, exigindo a reciprocidade por parte do seu pessoal. Alguns colonos se queixavam de não ter bastantes cafeeiros a cultivar.

Defendendo-se, a tal respeito, explicou o grande fazendeiro que justamente os que se queixavam, haviam antigamente tido maior cafestal, delle se descuidando, porém, e de tal modo, que o seu administrador se vira forçado a tirar-lhes parte dos talhões para não deixar perecer as lavouras.

Haveria mais justificada causa do que esta?

Vigorava sempre a ordem do fazendeiro, a seu proposito, para que entregasse, a cada familia, o numero de arvores que se obrigasse a bem tratar.

A queixa principal referia-se aos actos de um antigo director da colonia, de nome Braun, de quem os colonos diziam que os odiava por causa dos acontecimentos de Ibicaba, calunniando-os perante o fazendeiro.

Apuradas as cousas, determinara o Senador o seu afastamento demonstrando mais uma vez a sua equanimidade.

Em S. Jeronymo, como nas demais fazendas do Senador Souza Queiroz, os colonos pagavam pequeno aluguel pela terra de plantio, a saber: 500 réis por anno, pelo primeiro milheiro de braças quadradas, mil réis pelo segundo, 2 pelo terceiro e mais mil réis por milheiro seguinte. O aluguel de alqueire de chão regulava pois cerca de cinco mil réis annuaes.

Pelas casas, porém, só pagavam 500 réis mensaes, podendo ficar com todos os productos de suas roças.

A fazenda de S. Jeronymo estava, como todas as outras propriedades do Senador, em muito bom pé de cultivo, possuindo terreiros que deviam ter custado largas sommas, além de boas installações para o beneficio do café.

Passando pela "grandiosa Fazenda de Santa Barbara", tambem propriedade do Senador Souza Queiroz, onde havia 49 familias portuguezas, como colonos de parceria, foi Tschudi ter a Palmyra, propriedade do Sr. Lourenço Franco da Rocha. Ali viu cinco familias europeas que já tinham estado em outras fazendas lá chegando pois muito endividadas.

Continuavam a trabalhar em condições favoraveis e de bom tratamento. Por isto estavam contentes e esperançadas de libertar-se dentro de alguns annos, o que não lhes fôra ainda possivel, segundo asseveravam, nas fazendas por onde haviam passado.

"Mudar de fazenda é geralmente coisa perigosa para os colonos, observa Tschudi. O novo patrão precisa indemnizar ao antigo e os immigrants encontram-se na contingencia de comprar mantimentos, quasi por um anno todo, e por conseguinte forçados a augmentar a divida. Alguns têm boa sorte com a mudança, especialmente quando a causa da sua situação desfavoravel provem do fazendeiro ou do administrador, ou ainda, do mau cafetal ou das terras improprias ao plantio."

A outros, a esses que não podiam progredir, por causa da preguiça ou da leviandade, a mudança provocava a ruina completa.

Vagabundavam de fazenda a fazenda até que algum lavrador os aceitasse, com as dividas sempre acrescidas.

Em Palmyra encontrou Tschudi diversos colonos expulsos de Ibicaba em consequencia do seu amotinamento, o que lhe proporcionou o ensejo para atacar a sua *bête noire*, o Commendador Vergueiro, relatando violencias e picuinhas.

Em Limeira dissera-lhe o Alferes Franco que, ao seu entender, o colono desejoso de prosperar era obrigado, nos primeiros tempos, a viver com a maxima economia. Os fazendeiros, a seu turno, precisavam esforçar-se para que os immigrants não se vissem compellidos a augmentar, sem necessidade, os debitos.

Para isto deviam confiar-lhes numero sufficiente de bons cafeeiros e terra fertil para as roças. Assim dava elle, a seu pessoal, a menor quantidade possivel de viveres e dinheiro, alcançando, graças a este systema, bom resultado.

Seus colonos, confirmaram-lhe as palavras, lealmente. Haviam, no primeiro anno, conseguido do fazendeiro

obter apenas com que se mantivessem. Assim também quanto ao supprimento em dinheiro. Mas tinham trabalhado diligentemente. Já no segundo anno, dispunham do mantimento de sua planta, em abundancia e, quando o ministro suiso os vira já se achavam desonerados. Manifestaram-lhe unanimemente, não poder assaz agradecer a conducta prudente do patrão. Estavam todos decididos a ficar na fazenda, ainda por alguns annos, para angariar peculio effectivo e encetar vida nova, por conta propria.

De Limeira seguiu Tschudi para a villa de São João do Rio Claro, quatro leguas além. O caminho era bom, durante legua e meia. Atravessava-se depois outra legua e meia, de espessa matta, sahindo, a uma legua apenas antes de chegar a São João, em campo aberto.

Passou perto das porteiras do "Ibicaba", onde residia o seu detestado Commendador José Vergueiro.

A visão dessa grande propriedade excitou o azedume do nosso viajante que lhe chama *fazenda tão tristemente celebre*. De longe avistou parte da colonia. "Quantas scenas de sofrimentos, miserias e desesperação occorreram nestas casinhas tão risonhas!", observa tragicamente.

Como fosse domingo, encontrou o diplomata, pela estrada, muita gente, homens, mulheres e crianças, parte a pé, parte a cavallo. No Rio Claro hospedou-se em casa do Dr. Gattiker. Á villa havia occorrido grande numero de colonos de diferentes fazendas que esperavam a sua chegada; a maioria sahira de Ibicaba.

Em Santos, declarara-lhe o Commendador Vergueiro, com quem tivera asperos debates, que daria ordens ao seu administrador para não o receber officialmente. Ser-lhe-ia permittido, porém, visitar a fazenda, mas como mero particular. Contava, aliás, achar-se em Ibicaba, no mez de agosto. Apresentar-lhe-ia, então, as contas dos colonos, permittindo-lhe o perfeito exame da situação de todos os immigrants.

Não se verificara tal promessa porém. Pediu Tschudi ao seu adversario que lhe confirmasse a declaração de Santos, por escripto, e, ao chegar a Rio Claro, encontrou uma carta que o agastou muito.

Neste documento declarava achar desnecessaria a visita do diplomata á fazenda! Receiava que os colonos novamente se revoltassem á sua vista. E se tal succedesse, elle Tschudi, com a maior bôa vontade, não seria capaz de os refrear.

Respondeu a estes "argumentos ridiculos" affirmando--

lhe que em todas as colonias, que até agora examinara, os suíços se tinham comportado com calma, e decentemente.

Os fazendeiros lhe attestariam não lhes haver elle feito reclamações impertinentes.

Não era crível que os das fazendas da sua familia fossem peores e mais irrequietos do que os muitos outros, localizados em varios pontos da provincia. E assim protestava contra tal deliberação e insinuação.

Furioso, affirma Tschudi que o Commendador Vergueiro, já em certa occasião, tivera a audacia de negar a entrada, em Ibicaba, de um delegado do governo imperial, o juiz de direito Dr. Machado Nunes. Declarara peremptoriamente, que nunca mais permittiria a qualquer commissario do governo, a visita de suas propriedades. Por conseguinte entendia fazer da sua fazenda um estado dentro do estado!

Faz Tschudi grande cabedal da existencia dos vales que Vergueiro mandava imprimir e fazia circular em suas terras. A seu ver este facto representava "verdadeiro descôco!"

Attribuia-se o landlord o direito de cunhar moeda!

Assim reproduz os dizeres de um destes vales, no valor de mil réis, accrescentando que ainda corriam outros, de dois e cinco mil réis.

Denuncia-o como culpado de pôr em circulação quantias que, na realidade, não possuia, resgatando-as sómente quando recebia dinheiro nacional, real.

A accusação é inepta para quem conheça as coisas do Brasil, sempre falto de meio circulante e moeda divisionaria, e sabe que esta emissão corresponderia a uma somma minima em relação ao valor de uma grande fazenda, como o Ibicaba, e aos recursos da poderosa firma Souza Queiroz e Vergueiro.

Affirma Tschudi uma coisa que não deve ter sido muito exacta, a saber: os colonos tinham de pagar juros sobre este dinheiro ficticio. Era verdade que nas notas se dizia que na fazenda do Ibicaba, seriam ellas resgatadas á vista de papel moeda nacional, mas isto só occorria quando lá existia numerario. Os que estão ao par das nossas condições e sabem o que representa a falta de dinheiro miudo no interior do Brasil, hoje, bem podem avaliar o que seria a escassez do numerario em 1860, á bocca do sertão.

Refere Tschudi que dois negociantes de Limeira descontavam os vales exigindo sempre porém, que os colonos lhes comprassem alguma coisa para lhes dar como troco, moeda de cobre do paiz. Estes dois mercadores vendiam mais caro que o resto do commercio, allegavam os colonos.

O governo imperial acabou proibindo a emissão de taes vales e o Ministro da Agricultura communicou, em 1861, á legação da Suissã, que o seu collega da Fazenda déra ordens para impedir sua circulação. “Não sei, observa Tschudi iro-nico, se o braço do Ministro da Fazenda alcançou Ibicaba e se José Vergueiro, que tão francamente desprezava os decretos do seu governo, obedeceu a esta ordem.”

Os colonos que o procuraram no Rio Claro representa-vam trinta e duas familias. Em real minoria apresentavam-se, pois, os queixosos, lembremol-o de passagem.

Relatando que lhes endereçaram muitas recriminações de-clara Tschudi, lealmente, que só se communicara com os accu-sadores, não podendo ouvir a defesa da parte contraria. Ver-beravam os colonos o imposto de capitação, depreciavam as lavouras que lhes haviam sido dadas em terra pedregosa, pro-ductoras de colheitas mediocres, e más. Mas estavam geral-mente contentes com o administrador da fazenda, o antigo con-sul suiso Sr. Perret Gentil, que talvez fosse o cunhado do Commendador Vergueiro, ou pelo menos parente deste, sup-pomos nós.

O director allemão da colonia mostrava-se capaz de todas “as brutalidades e infamias”. Quasi os tornava desesperados! De outras fontes ouviu o diplomata, que taes accusações eram muito justificadas.

Verbera Tschudi a tyrannia e a perversidade dos estran-geiros que se tornavam os algozes de seus patricios, nas fa-zendas brasileiras.

“Acho, affirma, que em todas as fazendas em que os colo-nos de parceria não se encontram em situação favoravel, cabe aos taes *directores* a principal culpa de tal. Em todo o caso muito maior é a sua responsabilidade do que a dos fazendeiros.

Por não poderem entender-se directamente com os colo-nos que só fallam allemão, os lavradores vêm-se na contin-gencia de empregar interpretes, delles usando como directores e guarda-livros. Não ha grande latitude de escolha e, por isto, precisam experimentar qualquer individuo que lhes pareça mais ou menos util.

Mas estes sujeitos são frequentemente deshonestos e des-briados, e procuram fortalecer a sua posição por meio de infame servilismo perante o patrão e brutalidade para com os subalternos.

Nunca defenderão perante o fazendeiro um direito dos colonos, por minimo que seja e sempre hão de procurar im-pedir uma boa intenção do patrão para com os empregados”.

Casos houve em que taes individuos, por odio e vingança, falsificaram contas em desfavor dos colonos, á revelia dos fazendeiros que só descobriram taes infamias depois de demittidos estes miseraveis intrigantes.

Estes "bons allemães" eram "os mais perigosos carbunculos péstilenciaes" do systema brasileiro de mediação.

De todos o peor vinha a ser o de Ibicaba, proclama o ministro helvecio. Sujeito completamente inculto, e immensamente bruto, já em outras comarcas tivera desagradaveis contactos com a policia e os tribunaes, soubera-o de um informante brasileiro.

Parecia que este homem pretendia, por meio de brutalidades, provocar, propositadamente, novos conflictos afim de provar que a culpa da revolta de 1857 coubera unicamente aos colonos.

Tambem affirma o nosso autor, a avançar uma proposição que os annos desmentiriam por completo:

"A Casa Vergueiro e Companhia, tendo a pretensão de possuir, no Ibicaba, verdadeira colonia exemplar, viu, graças áquelles acontecimentos, miseravelmente destruido, o nimbo com que se aureolava perante os fazendeiros da provincia. Assim, por causa da sua derrota moral, vingou-se dos colonos suissos que tinham ficado na fazenda."

Singular desforra, é o caso de se objectar, ao agastado reparador, que logo depois apresentava uma dirimente em favor de seus atacados, ao falar da fazenda Angelica, tambem pertencente aos Vergueiros e situada a algumas leguas de Rio Claro.

"Nella viviam os colonos de parceria, mas muito mais contentes do que os de Ibicaba, porque ali reinava mais ordem e o director da colonia era humano e justo."

O administrador de Ibicaba, Sr. Perret Gentil, veio convidar o ministro syndicante a visitar a fazenda. Entregou-lhe Tschudi, como resposta, a carta que o seu patrão lhe escrevera.

"Mostrou-se o Sr. Perret muito indignado com o proceder de Vergueiro, dizendo que não lhe mandara uma unica palavra a respeito de tudo isto. Por conseguinte, não lhe dera ordem alguma, para não me receber. Solicitou-me agora, tanto mais instante, que o acompanhasse a Ibicaba, achando completamente absurdo o argumento de Vergueiro de que os colonos podiam revoltar-se novamente, com a minha presença.

Disse tambem que causaria muito má impressão, em toda a população brasileira culta da provincia, que eu visitasse todas as fazendas que tinham colonos de parceria, e não as

da Casa Vergueiro, sendo, além de tudo, desconhecida a causa de tal excepção.”

Mostrou-se Tschudi inflexível dando mostras de parcialidade que redundaria em favor de seu tão aborrecido adversario.

Assim em vez de ir a Ibicaba foi á fazenda *São Lourenço*, propriedade do Commendador, e mais tarde Dignitario, Luiz Antonio de Souza Barros, irmão do Senador Souza Queiroz, e “finissimo cavalheiro”. Da cidade distava quatro leguas e nella encontrou o fazendeiro, e sua familia, que habitualmente moravam em S. Paulo. Foi recebido franca e amavelmente. Manifestou-se Souza Barros agastado com os relatorios injustos e deturpadores dos factos, publicados sobre a sua colonia. Fel-o, em todo o caso, com a moderação e a calma de um homem culto e fidalgo.

A fazenda era das maiores da região cafeeira paulista e, ao mesmo tempo uma das melhor organizadas. Noventa e duas familias, parte das quaes desoneradas, lá moravam, como colonos de parceria, entre ellas 32 suissas.

A maioria ainda tinha dividas, e via-se onerada graças ás antecipações fornecidas pelas respectivas communas. Algumas, em circumstancias mais favoraveis até, tinham assumido grandes encargos, porque, entre ellas, havia pessoas extremamente preguiçosas e beberonas.

Uma familia por exemplo, só cultivava 420 cafeeiros, emquanto outra, que apenas contava um numero um pouco maior de trabalhadores, cuidava de 2.000.

Varias outras só tinham de quinhentos a 700 cafeeiros. Quando perguntados porque não cultivavam maior numero de arvores, responderam que tinham tantas dividas que não lhes valia a pena trabalhar muito no cafestal. Dispunham de fartos mantimentos de suas roças e tambem de algum dinheiro em caixa. Deste modo viviam bastante bem e não podiam comprehendere porque deveriam afadigar-se demais. Isto era, por consequinte, o mesmo modo de pensar de muitos, em outras fazendas.

A colheita de 420 cafeeiros (por consequinte, em termo médio 26 arrobas e descontadas destas a metade devida ao fazendeiro), não vinha a ser sufficiente para attender aos 6 % dos juros das dividas. E a amortização do capital esta nem entrava em consideração!

Alguns colonos porém, queixavam-se de não receber sufficiente cafestal. Mas o director declarou em sua presença, que muitos delles, antes da colheita, pediam, em geral, numero

maior de arvores do que as que podiam tratar, desistindo, de parte, logo, ao começar o trabalho mais arduo da enxada, sob o pretexto de terem lavoura demasiada.

Assim só queriam aproveitar-se das arvores e não dellas tratar. Tal explicação não desmentiam os presentes. Os colonos não formularam outras queixas, mas muito redigiram petições a respeito de suas antigas circumstancias na patria. Estavam contentes com o fazendeiro e seu director F. Schmid. Dispunham de bastante terra para as roças e compravam, da fazenda, assucar, sal e, até, ás vezes, um pouco de café!

Sabiam angariar a principal parcella do seu café do gasto por processos diversos do que o recurso de se valerem da administração da fazenda! annota Tschudi, maliciosamente.

Apreciou o diplomata, e muito, o que viu em casa do Commendador Souza Barros.

“As condições na fazenda de São Lourenço são taes que qualquer familia, laboriosa (a menos que não lhe occorram excepçoes desgraças ou não esteja, desde a entrada, onerada por divida muito grande) póde, dentro em poucos annos, trabalhar, contando com lucro liquido.

O fazendeiro é realmente homem benevolo. A administração da fazenda conscienciosa e cuidadosa, e o cumprimento dos contractos puntual.

Os preços do café, postos á conta dos colonos, correspondem exactamente ás cotações do mercado; as taxas são proporcionalmente menores do que nas outras colonias porque os colonos, não têm que pagar juros dos viveres e do dinheiro recebido da fazenda; a terra das roças é sufficiente e boa, e o cafetal encontra-se em excellente pé”.

Defeito da colonia vinha a ser a situação, baixa e humida, de parte das casas. Este mal porém já fôra em parte remediado transferindo-se as habitações para mais alto ponto.

Pareceu a Tschudi que o Commendador Souza Barros tirava proveito do systema de parceria, não se deixando desanimar por alguns resultados desfavoraveis e prejuizos causados por maus colonos. Pretendia, ao que soube o ministro, querer continuar com este systema e até em proporções maiores.

Ainda ultimamente mandara vir certa quantidade de familias, na maior parte do Holstein, mas não por intermedio da Companhia Vergueiro, e com contractos mais claros e um pouco mais favoraveis.

Cabia ao viajante a convicção de que todas estas familias, entrando pouco oneradas, na fazenda, teriam lucros. O holsaciano Jorge Empke contara que, só com a colheita de

1858, pagara quasi toda a sua divida de 414 mil réis; a de 1859 dera-lhe um saldo de 1.200 alqueires e a de 1860 de mil alqueires. Muito raras vezes, occorria que uma familia desonerada deixasse immediatamente São Lourenço, quasi todas assignavam novos contractos por alguns annos; isto, em todo o caso, era prova de que tambem tiravam proveito do systema e não se sentiam infelizes.

Passou Tschudi a visitar as fazendas *Biri* e *Couvinga*, confinantes de S. Lourenço e pertencentes ao Dr. José Elias Pacheco Jordão. O fazendeiro, ituano, homem energico, intelligente e emprehendedor, cujo nome ficaria assignalado nos fastos ferroviarios paulistas, sobretudo pela iniciativa da construcção da E. de Ferro Ituana, visitara-o varias vezes, no Rio Claro, explicando-lhe largamente a situação de sua colonia. Restava-lhe somente ouvir as queixas e a defesa dos colonos. Nas duas fazendas estavam 18 familias suissas e algumas poucas de allemães.

Começara a colonia sob auspicios desfavoraveis. O Dr. José Elias era irascivel, affirma Tschudi, e a maior parte de seus colonos gente verdadeiramente preguiçosa. Mais justo seria que o diplomata dissesse quanto o fazendeiro era um trabalhador incansavel. Dahi o conflicto. Além disto o cafesal, novo demais, não podia dar boas colheitas, nos primeiros annos. A escripturação antiga achou-a Tschudi muito desordenada. Por isto haviam surgido questões mais ou menos sérias entre o lavrador e seus colonos. Em certa occasião aquelle, sobremodo irritado, agira violentamente demais, confessou-o ao seu visitante.

Pelo que recorda o proprio Tschudi, fôra o Dr. Jordão muito infeliz com os seus colonos, verdadeiro refugio de outras fazendas e ao *Biri* levados por agentes collocadores de jornalheiros, aqui e acolá.

Alguns destes individuos tinham induzido varias das familias mais preguiçosas a que suspendessem os trabalhos, não os recomeçando antes de anno e meio, apesar das exhortações do Dr. Jordão. Só depois de desvanecidas as suas illusões haviam decidido tornar ao trabalho nos cafesaes.

Dahi a aggravação dos debitos. Tinham estes grevistas manifestado positivamente a maior cegueira e obstinação. Quanto Tschudi visitou a fazenda cessara a greve, havia já um semestre. Os paredistas estavam desolados mas os que não os haviam acompanhado mostravam-se muito satisfeitos! Um delles, certo Ulrico Muller, pagara, em quatro annos, um conto e quinhentos mil réis de compromissos.

A escripturação passara a ser excellente porque o Dr. Elias, fazia mais ou menos um anno, tomara um director muito capaz, certo Kock, que antes, durante alguns annos, occupara o mesmo cargo em Ibicaba, e lá tambem fôra muito querido dos colonos.

A tal proposito aproveita Tschudi a opportunidade para mais uma zargunchada desferida contra o Commendador Vergueiro.

Em todo o caso lembra, e isto o honra, "que o Sr. José Vergueiro restituira aos donos das fazendas de *São Lourenço*, *Biri*, *Cowvitinga* e *Bôa Vista* a capitação dos respectivos colonos e que os fazendeiros haviam lançado esta quantia ao activo destes."

Queixou-se muito o Dr. Jordão de que seus desaffectedos haviam divulgado pela imprensa diversos factos calumniosos em relação a elle e á sua colonia. Estava disposto a creditar a todos os seus colonos, muito onerados, a metade dos debitos, se lhe pagassem a outra metade em dinheiro. Passado um anno tivera o ensejo de tal fazer cumprindo a palavra dada, o que era a prova cabal de que não intentava coagir o seu pessoal, por meio de grandes dividas, a uma dependencia continua, delles fazendo como que escravos brancos.

CAPITULO VI

Queixas justas e injustas de colonos — Demonstrações de equidade — Ida a Piracicaba — Estada na fazenda de Elias Leite — Primitividade de vida — Costumes antigos — Estada em Piracicaba — Impressões desta cidade

“Em nenhuma de todas as fazendas que visitei, confessa o Barão de Tschudi, percebi qualquer tendencia dos fazendeiros a manietar, por meio de grandes dividas, os colonos á fazenda. Pelo contrario, todos me declararam que seu proprio interesse era que os colonos ficassem desonerados, observando, com muita razão, que só podiam tirar proveito das familias laboriosas e moderadas. Ora os trabalhadores, assoberbados de dividas, e, por conseguinte, em sua maioria, descontentes e preguiçosos, só causavam prejuizos ao cafesal além de darem desgostos continuos aos lavradores.”

Tambem os fazendeiros, que tinham colonos desta categoria, davam-lhes prompta licença para procurar outras fazendas que os acceitassem, e ás suas dividas.

Em nenhuma propriedade, excepção feita da do *Sitio Grande* (do Barão de Jundiahy), percebeu o diplomata relações tão cordias entre os colonos e a familia do fazendeiro quanto nas do Dr. José Elias Pacheco Jordão.

Na fazenda *Bôa Vista*, tambem no Rio Claro, propriedade do Sr. Benedicto Antonio de Camargo, a colonia constava de 35 familias; 23 portuguezas, 6 suissas, 2 allemãs e 4 brasileiras. Alli tambem, a principio, não haviam sido bons os resultados. Occorreram conflictos violentos entre o fazendeiro e os colonos portuguezes, especialmente, provocando até a suspensão do trabalho e a necessidade do lavrador reclamar a intervenção judicial. Estes colonos portuguezes eram, em geral, gentalha miseravel, reunida no Porto, acostumada a furtar e fazer violencias! Um destes typos após uma troca de palavras mandara um filho assassinar um bom colono suiso a machadadas!

O Commissario do governo imperial, Dr. Sebastião Machado Nunes, em 1859, puzera em ordem as coisas confusas, transformando, com o assentimento de todos os interessados, os contractos de parceria em outros de locação de serviços. Das seis familias suissas, só duas estavam desoneradas, as quatro restantes, porém, tinham ainda muitos encargos, o que surprehendeu o ministro, tanto mais quanto estes colonos se achavam na fazenda, já havia oito annos.

Trabalhavam deligentemente, mas não haviam pago, segundo os contractos, os juros das dividas, durante os primeiros quatro annos e tão pouco o aluguel de casa, embora houvessem recebido as quotas de capitação restituídas pelo Comendador Vergueiro.

Esta situação desfavoravel era causada, em parte, pela administração e, em parte, pelos proprios colonos. A administração estivera durante alguns annos, em mãos de pessoas completamente incapazes, que prejudicavam os colonos nas suas contas, de proposito, ou por negligencia.

Queixava-se esta gente tambem de que, nos primeiros annos, eram os alqueires de café grandes demais, assim como haviam sido exaggerados os preços dos mantimentos e dos artigos de primeira qualidade, males entretanto agora remedidos.

O erro dos colonos consistia em vender, frequentemente, logo após a colheita, os viveres muito barato, e á vista, para os comprar da fazenda mais tarde, por preços muito mais altos. Em presença do seu ministro queixavam-se, exclusivamente, das areas insufficientes das suas roças. Defendendo-se respondeu o director que os colonos tinham licença de cultivar tanta terra quanta precisassem, mas só na região da fazenda a elles reservada.

Alli, porém, não a queriam e sim em outros pontos, o que não convinha ao fazendeiro conceder.

Os colonos affirmaram que, nos lotes por elles desejados, teriam mais trabalho, mas tambem colheitas maiores. Finalmente, o fazendeiro, em presença do diplomata, concedeu-lhes plantar as roças no ponto almejado, dando ordens ao director que entregasse a cada familia quanta terra, realmente, pudesse cultivar.

Confessa Tschudi que, ás vezes, as familias dos colonos causavam grandes prejuizos, totaes, até, aos fazendeiros como na Bôa Vista em que uma dellas lesara o Sr. Camargo na somma avultada de 1:835\$000. Verdade é que por morte de um casal, que deixara tres orphãos pequenos.

Voltou o ministro ao Rio Claro, onde ainda durante alguns dias, grande numero de colonos o visitou. A maior parte queria saber novidades da terra natal, podendo alli fallar mais calmamente do que nas colonias. Muitos tambem queriam fallar-lhe a sós o que, nas fazendas, não lhe fóra sempre possível porque, em regra geral, os colonos se fiscalizavam, mutuamente, com bastante desconfiança reciproca.

Um sujeito dessa gente simploria communicou, muito mysteriosamente, ao interlocutor ter achado, já de tal havia alguns annos, grande diamante, durante o trabalho no cafesal.

Pediulhe o adeantamento de umas centenas de mil réis para poder ir ao Rio de Janeiro, vender o diamante. Quando Tschudi lhe disse que mostrasse o seu thesouro tirou do bolso um pacote e desembrulhou, de numerosos envoltorios, mau fragmento de crystal de rocha. Declaroulhe que o seu achado nada valia observando porém que esta affirmacão estava longe de o convencer. Ficou sabendo então que já diversas outras pessoas lhe tinham asseverado o mesmo; mas o pobre diabo não se dissuadir da idéa de ser proprietario de immenso thesouro.

“São João do Rio Claro, diz o diplomata, está situada muito risonhamente, num valle em forma de escudella. O lugar é assaz bem edificado e as casas estão mais perto uma das outras do que em Campinas. Mas as ruas são arenosas como o Sahara, e, com vento forte, a poeira se torna suffocante. A igreja é pequena e de bem má apparencia. Faz alguns annos que se começou a construir nova, suspendendo-se, porém os trabalhos, por falta de dinheiro.

Pode ser que a população da villa atinja 2.500 almas, mais ou menos; conta muitos estrangeiros, em sua maioria antigos colonos de parceria, que aqui se estabelecerem, como artifices, e em parte prosperaram bem. Os colonos das fazendas vizinhas, diariamente, concorrem ao mercado a vender leite, legumes, ovos, etc.”

No Rio Claro contavam-se, em 1860, 35 fazendas de café, 6 engenhos de canna, além de cinco fazendas de criação de gado.

Naquella data, considerava-se o municipio o territorio extremo onde, devido aos preços de transporte, se considerava possível, economicamente falando, plantar café. Nos municipios mais afastados a cultura da canna, que visava o consumo da provincia, era a unica em condições de dar lucros regulares. Depois de realisada a construcção da estrada de ferro,

até Campinas, o cultivo do café progrediria além do município do Rio Claro, certamente.

Como a Tschudi restasse examinar uma colonia distante algumas leguas de Piracicaba, ainda não chamada Villa da Constituição, para lá seguiu. Depois de cinco horas de viagem, a cavallo, em que varias vezes se perdeu por cafesaes e picadas, alcançou a fazenda Santo Antonio, de propriedade do Sr. Elias Leite, acerca de cuja pequena colonia ouvira noticias desvantajosas.

Entregou-lhe a carta de recommendação do presidente da provincia que elle leu com muita attenção, observando, a agradecer, que o presidente podia assignar-se mais legivelmente.

“Até hoje, observou alegre o reparador, com alguma malicia, não sabia eu como se chama, e agora, depois de lhe ter visto a firma, não o sei tão pouco.”

Estendeu depois a mão encarvoada, amavelmente, ao interlocutor, deu-lhe boas vindas e algumas ordens aos escravos. Acompanhou então á sua casa o recém-chegado visitante.

Queria, especialmente, saber quaes das outras fazendas já visitara e como. Os colonos, avisados pelo fazendeiro, logo appareceram e ahi começaram as queixas e justificações de ambos os lados, recriminações que duraram muitas horas.

Nã colonia de Santo Antonio só havia sete familias suizas. Eram duas dellas diligentes e, havia um anno, estavam desoneradas, mas as outras cinco tinham avultadas dividas e queixavam-se acremente do fazendeiro.

Observa Tschudi judiciosamente:

“Quando, como aqui se dá, de sete familias, vivendo todas sob as mesmas condições e circumstancias, duas estão muito contentes e auferem bons lucros, emquanto as demais se acham em situação opposta, póde-se provavelmente suppor, *a priori*, que a causa de tal differença não reside sómente nas causas exteriores, senão, e principalmente, nas pessoas em questão. E assim se dava com effeito.

Quando os colonos chegaram a Santo Antonio, a maior parte do cafestal era nova demais para dar colheita; dos cafeeiros productivos, porém, muito poucos haviam sido entregues aos colonos, em relação ao numero de braços que representavam.

O fazendeiro promettera-lhes dez mil réis, annualmente, pelo debaste das arvores novas, sob a condição de que deviam comtudo, ficar encarregados do trato destas arvores que, já dois annos mais tarde, dariam colheita.

Era este proceder geralmente usado nos municipios ca-

feiros paulistas e o preço de 10 mil réis, por milheiro de pés, não se mostrava baixo demais, porque, geralmente, podia o colono plantar, entre as arvoresinhas, mantimentos, cujo cultivo se fazia paralelamente ao do café, recebendo o producto da colheita.

Se os colonos atzazados tivessem colhido o café cultivado nas condições mencionadas, as novas lavouras, com um pouco mais de diligencia, não teriam pelo menos, augmentado as dividas, passados os dois primeiros annos. Se é que não as tivessem pago mais tarde, com as safras das arvores por ellas cultivadas e em plena produção.

Muito valiosos e significativos estes pormenores que Tschudi logo depois inscreve:

“Entre as cinco familias estavam algumas que, já na patria, para nada prestavam e a quem a communa, com muito gosto, concedera anticipação de paga de viagem, só para dellas se livrar.”

O chefe de uma dellas fôra justamente quem mais alto se queixara. Era beberão inveterado. Repetidas vezes provocara grandes disturbios, ameaçando os companheiros de morte. Em virtude de tal excesso occorrera uma contenda entre elle e o fazendeiro que chegara a uma troca de pauladas, soffrendo o ebrio a fractura de um osso do antebraço.

Foi impossivel ao ministro averiguar a justeza das delações contradictorias das testemunhas occulares do facto, todos colonos, sobre o primeiro aggressor.

Estas familias, em 1857, haviam tido a promessa de se transferir da colonia a nucleos do governo, quites de dividas. Acreditando em taes promessas imprudentes haviam suspenso todo e qualquer trabalho. Em vão o fazendeiro lhes chamara a attenção para o desarrazoado proceder, propondo que logo que o governo lhes saldasse as dividas fizessem avaliar, por meio de peritos, os haveres e serviços que lhes seriam pagos em moeda. Os colonos, surdos á voz da razão, até ameaçaram de pancadas uma familia que queria continuar a trabalhar.

Durante um anno viveram inertes estes indolentes até se desilludirem das taes promessas graças ás declarações do consul suiso no Rio de Janeiro que os informara da futilidade das esperanças.

Dois de seus membros haviam, aliás permanecido cinco mezes e meio em São Paulo, trabalhando como jornaleiros.

Em consequencia de estes actos perdera o fazendeiro um cafestal novo de 30.000 arvores! Voltando os dois aggressores á fazenda, pedira Elias Leite á policia que os prendesse. Fica-

ram na cadeia de Piracicaba, por alguns dias, até que um tribunal arbitral se reunisse, condemnando ambos a uma multa de 50 mil réis.

Afinal, desiludidos, recommçaram os colonos o serviço. Quando Tschudi os viu, já de novo trabalhavam, havia mais ou menos um anno, tendo se restabelecido relações soffríveis entre elles e o condescendente fazendeiro. As dividas, porém, haviam augmentado muito e, por conseguinte, o prejuizo de ambas as partes se tornara vultosissimo.

Ouviu Tschudi as queixas de seus patricios. Disseram-lhe que o fazendeiro descontava da divida todo o quinhão da colheita, em vez de lhes dar a somma a elle correspondente. Allegou o fazendeiro, depois de confirmar o factó, que tal contribuição seria apenas sufficiente para pagar os juros das dividas. Se entregasse o dinheiro correspondente á outra metade, o capital emprestado nunca diminuiria. Em todo o caso, os colonos, por meio da venda dos mantimentos, receberiam bastante para poder comprar roupas e outros artigos.

A segunda queixa referira-se ao fornecimento do sal.

Achou o ministro que tambem neste capitulo não se podia allegar dólo nem prejuizo dos colonos.

Pagava Elias Leite 12 % de juros da somma emprestada para saldar as antecipações feitas aos colonos, por Vergueiro e Companhia. E destes exigia apenas a metade destes juros. Estava a sua escripturação em ordem; o cafesal em plena produção; os viveres não eram caros demais, e o café cotava-se pelos mesmos valores da Fazenda de São Lourenço.

Querendo harmonisar as coisas pediu Tschudi ao Governo Imperial que se subtrahissem os colonos do Dr. Jordão e do Sr. Leite ás obrigações da parceria, indemnizando-se os fazendeiros e collocando-se os colonos num nucleo do governo em que encontrassem a possibilidade de ganhar com que pagassem as dividas, agora transferidas ao Estado.

Em fins de 1861, passaram os suissos reclamantes ao novo nucleo do governo em Cananéa. Pois bem! quando tudo se arranjava, para a sua transferencia, algumas familias não quizeram deixar as colonias, declarando desejar permanecer, prazerosamente, como colonos meieiros do antigo patrão, se se lhes pagassem as dividas.

Isto é caracteristico, commenta Tschudi, com justiça. Até não terem certeza da mudança de situação queixavam-se do fazendeiro a quem amaldiçoavam. E apenas chegado o momento de abandonar a fazenda, para gozarem de situação mais favoravel, em que provavelmente teriam de trabalhar mais

penosamente, passaram de repente, a estimar muito quem, antes, tanto tinham calumniado e injuriado.

Era o fazendeiro de Santo Antonio, geralmente chamado Elias Velho, homem sem cultura dil-o Tschudi, mas de muito bom senso. Começando do nada, conseguira, por meio de incansavel trabalho, formar fazenda e adquirir boa fortuna. Como por experiencia propria soubesse quanto uma diligencia infatigavel dava bons resultados, com as proprias mãos trabalhava desde as primeiras horas da manhã até o por do sol. Exigia pois que todos, a quem podia mandar, lhe seguissem os exemplos.

A preguiça e suspensão do trabalho dos colonos, de que lhe resultara, e aos proprios colonos, grande prejuizo punham-no em continua agitação, tanto mais quanto alguns delles, com desdem lhe respondiam ás exhortações.

Pena fôra que desde o inicio da dependencia não se houvesse constituido um tribunal arbitral para castigar os culpados, porque toda a opposição provinha de dois individuos, um beberrão e outro completamente desmoralizado e preguiçoso, deixando os proprios filhos quasi afogar-se nas immundicies em que chafurdavam.

A mulher do fazendeiro por varias vezes mandara trazer as creanças á sua casa para as acieir e lhes tirar os bichos de pé.

Todos quantos conheciam Elias Velho, apontavam-no como homem muito justo e de boa indole, embora violento, quando irritado.

Morava num predio primitivo. Affirmava que dentro de alguns annos seu cafesal lhe daria morada nova e melhor. Nada mais era do que grande çabana de barro; o pequeno quarto que offereceu ao diplomata tinha paredes não caídas.. E como mobiliario só apresentava uma cama toska.

Á noite sentou Tschudi com a familia do lavrador, na cosinha, em torno de alegre fogueira, armada no chão, sobre grande lage de pedra. Durante o jantar sentiu de repente, que o descalçavam, com grande ligeireza. Surprezo, olhou para baixo da mesa, onde um preto se acorava, ao lado de uma bacia, começando immediatamente a lhe lavar os pés, para, novamente, e logo depois, os calçar. Repetiu a operação com o seu vizinho e assim com os demais presentes.

Em parte alguma do Brasil até agora observara tão original lavapés nocturno. A tal proposito inscreveu em suas paginas o original portuguez do tão conhecido rifão:

“Cada terra com seu uso,
Cada roca tem (sic) seu fuso.”

O costume era no entanto velhissimo, no paiz, embora se fosse tornando obsoleto cada vez mais. E muito dos antigos viajantes o assignalam com muitos pormenores, em suas paginas, como Langsdorff por exemplo.

Quando Tschudi se recolheu ao seu dormitorio, o dono da casa o acompanhou pondo a luz, um couto de vela de sebo, numa garrafa quebrada, no meio do chão, porque para tanto não havia lugar mais adequado!

Na manhã seguinte, depois de ter fallado mais uma vez, ás primeiras horas do dia, com todos os colonos, viajou o ministro em companhia de Elias Velho para a *Cidade da Constituição* distante duas leguas.

Optima impressão lhe causou Piracicaba:

“De longe, a cidadezinha tem o aspecto de extensa aldeia, com muitas casas espalhadas. Quando o viajante se approxima se lhe depara a povoação cerrada, emmoldurada por uma serie de risonhas casas de campo no meio de magnificos laranjaes e bananaes.

Pareceu-me jamais ter visto em parte alguma do Brasil, verde tão substancial e exuberante como alli, impressão sem duvida, produzida pelo contraste da cor vermelha do solo com o verde realmente intenso da vegetação.”

Esta *terra roxa*, argilla ferruginosa, era tida em todo o Brasil como prodigiosamente fertil, segundo a opinião dos agricultores observadores; nella dava o cafeeiro ricas cargas durante pelo menos trinta annos.

Alguns medicos lhe contaram que os habitantes da terra roxa soffriam frequentemente de amblyopia, que chegava a attingir a cegueira nocturna. De outro medico obtive informações de que ainda não se tinha descoberto a causa de tal doença. Carecia de maior observação.

A terra de cor menos intensa, ou *terra vermelha*, era muito menos apreciada. Diziam que só produzia a metade do que dava a roxa. A *Terra Branca* era considerada a peor e a sua producção se calculava num terço da roxa. Tida como excellente a preta (massapé preta) que existia perto de Itú. Servia principalmente para o cultivo da canna de assucar.

Atravessando o Piracicaba, numa ponte comprida de madeira, chegou o ministro suiso á villa, onde se hospedou em casa de um medico allemão, o Dr. Kupfer. Ouviu duas versões etymologicas sobre Piracicaba *Lugar onde os peixes*

param, e tambem *peixe escuro e brilhante*. Ainda havia quem admittisse outra explicação *fabrica de colla de peixe* interpretação a seu ver absurda, não existindo razão alguma para se dar esta denominação singular a este rio á margem do qual não existia nenhuma industria de colla de peixe!

Estavam as aguas do Piracicaba muito baixas de modo que achou insignificante o salto que na época das cheias passava por magnifico.

Lembra Tschudi as principaes phases da existencia de Piracicaba, desde os principios do seculo XIX, quando espessas mattas virgens ainda cobriam toda a região.

Abrirem-se a estrada, para Itú, com onze leguas. Pouco a pouco, os viajantes haviam-se posto a cortar a matta espessa em direcção de Rio Claro e Campinas entregando, finalmente, á civilização esta região tão exuberantemente fertil. A freguezia de Piracicaba viram-se elevada a villa e, pela Assembléa provincial em abril de 1854, á categoria de cidade sob o nome *Cidade da Constituição*, apenas empregado officialmente.

Em geral porém a conheciam pelo nome antigo de Piracicaba.

Ainda era a cidadezinha insignificante: com ruas largas e mal calçadas, praças symetricas, algumas casas novas e bem construidas, mas nem sequer uma unica fonte publica; precisavam os habitantes utilizar-se da agua do rio.

A matriz tinha má apparencia, além de ser pequena. A do Rosario era mais capella do que igreja; terceiro templo o da Boa Morte, estava ainda em construcção. Collocada, magnificamente, em uma eminencia, dominava a cidadezinha.

A idéa de sua construcção partira de um homem muito original. Miguel Archanjo Dutra (aliás Benicio da Annunciação Dutra) natural de Itú. Desde de algum tempo morador de Piracicaba fundara em 1851 *uma irmandade da Bôa Morte*, induzindo-a a edificar nova igreja. A construcção começa em 1853. Benicio Dutra trabalhara com as proprias mãos, como architecto, carpinteiro, esculptor e pintor e muito adiantara a obra com santo zelo, embora com poucos meios, quanto lhe permittiam as circumstancias.

Ostentava tres capellas e devia ser coroada de accordo com os planos do architecto, por uma cupula. Contaram ao diplomata que Benicio possuia notavel collecção de raridades; não pode vel-a porque ella estava ausente. Asseveraram ainda que este homem "modesto, infatigavel, laborioso e im-

mensamente talentoso, teria, com certeza, se houvesse recebido apurada educação europea, angariado a celebridade.”

Miseravel edificio publico servia, apesar da estreiteza dos commodos, de cadeia, corpo da guarda de policia, casa da camara, séde do jury e escola primaria! Quando o jury funcionava não havia aulas.

A cadeia achava-se em miserando estado. Encarceravam-se os criminosos condemnados e as pessoas detidas, previamente, no mesmo antro asqueroso.

Faltava a Piracicaba um hospital publico, mas pretendia-se, dentro em pouco, começar a construcção de tal edificio porque, já havia elevada quantia subscripta para este fim philanthropico.

Em Piracicaba havia, além do Dr. Kupfer, tres outros medicos, um alsaciano, o Dr. Melchert, um francez e um brasileiro.

Contaram ao ministro suiso que um destes medicos provocara na cidade, durante muito tempo, grande agitação porque tinha a mania de, á primeira vista, descobrir, em cada doente das classes superiores, seus clientes, symptomas de envenenamento. Expressava logo a suspeita de que alguns dos escravos da casa seria o autor do indigitado crime. De facto conseguira que, em Piracicaba comesassem todos a crer que entre os escravos, existia uma conspiração generalisada com o fito de se envenenarem os senhores.

Muitos dos pobres diabos accusados haviam sido terrivelmente açoutados para confessar a incriminada culpa. Finalmente, porém, comprehendera o publico que fôra enganado e que os suppostos envenenamentos nada mais eram do que chimeras do medico ou, talvez até, um meio para se dar importancia e adquirir larga clientela!

A proposito de Piracicaba refere-se Tschudi a fundação da colonia militar de Itapura, o que lhe deu azo de escrever acerbos conceitos sobre a influencia nefasta da politicagem na administração brasileira.

Louvando o *distinctissimo fundador da colonia*, primeiro tenente Antonio Mariano de Azevedo, agride, virulento, o futuro Visconde de Inhaúma que, quando ministro da marinha, demittira este commandante Azevedo. Mais tarde fôra elle encarregado da direcção da colonia por um substituto do bravo Joaquim José Ignacio a quem o nosso ministro chama José Joaquim Ignacio.

O bom exito do commettimento era de importancia, não

somente para o governo, como para os ribeirinhos do Tietê, em geral.

Em São Paulo, já se fundara uma Companhia *Dous de Dezembro* para se recommençar a navegação, antigamente animada, no Tietê. Devia quanto possível, effectuar-se por meio de vapores.

O caminho mais curto, do Rio de Janeiro a Itapura, passava por Piracicaba de onde se podia fazer a viagem com maior ou menor difficuldade, segundo a altura das aguas, em canoas ou até em outras embarcações maiores. Pela verificação da navegação do Tietê, a cidade ganharia muita importancia desmentindo-se a asseveração maliciosa, varias vezes expendida, de que o governo só estabelecera uma colonia militar em Itapura, com o fito de manter um hospital em Piracicaba.

Já agora era *Constituição* um entreposto importante para o sal que, trazido de Santos, alli ficava depositado, até o tempo das aguas altas, sendo então transportado, para as numerosas fazendas de gado dos sertões e aos ribeirinhos que delle usavam para a salga dos peixes.

Eram o Tietê e o Piracicaba extraordinariamente piscosos, e, quando existisse a nevegação regular, os ribeirinhos de ambos poderiam facilmente prover de peixes salgados parte da provincia de São Paulo.

No municipio de Piracicaba havia em 1860, quatro fazendas de canna, 29 de café, 6 de chá e 4 de crear. Contava 20.000 habitantes dos quaes cabiam á cidade 3 ou 4.000. A terra muito fertil e ainda na maior parte coberta de matta virgem, a situação favoravel á margem do lindo rio e a actividade dos habitantes, garantiam á cidade, em todo o caso, bello futuro.

Largamente se comprovaram as predições do ministro suisso.

Sahindo de Piracicaba com destino a Itú e São Paulo a estrada mais curta e directa para Campinas, por Capivary, passava pela *grandiosa* fazenda do fallecido regente do imperio, Marquez de Monte Alegre, que não estava longe da cidade, relata o Barão de Tschudi. Nella eram os campos arroteados pelo arado, para o plantio da canna de assucar e, quanto a terra permittia, tambem, para outras lavouras.

Mencionou o diplomata-naturalista helvecio esta circumstancia, muito especialmente, porque a mais util das machinas agricolas fôra, até então, rarissimas vezes usada na provincia de S. Paulo, apesar de, muitissimas fazendas, offerecerem as melhores condições para o seu emprego.

A estrada de seis leguas, geralmente má, passava por terreno pouco accidentado, não apresentando o menor interesse. A Villa de São José (sic), aliás de São João de Capivary, causou ao illustre itinerante a impressão de pequenina aldeia abandonada.

Era porém, como lhe disseram, a residencia de alguns homens ricos, facto que, tanto os seus edificios particulares como publicos, bastante descuidados, mal deixariam suppor.

A Villa constituia o centro principal de rico municipio agricola, em que havia 63 fazendas de assucar, 32 de café e 11 de chá.

Em casa de um hannoveriano vendeiro achou Tschudi, á falta de melhor hospedaria, pouso regular.

Visitou o Dr. Mayer e o pharmaceutico J. Richner, dois suissos alli moradores, desde algum tempo. Encontrou tambem, na cadeia, um colono meheiro, holsaciano, da fazenda de Bom Jardim, propriedade do capitão Salvador N. de Vasconcellos. Distava esta propriedade uma legua da villa e nella viviam alguns poucos allemães e uma familia de colonos suissos, desonerada.

Narra Tschudi, com muitos pormenores, uma pendencia entre o colono Dedief Schmidt e seu patrão.

Desavindo-se com o fazendeiro, apartara-se da fazenda para procurar outro serviço. Affirmava ter tido o beneplacito do patrão. Passados alguns dias, ao regressar, mandara-o o capitão prender, encarcerando-o em Capivary. Para tanto se baseava na lei de 11 de outubro de 1837.

O carcereiro puzera o preso a ferros porque sua prisão estava tão esburacada que nella não se poderia manter um criminoso sem esta medida. O Juiz de paz informado, porém, dos factos mandara logo libertar Schmidt dos ferros, querendo dar-lhe a liberdade, no dia seguinte, por não haver pena de prisão para seu crime. Não quizera Schmidt, porém, fazer uso da soltura até que o seu caso fosse resolvido por tribunal arbitral. Assim sendo, o carcereiro lhe entregara, simplesmente, a chave da cadeia, deixando-o fazer o que quizesse. Della se servia o prisioneiro, apenas, para dormir.

Os arbitros, Antonio de Mello Rego e João Vaz de Arruda Amaral, ambos brasileiros, presididos pelo Juiz de paz, Joaquim Vaz de Aruda Amaral, decidiram que o afastamento da fazenda, sem licença, do colono Schmidt, não podia ser passivel de prisão, e sim apenas de multa em dinheiro. Por conseguinte devia o preso ser posto em liberdade, immediatamente; e o fazendeiro obrigado a indemnizal-o.

De Capivary rumando para São Paulo seguiu Tschudi em direcção a Itú, a seis boas leguas dalli.

Mais ou menos a duas léguas da villa de São João Baptista gozou, por muito tempo aliás, de uma vista magnifica sobre a cidadezinha de Itú.

Esta porém logo desapareceu, porque o caminho passava por uma encosta acima, por entre mattos e campos e o valle em que se achava situada Itú ficava escondido por morros. A uma legua pequena, antes de chegar á cidade, a estrada passava perto do salto de Itú que Tschudi qualifica de grandioso.

“Quando as aguas fossem volumosas offerceria imponente aspecto, mais pela abundancia da torrente do que pela altura da queda.” Não lhe satisfez, portanto, naquelle tempo de secca, á expectativa exacerbada em virtude de diversos informes, em parte exagerados.

Pelas duas horas chegou o ministro suiso, com os ani-maes muito cançados, á cidade *fidelissima* onde depois de muito perguntar encontrou uma hospedaria bastante inferior. O dono, selleiro, estava ausente acompanhando uma tropa de mulas cargueiras; sua mulher cuja occupação accessoria era a fabricação de cigarros de papel, deu-lhe, numa casa vizinha, grandes quartos vasis, promettendo-lhe tambem cama e mesa.

Vinha Tschudi recommendado a algumas das pessoas mais notaveis da cidadezinha, mas, por casualidade, nenhuma dellas lá se achava então.

“Itú declara o diplomata, causa impressão propria; completamente diversa das demais povoações da provincia de São Paulo. Tem ruas na maior parte mal calçadas das quaes algumas como, por exemplo, a Direita apresenta muitas casas vistosas. Conta grande praças publicas, geralmente grammadas, algumas igrejas, um convento de freiras (o de Nossa Senhora do Carmo (aliás de homens) um mosteiro (o de São Luiz) (aliás convento franciscano) um hospital (São João de Deus) um hospital para leprosos (Nossa Senhora do Horto (aliás Nosso Senhor) um instituto para meninas fundado por irmãs francezas de uma congregação e um collegio secundario para meninos. Mas a cidade não tem vida nem movimento; apresenta aspecto verdadeiramente clausal.”

Ao barão suiso impressionou o aspecto aristocratico da cidade de fundação seiscentista, de Domingos Fernandes e seu genro Christovam Diniz.

“Itú é o *Quartier Saint Germain* da provincia de São Paulo, a residencia da aristocracia capitalista e fazendeira e de muita gente religiosa. O Imperador D. Pedro I, concedeu-lhe o titulo de *Fidelissima* informa a seus leitores.

Em 1664 (aliás em 1657) o donatario da capitania de São Vicente, conde de Monsanto, elevara a aldeia de Itú a categoria de villa. Ganhara ella logo, graças á grande fertilidade das terras dos arredores, tamanha importancia que repetidas vezes fôra elevada á categoria de cabeça de comarca. Perencia, porém, em 1860, á comarca de Sorocaba.

Em numerosas fazendas do municipio, cultivava-se a canna de assucar; dizia-se que algumas dellas se achavam excellentemente aparelhadas mostrando-se pouco inferiores ás melhores da provincia de Pernambuco. Os habitantes de Itú entretinham, igualmente, assaz activo commercio de cavallos e mulas, embora não tanto quanto alguns decennios atraz.

Conhecedores profundos das coisas de Itú asseveraram ao illustre itinerante que a classe superior da cidade, pela cultura e a vontade de instruir-se e progredir, occupava saliente posição que poderia ser ainda muito mais importante se não a paralyssasse muitas vezes, a grande influencia do clero. Informação anti-clerical portanto e muito discutivel...

Menos de vinte e quatro horas passou Tschudi em Itú, seguindo por caminho bastante bom morro acima e morro abaixo, ao longo de montanhas que offereciam algumas vistas muito lindas. No começo corria a estrada perto do Tietê, bastante largo, cuja suave corrente se achava em alguns lugares, cortada por penedias. Passava depois, ás vezes, por mattas e campos.

Após cinco horas de marcha, a uma da tarde alcançou a aldeiazinha da *Piedade* distante sete leguas de Itú, e situada num valle semi-circular. Para dar algumas horas de descanso aos cavallos fatigados pelo calor abafadiço, parou em frente uma casa que tinha a cacographica inscripção *Otel*.

Convenceu-se logo que encontrara uma hospedaria muito visitada porque a grande mesa da sala de jantar estava coberta de nomes escriptos, parte a lapis, e parte abertos a faca.

Eram exclusivamente appellidos de “nobres familias de judeus alsacianos”, observa o aristocrata suisso, ironicamente. Não achou nenhum outro nome europeu ou brasileiro.

Não faltavam, tampouco, alli, notas marginaes, em verso e prosa, para illustrar vivamente o grau da cultura dos signatarios, os famosos *camelots*, flagello dos fazendeiros de antanho, como tão minuciosa e expressamente conta d’Assier.

Em tempos passados, estes mascates haviam encontrado propicio campo de acção, em Itú e nas ricas fazendas dos arredores.

Agora, tanto alli, como na maioria das provincias do Brasil, tinham perdido parte do terreno conquistado, porque os habitantes se haviam tornado bastante industriados para comprehender de que dos commerciantes honestos, e domiciliados nos seus lugares, comprariam cem por cento mais barato do que o fariam destes mascates judeus.

As tres horas proseguiu a viagem e, quando já escurecera completamente, parou Tschudi em frente a uma venda solitaria. Foi recebido mas teve de lutar muito contra a indolencia incrível do vendeiro afim de conseguir milho para seus animaes, arremedo de cama e jantar modesto, para si e o seu camarada preto. Chamava-se o lugar *Bariri* nome estropeado de Baruary.

Na manhã seguinte, com uma marcha, a cavallo, de cinco horas, entrava, após uma ausencia de quatro semanas, em São Paulo.

CAPITULO VII

Analyse dos contractos de immigração da Companhia Vergueiro — Virulenta aggressão ao Commendador Vergueiro — Procedimento incorrecto dos cantões suissos despejando para o Brasil verdadeiro rebutalho humano — Justas queixas dos lavradores brasileiros

Em Jundiahy visitara von Tschudi as primeiras colonias de parceria em lavouras de café. Este systema baseava-se na repartição da colheita entre o fazendeiro e o trabalhador.

Fornecia o primeiro o capital, representado pelos cafe-saes e dava o ultimo o trabalho, nas lavouras. O lucro liquido devia ser dividido entre ambos, depois de deduzidas todas as despezas, a saber: o beneficio do café, o frete até o porto, a armazenagem, corretagens e commissões, prejuizos eventuaes pela chuva durante o transporte, oscillações cambiaes, etc.

Esse systema de comparticipação de lucros era absolutamente honesto e o unico racional para collocar o capital e o trabalho em posição razoavel, um em relação ao outro. Repartiam-se todas as vantagens e todos os riscos, não deixando o capital abusar do trabalho, como acontecia, muitas vezes, nas empreitadas e serviços, a jornal. Por isto tal systema estava sendo usado, tambem, com bom resultado, em alguns grandes estabelecimentos agricolas e industriaes europeus, como na Allemanha. E com muito exito.

Assim tambem se procedia nas minas de prata do Perú onde os lucros eram altos. Os mineiros e empregados recebiam em vez dos salarios parte dos metaes extrahidos. E tambem assim se praticava a bordo dos navios baleeiros.

O systema de comparticipação de lucros ficava bem para ambos os contractantes. E no emtanto no Brasil o systema fracassara inteiramente!

Fôra praticado, desde longa data, no imperio americano, entre os plantadores de canna, coisa parecida com a meação.

Em certas fazendas de café, de algumas provincias da

costa, os fazendeiros empregavam, havia muitos decennios, outro systema para conseguir trabalhadores baratos, particularisa Tschudi.

E narra então abusos horriveis praticados por armadores portuguezes de navios, em cujas cobertas se alojava grande quantidade de patricios muito pobres, geralmente açorianos, gente quasi sempre sem vintem e por isto, incapaz de pagar a propria passagem.

Chegados estes desgraçados ao Brasil eram retirados de bordo por exploradores que saldavam taes passagens, referentes a uma travessia penosissima, pelo desconforto e o mau passadio.

E depois encaminhavam os miseros ilheus ás fazendas de café onde se viam submettidos a um regime de verdadeira escravidão, agrilhoados pelo peso de uma divida que, com a maior difficuldade, chegariam, quiçá, algum dia, a saldar.

Aliás affirma Tschudi que estes portuguezes viviam em suas ilhas super-populadas na mais sordida miseria e sujeitos a um serviço militar pavorosamente duro.

Declara o diplomata que na fazenda de certo C. A. viu muitos destes miseros açorianos verdadeiramente equiparados a escravos pretos.

Submettidos a um regime degradante de contenção, sob ferrea disciplina de feitores durissimos, forçados ao systema de alimentação dos pretos e occupando legitimas senzalas, o seu horrivel trabalho pouco differia do do eito dos captivos.

Nos recém-chegados, especialmente entre os não adultos appareciam, ordinariamente, após algum tempo, os symptomas de profunda anemia, provavel consequencia da alimentação de base farinacea.

Depois de, a custa de trabalho, haver o immigrante resgatado metade da passagem, oceanica, recebia, geralmente, do fazendeiro de mil a dois mil réis mensaes *para fumo e outros prazeres*.

Geralmente se computava em dois annos de serviços o prazo do resgate da sua passagem.

Ahi fazia o immigrante novo contracto com o fazendeiro, mas geralmente só por um anno. Era o jornal pequeno. Para um portuguez adulto raras vezes excedia a doze mil réis mensaes. Para um menino chegava apenas a oito. Os artifices recebiam, desde o começo, muito melhor salario e naturalmente viam-se livres mais cedo.

Relata Tschudi, então, que o Regente Vergueiro tentara

combater os dois systemas o da parceria e o do resgate dos portuguezes pobres.

A primeira tentativa processada em Ibicaba com grande numero de portuguezés (cerca de setenta familias), fracassara completamente porque durante os grandes movimentos politicos de provincias de Minas Geraes e São Paulo em 1842, a maioria dos colonos abandonara a fazenda dispersando-se pelo paiz.

Mais ou menos naquella época, grande parte dos fazendeiros de São Paulo e, entre elles, o proprio Senador Vergueiro havia trocado a cultura da canna de assucar pela do café, muito mais lucrativa. Como esta ultima, porém, exigisse mais trabalhadores (observação aliás inexacta), Vergueiro, no anno de 1846, recommençara a experiencia e, desta vez, com familias allemãs. Por meio de agentes em Hamburgo alistara, para este fim, 64 familias compostas de 364 pessoas, na maior parte prussianos, rhenanos, bavaros e alsacianos. Chegaram em julho de 1847 á fazenda de Ibicaba onde, já naquelle tempo, trabalhavam 215 escravos e 7 familias de colonos livres.

Teve Tschudi como sabemos terriveis desaguisados com o Commendador José Pereira de Campos Vergueiro, filho do Senador. Consagra numerosas paginas de sua obra a descrever as hostilidades que lhe moveu este auxiliar de seu pae, o antigo regente de 1831, homem aliás educado na Allemanha, e, em tempo, tenente da guarda real prussiana.

Em 1846, fundara, com outros membros de sua familia, uma casa de exportação de café, em Santos, e, ao mesmo tempo, passara a ser o director intellectual da ássim chamada colonia *Senador Vergueiro*, na fazenda do Ibicaba.

Com a maior acrimonia, observa o diplomata: "se naquelle tempo, o Senador Vergueiro ainda fosse forte de corpo e espirito, e se os seus outros negocios lhe tivessem ainda permittido dirigir pessoalmente a empreza de parceria, muito provavelmente ao seu systema teria bafejado a boa sorte, vantajosa ao fazendeiro e aos colonos, porque o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro era honesto e humano." "E no entanto injustamente grande parte da imprensa allemã, e isto durante annos, apontou com palavras de doesto este nome *Senador Vergueiro*.

"As graves exprobrações a elle attinentes não deviam caber ao pae, e sim ao filho, o antigo tenente da guarda real prussiana José Vergueiro!"

Os primeiros ensaios de colonisação haviam dado resultados optimos.

Segundo a affirmação de homens dignos de fé e completamente imparciaes, continua Tschudi, mostravam-se os colonos contentes com a nova situação, não se achavam sobrecarregados de dividas excessivas e injustas, e os preços dos viveres, ainda eram tão baixos que qualquer familia laboriosa, se não soffresse algum contratempo, podia passados quatro annos, abandonar, sem dividas a fazenda. E, muitas vezes, ao cabo de tres annos, dispor de saldo.

José Vergueiro, era justiça lembrial-o tratava os colonos com consideração e equidade entendendo, provavelmente, que este novo systema lhe era vantajoso.

Tão bons os resultados da fazenda do Ibicaba que haviam animado outros fazendeiros da provincia de S. Paulo a fazer identicos contractos com colonos, sobretudo quando em 1850, acabara a importação de africanos. Dahi o mal, affirmava-o Tschudi. Passara o commendador a ser agente de introduccão de immigrants, importador de colonos.

Os primitivos contractos de 1847 foram modificados, do modo mais desfavoravel, para os emigrados, depois desta data. Muito mais onerosos para os recém-vindos, consignavam juros excessivos sobre os adiantamentos.

Continuando a sua carga ao Comm. Vergueiro apontava Tschudi á ira dos seus compatriotas um agente da propria republica helvetica, o consul da Suissa, Charles Perret-Gentil autor de uns *Estudos sobre a colonisação* publicados em Santos, e em 1851.

Por insuflação deste consul, cremos que fundador de colonia paranaense de Superaguy, aliás, desastrada empreza, voltaram-se os alliciadores de immigrants, individuos torpes, para a Suissa densamente povoada. E infelizmente com bom resultado. Insinuaram ás communas de varios cantões que, podiam libertar-se, e do melhor modo, da parte miseravel de sua população, pagando-lhes as despesas de viagem, reembolsaveis sob a forma de lucros da colheita dos colonos.

Muitas dessas communas promptamente acceitaram tal proposta, e numerosas familias que nellas viviam, na maior miseria, offereceram-se a emigrar. Querendo demonstrar a justiça de suas allegações dizia o ministro: "Infelizmente algumas communas de differentes cantões ultrapassaram a medida da justiça contra os seus membros incitando-os a emigrar tambem!"

Aproveitaram-se da occasião para se livrar completamente dos seus concidadãos, physica e moralmente indesejaveis.

Violentamente accusa Tschudi o Comm. Vergueiro dessa importação de tão baixo padrão humano, declarando que seus agentes haviam ludibriado os governos communaes, visto como todo o lucro da empreza provinha de numero de immigrants, pagos a tanto por cabeça, pelos cofres provinciaes paulistas.

Mas, apesar de tudo, as cifras das importações de colonos não foram assim tão elevadas como se poderia suppor da virulencia dos conceitos do diplomata, correspondendo a uma quantia positivamente modica, como se verifica dos relatorios officiaes brasileiros.

E as quotas do subsidio provincial foram relativamente pouco remuneradoras no conjuncto das indemnisações recebidas.

Em Ibicaba, affirma Tschudi, estavam, em 1856, mais de 800 colonos estrangeiros dos quaes 216 portuguezes e o resto allemães e suissos. Estes formavam 87 familias das quaes dez completamente sem dividas. Algumas possuiam até importante saldo. Economisara uma 522\$000; quatro familias deviam menos de 100\$000 e quatro de 100\$000 a 200\$000. Podiam por conseguinte, depois da proxima colheita, desonerar-se. As outras, na maior parte, tinham ainda grandes dividas. Onde portanto esta increpação de exploração aos immigrants por parte do fazendeiro? As proprias cifras contestavam as asseverações do ministro.

Emquanto os agentes de Vergueiro na Allemanha faziam grande propaganda, lá chegavam as cartas cheias de amargas lamentações dos immigrants, provocando, na imprensa, uma opposição *inteiramente justificada*.

Confessa Tschudi, até, que, entre os agentes da colonisação, muitos eram individuos sem consciencia. Alteravam, por completo, as instrucções dos longinquos mandantes.

Por outro lado, ao mesmo tempo, pelos jornaes da capital brasileira offerciam-se colonos á venda, aos fazendeiros, antes da chegada dos navios de emigrantes.”

Aggride Tschudi virulentamente os contractos de Vergueiro e Cia., analysando-lhes os principaes itens.

Assim começa por verberar que se cobrassem as despesas de viagem de Santos á fazenda, o que era muito pesado para os immigrants.

Outro motivo de reclamações e este dos mais serios, o caso das ajudas de custo relativas aos primeiros tempos de

estada dos immigrants na fazenda. Julgando tel-as recebido a titulo gratuito, pensavam muitos colonos que os fazendeiros estariam obrigados a sustental-os por tempo indeterminado, e revoltavam-se quando obrigados ao reembolso das sommas avançadas.

Logo depois dava Tschudi, sem o querer, razão aos fazendeiros. "Alguns abusavam desta vaga determinação, por preguiça, e de modo tal, que receberam, durante annos e annos, viveres da fazenda, sem se preoccupar com o facto de que as suas dividas augmentavam mais e mais! Outros, conseguiram até, da fazenda, porcos, feijão, farinha de milho, etc. vendendo estes productos ás escondidas e gastando o dinheiro, delles procedente, em aguardente, no jogo, etc."

Nestas condições não comprehendemos o criterio do diplomata a fazer tamanha carga aos donos do Ibicaba.

Outra queixa, e esta, na apparencia, pelo menos, mais procedente, era que a Companhia Vergueiro dava lavouras insufficientes á manutenção das familias, talhões velhos, ou recém-podados, de producção insignificante.

Nova reclamação versava sobre a entrega de terras para roças, pedregosas, safaras e distantes das casas dos colonos. Esta porém, não era tão acerba, pois, em algumas fazendas, haviam os immigrants recebido bons lotes para mantimentos.

A peor de todas as obrigações dos colonos, mencionadas em contracto, vinha a ser, no sentir de Tschudi, o pagamento exigido, aos colonos, de metade de seus saldos annuaes para o serviço de juros e amortização de dividas relativas á passagem e sustento dos primeiros tempos.

Mas, ainda assim, o proprio autor allega um argumento em favor dos contractantes brasileiros quando conta que esta clausula, pesadissima, era-o especialmente para as familias suissas a que estavam acaso incorporados um, ou alguns, individuos incapazes de trabalhar ou do rebutalho que as communas haviam despejado para o Brasil. "Tinham taes familias de pagar, para estes, as despesas com os juros da passagem, da viagem por terra, do sustento, etc." annota ingenuamente. Quem pois o lesador?

A morte das pessoas validas, nas familias immigrants, collocava os seus herdeiros e successores em verdadeira insolvidade. E Tschudi achava tal situação injustissima pois "os juros de seis por cento accumulavam-se de maneira horriavel, para os herdeiros dos colonos."

Mas ainda ahi frisa que sobre estes infelizes pesava duramente a carga dos taes *incorporados* pelas Communas.

Não se podia reclamar contra a percentagem de 6 % por ser a taxa habitual no Brasil.

Afiança, comtudo, o ministro helveto, que alguns fazendeiros, valendo-se da ignorancia dos immigrants, cobravam-lhes até doze por cento.

Um commissario do governo imperial fizera acabar estes excessos. Haviam, variõs dos suissos, ido parar em terras de fazendeiros sem consciencia que lhes apontavam juros sobre os valores dos mantimentos e outros productos da fazenda.

Além de tudo tinham os colonos que obedecer a um regulamento que, em algumas propriedades era realmente oppressivo e deprimente para homens livres.

Tambem era quasi iniquo o artigo relativo á composiçõ de tribunaes arbitraes dirimidores de contendas entre patrões e colonos, juntas estas sempre compostas de brasileiros.

Outro artigo oppressor: o que permittia á Companhia Vergueiro "transferir a qualquer fazendeiro os contractos com todas as obrigações nelle mencionadas, se o colono não tivesse motivos justificados para não entrar no serviço do fazendeiro em questão."

Por meio deste artigo passava a Companhia a ser mera importadora de colonos, de que podia dispor á vontade.

Acontecera a algumas familias de immigrants pertencentes á mesma communa, e inseparaveis, segundo os contractos, serem, logo após a chegada a Santos, dispersas por diversas fazendas!

Refere-se ainda Tschudi a uma taxa de capitação cobrada pela Companhia Vergueiro, novo motivo para acerrimas increpações.

Proseguindo em sua carga, sobretudo visando o Comendador Vergueiro, declara Tschudi que aos immigrants, ainda, lesavam varios fazendeiros, nos pesos e medidas e nas contas de venda. Observava porém que frequentemente os autores de brutalidades eram os directores de colonia, na maioria allemães.

Insubordinação aberta verificara-se na fazenda *Nova Olinda*.

Relata o ministro helveto que, oppressos como viviam, passaram os suissos, em desespero de causa, á reacção violenta.

A primeira colonia a rebelar-se fora a de uma fazenda em Ubatuba.

Interviera o governo imperial, transferindo os colonos para o Espirito Santo.

Em Ibicaba, chegaram as coisas a tal ponto que se tornara necessaria a intervenção da força armada.

Houve incidentes violentissimos, ameaças de morte entre o patrão e os colonos.

Vieram um deputado de seis cantões suissos, o Dr. Heusser e seu ajudante, o Sr. Diethelm, do consulado geral da Suissa, examinar o caso, auxiliados pelo Commendador Vergueiro, cujo proceder intelligente, nesta emergencia, reconhece o nosso autor.

Assim se acalmaram os animos sendo expulso de Ibicaba o mestre escola Davatz, instigador da rebelião.

Em fevereiro de 1857, o Dr. Heusser dava solemne testemunho de que nesta pendencia cabia razão a Vergueiro. Reconhecia a incompetencia da maioria dos colonos, a sua desidia e indolencia. E terminava fazendo votos para que os fructos da bella semente, plantada pelo Senador Vergueiro, fossem os mais brilhantes. Estes factos não os menciona, aliás, von Tschudi o que é um argumento, contra sua imparcialidade.

Mais tarde mandou o Governo Imperial um syndicante examinar cuidadosamente a situação dos immigrants, o Dr. Manoel de Jesus Valdetaro, mais tarde Visconde de Valdetaro.

Davatz voltando á Suissa escreveu violento pamphleto contra o Brasil que Tschudi assignala embora a lhe reconhecer flagrante parcialidade.

Relata o ministro plenipotenciario alguns episodios sempre em desabono do Commendador Vergueiro, que, segundo soubera, chegara ao cumulo de mandar fusilar um dos rebeldes!

A esta accusação feita de modo mais leviano, dada a sua extrema gravidade, procura von Tschudi attenuar, declarando que a ouvira de um seu patricio, individuo de character exaltado.

Assim “recebera com cautela a denuncia e apesar de cuidadoso inquerito não conseguira averiguar, completamente, a veracidade dos factos.” E no entanto não trepidava em transportar para as paginas de seu livro tão grave calunnia!

Os acontecimentos do Ibicaba embaraçaram a importação de colonos da Companhia Vergueiro, provocando, na Suissa e na Prussia, severas medidas contra os agentes da emigração. E isto desfechava verdadeiro golpe mortal no systema primitivo de parceria.

Os fazendeiros alheiarão-se á casa Vergueiro procurando, um ou outro, importar colonos por conta propria.

Tambem passou o tratamento destes, em geral, a ser mais humano.

Na provincia do Rio de Janeiro, as colonias de parceria tiveram muito peor fim do que em S. Paulo, affirma Tschudi. Entretanto, os colonos de Santa Rosa, em casa do Conde de Baependy, gabavam o excellente trato do fazendeiro.

Em compensação lastimavam-se os da fazenda Independencia, de propriedade do Sr. Nicolau Valle da Gama e Santa Justa do Sr. Braz Bellens. Estes ultimos violentamente, até, sobretudo da prepotencia e da deshonestidade do administrador da propriedade.

Em termos violentissimos, concluiu Tschudi a sua accusação ao Commendador Vergueiro a quem desabridamente tratou. E proseguindo neste tom passou aos commentarios mais asperos sobre a actuação do governo brasileiro em relação aos immigrants.

Chega a phrases desta ordem:

“Se estes colonos fossem inglezes, norte americanos ou francezes, as boccas dos canhões de alguns navios de guerra da sua nação nos portos do Rio de Janeiro e Santos bastariam, completamente, para pôr em ordem este assumpto, no mais breve tempo possivel e trazer á lembrança do Governo Imperial que num estado onde reina a justiça deve o Governo sempre ser o guarda mais severo das leis.”

Neste desabafo entrava muita coisa de pessoal como demonstra este topico:

“O proprio José Vergueiro, no dia 23 de julho de 1860, declarou-me francamente que não permittiria mais a nenhum commissario do governo entrar na sua fazenda!”

Curioso é que depois dessa tremenda diatribe deixe-se von Tschudi levar á seguinte e curiosa palinodia destruidora de muita accusação por elle proprio levantada:

“Apesar desta situação desfavoravel para os colonos suissos, grande parte delles se libertou das dividas por meio do trabalho. E todos os annos certo numero de familias consegue tal liberdade. Se as anticipações de paga feitas pelas comunas lhes tivessem sido restituídas, hoje muito poucas familias, a não ser especialmente as dos preguiçosos ou dos perseguidos pela falta de sorte, teriam o ensejo de alcançar a independencia.”

Seria injustiça imputar os maus resultados do systema de parceria na provincia de S. Paulo, principalmente aos contractos e aos fazendeiros. Na maioria dos casos, tal a minha con-

vicção — cabe, aos proprios colonos a maior parte da culpa” (sic)!

Accrescenta então o diplomata umas palavras que são exactamente o que hoje tanto se chama o *ponto neuralgico* da questão.

“Os agentes de emigração recebendo o estipendio de accordo com o numero de cabeças trataram unicamente de alistar o maior numero possivel de individuos, sem cuidar se eram diligentes e de boa moral e se pelas antigas occupações podiam adaptar-se ás novas condições de vida.

Com as falsas apparencias de sedução dos seus folhetos, jornaes ou por meio de seus agentes apresentaram mentirosamente aos desejosos de emigrar um futuro brilhante, obtido com pouco trabalho.

Desde a chegada ás colonias reconheceram os emigrados o engano e foram victimas de um desalento de que só poucos puderam livrar-se.

“A maior parte trabalhou desgostosa; fiava-se da ajuda estranha em vez das proprias forças e por isto cada vez mais se envidou.”

Reforça Tschudi ainda:

“Grande numero de taes colonos eram individuos completamente inuteis e desmoralizados, que já haviam causado aborrecimentos serios ás communas de sua patria, e por isto, recebido as antecipações da paga da viagem. Seria crível que esta gente que já em sua terra para nada servia pudesse melhorar de sorte no Brasil?”

E que uma vez nas colonias de parceria onde tinham o ensejo de receber, sem pagar os viveres, etc. se afligissem com o crescimento das dividas?

E’ necessario ter-se conhecido pessoalmente esta gente, com ella conversado, sabido da historia de sua vida antiga e da sua nova phase como colonos, para poder formar juizo recto sobre sua comparticipação para o mau exito do systema. Flores de rethorica philantropica e sentenças de condemnação nelas baseadas não tem valor algum.”

Não é possivel maior elogio ao systema do Ibicaba do que ainda estes conceitos:

“E’ factio que colonos laboriosos conseguiram, mesmo sob os mais desfavoraveis contractos, libertar-se das dividas e economizar bastante dinheiro para poder adquirir terras, como tambem é innegavel que os colonos preguiçosos, embora sob

os melhores contractos, só trouxeram prejuizos ao fazendeiro e não se libertaram das dividas.”

A tal proposito relata von Tschudi o caso de uma colonia de suissos friburguezes estabelecida em Ubatuba pelo Sr. A. C. Robillard.

E escolheu de proposito este exemplo para confundir os individuos que desejavam tudo negar aos fazendeiros.

Relata o nosso autor esta questão com muitos pormenores, gaba a bondade, até mesmo a magnanimidade do fazendeiro e exalta as condições do seu contracto, optimo, quasi paterno para os colonos.

Um lote de 3 mil cafeeiros deixava, na peor hypothese, annualmente, ao seu tratador, quatrocentos mil réis e o colono ainda tinha terra farta e larga para as suas roças e criações.

CAPITULO VIII

A colonia Robillard em Ubatuba — Colonos ingratos — Demonstrações equanimes do diplomata suiso

Analysando as relações entre lavradores e colonos em S. Paulo, no anno de 1860, lembrava Tschudi que o Sr. Robillard, fazendeiro perto de Ubatuba, fizera na Suissa, com oito familias, num total de 49 pessoas, do cantão de Friburgo, o seguinte contracto: Daria, a cada familia, casa e terra para plantar as rças, necessarias ao seu sustento, além do numero de cafeeiros de que seria capaz de tratar.

Receberia, em retribuição, por milheiro de cafeeiros, Rs. 50\$000 annuaes, ficando desta maneira os colonos proprietarios de toda a colheita, sem o menor desconto. O Sr. Robillard pagaria 100\$000 por mil pés que os immigrants plantassem podendo arrendar estas arvores a 50\$000 o milheiro. Os colonos se obrigariam a restituir as antecipações da paga, no caso de deixar a fazenda, antes de expirar o contracto.

Não pagariam juros, mesmo até sobre os adeantamentos da viagem e o sustento aos primeiros tempos. Obrigar-se-iam apenas a comportar-se bem, tratar do cafesal e pagar, com regularidade, ao patrão os 50\$000 de ajuste. Todas as divergencias entre o fazendeiro e os colonos deveriam em ultima instancia, ser decididas pelo Consul Geral da Suissa, no Rio de Janeiro.

Estes contractos eram os mais favoraveis jámais feitos, e os friburguezes sentiam-se tão contentes que falando do seu fazendeiro chamavam-lhe sómente *le bon Mr. Robillard*.

Qualquer destas familias podia, com facilidade tratar, no minimo, de suas mil arvores. Cada cafeeiro dava, em média, nos annos bons e maus, um kilo por anno (todas as arvores estavam no auge da producção) o que fazia um total de 2.000 kilos, ou quasi 150 arrobas. Calculando-se a arroba a 5\$000 podia, pois, cada familia colher café no valor de 625\$000.

Descontando-se, desta somma, os 100\$000 ao fazendeiro

sobravam 525\$000 e, descontando-se ainda 125\$000 para o trato do café, as oscillações do preço e as despesas de transporte muito insignificantes aliás, situada a fazenda como estava, a pequena distancia de porto de mar, restava o lucro liquido de 400\$000.

Convinha ainda lembrar que estes colonos tinham terra bastante, e bôa, para plantar, podiam vender em Ubatuba, delles proxima, e pelos melhores preços, a sobra dos mantimentos. Não tinham os pesados trabalhos da roça da matta virgem e nunca soffreram a minima privação. Achavam a igreja, a escola, o medico, a pharmacia, etc., a distancia de meia legua, não estavam obrigados a comprar, o que quer que fosse, ao fazendeiro, podendo escolher os seus abastecedores onde melhor lhes conviesse.

Nenhuma obrigação de dependencia ligava pois os trabalhadores ao patrão. Dispunham de mercado facil e rico, no porto paulista então muito florescente. Viviam "emfim sob condições que não podiam ser mais favoraveis para um futuro promissor de felicidades", afiança o diplomata.

Os friburguezes, porém, não souberam apreciar as grandes vantagens que lhes traria a diligencia e uma vida regrada. Algumas familias abandonaram a fazenda por não gostarem de lá, passando a viver em outras provincias, em situação bastante desfavoravel; outras, preguiçosas, descuidaram o trabalho do cafetal, preferindo produzir legumes, para os vender em Ubatuba, ao cultivo lucrativo, porém mais penoso, do café. Duas familias, porém, trabalhavam diligentemente, ganhando bom dinheiro.

Mas nenhuma destas oito familias pagara durante cinco annos, um só vintem pelo cafetal apesar de ficar continuamente e sem desconto, com o café colhido! O administrador da fazenda, o Sr. Dubesq, declarou ao proprio Tschudi, em nome do Sr. Robillard, que este faria presente aos seus colonos da colheita integral de 1861 e dos 5:533\$000 (cerca de 14.000 francos) que estes lhe deviam pela antecipação da paga da passagem. Nada lhes exigiria além da condição de abandonar a fazenda, após a expiração do contracto de cinco annos, em agosto de 1861. Contentava-se em que não lhe destruisssem perversamente os cafeeiros, e outras arvores fructíferas, como já repetidas vezes haviam feito.

Era incrível, porém, o feito desses immigrants. Mandaram ao Rio de Janeiro um delegado para pedir providencias ao representante diplomatico de sua Nação, allegando que o Sr. Robillard queria expulsal-os!

Assignara outróra este individuo aliás uma declaração, verdadeiro hymno á tolerancia, á bondade, á incrível condescendencia do seu patrão, accusado ainda de dureza de coração! Queria enxotar as familias no momento em que estavam acostumadas e bem acostumadas á vida da fazenda!

Promettiam os ingratos colonos, solemnemente, cumprir o contracto, dahi em deante, e quando tal proposta, como era natural não fôra acceita, proromperam violentos "contra a injustiça horrivel graças á qual eram os pobres colonos miseravelmente tratados e entregues á miseria."

Commenta Tschudi: "o descaso e a estupidez desta gente tão grandes eram que exigiram fosse o fazendeiro forçado a renovar o contracto apesar de que, como confessavam, não houvessem cumprido, durante cinco annos, nenhuma das clausulas do anterior, só causando prejuizos e grandes desvantagens ao patrão. Confessou o tal delegado que os colonos, em vez de lenhar na matta proxima haviam cortado e queimado laranjeiras e outras arvores fructiferas! E ainda: de raiva por se verem forçados a deixar a fazenda, tinham muitas vezes, damnificado o cafesal!"

Depois de citar este caso absolutamente inacreditavel con- vem o barão diplomata em que "os muitos exemplos de bons resultados do systema de parceria, baseados aliás em principios completamente sãos, provaram a sua adaptação ao Brasil e particularmente á lavoura de café podendo ser realizado com grandes vantagens para todos os seus comparticipes."

Volta porém a aggreir o seu detestado Comm. José Vergueiro, o grande introductor de colonos, com novas e pesadas recriminações. Isto quando acabava de testemunhar que na massa dos immigrants havia notavel percentagem de indesejaveis a quem cabia sem duvida alguma, a principal causa do fracasso das tentativas colonisadoras.

Não era só Vergueiro o culpado, condescendia em generalisar.

"Cabe a culpa, tambem, aos fazendeiros e especialmente aos seus administradores, aos proprios colonos e á defeituosa legislação brasileira que não garante a necessaria protecção juridica. E finalmente, ao proprio Governo brasileiro que carecia de força, ou de bôa vontade; para afrontar, energicamente, os abusos e a injustiça, executar as leis e decretos já existentes e apresentar á Camara novas propostas de leis adequadas ás circumstancias."

Podia o systema vir a ser, para o immigrant, importan-

tíssima e vantajosa posição intermedia, no caminho para a colonisação livre; como de facto já muitas vezes o fôra.

Se um lavrador pobre quizesse emigrar para o Brasil, para ali vir a ser livre proprietario de terras, não possuindo comtudo o dinheiro para pagar a passagem e comprar o chão, o systema de parceria para tanto lhe offerencia meios e modos.

Recebia por antecipação os gastos da viagem, até o lugar do destino e os mantimentos, até que elle proprio pudesse produzir-os, em quantidade sufficiente, se estivesse em condições, quando acaso diligente e moderado. Transcorrido o prazo maximo de quatro annos de trabalho no cafesal, era possivel que conseguisse restituir as antecipações e economisar ainda alguns centos de mil réis.

Durante este prazo aprenderia a lingua do paiz e conheceria bem o cultivo das plantas tropicaes. Este ultimo ponto era de importancia capital. Diversos colonos tinham perdido um anno nesta aprendizagem. Para o emigrante, sem dinheiro algum, os quatro e mesmo cinco annos de sua parceria representavam grande lucro, affirmava von Tschudi. Mas para conseguir tal resultado, era preciso uma coincidencia de circumstancias favoraveis o que no Brasil, até então, muito raras vezes succedera. Tornava-se necessario, porém, modificar as normas do systema Vergueiro de que se declarava adversario decidido.

Nova legislação precisava ser decretada pelo governo brasileiro, estabelecendo medidas indispensaveis á protecção dos colonos, executadas por juizes que fizessem valer as leis com ferrea severidade e sem preconceitos pessoases.

O decreto de 11 de novembro de 1858 a respeito da importação, distribuição e estabelecimento de immigrants ainda estava muito longe de preencher tal lacuna.

CAPITULO IX

As questões suscitadas entre os consules e os fazendeiros — Diminuição da corrente immigratoria — Depoimento do Visconde de Indaiatuba

As questões entre fazendeiros e colonos, apreciadas pelo seus consules fizeram, com que diminuisse, notavelmente, a corrente immigratoria para o Brasil.

Afinal todos os consules estrangeiros, e os brasileiros mais esclarecidos, convenceram-se de que o regimen de liberdade absoluta do colono era o mais adequado a que escolhessem trabalho segundo suas aptidões e gostos, regimen que seria tanto mais util aos lavradores e ao Brasil.

Recorda Eduardo Prado que occorreu outro factor a estancar a colonisação: a alta continua dos preços do café que deixava grandes margens de lucro. Assim permittia, aos cafeistas, a aquisição dos escravos do Norte, por mais que seu preço subisse.

A longa Guerra do Paraguay foi outro obice á colonisação. Entre 1860 e 1870 pequeno numero de europeus emigrou para o Brasil, geralmente operarios, que vinham estabelecer-se nas cidades, ou parentes de colonos já enraizados no paiz. Podê-se dizer que na decada só vieram, realmente, em numero apreciavel, os portuguezes. A respeito destes houve qu estões desagradabilissimas por causa de certos contractos de locação de serviços verdadeiramente ferozes para os miseros immigrantes.

Muito pouca gente procurou a lavoura.

Até 1872 fôra a media de immigrantes dez mil, para os ultimos vinte annos.

Recrudescceu o movimento na decada de 1871 a 1880 como indicam estes numeros:

1871	12.431
1872	19.219
1873	14.742
1874	20.332
1875	14.590
1876	30.742
1877	20.468
1878	24.456
1879	22.788
1880	30.355

Total 210.123

ou seja uma media annual de 21.012 individuos. Interessante porém é o esboço da corrente immigratoria italiana encaminhada para as lavouras cafeiras paulistas.

<i>Annos</i>	<i>Portu- guezes</i>	<i>Italia- nos</i>	<i>Alle- mães</i>	<i>Hespa- nhoes</i>	<i>Suis- sos</i>	<i>Aus- triacos</i>
1871	8.124	1.626	296	510	147	14
1872	12.918	1.808	1.103	727	287	17
1873	1.310	—	1.082	—	134	—
1874	6.644	5	1.435	—	302	—
1875	3.692	1.171	1.308	39	409	290
1876	7.421	6.820	3.530	763	306	4.028
1877	7.965	13.582	2.310	23	—	1.728
1878	6.236	11.836	1.535	929	—	1.185
1879	8.841	10.245	2.022	911	88	318
1880	12.101	12.936	2.385	1.225	70	292
Total	75.252	60.029	17.006	5.127	1.743	7.872

Assim em 1877 ocorreu facto realmente notavel haver a corrente immigratoria italica superado a portugueza! Dentro em breve, avultada seria esta desproporção.

Referindo-se ás condições, em 1870, para a fixação dos immigrants, descreveu o Visconde de Indaiatuba as difficuldades que encontrara para o recebimento de colonos allemães.

“Desde 1852, iniciei a colonisação na minha fazenda Sete Quedas, em Campinas, com braços estrangeiros allemães, sem ter ainda um só pé de café.

Colonisar, portanto, em taes condições, não era por certo contar-se com bons auspicios.

Por isto mesmo, me é grato recordar e affirmar que, em conjuntura tão precaria, aquelle ensaio de colonisação foi coroado pelos mais felizes resultados. Mas, ainda então não havia consul pela vizinhança.”

A vinda das primeiras grandes levas de italianos levou o grande lavrador a voltar-se para estes colonos ao mesmo tempo que esperava tyroleses.

“Nesse tempo adoptei o contracto da parceria, que era em voga.

Esta especie, mais que outra qualquer, requer a maior confiança do colono, porque este, depois da colheita, perde toda a fiscalisação, durante o processo de beneficio do café, e só mezes depois receberá o producto liquido de seu trabalho.

Não obstante, devo dizer que daquelle ensaio tirei a prova da excellencia da colonisação, quer em relação ao interesse do fazendeiro, quer no tocante á felicidade dos colonos.

No primeiro anno, luctei com difficuldades, porque pouco trabalharam e fizeram exigencias repetidas e algumas dellas inattendiveis.

Isso, porém, era, e é, devido á desconfiança que todos, e de todas as procedencias, trazem e só perdem depois que conhecem o fazendeiro, findo o tirocinio do primeiro anno.

O facto, pois, não me arrefeceu; a realidade, pelo contrario confortou-me e felicitei ao meu paiz, julgando o seu futuro economico preso áquella mesma cadeia de felicidades, que então experimentei. De todos esses colonos não sei de algum que deixasse de sahir da colonia, findos os contractos, sem um, dois, tres e quatro contos de réis. Com esses bons recursos, tornaram-se na maior parte lavradores, outros proprietarios e outros negociantes; todos felizes. Sendo de notar-se que alguns delles, depois que sahiram, propuzeram-me vol-

tar e outros vieram instar commigo para receber suas sobras, a juro modico.”

As prevenções do principio succedera a mais plena cordialidade, a mais illimitada confiança.

“Em 1870, depois que preparei cafezaes para recebello em maior escala, tentei a recolonisação, apoiado nas recommendações escriptas, que aquelles antigos colonos espontaneamente offereceram e fui á Europa, ao Norte da Allemanha, ao Holstein.

Encontrei toda a facilidade por parte dos colonos devida aos creditos da minha primeira colonia.

Trouxe 200 estrangeiros e não mais, por causa da quadra climaterica que a provincia atravessava.

Em 1873 pedia nova remessa delles e a mesmissima facilidade encontrei entre os trabalhadores do campo.

Os obstaculos e medidas violentas do governo allemão ao ponto de fazerem voltar para as suas casas emigrantes já embarcados nas estradas de ferro, impediram a vinda dos que foram pedidos.

Com essa falta, consideraveis prejuizos soffri, sendo um delles o proveniente da acquisição de algumas dezenas de escravos para salvar os cafezaes de uma fazenda, comprada na cidade do Amparo em fins de 1873, onde não havia braços de qualquer especie.

Decorreram os annos de 74 a 75.

Em novembro de 1876, não podendo mais contar com colonos do Holstein, recolhi dez familias, vindas de Blumenau, que se offereceram e em virtude de suas instancias foram contractadas por meu director.

Em dezembro do mesmo anno atirei minhas vistas para o Tyrol e para isso auxiliei-me da empreza de Joaquim Caetano Pinto Junior & Cia.”

Estas palavras do illustre agricultor, tão singelamente sinceras, tem, como vemos, notavel valor testemunhal como documento dos primeiros annos da colonisação cafeeira paulista.

A immigração de colonos francezes diminuiu muito, no ultimo quartel do seculo XIX. Em 1872 só havia no Brasil 6.108 francezes affirma Emilio Levasseur. Os inglezes, estes, sempre haviam sido poucos e mantiveram-se na media habitual. Estancara-se a immigração helvetica dos annos anteriores, a dos belgas sempre fôra muito minguada. Quanto á dos russos avultara, notavelmente, graças a uma tentativa de colonisação de certo trato de terras maninhas paranaenses,

aliás com deploraveis resultados. Consultemos o quadro abaixo official.

<i>Annos</i>	<i>Francezes</i>	<i>Inglezes</i>	<i>Belgas</i>	<i>Suissoes</i>	<i>Russos</i>
1871	777	515	32	2	4
1872.	1.048	—	33	9	7
1873.	—	147	—	14	41
1874	—	363	—	53	30
1875	328	635	73	67	956
1876	1.214	—	132	37	3.011
1877	383	52	—	125	2.115
1878	183	51	—	—	1.904
1879	264	229	—	—	7
1880	240	30	—	14	426
Total.	4.437	2.022	270	321	8.501

Com a sua extraordinaria visão fez-se o Visconde do Rio Branco grande impulsionador da immigração. Os colonos que introduziu attrahiram outros e a corrente formou-se mau grado os esforços em contrario de alguns governos europeus, pelos annos a fora, sobretudo o allemão, com o seu famoso *Rescripto* von der Heydt.

Preconisava o Visconde de Indaiatuba o recurso aos tyrolezes.

Em meiodos de 1877, recebera mais ou menos cincoenta lombardos, contractados em São Paulo e depois no mesmo anno cerca de 350 tyrolezes, em familias grandes e laboriosas.

“Até que chegassem á colonia, tive de vencer difficulda-

des oppostas, no Rio de Janeiro e na capital paulista por falsos amigos dos colonos, cuja intervenção attribui á propaganda fomentada pelos governos estrangeiros, por meio de seus representantes no Brasil.”

Era o grande lavrador campineiro sobremodo adverso á importação de *coolies*.

Se destes dissabores pretendessem os desilludidos da colonisação europea deduzir motivos para a introdução de chins ou de qualquer outra raça asiatica, affirmava categorico, passariam por amarga decepção os que assim pensassem. Factos occorridos no Rio de Janeiro, a protecção prestada pela legação ingleza aos chins, contractados pelo Visconde de Mauá, provava irrecusavelmente que todas as procedencias da emigração eram obstadas pelas potencias da Europa. Temiam os governos do Velho Mundo a elevação do salario, a deserção dos trabalhadores da lavoura e ao mesmo tempo numerosos claros nos grandes exercitos permanentes mantidos por causa da politica continental.

As familias de tyrolezes ainda eram das mais vantajosas ao lavrador pelos muitos membros de que geralmente se compunham.

Tal vantagem mostrava-se de toda a ponderação: o maior numero de trabalhadores, além de acelerar a emancipação do colono, o que constituia edificante exemplo, proporcionava melhor garantia ao lavrador, porque a responsabilidade solidaria de todos dava certeza do pagamento integral do debito, ainda quando alguns membros fossem remissos ás obrigações.

Ahi se evidenciava outro aspecto pelo qual os chins ficavam em plana muito inferior, isto sem falar na sua immoralidade caracteristica.

CAPITULO X

Superioridade do trabalho livre sobre o servil segundo o testemunho de um grande fazendeiro de 1878 — A fundação das sociedades immigracionistas — A Sociedade Central de Imigração e a Sociedade de Imigração de S. Paulo — Notavel affluxo de immigrants para as lavouras paulistas — A economia já realisada pelos colonos em 1889

Mostrando a superioridade do trabalho do colono bem escolhido e de sua vantagem sobre o braço escravo adduzia o Visconde de Indaiatuba o mais frisante exemplo *ad rem*.

Tinha na sua colonia *Saltinho*, em Campinas, uma familia de tyrolezes, composta de 15 pessoas, das quaes 12 maiores de 15 e 3 de 10 annos.

Era verdadeiramente modelar e digna de ser apontada com os maiores encomios.

Ella, só, tratava de dezeseite mil pés de café, ainda encontrando afazeres para ganhar de outros colonos tractando com e sem remuneração de enfermos.

“A alegria cimentada no trabalho, com que nos acaricia, *beijando nos até as mãos*, certifica sua felicidade “dizia o feliz patrão de tão bons colonos. A seguir expendia Indaiatuba uma opinião, que, revestida de sua autoridade de grande fazendeiro, tinha singular valia.

Considerando familias como estas, mais ou menos, não ha termo de comparação entre esses colonos e os escravos.

Para o trato e colheita de 17.000 pés de café são indispensaveis 5 escravos, que a 2:300\$000 (preço regular) custariam 11:500\$000, ao passo que aquella familia, chegada á 1.º de setembro de 1877, sem duvida, por ter vindo á custa do Estado, gastou em dinheiro, roupa, instrumentos de trabalho, medico e botica, até março do corrente anno apenas 663\$372 quantia paga na primeira colheita.”

Assim era um dos maiores lavradores de S. Paulo que, já em meados de 1878, dava o tão formal testemunho de

superioridade do trabalhador livre sobre o escravo, nas lavou-
ras de café.

Outro facto de maior eloquencia, demonstrador de como eram felizes os seus colonos era este: no *Saltinho*, outra familia de tyrolezes, restituira quasi 600\$000 de adeantamentos, tendo essa familia chegado, havia um anno apenas!

No dia em que rodava o carro transportador do ultimo alqueire de café com que completara o pagamento dera-se na colonia festa sobremodo tocante.

D'ahi em diante, essa familia já tinha peculio a juros em poder do fazendeiro.

Servisse isto de lenitivo aos males causados pelos consules, no Brasil, com os seus excessos de zelo hypocrita, geralmente.

Tão lisongeiro resultado pareceria até fabuloso se a notoriedade publica não o garantisse.

Em menor escala, porém, na mesma proporção, iguaes attestados se colhiam de outras familias.

“Sendo esta a feição dominante, nas minhas colonias de Sete Quedas e Saltinho — não posso deixar de desvanecer-me pelo estado de prosperidade em que estão” declarava o Visconde de Indaiatuba, dando largas a um justo sentimento de orgulho.

O *morbis consularis* de Bismarck continuava, porém, a excitar o zelo dos agentes de varios governos no Sul do Brasil.

Delles se queixou amargamente o Visconde, em opusculos publicados em diversas épocas, para se defender das aggressões injustas que lhe eram assacadas. E as suas palavras são excellente documentação para o estudo dos annos primevos da grande colonisação cafeeira paulista.

Assim denuncia o agente consular de Campinas, um Sr. Kufa, que certa vez dissera aos colonos seus patricios que “a policia allemã devia tel-os corrido a chicote quando se haviam lembrado de vir para o Brasil”. Rogado a encaminhar aquelles seus compatriotas, accrescentara que “não era traficante de homens livres.”

Mas a emigração subsidiada pelo Governo Brasileiro taes vantagens offerencia aos proletarios europeus que o movimento immigracionista, sobretudo o italiano, se tornaria incoercível.

Dizia Indaiatuba num dos seus trabalhos sobre colonisação que na época, grande divulgação tiveram.

“Antes, a emigração era combatida no seio da Europa. Hoje, porém, que lá já não podem impedir com efficacia,

porque as enormes vantagens offerecidas pelo governo brasileiro, nas colonias do Estado, atrahem os emigrantes á despeito da vigilancia das autoridades europeas, e das calumnias de que somos victimas, resolveram os governos estrangeiros entorpecer a emigração combatendo a seus agentes dentro do Brasil e junto das colonias.

Eis a razão explicativa do açodamento com que chegam a levar a desordem nas colonias.

Para evitar processos judiciaes, e não fornecer pretextos para nos calunniarem, desfigurando os factos, quando se dava qualquer infracção da parte dos colonos, reclamei sempre a presença dos Agentes Consulares nas minhas colonias para chamal-os ao cumprimento de seus contractos.

Esses consules, porém, sempre prevaleceram-se da oppor-tunidade, que, assim tinham para inspirarem suggestões de rebeldia, não só aos contractos, como ás leis brasileiras.”

Infelizmente, ainda em 1878, a maioria dos fazendeiros não se convencera das vantagens da emigração; mostrava-se refractaria ao emprego dos braços livres.

Preconisava o fazendeiro das Sete Quedas, a necessidade de duas medidas indeclinaveis: 1.º exigir o Governo Brasileiro, dos ministros estrangeiros, residentes no Brasil, a cessação completa de toda intervenção indebita dos consules, e seus agentes, no tocante á economia das colonias; — 2.º verba quantiosa, sufficiente, com a qual pudesse fazer face a todas as despesas necessarias para promover e desenvolver verdadeira corrente de emigração.

D'ahi adviria consequencia dupla: o lavrador ficaria des-assombrado da malefica ingerencia estrangeira. Na abundancia de braços livres, se animaria com tal facilidade, a ensaiar uma reforma, no systema de trabalho cuja adopção forçada no futuro, poderia trazer consecutarios fataes á lavoura.

Assim previa o reparador a vizinhança proxima da lei de 13 de maio.

Acerbas queixas fez do consul allemão de Campinas, o grande e esclarecido lavrador. Constantemente pretendia armar os colonos seus patricios contra o patrão.

Questão muito mais seria porém manteve o Visconde de Indaiatuba a proposito de seus colonos da fazenda do Salto Grande em Amparo, insuflados por um architecto italiano por nome Bonini.

Como tivesse colonos tyrolezes, além dos italianos, cujo ministro plenipotenciario era instigado por Bonini, recorrera ao representante austriaco para que estudasse a situação dos

seus patricios na fazenda. E este lhe dera um laudo honroso. Mas apesar disto não cessara Bonini as suas aggressões.

Longa pendencia teve Indaiatuba que afinal levou a melhor os obstaculos levantados contra a sua actuação de homem probo e progressista. Pôde ao fallecer, em 1884, ver o principio da era nova creada, pela sua provincia, com a lei provincial de 29 de março desse mesmo anno. Verdade é que já então começara a propaganda continua da immigração no proprio Brasil, facto até aquella data inedito.

A 17 de novembro de 1883, um grupo de brasileiros natos e adoptivos, de espirito patrioticamente aberto, fundara, no Rio de Janeiro a Sociedade Central de Immigração. O manifesto da novel sociedade vinha subscripto pelo Visconde de Beaurepaire Rohan, o deputado Alfredo d'Escragnoille Taunay, depois Visconde de Taunay, Dr. Antonio Ennes de Souza, os Barões de Irapuá, Teffé e Tautphoens, o grande exportador de café Gustavo Trinks e o Dr. Hugo Grüber. A elles se associaram homens de alto valor mental e moral como o illustre engenheiro e sociologo, André Rebouças, o grande jornalista Ferreira de Araujo, o Dr. Nicolau Moreira, o incansavel propagandista da agronomia no Brasil, abolicionistas ferventes como João Clapp e Vicente de Souza, estrangeiros de alta situação commercial e social como Wenceslau Guimarães, Carlos Raynsford, Octavio Haupt, profissionaes e cientistas de destaque como G. Michler, A. Glaziou, Goffredo d'Escragnoille Taunay e Augusto C. da Silva Telles e veteranos da colonisação como o Comm. José Vergueiro, senadores do Imperio e outros politicos de valor, militares e grandes commerciantes etc. etc.

Perto de trezentos membros contou logo e o seu exemplo fructificou extraordinariamente. Assim, em 7 de fevereiro de 1884, fundava-se em S. Paulo a Sociedade de Immigração de S. Paulo que congregou uma série dos mais prestigiosos nomes como os do General Couto de Magalhães, Presidente, Conselheiros Antonio Prado, Benito de Paula Souza, Drs. Martinho Prado Junior, Augusto e Nicolau de Souza Queiroz, João de Mello Oliveira, Raphael Paes de Barros, Augusto de Miranda Azevedo, Francisco E. Pacheco e Silva, Barão de Piracicaba, Caio Prado, Martim Francisco, Conde do Pinhal, Drs. Vieira de Carvalho, Antonio Paes de Barros, J. A. de Cerqueira Cesar, Eleuterio Prado, etc. Pouco depois fundaram-se outras sociedades do mesmo genero em Santos, Sorocaba, São Simão etc.

Prestou a Sociedade Central de Immigração, cuja divisa

era *Pro Brasilia*, extraordinarios serviços á causa da colonisação. E a alma de sua actuação foi o seu incansavel vice presidente, aliás arduosamente auxiliado pelos seus collegas de directoria.

Enorme propaganda immigracionista realisava, diariamente, pelas columnas da imprensa diaria, e no parlamento onde discutiu, longa e pertinazmente, novo projecto de lei sobre locação de serviços.

Ao mesmo tempo redigia, largamente, o orgão da Sociedade *A Imмиграção*, periodico que teve alguns annos de existencia e onde tambem muito collaborou André Rebouças. A cada passo lembrava o que já operara a immigração européa nos Estados Unidos, o que estava operando na Argentina.

Nomeado presidente do Paraná, multiplicou-se-lhe a actividade propagandista infatigavel. Não só creou numerosas sociedades, affiliadas á sua, como, e com poucos recursos, promoveu a fundação de numerosos nucleos coloniaes imitando o magnifico exemplo que na Provincia deixara o seu illustre antecessor, o Presidente Adolpho Lamenha Lins.

O terreno em que o logo depois, Senador Taunay operava era muito mais ingrato do que o scenario paulista, onde a esplendida lavoura cafeeira offerencia garantias immediatas de localisação de dezenas senão de centenas de milhares de immigrantes brancos.

A zona fluminense e mineira estavam notavelmente longe de poder competir com a paulista. Nada mais natural do que o encaminhamento da grande corrente immigratoria para Santos em vez de procurar a Guanabara ou qualquer outro porto brasileiro.

Era o café o grande fixador da immigração européa e o café das lavouras productivas em terrenos de derrama suave.

Dahi o avolumamento da corrente nos cinco primeiros annos da decada de 1881-1890.

<i>Annos</i>	<i>Italia- nos</i>	<i>Portu- guezes</i>	<i>Hespa- nhões</i>	<i>Alle- mães</i>	<i>Aus- triacos</i>	<i>Fran- cezes</i>
1881	2.705	3.144	194	1.851	83	194
1882	12.428	10.621	249	1.804	94	249
1883	15.724	12.509	152	2.348	251	152
1884	10.162	6.863	243	1.919	651	243
1885	21.765	7.611	233	2.848	524	233
Total.	62.794	40.748	1.071	10.770	1.603	1.071

Até então não houvera immigração de syrios e outros turcos-arabes para o Brasil a não ser em minusculas parcellas. Assim, até 1885, as estatisticas officiaes apenas consignam a presença de 59 individuos, em immigração subvencionada, entende-se, pois é possível, ou antes, é muito provavel, que muito maior numero tivesse chegado expontaneamente ao nosso paiz.

Teve a politica immigracionista brasileira altos e baixos. Assim se a entrada de estrangeiros no Brasil fôra em 1880 de 29.729 individuos e a do anno immediato apenas attingira 11.054 tal se devera a uma decisão do ministro da agricultura, aliás homem de alto valor, o Conselheiro Buarque de Macedo. Não só deixara de subvencionar a corrente como fizera annunciar na Europa que o governo imperial não mais daria assistencia aos immigrants nos primeiros tempos.

Mas o impeto inicial fôra tão forte, sobretudo em São Paulo, que nada o conseguiria deter. Os italianos que povoavam as fazendas, disse Eduardo Prado expressivamente, escreviam para os seus e cada vapor que chegava a Santos trazia um reforço de compatriotas que, instigados pelos parentes, vinham reunir-se a elles.

Cada vez mais se accentuava a porcentagem da fixação paulista desses advenas attrahidos pelo café. E' interessante a comparação.

<i>Annos</i>	<i>Total de immigra- tes para o Brasil</i>	<i>Total para São Paulo</i>
1850	2.072	5
1851	4.425	53
1852	2.731	976
1853	10.935	535
1854	9.189	732
1855	11.798	2.125
1856	14.008	926
1857	14.244	509
1858	18.529	329
1859	20.114	120
1860	13.774	108
1861	13.003	218
1862	14.295	185
1863	7.642	10
1864	9.578	—
1865	6.452	1
1866	7.699	144
1867	10.902	789
1868	11.315	109
1869	11.527	117
1870	5.188	159
1871	12.431	83
1872	19.219	323
1873	14.742	590
1874	30.332	120
1875	14.590	3.289
1876	30.747	1.303
1877	29.468	2.832
1878	24.456	2.058
1879	22.788	973
1880	30.355	613
1881	11.548	2.705
1882	29.589	2.743
1883	34.015	4.912
1884	24.890	4.879
1885	35.440	6.500
1886	33.486	9.536
1887	55.965	32.112
1888	133.253	92.086
1889	65.246	27.893

Assim vemos que até 1875 a porcentagem dos imigrantes para S. Paulo era muito fraca, em relação ao computo total do Imperio. Neste anno avolumou-se muito, attingindo a mais de vinte por cento; baixaria novamente, e muito, para menos de cinco por cento, em 1876, de dez por cento, em 1877, chegando, em 1880, a dois por cento apenas. Mas dahi em diante rapidamente cresceria.

Assim em 1881 fôra de mais de 23 por cento, declinara novamente para apresentar em 1887, um coeeficiente de 57 por cento! e para, em 1888, attingir 69 por cento!

Em 1880 baixaria para 42 para subir novamente em 1891 a 50 por cento e em 1895 em 1893 a 62 % em 1894 a 80 % e em 1895 a 83%!

Eram as consequencias da sabia politica immigracionista da decada anterior que caminhara o caudal de imigrantes italianos para as lavouras cafeeiras dando á região paulista primazia economica de solida estructura.

A missão de que se incumbira em 1887, o Dr. Martinho Prado Junior, com o fito de obter facilidades para a emigração coroara-se do melhor exito. Logo depois, sabiamente inspirado, o presidente da Provincia, Conde de Parnahyba, fazia construir enorme hospedaria para acolher os recém vindos e capaz de albergar quatro mil destes advenas e no genero daquella já existente na Ilha das Flores, edificada pelo governo central.

A grande massa de imigrantes chegados nos ultimos annos imperiaes procurara sobretudo os cafesaes. Com a cultura da rubiaceae dava-se um phenomeno economico interessante; alargava-se a área de suas lavouras, augmentava muito a sua producção, o cambio brasileiro se firmava cada vez mais e no emtanto as cotações dos mercados cafeeiros se mantinham firmes, quer nos Estados Unidos quer na Europa. Assim se desmentiam por completo as previsões sinistras do economista W. Schaeffer que pelas vizinhanças de 1870 previa tal superproducção de café, e tal baixa de suas cotações, que a cafeicultura brasileira se arrazaria. E outra ainda, muito recente aliás, a de van Delden Laerne, que enxergara as coisas da nossa lavoura cafeeira de modo pessimistamente invejoso, quando em 1885 affirmava, peremptorio e dogmatico, gryphando as suas palavras "que uma extensão da cultura cafeeira não era no Brasil previsivel muito embora no caso, pouco imaginavel, de que os preços do café viessem a dobrar em futuro proximo."

Em dezembro de 1880 o *Financial News*, com o seu grande

prestígio e o faro commercial de seus collaboradores especializados, e bem informados, dizia que a lavoura paulista, teria que facilmente tomar enorme surto. Os preços correntes do café, cerca de meio shilling por libra (ou oito réis por kilo) deixavam enorme margem aos fazendeiros; Fizeram-se a transformação do antigo trabalho servil pelo dos imigrantes cujo numero augmentava, notavelmente, de anno para anno. Assim não havia receio algum da queda da produção. Nos proprios Estados Unidos se comprovara o phenomeno de que a abolição da escravidão coincidira com grande augmento de produção.

Em 1884, lembra Eduardo Prado, o Dr. Couty avaliara os depositos oriundos das economias das cinco mil familias de imigrantes estabelecidos na lavoura paulista em cerca de dois mil contos annuaes. Em 1889 affirmava o autor illustre d'*A illusão americana* esta somma decuplicara, certamente.

Falando das regiões capazes de fornecer colonos ao Brasil dizia Francisco Belisario Soares de Souza, em 1882 a escrever da Italia.

“Dos paizes importantes da Europa é a Italia onde os salarios são mais baixos: chegam a um franco por dia, para os homens, e a oitenta centimos, e menos, para as mulheres; um dos paizes em que a miseria, a pobreza é maior. Donde provirá o defeito? Ha poucos annos o proprio governo se collocava á testa da propaganda contra a emigração. Os camponeses da Lombardia respondiam com um manifesto á circular ministerial. Deve-se observar que nessa occasião a votação de maiores impostos e a recrudescencia da *pellagra*, mal endemico que persegue e dizima a população pobre, a excitava. Eis aqui algumas phrases do longo manifesto:

“Olhae para nossos semblantes pallidos e emmagrecidos, nossos corpos debilitados por trabalho excessivo e alimento insufficiente. Semeamos e colhemos trigo, e nunca comemos pão. Cultivamos a vinha e não bebemos vinho. Criamos gado e não comemos carne. Vestimo-nos de trapos e habitamos cabanas miseraveis; no inverno nos persegue o frio e no verão a fome. Nosso unico alimento é um pouco de milho que o imposto tem encarecido... No fim de tudo isto, Sr. ministro, vós nos aconselhaes a que não emigremos?...”

O operario italiano no dizer de Belisario era um trabalhador infatigavel. Quizera a tal proposito indagar da opinião de viajantes do norte da Europa, aliás cheios de prevenção contra as populações do sul.

Mesmo o camponez napolitano era trabalhador, sobrio, constante, dedicado e forte.

Porque tanta miseria pois entre elles? Porque nem elles, nem os patrões, os nobres possuidores de grandes propriedades prosperavam? Cada qual respondia segundo idéas preconcebidas e opiniões arraigadas. Para notavel escriptor, o sul da Italia ainda soffria o mesmo mal que assignalava Plinio. Que respeitavel antiguidade! *Latifundia perdidrere Italiam*. Eram os latifundios que ainda em fins do seculo XIX arruinavam a Italia.

Reinava na Italia meridional verdadeira miseria ainda ultimamente denunciada pelo viajante francez Lenormant.

“Os lavradores da Calabria, bem como os da Apulia, têm um modo quasi militar de cultivar, que surprehende os viajantes. Nessas vastas planicies, debaixo de um sol implacavel, vêem-se algumas vezes até 20 ou 30 arados trabalhar em linha, ou então uma fileira (um eito) de muitas centenas de homens marcham revolvendo a terra com a enchada. Diante delles o *fattore* (feitor), passa a cavallo, vigiando a sua gente, excitando-a ao trabalho e não poupando injurias aos que fraqueam. Estes operarios não habitam os campos que cultivam; vêm das cidades vizinhas na época das plantações ou da colheita. Pagos insignificamente, mal vestidos, mal alimentados, a sua condição é das mais miseraveis. Á noite, não têm para descansar senão ranchos mal fechados, onde livremente penetra o frio da noite e as exhalações humidas dos brejos. Ahi se amontoam, cobertos de suor, exhaustos pelo cansaço, no meio de uma immundicie repugnante. “Em parte alguma, dizia Lenormant, possilga mais infecta abrigo creaturas humanas”. Facilmente calculam-se os estragos que faz a malaria nesses desgraçados.”

CAPITULO XI

Primeiras impressões da colonisação italiana cafeeira entre os paulistas — Palavras de grandes fazendeiros — Aspecto excellente das colonias — Os colonos do Visconde de Indaiatuba — Proventos magnificos dos immigrants — O feliz ensaio de Santa Clara em Cantagallo — O espirito aberto de Luiz van Erven — Duvidas e questões a resolver entre patrões e colonos — Os trabalhos de terreiro — Suggestões de Couty — Calculo do preço de producção

Em 1879 verificou o Dr. Couty que os paulistas ainda não apreciavam os italianos ao nivel do seu justo valor, embora já diversos, das primeiras levas immigrants houvessem dado provas de sua efficiencia em varios officios como os de pedreiro, carpinteiro, mecanico, etc. Pensava-se que não poderiam, jamais, entrar em competiçãõ com os pretos, nos eitos.

Voltando a S. Paulo, em 1883, extranhou o sabio francez a mudança radical de opiniões, o que muito honrava a mentalidade paulista. Assim demonstrava ella a facilidade em reformar juizos inexactos e aceitar os progressos de utilidade demonstrada.

Muitos dos antigos italianos perambulavam pelas estradas do Brasil com o realejo ás costas, exhibindo pobres macaquinhos ensinados; ou então viviam como mascates, predecessores dos *turcos* impropriamente assim appellidados pois eram syrios. Os que viviam nas cidades exerciam os officios de latoeiros ambulantes e engraxates. Eram os chamados *carcamanos*, depreciativamente considerados no Rio de Janeiro. Em São Paulo passado curto prazo, haviam os immigrants da península da bota de adquirir o apreço geral dos filhos da terra.

Consultou Couty alguns dos maiores e dos mais esclarecidos fazendeiros de S. Paulo: o Barão de Souza Queiroz, o Conselheiro Dr. Antonio da Silva Prado, o Visconde de Indaiatuba, o Dr. João Tibiriçá Piratininga, o Barão Geraldo

de Rezende, o futuro conde de Parnahyba e seu sobrinho Antonio Leme da Fonseca. Foram-lhe unânimes em declarar: o italiano, sobretudo o do Trentino e da Lombardia, era optimo trabalhador, tão firme quanto o allemão, muito menos exigente do que este. Tão activo e capaz de poupar quanto o outro, menos tardo em acceitar o progresso.

E depois levava outra e grande vantagem: adaptava-se depressa e perfeitamente ao Brasil e aos seus costumes. Tinha as grandes facilidades decorrentes da similitude das linguas; aclimava-se facilmente, acceitava perfeitamente a alimentação de novo habitat. O que se via nas fazendas de café paulista habilitava os observadores de boa fé a affirmar que o colono italiano levava immensa vantagem ao escravo e tinha grande superioridade sobre o camarada assalariado.

Fazendeiros intelligentes como o Barão Geraldo de Rezende, o Commendador José P. de Campos Vergueiro, o Visconde de Indaiatuba, o Conde da Parnahyba puzeram á sua disposição os seus apontamentos e a sciencia que tinham das coisas da lavoura cafeeira. Eram homens que trabalhavam para o futuro de sua patria.

Em Santa Genebra, o Barão Geraldo de Rezende dava aos seus colonos de tres a cinco mil cafeeiros a tratar, dez mil réis por carpa de mil pés e 500 réis por alqueire de café colhido. O Ibicaba era como a *terra mater* da colonisação na zona paulista, pois datava dos annos de seu preclaro fundador o Regente Vergueiro.

Abandonada, durante longos annos, fôra retomada em 1880 e agora dava os melhores resultados. A maioria dos colonos era allemã mas havia tambem portuguezes e brasileiros. Occupavam boas casas de tijolos, bem construidas, rodeadas de jardins. Deviam estes prediosinhos ter custado bastante e fornavam verdadeiras aldeias.

As lavouras novas eram entregues aos colonos depois de plantadas por escravos. As velhas vinham a ser as productivas porém. Quatro carpas annuaes, de mil arvores, pagavam-se a 48\$ e \$600 o preço fixado por alqueire de 45 litros colhido.

Como porém houvesse baixa de cotação de café o Commendador Vergueiro reduzira o preço da colheita a \$500 por alqueire de 50 litros.

Este ensaio de colonisação estava bem mantido e os colonos pagos pontualmente. Realisavam lucros e podiam economisar bastante; o administrador de Ibicaba era homem intelli-

gente, o Sr. Brunie; trazia a sua escripturação muito em ordem além de ser pessoa absolutamente fidedigna.

Pelos dados por elle fornecidos sabia-se que as familias de colonos podiam receber, em media, de cem a oitocentos mil réis annuaes, havendo entre ellas algumas vencendo até 1:330\$000.

Eram eloquentes as cifras alinhadas das economias dos immigrants de Santa Genebra e Ibicaba, segundo dados dos fazendeiros respectivos, Barão Geraldo de Rezende e Comendador Vergueiro.

<i>Nações</i>	<i>Total de pessoas</i>	<i>Trabalhadores homens e mulheres de 15 a 16 annos</i>	<i>Café velho</i>	<i>Café novo</i>	<i>Alqueires colhidos em 1882</i>	<i>Lucro por familia</i>
All.	9	2	3.071	1.500	767	802\$000
Ital.	8	4	3.921	1.200	1.433	828\$000
All.	6	3	3.068		718	440\$000
All.	4	2	1.106	2.486	992	640\$000
All.	6	2	2.128	1.590	884	612\$000
All.	9	2	3.060	2.459	1.200	820\$000
All.	6	2	2.150	2.408	1.490	930\$000
All.	5	2	910	1.110	104	135\$000
	8	3	2.370	2.360	471	440\$000
	11	5	3.370	2.360	680	
	72	27	25.164	17.473	8.739	5:447\$000

<i>Nações</i>	<i>Trabalhadores de mais de 15 annos</i>	<i>Cafés novos tratados</i>	<i>Lucros do trato</i>	<i>Alqueire colhido</i>	<i>Lucros da colheita</i>	<i>Lucros totaes por familia</i>	<i>Lucro possivel com a parceria</i>
All. . . .	4	2.360	118\$	1.276	765\$	883\$	2:832\$
All. . . .	2	1.590	79\$	888	532\$	612\$	1:848\$
All. . . .	3	2.480	124\$	992	595\$	719\$	1:916\$
Cearense	6	2.486	124\$	2.111	1:206\$	1:330\$	4:110\$
All. . . .	2	2.459	122\$	1.202	721\$	844\$	2:750\$
Port. . .	4	2.408	120\$	1.492	895\$	1:015\$	3:220\$
All. . . .	2	1.740	87\$	677	406\$	493\$	1:450\$
	23	15.323	764\$	8.638	5:120\$	5:896\$	18:116\$

Convidou o Visconde de Indaiatuba ao Dr. Couty a visitar a sua colonia do Saltinho junto da de Sete Quedas. Possua o grande lavrador outra, de nome parecido com o desta: a do Salto Grande no municipio do Amparo.

Estava a propriedade colonizada por italianos e o aspecto desta colonia impressionou o illustre visitante do modo mais agradavel. Era a melhor das que conhecera, o mais animador.

Os bons italianos o receberam de modo mais cordial. Ao illustre scientista acompanhavam o Visconde e outras pessoas gradas. Apressaram-se os colonos em por-se á porta de suas vivendas, convidando os visitantes a que nellas entrassem. Immediatamente lhes trouxeram liquidos alcoolicos e licores de sua fabricação, queijos e fructas cruas.

Sentiu-se a nobre alma do joven sabio francez intensamente commovida. Pareceu-lhe penetrar em casa de algum daquelles camponezes do Limousin, de quem descendia, contava

com a maior nobreza e sinceridade despretençiosa, gente que tanto apreciava. Era aquella mesma hospitalidade ingenua, o mesmo desvanecimento e amor ao lar, e o mesmo conforto, relativo ainda, naturalmente, numa terra onde estes trabalhadores, tão recentemente ainda, haviam chegado.

Do forro pendiam as mantas de toucinho, os paios e salpicões. Na despensa dos colonos avultavam os legumes e as fructas seccas. Canteiros de legumes cercavam as casas; gallinhas e porcos estavam atraz das habitações. Nas gavetas das modestas commodas havia roupa branca e, sobre estes moveis, louça assaz abundante.

Camas largas e bem guarnecidas occupavam os angulos dos commodos e aquelles homens, e aquellas mulheres, que chegavam da roça, onde carpíam o cafesal, estavam, no entanto, bem arrumados e calçados. E muitos já amealhavam, nas proprias gavetas de suas casinhas ou na burra de seu patrão.

Nova era significava aquelle ambiente, afastado dos antigos agregados dos grandes landlords cafesistas.

Pediui o Dr. Couty dados sobre a vida dos colonos do Saltinho ao Sr. Jansen, activo e intelligente director das colonias do Visconde de Indaiatuba, quer em Campinas, nas Sete Quedas, quer no Amparo. E elle lhe forneceu notas interessantes. A fazenda dispunha de optimos cafesaes; haviam os colonos sido contractados na Europa a razão de dez mil réis por carpa de mil pés e 500 réis pela colheita de alqueire de cincoenta litros.

O Visconde de Indaiatuba, muito satisfeito com o trabalho de seus colonos, e tendo realisado, em 1879-1880, bellos lucros, graças a elles, dera largas á generosidade de grande fidalgo, levantando os preços para doze mil réis por carpa, e seiscentos réis por alqueire colhido, o que correspondia a pagar ao colono mil e oitocentos réis por arroba.

Andavam os colonos satisfeitissimos, realisando optimas economias, como se verificava do quadro organizado pelo Sr. Jansen.

Assim da analyse dos dados do administrador se verificava que uma só familia, verdade é que numerosa, recebera, em quatro annos, 8:625\$000 ou perto de £ 880, só pelo café tratado e colhido. A media de ganho para as familias menores oscillava entre 1:600\$000 e 5:400\$000; os ganhos recentes de quatro annos eram de 410\$000 a 2:025\$000.

Onde, indagava o Dr. Couty, seria possivel, na Europa, encontrar trabalhadores braçes capazes de ter recebido, pelo seu serviço, tão altas retribuições?

Não convinha generalisar comtudo. Nem toda a lavoura paulista conseguia localisar immigrants tão felizes quanto os do Saltinho, dependentes de um homem da intelligencia e da rectidão do Visconde de Indaiatuba.

Assim conheceu o Dr. Couty familias italianas pouco felizes, encontrou-as alojadas em antigas senzalas, ou em casinhas de sapé, absolutamente insufficientes. Nellas, quando muito, conseguiam os colonos realisar mil réis por arroba.

Indo a Monte Serrate teve o biologo optima impressão. Pertencia a fazenda ao Sr. Antonio Leme da Fonseca, filho do senador do Imperio Dr. José Manoel da Fonseca (1803-1871) e de sua esposa D.^a Anna Joaquina do Prado Fonseca, posteriormente agraciada por D. Pedro II com o titulo de Baroneza de Jundiahy, e tambem grande fazendeira de café.

Diz Couty que a proposito da fazenda de Monte Serrate as opiniões divergiam muito em S. Paulo, não havia methodos mais discutidos do que os alli vigentes. Visitando-a teve optima impressão. Honrava a dois homens intelligentes, o proprietario e seu administrador, que a haviam organizado. Contava naquella occasião (1883) quarenta e nove familias italianas, immigradas entre 1877 e 1880. Chegara a ter 81, em 1882, mas o Sr. Leme da Fonseca mandara 32 para a fazenda de Sant'Anna, pertencente a sua Mãe.

Em Monte Serrate apresentava-se uma face nova da colonisação italiana: a sua adaptação ao amanho da terra e á installação de lavouras novas.

Em 1876 contava quarenta mil cafeeiros, em 1877 não tinha mais um só escravo. Em 1883 possuia duzentas e quarenta mil arvores. Quasi todos os cafesaes haviam sido plantados por immigrants a quem incumbira o serviço de grande parte das derrubadas.

Estes colonos residiam em casas primitivas de adobes, cobertas de sapé. Formava o seu conjuncto uma especie de aldeiola assaz sympathica. Outras havia, espalhadas por diversos pontos da fazenda, de modo que os colonos se sentiam ainda mais independentes. Regia-se a propriedade pelo systema de parceria. Acompanhando os preços geraes da Provincia, vira-se o proprietario forçado a modifical-os, em virtude da baixa das cotações. Em 1882 o preço da carpa era de dez mil réis, em lavouras velhas e novas, e 300 réis por alqueire colhido.

Obteve Couty dados sobre os resultados dos lucros dos colonos, segundo um quadro organizado pelo administrador da fazenda.

Seguindo os exemplos dos paulistas havia um fazendeiro de Cantagallo, o Sr. van Erven, também realizado um ensaio de colonização que causou ao Dr. Couty a melhor das impressões. Foi visitar a fazenda de Santa Clara, do alludido Sr. van Erven e voltou maravilhado. Pareceu-lhe que o lavrador cantagallense realizara o mais notavel dos ensaios colonisadores tentados, até então, na lavoura cafeeira do Brasil.

Pertencia elle, aliás, a uma familia de homens esclarecidos. Seu chefe abriera innumeraz fazendas, vulgarisara melhoramentos de grande monta, em materia de beneficiamento. Entre os seus filhos figurava o activo e intelligente superintendente geral das fazendas dos Viscondes de Nova Friburgo e São Clemente. Outro se distinguira como engenheiro mecano, outros ainda como lavradores. Eram benemeritos do avanço da cultura do café no Brasil.

Em Santa Clara o ensaio se fizera com açorianos e não com italianos. Esses ilheus eram menos industriozos e menos activos do que os peninsulares. Constituiaz duas aldeiaz; cada familia tratava de talhões em plena producção. Das lavouras novas incumbiaz-se os escravos.

A fazenda empregava a parceria experimentada em Monte Serrate. Mas applicada ás lavouras envelhecidas e não ás que iam ser plantadas. Assim as condições ainda eram mais favoraveis aos colonos.

Cada familia recebia um lote de quatro a sete mil arvores, cada qual se occupava da cultura, da colheita e da secca, entregando o café ao patrão, prompto para o engenho. O proprietario reservava oitocentos réis por arroba, pelo preparo e transporte, repartindo integralmente, com o colono, o resto do producto. Este feitió tão intelligente de comprehender a colonização permittia aperfeiçoamentos. Em vez de concentrar, em torno da séde da fazenda, as casas dos colonos, em coloniaz muito grandes e afastadas das lavouras, pudera o Sr. van Erven espalhar-as em grupos de tres e quatro, em differentes pontos de suas terras. E assim facilitava quer a fiscalização das lavouras quer as operações de cultura.

Havia dois annos que introduzira outras condições; permittia aos colonos o plantio da canna nos cafesaes e em outros terrenos. Compromettia-se a comprar-lhes a safra por preços fixados antes de cada colheita. E, para tornar practica esta nova producção, installara pequeno engenho assucareiro.

Assim havia dualidade de relações com os colonos, parceiros para o café, compra quasi livre para a canna, liberdade completa em relação ás outras culturas. Seria difficil mais

longe levar a associação do trabalho. O Sr. van Erven podia desvanecer-se dos resultados que alcançara. Em 1882 realisara trinta contos de lucros, com 21 familias de colonos. Este saldo não provinha da exploração do homem e sim da utilização, melhor comprehendida, e mais completa, da terra.

Havia, porém, no Brasil, como em toda a parte, misoneistas a combater e a convencer difficilmente, emperrados em argumentos desfêchados contra a colonisação e seus beneficios que declaravam illusorios. Algumas destas increpações eram ingenuas, outras curiosas, outras ainda absolutamente inesperadas.

Uma dellas, e das mais correntes, vinha a ser a seguinte: o café, em sua qualidade de grande cultura, só podia ser tratado por escravos ou pelo menos por assalariados, mais ou menos arregimentados. O colono, além de não saber derrubar a matta nem plantar o cafesal, não podia esperar quatro e cinco annos, pela primeira colheita das lavouras.

O exemplo de Monte Serrate alli estava. Nesta fazenda, italianos que, de 1880 em diante, haviam plantado tres, quatro, cinco mil pés por familia, pacientemente esperavam o lucro de seu labor, vivendo do producto das roças e creações. Que mais acrescentar? Podia uma fazenda, por pequena que fosse, alargar as lavouras, indefinidamente, por meio de immigrants. Outra objecção: os colonos não queriam saber de podar o cafesal, nem se podia fiscalisar a colheita que elles faziam.

A primeira questão precisava ser discutida; era verdade que quasi nenhum cultivador livre até então consentira em praticar a poda e por uma razão muito simples. Sob as condições contractuaes vigentes, que não lhe davam direito algum aos melhoramentos das lavouras, embora permittissem ao patrão reduzir as vantagens concedidas, os colonos não queriam praticar a poda consideravel dos grandes galhos por que isto, durante um ou dois annos, viria diminuir consideravelmente a sua colheita. Não se sentiam garantidos acerca de um proveito resultante do accrescimento de producção futura. Este defeito, assignalado pelos anti-immigracionistas, era real mas provinha do systema e não do immigrant.

Quanto ás queixas relativas á colheita, embora muito generalisadas, pareciam pouco fundamentadas. Não seria possivel que os fazendeiros vigiassem os passos dos seus colonos como, ainda havia pouco, praticavam com os escravos. A maioria dos immigrants europeus não toleraria tal ingerencia.

Era o que se passava em França, por exemplo, com os rendeiros e os donos da terra.

Os empregados do fazendeiro deviam dispor de carretelas bem feitas, rigorosamente medidas e cubadas, para o transporte dos fructos colhidos por cada colono. Notassem com cuidado o numero de alqueires e viagens. O colono, bem tratado, e ganhando dinheiro, não iria furtar o seu novo patrão brasileiro, como em seu paiz natal não lesara tambem o antigo patrão.

Esta objecção, o Dr. Couty não a respondeu cabalmente, pensamos nós. Poder-se-ia observar que a tarefa da fiscalisação se facilitaria com os calculos de avaliação da colheita por talhão, feitos por lavradores experientes, assim os desvios entre as perspectivas e as entregas pelos colonos seriam facilmente attendidas.

Fazendeiros havia que refugavam os colonos, affirmando que com elles era impossivel o emprego de instrumentos aratorios, assim como effectuar-se o despolpamento e uma boa secca de terreiro.

Entendia o Dr. Couty que tal affirmação não tinha a menor procedencia. Tudo se sanaria desde que o colono tivesse á sua disposição pasto sufficiente para manter duas ou tres bestas e cavallos e outras tantas vaccas. Com os tractores animados realisaria, pela certa, todas as operações da lavoura.

O que se passava na colonia do Saltinho, do Visconde de Indaiatuba, era a mais eloquente demonstração *ad rem*, de quanto o colono levaria perfeitamente a termo as operações de despolpamento.

A questão da secca do terreiro era mais seria, realmente. Os immigrants europeus, trabalhadores individualisados e senhores de seu tempo, prestar-se-iam ás manobras collectivas do terreiro?

Mas ahi intervinha outro exemplo. Em Monte Serrate os colonos haviam acceito revesarem-se para as manobras complexas do revolvimento do café, por turmas, pela manhã e á noite. E ainda accitavam, de bom grado, acudir ao appello do sino da fazenda que os convocasse para uma manobra extraordinaria, em previsão de tempestade.

O Sr. van Erven em sua fazenda cantagallense de Santa Clara, parecia ter resolvido o caso mais felizmente. Entregava aos colonos as suas colheitas individuaes. Estes dispunham de pequenos terreiros e pequenas tulhas. Assim individualisavam a secca do café como já haviam feito em relação á cultura. Ao acabar a colheita o fazendeiro recebia de pancada 1.200,

1.500 e até 2.000 alqueires de café bem secco. E estas quantidades eram assaz grandes para permittir a cada lote o preparo separado.

E o systema funcionava muito bem, sem queixa de quem quer que fosse. Uma objecção se poderia fazer, ao processo adoptado pelo Sr. van Erven, não podendo realisar o despoldamento de seu café, perderia portanto no preço. Seria então o caso de se estudar solução mixta; combinando-se o que se fazia no Saltinho com o que era corrente em Santa Clara.

Uma ultima arguição pratica restava: a que dizia respeito á catação; manipulação exigindo muitos braços e devendo ser feita em commum.

Em Monte Serrate era plano fazel-a executar-se pelas creanças de mais de dez annos reunidas para frequentar a escola. Junto a esta havia uma sala especial ligada ás tulhas e alli operariam os filhos dos colonos, que não fossem trabalhar no cafesal, entre nove e quatorze annos. Intelligentes, capazes de estimulo, poderiam, certamente, prestar excellente curso.

Com os cafesaes bem colhidos, aliás, pouco ricos em escolha, seria commoda outra solução: a remessa á Europa para alli se proceder a tal operação, como faziam os hollandezes com parte das suas safras da Malasia. E depois, com o tempo, surgiriam, pela certa, machinas de catação, mais perfeitas e realisando trabalho excellente.

Imaginava o Dr. Couty um systema de associação agricola que nunca se realizou ao que nos parece, fundada na subdivisão do trabalho. Subdividir-se-ia a fazenda em colonias; cada colonia teria o seu terreiro, despoldador e tulhas.

Era preciso fazer-se o inverso do que se realisava com o assucar. Só assim se resolveria a questão servil e poderia ser feita a utilização dos productos do solo brasileiro.

Fosse a cultura deferida ao colonó e o engenho ao antigo fazendeiro, eis ahi o ideal a que devia tender a producção cafeeira.

Esta transformação, sem crise e sem revolução social, attrahiria braços em abundancia. Com o tempo accumularia saldos capazes de dar valor ás plantações actuaes, ou melhor, até fortuna a seus proprietarios.

O ideal seria que o fazendeiro pudesse ter, em sua séde, um aparelhamento em condições de beneficiar não somente o café como os demais productos das roças de seus colonos. Era o que fazia o Sr. van Erven em Santa Clara.

A falta de aparelhamento mecanico nas fazendas vinha

Empregara o Sr. Brunie cincoenta contos em sua fazenda, cujo café vendia por 22:500\$000 ou fosse por uma media de 4\$500 por arroba. Assim pois, o saldo de produção além dos juros já computados attingia a um total de 5:700\$000 correspondentes a um emprego de capital de quasi doze por cento ao anno.

Varias hypotheses se poderiam formular correspondendo a outras muitas modalidades de vida entre fazendeiros e colonos recém-immigrados.

Poderia o fazendeiro ater-se ao velho systema de parceria praticado ainda em outras raras propriedades. Mas talvez fosse bem mais longe alienando parcial, ou totalmente, a terra, deixando-a ás mãos dos colonos. Com a alienação parcial, condicional, o latifundiario garantiria os seus direitos de propriedade, sob uma forma analoga dos contractos ou sob outros a serem discutidos e combinados. Se o fazendeiro achasse inconveniente ceder totalmente parte das lavouras, em excesso, que possuia, poderia alienar os cafesaes, pura e simplesmente, mediante preço firme pago a vista. Tambem consentiria em escalar os vencimentos e emprestar aos colonos, sob garantias de boa cultura, com isto se praticava em alta escala, nos Estados Unidos e na Australia, assim como na Republica Argentina, em Santa Fé e Buenos Aires.

Os donos da terra, no Pampa Argentino, realisavam grandes fortunas deixando os italianos plantar trigo nos espaços onde outróra creavam largos rebanhos.

As vendas, a prazo, das terras cafeeiras podiam ser combinadas sob uma base que garantisse o dono contra as variações cambiaes, mediante porcentagens em ouro. E podia ainda ser que o fazendeiro acceitasse receber directamente em generos, tomando por anno durante cinco, seis ou oito annos certo numero de arrobas por outro de pés. Outras combinações ainda se poderiam realizar em beneficio tanto dos colonos como dos fazendeiros.

Seriam suggeridas pelas administrações bancarias interessadas no progresso da lavoura, aos governos, aos parlamentos.

A originalidade dos estudos de Couty trouxera á nossa agronomia uma série de dados e pontos de vista que ainda não haviam sido apresentados no Brasil, nova demonstração dos recursos da intelligencia poderosa de quem os suggeria.

Uma das mais nobres figuras do Brasil imperial, do Brasil de todos os tempos, e contemporaneo do sabio francez, certamente, foi André Pinto Rebouças cujo centenario de nascimento, ha pouco occorrido, deu ensejo a que fossem re-

cordadas, do modo mais eloquente, as características mais elevadas de sua personalidade superior, como intelligencia, caracter e coração. Em phrases repassadas de verdade inatacavel, escriptores do alto valor de Virgilio Corrêa Filho, e Ignacio José Verissimo, evocaram a figura nobilissima do patriota, do philantropo, do engenheiro illustre e do professor emerito, do typo de bondade fóra do commum de cujo inquebrantavel caracter decorre uma serie dos mais nobilitantes exemplos.

Apaixonado da civilização e da philantropia, referto do mais elevado senso de brasileirismo, ao mesmo tempo que Rebouças estudava os nossos problemas ferroviarios e mostrava-se o incansavel pregoeiro da Abolição, examinava com superior visão as questões de nossa economia e a transformação a operar-se no nosso trabalho rural. Incessantemente occupando as columnas da imprensa com os seus artigos preciosos, notaveis pela objectividade, era-lhe a palavra acatadissima como a de um mestre dos assumptos economicos.

Em 1883, publicou volumosa série de estudos economicos, subordinados ao titulo *Agricultura nacional*, procurando, sobretudo, apresentar uma solução para o caso cada vez mais premente, da deficiencia do braço escravo e da escassez do braço livre.

Suggeriu como palliatio á terrivel crise de produção brasileira, do café, sobretudo, e do assucar, o recurso á fundação de engenhos centraes e fazendas centraes, estabelecimentos destinados a preparar, pelos processos technicos e economicos mais aperfeçoados, os productos agricolas de certa zona territorial.

A qualificação *central* provinha do facto de occupar esse estabelecimento rigorosamente agricola e industrial, quasi sempre, o centro da zona territorial, cujos productos ruraes devia preparar para reentregal-os ao commercio, nas melhores condições de venda e lucro.

Em relação á canna, havia tentativas neste sentido de que tinham resultado a criação de grandes usinas. Ainda havia pouco, fundara-se a de Quissaman na provincia do Rio de Janeiro, que se montara soberbamente, e muito dera que falar de si.

Assim explicava o illustre ensaista:

“Os senhores de engenho, ou os agricultores em canna de assucar, A. B. e C., desejando melhorar o seu systema de produção e auferir maiores lucros, associam-se e entregam a gerencia de seus estabelecimentos a uma só pessoa. Reunem todas, as suas machinas na situação mais conveniente para re-

ceber a canna de assucar das plantações, e enviar o assucar e os productos connexos ao mercado; formam assim um estabelecimento unico, o qual concentra todas as variedades de operações necessarias para tirar da canna de assucar o maximo proveito.

O estabelecimento, que dest'arte fundaram os senhores de engenho A. B. e C., se denomina um *engenho central*."

Queria Rebouças estender o caso ao café.

"Os fazendeiros ou os agricultores do café, A. B. e C. na intenção de melhorar o seu systema de producção e auferir maiores lucros, associam-se e entregam a gerencia dos seus estabelecimentos a uma só pessoa; reúnem todas as suas machinas na situação mais conveniente para receber e preparar o café das suas plantações, e envia-o ao mercado nas melhores condições de lucros; constituem assim uma *fazenda central*."

A cultura cafeeira ninguem o ignorava, soffria em 1884 de crise que lhe ameaçava gravissimamente o futuro, dizia van Delden Laerne.

Não eram os processos de cultura os reponsaveis por tal crise, e sim exclusivamente a falta de braços, tornando-se dia a dia mais ameaçadora. Se fosse possível evitar semelhante mal poderia o Brasil lançar aos mercados do mundo o decuplo da actual producção de café, se não mesmo mais até.

Synthetizando declarava Rebouças em 1884, apaixonado e adepto que era do systema da centralisação agricola.

"A applicação dos principios de centralisação agricola á cultura e á preparação do café, a fundação de fazendas centraes de café em todas as regiões do Brasil, aptas para sua producção, trará seguramente beneficios incalculaveis.

A fazenda central permittirá que o emancipado, que o immigrante, por mais pobre que seja, cultive umas centenas de cafeeiros em suas terras, que, no dia mesmo da colheita, leve os fructos, sem preparação alguma, á fazenda central, e os venda logo, obtendo immediatamente o producto de seus esforços."

O cafeeiro entra no maximo desenvolvimento de sua producção no quarto anno depois de plantado; não é, porém, raro que, logo no segundo anno, dê boa colheita. Os agricultores brasileiros acompanham a plantação do café com a do milho e do feijão: dizem que podem com esta pratica esperar a producção do cafeeiro, e que, ao mesmo tempo, protegem seu crescimento dando-lhe sombra. Dahi a maxima da rotina da nossa lavoura: "O café gosta do milho e do feijão."

Perante a chimica agricola, porém, esta pratica não pode ser justificada. Que um pequeno agricultor, urgido pela necessidade, recorra ao milho e ao feijão para poder passar, nos dois primeiros annos do desenvolvimento do cafeeiro, nada mais justificavel; seguir porém, esta rotina, em uma cultura *normal*, é inteiramente indiscutivel.

As duas colheitas de milho e de feijão, que as terras dão, roubam ao terreno certa somma de principios organicos e inorganicos, que, mais tarde ou mais cedo farão falta aos cafeeiros.

A cultura racional se caracteriza, cumpre nunca esquecer, pela restituição ao solo, tão completa quanto possivel, de todos os principios, que lhe foram roubados em cada colheita. E' tempo de abandonar o ferro e fogo como unico recurso para obter terras ferteis; é tempo de adoptar os restauradores, os esterços e os adubos, que a chimica agricola aconselha."

Deixando-se elevar por informações exaggeradas affirmava Rebouças ainda:

Na provincia do Rio de Janeiro mil cafeeiros dão: 100 arrobas de café pilado — 1.469 kilogrammas, ou 300 alqueires de café em cereja 10.881 litros, ou 173 alqueires de café em casquinha — 6.275 litros. Na provincia de São Paulo mil cafeeiros dão: 300 arrobas de café pilado 4.406 kilogrammas. Um trabalhador pôde cuidar de 1.200 cafeeiros e colher 300 alqueires de café ou 10.881 litros de café em cereja correspondentes a 100 arrobas de café pilado, ou 1.469 kilogrammas, em 40 dias de serviço.

Cada familia de emancipado, immigrante, ou colono, com um só adulto poderá cuidar de 1.000 cafeeiros que produzirão 3.000 kilos de café prompto para exportação em cada anno.

A producção fluminense em 1884 estava muito longe desta base e mesmo a de S. Paulo, nas melhores terras, não attingia taes medias que só occorriam excepcionalmente em lavouras muito novas e em um ou outro anno.

CAPITULO XII

Relação entre os proventos dos colonos e o custo da sacca de café — Argumentação brilhante — Exemplos ad rem — Superioridade do rendimento da lavoura cafeeira sobre as demais grandes culturas contemporaneas

Organisou Couty interessante quadro estabelecendo as relações entre os proventos dos colonos e o preço de custo de uma sacca de café, nas fazendas paulistas, em 1884. Fazia-o em abono de uma these de que as propriedades cultivadas por immigrants proporcionavam lucros consideraveis aos fazendeiros e trabalhadores.

Apesar das condições do colonato serem assaz variaveis deprehendia-se, dos elementos reunidos, que o preço de custo da sacca cultivada pelo immigrant era bastante baixo. O preço de custo de quatro arrobas, ou sessenta kilos, oscillava entre 4.000 réis e 6.800 réis.

Para a organização do quadro valera-se o illustre biologo dos dados fornecidos pelos fazendeiros: Dois alqueires de 50 litros de café bem apanhado davam facilmente uma arroba. Assim o preço da arroba de café colhido se pagava entre mil e mil e duzentos réis.

Mas ao preço de apanha, proporcional á colheita, era preciso addicionar o fixo pago pelo tratamento dos cafesaes, quer dizer pelas carpas. Os colonos recebiam geralmente entre dez e doze mil réis por milheiro de pés carpidos. Como as carpas fossem quatro, annualmente, embolsavam entre quarenta e quarenta e oito mil réis.

A producção media seria de cem arrobas por mil pés, media, em certas fazendas, mais elevada. Assim estas cem arrobas deviam supportar a despeza de 40 ou 48 mil réis, do preço das carpas, ou de 400 a 480 réis por arroba.

A esta porcentagem, por arroba, era preciso addicionar, ainda, o valor do custeio da colheita.

O que se pode arguir a este raciocinio é que a media

admittida para a producção do cafésal era muito alta. As fazendas campineiras e dos municipios, a ellas adjacentes já não davam mais estas producções, abortivas em 1884. Assim as comparações do quadro se tornavam viciadas por este factor de alta relevancia. Entendia o Dr. Couty que para se estabelecer comparação perfeita entre o café preparado pelo escravo e o immigrante era sobretudo preciso confrontar os gastos de preparo.

Calculara em oitocentos réis por arroba, cifra muito alta se o engenho era de vulto e bem mantido. Assim o aceitava reunindo 3.200 réis aos gastos de cultura, colheita e sécca, o que levaria os preços pagos, por uma sacca, a oscillar entre 7.200 réis e 9.800 réis. Assim, pois, uma sacca de café prompta para ser despachada custava ao fazendeiro, quando preparada por colonos, entre 7.200 e 9.800 réis.

Provinda do suor escravo, e avaliada em dias de trabalho, vinha a valer quinze jornaes, avaliaveis a mil réis, portanto quinze mil réis, quasi o dobro de preço do genero fornecido pelos colonos.

Julgava pois o Dr. Couty ter exuberantemente demonstrado que o custeio de uma fazenda de escravos era muito mais pesado do que se ella fosse colonisada. A seu ver a crise do café brasileiro só se resolveria com a generalisação do emprego dos colonos.

Fossem postos em confronto os quadros relativos a estes e aos servos. Em primeiro lugar tratava o colono maior numero de pés que o escravo. As quotas communs eram de tres a cinco mil arvores para uma familia de immigrantes, composta de marido, mulher e filho. Quando a familia era numerosa, e as creanças ficavam adultas, attingiam-se cifras elevadas de oito, dez, e até quatorze e quinze mil cafeeiros para tres quatro ou cinco trabalhadores uteis.

Quanto se enganavam os velhos fazendeiros, os primeiros que haviam recebido immigrantes, certos de que um europeu só poderia quando muito dar conta de mil pés!

Convinha, além de tudo, observar que nem todos os colonos queriam afundar-se no café. Muitos delles preferiam dividir o tempo e os esforços; consagrando-se a "pequenas culturas de batatas, milho, feijão, cujos proventos não repartiam com os patrões.

Se o fazendeiro soubesse dar maior interesse aos seus colonos, proporcionando-lhes, por exemplo, o emprego de instrumentos agricolas, seria facil alcançar-se que um trabalhador tratasse lotes de quatro, cinco e até seis mil pés, se no em-

tanto se cuidasse de cafesaes plantados a 14 palmos, e não a 22 ou 24, como agora se ia fazendo. Este espaçamento exigia maior copia de mão de obra mas tambem rendia mais.

Mas o argumento principal do Dr. Couty residia na vantagem do colono sobre o escravo, relativamente a producção dos cafesaes.

Nas fazendas de çaptivos a media, por mil pés, oscillava entre 40 e 80 arrobas, ou fossem 60, que só se verificava aliás nas boas fazendas de S. Paulo.

Examinando propriedades paulistas de Campinas, Jundiahy, Limeira, chegava o biologo a resultados que o levavam a enunciar conclusões muito optimistas, para a defesa de seus pontos de vista. Vira em Campinas 79.186 pés produzirem 15.571 alqueires ou 7780 arrobas ou uma media de 98 arrobas por mil arvores. Em Ibicaba 25.174 cafeeiros, davam 5.739 alqueires ou 2.868 arrobas, media 110 arrobas. Em Jundiahy 15.000 arvores forneceram 2.408 alqueires ou 1.200 arrobas, ou ainda uma media de 80 arrobas por mil pés.

Infelizmente não apresenta o illustre observador os quadros dos archivos das fazendas no tempo em que só empregavam escravos. Nem nos diz se estas lavouras apontadas não seriam muito novas e na força da producção.

Longe de nós objectar contra a superioridade do trabalho livre. Apenas desejaríamos que estes dados se pudessem pôr em confronto com os outros.

Já os fazendeiros dos ultimos annos de existencia do trabalho servil reconheciam que os cafesaes, tratados por colonos, rendiam mais do que quando entregues a escravos.

O unico ponto contravertido versava sobre o valor do immigrante. Alguns affirmavam que era muito consideravel e outros, apenas, lhe concediam algumas vantagens.

Havia confusão neste debate, partido de premissas heterogeneas. Queriam uns estudar os factos. Valendo-se do rendimento dos colonos recém-chegados, outros do trabalho de colonos já velhos na terra, e longamente installados em seus lotes.

Ninguem seria tão nescio para acreditar que a mera acção de presença do colono recém-immigrado fosse sufficiente para augmentar a producção cafeeira. Tudo isto decorria de processos longos, melhor amanho da terra, maior numero de carpas, e colheitas mais bem feitas.

O augmento de producção verificava-se inconfundivelmente passados dois ou tres annos. Valendo-se dos dados de

eminentes fazendeiros, como o Barão Geraldo de Rezende, Visconde de Indaiatuba e o Commendador José P. de Campos Vergueiro pôde o Dr. Couty organizar mais um quadro sobremodo eloquente, o que compendiava os valores da produção de algumas famílias durante tres exercicios seguidos, de 1880 a 1882 e referente a 18 famílias.

Era evidente a progressão rapida da produção por milheiro de pés.

Assim, entre 1880 e 1882, não havia um só colono que não houvesse tirado da lavoura muito maior quantidade de café. Em geral se verificara notavel augmento, de 1880-1881, e depois de 1881-1882. Muitos colonos tinham conseguido dobrar a colheita, outros até triplicar-a como certo G. Rodde que dos 433 alqueires de 1880 passara aos 1443 de 1882. Alguns haviam tido alguma diminuição, entre 1881-1882, mas nenhum accusava depressão accentuada entre 1880-1882.

Ha uma duvida a esclarecer-se por parte do leitor: como haviam corrido estes annos, de 1880 a 1882? Seriam alguns delles de falha? Esqueceu-se o Dr. Couty de mencionar esta circumstancia do valor capital. Os dados estatisticos da exportação cafeeira paulista pelo porto de Santos nos habilitam a responder a esta observação. As safras de 1880-1881 e de 1881-1882 foram quasi iguaes; a segunda se avantajou sobre a primeira de cerca de doze por cento. A de 1882-1883 é que correu muito melhor avantajando-se de uns vinte por cento. Applicando-se estes coeficientes verificamos que os factores naturaes ainda assim foram largamente auxiliados pelo trabalho intelligente e continuado do homem livre.

Assim os lotes tratados por certas familias haviam chegado a dar, durante dois annos, até 150 arrobas por mil pés o que é simplesmente enorme.

E ia-se arraigando a crença de que um cafesal de 14 palmos, superiormente tratado, daria 150 arrobas por mil pés. Mas que desse cem! seria esplendido e a evidente demonstração da superioridade do trabalhador livre.

E ainda não era só o ponto de vista da quantidade que entrava em jogo, convinha lembrar o da qualidade, proveniente da fructificação mais homogenea e sobretudo da colheita mais rapida. Assim por exemplo o colono. V. Stenico colhera 800 arrobas em 4.910 pés ou 162 arrobas por mil pés!

A homogenisação do producto colhido justificava-se pelo melhor trato do cafesal. Os talhões dos colonos apresentavam-se mais bem cuidados, os cafeeiros mais virentes e melhor

tratados, o solo mais frequentemente carpido e o matto do cafetal reduzido ao minimo.

O milho, o arroz e o feijão, plantados entre os renques, cresciam admiravelmente. Causava real prazer ver-se o que eram estes talhões das fazendas paulistas. Muitos delles assumiam aspectos de verdadeiros jardins!

As differenças com as outras partes do cafetal vinham por vezes, a ser tão grandes que pessoas pouco habituadas ás coisas da lavoura sabiam distinguir os talhões dos colonos dos escravos, nas fazendas mixtas.

Desde logo haviam começado os colonos a se esmerar, com todo o vigor, nos cuidados exigidos pela colheita. Os fazendeiros faziam-lhes, a tal respeito, plena justiça. Em geral os immigrants realisavam a apanha em tempo fixo e rapido, de modo que, quando terminavam, mal tinham as fazendas de escravos começado a colher.

Quando o café amadurecia, toda a familia, homens, mulheres, creanças, corria para o cafetal. Nos primeiros tempos, o immigrant não colhia mais do que um escravo trabalhador, mas como fosse muito mais assiduo, em mez e meio, ou, no maximo, em dois mezes já havia o europeu apanhado todo o seu café.

Era voz geral, entre os lavradores de S. Paulo, que em lotes de colonos não se viam os grãos a seccar nas arvores ou derriçados no chão, ahí se alterando semanas e mezes inteiros.

A apanha não só era mais bem feita quanto mais rapida. As cerejas não appareciam tão misturadas de folhas, seixinhos e galhinhos quebrados. Havia tambem menos açodamento em depennar os ramos do cafeeiro, o que tanto prejudicava as arvores. Os colonos movidos pelo interesse em vez de correrem a mão ao longo dos galhos derrubavam as cerejas, por grupos, um por um.

Outra opinião já corrente nas lavouras paulistas: os cafés de colonos se prestavam muito melhor ao despolpamento. E isto se comprovara ainda ultimamente quando o Visconde de Indaiatuba installara, na sua colonia do Saltinho, um despolpador para beneficiar o café de trinta familias de colonos.

Verificara-se em S. Paulo, eloquentemente, a enorme somma de vantagens decorrentes da substituição do escravo por um operario mais intelligente e mais senhor de si. Esta simples troca de individuos procedera a correção de quasi todos os defeitos exprobrados á antiga cultura cafeeira.

Positivamente não se haviam alterado as velhas condi-

ções da lavoura da rubiacea. Continuavam em vigor os processos antigos. Os colonos não os haviam em nada modificado. Não praticavam a poda, não se utilisavam de instrumentos aratorios e assim tinham realisado menos progresso agricola que os escravos de certas fazendas.

Mas, socialmente, eram melhores, effectuavam com muito maior vantagem, as operações da carpa, da replanta, da apanha. E se assim procediam os immigrantes é porque dahi lhes provinha o interesse.

Assim produziam café, melhor e mais barato. Permittiam, para o futuro, que a cultura predominante do Brasil fosse, no commercio mundial, occupar o papel que lhe competia, o verdadeiro papel muito acima do dos cereaes, e dos oleos, e até dos vinhos de maior renome. Voltando ao confronto dos calculos de rendimento, entre fazendas de escravos e fazendas colonisadas, tirou o Dr. Couty outras conclusões interessantes.

Deduziu o rendimento, por hectare, do numero e afastamento dos cafeeiros, contando um hectare de cafetal, de 14 palmos, cerca de 1.060 arvores.

O café entregue pelo colono, podendo todo ser despolpado, deveria ser avaliado ao preço medio de oito mil réis por arroba, ou fossem sete mil pagos ao fazendeiro, dahi se descontando o custeio. Desejando ser preciso, quanto possivel admittia, comtudo, que só parte de tal café fosse despolpado. Assim calculava em seis mil réis o preço pago ao proprietario, pelo café dos colonos. E, por maior cuidado, como a colheita de 1883 seria um pouco menor, em virtude da carga anterior, tomara a media entre 1881-1882.

Calculando deste modo chegara a um rendimento medio enorme de mais de 30 saccas de 60 kilos por hectare, ou fossem mais de 72 por alqueire de chão o que corresponderia a 288 arrobas por 1.060 pés, valendo entre 700 e 800 mil réis.

Ora um trigal por hectare produziria de 100 a 144 mil réis ou, por alqueire de chão, de 240\$ a 345\$, um vinhedo de 480\$ a 576\$000.

Que formidavel vantagem cabia pois ao café! Onde, em que parte do mundo se encontraria cultura capaz de lhe ser comparada, capaz, sem estercamento, de render, por hectare, 1800 francos, 720\$000! E isto num momento em que os productores se queixavam do desfavor dos preços!

Estimulando os cafeicultores do Brasil dizia o eminente biologo aos que achavam os preços do genero pouco lucrativos: cultivassem melhor! e para melhor cultivar bastava

substituir o braço escravo pelo braço livre. Facilitassem o trabalho dos operarios livres em vez de os desanimar! Partilhassem equitativamente os resultados da industria com os seus auxiliares! Se assim procedessem não haveria motivos para atormentar o Governo do seu paiz com ineptas reclamações improcedentes e solicitações descabidas. Não precisariam queixar-se das estradas de ferro nem andar á procura de quem lhes fizesse empréstimos.

Enriqueceriam graças á simples força do trabalho, fazendo com que tambem enricassem aquelles que para elles estivessem explorando propriedades actualmente sem valor realisavel. Faria o colono a riqueza do fazendeiro. Tal conclusão decorria da differença, para o proprietario, dos preços de custo de trabalho escravo e do trabalho livre.

Esta riqueza resultava tambem do exame de factos, mais afastados, que demonstravam quanto era o colono capaz de realizar economias e dar ao Brasil muitos desses cidadãos activos, cujo numero ainda se mostrava restricto.

CAPITULO XIII

A attracção do Brasil sobre as massas proletarias europeas — Diferença de condições com os Estados Unidos e a Australia — Repugnancia do colono livre pelo contacto com o escravo — A iniciativa particular em materia de colonisação européa nas fazendas de café — A clarividencia dos paulistas — Exemplos brilhantes — A necessidade da colonisação dos cafesaes

Quando o Imperio tivesse outro desenvolvimento economico, dizia Luiz Couty em 1883, era provavel que os seus territorios attrahissem grandes levas de trabalhadores ruraes para servir permanente, ou transitoriamente, nas lavouras, imigrantes livres, senhores de sua vontade e de seu destino.

O que se tornava inteiramente reprovavel era quèrer-se, a todo o transe, proseguir com estes contractos de locação de serviços que faziam dos trabalhadores verdadeiros servos. Supprimindo-se-lhes a independencia impedia-se-lhes o progresso.

Este systema que se contentava em garantir ao operario rural apenas a continuidade da existencia pela alimentação, deixando todos os lucros ao proprietario, embora a este tambem coubessem os riscos e perigos da exploração industrial, tal systema, caro ao espirito fazendeiral, precisava ser abolido.

Se o Brasil queria realmente progredir e civilisar-se, desejava a emancipação de seus escravos e tornar util á Nação a collaboração destes infelizes, privados da liberdade, fazendo-os senhores de suas vontades e amigos da economia, era preciso que o landlord renunciasse á exploração do homem, sob todas as formas de contenção que ella podia assumir.

E se resolvesse a considerar seu igual o productor de trabalho. Estas condições, essenciaes ao operario das lavouras cafeeiras, sómente o trabalhador europeu as possuia. Ninguem se illudisse a tal respeito.

Mas era preciso levar em consideração os caracteres psy-

chicos e sociaes do europeu, os seus anhelos e as condições novas de vida que elle ia ter nos paizes novos, assim como as condições do meio biologico e social que as regiões onde ia habitar realisavam.

Na Australia, e nos Estados Unidos, a transição era muito mais suave. A maioria dos immigrants ia viver em meios sociaes e familiares, mais ou menos identcos ou pelo menos semelhantes áquelles que acabava de deixar, atravessando o Atlantico e denais Oceanos.

Se estes advenas se atiravam a terras virgens, em todo o caso alli dispunham de meios de communicação com os centros civilizados que haviam deixado e delles muito mais proximos aliás do que os immigrants para a America do Sul.

Ninguém ignorava que nos Estados Unidos os trilhos das estradas de ferro antecediam aos pioneiros, frequentemente. E além de tudo condição importantissima, primordial, as differenças climatericas eram muito mais accitaveis para os Europeus do que as da região tropical.

No Brasil pelo contrario, as condições de adaptação eram inteiramente outras. Não havia motivo para internação nas terras virgens pois a falta absoluta de transportes, além de 400 kilometros da costa, impedia a abertura das zonas á agricultura intensa. O que se notava era a falta de mão de obra nas regiões já exploradas. Era preciso colonisar a terra já mais que desbravada, já cultivada.

Mas esta colonisação especial do Brasil apresentava muitas difficuldades: o immigrant chegava para substituir o negro que, dentro em breve, desapareceria e já era nocivo com o seu rendimento insufficiente.

Assim, pouco a pouco, tinha que se introduzir num meio social impregnado, ainda, dos caracteristicos da escravidão, apresentando habitos, costumes, absolutamente diversos daquelles que o europeu acabava de deixar e sobretudo daquelles que suppunham vir buscar.

E afinal as culturas, para elle novas, inteiramente ignotas, do café, da canna, da mandioca, os processos da pecuaria, tambem ineditos, não tinham confronto com as culturas cerealiferas europeas nem com os processos de creação do Velho Mundo. O governo brasileiro commettera erros, e erros graves, contentando-se em localisar milhares de europeus no seio de mattas virgens, em regiões insufficientemente providas de meios de transportes. Dahi o fracasso dessas multiplas tentativas, realisadas em differentes pontos do Imperio. Parecia aos governantes que sua tarefa se limitava a lançar aquelles es-

trangeiros em locais onde recebiam terras, um abrigo profunctorio e nada mais!

O que a iniciativa governamental não soubera realizar, a privada levava a cabo, com brilhante exito, em diferentes pontos do paiz. Haviam alguns brasileiros, de larga visão comprehendido que á Europa não deviam pedir apenas capitaes e sim aquella mão de obra nella superabundante. Mas não só o Paraná, o Rio Grande do Sul e Santa Catharina deviam ser colonisados e sim, sobretudo, Minas Geraes, São Paulo e o proprio Rio de Janeiro.

Era preciso collocar o immigrante branco ao lado do escravo, sobretudo nos cafesaes. Era necessario que o novo colono encontrasse, immediatamente, colheitas faceis e assim se puzesse a amar aquella terra nova que lhe offertava aquellas largas dadivas. E logo instigado pela fortuna se puzesse a atrahir, para o imperio americano, seus parentes e amigos para que, como elle, se envolvessem, intimamente, nos elementos de trabalho e de troca já existentes na nova patria. Convinha realizar a pratica intensa do *ubi bene ibi patria*.

Era o que, em bôa hora, os paulistas haviam sabido comprehendere com tamanha perspicuidade: aquelle imperativo da *colonização da terra já cultivada*. Em quatro annos, de 1879 a 1883, já haviam sabido fixar, no solo de sua provincia, cincoenta mil immigrantes, dos quaes metade nos cafesaes.

Já ninguem se debatia na indecisão das hypotheses mais e menos favoraveis: os resultados estavam alli, permittindo antever o fim proximo da crise social creada pela presença do escravo.

A tal proposito traçava Couty conceitos os mais honrosos em relação aos paulistas.

“Não hesito em proclamar-o: com o tempo, á provincia de S. Paulo, tão activa e tão intelligente, caberá tamanha honra por haver sabido começar em fins do seculo XIX, a transformação do trabalho servil, quanto lhe toca por ter sido a primeira, em principios da era novecentista, a acclamar a independencia nacional.”

Não se haviam os paulistas limitado a triplicar, em menos de vinte annos, a producção do café, de modo que as suas safras já quasi attingiam ao total das demais provincias. Não se tinham limitado a cobrir o solo da sua provincia com o aparelhamento aperfeiçoado do trabalho, por meio de engenhos de café e de assucar, manufacturas algodoeiras e de outros generos. Não se haviam contentado em construir, em dez annos, mil e quinhentos kilometros de estradas de ferro, que

já iam penetrando em regiões desconhecidas e habitadas até então apenas por Indios: estes yankees do Brasil como com tamanha justeza e justiça tinham sido alcunhados haviam modificado, até, as proprias condições do panorama do trabalho em sua provincia, sem o auxilio do governo, tudo devendo á iniciativa propria. Haviam encontrado o meio de substituir o negro pelo branco, o escravo pelo homem livre. O productor, era capaz de comprehender a economia, viera substituir tambem o camponio despreoccupado e extreme de aspirações, do interior brasileiro.

Haviam comprehendido o problema pela base e graças ao esforço intelligente a sua provincia já podia encarar a extinção do trabalho servil com confiança e sem receios. Procurou o Dr. Couty informar-se valendo-se dos ensinamentos de varios dos mais destacados promotores daquelle bello movimento philanthropico e social.

Assim ouvira os Drs. João Tibiriçá Piratininga, Antonio Prado, o Commendador Vergueiro, o Visconde de Indaiatuba, o Barão depois Conde de Parnahyba, o Sr. Ferreira de Camargo (provavelmente o mais tarde Barão de Ibitinga).

O systema paulista de locação de serviços parecia diverso de quantos existiam. Não tinha similar na Europa, salvo talvez quanto á França, em certas zonas vinicolas. Obedecia a mecanismo simples. Desde que um immigrante, ou colono, chegava a uma fazenda, onde os seus serviços eram desejados, e onde era aceito, ia examinar a futura residencia e o cafesal que lhe seria destinado. Depois de saber as condições assignava um contracto, geralmente de cinco annos. Pouco tempo depois chegava com a familia e installava-se e encetava o trabalho da roça.

O que o fazendeiro lhe solicitava eram a carpa, a colheita, e a replanta. O pagamento das carpas se contractava por milheiro de pés, o da colheita por numero de alqueires colhidos. O numero de carpas variava; geralmente se declarava que quatro annuaes seriam obrigatorias. Mas o colono, sem fiscalisação alguma, as faria á vontade. Naturalmente comprehendia que quanto melhor carpisse o seu lote, maior colheita dahi lhe resultaria. Assim se via directamente interessado no bom trato do seu talhão. Este caso de avaliação da colheita por alqueire é que suscitou duvidas, pois este variava entre 40 e 50 litros, segundo as zonas e mesmo as fazendas. Provocaria ás vezes questões como, no dizer do referendario hollandez van Delden Laerne na fazenda de Santa Veridiana.

Em muitas fazendas os colonos não tratavam só das la-

vouras velhas. Podiam alargar as plantações, recebiam terreno derrubado e destocado e mudas a plantar. Davam-lhe o trato das lavouras novas por quatro annos geralmente até a sua primeira colheita. Podiam tambem plantar por entre os renques dos cafeeiros novos.

Apesar de hospede do patrão, o colono levava vida individualista, como bem entendia organisal-a. Podia deitar-se e levantar-se ás horas que entendesse, dispor do tempo a seu gosto, alimentar-se como melhor lhe aprazia. Tinha posição muito analoga á do rendeiro europeu e aparentemente mais independente ainda. Podendo nas terras do patrão estabelecer as culturas que lhe conviesse só era responsavel por uma: a do café.

Assim podia semeiar feijão, milho, mamona, entre os cafeeiros. Davam-lhe terra para arrozal e roça de milho, parreira, horta. Podia crear porcos, cabras, gallinhas, ter vacca e cavallo. Era-lhe concedida plena liberdade para vender os productos de suas roças onde bem entendesse.

Muitos destes immigrants sabiam officios, haviam sido em suas terras nataes, alfaiates, pedreiros, sapateiros, carpinteiros. Assim achavam a quem servir. E frequentemente eram chamados pelo proprio patrão para lhe prestarem serviços assalariados. Obrigações fixas eram portanto, apenas, a do bom trato do cafesal e a regularidade da colheita.

Taes as grandes linhas do systema de colonisação já forte, inteiramente enraizado na Provincia de S. Paulo, systema que se poderia chamar brasileiro, senão paulista.

O organismo da fazenda antiga permanecia intacto; persistia a grande propriedade mas a natureza e o modo de aggregação do trabalho haviam sido absolutamente modificados. Os inconvenientes dos velhos methodos tinham-se afastado, ora mais ora menos.

Só em gastos de fiscalisação e contenção fazia o fazendeiro largas economias, visto como o colono cultivava e colhia a seu gosto e por conta propria.

Tambem não precisava o lavrador occupar-se em vestir o seu pessoal, nem com elle gastar para lhe conservar a saude. Como cada colono vivesse sobre si, as compras de generos desapareciam. Grande parte do trabalho retribuido pela fazenda para o preparo das roças de mantimentos tambem se desvanecera.

Por outro lado o proprietario, por meio de calculo facil, estabelecia a quota do rendimento de café que queria ou po-

dia deixar ao colono. E assim sabia qual lhe seria o lucro líquido, sem responsabilidade, trabalho e maior preocupação.

Para o augmentar bastava que tomasse maior numero de colonos.

Tão intelligente processo já ia dando optimos resultados. Era o primeiro a existencia de forte corrente immigratoria espontanea para a provincia de S. Paulo.

Em 1881 cinco mil colonos, em 1882 seis mil, haviam procurado as terras paulistas, certos de nellas se radicarem.

Os de 1883 haviam quasi todos chegado sem que houvessem recebido a sollicitação dos fazendeiros. Vinham das montanhas do Tyrol e das planicies lombardas e sabiam de antemão onde deveriam fixar-se.

Procuravam fazendas já suas conhecidas como as do Visconde de Indaiatuba, ou da familia Queiroz Telles. Os mais numerosos declaravam ser colonos do Dr. Antonio Prado "tão justamente apreciado por todos os immigrantes" declara Couty. Quasi todos estes recém-chegados tinham informações sobre as condições de vida e de trabalho futuros.

Haviam-nos attrahido os chamamentos de parentes e amigos, já radicados no Brasil. Satisfeitos, com a mudança de vida, desejavam que os seus compartilhassem de tal melhoria.

Assim evitavam as hesitações dos primeiros dias, as perdas de tempo quasi sempre onerosas, as surpresas desagradaveis, as decepções frequentemente nocivas.

Muitos deste colonos haviam atravessado o Atlantico, ás proprias expensas, ou por meio de recursos proprios, ou, ainda, por intermedio de sommas enviadas pelos seus parentes, já fixados no Brasil.

Não fôra o fazendeiro quem desembolsara para os attrahir, recebera-os á porteira de sua fazenda. Nem tambem gastara com estas primeiras despezas de installação. Viu o Dr. Couty, em differentes fazendas paulistas, grandes como em Ibicaba, no Saltinho (do Visconde de Indaiatuba) em Monte Serrate, grupos de seis e oito familias que tinham immigrado attendendo aos chamamentos de algum irmão, primo, amigo. Havia viva correspondencia epistolar da Europa para S. Paulo de gente desejosa de immigrar. Impossivel seria imaginar-se processo de propaganda mais efficiente e poderoso de que este, muito mais util do que os das agencias governamentaes de onde se espalhavam preconicios officiaes, e officiosos, frequentemente redigidos dezazadamente.

Visitou Couty a hospedaria de immigrantes estabelecida, pelos poderes provinciaes, no Bom Retiro e della teve optima

impressão. Viu os colonos fartamente alimentados, com direito á permanencia alli de cinco a oito dias, bem informados sobre as fazendas onde deveriam ir trabalhar, e podendo utilisar-se de um passe ferroviario, para si e sua gente.

Fazia tal installação honra ao seu esclarecido organisador, o Sr. Souza Queiroz. Cabiam pois os maiores elogios aos poderes da provincia de S. Paulo que, para a sua circumscripção, haviam sabido realizar muito mais do que os poderes imperiaes.

Outra grande vantagem trazia a corrente immigratoria paulista: a transformação da mentalidade, desconfiada e asaz xenophobica, das populações com quem entrava em contacto; naturalmente partia tal prevenção das pessoas mais incultas, entendia-se.

O primeiro ensaio em maior escala, da colonisação italiana em S. Paulo, realizara-se em 1874, affirma o Dr. Couty. Seiscentos peninsulares que se destinavam a Buenos Ayres haviam permanecido em Santos por causa da occurrencia de uma revolução na Argentina. Tinham querido empregar-se nas fazendas e os fazendeiros os haviam recebido cheios de desconfiança. Não conseguindo encontrar trabalho, repellidos a direita e á esquerda, muitos destes infelizes passaram a ser elementos perturbadores da ordem publica.

CAPITULO XIV

Applausos de Rebouças á obra da colonisação — Sua opinião sobre as tentativas de fixação de immigrants nas lavouras cafeeiras — Os relatorios do Dr. Carvalho de Moraes e Machado Nunes — Ideias de centralisação agricola

Falando dos beneficios de colonisação dizia Rebouças:

“A cultura de café por braços livres, por immigrants e colonos, é facto consummado, desde muitos annos, em São Paulo. Devem esta illustre provincia, e o Brasil, tão grande beneficio ao Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que, em 1847 na sua fazenda de Ibicaba, a legua e meia da cidade de Limeira, fundou a colonia *Senador Vergueiro*.

Não é esta certamente a menor das glorias que illustram a memoria deste dedicado amigo do Brasil! A maior foi, por certo, o ter sido o primeiro a declarar, com essa nobre franqueza que o caracterisava, nas côrtes portuguezas de 1821, que o Brasil não podia continuar, por mais tempo, colonia de Portugal.

O Sr. José Vergueiro, illustre filho e successor do Senador Vergueiro, apresentava interessante estatistica da colheita de 1869 a 1870 pelos seus colonos. Nelle demonstra minuciosamente que 49 familias de colônos, com 140 pessoas maiores de 10 annos, cuidaram de 130.954 cafeeiros, e colheram 52.232 alqueires ou 1.694.091 litros de café em cereja. Cada familia cuidara pois de 2.672 cafeeiros! E como as familias eram 49 e os individuos acima de 10 annos 140, seguia-se que cada familia não contara, em media, mais de tres individuos capazes de trabalho. Como medida de precaução convinha admittir 1.000 cafeeiros por familia, qualquer que fosse o numero de individuos do sexo masculino, maiores de 10 annos e menores de 25 que a computassem.

Em café limpo, a producção das 49 familias ou dos 140 individuos, fora de 26.111 arrobas ou 383.518 kilogrammas.

Dahi resultara uma producção de 7.826 kilogrammas por familia de colono.

Para afastar toda suspeita de optimismo, computar-se-ia invariavelmente, para cada familia de emancipado, immigrante ou colono, a producção de 3.000 kilogrammas de café, prompto para exportação, ou 20.000 kilogrammas de café em cereja, adoptando a media obtida por Madinier, de 100 kilos de café em cereja para 15 kilos de café em estado de ir ao mercado.

Graças á iniciativa do illustre Senador Vergueiro era realidade pratica, visivel e palpavel a quem quer que fosse estudar a provincia de S. Paulo.

Em 1870 o Dr. João Pedro Carvalho de Moraes fôra encarregado pelo governo imperial de um inquerito sobre as colonias particulares de S. Paulo. O illustre funcionario escrevera, em data de 16 de setembro de 1870 um relatorio, que fôra em muitos pontos verdadeira revelação!

Verificara que, de 1852 a 1857, trinta e cinco fazendeiros de diversos municipios, principalmente de Campinas, Limeira e Rio Claro, tinham fundado 41 colonias com 4.454 individuos, havendo, pelo menos, entre elles 89 familias brasileiras com 500 individuos! Ah! se cada provincia do Brasil tivesse tido um Senador Vergueiro!

“Então S. Paulo não seria no Brasil uma excepção unica, um facto isolado, um exemplo, um estimulo, e não seriamos obrigados todos os dias a dizer aos estrangeiros que visitam este paiz:

“Ide á provincia de S. Paulo se quereis saber o que o mundo póde esperar da nacionalidade brasileira.”

Sobre o bem estar dos colonos das fazendas de S. Paulo pronunciara-se em 1860, o Dr. Machado Nunes, encarregado pelo governo imperial de examinar taes colonias:

Boa parte dos colonos, importados pela provincia de São Paulo, contractados pelo systema de parceria, já conseguira pagar suas dividas; alguns se conservavam nas mesmas fazendas, ou, se haviam passado a outras, continuavam a viver como colonos pelos mesmos contractos, ou por outros, de locação de serviços. Muitos achavam-se estabelecidos nas povoações ou nas proximidades dellas, com diversas industrias, ou como proprietarios de pequenos lotes de terras, cultivados por conta propria.

“Os outros, embora não se achassem independentes, porque ainda não haviam podido pagar as dividas, viviam comtudo, folgadoamente, produzindo quanto era necessario á sua subsistencia. E tinham amortizado os debitos, ainda que lenta-

mente, em grande parte, com o producto do café, colhido de parceria. Alguns mesmo, e não poucos, que se achavam em condições favoráveis por serem bons trabalhadores e terem filhos, que os ajudavam, possuíam verdadeira abundancia em suas casas, e ainda lhes sobravam mantimentos, que vendiam.

Viviam estes geralmente satisfeitos, e os que não o estavam era quasi sempre porque se achavam dominados pela idéa de se poderem libertar das dividas de outro modo que não pelo trabalho.

“Para dar uma idéa do bem estar destes colonos, mesmo dos que ainda se achavam onerados, bastava dizer que muitos, quicá um terço das familias” possuíam vaccas de leite e animaes de montaria, não se servindo destes geralmente senão para passeios ás povoações vizinhas, vantagens estas, que a mór parte dos pequenos lavradores brasileiros não desfructavam.

Abençoado fosse o nome do Senador Vergueiro, o primeiro a conceder a esses infelizes proletarios da Europa, lá morrendo de frio e de fome, tantos beneficios e tanta somma de bem estar!

Affirmava o Dr. Carvalho de Moraes que já em 1884:

“A colonisação particular em S. Paulo auxiliar efficiente da lavoura da provincia, concorria para o augmento progressivo de sua producção, e creara uma classe de pequenos proprietarios e capitalistas cujo numero crescia constantemente.

“Os seus resultados haviam sido favoráveis aos colonos, aos proprietarios, assim como ao Estado. Os contractos, em que assentavam estavam em vigor, havia mais de dez annos, e, durante esse tempo, executados regularmente pelas partes contractantes, sem dar lugar a desordens nas colonias, nem a questões judiciaes dignas de nota.

“Assim, pois, tal colonisação preencheria os fins, que tinha de satisfazer, mostrando offerecer condições de duração.

“Era innegavel, tambem, que estava em boas condições de desenvolvimento, porquanto se generalisavam os contractos, em que se baseava, existiam diversas colonias com pessoal avultado, e ao lado dellas, crescido numero de antigos colonos, estabelecidos em posição independente, que, pelos exemplos e conselhos, concorriam para manter a ordem e a harmonia nas colonias.

Advogando a causa da centralisação agricola exclamava Rebouças:

Se tantos e tão grandes beneficios decorriam em S. Paulo

de imperfeito systema de parceria, o que não era de esperar que ali produzissem os novos principios de centralisação agricola?

Levava elle vantagem sobre o systema de parceria e seus congeneres em todos os capitulos:

Na sub-divisão racional das exaggeradas extensões de terra, possuidas pelos fazendeiros e senhores de engenho.

Na consequente e immediata reforma do systema de cultura extensivo para o intensivo.

Na infallivel introduccão das boas praticas ruraes de afoihamento, rotaçãõ de colheitas e restituicão ao solo, por meio de restauradores, esterco e adubos, dos principios organicos e inorganicos.

Pela paga immediata em dinheiro, ao emancipado, ao immigrante e colono, do café em cereja evitando assim todas as difficuldades, dos primeiros ensaios de colonisação particular em S. Paulo.

Em satisfazer, desde o primeiro dia, a maior aspiração do emancipado, immigrante ou colono possuir: um pedaço de terra!

Era preciso ter-se viajado pela Europa, principalmente pela Europa Central, para poder avaliar o ardor, o entusiasmo com o qual os proletarios do velho mundo aspiravam ao titulo de proprietario da terra.

Eloquentemente dizia o illustre economista Joseph Garnier:

“O meio mais efficaz e mais energico para civilisar as povoações barbaras ou semi-barbaras da Europa, Africa, America e Asia; para emancipar os servos e os escravos, consiste em constituir-lhes uma propriedade territorial individual!”

Criticando o vezo que muitos brasileiros tinham de querer applicar ás cousas de sua terra as condições dos paizes europeus della inteiramente diversos, fazia Francisco Belisario Soares de Souza, notar em 1882, que tanto das columnas da imprensa como da tribuna do parlamento surgiam extravagantes opiniões, ás vezes, emittidas por homens de alta cultura, aliás, tentando provar que todos os males da agricultura brasileira provinham da grande propriedade.

Fossem as fazendas retalhadas e tudo mudaria para melhor.

Dois ministros da fazenda dos ultimos annos, um liberal e outro conservador, haviam proposto, nos seus relatorios, a creação de imposto territorial, com o fim de obrigar a divisãõ das grandes fazendas.

Seus argumentos chegavam a ser pittorescos. Se os latifúndios estragaram a Italia, se os nobres monopolisavam as terras na Inglaterra forçosamente os fazendeiros também prejudicavam o Brasil! O mal não podia estar em outra parte!

“Porque estes senhores não vão ver o que fazem no Brasil os pequenos proprietários, porque não indagam se os ha, o que fazem, como trabalham, o que produzem? indagava Belisario cheio de ironia.”

Porque não verificam se ha, como na Inglaterra, estorvos e obstaculos na propria lei, que difficulta não só a divisão, como a venda das propriedades agricolas, porque não verificam se os proprietários brasileiros recusam vender as terras e se ha compradores que não realizam negocios por não achal-as á disposição?

Como é que ministros do estado escreviam taes enormidades? Pois as terras do Brasil inteiro estavam á venda, não tinham valor, os fazendeiros as davam de graça a innumerous aggregados! E os nossos escriptores, os nossos deputados, os nossos ministros, estavam a engendrar meios artificiaes para os forçar a venda? Se alguma coisa havia que decretar seria simplesmente a diminuição do imposto de siza, que, na verdade, embaraçava as transacções pela desarrazoada elevação.

CAPITULO XV

Conflictos provocados pela mentalidade de escravista e o espirito fazendeiral — A severidade de certos castigos e penas — Abusos de lavradores — Concessões a serem feitas aos colonos — Exemplos magnificos de alguns fazendeiros esclarecidos

Em certas colonias, a bebedice se punia por meio de multas e multas fortes. No entanto estavam os colonos na proximidade de vendas onde eram obrigados a fazer sortimento pela tabella fixada pelo patrão, coisa que aliás a lei terminantemente prohibia.

Outro motivo de azedumes: a fixação do numero de cabras e porcos que cada familia podia possuir, medida corrente em quasi todas as fazendas.

Regra sem excepção, tambem muito constringedora, esta outra imposição: a fixação do maximo dos cavallos e vaccaes que os colonos podiam ter.

Além destas coisas, que muitas pareciam aos immigrants como que picuinhas, diversas outras, sobremodo mais graves, os irritavam e desalentavam, como por exemplo a requisição, pelos fazendeiros, e seus delegados immediatos, dos generos de pequena producção de seus colonos como fossem aves, ou porcos, assim como a utilisação de seu trabalho para serviços geraes, talvez uteis, mas insufficientemente previstos.

Peor, porém, o que se dava com alguns fazendeiros. Desrespeitavam a assignatura contractual. Allegavam a baixa dos preços do café e assim decretavam, *ipso facto*, a redução dos proventos dos colonos. Ou então de repente effectuavam a modificação brusca de todo o systema de colonisação.

Afirmava o Dr. Couty que ao lado de homens como o Visconde de Indaiatuba, do Conselheiro Antonio Prado, do Sr. van Erven, que respeitavam os termos contractuaes, demonstrando em relação aos seus colonos a maior justiça, outros ha-

via que procediam para com os imigrantes brancos como se estes fossem uma especie de servos.

Alguns chegavam a agir como verdadeiros tyranetes: retinham o dinheiro dos colonos, negavam-se a prestar contas, antes do fim dos contractos, queriam até envolver-se em suas questões mais intimas, como fossem os casamentos e as relações de familia. E estes homens despoticos ainda se espantavam quando viam suas propriedades descolonizadas!

Abusos, e graves, havia, tambem, por parte dos colonos que desrespeitavam os seus contractos. Mas convinha lembrar a differença de nivel social entre uns e outros. Achava o Dr. Couty que os imigrantes viviam no Brasil, submettidos a um regimen de excepção onde muita coisa era odiosa, graças aos costumes e á legislação geral do Imperio.

Assim insistia sobre o caso dos obstaculos á naturalisação por meio de despezas elevadas, tramites demorados e multiplos. Viviam sob leis liberaes era bem verdade, mas em todo o caso inteiramente feitas só para elles. Dependiam estrictamente do patrão e da renovação contractual. Não lhes cabia direito algum ao aproveitamento da melhora das condições das lavouras, e até das bemfeitorias. E depois ainda encontravam obstaculos na aquisição das terras cafeeiras em que quizessem applicar as economias de longos annos de trabalho assiduo.

Esta ultima exprobração do sabio francez parece-nos descabida. Se os colonos não achavam quem lhes quizesse vender cafesal nada os impedia de comprar terra virgem, arroteal-a e nella plantar café. Pois o proprio Dr. Couty não nos afirma que vira em Monteserrate colonos a derrubar matta e a plantar?

Terra para café abundava, por toda a parte, e os exemplos se multiplicavam relativos a europeus que crearam lavouras desde os primeiros tempos em que começaram a trabalhar por conta propria.

Assim, no municipio de Limeira, o allemão Theodoro Stein, homem de extraordinaria força de trabalho e notavel criterio, os irmãos belgas Pedro e Theophilo Hereman, sem falar no caso de colonos da Helvetia, os valentes suissos das familias Ambiel, Bannwart, Amstalden, Gut, etc. que, já ao tempo do Imperio, tinham pequenas lavouras cafeeiras. E no Estado de S. Paulo todo não ha quem desconheça o que obteve o extraordinario Francisco Schmidt, o colono allemão que chegou a ser o rei do café mundial, tão justamente estatuido em Ribeirão Preto, o belga Van Zube, realisador de grande

fortuna, antigo colono do Barão de Jundiahy que, já também na época imperial, passara a ser sitiante.

Assim é injustificada a apostrophe do Dr. Couty:

“Indago de quantos hajam visitado as regiões cafeeiras entre esses fazendeiros que procuram trabalhadores para suas lavouras sem braços se acaso encontrou um só que jamais tenha pensado em retalhar o seu cafesal para o vender a colonos?”

Um complexo de factores animava estes lavradores. O apego á terra, ás lavouras que herdaram, compraram ou plantaram, a esperança de melhora de condições de fortuna, o amor proprio do apego á sua situação social de fazendeiro, tão robusto entre homens rusticos.

Nada mais razoavel do que esta resistencia ao desmembramento de suas propriedades, nada mais humano. Sómente mais tarde, com a evolução da mentalidade, se apresentaria esta hypothese ao espirito dos lavradores brasileiros. Em 1884, era cedo demais para se pensar nesta possibilidade quando ainda existia o regimen servil.

Havia no dizer de Couty, varios italianos e allemães, um pouco por toda a parte na provincia de S. Paulo, antigos colonos, possuidores de escassos recursos, tentado sem exito estabelecer-se como fazendeirinhos de café.

Queriam ser donos de terra, assim compravam pequenas áreas perto das cidades. Adquiriam-nas por preços elevados, muito elevados, mesmo. Ensaíavam pequenas culturas, hortícolas e ceralíferas, visto como pelo preço alto, os solos proprios para o café lhes eram interditos.

Mas como fosse forte a concorrência pouco lucravam. Dentro em breve desanimados iam buscar abrigo em zonas novas, como as de S. Simão e Ribeirão Preto, onde a falta de transportes impossibilitava os meios de venda e troca.

Com elementos insufficientes procuravam abrir fazendas na matta virgem, fracassavam quasi sempre ou obtinham relativo exito.

Taes factos eram apontados pelos observadores superficiaes sob a formula inexacta de que ao colono não interessava passar a ser proprietario.

Verificando os casos que conhecia explanava Couty que um facto social se oppunha a outro, a elle inteiramente antagonico: a obstinação do latifundiario em não querer parcellear as suas lavouras e o desejo dos immigrants em adquirir cafesaes.

Era preciso encontrar formulas conciliatorias destes in-

teresses, destes desejos em opposição. Tornava-se necessario encontral-as porque dahi dependia a solução das crises brasileiras, a da escravidão e a do café.

As formas mixtas e transitorias, certos processos de parceria ou arrendamento da terra a longo prazo permittiriam realisal-os.

Como prova de tal, podia-se allegar o que succedia em Jundiáhy, na fazenda do Coronel Lima da Fonseca, ou em Santa Clara, na do Sr. Van Erven. Nesta a centralisação agricola tentativa intelligentemente curiosa, na outra a meiação, imaginada pelo fazendeiro, dera optimos resultados.

Analysando o caso de Monte Serrate dizia o Dr. Couty que na fazenda de Jundiáhy, em 1876, só havia quarenta mil cafeeiros e alguns escravos. O dono despachara os seus captivos e repartira o cafestal entre immigrants italianos. Pois bem, em 1822, as lavouras haviam passado a conter 240.000 pés e nellas trabalhavam 81 familias!

Destes 240.000 cafeeiros, 150.000 plantados por europeus. Analysando o contracto de fazenda verificou o scientista francez que ao immigrantante cabia um minimo de lucros immediatos. E ainda se via obrigado a serviços muito differentes, como os de terreiro, limpeza de pastos, além dos encargos geraes da fazenda. A principio recebera um numero muito pequeno de cafeeiros, em plena producção, mil pés por familia, Pagavam-lhe 150 réis, ao cabo de quatro annos, pela plantação de cafeeiros novos e ainda devia desbravar o solo. Durante tres ou quatro annos as lavouras não produziam. Assim todas aquellas familias se haviam endividado de 300, 500 mil réis e até mesmo de um conto de réis, divida relativa ás despesas de viagem, adeantamentos para o sustento, etc.

Estas dividas attingiam quarenta contos, em noventa parcelas, representando uma quantia restricta e installação total da fazenda e sua fabricação quanto ás casas de colonos e compra de machinas.

Analysando o caso admittia Couty que, na execução do plano, houvessem occorrido erros. Talvez tivessem sahido muito caro as casas e os caminhos e fossem as lavouras mal plantadas. Admittia que o digno proprietario de Monte Serrate tivesse motivos para romper com o seu socio e administrador, que bem soubera organisar o projecto realisado. O que porém queria patentear era um facto social absolutamente demonstrativo. Colonos haviam permanecido, tres e até cinco annos, quasi sem ganhar coisa alguma, occupados no estabelecimento de novas lavouras e á espera de que pudessem algum

dia alcançar algum lucro. Haviam tido a maior paciencia e podia-se garantir que se mostravam satisfeitos, apesar da ausencia do lucro immediato. E porque? Exclusivamente porque haviam sido tratados como homens livres e senhores de seu trabalho!

Duas vezes, mensalmente, reuniam-se os chefes de familia, na sala commum da fazenda, para discutir as reformas a fazer.

Alli se debatera e acceitara o compromisso dos colonos darem, a principio, oito dias e depois quinze, de seus jornaes para os trabalhos geraes da fazenda, em serviços de cercas, caminhos etc.

Alli tambem haviam-se os colonos convencido da necessidade da sua divisão em turmas para os trabalhos de terreiro. Assim tambem tinham-se capacitado da conveniencia de restringirem o numero de animaes collocaveis nos pastos communs da fazenda.

Os colonos de Monte Serrate eram absolutamente senhores do emprego do tempo. Quando quizessem podiam ir á cidade, plantar as roças que entendessem entre as carreiras do café, dispunham de terra para quintal, para uma hortinha e vinhedo. Tambem estavam autorisados a ter pocilgas e galinheiros.

Apesar destes trabalhos supplementares horticolas, e do trato dos animaes domesticos, as culturas cafeeiras mostravam-se muito bem mantidas. E, facto essencial, a fazenda alargara, sempre, o seu cafesal.

Dava o fazendeiro plena liberdade aos colonos a que comprassem onde bem entendessem. Haviam estes immigrants chegado, absolutamente sem recursos, e como as compras lhes tomassem tempo a fazenda organisara uma venda em certa casa, perto da séde. Diariamente, á noite, lá encontravam os colonos um dos socios, a lhes vender aquillo de que precisavam, com um acrescimo de dez por cento, sobre as facturas para as despezas geraes do negocio. Tudo, portanto, quanto havia de mais razoavel.

Podiam as familias visitar-se, encontrar-se, discutir, divertir-se a seu bel prazer. Raro o domingo em que não houvesse baile na tulha da fazenda. E para augmentar a cordialidade do pessoal trabalhador organisara o fazendeiro uma fanfarra e ainda fizera vir da Europa capelão e professor italianos.

Estas innovações, tão intelligentes, haviam provocado multiples despezas mas taes gastos constituíam simples adeanta-

mentos que os colonos, prazerosamente, tinham consentido em reembolsar, mais tarde, quando, com os seus cafesaes, já em plena producção, repartiriam com o patrão, meio a meio, as colheitas.

Com o tempo, estas condições primitivas haviam sido modificadas; numerosos colonos tinham sido removidos para outras fazendas. Mas o interesse da tentativa permanecia; cabia inteiramente na natureza dos meios moaes empregados para interessar o colono numa tentativa que, durante varios annos, permanecera pouco lucrativa.

Tinha o Dr. Couty, como certo, de que a meiação, a concessão aos immigrants, de licença das regalias dos divertimentos phisicos e sociaes a que estavam habituados a permissoão de desenvolverem a individualidade, por meio do alargamento de seus direitos, ao mesmo tempo a aggregação pela escola, e a igreja, embora, temporariamente, seriam os mais salutaes meios para a fixação destes advenas. Assim diminuiria este como que nomadismo, estas migrações que eram o maior obstaculo á colonisação e assim se attrahiria corrente cada vez mais consideravel de immigrants novos.

Ao ver do Dr. Couty eram tão serias as ameaças que pesavam sobre o futuro da grande lavoura cafeeira do Brasil que ou ella periclitaria ou se transformaria, por completo, por intermedio da pequena propriedade.

Em futuro, não longinquo talvez, tão premente seria a falta de braços que se estabeleceria a concurrencia entre os fazendeiros, disputando entre si os immigrants disponiveis.

Em tal momento os deslocamentos, de fazenda a fazenda, não seriam mais produzidos pelas exigencias dos trabalhadores e sim pelas offertas maiores de retribuição.

O proprietario, pagando melhor o colono, e, por conseguinte, vendo o rendimento da terra cada vez menor comprehenderia que o unico meio de conservar o seu capital seria a alienação da fazenda.

As economias dos colonos, previa o nosso autor, já consideraveis, ainda se avolumariam durante estas competições.

Estes pequenos cultivadores, desejosos de possuir a terra, poderiam offerecer, pelos lotes do cafesal, preço elevado, largamente remunerador. Assim beneficiaria o fazendeiro, tambem, sob todas as formas do trabalho dos immigrants, pelo beneficio da producção e a revenda da terra.

O senhor de escravos, passando a capitalista e industrial, ficaria surprezo de se ver mais rico, com menos terra. E a

transformação funesta a tantos typos de senhores feudaes, se terminaria para maior proveito daquelles fazendeiros do Brasil que tinham tido a intelligencia de não resistir a uma evolução necessaria.

CAPITULO XVI

Natalidade avultada entre os colonos livres das lavouras
cafeeiras — A economia dos immigrants — Abusos de
agentes de immigração — O anti-immigracionismo de
alguns paizes europeus — A lei de locação de serviços de
1879 — Queixas dos fazendeiros

Os escravos quasi não se reproduziam. Dahi, outróra, a
necessidade de recorrer ao trafico africano para o preenchi-
mento de seus claros.

Alguem que cotejasse porém os quadros demographicos
dos immigrants, recém-introduzidos no Brasil, notaria logo
a differença enorme que nas colonias superava a população
util, de 15 a 60 annos, da população total.

O numero de velhos, entre os recém-vindos trabalhadores
do café, era muito restricto. A's differenças preenchiam,
quasi unicamente, as creanças.

Nas colonias verificava-se que as creanças, até os 15 an-
nos, representavam cerca de metade da população total, pro-
porção tres vezes maior do que a dos filhos de escravos da
mesma idade e tambem superior a de todas as estatisticas
dos paizes europeus civilisados.

Este ultimo facto facilmente se explicava pelas condições
da immigração, constituída exclusivamente de proletarios acti-
vos que precisavam de braços para avolumar os seus haveres.
Essa quantidade consideravel de creanças, verificavel em qual-
quer colonia das fazendas paulistas, tinha, era obvio lem-
bral-o, immensa importancia para o futuro.

Não eram só os immigrants que tinham chegado, os que
contavam e sim, tambem, os seus descendentes, numerosos,
incorporados a nação brasileira.

E esta constatação seria a melhor resposta possivel áquel-
les reparadores numerosos da Europa que ainda discutiam a
proposito das condições hygienicas da immigração no Brasil
e as difficuldades em sua acclimação.

Da salubridade das terras altas de S. Paulo fez o Dr. Couty arroubadado elogio. Todos os que haviam percorrido a provincia brasileira sabiam que não existia no mundo região mais salubre do que estes planaltos relativamente frios.

Infelizmente muitos dos que se punham a falar do Brasil só se lembravam da costa e das cidades baixas e quentês do littoral.

E como a febre amarella flagellava o Rio de Janeiro, em proporções comparaveis ás do typho, nas cidades europeas, queriam, por força, dahi deduzir que o Brasil era paiz insalubre. Tal conclusão surgia absolutamente inexacta, pelo menos quanto as regiões meridionaes e elevadas: as terras do café.

Podia o colono para ellas emigrar; ficasse convencido de que nellas viveria, e viveria bem, não só porque elle e seus filhos gozariam de saude sufficiente como porque, em seu novo habitat, encontraria meios de applicar o seu pendor á economia e á poupança.

Grandes vantagens levava a zona cafeeira sobre qualquer outra do Imperio, aliás. Nella já se haviam aberto vias de comunicação rapidas, o immigrante alli encontraria meios de intercambio commercial, excellentes. Ora isto não se dava com o extremo sul brasileiro. Muitos dos colonos do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catharina, achavam-se como que relegados em regiões novas onde não podiam vender suas producções e viam-se forçados a transformar-se, pouco a pouco, em verdadeiros caboclos, sem prestimos nem ambições.

O colono de S. Paulo, instigado pelo interesse podia dar relativo surto á sua actividade. Pelo café que produzisse era pago. Vendia cereaes, e ainda culturas mais finas como fossem batatas e outros tuberculos, ervilhas e hortaliças diversas. Vendia porcos e aves e destas industrias subsidiarias vivia podendo ficar para deposital-o nas caixas de deposito com o producto liquido que o café lhe deixara.

Assim o immigrante economisava, factu quasi que absolutamente virgem na historia do Brasil, onde os capitaes eram ordinariamente accumulados por gente do commercio, portuguezes taverneiros, francezes, inglezes, importadores e exportadores, ou ainda por artifices fixados, eventual e transitoriamente, no paiz.

Naturalmente ainda era restricta a economia destes trabalhadores. Embora os quadros relativos ás fazendas como as do Ibicaba, do Visconde de Indaiatuba ou de Santa Clara fornecessem dados muito mais elevados pensava o Dr. Couty que

em media a economia por familia de emigrante não passaria de trezentos mil réis annuaes.

De accordo com as opiniões de homens competentes como o Visconde de Indaiatuba, o Dr. Souza Queiroz, inspector geral da colonisação em São Paulo e o Conselheiro Antonio Prado havia, em 1884, umas cinco mil familias de immigrantes já fixadas nos cafesaes paulistas. Em conjuncto punham de lado uns mil e quinhentos contos de réis annuaes.

Mas os resultados do ensaio eram os mais auspiciosos. Já se encontravam familias dispondo de capitaesinhos de 4, 6, 8 e até dez contos de réis Podia-se, sem exagerações, acreditar que a economia total dos immigrantes de café já attingia uns quatro mil contos. Uma familia, como algumas daquellas que viviam no Saltinho, com tres trabalhadores activos, podia facilmente, economisar um conto, annualmente.

Onde, em que paiz da Europa, seria possível encontrar trabalhadores braçaes, da lavoura, capazes de embolsar taes proventos?

Quem estudasse estes factos relativos á cultura e seu rendimento ficaria admirado da feracidade de uma terra capaz de dar, aos que a trabalhavam, taes lucros. O lado industrial, ou, mais exactamente, o sociologico causava outra surpresa, mas de ordem diversa.

A cultura cafeeira, em mãos do colono, dava resultados seis e oito vezes mais avultados do que a dos cereaes, na America do Norte, e na Republica Argentina. E no emtanto ondas sobre ondas de immigrantes procuravam os portos americanos e argentinos. Sessenta mil italianos, hespanhoes e francezes encaminhavam-se para Buenos Ayres quando o Brasil só recebia de 15 a 20.000 immigrantes. O Brasil como que até se contentava com o refugio dos demais paizes! Porque? porque aos europeus repugnava, frequentemente, o contacto com uma sociedade que ainda admittia a escravidão. Receiavam os emigrados do Velho Mundo este convivio com homens de outra raça, e outra côr, no mesmo estaleiro de trabalho.

Os progressos da immigração no Brasil eram absolutamente insufficientes. Em S. Paulo onde o problema tomara avanço immenso sobre o das demais provincias; em S. Paulo onde a questão fizera progressos serios admittia-se que a torrente immigratoria precisaria ser sobremodo mais intensa. Senão, no pé em que se achava, tornar-se-ia necessario um lapso de vinte annos, ainda, só para se conseguir a substituição dos escravos das lavouras de café.

O numero dos recém-chegados não conseguia attingir o

desfalque causado pela morte nos rebanhos servis das tres grandes provincias cafeiras e as emancipações, dia a dia mais avultadas.

Graças ao seu affluxo de immigrants as exportações da Republica Argentina augmentavam diariamente e o credito desta Nação se affirmava. Sua arrecadação fiscal em 1884 era o dobro da de 1871. Emquanto isto permaneceria o Brasil estacionario? Se quizesse apressar a sua emancipação, sem prejudicar suas culturas e exportação, se desejasse vencer a crise actual de producção de café tornava-se indispensavel que preparasse immigração mais activa. Era facto que entre os governantes do Imperio se percebia tal necessidade. Grandes despezas já realisara o thesouro nacional para fazer face á immigração subvencionada, aliás de pequeno proveito para o paiz.

Mas o papel do governo parecia geralmente mal comprehendido. Pensava Couty que elle devia cifrar-se á fiscalisação, ás informações, ao transporte interno, naquillo que dizia respeito ao colono. E em relação aos fazendeiros: á creação de processos de troca mais perfeitos, á construcção de vias ferreas, á fundação de bancos diversos, sobretudo hypothecarios, ao estabelecimento de garantias por meio de melhoramentos da mão de obra nas fazendas.

Parallelamente seria recommendavel a adopção de diversas medidas de largo alcance social, pela generosidade e a cordialidade, como a concessão da grande naturalisação e a licença para o exercicio de direitos religiosos, ou mesmo politicos embora reduzidos para começar a esphera do municipio.

Uma intervenção policial seria desejavel em muitos casos e a mais opportuna. Sabia-se que entre os nucleos de immigrants recém-vindos surgiam individuos suspeitos, sobretudo italianos e allemães, de posição semi-officiaes senão mesmo official e cujas funcções seria difficil precisar.

Estes *capangas da colonisação* como expressiva e justamente os qualificara um fazendeiro, que com elles lutaria longamente, iam, de fazenda em fazenda, a explorar a boa fé dos colonos, a valer-se de sua ignorancia de lingua portugueza, do seu desconhecimento das leis e costumes do Brasil. Assim, com a maior má fé, desnaturavam a actuação dos fazendeiros, frequentemente naquillo que ella tenha de mais legitimo e mais util. Conseguiam desorganisar, assim, installações de trabalho começadas do modo mais auspicioso.

A principio haviam estes individuos obtido algum resul-

tado da perniciosa e perfida campanha. Mas agora estavam desmoralisados pela propria logica dos factos.

O seu trabalho subterraneo, de anti-immigracionismo mais do que anti-colonisação, tornara-se impossivel em São Paulo. Podiam, a vontade, taes typos, contar as suas infamias aos colonos; estes os convidavam a ir pregar em outras freguezias. Já sabiam o que era a riqueza da terra do Brasil e de quanto ella os podia recompensar. Já conheciam os seus direitos e o modo de os fazer respeitados.

A lei da locação de serviços, promulgada em 1879, era ao ver de muitos fazendeiros, sobremodo lesiva aos seus interesses. Frequente e injustamente davam os tribunaes ganho de causa aos colonos, em suas pendencias com os patrões.

Os artigos desta lei mais discutidos eram: o que limitava o prazo dos contractos a cinco annos, o que reduzia á metade dos gastos de transporte e despezas de installação a divida a ser imposta aos trabalhadores contractados no estrangeiro e interdiziam cobrança de juros sobre taes quantias; o que autorisava o recém-vindo a denunciar o seu contracto no primeiro mez, caso pagasse a despeza feita pelo seu introductor; o que prohibia ao proprietario forçar o colono a só manter relações commerciaes com elle, patrão; o que reduzia á prisão maxima de cincoenta a sessenta dias e pena a ser imposta ao colono que não quizesse cumprir com as suas obrigações.

Esta lei de 1879, na opinião do Dr. Couty, muito liberal no emtanto provocava reclamações de ambas as partes interessadas.

O prazo maximo de cinco annos fôra exactamente fixado para impedir os contractados a que passassem á condição de escravos vitalicios. Era no emtanto nociva ao colono, por permittir, indirectamente, ao patrão, que lhe impuzesse condições mais onerosas após alguns annos, justamente gastos no augmento do rendimento das lavouras. As prescripções justissimas relativas á parceria não tinham cuidado da definição do direito do trabalhador a aproveitar os melhoramentos supervenientes, direito reconhecido, mais ou menos, directamente, pela maioria das leis européas.

Por isto os colonos se recusavam a podar os cafesaes e a arrotear profundamente as lavouras, visto como taes operações viriam diminuir, momentaneamente, suas colheitas.

Em todo o caso, se a lei de locação de serviços era imperfeita já constituiria verdadeiro progresso. E convinha lem-

brar que em geral a estudavam mal. Dahi a defeituosidade de sua applicação.

Expondo as queixas dos lavradores cafesistas, dizia Couty que uma das mais frequentes, e das mais justas, versava sobre o nomadismo dos colonos. Deixavam as fazendas, por vezes em massa, expondo o fazendeiro, de um momento para outro, a serios prejuizos.

Eram, com effeito, geraes, estas idas e vindas, dos colonos, ao findarem os contractos. E a seu respeito expandiam os seus motivos de justa queixa homens da maior respeitabilidade como o Visconde de Indaiatuba o Commendador Vergueiro, os membros da familia Queiroz Telles e tantos mais pioneiros da colonisação paulista, ao lado de quem era de justiça citar a familia dos Clemente Pinto, os Viscondes, irmãos, de Nova Friburgo e São Clemente, que já se não haviam contentado em construir uma via ferrea e ainda se tinham preocupado em introduzir, na sua zona cantagallense, até chins.

Estes homens do progresso haviam gasto muito tempo, muito dinheiro, muitos esforços, fazendo vir familias italianas, allemãs, suissas que decorrido certo prazo tinham passado a trabalhar nas fazendas de todos os seus vizinhos ou tinham-se installado aqui e acolá, trabalhando por conta propria.

Estas perdas de dinheiro, provocadas por estes deslocamentos diminuíram depois que a immigração espontanea fornecera aos fazendeiros trabalhadores, sem gastos preliminares contractuaes ou de transporte.

Mas os inconvenientes geraes permaneciam os mesmos e eram consideraveis. A parceria brasileira reproduzia, aggravando-os, os inconvenientes do *métayage* francez mas o *métayage*, a meiação, desaparecia na Europa e parecia erroneo offerecel-o, sob uma forma attenuada aliás, aos colonos, avidos de lucros e de liberdade, que no Brasil desembarcavam.

Dahi, certamente, o desvio de parte da corrente immigratoria, para regiões mais abertas e mais livres e a determinação, no Brasil, entre os colonos já radicados dessas migrações perpetuas acerca das quaes havia tantas queixas, e tão justas.

Estes cultivadores, nomadisados, não sentiriam estímulos para taes deslocamentos se estivessem contentes. Tal satisfação lhes decorreria de dois factores de ordem economica e de ordem social.

Os immigrantes queixavam-se de não serem associados á

produção, em porcentagem sufficiente, e estas queixas eram geralmente legitimas.

De todas as colonias cafeeiras de S. Paulo a que melhor impressionou o Dr. Couty sob o ponto de vista da prosperidade foi como vimos uma das do Visconde de Indaiatuba: a do Saltinho. Nella viviam familias que conseguiam economisar 6:400\$, 7:200\$ e 8:000\$ annuaes. No emtanto o custo da producção de uma arroba de café bem colhido era de 1.700 réis. Neste mesmo periodo o café de terreiro mercava-se, em media, a seis mil réis a arroba, valendo o despoldado cerca de dez mil réis.

Assim o cultivador recebia um quarto, um sexto do producto, conforme o aperfeiçoamento da ultima preparação ou, em media, um quinto.

Os preços haviam baixado depois; o café valia menos e o colono era tambem menos bem pago. Percebia cerca de 1.300 réis pela cultura e colheita de uma arroba de café, a ser vendida por 4.500 réis liquidos, como café de terreiro, e entre 7.000 e 7.500 réis como despoldado.

A proporção media dos lucros dos colonos era pois pouco differente. Em Ibicaba percebiam os colonos 1.250 réis e em Santa Genebra 1.300, approximadamente, ou seja sempre menos de um terço ou, pouco mais ou menos, a quarta parte do valor do genero.

Mas as duas fazendas, a campineira e a limeirense, eram fazendas modelos onde os colonos se viam notavelmente tratados por proprietarios intelligentes e progressistas. Em regra geral a quota dos colonos vinha a ser bem menor do que alli, orçava entre mil réis e mil e duzentos réis pela producção de um fructo que, bem preparado, valia entre 4.500 e 8.000 réis.

Voltando-se para a fazenda do Saltinho e a sua colonia, tão bem mantida, organisou o Dr. Couty um quadro, estudando os lucros de quatro familias italianas durante um quinquennio, especificando o ganho annuo e mensal de familia por familia e o lucro de cada trabalhador.

As cifras obtidas eram tanto mais eloquentes quanto se referiam a familias laboriosas cuja producção crescera de anno para anno.

Estas quatro familias haviam colhido em alqueires de café e em tres annos:

	1880	1881	1882
R. Forti	1.531	2.631	2.086
J. Simeoni	787	1.516	1.261
J. Fontana	850	1.724	1.251
V. Stenico	984	1.881	1.606

Os Forti, em 1881, como vemos, tinham fornecido cerca de 1.300 arrobas ou 420 saccas, eram muito numerosos, mas o quadro organizado pelo administrador só abrangia aquelles de seus membros que carpiam, seis, o que dava, por enxada, 70 saccas.

Os Simeoni produziam 1.516 alqueires ou fossem 750 arrobas ou ainda 185 saccas. Mas dos seus sete trabalhadores de cafetal dois tinham 55 annos, um apenas 20 e quatro andavam entre 15 e 20. Assim o seu rendimento, attendendo-se a estas circumstancias mostrava-se consideravel.

O quadro relativo aos salarios destas quatro familias de colonos era o seguinte:

1877

	<i>Annual</i>	<i>Mensal</i>
Forti (familia)	255\$000	63\$000
Forti (por trabalhador). . .	36\$000	9\$000
Simeoni (familia).	19\$000	4\$000
Simeoni (por trabalhador). .	3\$920	\$784
Fontana (familia).	38\$000	9\$000
Fontana (por trabalhador)	7\$000	1\$000
Stenico (familia)	48\$000	12\$000
Stenico (por trabalhador). .	9\$000	2\$000

1878

	<i>Annual</i>	<i>Mensal</i>
Forti (familia)	1:733\$000	144\$000
Forti (por trabalhador) .	246\$000	20\$000
Simeoni (familia)	674\$000	56\$000
Simeoni (por trabalhador)	134\$000	11\$000
Fontana (familia)	784\$000	65\$000
Fontana (por trabalhador).	156\$000	13\$000
Stenico (familia)	977\$000	18\$000
Stenico (por trabalhador).	195\$000	16\$000

1879

	<i>Annual</i>	<i>Mensal</i>
Forti (familia)	1:469\$000	124\$000
Forti (por trabalhador). .	209\$000	17\$000
Simeoni (familia).	535\$000	44\$000
Simeoni (por trabalhador).	907\$000	8\$000
Fontana (familia)	570\$000	47\$000
Fontana (por trabalhador).	114\$000	9\$000
Stenico (familia)	696\$000	58\$000
Stenico (por trabalhador).	139\$000	11\$000

1880

	<i>Annual</i>	<i>Mensal</i>
Forti (familia)	1:876\$000	156\$000
Forti (por trabalhador) .	268\$000	22\$000
Simeoni (familia).	981\$000	81\$000
Simeoni (por trabalhador).	196\$000	10\$000
Fontana (familia).	1:084\$000	90\$000
Fontana (por trabalhador)	116\$000	18\$000
Stenico (familia)	1:348\$000	111\$000
Stenico (por trabalhador).	1:333\$000	27\$000

1881

	<i>Annual</i>	<i>Mensal</i>
Forti (familia)	1:903\$000	183\$000
Forti (por trabalhador). . .	328\$000	26\$000
Simeoni (familia)	103\$000	85\$000
Simeoni (por trabalhador)	206\$000	17\$000
Fontana (familia)	790\$000	67\$000
Fontana (por trabalhador). .	158\$000	13\$000
Stenico (familia)	1:288\$000	117\$000
Stenico (por trabalhador). .	322\$000	26\$000

O numero de enxadas de que dispunham estas familias eram:

Forti — seis; Simeoni sete; Fontana quatro e Stenico tres. As medias de producção haviam sido por pessoa: Forti 70 saccas; Simeoni, 71; Fontana 52; Stenico 47.

As medias, para 1882, tinham baixado um pouco, mas ainda assim surgiam consideraveis; mas ellas subiriam, certamente, a 80 e a 100 saccas, por enxada, se todos aquelles colonos só tratassem de lavouras formadas em plena producção.

Achava o Dr. Couty procedencia nas queixas dos colonos sob certos pontos de vista. Assim por exemplo quanto ao facto de se lhes não facultar a melhoria dos typos fornecidos, como fossem os despoldados. O colono que colhesse de 50 a 80 saccas de café de terreiro teria saldos de 150 a 300 mil réis. Ora 80 saccas de despoldado elevariam este ganho a 800 mil réis deixando, ainda bella margem ao fazendeiro.

Muitos eram os fazendeiros que sustentavam ser a colonisação, nas condições em que era praticada em 1884, a forma mais segura e menos cara de trabalho. Mais segura por accommodar a despeza á producção e a mais barata porque os trabalhadores de uma fazenda despendendo menos do que um *coolie* ou qualquer outro jornaleiro rendia maior copia de serviço.

Este raciocinio erroneo sentia-se eivado ainda da pecha do escravismo, como que correspondia á exploração, a baixo preço, do trabalhador europeu.

Entre estes lavradores, que assim pensavam, era argumento poderoso a allegação de que no Brasil o colono conseguia economisar, coisa impossivel de se realizar em sua patria, onde aliás o seu padrão de vida ainda se apresentava

mais baixo do que o do Brasil. Este argumento não era realmente irrefutavel. Convinha porém lembrar ao grande lavrador quanto mesmo, em beneficio proprio, lhe seria conveniente conceder maior porcentagem de lucros ao seu humilde socio de industria.

Uma das acusações mais frequentes dos fazendeiros consistia em recordar que os seus colonos em vez de pegarem oito mil cafeeiros, por exemplo, recusavam ir além de quatro, quando, no entanto em suas familias contavam gente capaz de realizar tal serviço. Isto porque muito mais lhes causava interesse o trato de pequenas roças de mantimentos, dos vinhedosinhos, etc. Nestas condições muitos viviam nas terras dos patrões sem lhe serem verdadeiramente uteis.

Se estes porém lhes concedessem maior porcentagem nos lucros do café quanto não ganhariam os cafesaes? quanto não augmentaria com a melhoria do trato o rendimento das lavouras?

Havia ainda a vencer as differenças de mentalidade creadas pela velha organização fazendeira, já secular no Brasil. Os lavradores, sobretudo os que possuíam grandes propriedades, professavam verdadeiro desprezo pela cultura dos chamados mantimentos e pela criação em pequena escala.

Eram as tão conhecidas *quitandas* rotulo depreciativo que cobria os productos dos pequenos agricultores. Quem não fosse lavrador de café e de canna não seria gente por aquelles annos.

Era em virtude deste ponto de vista erroneo que o Brasil comprava enormes partidas de milho e de carne de porco salgada aos Estados Unidos quando um e outro producto estava habilitado a fornecer.

Pelas vizinhanças de 1880 quizera alguém estabelecer uma industria de carnes de porco salgadas na Barra do Pirahy e vira a sua tentativa periclitar e afinal fallir por falta de materia prima. A maior parte dos fazendeiros entendia ser até deprimente fazer a criação dos suinos em grande escala, para vender os animaes ao matadouro.

A persistencia e a multiplicidade dos pequenos ensaios dos colonos crearia outro ambiente prestando grande serviço ao Brasil, por tornal-o independente do estrangeiro em relação aos generos de que precisava para a sua alimentação.

O ideal, pensava o Dr. Couty era que os fazendeiros transformassem os seus colonos em verdadeiros rendeiros, dando-lhes vantagens em todas as colheitas, importantes. Assim teria o immigrante muito maior interesse em cultivar o cafeeiro que a seu turno renderia mais. Um director de colo-

nia declarava, alto e bom som, sempre que podia fazel-o: "o fazendeiro será o primeiro a beneficiar de tal medida! Que dê maior quota aos seus colonos, seu cafésal ficará muito mais bem tratado e seu rendimento, por milheiro de pés, crescerá notavelmente."

Não era hypothese o que este homem emittia e sim uma certeza baseada sobre a experiencia e os factos.

Os colonos desanimados, ante as perspectivas mesquinhas da recompensa de seu labor, não rendiam mais do que os escravos. Os que trabalhavam a gosto produziam o dobro e o triplo dos captivos.

O que convinha era impellil-os para o trabalho, dando-lhes interesse. Convinha muito mais ao fazendeiro receber a metade de 44 saccas do que tres quartas partes de 20 ou de 24. Ao par destas questões, de interesse material, surgiam outras, complexas e obscuras, psychicas ou sociaes, influindo sobre os phenomenos do retardo do povoamento brasileiro nas zonas cafeeiras.

Uma dellas era a aspiração á melhoria do padrão de vida a medida que o homem se avantajava em intelligencia e cultura. Era grande já este desejo da obtenção de vida mais larga e independente, com melhoria de alimentação, vestuario e moradia. Havia ainda o anhelos de uma existencia com prognosticos de maior segurança para o futuro. Maior individualisação, fixidez mais duradoura, eis as duas características moraes e sociaes que tendiam a predominar na civilisação occidental.

Ora, eram ellas quasi ausentes nas aggregações humanas inferiores e produziam entre os brancos estas correntes migratorias e essas revoluções sociaes, verdadeiros signaes dos tempos. Examinados sob um ponto de vista corriqueiro determinavam, na pratica, verdadeiras contradicções, geralmente apparentes.

Assim por exemplo se dava com o civilisado que vivia a exaltar a sua qualidade de homem livre, sem se lembrar que, physica e socialmente, o indio, no recessos de sua selva, vivia mais livre do que elle. Na pratica, esse civilisado fazia o possivel para reduzir as suas liberdades tendo em vista assegurar a satisfação continua de diversos estimulos e necessidades materiaes e cerebraes.

Um operario, ou artifice habilidoso, poderia ganhar muito, indo de cidade em cidade, ou de paiz em paiz, vender o seu trabalho, por preços altos. Taes as condições do trabalho em 1880. Em vez de o fazer, procurava associar-se e sedentari-

zar-se, de modo em alguma grande organização de produção industrial.

Nos paizes de propriedade rural muito subdividida dava-se a fixação do camponez ao solo. Na Allemanha, e em outros paizes, çomo a Irlanda, o latifundio provocava a immigração, em grande escala. Expatriando-se, passava a ser o immigrante activo e util, por morar em sua casa, trabalhar para si e os seus, sem ter de pagar rendas, nem outras taxas desta natureza, nem ser assalariado. Insuspeitados horizontes se abriam a estes homens transmigrados aos paizes novos, que lhes offereciam facilidades maiores para as suas necessidades psychicas e sociaes.

Não era só o facto de ter melhor moradia e melhor alimentação que o alentava. Tambem, e muito, alcançava tratamento mais dignificante, por parte de seus semelhantes. Assim comprehendendo, a principio confusamente, mais tarde claramente, que pertencia á classe alicerçadora da riqueza de produção da nova sociedade de que viera a ser o comparticipante, punha-se a reclamar quota maior na partilha da produção.

Cessando de ser simples machina, intervinha com a intelligencia, a actividade o amor á economia; queria lutar em pé de igualdade com os possuidores de terra e do capital e mostrava-se insatisfeito emquanto não dispunha de um quinhão satisfactorio.

No Brasil, o espirito publico ainda não percebera bem a criação desta mentalidade do recém-chegado ás terras do imperio americano, nestas levas de sedentos de melhoria de posição para as quaes se crearia em França, dentro em algum tempo, um adjectivo novo que faria universal carreira: *arriviste*.

O immigrante, incorporado á sociedade brasileira, achava meios de ganhar dinheiro e melhorar a sua situação material.

Mas encontrava obices á naturalisação, a que justamente podia aspirar, porque, para elle, a vida transacta, no paiz de origem, era pagina virada.

Restava-lhe ser parte passiva, no conjuncto da sociedade a que se incorporara, mero contribuinte, mero espectador de lutas politicas e sociaes. Devia contentar-se em fazer fortuna, ou tratar de a fazer, como negociante, engenheiro, artifice etc.

Assim não se avolumava a corrente immigratoria de cultivadores porque o colono não podia assegurar, de modo duradouro, a sua independencia.

Naturalmente, taes observações cifravam-se aos colonos chamados ao trabalho do cafesal. A contiguidade da escri-

vidão ainda peiava, demasiado a vida, e os movimentos, dos homens livres, recém-introduzidos no Imperio. E esta contenção os amofinava extraordinariamente, se é que não os amargurava até.

Por toda a parte, quasi sempre, este colono era vigiado, regulamentado, constringido, nos actos mais simples da vida individual.

Se queria ausentar-se, para tanto precisava pedir licença assaz vexatoria. Em certos lugares nem lhe permittiam visitar os vizinhos. Se os immigrantes desejavam reunir-se para folgedos, como bailes e outras festas, só podiam fazel-o mediante autorisação expressa dos patrões, e seus administradores. Tal licença a cada passo lhes era negada, frequentemente, sob futeis motivos, e em termos vexatorios muitas vezes.

Ora isto era sobremodo penoso para homens livres e a quem surprehendiam habitos e regulamentos a elles desconhecidos, em suas terras nataes.

CAPITULO XVII

Tratamento de escravos no Brasil — Natalidade baixíssima — O fausto dos grandes fazendeiros — O problema assustador de substituição de braço — O espirito aberto de alguns grandes fazendeiros — Colonisação por meio de caboclos, camaradas livres, em S. Paulo — O caso extraordinario da Saint John del Rey Gold Mines — Projectos de colonisação chinesa

No Brasil de 1883 affirmava Couty, relatando o que escrevera a um agronomo francez de nomeada, não eram os escravos considerados como gado, como seres inferiores, utilizados como meros mecanismos. E assim como operarios presos ao solo, em condições frequentemente mais suaves do que as de muitos assalariados da Europa...

Isto explicava porque a grande questão da abolição estava sendo movimentada não pelos pretos e sim pelos brancos que “aliás já haviam liberto mais de metade dos escravos transportados ao Brasil no ultimo seculo, com elles se mesclando em condições de igualdade social e moral as mais completas.”

Era esta affirmativa assaz arrojada em sua generalisação: basta lembrar que entre os libertadores mais em evidencia na campanha abolicionista figuravam homens de côr, eminentes, como André Rebouças e Luiz Gama. E, além disto, poder-se-ia objectar, ainda, que o facto de muitos outros se alheiaressem de tal combate provinha, sobretudo, de sua situação humilde e ausencia de cultura.

Apesar do abrandamento de que tanto davam mostras os fazendeiros do Brasil, em circumstancias tão honrosas, continuava a escravidão, como systema de trabalho, a merecer todas as condemnações possiveis.

Se o negro só podia fornecer um genero de preço de custo tão alto, deixando ao fazendeiro margem de lucros insufficiente como não seria aconselhavel acabar, do modo mais rapido, com uma especie de mão de obra tão completamente nociva?

O exame das condições da fazenda de café fornecia, até outros argumentos ainda mais poderosos, entre esta forma de mão de obra, mostrando quanto a escravidão contrariava os progressos sociaes mais simples e naturaes.

Assim por exemplo quanto á reproducção de captivos. A tal respeito organisou Couty interessante quadro, relativo a uma fazenda onde estes eram superiormente tratados com excesso de mulheres sobre homens e onde não houvera compra de cabeças, nos ultimos tempos. Tudo portanto devia favorecer grandemente a reproducção dos escravos tanto mais quanto os fazendeiros observados proporcionavam o augmento dos casamentos. Assim numa população de 1974 pessoas só havia 322 creanças com menos de doze annos. A media em França, para mil pessoas, era 220 e na Allemanha 300. Portanto, para a cifra citada, de 1974, os coefficients seriam 430 e 580. E sabia-se que a media franceza só dava para manter uma população estacionaria.

E, ainda, convinha lembrar que os exemplos apontados do quadro eram os mais favoraveis, por se referir a fazendas *de bom captiveiro* porque, em outras propriedades, as proporções dos ingenuos mostrava-se muito menor. Além de tudo, entre os pretinhos, havia mortalidade infantil muito consideravel. Fazendas de duzentos escravos frequentemente não contavam vinte ingenuos!

Os escravos do Brasil reproduziam-se muito menos que os proletarios da França. A população rural, cafeeira, preta, diminuia constantemente e em proporções consideraveis. Mesmo para ficar estacionaria exigira outróra continuas contribuições de infelizes africanos.

O mesmo se dava com todos os individuos submettidos a um labor aperreado. A mortalidade dos *coolies* nas Antilhas fôra enorme, por exemplo, e mais intensa ainda. Os negros do Brasil haviam morrido muito menos que os amarellos transportados ás colonias britannicas.

Feita a selecção, pela mortalidade infantil aos sobreviventes não os estafava o trabalho. A proporção de velhos entre os escravos brasileiros era igual, senão mesmo superior, á dos operarios europeus, facto que ainda honrava os nossos fazendeiros. Mas só a mortalidade infantil constituia argumento altamente condemnatorio da instituição servil.

Outra serie de factos, cabalmente demonstrava a nefasta influencia da escravidão sobre aquelles que della auferiam vantagens, aliás muito mais apparentes do que reaes.

O grande lavrador quasi sempre vivia em sua fazenda,

ninguem o ignorava. Suas ausencias, nas cidades, eram passageiras.

Quando em casa quaes suas principaes occupações? Antes do mais occupar-se e preoccupar-se com o seu pessoal servil. Tratava de verificar se a colheita era bem feita, ou atamancada, e se a catação do café estava sendo caprichada; indicar minuciosamente, todas as manhãs, aos feitores e demais fiscaes, o programma do dia e observar se, realmente, suas ordens haviam sido cumpridas, etc.

Em summa, suas preoccupações constantes cifravam-se em observar se uma série de serviços faceis era ou não sufficientemente executada. Occupava-se pois, quasi unicamente, de actos sem valor social, ou moral. Delle tudo dependia, devia pensar pelos seus escravos, surprehender-lhes os actos mais simples da vida. Era por elles como que responsavel e a cada passo via-se chamado a interferir e a intervir.

Emquanto permanecia á testa de sua propriedade, se era activo e tinha genio igual, e se sabia fazer-se obedecido, obtinha dos servos trabalho sufficientemente remunerador, sem precisar recorrer aos castigos corporaes.

Mas como frequentemente acontecia, se abandonava a gerencia da fazenda a um administrador, a producção declinava, dando maus resultados financeiros, a não ser em casos excepçoes em que estes empregados passavam a ser os verdadeiros senhores.

Deante da premencia da falta de braços o fazendeiro, (declarara-o solememente um dos maiores lavradores do paiz) passara a ser quasi tão escravo quanto os proprios captivos. Na pratica, este senhor que parecia ter sobre os servos autoridade absoluta cessara de dispor livremente do seu corpo e de sua intelligencia.

Esta preocupação, de todos os instantes, com o eito, afastava o fazendeiro de outros serviços altamente relevantes. Assim por exemplo quanto á parte commercial de sua industria, inteiramente entregue aos multiplos intermediarios como fossem commissarios, ensaccadores, exportadores, com quem apenas mantinha afastados contactos. Assim tambem quanto ás operações de beneficiamento do producto.

Achava Couty que a continua assistencia de fazendeiros em sua casa grande era anti-economica. O conforto que reclamavam a sua posição e a sua familia a necessidade de ser sociavel sahiam-lhe muito caras. Dahi essas hospedagens vultozas e faustosas.

O fazendeiro, cliente dos negociantes de generos, pagava por preços mais elevados os fornecimentos de que precisava.

Havia ainda outro inconveniente: o grande proprietario esforçava-se por dar a melhor educação e instrucção aos filhos. Recorria a professores estrangeiros, fixos nas fazendas, ou vindos das cidades mais proximas, para a formação de suas filhas. Além disto queria encaminhar os filhos para as carreiras liberaes, então tres: a advocacia, a medicina e a engenharia.

Louvavel esta ancia dos lavradores brasileiros em pról da melhoria de instrucção dos filhos. Achava-lhes Couty o espirito mais aberto do que o da maioria dos grandes agricultores de França, e outros paizes. Mas ao ver de ensaistas brasileiros, como Sylvio Romero, a influencia primitiva dos escravos sobre o seu jovem senhor a este imprimia cunho nefasto: provocava verdadeira mestiçagem moral.

Em 1884, affirmava Couty, com toda a agudeza de sua analyse, a crise de café era a crise da escravidão. Tornava-se o facto absolutamente innegavel. Ninguém deixava de o sentir. Podia ser que ás idéas sentimentaes e humanitarias coubesse o maior papel deixando, em segundo plano, a utilidade economica e a necessidade social.

Notou o sabio francez que dentre os numerosos fazendeiros com quem se avistara, quer no Rio de Janeiro quer em S. Paulo, a nenhum conhecera que não sentisse proximo o advento da abolição e não a julgasse indispensavel.

Varias vezes admirou-se ouvindo assim falar lavradores que possuiam duzentos e trezentos captivos, base de sua fortuna. Tranquillamente lhe declaravam que quando muito disporiam dos serviços de seus escravos por mais dez ou doze annos.

A substituição do braço eis o grande problema que se apresentava no Brasil! Havia quem falasse na abolição brusca do regimen servil entendendo que esta solução radical accomodaria a crise. Mas ninguém esquecesse que o negro ainda constituia, no Imperio, a base do edificio social e da economia nacional. Era indispensavel á percepção dos impostos e á exportação. Fornecia cinco sextos da producção cafeeira, dois terços da assucareira. Intervinha em todas as operações industriaes, na pecuaria e até na mineração, embora limitada, do paiz. Emancipação no Brasil era antes de tudo substituição. Nada mais evidente...

A tal respeito começavam a correr as idéas mais disparatadas, falava-se muito em trabalhadores asiaticos, pretos, li-

vres e libertos, e até em índios catechizados! como se estes contingentes operarios não fossem os mais limitados.

Substituir o escravo era pois o problema do futuro contraposto ao do passado e do presente. Já se notava porém um movimento de aspectos satisfactoriamente promissores. Em muitas fazendas cessara o escravo de ser o operario unico. Trabalhadores livres appareciam cuidando de serviços diversos, sobretudo os mais difficeis.

Uns eram pedreiros e carpinteiros, outros pedreiros e canteiros outros ainda, machinistas. E os fazendeiros verificavam os bons resultados deste trabalho, apparentemente mais elevado mas incontestavelmente melhor e mais seguro.

Outro phenomeno: para as obras agricolas começavam apparecer cada vez mais frequentes, os empreiteiros, á testa de turmas de operarios livres. Ainda mais esta segunda forma de mão livre assalariada tomava, diariamente, maior importancia.

A industria dos transportes tambem estava, cada vez mais, entregue a individuos livres. Já a derrubada de mattas e preparação das áreas para as novas lavouras, pertencia exclusivamente a homens livres. Era aliás natural que assim fosse. Este serviço, penoso, e mesmo perigoso, levaria o fazendeiro a gastar demais as forças dos seus servos e até mesmo a arriscar-lhes a vida.

Outro phenomeno interessante se produzira nas fazendas: com o povoamento e o decorrer dos annos desaparecera a antiga curiosa classe dos aggregados, outróra como que guardas dos senhores. Acabara a época das obras de officiaes escravos, que construiam o engenho e nelle serviam, fabricavam assucar, fiavam e teciam. Fôra-se o tempo em que o lavrador só comprava ferro, polvora e sal. Acabara-se o periodo barbaço do monjolo, do pilão, do carretão e de ripes.

Entrara em scena a dos despoldadores, separadores, catadores e brunidores. E a turbina substituiu a roda de caçambas. Passava o fazendeiro a comprar assucar, carne secca, bacalhau, aguardente e panno para os escravos.

Assim fôra a mão de obra servil substituida por outra, fórmula mais complexa de trabalho e a fazenda cessara de ser uma unidade completamente isolada, senão mesmo segregada.

Augmentavam as trocas com o exterior, diminuia o papel do escravo e começava o do assalariado a ser cada vez mais avantajado.

Este facto, absolutamente generalizado, constituia consideravel progresso, ponto de partida de uma transformação

completa se os governantes e os interessados soubessem estimular-a rapidamente. Reaes difficuldades occorriam porém. Os empregos dos assalariados ou os emprestimos externos diziam respeito a operações accessorias, por assim dizer. Nada tinham directamente com a cultura do café que, em quasi todas as fazendas, ficava ás mãos dos pretos.

Os grandes lavradores que demonstravam verdadeiro espirito progressista, realisando, para seus productos e lavouras, reformas notaveis, pareciam possuidos de verdadeiro temor quando se tratava de tocar nos escravos do eito.

O café é uma grande cultura! affirmavam e estas palavras vagas a muitos pareciam sufficientes para justificar a necessidade de um trabalho fiscalizado, mais ou menos analogo ao dos escravos. Assim os programmas de trabalho os mais dispares surgiam.

Pareciam os fazendeiros comtudo unanimes num ponto: seria impossivel utilizar nas lavouras o escravo liberto.

Notou Couty, em 1878, que muitos lavradores ainda hesitavam a tal respeito. Havia muitos que admittiam a possibilidade da fixação dos escravos emancipados nas fazendas, ou pelo menos quanto a grande parte delles, submettidos a novo regimen de trabalho. Mas depois disto haviam occorrido diversos casos perturbadores deste modo de se encararem as coisas. Tinham apparecido emancipações em massa como no caso da escravatura da Condessa do Rio Novo, que por testamento libertara todos os seus servos. E verificara-se o exodo geral das fazendas emancipadas. Em outros casos os ex-escravos haviam passado a proprietarios dos immoveis deixando aniquilar as lavouras.

Era este mais especialmente o da escravatura da Condessa. Assim todos os lavradores mostravam-se convictos de que não poderiam contar com os libertos para o trato das lavouras.

Aquelles que continuassem a ter occupações transitorias e talvez adquirissem relativa abastança não quereriam sujeitar-se a um trabalho, continuo e diario, que para elles evocavam idéas deshonrosas.

A tal respeito, achou Couty que estes modos de ver eram por demais generalizados e generalizadores. Conhecera no Panamá antigos escravos optimos trabalhadores e empregados em serviços penosissimos.

No Brasil occorriam demonstrações de tal espirito de acomodação. Nas obras do prolongamento da Estrada de Ferro de Cantagallo, que o Conde de Nova Friburgo queria levar até

a barranca do Parahyba, em S. José de Leonissa (hoje Itaocara), concorriam turmas de cavouqueiros portugueses, chins, e escravos do grande fazendeiro. E os pretos, que jamais sofriam castigos corporaes, prestavam serviços superiores, como rendimento e assiduidade, aos dos demais trabalhadores. Ninguém acreditasse que os escravos deixariam de ser utilizaveis e uteis quando libertos. A questão era do bom trato que recebessem e da equiparação, de que fossem alvo, aos demais trabalhadores.

Os acontecimentos posteriores ao 13 de maio dariam razão a muitos dos modos de ver do illustre biologo francez.

A urgencia dos serviços fazia com que varios dos grandes proprietarios do Brasil já estivessem empregando caboclos como camaradas. Eram excellentes para os serviços de derrubada e formação das lavouras novas. Tratara-se depois de utilizar seu trabalho, em serviços de maior continuidade. Receíavam os fazendeiros que se não adaptassem, vivendo como viviam, livres e sem ideaes, sem exigencias de padrão alto da vida, sob um céu sem intemperies, sobre uma terra feraz, cujos fructos bastavam á subsistencia.

Na fazenda do Bom Retiro, que não nos diz onde ficava, viu Couty camaradas, caboclos da terra, vencendo vinte mil réis mensaes, trabalharem com os escravos do eito, lado a lado. Não pareciam demonstrar a minima repugnancia em acceitar esta symbiose e servir nas mesmas condições que os escravos. E o rendimento do seu serviço, sob as vistas vigilantes dos feitores, era relativamente consideravel.

Esta coincidencia constituia um quadro de costumes bem caracteristicos e fôra experimentada em diversas outras fazendas.

Numa fazenda paulista, a de S. José, pertencente ao Sr. Ferreira de Camargo, o fazendeiro tocara as suas lavouras com camaradas caboclos, durante vinte annos. Haviam derrubado e plantado e depois fabricado toda a fazenda. Só depois de muito tempo é que o lavrador comprara escravos.

Facto muito curioso occorria numa fazendinha perto de Itupeva na Ituana, a de Nyandi Jara cujo nome supomos ter sido alvo de uma deturpação auditiva natural por parte de quem ainda não estava muito habituado a ouvir portuguez.

Abrira-se esta fazenda em 1875; plantara o fazendeiro Sr. Moraes 52.000 pés, a principio, e depois mais 23.000. Os primeiros estavam em plena producção. E no entanto o dono jamais tivera nem escravos nem colonos! Tudo fizera, sempre com camaradas. Derrubara um trato de matta virgem acompa-

nhado de seis familias de caboclos. Em 1883, tinha em torno de si quinze. Cada uma dellas possuia a sua casinha de sapé e tratava de um talhão determinado.

Interessou-se muito o biologo por esta experiencia, isolada e inedita.

E assim foi visitar a fazenda, cujo proprietario pareceu-lhe homem reservado, pois não lhe explicou as condições sob as quaes trabalhava. Soube, porém, o Dr. Couty que praticava com os seus caboclos uma especie de contracto de parceria. Os trabalhadores tinham interesse na produção e eram jornaleiros pagos em relação ao amanho do cafesal e á colheita que realisavam.

Reservava-se o patrão o direito de discriminar os serviços, marcar o tempo e as condições da sua realização. E ainda fornecia aos seus trabalhadores panno, assucar, aguardente, todos os generos enfim de que precisassem. E como entre elle e o seu pessoal não havia senão contracto tacito, podia o Sr. Moraes despedil-os quando bem entendesse. Eram pois os camaradas verdadeiros assalariados.

Acreditava Couty que os caboclos do Brasil, com o correr dos annos, viriam a ser muito disciplinaveis. Já de sua resistencia havia abundantes provas como derrubadores da matta. O que lhes faltava era a methodisação do trabalho, o espirito de continuidade laboriosa.

Com o tempo, á medida que se civilisassem mais, com o desenvolvimento de suas necessidades, e a precisão de as satisfazerem, aquelles homens pouco communicativos, displicentes e imprevidentes, viriam a constituir factor social que precisaria ser levado em linha de conta.

Até então o recurso á mão de obra nacional livre era coisa de pequena monta e os fazendeiros, unanimes, reconheciam que a população livre brasileira, capaz de prestar serviços ruraes, não seria sufficiente para resolver a crise cafeeira.

O exito relativo de certas tentativas, como a de Nandyjara, podia ser explicado por umas tantas condições especiaes: o proprietario dessa fazenda pertencia a poderosa familia da região e era além de tudo justamente estimado. O proprio Sr. Moraes já exercera em Jundiahy cargos publicos que o haviam feito ter estreito contacto com a população fluctuante cabocla. E ninguem desconhecia a importancia extraordinaria dos factores desta natureza.

O proprio Sr. Moraes, aliás, não alimentava illusões sobre os resultados que obtivera. Parecia quasi decidido a substituir os seus colonos nacionaes por immigrants italianos.

Em todo o caso elle proprio assignalava os multiplos defeitos daquella fonte de trabalho de que se utilisara. Os caboclos, no dizer de quantos delles se haviam servido mostravam-se gastadores e irregulares como operarios.

Assim na propria Nandyjara não havia um só que houvesse economisado um unico vintem, em sete annos, ao passo, que immigrants europeus, trabalhando ao seu lado, tinham realisado reservas.

Alli, como alhures, via-se o fazendeiro obrigado a lhes fazer adiantamentos continuos de difficil recuperacão pois os camaradas a cada passo, e por qualquer motivo, se despediam da fazenda ou recusavam trabalhar. Quaesquer pretextos lhes eram bons para faltar ao serviço, os de festa e os de molestia. Sahiam, até por muitos dias. Tornava-se preciso fiscalisal-os como aos negros, tarefa difficil devida a seu genio, franco e bom no fundo, mas muito susceptivel e irritadiço.

Aos caboclos brasileiros as mulheres quasi não prestavam assistencia. Contentavam-se com os trabalhos domesticos os mais rudimentares. Não se associavam ao serviço das roças como faziam as dos immigrants europeus. Os grandes fazendeiros, por estas e outras razões, não queriam utilizar-se dos prestimos destes camponeses nacionaes, preferindo-lhes os trabalhadores estrangeiros.

Falava-se muito, na provincia de S. Paulo, de uma tentativa feita no municipio do Rio Claro com portuguezes, contractados por prazo assaz longo e pagos mensalmente. Era condição imperativa que fossem celibatarios.

Dormiam em salas communs, levantavam-se á mesma hora, ao som do sino, tinham refeitório e oratório commum, tambem. Eram como que captivos de outro genero. Não seriam escravos e sim escravizados...

Trabalhavam em turmas, sob a vigilancia de feitores, e para captivos serem, só lhes faltavam as sevicias.

Tal ensaio dera, porém, pessimos resultados, tanto sob o ponto de vista da producção das lavouras como dos lucros do fazendeiro.

Ninguem seria tão ingenuo que acreditasse na possibilidade de ver italianos, ou allemães, despertos pelo sino, fiscalisados por feitores, embora, já, ás vezes, alguns delles o tivessem sido em suas patrias.

Mas é que lá não tinham, sob os olhos, a situação deprimente dos escravos verdadeiros, agora vivendo ao seu lado.

Em 1882 a crise da falta de braços tornara-se tão angustiosa que as vistas de todos quantos se interessavam pelo pro-

gresso do Brasil se voltavam para as possibilidades da substituição do africano, do preto, pelo amarello.

Seria a China o enorme reservatorio onde se abasteceriam as fazendas brasileiras. Pensavam alguns adeptos dessa immigração do Extremo Oriente que o despejo de quinhentos mil chins para substituirem outros tantos pretos de fazenda seria um remedio absolutamente salvador para a economia do Imperio.

Vivissimos debates se travaram no parlamento, e na imprensa, a tal proposito.

Apontavam-se os exemplos de Cuba, da California, do Perú, para onde haviam sido encaminhadas levas e levas de desgraçados *coolies*.

Já o proprio Brasil recebera desses immigrants. Em Morro Velho mais de cem chins trabalhavam, nos rudes serviços da mineração aurifera, e o Conde de Nova Friburgo empregara turmas de celestes nos serviços de sua via ferrea cantagallense.

Resolveu Couty examinar o problema, sob o ponto de vista puro e simples de seu facies economico. Soube, da fonte mais autorisada, que os chins, contractados para Cuba, recebiam um pouco mais de doze dollares mensaes, o que equivalia a mais ou menos um salario annual de trezentos mil réis. Os chins de Morro Velho percebiam 240\$000 annuaes e haviam custado á *Saint John d'El Rey Gold Mining* uns trinta mil réis por cabeça, como despezas de viagem. O Conde de Nova Friburgo pagava aos seus cerca de trinta mil réis mensaes e falava-se, pela imprensa, que seria impossivel ter *coolies* a menos de um ordenado de um dollar diario que era o que os americanos do norte andavam pagando aos seus.

Em todo o caso, formavam-se no Rio de Janeiro syndicatos propondo-se a arranjar asiaticos, á razão de 24.000 réis mensaes, mas vivamente guerreados pela Sociedade Central de Immigração e sobretudou seu ardoroso e incansavel presidente, o deputado Alfredo d'Escragnolle Taunay, irreductivel adepto da immigração européa e inimigo acerrimo da asiatica.

Nada falavam os prospectos acerca dos gastos de transporte e esta indecisão tornara hesitantes os interessados pois geralmente se sabia que taes despezas, tratando-se de chins, corriam por conta dos introductores.

Os menos inclinados a aceitar a immigração de celestes admittiam a hypothese de della se servirem como ponte de

transição entre o escravo e o trabalhador livre europeu. Notou Couty entre muitos dos fazendeiros inteligentes de São Paulo com quem estivera que, posta a questão nestes termos, o problema apresentava-se insolúvel.

Mesmo que o chinês trabalhasse dez ou vinte annos no Brasil, empobreceria causando a exportação da economia já tão minguada do Imperio pela enorme sahida de capitaes exigida em troca da obtenção de novos colonos. Cada milheiro de chins custaria, no minimo, trinta contos de réis. Cem mil chins ficariam em tres mil contos portanto, ou £ 300.000. Não haveria fazendeiro em condições de fazer despeza inicial tão forte quanto esta de passagens e salarios. Só no primeiro anno a vinda de cem trabalhadores, e os ordenados, absorveriam trinta contos de réis.

Calculava-se que um escravo produzisse, em media, entre 350 e 550 mil réis de renda total, e entre 200 e 400 de renda liquida. Era pois evidente que o fazendeiro não podia substituir, homem por homem, um preto pelo seu substituto amarello.

O escravo transitorio sahir-lhe-ia mais caro do que o vitalicio já que, só de salarios perceberia trezentos mil réis annuaes. Na melhor hypothese o chinês, com o seu contracto por cinco annos, custaria tanto quanto o preto. E este ainda tinha por si a validez, a vantagem da adaptação já feita.

Poderiam os partidarios dos *coolies* objectar que isto se corrigiria com a selecção dos candidatos á exportação para o Brasil, em Hong Kong. Em todas as fazendas havia sempre invalidos e enfermos. Respondia Couty, com as informações seguras de que muitos asiaticos morriam durante a travessia. Assim quasi dez por cento da leva do Morro Velho fallecera entre Hong Kong e a Guanabara.

Argumento de que se não valeu o scientista francez e no emtanto muito applicavel no caso era o seguinte: a devastação que a nostalgia operava entre os pobres immigrants de rabicho e que os levava ao suicidio por vezes em massa como em 1884 succedeu em casa de um fazendeiro de Conservatoria onde onze appareceram enforcados com a face voltada para o Oriente.

Enganavam-se os optimistas ao affirmar que as despezas de sustento dos chinezes seriam menores do que as dos escravos; havendo ainda a abater-se os gastos de vigilancia e administração e custeio numa fazenda de *coolies*. Embora se reduzisse tal verba ao minimo era impossivel tel-a inferior a cinco mil réis mensaes, por colono. Para que o chinês pudesse

ser util ao fazendeiro, no pé em que se achava o commercio de café no Brasil, tornar-se-ia preciso que elle absorvesse, no maximo, uns dez ou doze mil réis do fazendeiro. Ora era impossivel ir se abaixo de trinta mil réis por homem mez. E se assim se accommodassem as coisas entendia Couty ainda que seria isto uma lastima para o futuro do Brasil. Permittiria a continuação da pessima organização fazendeira vigente, com o seu desperdicio excessivo da mão de obra.

O grande latifundiario que houvesse contractado duzentos *coolies*, e pago adeantadamente, a uma agencia suas passagens e contractos não poderia, evidentemente deixar-lhes a liberdade. Durante tres, ou talvez cinco annos, estes homens seriam propriedade sua, como o eram os escravos.

Pelo habito e o interesse assim agiria, empregando negros e amarellos nas mesmas condições, com as mesmas obrigações e a mesma fiscalisação do trabalho.

E além disto tudo fazia crer que o chim não pudesse dar o mesmo rendimento que o escravo preto. Chegava a um paiz novo cujos processos de cultura desconhecia; achava-se desambientado. Largo lapso seria necessario á sua adaptação. Talvez até tres ou mesmo cinco annos.

Tal a lição de Cuba, taes os ensinamentos que podiam ministrar os directores da mineração de Morro Velho e o Conde de Nova Friburgo.

Dentro em pouco perceberia o fazendeiro quanto perdera na troca. O chim custava-lhe mais caro que o preto.

Trabalhador notavel pela sobriedade, assiduidade e amor á economia, por outro lado era apathico, indocil, dissoluto, rebelde ao trabalho fiscalisado. Resistia surdamente por meio de repetidas evasões, pelas paredes sabiamente organisadas, e os assassinatos mysteriosos de que não ficavam vestigios.

O escravo preto não ia além da desobediencia individual ou quando muito da revolta localisada. Os chins desde que se sentiam um pouco mais numerosos organisavam associações secretas, frequentemente muito poderosas, e luctavam, graças a ellas, e a outras associações publicas, de bancos e casas de commercio.

Aliás, declarava Couty, seria redundante insistir sobre o caso: a cultura do café no Brasil de 1883 não comportava experiencias com immigrants chinezes. Os fazendeiros que tentassem tal ensaio succumbiriam. Viriam os seus haveres transportados ás mãos dos felizardos organisadores dos syndicatos de immigração amarella, salvo um ou outro caso de proprietarios verdadeiramente ricos. Assim nem quiz o scientista fran-

cez cogitar dos perigos e inconvenientes, de ordem biologica e sociologica, decorrentes desta nova mestiçagem em perspectiva, com gente de raça e costumes tão diversos dos dos habitantes do Brasil.

Para a fazenda, como ella existia no Brasil, o chim vinha a custar carissimo e este argumento sobrepujava qualquer outro.

CAPITULO XVII

Ainda os projectos de colonisação por meio de chins —
Objecções de Francisco Belisario — Sua campanha vigo-
rosa contra a immigração asiatica

Tratando da questão latifundiaria na Italia, em 1882, em suas *Notas de um viajante brasileiro*, valia-se Francisco Belisario do ensejo para lucidamente combater, de rijo, a introdução de asiaticos.

“As terras, na peninsula pertenciam, dizia elle, a grandes proprietarios, que, raras vezes, as cultivavam directamente. Arrendavam-nas por prazos curtos a individuos que não podiam emprehender bemfeitorias de certa importancia, pois não lhes aproveitariam e sim ao dono do solo indo augmentar os arrendamentos futuros. Quando os proprietarios cultivavam as terras, faziam-no sempre por meio de prepostos; não residiam nellas, nenhum amor lhes consagravam, nada faziam senão tirar o maior partido possivel com o menor trabalho, tambem possivel. A população operaria lhes era indifferente, sua sorte, suas condições de vida, seu progresso moral ou intellectual lhes era completamente estranho, nada disso os preocupava.

A vida do campo, triste, enfadonha, não lhes offerencia nenhum attractivo. Tudo quanto a terra produzia seus proprietarios despndiam nas capitaes; nada ficava no solo para seu engrandecimento, melhora futura. A ganancia dos arrendatarios e a indifferença dos proprietarios só procuravam extorquir dos operarios o mais possivel e deixal-os embrutecidos taes quaes os encontravam.

Energicamente exprimia-se o illustre financista do gabinete Cotegipe.

“Não estamos vendo ahi um quadro do nosso Brasil dentro de alguns annos, se se effectuar a colonisação chinesa. Que desgraçada idéa! Teremos então propriedades ainda maiores, administradas de modo puramente mercantil por meio de pre-

postos. Os ricos, os donos das terras irão habitar a capital, virão despender as rendas na Europa, e a população indígena, a população operaria, continuará a vegetar cada vez mais miseravel e abandonada do que hoje em torno das grandes fazendas.

Perguntar-lhe-ão porque os proprietarios deixarão as terras a prepostos assalariados, e só procurarão maior lucro para despender nas cidades e fóra do Paiz?

Em primeiro logar assim tem acontecido em toda a parte onde entra o trabalhador chim; em segundo logar este facto é tão natural, que no Brasil terá forçosamente de acontecer.

Já hoje os brasileiros, infelizmente, não sentem muito gosto pela vida do campo; as senhoras brasileiras, as da sociedade, sobretudo, mostram-lhe decidida aversão. Em todo o caso, ainda este sentimento não é geral: muitos se deleitam e comprazem na vida agricola. Não deixa de influir, nesta falta de gosto, o instrumento principal do trabalho rural — o escravo; mas quanta differença entre elle e o chim neste ponto de vista!

As infelizes raças negras da Africa que formaram no Brasil, uma casta á parte, possuiam qualidades estimaveis, mesmo no estado de captiveiro; eram doces, morigeradas, trabalhadoras, dedicadas e gratas. Via o ensaista com espanto e sem comprehender bem o motivo, que muitas vezes os abolicionistas mais exaltados eram os que mais deprimiam os pretos, cobrindo-os de vicios e defeitos. Assim insistiria um pouco nestas idéas. Havia muitas fazendas de café, onde as tarefas nas colheitas eram moderadas, e os proprietarios pagavam a dinheiro o excesso colhido. Neste excesso, pois, havia o incentivo do trabalhador livre. Nessas mesmas fazendas colhedores de varias nacionalidades trabalhavam ao lado dos pretos, e nunca conseguiam colher mais, nem tanta quantidade. E os pretos ainda vinham á noite fazer o serviço dos terreiros.

A' sua constancia ao trabalho, sempre com o mesmo vigor e disposição, nenhuma outra raça a excedia, mesmo abstrahindo-se de qualquer meio coercivo. Nos estabelecimentos agricolas bem dirigidos, grande parte dos pretos não se entregavam a maiores vicios do que fariam reuniões iguaes de outros operarios; assim os furtos, desordens, faltas de toda a especie, não eram entre elles muito mais frequentes.

Finalmente, convinha frisar-o com todo o vigor, no Brasil, todos se haviam creado no meio de pretos, vistos sempre no interior das casas, tido pretas como amas e seus filhos como

companheiros de infancia; não inspiravam repulsão alguma aos brasileiros brancos.

Com o chim tudo era differente: o individuo, a raça, a religião; os costumes, que passavam por depravados, o caracter, os habitos de vida, tudo infundia repugnancia.

A escravidão era certamente nociva aos senhores; a população livre via-se prejudicada por esse spectaculo degradante e os males inherentes áquelle estado. Fosse, porém, o escravo supprimido nas fazendas para dar lugar ao chim; os sentimentos máos e egoisticos, que infelizmente o homem encerra em si, se desenvolveriam ainda mais; pelo menos a vida, a sorte, o futuro do chim, nada interessaria ao proprietario, senão o seu trabalho, do qual procuraria, tirar o maior proveito possível.

Singular a versatilidade brasileira! que tocava extremos!

Tempos houvera em que os creditos das raças do norte da Europa e o descredito da latina só fazia desejar colonos anglo-saxões e allemães. Destes se queria passar ao chim!

Exaltava o illustre político a excellencia da colonisação portugueza sobretudo a açoriana, a basca e a italiana. A esta reputava notavelmente bôa sob muitos titulos.

Comprehendia-se perfeitamente que as nações da Europa quizessem encher de *culis*, suas colonias; o que lhes interessava era sómente que produzissem assucar, algodão, café, tabaco, etc.; que seus navios encontrassem frete, a arrecadação fiscal fosse a mais consideravel e que os ricos colonos viessem ás metropoles despende loucamente o dinheiro que seus prepostos recolhiam desse trabalho barato e ephemero. O caso não affectava directamente as condições raciaes dessas potencias. Comprehendia-se tambem que alguns fazendeiros do Brasil, vendo extinguir os escravos, sem animo de encarar o grave e difficil problema da substituição do trabalho, sem habito de se entender com operarios livres, cujas exigencias chegavam muitas vezes á impertinencia, preferissem o chim. Extraordinario porém que estadistas, a quem só os interesses permanentes da sociedade deviam preoccupar, pensassem do mesmo modo, coisa de surprehender, e desalentar!

Quando o proprietario rural tivesse do chim trabalho barato, á discrição, não se preoccuparia mais com o operario nacional, com seus concidadões pobres, que continuariam a vegetar na indigencia e na miseria ao redor das grandes fazendas suppridas de trabalhadores asiaticos. Afóra as colonias europeas, só o Perú, dos estados livres, admittira os filhos do Celeste Imperio. Todos os mais os repelliam.

Como ainda ultimamente os Estados Unidos e a Australia, violentamente até.

Quando todo o mundo os enxotava ia o Brasil solicitar um instrumento de trabalho ainda mais deleterio do que o escravo!

Apontava F. Belisario o caso das minas de mercurio hespanholas de Almaden cujo districto visitara.

Em muitos kilometros, ao derredor destas lavras, offereceu-se-lhe o aspecto o mais desolador: o de uma população miseravel, de para cima de quatro mil operarios; todos de apparencia doentia, desnutridos, lividos, com a vida notavelmente abreviada pelo genero de trabalho. O proprietario dessas ricas jazidas residia em Paris, onde vivia como verdadeiro nababo. Qual a vantagem real que a Hespanha e sua população auferiam de taes riquezas? As fazendas brasileiras, trabalhadas por chins, offereceriam, em ponto pequeno, igual espetaculo: a desolação no interior, a miseria em torno, a ausencia do proprietario só attento ao lucro, que despenderia, na ociosidade e na prodigalidade das grandes capitaes.

Ao ensaista, aliás conservador até a raiz dos cabelos, escapava esta observação.

“Temos vivido, até hoje, do suor e á custa de uma raça inferior, e como esta vai acabar, queremos substituil-a por outra, á custa da qual continuaremos o mesmo systema!

Delle provincia a instabilidade e a dissipação das fortunas do Brasil. O modo de sua formação entrava por muito nos habitos de prodigalidade dos enriquecidos, que desfructavam a fertilidade espontanea das terras e as abandonavam quando exaustas, como bagaço inutil. O contrario acontecia em todo o resto do mundo onde o trabalho, quanto mais constante e assiduo, mais elevava o valor das terras. O chim viria augmentar e duplicar estes defeitos; poderiam passar mais café, mais assucar, mais algodão pelos nossos portos, mas o producto seria dissipado nos prazeres de Paris ou de outras capitaes. Não seriam as terras beneficiadas, nem a população nacional progrediria. Em summa, a nacionalidade brasileira nada lucraria.

Quando o chim começasse a entrar nos portos brasileiros o immigrante europeu desappareceria de todo.

Infeliz idéa!

Era a questão complexa, confessava-o; não podia ser ventilada em todos os pontos por meio de uns tantos conceitos.

Queria contudo tentar rebater os grandes argumentos dos defensores da introdução dos *culis*.

O trabalhador chim affirmavam elles, não era recurso final e definitivo, apenas expediente transitorio, estabeleceria a passagem, forçada e necessaria, entre o trabalho escravo e o livre, constituindo um meio de se ampararem os grandes estabelecimentos agricolas, ameaçados de ruina total pelo abolicionismo. Era o receio fundado se a abolição fosse brusca. Mas não haveria meio de se impedir tal precipitação?

Fosse, porém, como fosse, ninguem se illudisse quanto a este estado de transição. Introduzido o chim, o colono europeu desapareceria absolutamente; a tenue corrente de immigração espontanea dos ultimos tempos se sustaria de repente. O nacional continuaria cada vez mais indigente e miseravel, sem incentivo nem disposição para o trabalho, ao lado do chim. Em summa, ter-se-ia creado uma situação ephemera, porque não se baseava nas forças reaes e permanentes da nação, precaria, porque lhe faltavam as condições de durabilidade, mas exclusiva de qualquer outra. Não podia haver illusão a tal respeito, o exemplo de todas as colonias das grandes potencias estava ahi. E', o que mais valia a natureza das coisas com sua força infallivel e irresistivel.

Severamente repontava o illustre ensaista.

“Tivemos o elemento servil e lutamos para o extinguir, vamos crear o elemento chim, e no futuro nos acharemos em difficuldades iguaes, senão maiores. Crear, firmar as bases da nacionalidade brasileira, tal deve ser a preocupação dos homens patriotas, e não o interesse de alguns individuos, cujas fortunas, viciadas pela origem, são fatalmente votadas á prodigalidade e á dissipação.”

Ante a vigorosissima resistencia opposta á immigração chinesa por parte de homens do prestigio de Francisco Belisario, Rebouças, Couty, etc., recuaram os partidarios da introdução de *culies* e os empreiteiros de tal empresa. A' Sociedade Central de Immigração coube o maior destaque a esta campanha, levada de frente com extraordinaria vivacidade pelo seu vice-presidente, o deputado Alfredo d'Escragnoille Taunay, mais tarde Visconde de Taunay.

Recuou a Companhia de Commercio e Immigração Chinesa que conseguira em 1883 attrahir ao Rio de Janeiro o Sr. Tong King Sing, director da importante China Merchant's Itcam Navigation Company. Pedira elle que o Governo Imperial subsidiasse a sua empresa com cem mil dollares annuaes, mas este a isto não annuiu ante as manifestações da opinião publica e dos vivissimos debates pela imprensa e no Parlamento. Os interessados na vinda de chins abriram uma

subscrição para angariar a somma desejada pelo director da China Merchant's e parecia o negocio em bom pé quando elle partiu inesperadamente do Rio de Janeiro depois de haver recebido um telegramma de Londres reservado.

Suppõe van Delden Laerne que tal despacho traduzia o veto formal do Governo Britannico, movido pela Anti Slavery Society que via no projecto uma tentativa de escravisação de amarellos. Tal a impressão causada pela subita sahida de Tong King Sing que poucos dias após a sua viagem dissolvia-se a Companhia de Commercio e Immigração Chinezza.

Laus Deo!

Maldosamente commenta o referendario batavo: assim se desvaneceram as ultimas esperanças dos cafesistas da *grande lavoura* de obterem braços baratos capazes de substituir os escravos. Alguns annos mais tarde poderia verificar que mau grado a abolição a lavoura cafeeira do Brasil se encontrava num singular estagio de florescencia e extraordinário incremento.

OITAVA PARTE

Aspectos da civilização cafeeira — Homens
e ambientes.

CAPITULO I

Vida faustosa dos grandes cafesistas — As grandes fazendas e as suas sedes — Desharmonia e rudesa — Massa de construcções toscas — A decoração artistica das casas grandes

Referindo-se ao fausto dos grandes fazendeiros fluminenses de café escreve Alberto C. de Araujo Guimarães no seu tão interessante e minudente livro: *A côrte no Brasil*.

“As vastas casas das fazendas, quadradas, simples, sem nenhum attractivo architectonico, a não ser o da grandiosidade de suas fachadas, davam, em seu interior, uma impressão de luxo e de grandeza, pelos reflexos dos grandes espelhos *biseautés*, dos crystaes venezianos, das baixellas de prata e de ouro, pela finas tapeçarias orientaes ou francesas e pelos moveis de jacarandá lavrado ou de gosto puramente inglez, que impressionavam os proprios europeus.”

Verdadeiros solares, as fazendas fluminenses.

A explicação deste fausto o jovem autor explica-a de modo muito exacto, como consequencia da facilidade com que os senhores fruiam o trabalho exaustivo e incessante do braço negro, em que o lucro dos grandes fazendeiros decorria do capital sem esforço do capitalista.

A vida lhes corria placidamente, a estes privilegiados, num ambiente de conforto e segurança.

Para desannuiarem o tédio decorrente da rotina da vida facil, ou dominados por uma febre de grandeza, ante a miragem dos titulos nobiliarchicos e dos prazeres aristocraticos, cercavam-se de todo o bem estar e de toda a opulencia que a época lhes podia proporcionar.

Nem sequer precisavam tomar maior trabalho para a aquisição dos objectos que o luxo europeu lhes offercia.

Recorriam aos bons officios daquella nuvem de mascates alsacianos, judeus, que d'Assier tão impressivamente descreve

aos seus leitores e o Barão de Tschudi verbera, vehementemente, como verdadeira praga do Brasil de seu tempo.

Explica Araujo Guimarães:

“Tudo naquella época vinha da Europa: as finas porcelanas marcadas de brasões illuminados, as pratarias lavradas, as tapeçarias, os moveis, os crystaes, os estucadores, os architectos, e os pintores de fama. Todo o conforto que a industria e o genio europeu produzia, vinha ter ao interior fluminense.

Tudo era grandioso. Pelas estradas poeirentas, cruzavam-se bellas carruagens marcadas de brasões, onde ufanos viajavam, em meio de coxins de seda, os nobres e privilegiados fazendeiros.”

Um nobre portuguez nos confessou um dia, que o impressionara sobremaneira a grandiosidade da casa da fazenda do Pau-Grande berço dos Gomes Ribeiro de Avelar.

Algumas das fazendas, sobretudo as fluminenses, tomavam ares acastelados que aos visitantes europeus causavam grande impressão como attestam numerosos depoimentos de viajantes. Muitos delles se admiraram notavelmente, dos scenarios ricos que, de modo inesperado, foram encontrar em diversas fazendas fluminenses.

Assim Ribeyrolles no *Secretario* do Barão de Campo Bello, em Vassouras, um nobre portuguez a que Araujo Guimarães se refere, no *Pau Grande* do Visconde de Ubá, em Parahyba do Sul, o conde d’Ursel no *Gavião* do Conde de Nova Friburgo, em Cantagallo etc.

O fausto que cercava os fazendeiros de café durante o segundo Reinado foi de facto impressionante, escreve Araujo Guimarães com toda a exacção.

Referindo-se ao *Secretario* assim se exprime:

“A fazenda do *Secretario*, de propriedade do Barão de Campo Bello, deslumbrou Ribeyrolles. Tulherias, foi como a chamou o amigo de Victor Hugo. O Barão de Campo Bello, verdadeiro fidalgo de sangue, encantou o viajante francez com a hospitalidade agradável que lhe concedeu. Disse Ribeyrolles no seu *Brésil Pittoresque*: “Mr. le Baron de Campo Bello est a lui même son premier Montmorency, et il ne s’en cache pas. Ce qu’il emprunte aux anciens féodaux courtois, c’est la manière simple et franche, c’est la religion de l’hospitalité. Visiteurs et passants trouvent che lui maison et table ouvertes, et la liberté de l’hôte y reste entière.”

O Dr. Christovão Correa e Castro, filho do Barão de Campo Bello, e herdeiro da importante fazenda, não empanou o brilho fidalgo de seus ancestraes. Para receber por alguns

dias o Conde d'Eu, despendeu 40.000\$000, fazendo de seus terreiros de café esplendrosos jardins artificiaes.

Conta-se que o Barão de Campo Bello tivera o bom gosto de mandar decorar os seus salões com motivos brasileiros e que tal decoração entregue a um artista de merito representava uma série de paineis magnificos como sequencia de documentação opulenta da industria cafeeira ao valle do Parahyba. Subsistirá àinda? Ouvimos dizer que não, destruida que foi por ordem de um estrangeiro a quem coube a propriedade occasional da velha e notavel fazenda.

Quer nos parecer que esta decoração deve ter sido no genero daquella que hoje forra as paredes de um dos grandes salões do Ministerio das Relações Exteriores, exactamente no antigo salão de jantar da Marquessa de Itamaraty.

Representa uma série de scenas inspiradas pela iconographia dos principaes viajantes e visitantes do Brasil taes como Rugendas, Debret Frond, especialmente Spix e Martius e o Principe Maximiliano de Wied, conjuncto muito interessante e pittoresco.

Por todo o territorio da Provincia, brotavam os opulentos solares, annota Guimarães.

“Uma aristocracia opulenta formava-se dissipando fortunas, em esbanjamentos nababescos, numa arriscada competição de desperdicios, visando reproduzir os gestos largos dos antigos fidalgos portuguezes.”

No aparelhamento luxuoso das casas grandes das fazendas fluminenses de opulentos landlords haveriam fatalmente de ocorrer vivos contrastes. Seus proprietarios não tinham ainda em geral o polimento necessario para a criação dos ambientes harmonicos.

Dahi uma confusão extraordinaria de estylos e procedencias, no arranjo destas casas fazendeiras, onde as coisas da Europa, as mais finas, se misturavam ás rudes peças provindas do engenho e da arte das industrias locais.

Algumas fazendas, para o fim do Imperio, apresentavam mais homogeneidade em seus arranjos. Das antigas muitas das mais ricas porém haviam sido mobiliadas sob a indicação dos mascates, gente de cultura mais que deficiente e gostos artisticos geralmente os mais duvidosos. Dahi as disparidades fataes.

A decoração dos salões de visitas e de jantar dessas grandes fazendas haviam sido em geral confiadas a verdadeiros pintamonos ambulantes que enchiam as paredes com as mais

extravagantes composições de uma imaginação desajudada da instrução.

Num dos maiores solares, da provincia fluminense, pertencente outróra a um grande titular, vimos frisante demonstração dessa arte exotica transplantada ao Brasil e realmente pittoresca.

Num painel vê-se uma serie de moinhos de vento ao pé dos quaes uns tantos carvoeiros se occupam de sua industria, vigilantes á marcha da queima de suas medas. Logo depois ha uma especie de fandango, tarantela jota, giga *bourrée*, ou coisa que valha, bailada por individuos de indeterminavel procedencia. Quiçá haja querido o artista caracterisar ciganos pois presentes á scena necessariamente enjaulados, em gaiolas postas sobre carros de bois, estão um leão e um urso de aspecto bravo. Este de pé parece interessar-se vivamente pela choréa como bom bailador que é por natureza.

O rei dos animaes, este, mostra-se mais displicente. Em outro intervallo de portas, nota-se uma serie de sujeitos a pescar, á margem de um regato, onde num barco remam dois religiosos cujo habito, lembra o dos capuchinhos. Num terceiro painel ha um chalet suiso, á margem de um lago, sobre o qual reina tremenda tempestade, ameaçando submergir um grande navio a vapor e dois ou tres veleiros.

Outro painel se consagra a uma scena religiosa. Um pregador alcaudorado em altissimo pulpito fala a um auditorio consideravel em que ha reis e rainhas coroados, cardeas, bispos, guerreiros medievaes, armados de ponto em branco, damas de altos penteados, apertadas em seus saios e vasquinhas, fidalgas não menos mal ajustadas em ferragolos saltimbarcas e calções.

Não ha a menor confiança a depositar-se no synchronismo daquella indumentaria de peças medievaes, da Renascença, do grande seculo bourbonico dos albores imperiaes francezes, etc. etc. Em face a esta salada de modas ostenta-se vasto viveiro de aves. E' a unica concessão á "prata de casa", ao ambiente brasileiro. Araras e tucanos, saracuras e seriemas, rolas e sabiás etc. etc. empoleiram-se gravemente como se pertencessem a um pantheon ceroplastico, hieraticas e arrogantes de attitudes.

Na grande sala de jantar, de outra das maiores fazendas de esplendor cafeeiro fluminense, vimos outra serie de assumptos igualmente dos mais dispaes.

Em quadros ovaes surgem peças e tropheus de caça, fructas e flores exoticas, trahindo a nacionalidade transatlantica

do seu autor. Assim as lebres, as galhadas do cervo europeu, os cachos de uvas, cerejas e maçãs, papoulas e tulipas etc. etc. traduzem os sentimentos nostalgicos de pintor que não era aliás de todo mau.

O interessante é que estes painéis da cynegetica e da gulodice: se contrapõem a outros cuja vizinhança não deviam estar pois representam uma série de figuras dos “deuses da falsa gentilidade” um Júpiter rodeado de aguias desferindo raios, um Apollo tangendo a lyra, uma Diana de saiote curto, armada de arco e alojava, e acompanhada de um veado; uma Ceres empunhando uma foice e hastes de trigo, etc. etc. Na parede mais em evidencia dois cavalleiros ricamente vestidos e soberbamente montados saudam-se dando-se a mão. Não são fazendeiros nossos e sim fidalgos europeus, vestidos como quem vae participar de uma *chasse à courre*. As grandes casas mais recentes já demonstram mais harmonia. Numa porém tivemos o ensejo de visitar o *Gavião* do Conde de Nova Friburgo ou o *Paraiso* do Visconde do Rio Preto.

Em fazendas antigas era commum que de forros de sa-lões de toscó assoalho e mobiliario rude, pendessem ricos lustres de fino crystal trabalhado, e em armarios-almanjarras, da maior rudeza, se guardassem finissimos serviços de porcellana franceza ou de Saxe; que por sobre os consolos feitos quasi a machado se vissem peças de porcellana da mais bella, procedente de Aranjuez e de Sèvres até. Lembrando alguns fazendeiros dos de maior tratamento diz Araujo Guimarães:

O Barão de Tinguá, mantinha em sua fazenda de *Santo Antonio*, que herdara dos paes, uma baixela de fina porcellana marcada com as armas imperiaes, para poder condignamente receber o que tambem fizera o B. de Vassouras.

Os Barões de Cananéa, de Benevente, de Santa Maria, e o Visconde de Arcozelo, tinham tambem esplendidas propriedades nas diversas freguezias que formavam o municipio de Vassouras.

Os Gomes Ribeiro de Avelar, formavam um nucleo de elite brilhante, nas mansões fidalgas dos Barões de Guaribú, de Capivari, de São Luiz e dos Viscondes de Ubá e da Parahyba.

Os outros Avelar — o Barão do Ribeirão, o Barão de Avelar e Almeida e o Barão de Massambará — mantinham tambem o esplendor de sua linhagem.

A enorme descendencia de Ignacio de Souza Werneck, um dos primeiros povoadores da região, teve tambem elemen-

tos que se sobressahiram como grandes e opulentos fazendeiros, como o Visconde de Ipiabas, o Barão de Potengy e o Barão de Paty do Alferes, que possuia seis fazendas na redondeza de Paty do Alferes.”

Depois de nomear alguns dos grandes fazendeiros da zona valenciana como o Marquez de Baependy e seus filhos, o conde de mesmo nome, os barões de Juparanan e Santa Monica, escreve Araujo Guimarães a quem vimos acompanhando.

“Parahyba do Sul foi tambem grandiosa. Já em 1843 Castelnau observara o progresso dessa bella região. As casas eram bem construidas. O aspecto da villa era agradável, porquanto em torno da grande praça principal plantaram-se palmeiras, que davam um contraste interessante com as casas que eram quasi todas terras.”

“Em Parahyba do Sul, o Barão das Palmeiras habitava um grandioso palacete, que por ser de Quirino da Rocha Werneck, foi chamado de *Quirinal*.

“A fazenda de Hilario Joaquim de Andrade, que mais tarde foi agraciado com o titulo de Barão de Piabanha, era grande e bastante importante com as suas bellas lavouras de café, com os seus canaviaes, com as suas bemfeitorias espasosas e com os seus jardins bem tratados.”

“O Visconde de Entre Rios possuia uma progressiva fazenda onde imperava o mesmo fausto que cercava os fazendeiros vassourenses.”

Chamava-se esta fazenda São Lourenço e tivemos o enseo de a visitar nella permanecendo dois dias. Constituia realmente um centro notavel quasi que verdadeiro villarejo. A casa grande era enorme, dispondo de vastos salões, decorados porém no gosto, aliás, daquelles a que acabamos de alludir. A divisão deste verdadeiro palacio rude se nos mostrou tão irracional como o de outras e grandes fazendas contemporaneas. Já devia ser mais moderna do que ellas, menos prejudicada pelas alcovas e camarinhas indispensaveis em todos os prédios nobres que outróra se respeitassem.

Em face á casa grande realmente dotada de imponencia, erguia-se, na face opposta de vasto quadrilatero, a capella de S. Lourenço, não capella mas verdadeira igreja, digna de parochia. Fechava á praça enorme rancharia de excellent aspecto, com um mundo de subdivisões para os diversos departamentos da fazenda.

A casa grande, collocada senhorilmente sobre uma emi-nencia, dominava outras bemfeitorias consideraveis, algumas

dellas realmente dignas de nota, como por exemplo a vastissima pocilga, toda lageada de pedra, absolutamente hygienica, graças a uma série de condições, sobretudo pela facilidade do aceio continuo. E no emtanto datava talvez de 1870.

Tambem fôra São Lourenço das mais importantes fazendas de seu tempo chegando a produzir quarenta mil arrobas, segundo nos contou o Dr. Leopoldo Teixeira Leite. Pensamos que a haja aberto o primeiro barão de Entre Rios, pae do visconde do mesmo nome e da condessa do Rio Novo, celebrada pelo espirito de philantropia acendrada e tendencias abolicionistas.

Commenta Araujo Guimarães:

“Formou-se respeitada aristocracia rural, que, não satisfeita com o esplendor que mantinha em suas fazendas, construia na capital do Imperio magnificos palacetes, onde imperava o mesmo luxo e a mesma grandeza, e onde pululavam os famulos enfarpelados de vistosas librés.

CAPITULO II

Influencia dos grandes fazendeiros sobre as sedes dos seus municipios — Exemplos ad rem — Valença e o Visconde do Rio Preto — Influxo civilizador dos grandes cafesistas — Algumas figuras de grande destaque entre os landlords — O absenteismo dos grandes cafesistas fluminenses

“E não era sómente para os solares que convergia a attenção e a magnificencia dos aristocratas, commenta A. Guimarães com toda a justeza: As sédes dos municipios, em que se localizavam suas fazendas, soffriam tambem rapido incremento. A villa de Valença, por exemplo, progrediu activamente na segunda metade do seculo XIX devido ao capricho e interesse da elite.”

Invejáveis gestos de prodigalidade tinham os homens de então. O dinheiro era-lhes facil, e com a mesma facilidade applicavam-no com liberalidade nas bemfeitorias das pequenas villas fluminenses.

O Conde de Baependy, foi das figuras de destaque em Valença, contribuindo com o seu prestigio e fortuna para o progresso da localidade.

De todos porém, o Visconde do Rio Preto, Domingos Custodio Guimarães, mostrou-se o maior protector da pequena villa fluminense. Fazendeiro mineiro, do municipio de S. João del Rey, por capricho tornou-se proprietario da fazenda do Paraiso, distante pouco tempo de marcha do arraial do Porto das Flores.

O Visconde do Rio Preto foi o grande amigo de Valença. A sua bolsa estava sempre aberta para attender ás necessidades da villa. Muitos melhoramentos foram feitos devidos á iniciativa do filantropo e quasi que exclusivamente ás suas expensas.

Dotou a villa de edificios amplos, de templos, de conforto e o municipio de estradas e figura entre os benemeritos fundadores da Santa Casa de Misericordia.

Foi interessante a personalidade do Visconde do Rio Preto. Possuidor de uma brilhante intelligencia, energico, vibratil, impetuoso, tendo uma visão clara dos homens e da sociedade, esse varão de tempera antiga, compenetrava-se do seu dever de aristocrata, na protecção das classes desprivilegiadas. E por isso dedicou-se em desenvolver o conforto e o bem estar do povo valenciano.

O seu temperamento ardoroso não podia sentir obstaculos á sua frente. Sabia querer.

Homem de mentalidade grandemente progressista, foi, pôde-se dizer, o introductor da industria do gaz no Brasil, importando da Europa os machinismos necessarios para a illuminação de sua fazenda.

A sua fazenda do Paraiso, era a joia de Valença. Na sua simples grandeza, a casa aparentava a placidez de um solar. Dentro resplandecia o luxo no estylo dos moñiliarios, na pureza dos crystaes e dos espelhos, nos desenhos das finas tapeçarias, na sobriedade dos damascos, nas pratarias lavradas. Galerias de quadros de valor, museu de raridades, capella, tudo continha a fazenda do Visconde do Rio Preto."

Frisa Araujo Guimarães a circumstancia de que a Baroneza do Rio Preto, nora do Visconde fizera rezar uma missa em acção de graças na matriz valenciana, cerimonia de que participara a orchestra da fazenda com oitenta figuras além de um coro de setenta vozes de pequenos escravos.

Nesse conforto e opulencia viviam entre os grandes cafeistas fluminenses distribuindo ás mancheias o ouro colhido pelo braço escravo.

Ainda em Valença as fazendas *Monte Alegre* de propriedade do Barão do Rio Bonito, *Independencia* do Barão Nogueira da Gama, *S. José* do Barão do Rio das Flores, *Campos Elisios* do Barão de Ipiabas, e *Fazenda Nova* do Barão do Pilar, eram as perolas da redondeza.

O seculo XIX foi o da região fluminense como o anterior pertencera a Minas Geraes, a era seiscentista á Bahia e a quinhentista a Pernambuco.

Vivia a Provincia do Rio os rapidos annos de sua notavel hegemonia financeira sobre as demais circumscripções do Imperio, o cafesal civilisara-a.

Explica Araujo Guimarães a decadencia de modo muito incisivo.

"Os proprietarios rurais, com a fortuna a sorrir-lhes facilmente, cercaram-se de todo o luxo e conforto. Esse foi em parte o germe do mal fluminense e a causa da derrocada. Che-

gados ao apice da escala social, cercados pela respeitabilidade que lhes dava a esplendida consonancia de titulos nobiliarchicos, foram-se afastando aos poucos da administração de suas fazendas. Com o augmento de fortuna faziam novas acquisições de terras. Não eram raros os que possuíam mais de duas ou tres vastas fazendas. Não podiam portanto superintender facilmente os seus negocios, que ficavam entregues a feitores mais ou menos boçaes, portadores do açoite para a disciplina da grande massa negra que constituia a mola primeira do successo do cafezal.”

“O estado de equilibrio perdurou, emquanto se conservou a escravatura.”

“A Lei Aurea veio portanto produzir a escorva do sifão. Os negros estonteados pela libertação, gozando a plenos pulmões o ar livre, correndo livremente pela terra, livres do chicote, do tronco, dos senhores e das humilhações, abandonaram os cafezaes.”

Nada mais exacto porém do que estas linhas de justiça á obra dos grandes cafesistas.

“Entretanto, a opulencia dos senhores dos grandes cafezaes, embora tenha sido uma das causas da decadencia da Provincia, trouxe tambem beneficios. As sédes dos municipios cafeeiros, pela liberalidade dos fidalgos, tiveram o necessario banho da civilização.

E não deixa de ser emocionante a abnegação de todos esses aristocratas do cafezal, nas obras de benemerencia que souberam realizar.

Além das obras de philantropia que procedem da liberalidade dos cafesistas e de que beneficiaram todas as sédes dos municipios onde se cultivam a rubiacea ha a notar ainda que muitos destes grandes fazendeiros construíram ricas vivendas nas cidades em cujo territorio possuíam propriedades.”

Tal o caso de Vassouras com os seus palacios dos Barões do Ribeirão, do Amparo, do Dr. Caetano Furquim, realmente notaveis, Parahyba do Sul com o do Visconde da Parahyba, Friburgo, com as chacaras dos condes de São Clemente e Nova Frbiurgo, Jacarehy com a casa do Barão de Santa Branca, Pindamonhangaba com as dos Viscondes desse nome e o de Palmeiras, Juiz de Fóra com a do Barão de Santa Mafalda, etc. etc. os exemplos a citar seriam numerosissimos.

Não ha cidade cafeeira antiga que não possa ostentar pelo menos um desses sobradões cafeeiros.

Observa Araujo Guimarães que o pendor nobiliarchico

dos landlords cafelistas floresceu muito mais no oriente do que no occidente fluminense.

“A riqueza trouxe a febre de grandeza social, e durante o periodo do fastigio fluminense, deu-se a nobilitação dos grandes proprietarios ruraes.

A mesma ancia pelos prazeres da aristocracia, que dominou os grandes cafeicultores das regiões de Vassouras, Valença e Parahyba do Sul, imperou tambem nas regiões montanhosas do oeste fluminense. E’ interessante o contraste que se verifica entre a attitude assumida, no plenilunio da riqueza, pelos grandes fazendeiros, das regiões montanhosas do valle do Parahyba, como Rezende, Barra Mansa, e os das mais littoraneas como S. João Marcos, Angra, Paraty, Mangaratiba e Itaguahy. Naquelles o apogeu inoculou a febre pelas honrarias advindas do porte de uma nobiliarchia, enquanto que nesses, houve, pode-se dizer, um afastamento desses prazeres ficticios, embora se cercassem de todo o conforto, vivendo fidalgamente em seus vastos solares.”

Emquanto que os aristocratas de Vassouras, Valença e Parahyba do Sul, de Rezende e Barra Mansa, procuravam adaptar a vida em suas vastas casas de fazenda ao molde civilisado dos castellos das grandes familias francezes ou portuguezes, e, em intimo contacto com a Corte, terem as aprimoradas maneiras de grandes senhores, nas regiões littoraneas imperava o espirito colonial e a acção de homens destemidos, concios do valor indiscutivel de sua ascendencia sobre o povo.”

Quer nos parecer que ha ahi alguma coisa a reparar no que diz o joven e tão distincto autor fluminense aliás conhecedor emerito do passado de sua provincia. Esta asserção da preferencia accentuada por parte dos fazendeiros de leste sobre os de oeste provém talvez do facto de que A. Guimarães se haja impressionado com o caso de muitos dos mais opulentos Breves e Gonçalves de Moraes jamais titulados.

Notam-se numerosos barões de café nos municipios occidentaes, talvez realmente não tanto quanto nos orientaes mas pensamos que a differença não seja muito consideravel.

O avanço do cafesal fluminense fez-se aliás a principio do oriente para o occidente e depois do poente para o levante. Sabemos que do meridiano zero do Rio de Janeiro passou a cultura da rubiaceca para Mendanha, Rezende, S. João Marcos, para penetrar em S. Paulo onde caminharía sempre para oeste numa directriz invariavel.

Ao mesmo tempo se alastrava noutro rumo mas sempre occidental para Pirahy, Barra Mansa, Vassouras, Valença e

Parahyba do Sul, penetrando em Minas pelo antigo Presidio (Rio Preto), o valle da Parahybuna, onde se formaria o nucleo importantissimo de Juiz de Fóra.

Nesta época o oriente fluminense tinha lavouras incomparavelmente menos importantes. Mas não tardaria que, vencidas as encostas da Serra dos Orgãos, começasse a rubiacea a conquistar largas areas de densas florestas, a ponto de occupar enorme superficie coberta de riquissimas plantações.

A linha Piedade Magé-Theresopolis-Sapucaia, da estrada do Barão de Ayuruoca seria a da grande penetração mineira por Mar de Hespanha, Porto Novo, Leopoldina S. João Nepomuceno, Rio Novo, Tombos, etc. Estrada da maior importancia foi a da Aldeia da Pedra (Itaocara) Santa Rita Cantagallo, Nova Friburgo, Porto das Caixas.

Os valles do Parahyba e seus afluentes cobriram-se de cafezaes no Rio de Janeiro, em Minas, no Paquequer, no Grande, no Pomba e no Pirapetinga.

Em seu estudo sobre o esplendor fluminense ainda annota Araujo Guimarães "Rapidamente appareceram fortunas poderosas e foram formados grandes dominios ruraes, elaboradores de aristocratas brilhantes, pela vida faustosa que levavam, respeitados pelo poderio incontestavel de senhores quasi feudaes.

Já em Vassouras e Valença se formara um nucleo fidalgo de proprietarios ruraes que imprimiam uma orientação progressista aos seus municipios. Já em Barra Mansa, São João Marcos, Rezende e Pirahy, surgiu o esplendor pela acção fecunda dos senhores dos grandes latifundios. Cantagallo veio ter tambem dias gloriosos, por se haver tornado o centro de gravitação do mundo cafeeiro da região oriental fluminense."

Entende o distincto autor a cujas paginas vimos analysando que entre os grandes lavradores do Oriente não houve o mesmo pendor á posse dos titulos nobiliarchicos imperiaes quanto entre os do centro fluminense. Não foi entre elles commum a miragem, que dominara os opulentos senhores vassourenses e valencianos, de que era necessaria, para a consolidação de seu poderio, a acquisição de uma coroa nobiliar-chica.

Os fazendeiros de café, da região oriental fluminense, embora se conservassem fieis aos seus costumes seculares, não deixavam de ter função no progresso que se realizava, visto permittirem que seus filhos levassem avante todos os empreendimentos que pudessem trazer melhorias ás suas lavouras e conforto ás suas vastas casas de fazenda. Ponderou sobre

isso Ribeyrolles: "J'ai vu quelques uns de ces fazendeiros — Ils ont leurs vieilles habitudes, leurs moeurs séculaires, leurs croyances arriéreés, leur fief; mais ils n'arrêtent point leur fils, esprits du siècle nouveau, presque toujours coeurs bons et qui comprennent que le devoir des générations envers da patrie est de la servir, en améliorant, les institutions et les discipliner, em armant les ateliers, et dirigeant les forces."

Entende Araujo Guimarães que os fazendeiros da região cantagallense não podiam soffrer confronto com os do occidente fluminense, pela importancia das propriedades, embora vivessem num pé de opulencia identica ao dos grandes landlords dos aristocraticos municipios de Vassouras, Valença, Barra Mansa e mesmo Pirahy.

"Il y a des fazendas á café, plus larges et mieux peuplées que des provinces", observou Ribeyrolles.

Argumenta o nosso autor com o caso dos irmãos Breves mas estes foram uma excepção absolutamente extraordinaria no conjuncto da producção brasileira. Joaquim de Souza Breves com as suas mais de duzentas mil arrobas lembra-nos o "nec pluribus impar" Luiz quatorzesco. E seu irmão José de Souza Breves, talvez haja sido durante algum tempo o segundo fazendeiro do Imperio muito acima de qualquer outro. Os dois irmãos Clemente Pinto verdade é que socios não podiam competir com o dono do Pinheiro unico senhor de suas lavouras.

Em 1882 colheriam de suas novas fazendas de *Areas, San'a Rita, Boa Sorte, Boa Vista, Jacutinga, Itaoca, Aldeia, Gavião, Cafés* nada menos de 44.715 saccas de 60 kilos ou sejam 178.860 arrobas.

Perto de 90.000 arrobas para cada um, portanto. Pensemos que muito poucos fazendeiros fluminense attingissem a tal producção.

Escreve Guimarães:

"Foi de facto interessante essa época de fastigio fluminense, em que os grandes proprietarios ruraes entravam numa louca competiçao de despezas, cada qual querendo fazer realçar mais o esplendor de sua casa, levando a vida como nabobos. quer em suas vastas e luxuosas casas de fazenda, quer em seus elegantes palacetes da Côte, onde a famulagem mettida em luxuosas librés, onde as carruagens as mais bellas, onde os mobiliarios os mais ricos, e os mais custosos objectos de arte serviam de ambiente para uma vida aprimorada, digna dos grandes fidalgos europeus.

Não eram poucos os salões do Rio de Janeiro onde a graça das senhoras dos grandes fazendeiros fluminenses faziam o encanto da sociedade da época.”

Entre estes salões tiveram grande brilho o do Barão de Bella Vista, e mais recentemente, o do Commendador Mauricio Haritoff, *gentleman* russo casado com D. Maria Isabel de Moraes Costa, neta do Barão de Pirahy e sobrinha dos Breves, Este salão representou importantíssimo papel na ultima decada imperial pelo brilho de suas recepções.

Lembra Guimarães outras grandes propriedades da região cantagallense e do oriente fluminense.

“No municipio de Cantagallo, existiam importantes fazendas, onde se agasalhavam os grandes potentados que dominavam a região, como a da *Oliveira* de propriedade de João Guerreiro Bogado, a da *Boa Vista*, de João Lopes Martins, as de *São Clemente* e *Palmital* do Conde de São Clemente.”

E por extensão passa a tratar da vida de outros fazendeiros que ao par da canna tinham tambem cafezais.

Nas regiões de Campos e São Fidelis os grandes proprietarios de cannaviaes e de engenhos de assucar, como os Barões de Santa Rita, Carapébus, São João da Barra, Muriahé, Pirapitinga, Lagoa Dourada e Itabapoana, tinham tambem a mesma vida faustosa dos fazendeiros de café.

A fazenda da *Pimenta* do Barão de Duas Barras, as de *Saudade*, *Madressilva*, *Coroa* e *Bertioga* de propriedade do Barão da Povoá de Varzim, a de *Monte Alegre*, do Conde de Lages e a *Atalaia* do Visconde de Mauá, todas situadas na Freguezia de Nossa Senhora das Neves de Macaé eram importantes e luxuosas.

O Barão da Lagoa Dourada, proprietario de varias fazendas, tanto no municipio de Campos como no de São Fidelis, apresenta-se como uma das figuras mais curiosas das aristocracia fluminense. Grandemente progressista, foi o realizador da iluminação a gaz na cidade de Campos. Comprava sempre terras e escravos, augmentando cada vez mais o seu já vasto patrimonio. Era entretanto refractario a vender. “Comprar — sempre; vender — nunca” dizem ter sido o seu lema. E de tal maneira compenetrrou-se que deveria sempre seguir essa divisa, que, quando se viu endividado e attingido pela indisciplina que a campanha abolicionista operava entre seus escravos, preferiu suicidar-se, jogando-se do alta da ponte que elle mesmo mandara construir sobre o Parahyba, usando dessa medida extrema a ter que vender alguns de seus bens.

O Conde de Araruama, possuidor da importante fa-

zenda do Quissamã foi um homem interessante pelo progresso que soube imprimir á região. Grande parte dos caminhos que ligavam Cantagallo a Macahé e Campos, foram traçados e conservados á sua custa, com o auxilio de seu irmão o 1.º Barão de Ururahy. Foi o Conde de Araruama grandemente progressista, introduzindo em seus engenhos de assucar todos os melhoramentos capazes de diminuir a mão de obra e mais beneficiar o producto. Ribeyrolles visitando esses engenhos testemunhou a perfeição de seus machinismos e accrescentou: "L'exquise courtoisie que fait accueil a l'étranger dans cette ancienne et grande maison, ou l'hospitalité est habitude des siécles, la simplicité vraiment noble du chef de familie, et la cordialité liberale de ses fils, nous ont permis de tout voir, de tout suivre en detail."

Era ainda o Conde de Araruama grandemente caridoso, não medindo esforços para a protecção das classes desamparadas. Financiou, com mais dois membros de sua familia, a reconstrucção da matriz de Campos que se achava em ruinas.

De quanto o café enriqueceu a provincia fluminense nada mais frisante do que as cifras da exportação que em 1862 a 1863 lembra-o Araujo Guimarães, foram as seguintes:

Rio de Janeiro	52.811:000\$000
Bahia	18.029:000\$000
Pernambuco	12.472:000\$000
S. Paulo	8.413:000\$000

A esta cifra citada pelo erudito escriptor precisamos fazer a subtracção de duas parcelas a da exportação mineira e a da exportação paulista escoadas pela Guanabara e os portos fluminenses. O Dr. Socrates Alvim avalia a exportação mineira neste exercicio em 5.500 contos de réis, cifra que nos parece baixa pois neste exercicio sahiram 1.145.486 arrobas de café mineiro sob uma pauta de 6739 réis por arroba o que corresponde a uns 7.700 contos de réis.

A exportação paulista 793.534 arrobas dá um total de 5340 approximadamente. Assim a exportação realmente fluminense terá sido de uns 39.800 contos de réis que comtudo sobrepujava as das tres provincias immediatas.

Commenta A. Guimarães:

Os viajantes estrangeiros que durante o seculo XIX atravessaram a Provincia, testemunharam o esplendor dos gran-

des fazendeiros de café. O vale do Parahyba representava então a mola económica da nação. As enormes fazendas de café, situadas nas vertentes do Parahyba, não sómente contribuíam para o engrandecimento economico do Imperio, como também formavam a mentalidade dos grandes estadistas, que tiveram, na politica nacional, funcção preponderante.

Infelizmente o esplendor do vale do Parahyba, não se pôde conservar, e hoje é-nos penoso considerar o estado de rotina em que vive, em comparação com o passado brilhante que o exaltou.

Brevissima estava fadada a ser tal situação.

Foi como já tivemos occasião de dizer, infelizmente ephemero o esplendor fluminense. O vale do Parahyba — que dominava o Imperio com a potencia de sua producção grandiosa e a actuação de estadistas notaveis que no Governo do Brasil tiveram funcção preponderante e sahidos do meio dos cafezaes energeticos independentes e cultos — depois de 13 de maio de 1888 começou a decahir rapidamente.

Duas causas promoveram esta queda formidavel e brusca. A desorganização do trabalho mercê da lei de 13 de maio e as consequencias cada vez mais pronunciadas e profundas da erosão das terras montanhosas.

Estas sobretudo muito além daquella, cretamente. Se o solo fluminense acaso bem feito fosse capaz de alimentar os seus cafezaes, permittindo-lhes maior longevidade a fixação dos colonos se faria automaticamente.

Observa Araujo Guimarães com toda a propriedade:

“O regime escravocrata da lavoura permittia o equilibrio das forças da Provincia, que verdadeiramente já estavam conturbadas. A Lei Aurea operou o choque. Desse momento em diante a curva do progresso fluminense entraria em declinio.

Os escravos estonteados pela liberdade, abandonaram as lavouras, numa occasião em que essas precisavam de cuidado, não tendo quem os substituísse. Se em algumas fazendas, onde os escravos eram bem tratados, o trabalho continuou no mesmo diapasão, na maioria das propriedades ruraes operou-se o exodo.”

Conviria lembrar que a coincidência da lei de 13 de maio em um anno de enorme safra ainda maior desespero trouxera aos lavradores do Rio de Janeiro e de Minas Geraes.

As cotações do café eram boas e os fazendeiros viam o seu ouro espalhado a flor da terra por falta de quem lhes fizesse a colheita. Quatro mezes mais tarde que se houvesse

promulgado a lei libertadora muito menor houveram sido os prejuizos.

Entende A. Guimarães que a bomba de 13 de maio, cuja explosão era tão pouco esperada por milhares e milhares de cafestistas, confiantes no conservatorismo brasileiro e na visão pouco atilada de seus chefes, encontrou os grandes fazendeiros muito amolentados pelo absentismo.

Não podiam entretanto os aristocratas, senhores de terras, fazer frente ao problema que apparecia no rigor de uma apavorante realidade, porquanto, ante a vertigem da subida rapida ás culminancias da gloria e do brilho social, haviam desprezado, aos poucos, essa terra que formara a sua grandeza, deixando a administração de suas propriedades nas mãos de feitores pouco cultos, que traziam as lavouras acorrentadas aos methodos primitivos, vendo sómente diante de si a avalanche negra que era preciso disciplinar para della tirar o maior beneficio.

Os prazeres da Côrte e a vida confortavel da capital, foram os causadores desse alheimento, dos fazendeiros. E assim, quando veio a abolição, os grandes senhores ruraes ficaram desnordeados, estranhos como estavam a seus proprios negocios.

Começou então a decadencia.”

Ha muita verdade nestes conceitos mas nelles notamos uma generalisação excessiva. Fazendeiros havia e muito numerosos que se mantinham a testa de suas lavouras, alguns delles dos maiores a começar pelo octogenario Joaquim de Souza Breves, o Conde de Nova Friburgo que então eram, talvez, os dois maiores cafestistas do Brasil.

Realmente havia muito absentismo por parte de aristocratas do café dentre os que tinham enriquecido largamente. Varios membros destas grandes familias fazendeiras haviam-se mesmo afastado do paiz fixando residencia na Europa, sobretudo em Paris.

Adaptando-se perfeitamente á vida franceza diversos destes fazendeiros como alguns dos Monteiro de Barros, Teixeira Leite, etc. estavam inteiramente alheios ao que ia por suas fazendas entregues á gerencia de casas commissarias.

E isto motivava até scenas pittorescas como se conta do Commendador Custodio Teixeira Leite que, indo a sua fazenda de Monte Alverne em Porto Novo, após ausencia de annos, e não annunciando a visita viu a sua entrada interdita, nas proprias terras por um administrador suspicaz.

CAPITULO III

O nobiliario brasileiro e o café — O primeiro titular fazendeiro de café — Concessão de sesmarias a futuros titulares — Logica desta medida — Vultos eminentes da politica sob D. Pedro I e grandes cafesistas — Os marquezes de S. João Marcos, Baependy, Valença e Lages, etc. — O Conde de São Simão — D. Pedro I, os grandes fazendeiros, senhores de engenho e donos de lavras mineraes

Não podia o Brasil de 1822 fugir a um imperativo de paiz latifundiario e despovoado, de nação de commercio minusculo, mal solicitando os productos essenciaes da importação européa e completamente desprovido de industria manufactureira.

Toda a importancia de sua organização social repousava sobre a agricultura e esta era a da canna, já quatro vezes secular e a do café que despontava num surto realmente espantoso de vigor e rapidez de crescimento.

Já desde mais de meio seculo não eram mais o assucar, o fumo e o ouro os grandes esteios da economia brasileira. Esgotara-se a “fertilidade das minas de rica pinta mineral” das lavras e catas fertes em bateiadas de muitos vintens.”

Fôra-se o metal *fulvo* dos chronistas gongoricos mas o cannival continuava a escorar, deficitariamente aliás, o intercambio commercial brasileiro. Agora sobremodo ameaçado pela concurrencia do assucar de beterraba, do producto da che-nopodiacea, que a intelligencia franceza soubera aproveitar para reagir contra o bloqueio da França republicanisada e hostilisada por toda a Europa.

Mas a canna ia, dentro em breve, ceder o passo ante o café já em 1822 tão importante e futuroso que a supplantara collocando-se a dextra do escudo imperial do Brasil, recém-elevado a categoria de Nação livre.

Verdade é que os brazonadores, supprimindo totalmente do brazão a graminea, commettiam além da maior injustiça real

inverdade. Em 1822 absolutamente não estava o fumo em condições de tomar o lugar que devia ser reservado á haste saccharifera. Questões de esthetica, de homogenisação do conjuncto heraldico haviam imposto esta infracção aos dictames da justiça historica e da verdade economica.

Com a irrupção do cafesal pelas encostas da Serra do Mar acima e as terras do planalto fluminense, paulista, mineiro, ia crear-se no sul uma aristocracia territorial destinada a fazer contraposição á velha gerarchia dos senhores de engenho septentrionaes. Era a dos fazendeiros aos quaes regeria o mesmo espirito existente entre os seus predecessores e emulos donos de cannaviaes.

Nada mais natural aliás pois tanto uns como outros teriam um ambiente absolutamente homogeneo; o do regimen escravocrata. E assim se crearia a mentalidade *fazendeiral*.

Entre os primeiros agraciados brasileiros de Dom João VI apparece logo um senhor de engenho e facto curioso não das regiões da grande cultura assucareira pois o ennobrecido vassallo tinha não muito grande engenho na baixada fluminense onde, aliás, já na época existiam estabelecimentos muito mais consideraveis, no districto de Campos ou em Ubá á margem do Parahyba.

Foi este agraciado Pedro Dias Paes Leme, creado barão por Dom João VI em principios de 1818. E' que provavelmente ali occorrera a intervenção de um factor de grande importancia, numa questão pessoal, tratando-se de subdito opulento, cujos paes e avós representavam a grande tradição mineradora, desde o Caçador de Esmeraldas e seu illustre filho Garcia Rodrigues Paes, até os mais recentes Guardas Mores Geraes das Minas, Alcaldes-Mores latifundiarios fluminenses, acostumados ás viagens ultramarinas e ao convívio da Côrte.

O proprio barão novo nascera em Portugal, embora filho de paes brasileiros radicados no Brasil desde a era quinhentista pela varonia, sem solução de continuidade, dos Lemes.

Dos senhores de engenho de alto relevo era o que mais proximo se achava do monarcha. E este certamente levou em linha de conta esta circumstancia ao inscrevel-o como primeiro titular brasileiro masculino de seu nobiliario.

Ao crear a sua nobreza imperial, em dezembro de 1822 distinguuiu Dom Pedro I a outro senhor de engenho, este agora bahiano. Mas muito menos por ser senhor de cannaviaes e de engenhos moentes e correntes, do que por haver assumido capital papel á testa do movimento libertador de sua provincia

natal, ainda presa da dominação lusitana: a Bahia. Foi este agraciado Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, a quem o soberano desthronador do proprio pae conferiu o mais bello titulo possivel, provocador de uma das mais hieraticas evocações de origem nobiliarchica, pois até assumia foros feudaes: Barão da Torre do Garcia d'Avila, senhor de Tatua-para, a unica alçáçova erecta no Brasil e quiçá no Novo Mundo.

A outros grandes senhores de engenho, parentes deste primeiro barão bahiano, couberam titulos de Dom Pedro I, como a seus irmãos Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque e Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque barão e visconde, com grandeza, de Pirajá, em 1826 e barão de Jaguaripe em 1824.

Mas de ambos se poderia dizer que fôra a espada e não o arado a causadora destes ennobrecimentos pois se tratava de dois dos mais notaveis paladinos da Restauração da Bahia, sobretudo o primeiro o prestigiosissimo *Santinho*.

Em Pernambuco encontrou o jovem imperador, soffrego da corôa paterna, quem, ao mesmo tempo, representasse a conjuncção da aristocracia assucareira territorial e dos serviços em prol da independencia do Brasil: assim o vemos, já em 1824, crear o morgado do Cabo visconde do Recife e eleva-lo em 1826 a marquez.

Mas a resistencia portugueza, como todos sabem, fôra encarniçada na Bahia e no Piauhy, no Maranhão e na Cisplatina. Muito pouco no resto do Brasil.

E na Bahia a causa nacional triumphara, rapidamente, graças ao movimento homogeneo do patriotismo dos senhores de engenho, nucleo de opposição ao proseguimento do regimen colonial. Dahi decorreu a maior distribuição de graças aos latifundiarios bahianos entre os quaes alguns haviam, com verdadeiro heroismo, compromettido o futuro de sua fortuna, em prol da defesa da causa nacional vingara ella, rapidamente, graças ao movimento homogeneo do patriotismo dos senhores de engenho, nucleo de opposição ao proseguimento do regimen colonial. Era pois natural que a derrama das recompensas nobiliarchicas fosse muito maior na região do Reconcavo dos que nas terras de Pernambuco por exemplo. Injustiça séria se commetteu porém em relação ao Piauhy e ao Maranhão onde ao que nos parece na primeira provincia um unico defensor da causa brasileira mereceu o galardão de um titulo: Manuel de Souza Martins, creado Barão de Parahyba em 1825. No Ma-

ranhão os dois barões de Itapicurú de Cima e Itapicurú Mirim, representariam, tardiamente a gratidão imperial.

Percorrendo a resenha dos agradecimentos de D. Pedro I que foram quasi uns cem, bem poucos destes titulos vemos corresponder a grandes agricultores pura e simplesmente. Poucos tem o significado do baronato de Ubá concedido em 1828 a um latifundiario fluminense, José Pereira de Almeida, o grande amigo de Saint Hilaire. Lavrador aliás dotado de cultura pouco commum, para o seu tempo, era senhor da grande fazenda de Ubá onde fabricava muito assucar e plantava algum café, já talvez pelos annos da Independencia.

Dos campistas assucareiros não vemos nenhum representante no nobiliario de D. Pedro I quando tão numerosos foram os seus titulares no reinado de seu filho. Dentre os bahianos alguns apparecem, como os dois barões de S. Francisco, pae e filho, os de Belém, Maragogipe, Rio de Contas, Itapororoca. Mas pensamos que mais hajam recebido os titulos pelos serviços na Guerra da Independencia do que como méros landlords e homens de posses.

Em Pernambuco pouco numerosos foram os agraciados: o marquez de Recife, o visconde de Goyana, que aliás fez grande parte da carreira fóra da provincia etc. Os titulos rio-grandenses Pelotas, Serro Largo, Bagé, eram quasi todos de origem militar salvo talvez quanto ao Barão de Jaguary (Domingos de Castro Antiquera).

O fazendeiro de café titular, decano dos lavradores enobrecidos, foi certamente, o marquez de São João Marcos, cujas lavouras Walsh atravessou em 1828 notando que a sua casa grande era modesta não parecendo de todo um solar digno de tão alto landlord e grande do Imperio. Explicaram então ao viajante inglez que o marquez, em virtude de sua situação na Côte, era forçado a enormes despezas com a sua casa do Rio de Janeiro. Assim ainda não tivera sobras que lhe permittissem melhorar a sua moradia da roça.

Não quer isto dizer que dos nossos numerosissimos titulares, lavradores haja sido o marquez de São João Marcos o primeiro a ensaiar a lavoura da rubiacea. E pensamos mesmo que diversos outros como o marquez de Baependy e o barão de Pirahy, por exemplo tenham plantado, café antes delle.

Na sua segunda viagem a S. Paulo, em 1822, quando voltou do Rio Grande do Sul, fez Saint Hilaire, sahindo do Rio, o percurso por Valença, Rio Preto Ayuruoca, Baependy, Lorena, Taubaté, S. Paulo. Sahindo da capital paulista pas-

sou por Taubaté, Bananal, S. João Marcos, Itaguaí, de onde regressou ao Rio de Janeiro.

Indo de Valença ao Rio Preto, em demanda das terras mineiras, viu enormes extensões de esplendidas mattas que estavam sendo derrubadas para dar lugar a cafezaes. A tal proposito observa o grande botânico que, a seu ver e saber, houvera grande injustiça e até real ineptia nas distribuições de terras. A Corôa em vez de as doar gratuitamente e por pequenos prazos, as havia dado por sesmarias, alcançáveis somente após mil formalidades e despezas. Dahi a especulação com as concessões dessas terras. Deste modo haviam alguns personagens de grande influencia, obtido enormes areas. Neste caso estavam Paulo Fernandes e Manuel Jacintho, alto funcionario de fazenda que em torno de Valença recebera doze leguas de terras, da munificencia regia.

Manuel Jacintho (Nogueira da Gama) era o futuro Marquez de Baependy, Paulo Fernandes, o intendente de policia Paulo Fernandes Vianna a quem D. João VI dedicava grande sympathia e Dom Pedro I verdadeira aversão. Birra que o levou a desfeitear infantil, tola e gravemente o fiel servidor paterno já no proprio dia da partida do velho monarcha para a Europa, segundo relata Vieira Fazenda em suas preciosas *Antigualhas do Rio de Janeiro*.

Falando da chegada do principe Regente, D. João, ao Rio de Janeiro e de sua immensa comitiva, recorda Eloy de Andrade em seus interessantes e tumultuarios estudos sobre a *Grandezza da Provincia e decadencia do Estado do Rio de Janeiro* que a situação pecuniaria dos exilados ultramarinos de 1808 era a mais precaria, ao chegarem á capital brasileira. Desesperados por obter as reaes mercês, atormentavam o principe com mil pedidos de concessões territoriaes nas vizinhanças do Rio de Janeiro, terras cafeiras que pudessem rapidamente almoedar. Havia nessa época, na nova capital da monarchia, um homem de enormes posses, verdadeiro creso luso-brasileiro, o portuguez Braz Carneiro Leão.

A' sua viuva, e a numerosos filhos deixou os mais quantiosos bens. Dahi a facilidade com que muitos destes seus successores alcançaram titulos nobiliarchicos. A começar pela viuva, de quem já falamos, agraciada com o titulo de Baroneza de São Salvador dos Campos dos Goytacazes.

Engana-se Eloy de Andrade, a proposito de alguns dos titulares dizendo por exemplo que o futuro conde de São Simão era filho de Braz Carneiro quando vinha a ser seu neto, filho de seu genro Paulo Fernandes Vianna.

Varios dos filhos e genros do creso luso fluminense pois receberam enormes concessões territoriaes. E ainda adquiriram de outros contemplados pela munificencia regia terras maiores e menores a troco de pequenas indemnisações.

Manuel Jacintho Nogueira da Gama e Paulo Fernandes Vianna foram talvez os mais aquinhoados da familia.

Nada mais natural, nem mais justo e intelligente, por parte do Rei aliás! Queria D. João VI promover, sob a maior escala, o plantio do café. Fizera vir sementes da Africa e as distribuia ás mancheias aos lavradores, já em 1817, segundo um depoimento do Conde de Baependy, filho de Manuel Jacintho.

Mas para plantar grandes cafesaes só havia um recurso a aquisição de escravos; não bastava a posse da terra. Ora a compra de uma, duas, diversas centenas de africanos vinha a ser coisa accessivel apenas a grandes capitalistas pois os escravos se mercavam a 250 e 300 cruzados, custavam de 25 a 30 esterlinos. Era preciso pois forte empate de capitaes em mão de obra. Dahi o facto de estarem naturalmente indicados os homens de largos recursos para esta obra de desbravamento do hinterland fluminense por intermedio do cafesal.

As terras era infindaveis e não tinham preço. Até pouco eram o recesso das tribus de purys e coroados que vagueavam pela mattaria do valle parahybano.

Em principio do seculo XIX negociavam-se, por alli, concessões de sesmarias, a troco de valores irrisorios, recorda Eloy de Andrade. Mercavam-se por uma junta de bois, uma espingarda, etc. etc.

Varios dos maiores futuros landlords, dispondo de recursos, adquiriram alqueires e alqueires de terra, sobretudo entre o Parahyba, o Rio Preto e o Parahybuna por preços absolutamente irrisorios. Alguns mais tarde ganharam grandes sommas na revenda dessas terras repartidas, quando o districto cafeeiro rapidamente povoado, teve os seus chãos rapida e notavelmente valorisados.

Alguns outros latifundiarios viram-se senhores de enormes extensões, quer por aquisição quer, e sobretudo, por herança, como no caso recordado por Eloy de Andrade do coronel José Ignacio Nogueira da Gama, irmão do Marquez de Baependy, que herdou do sogro, Coronel Manuel do Valle Amado, infindaveis terras no valle do Rio do Peixe, affluente do Parahybuna. Chegou a possuir dezeseite sesmarias de 225 alqueires geometricos, perto de vinte mil hectares das melhores terras cafeeiras em matta virgem que distribuiu entre filhos

e genros como por exemplo o Conde de Baependy, filho do Marquez.

Outro grande cafesista, também dos primeiros a receber titulo, veio a ser o futuro marquez de Valença, agraciado, já em 1823, por D. Pedro I com o mesmo nome de Valença. Certamente por causa da contiguidade de sua notavel fazenda das *Côroas* á villasinha fluminense, ainda recentemente aldeia de indios catechisados.

Genro de um dos maiores capitalistas do Brasil joanino, o vassallo mais rico da capitania paulista, o brigadeiro Luiz Antonio de Souza Macedo e Queiroz (fallecido em 1819) recebeu o futuro marquez de Valença, pela cabeça da marquezia, D. Ilidia Mafalda de Souza Queiroz, consideravel legitima paterna que se apressou em converter em catesaes adquirindo então larga escravatura. Desta applicação lhe adviria notavel accrescimento de fortuna pois as *Corôas* produziram vultosamente durante longa serie de annos.

Relata Eloy de Andrade haver ouvido do Conde de Baependy (que o houvera do Marquez seu Pae) curiosa historia. Vivia a rainha D. Carlota Joaquina a importunar o Intendente da Policia com continuos e grandes pedidos de dinheiro até que, certa occasião, vira-se Paulo Fernandes Vianna absolutamente em apuros para explicar a D. João VI o emprego de certas e avultadas verbas. Chegou a um estado de verdadeiro desespero, receioso do desvalimento quando a intervenção, do Marquez e concunhado, resolvendo relatar ao monarcha, pura e simplesmente, o que houvera, salvara-o de mau passo. Harmonizado, pelo menos aparentemente, o regio e tão desunido casal, mediante formal promessa da rainha de moderar os gastos, manifestara D. João VI o seu contentamento attribuindo umas tantas sesmarias ao filho do Intendente. E provavelmente creando-o barão de São Simão apesar de apenas contar quatorze annos.

Além dos Marquezes de Baependy, Valença e São João Marcos, que figuram entre os mais antigos titulares do Imperio como lavradores de café, outros houve, seus contemporaneos, o Marquez de Lages, dono da fazenda de Sant'Anna, João Vieira de Carvalho, official general do exercito e um dos nossos homens de governo que mais vezes foram ministros de estado, pois D. Pedro I a cada passo lhe confiava uma das pastas militares. Também foram cafesistas dos primeiros annos outros titulares como o primo e homonimo do marquez de S. João Marcos. Pedro Dias Paes Leme, creado Marquez de Quixeramobim, fazendeiro em Itaguahy.

Poder-se-á objectar que o seu titulo proviera muitissimo mais de sua importancia pessoal de que de sua fortuna mediocre constante de lavouras restrictas da baixada.

Ninguem ignora que o marquez de Quixeramobim foi o agente de ligação entre os patriotas do grupo fluminense que cercavam o Principe Regente e os de São Paulo a quem chefiava José Bonifacio. Nas mesmas condições estaria Caetano Pinto de Miranda Montenegro, marquez de Villa Real da Praia Grande, agricultor de posses, mas mil vezes mais do que isto homem da Côrte, antigo capitão general de Pernambuco e de Matto Grosso, numerosas vezes ministro, etc.

Curioso é que D. Pedro I só haja enobrecido um minerador de ouro de grande fabrica: o barão de Cattas Altas, o celebre proprietario daquelle formidavel pactolo do Gongo Socco, famoso pela prodigalidade insensata que o fez esbanjar os enormes proventos de sua mina. E tambem pela exiguidade da estatura.

Esta circumstancia, conta-se, levaria o desabusado monarcha a lhe dizer real liberdade ao lhe ouvir o nome João Baptista Ferreira Chichorro de Souza Coutinho. Maior o nome que o homem!

Era natural que outros titulos concedesse o novel monarcha americano a mineradores de vulto como por exemplo o Barão de Paraopeba, Romualdo Monteiro de Barros (irmão do Visconde de Congonhas do Campo agraciado por D. Pedro II só em 1854 e o futuro Barão de Cacaes (em 1855) José Feliciano Pinto Coelho da Cunha o presidente de Minas rebelada em 1842. Merecia-o já seu pae o brigadeiro Antonio Caetano Pinto Coelho da Cunha, grande minerador em Cacaes e São João Baptista do Morro Grande, a quem John Mawe e outros viajantes visitaram. Talvez por ser tio do primeiro marido da marquezia de Santos a tal se esquivasse.

CAPITULO IV

Os annos regenciaes — Feição republicana — Recomeça com a Maioridade a concessão de titulos nobiliarchicos — Papel cada vez mais saliente dos cafesistas no nobiliario imperial

Os nove annos regenciaes tiveram feitió reaccionario accentuadamente republicano. Nenhuma das duas regencias trinas, nem as duas unas, distribuiu um só titulo de nobreza, ao que nos parece. Referem os barões de Vasconcellos porém a concessão de tres: os baronatos de S. João do Principe e do Paty do Alferes e o viscondado de Macahé.

Quantos aos Barões de Paty do Alferes e de S. João do Principe houve erro positivo. Foram estes titulos attribuidos a Francisco Peixoto de Lacerda Werneck e a Ananias de Oliveira e Souza depois de 1851; occorreram ahi certamente *gatos de imprensa* como tambem o referente ao primeiro visconde de Macahé que Vasconcellos diz ter obtido a grandesa em 1839 quando provavelmente tal se deu em 1829.

Com a Maioridade reatou-se a tradição dynastica. Dos noventa e muitos agraciados por D. Pedro I um terço certamente desaparecera, senão metade. Dos 28 marquezes do primeiro Imperador restavam 17. Os ministros do menino segundo Imperador resolveram ainda em 1840 recommençar a série dos agraciamentos aproveitando a data natalicia do seu soberano adolescente. Assim em dezembro desse mesmo anno surgiram dois novos condes, o de Iguassú, pessoa do Paço, filho do Marquez de Barbacena, e o de Sarapuhy, Bento Antonio Vahia, grande capitalista. Mas a primeira grande *forçada*, de titulados de Dom Pedro II foi a de 18 de julho de 1841, ao se commemorar o primeiro anniversario do golpe de estado.

Teve o grande prestigio de alguns nomes do maior realce nacional como os de Caxias, Abrantes e Olinda. Por este mesmo acto foi elevado a visconde o Barão da Torre de Gar-

cia d'Avila e agraciadas outras figuras de destaque, da Bahia e Pernambuco, como o bravo Alexandre Gomes de Argollo Ferrão (Barão de Cahyba) Luiz P. de Araujo Bastos (Barão de Fiaes) Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, feito Barão de Suasuna Francisco do Rego Barros (conde da Boa Vista) em Minas Geraes como Manuel R. Vianna, feito Barão de S. Luzia, o Senador Mello e Souza (Barão de Pontal), um illustre cabo de guerra filho do Rio Grande do Sul como João de Deus Menna Barreto, Barão e depois Visconde de São Gabriel e um grande cafesista fluminense como José Gonçalves de Moraes, feito Barão do Pirahy.

Pouco depois, em agosto, era elevado ao baronato, outro regente, Costa Carvalho, creado Barão de Monte Alegre, do nome de seu engenho piracicabano e não visconde como Araujo Lima, o que não o impediria de alcançar o marquezado em 1854 pelo mesmo decreto que Olinda.

Parece que era intenção da Corôa attribuir titulos a todos os ex-regentes. Restavam, além destes dois, Francisco de Lima, Feijó e Vergueiro pois Caravellas e João Braulio Muniz tinham fallecido.

E aliás Caravellas só poderia ser elevado a duque pois, como se sabe, já era marquez desde 1826.

Refere a chronica, quiçá maliciosamente, que a Francisco de Lima, se offereceu então o baronato da Barra Grande que recordaria a sua attitudo de repressor da rebellião pernambucana de 1824.

Recusou-o indignado por entender não lhe ficar bem ter a mesma gradação nobiliarchica que o filho. Talvez seja isto aliás méra balela.

Contou-nos em 1899 o Conselheiro Dr. Luiz Pedreira de Magalhães Castro, pessoa de alta intelligencia que sobre as coisas dos bastidores dos dois imperios sabia uma infinidade de casos dos mais interessantes e pittorescos que a Francisco de Lima doera fundamente, como a maior das injustiças — e o era! — o facto de não ter sido creado visconde, em 1824, por occasião da primeira grande fornada de titulares de Dom Pedro I.

Tudo fazia crer que fosse um dos mais assignalados mercedores da graça imperial. Basta lembrar que rapidamente acabava de reprimir a revolução pernambucana da chamada Confederação do Equador.

Justamente a Barra Grande fôra o lugar onde desembarcara sua tropa para socorrer a Francisco Paes Barreto, futuro Marquez de Recife, presidente da Provincia, que alli en-

trincheirado chefiava a resistencia aos republicanos de Paes de Andrade e Ratcliff. A 17 de setembro capitulavam estes e a 12 de outubro immediato outhorgava Dom Pedro I o titulo de visconde do Recife a Paes Barreto, dois annos mais tarde elevado ao marquezado.

A Francisco de Lima titulo algum se attribuiu, coisa que o magoou immenso, relatou-nos o Conselheiro Magalhães Castro. E como este houvesse sido durante muitos annos intimo de seu tio-primo o Visconde do Bom Retiro pensamos que deste illustre estadista tenha ouvido semelhante versão, entre mil e uma coisas do maior interesse communicados ao sobrinho-primo.

Talvez dahi se originasse a animadversão entre o futuro regente e o Imperador, culminada pela attitude do grande chefe militar a 7 de abril de 1831. Seria talvez um dos motivos de tal hostilidade a lembrança do titulo esperado, com carradas de razão e de justiça, aliás, e incomprehensivelmente desvanecido. Incomprehensivel e impoliticamente... sobretudo.

A Vergueiro e Feijó queremos crer não se offereceram titulos. Eram ambos sabidamente infensos ás distincções nobiliarias, como aliás os Andradas, irreductiveis sob este ponto de vista.

De 2 de dezembro de 1840 a 15 de novembro de 1889, por quasi meio seculo portanto, assignou D. Pedro II centenas de decretos de agraciamento de titulos. Foi menos parco do que o Pae, e prodigo em relação ao Avô.

Em todo o caso mostrou ser distribuidor de mercês muito mais criterioso do que D. Pedro I observando a relatividade da gradação dos titulos quanto á sua importancia. Não se entregou áquella derrama de marquezados e viscondados que caracterisaram o primeiro reinado. Tem-se até a impressão de que o nosso primeiro imperante o fazia obedecendo a um sentimento de ordem decorativa que culminaria com o ministerio de 15 de janeiro de 1827 e o famoso *gabinete das vinte e quatro horas* compostos ambos de cinco marquezes e um visconde.

Um ducado apenas concedeu D. Pedro II, galardão, unico, rarissimo, e justissimo, attribuido não a uma pessoa ligada á casa Imperial mas ao mais notavel dos servidores do Brasil de seu tempo.

Dos marquezados tambem se mostrou avaro concedendo-os geralmente, como era de excellente criterio, a homens de excepcional valor como Caxias, Paraná, Olinda, São Vicente, Tamandaré, Herval, etc. etc. E no fim de seu reinado deixou

que se escoassem varios annos sem que no Brasil todo houvesse um só marquez, desde a morte do General Osorio.

Alguns dos condes paternos elle os elevou á dignidade immediata como Valença e Lages.

Pouco mais de vinte foram os marquezados concedidos pelo segundo imperador.

Aos oito condes de D. Pedro I contrapõem-se os pouco mais de trinta do seu filho. Era um titulo que elle apreciava outhorgar a bispos e arcebispos; o pae o que é exquesito jamais concedera tal distincção a prelado algum até mesmo aos que o haviam sagrado e casado como o Bispo Capellão Mór D. José Caetano da Silva Coutinho e seus assistentes.

Dom Pedro II, sempre summamente cioso na escolha de seu episcopado, a diversos antistites attribuiu marquezados e condados como os de Santa Cruz, Monte Paschoal e São Salvador aos arcebispos primazes D. Romualdo de Seixas, D. Luiz Antonio dos Santos e D. Manuel Joaquim da Silveira os condados da Conceição ao Santo bispo de Marianna D. Antonio Ferreira Viçoso, de Irajá, Santa Fé, Santo Agostinho aos bispos do Rio de Janeiro, D. Manuel de Monte R. de Araujo, D. Pedro Maria de Lacerda e D. José Pereira da Silva Barros.

A guardar as proporções com os gostos paternos teria o segundo imperador creado uns setenta marquezados.

Com os viscondados mostrou-se tambem um pouco menos facil do que seu pae. Aos 28 do primeiro reinado contrapoz pouco mais de cento e cincoenta de creação propria. O seu grande recurso foram os baronatos de que pequeno uso fizera D. Pedro I. Aos trinta e dois do primeiro reinado contestou com quasi setecentos titulos desta categoria! quando se houvesse acompanhado as normas de 1822-1831 apenas teria agraciado uns duzentos subditos. No segundo reinado a maioria dos homens de estado de grande relevo foi agraciada como parece quasi desnecessario lembrar: alguns nomes nos bastarão Caravellas, Sepetiba, Macahé, Paraná, Rio Branco, Cote-gipe, Uruguayana, São Vicente, Itaborahy, Inhomerim, Uruguay, etc. entre os mais antigos: Sinimbú, Paranaguá, Muritiba, Nictheroy, Paranaguá, Ouro Preto, etc. entre os mais proximos de nós.

Mas muitos dos nossos mais notaveis estadistas não receberam titulos nem provavelmente jamais os pleitearam como Bernardo de Vasconcellos, Zacharias de Goes, Nabuco, Paula Souza, José Bonifacio, o Moço, Belisario de Souza, Martinho

Campos, Francisco Octaviano, Eusebio de Queiroz, etc. etc. para só falarmos dos que falleceram antes de 15 de novembro.

Póde-se dizer e ninguém o ignora que o nobiliario brasileiro encerra a maioria dos mais notaveis homens publicos do Brasil, na politica, nas armas, na diplomacia, na hierarchia ecclesiastica, durante os sessenta e sete annos de vigencia do regimen decahido a 15 de novembro de 1889.

Meia duzia de nomes de cada categoria provoca logo verdadeiro tumultuar de evocações das nossas maiores glorias nacionaes, designadas por seus titulos.

Assim por exemplo quanto aos nossos representantes no exterior Serie de titulos notaveis esses de Itabaiana, Barbacena, Itamaracá, Pedra Branca, Araguaya, Porto Seguro, Santo Angelo, Penedo, Cabo Frio, Jaurú, Japurá, Lopes Netto, Arinos, Itajubá, etc. etc. muito embora muitos illustres diplomatas houvesse não agraciados.

Muito mais parco é o nobiliario em relação a juristas, escriptores, cientistas, artistas. Isto se explica pela modestia da vida desses intellectuaes, num tempo em que o trabalho meramente cultural era tão mesquinamente retribuido, ainda, no Brasil.

Assim nelle não vemos figurar um Teixeira de Freitas, cujo pae fôra no emtanto Barão de Itaparica, um Candido Mendes de Almeida, um José de Alencar ou um Joaquim Manuel de Macedo; um Carlos Gomes ou um Pedro Americo, um Freire Allemão ou um Gomes de Souza. Conta-se aliás que Pedro Americo ia receber o titulo de Barão de Avany quando se deu a Republica.

Poder-se-á objectar que em todo o caso figuram nesses quadros illustres nomes de homens de letras como os dos Viscondes de Araguaya, Araxá, e Taunay, do Barão de Santo Angelo.

Não se pode em todo o caso dizer que nenhum destes escriptores haja sido agraciado só pelos seus titulos litterarios. Entre outros favorecidos, de grande relevo intellectual, citam-se, entre medicos, engenheiros militares, professores, cientistas, por exemplo, o Barão de Capanema, o Conde de Prados, os Viscondes de Itauna, Santa Isabel, Saboia, Ibituruna, os Barões Homem de Mello, de Parima, Macahubas, os Viscondes de Maceió, Alvarenga, os Barões de Inhomirim, Petropolis, Theresopolis, o Conde de Motta Maia, os Barões de Ramiz, Lavradio, São Felix, o Visconde de Souza Fontes, os Barões de Torres Homem, Pacheco e Villa da Barra etc etc. Numerosos os medicos, como vemos, em grande maioria.

E' que muitos delles, eram os facultativos que serviam nos paços imperiaes, medicos da Imperial Camara.

Uma vez ou outra os funcionarios de alta categoria viam-se agraciados como no caso de alguns directores geraes, guardas mores, inspectores de alfandega etc. Assim os Barões de Guimarães, Itaipú, Rosario, Sampaio Vianna, São Nicolau, Sobral etc.

Entre os magistrados tambem occorreram os titulos mas escassamente como os Barões de Mucury, Muritiba, Desterro, viscondes de Montserrat, Sabará Barões de São Diogo, Villa Franca, S. João Nepomuceno, visconde de Valdetaro, barão de Assú, etc. Varios professores de direito mereceram tambem o agraciamento como os Viscondes de Caravellas, e do Bom Retiro, o marquez de Monte Alegre, o barão de Ramalho, etc. mas em geral não sómente pelo facto de exercerem o magisterio.

Os nomes dos maiores poetas do periodo imperial não se inserem nas paginas do nobiliario. Gonçalves Dias ou Castro Alves, Fagundes Varella, Alvares de Azevedo, e Casimiro de Abreu. Nem se podia tal esperar de quem tão pouco vivera como os quatro ultimos ou, tão cedo ainda, desaparecera como o cantor de *Y. Juca Pirama*.

Em todo o caso nelle figuram dois possuidores de bellos estros Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaya e Araujo Porto Alegre, barão de Santo Angelo, embora agraciados muito mais como diplomatas do que como autores da *Confederação dos Tamoyos* e do *Colombo*. Mas isto de titulares homens de letras, artistas e cientistas vem a ser rebentos contemporaneos da velha arvore multi-secular da instituição nobiliarchica cujas verdadeiras raizes se entranham no solo da propriedade territorial, no senhorio das armas, na posse da força e das riquezas materiaes.

O resto os ennobrecidos, muito mais recentes, das finanças, da magistratura, da administração, são como que os epiphytas desse organismo outróra robustissimo, nascido nos seculos de ferro, do retintim das armas da conquista do latifundio, da imposição da servidão da gleba e dos favores dynasticos.

*Tierra, armas, la real preferencia
Hacen esta excepcion y diferencia*

explicava velho escriptor castelhano do seculo XVI, ao expor, em rima, as bases da aristocracia universal de seu tempo, evoluída para a nobreza cortezã a medida que a realeza absoluta se avantajava. Isto desde que encontrara na invenção de Bertholdo Schwartz, o mais efficaz dos meios de redução dos potentados, grandes e pequenos vassallos, acastelados em alcáçovas, agora desmoronaveis pela artilharia de balas razas mas já derrubadoras efficientes de muralhas enormes.

Mostrou-se pois D. Pedro II, sobretudo nos primeiros annos de seu longo reinado, muito parcimonioso em materia de concessões de titulos nobiliarchicos, muito menos liberal do que seu Paë.

Este em dez annos de governo outhorgara quasi uma centena de titulos. Não era excessivo o numero. Admittindo que todos os titulares fossem casados teremos uma media de um portador de titulo para cada dez mil brasileiros livres, existentes em 1831.

Em sua primeira decada (1840-1849) ennobreceu o segundo Imperador a 70 pessoas. Na decada seguinte já este numero se avolumava passando a ser de 92. Nas tres que se lhe seguiram, de 1860 a 1889, a progressão cresceu, e muito. Passaram as creações de titulos a ser 132, de 1860 a 1869, para subir a 204, de 1870 a 1879 e afinal a 378 de 1880 a 1889. Assim a ultima decada registrou uma cifra quintupla da da primeira.

Nos primeiros vinte annos de reinado fôra a parcimonia tão consideravel que em alguns millesimos como em 1842 e 1857 não se creou um unico titulo. E muitos houve em que as concessões foram minimas como em 1840 (2) 1850 (2) 1856 (3) 1847 e 1851 (4) 1843 e 1844 (5).

Estes pequenos numeros contrastam com os do primeiro Imperador. Até 1854 nenhum millesimo do segundo Imperio pode contrapor-se aos annos de 1825 com seus 27 titulos, de 1824 (20) de 1826 (14).

Comparemos porém os numeros de agradimentos da primeira decada imperial com os das duas primeiras de D. Pedro II. Veremos quão grande foi a discrição da outhorga nesses vinte annos, sobretudo, em materia de titulos altos. Não houve de todo o que se comparasse aquella profusão de marquezados, tão ao sabor do filho de D. João VI.

<i>Annos</i>	<i>Barões</i>	<i>Viscondes</i>	<i>Condes</i>	<i>Marquezes</i>	<i>Duques</i>	<i>Totales</i>
1840	—	—	2	—	—	2
1841	13	2	—	—	—	15
1842	—	—	—	—	—	—
1843	4	1	—	—	—	5
1844	4	—	1	—	—	5
1845	3	—	1	—	—	4
1846	10	1	—	—	—	11
1847	4	1	—	—	—	5
1848	11	—	—	—	—	11
1849	12	—	—	—	—	12
Totales	61	5	4	—	—	70

Os primeiros grandes lavradores fluminenses da rubiacea, titulados, reaparecem logo depois de 1840, passada a phase semi-republicana das Regencias. Já nesta época havia fazendeiros de muitos milhares de arrobas, sobretudo no sudoeste e centro fluminense.

Assim na prestigiosa *fornada* de 18 de julho de 1841 vemos figurar um dos maiores vultos, de lavradores, para o seu tempo, o Barão do Pirahy, José Gonçalves de Moraes representando por si e seus cunhados, e genros, os dois Souza Breves, e numerosos parentes, verdadeiro clan de grandes e pequenos plantadores.

Tal vulto tomou o numero dos cafesistas que entre fazendeiros, banqueiros, commissarios, etc., chegaria a dar quasi um terço do total dos titulos concedidos pelos dois imperadores.

Já na primeira decada de Dom Pedro II surgem muitos destes lavradores afidalgados pela riqueza da rubiacea. Parallelamente a este pendor pelo ennobrecimento, por parte dos cafesistas, occorreria identico surto entre os senhores de engenho do norte do paiz como entre os da baixada campista e fluminense, em geral.

Estavam a acabar os ultimos marquezes de D. Pedro I: Paranaguá, Lages, Maricá. Teria nesta decada desaparecido do Brasil o titulo não fôra a elevação dos Condes de Valença e de Lages a tal dignidade, pois o marquez de Rezende, residia em Portugal.

Parecia querer o jovem monarcha reduzir a sua nobiliarchia a méros baronatos.

Já nesta decada avultam os titulos alcançados pela proeminencia da situação social de fazendeiros, feita no café, por seus portadores, quer como lavradores quer como capitalistas e negociantes.

Assim em 1841 a 18 de julho apparecem agraciados os barões do Pirahy e de Itapemirim, em 1846 os de Capivary (o 1.º) Guapymirim, Itambé, Pindamonhangaba, em 1848 os de Parahyba, Tinguá, Pitanguy, em 1849 os de Jacarehy, Palmeiras, Rio Claro.

Os homens do assucar fluminense arrolam-se quasi tão numerosos quanto os do café com os titulos de Muriahé, Santa Rita, Ururahy, Abbadia, S. João da Barra, Itapacorá, etc.

Na decada seguinte a derrama de titulos se avantajou notavelmente, Como que se reatara a tradição do primeiro imperio bruscamente, interrompida pelos nove annos reaccionarios regenciasaes.

Verdade é que para tal avolumamento contribuíram notavelmente os factos de nossa politica exterior de que decorrera a intervenção no Prata.

Consultemos um quadro da segunda decada de D. Pedro II, relativo á creação de titulos novos.

<i>Annos</i>	<i>Barões</i>	<i>Viscondes</i>	<i>Condes</i>	<i>Marquezes</i>	<i>Duques</i>	<i>Totaes</i>
1850	2	—	—	—	—	2
1851	4	—	—	—	—	4
1852	5	1	—	—	—	5
1853	7	—	—	—	—	7
1854	30	11	1	—	—	42
1855	9	2	—	—	—	11
1856	3	—	—	—	—	3
1857	—	—	—	—	—	—
1858	9	1	1	—	—	11
1859	6	—	—	—	—	6
Totaes	75	15	2	—	—	92

Houvera promoções, mas não muito numerosas. Como que os marquezes estavam novamente a extinguir-se. Pensamos mesmo que por volta de 1850 apenas existisse um no Brasil, o de Valença, ao lado de quem veio, pouco depois, arrolar-se Caxias (1852).

Foram em 1854 creados mais quatro marquezados, os de Paraná (visconde em 1852), Olinda, Abrantes e Monte Alegre, o segundo e o terceiro viscondes e o ultimo barão em 1841. Em 1860 appareceu mais um, o de Santa Cruz por titulo conferido ao Arcebispo Primaz D. Romualdo Antonio de Seixas.

Mas assim mesmo periclitava o marquezado pois Valença e Paraná desapareceram em 1856, Monte Alegre e Santa Cruz em 1860, a marquezia de Santos em 1867. Cremos que Olinda (fallecido em 1870) e Caxias passaram então a ser os unicos marquezes brasileiros durante alguns annos. A derrama de titulos de 1854, enorme em relação ás dos annos anteriores e posteriores, effectuara-se a dois de dezembro anniversario natalicio do monarcha, então no viço dos vinte e nove annos. Dever-se-ia talvez e muito á suggestão de Paraná.

Abrangeu muitos homens de estado sobretudo senadores como Abaeté, Uruguay, Caravellas, Itaborahy, Jequetinhonha, Maranguape, Sapucahy, Uberaba, Albuquerque, militares como Magé, Suruhy, Jerumirim, grandes capitalistas como Itamaraty e Nova Friburgo, grande lavrador tambem. Mas o grosso dos agraciamentos foi fornecido pelos homens do café barões de Bella Vista, Campo Bello, Guaratinguetá, Mambucaba, Piabanha, Piracicaba, Rio Bonito, Rio Preto, Santa Branca, São João do Principe, Tietê, etc. Tambem nella surgiram titulos assucareiros como os do Barão de Itabapoana. Recebeu Mauá o baronato pela sua gloriosa benemerencia ferroviaria assim como á filha de José Clemente Pereira, aliás fazendeira consideravel de café para os lados de Aldeia da Pedra (Itaocara) se conferiu o bello titulo de Condessa da Piedade.

Nesta decada e em diversos annos foram assaz numerosos os grandes cafesistas aquinhoados com baronatos como Parahybuna (1850), Pilar (1851), Entre Rios (1852), Paty do Alferes Amparo (53), Ayuruoca (55), Guandú e Rio Novo (56), e S. João do Rio Claro (58).

De 1860 a 1869 vieram as guerras do Prata e do Paraguay fazer com que o nobiliario brasileiro crescesse notavelmente. Nada mais justo como consequencia dos serviços militares e de soccorros ao Estado naquelles momentos de grande apertura.

Vejamos porém o quadro relativo a distribuição de graças pela creação de titulos novos durante este decennio.

<i>Annos</i>	<i>Barões</i>	<i>Viscondes</i>	<i>Condes</i>	<i>Marquezes</i>	<i>Duques</i>	<i>Totaes</i>
1860	29	—	—	—	—	29
1861	11	—	—	—	—	11
1862	3	—	—	—	—	3
1863	2	—	—	—	—	2
1864	3	—	1	—	—	4
1865	3	—	—	—	—	3
1866	18	1	—	—	—	19
1867	52	1	—	—	—	53
1868	5	1	2	—	—	8
1869	1	—	—	—	—	1
Totaes	127	3	3	—	—	133

Não nos referimos a promoções de títulos que estas foram numerosas. O Imperador continuava muito parcimonioso dos altos graus de sua nobiliarchia. Basta lembrar que só em 1860 foi Tamandaré creado barão e em 1865 elevado a visconde, depois de Paysandú, Osorio, visconde em 1865 e marquez em 1869. Também se não o fóra! Porto Alegre, barão de 1852, depois de Monte Caseros, Conde em 1868 Argollo visconde em 1868, Inhaúma, barão em 67 e visconde em 68, Triumpho, barão em 67, Barroso, Leverger, Menna Barreto, simples barões em 1865! Pedro I provavelmente os crearia marquezes, de chofre.

De 1866 a 1869 recompensou o Imperador a muitos grandes lavradores de posses entre elles numerosos cafestistas, pe- los grandes donativos ao Estado, como os barões do Amparo,

Apparecida, Araraquara, Ariró, Barra Mansa, creado visconde no anno seguinte, Bemposta, Cascalho, Cananéa, Duas Barras, Ipiabas, Limeira, Massambará, Palmeiras, Pindamonhangaba, Porto Feliz, Ribeirão, Rio das Flores, Rio Negro, S. Fidelis, Saquarema, Tremembé, Santa Justa, Bananal, Vargem Alegre.

Houve neste periodo diversas promoções a visconde e muitas concessões da grandeza do Imperio.

Os dez annos de 1870 a 1879 apresentam-se muito mais ricos em sua resenha de titulares do que as duas decadas anteriores. As creações de novos titulos foram 204 contra as 132, 92 e 70 dos periodos immediatos, em ordem de recuo do passado.

Assignalara-se o anno de 1869 por uma circumstancia extraordinaria: a instituição de um titulo ducal, concedido, por uma instigação de justiça absolutamente intangivel ao grande soldado que foi o Unificador.

CAPITULO V

Conceitos refutaveis de Eloy de Andrade — Dom Pedro II e os agradcimentos — Avolumamento cada vez maior dos titulos cafesistas — Ensaio de resenha dos barões do café — Grandes familias de fazendeiros fluminenses e seu pendor pelos titulos

Falando do ennobrecimento de fazendeiros de café sob o segundo Imperio e esquecido do que succedera sob Dom Pedro I escreve Eloy de Andrade os conceitos seguintes:

“O throno que não pôde viver sem nobreza começou a fundal-a.

Serviram de pretexto, ao mesmo tempo que lucrou o Thesouro publico, a guerra do Paraguay e a Estrada de D. Pedro II”.

“Barões foram então creados mediante dez e vinte contos! O condado ficou inaccessivel por ser quem dava a grandeza!”

Estes conceitos representam verdadeiro lapso de memoria do distincto autor fluminense, tão sabedor das coisas e das tradições de sua Provincia.

Como que mostrava ignorar que nem todos os baronatos e viscondados conferiam a grandeza, tambem havendo, uns e outros, attribuidores de tal privilegio. Portanto não era necessario ser alguem conde para desfructar as prerogativas dos grandes do Imperio do Brasil a que aliás todos os condes, marquezes, duques, bispos e senadores do Imperio tinham direito.

Em segundo lugar: a derrama dos titulos nobiliarchicos, por entre os fazendeiros de café principiou muito antes da construcção da Dom Pedro Segundo e da Guerra do Paraguay. Recordemos exemplos mencionando titulares cafesistas, exclusivamente.

Foram, em 1841, agraciados os barões do Pirahy, Itapemirim e Rio Bonito; em 1846 os barões de Capivary, Itambé, Pindamonhangaba; em 1848 da Parahyba, Tinguá, Mogy Mi-

rim, Pitanguy, Pouso Alto, Itú; em 1849 Jacarehy, Palmeiras, Rio Claro; em 1850 Parahybuna; em 1851 Pilar; em 1852 Entre Rios; em 1853, Amparo; em 1854, Campo Bello, Bella Vista, Guaratinguetá, Mambucaba, Paty do Alferes, Piabana, Piracicaba, Rio Preto, Santa Branca, São João do Príncipe, Tietê, Nova Friburgo; em 1855 Ayuruoca; em 1856 Rio Novo, etc.

Assim mais de tres dezenas de barões do café isto sem contar outros titulares de alto relevo, na côrte dos dois Imperadores que além de grandes cafesistas haviam sido agraciados em virtude de sua posição no scenario da politica imperial como os Marquezes de Baependy, Valença, Lages, Paraná, o duque de Caxias, os condes de Baependy, São Simão.

Nem se diga que houvera derrama de titulos por causa da Dom Pedro II. Basta lembrar que nem sequer se agraciara com um baronato qualquer dos representantes da familia Teixeira Leite que tão notavel, patriotico e desprendido esforço fizera em favor da construcção da Estrada. Só em 1871 é que o Imperador reconhecia a benemerencia desta actuação attribuindo ao Commendador Francisco José Teixeira Leite o titulo de barão de Vassouras, assim mesmo sem grandeza, que esta só lhe seria conferida tres annos mais tarde.

E já em 1858 se inaugurara o trafego da Pedro II.

Entre 1856 e 1865 diversos cafesistas de vulto foram agraciados como, em 1858, os barões de São João do Rio Claro, 1859 o de Serra Negra (segundo Vasconcellos) em 1860 os de Cajurú, Guaribú, Mangaratiba, S. Luiz, Turvo, em 1861 os de Bertioga, Guapy, Monte Verde, Pitanguy, em 1862 o de Atibaia em 1863 o de S. Clemente. A campanha do Paraguay esta sim provocou o augmento do numero dos titulares cafesistas, ma sisto não se deu em 1865 nem em 1868 e 1869.

Em 1866 houve apenas dois barões do café, em 1867 vinte, em 1868 um, em 1869 outro, em 1870 dois.

Assim não se mostrou a Corôa assim tão prodiga em titulos em relação aos fazendeiros como Eloy de Andrade deixa entrever.

Mantinha-se D. Pedro II fiel á sua parcimonia relativa aos marquezados e condados. Continuavam os primeiros a ser verdadeiras aves raras senão rarissimas. Com a promoção de Herval eram em fins de 1869 dois os marquezes do Brasil, elle e Olinda, pois Abrantes morrera em 1865. Fallecendo Olinda em 1870 pensamos que ficou Osorio a ser o unico marquez do Brasil até que em 1872 foram elevados a tal dignidade o

illustre Pimenta Bueno, já visconde de S. Vicente, e o Conde de Bomfim.

Continuaram os condes a ser também pouco numerosos. E' esta synopse de dez annos de 1870 a 1879 sempre em relação aos titulos novos.

<i>Annos</i>	<i>Barões</i>	<i>Viscondes</i>	<i>Condes</i>	<i>Marquizes</i>	<i>Duques</i>	<i>Totaes</i>
1870	18	3	—	—	—	21
1871	24	—	—	—	—	24
1872	38	6	—	—	—	44
1873	20	—	—	—	—	20
1874	20	—	—	—	—	20
1875	11	—	—	—	—	11
1876	17	—	—	—	—	17
1877	16	—	—	—	—	16
1878	2	—	—	—	—	2
1879	26	2	—	—	—	28
Totaes	192	11	—	—	—	203

Os novos viscondados foram também escassos como vemos. Galardoaram em geral grandes servidores como, em 1870, os generaes Camara e Polydoro e o glorioso Paranhos, em 1872 homens publicos de alto valor ou de relevo como Salles Torres Homem (Inhomerim) Souza Franco, Sayão Lobato (Nitheroy), Carneiro de Campos (Caravellas), Leite Ribeiro (Araxá), antigos militares como Lima e Silva (Tocantins), etc.

No numero elevado dos baronatos do decennio apparecem os nomes de muitos dos maiores cafesistas do Brasil como os dos portadores dos titulos de Campinas, Jundiáhy, Santa Maria, São Braz, São Roque, Serra Negra, Vassouras, Villa Flôr, Itamby, Monte Alegre, Monte Verde, Nogueira da Gama, Parahytinga, Santa Clara, São Matheus, Tres Rios, Nova Friburgo, Rio Bonito, Juparanan, Monte Mór, Rio Preto, Santa Anna, Souza Queiroz, Tres Ilhas, Guanabara, Paquequer, Santa Fé, Carmo, Cataguazes, Indaiatuba, Santa Helena, Santa Justa, Santa Mafalda, Sapucaia, S. José, Entre Rios, Joatinga, Mossoró, São Carlos, Romeiro, Taubaté, Arantes, Caldas, Itapeva, Itatiaya, Leopoldina, Pinhal, Tatuhy, etc. Os barões da canna tambem foram assaz numerosos, sobretudo os da Bahia e Pernambuco e os fluminenses de Campos.

Falleceram os marqueses de Bomfim em 1873, de São Vicente em 1878, do Herval em 1879, desapareceu Caxias em 1880. Ficou o nobiliario brasileiro sem representante algum masculino nas suas duas mais altas dignidades. A duqueza de Caxias desaparecera antes do marido, Marquezas viúvas viviam algumas, mas não titulares, pessoalmente, que nestas condições até então só houvera uma no Brasil, a de Santos. A condessa de Itamaraty só em 1887, já viúva, seria marqueza.

Os marquezados reapareceram nos ultimos annos imperiaes com a elevação a este titulo de diversos agraciados como em 1887 os condes de Itú, Tres Rios, milionarios paulistas, grandes cafesistas e generosos protectores de instituições pias; em 1888, os da Gavea, Muritiba, Paranaguá, Tamandaré, Monte Paschoal. Estes cinco marquezados ultimos foram concedidos pela Princeza Imperial Regente como que para commemorar a promulgação da lei de 13 de maio. Os do anno anterior ainda decorreram da Regente pois estava D. Pedro II gravemente enfermo, havendo se ausentado do paiz de junho de 1887 a 22 de agosto do anno immediato.

Na decada de 1880-1889 houve enorme augmento do numero de concessões nobiliarchicas que passaram das 203 do decennio anterior a quasi o dobro desta cifra, a 378. Foram porém os tres ultimos annos do periodo monarchico os que viram tão consideravel avantajamento. Tomou elle singulares proporções sobretudo depois da queda da situação conservadora, a 7 de junho de 1889.

O quadro synoptico esclarece o caso. Como os precedentes só se refere aos titulos novos e não ás elevações.

<i>Annos</i>	<i>Barões</i>	<i>Viscondes</i>	<i>Condes</i>	<i>Marquezes</i>	<i>Duques</i>	<i>Totaes</i>
1880	13	2	—	—	—	15
1881	31	—	—	—	—	31
1882	33	1	—	—	—	34
1883	29	—	—	—	—	29
1884	16	—	—	—	—	16
1885	13	—	—	—	—	13
1886	17	1	—	—	—	18
1887	34	2	—	—	—	36
1888	69	12	2	1	—	84
1889	92	4	—	—	—	92
Totaes	347	22	2	1	—	372

Como vemos os gabinetes liberaes de 1880 a 1885 haviam mais ou menos mantido o rythmo dos annos anteriores em relação ao numero de agraciamentos. O governo conservador do Barão de Cotegipe elevou esta quota. Mas o seu successor, o conselheiro João Alfredo, de março de 1888 a maio de 1889 procedeu a notavel inflação no que foi imitado pelo seu successor, o ultimo presidente do Conselho do Imperio, o Visconde de Ouro Preto.

Era aliás natural que assim fosse; sentia o illustre Afonso Celso o throno vacillante. E procurava galardoar os que mostravam algum apego ás instituições ameaçadas, e robustecer a affeição dos que se mostravam desgostosos ou desconfiados com o regimen.

Eis porque quasi tres quartas partes dos titulos novos, concedidos em 1889, procedem do periodo que vae de 7 de junho a 15 de novembro. Isto sem contar as numerosas elevações de outros anteriormente expedidos.

E tanto João Alfredo como Ouro Preto como que procuravam minorar as maguas dos grandes fazendeiros sobretudo fluminenses e mineiros, desesperados com o aniquilamento dos vultosos capitães representados por suas escravaturas libertas sem indemnisação alguma, por parte do Estado. O que teria sido justo e da melhor politica monarchica, como tanto previra a aquilina intelligencia de Cotegipe...

Era uma pequena ficha de consolação offerecida a tantos fazendeiros empobrecidos, muitos delles em vespersas de ruina completa até.

Nesta ultima decada imperial são muito numerosos os *barões do café*. Assim entre elles citemos os barões, viscondes, condes e marquezes de Itú, Piracicaba, Vergueiro, Aquino, Avellar e Almeida, Azevedo Coutinho, Camandocaia, Carmo, Castello, Guararema, Itamarandiba, Juz de Fôra, Louriçal, Guarabú, Rio do Ouro, São Geraldo, Vista Alegre, Alliança, Almeida Ramos, Araujo Ferraz, Avellar Rezende, Imbê, Itatiba, Oliveira Roxo, Palmeiras, Potengy, Ribeiro de Sá, Santa Clara, Santa Monica, Santo Antonio, São José do Rio Preto, Taquara, Valença, Vargem Alegre, Werneck, Cantagallo, Dourados, Itapura, Monteiro de Barros, Porto Novo, Ribeiro Barbosa, Salto, Santa Maria Magdalena, Simão Dias, Aguiar Vallim, Araujo Maia, São Luiz, Almeida Lima, Araquara, Itahim, Mello Oliveira, Monte Santo, S. José d'El Rey, Capivary, Monte Mario, Rimes, Rio das Flores, Santa Alda, Santa Justa, Araras, Arary, Casa Branca, Cintra, Cruz Alta, Itaquary, Descalvado, Guaraciaba, Ibitinga, Japy, Jundiáhy, Lessa, Menezes, Motta Paes, Parahybuna, Paranapanema, Pirapitinguy, Retiro, Rezende, Ribeiro de Almeida, Rio Pardo, Santa Branca, Santa Margarida, Ubá.

Nos dois ultimos annos houve grande recrudescencia de agradcimentos entre os cafesistas fluminenses, mineiros e paulistas sobretudo, donde os titulos de barões de Avanhandava, Aymoré, Cajurú, Guaxupé, Dourado, Duas Barras, Geraldo de Rezende, Guandú, Itapemirim, Jacarehy, Jambeiro, Maciel, Mattos Vieira, Monte Alto, Novaes, Pedra Negra, Piracicamirim, Pouso Frio, Rio Novo, Rio Pomba, Santa Barbara, São Clemente, etc. etc.

Entre os cafesistas dos dois imperios arrolam-se já o dissemos varios portadores de mais altisonantes nomes de

nossa nobiliarchia: a começar pelo maior de todos o inclyto soldado Luiz Alves de Lima e Silva, o unificador.

Entre outros grandes agraciados do Imperio foram fazendeiros de café os Marquezes de Baependy, Valença, Lages, Quixeramobim, São João Marcos, Paraná, Itú, Tres Rios, as Condessas da Piedade e Rio Novo, os Condes de Prados, Lages, Baependy, Parnahyba, Pinhal, S. Clément, Nova Friburgo, Mesquita, as Viscondessas de Campinas, Castro Lima, Monte Verde, Parahybuna, Santa Justa, os Viscondes de Alcantara, Jaguary, Cachoeira, Mauá, São Salvador de Campos, Itaborahy, Cavalcanti, Rio Bonito, Rio Claro, Ariró, Aguiar Toledo, Barra Mansa, Benevente, Caldas, Rio Novo, Cananéa, Cunha Bueno, Entre Rios, Monte Mario, Arantes, Guatinguetá, Imbê, Ibituruna, Indaiatuba, Ipiabas, Itatiaya, Mossoró, Palmeiras, Parahyba, Pirassununga, Pindamonhangaba, Pinheiro, Rio Preto, Rio Novo, Tremembé, Ubá, Vargem Alegre, Vergueiro, Villa Real da Praia Grande, Nogueira da Gama.

Os barões, como de esperar, entrariam com o grosso do contingente. Foram, queremos crer, mais de duzentos. Entre elles citemos em resenha elementar, muito lacunosa, ainda, as Baronezas de São Matheus, Jundiahy, Sant'Anna, São José do Rio Preto e os Barões de Aguas Claras, Aguiar Vallim, Alliança, Almeida Ramos, Almeida Vallim, Almeida Lima, Alto Muriahé, Amparo, (primeiro e segundo) Anhumas, Aparecida, Aquino, Araraquara, Araras, Arary, Araujo Ferraz, Araujo Maia, Ataliba Nogueira, Atibaia, Avandhandava, Avelar e Almeida, Avellar Rezende, Aymorés, Ayuruoca, Azevedo Coutinho, Bananal, Bemposta, Bertioga, Bomfim, Cabo Verde, Cajurú (1.º e 2.º) Camandocaia, Campinas (1.º e 2.º) Campo Bello, Cantagallo, Capivary, Casa Branca, Cascalho, Castello, Castro Lima, Cintra, Cruz Alta, Descalvado, Dourado, Duas Barras (1.º e 2.º) Engenho Novo, Entre Rios, Fonseca, Guaxupê, Geraldo de Rezende, Guanabara, Guapy, Guandú (1.º e 2.º) Guaraciaba, Guararema, Guandú, Ibitinga, Ipiabas, Itahim, Itamarandiba, Itambé, Itamby, Itapacorá, Itapeva, Itapema, Itapemerim (1.º e 3.º) Itapura, Itatiba, Ivahy, Itú, Jacarehy (1.º e 2.º) Jambéiro, Japy, Juquery, Joatinga, Juiz de Fóra, Jundiahy, Juparaná, Lagoa Dourada, Leopoldina, (1.º e 2.º) Lessa, Limeira, Lourical, Maciel, Mambucaba, Mangaratiba, Massambará, Mattos Vieira, Mesquita, Menezes, Mello Oliveira, Mogy Guassú, Mogy Mirim, Monte Alegre, Monte Alto, Monte Bello, Monteiro de Barros, Monte Mór, Monte Santo, Monte Verde, Motta Paes, Novaes, Nova

Friburgo, Oliveira Roxo, Palmeira, (1.º e 2.º) Parahybuna, Parahytinga, Paraná, Paranapanema, Paty do Alferes, Pedra Negra, Pereira de Barros, Piabanha, Pilar, Pindamonhangaba, Piracicaba, (1.º e 2.º) Piracicamirim, Pirahy, Pirapetinguy, Piraquara, Pitanguy, Porto Feliz, Porto Novo, Potengy, Pouso Alto, Pouso Frio, Retiro, Rezende, Ribeirão, Ribeiro Barbosa, Ribeiro de Sá, Ribeiro de Almeida, Rimes, Rio Bonito (1.º e 2.º) Rio Claro, Rio Negro, Rio Novo (2.º) Rio Preto, Rio das Flores (1.º e 2.º) Rio do Ouro, Rio Novo, Rio Pardo, Romeiro, Sahy, Santa Barbara, Santa Branca (1.º, 2.º e 3.º) Santa Alda, Santa Clara (1.º e 2.º) Santa Eulalia, Santa Fé, Santa Helena, Santa Izabel, Santa Justa (1.º, 2.º e 3.º) Santa Mafalda, Santa Maria, Santa Maria Magdalena, Santa Monica, Santo Antonio, São Carlos, São Clemente, São Gonçalo, São Geraldo, São João Nepomuceno, São João do Principe, São João do Rio Claro, São José, São José del Rey, São Luiz, São Roque, Sapucaia, Saquarema, Serra Negra, Silveiras, Socorro, Taquara, Tatuhy, Taubaté, Tietê, Tinguá (1.º e 2.º) Tres Ilhas, Turvo, Ubá, Val Formoso, Valença, Vargem Alegre, Varginha, Vassouras, Villa Flor, Vista Alegre, Werneck, etc.

E' mais que provavel seja a nossa lista bem deficiente e nella occurram varios enganos de informação tambem. Suppomos, aliás, que o numero de titulares do Imperio que tiveram a sua vida economica ligada directamente ao café haja sido de mais de trezentos ou uns trinta por cento do total do nobiliario imperial. Na nossa resenha incluimos não só os que foram lavradores, passageira ou temporariamente, como os que exerceram as funcções de commissarios, banqueiros de fazendeiros, etc.

Varias familias de cafesistas do Imperio destacaram-se por contar entre seus membros numerosos titulares.

Uma das que maior quantidade de agraciados apresenta é a do Barão do Pirahy, Gonçalves de Moraes, sobremodo entrelaçadas aos Souza Breves, Oliveira Roxo e Monteiro de Barros.

Assim José Gonçalves de Moraes, Barão do Pirahy foi sogro do Conde de Tocantins (Joaquim José de Lima e Silva) de Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo, Barão de Vargem Alegre, avô de Luiz Octavio de Oliveira Roxo (Visconde da Vargem Alegre) Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo (Barão de Oliveira Roxo) e de José Gonçalves de Oliveira Roxo (Barão de Guanabara) das Baronezas de Santa Maria (Rita Roxo Carneiro Leão) e de Guanabara (Emiliana Gonçalves

de Moraes Roxo) da Baroneza de Oliveira Roxo (Joaquina Clara Carneiro Leão); do Visconde de Benevente (Dr. José Feliciano de Moraes Costa). Além destes titulares diversos outros se contam; da nobreza franceza e italiana, papalina, entre os descendentes do Barão do Pirahy.

Entre os Souza Breves titulados, descendentes do Capitão mór José de Souza Breves, citam-se Luiz José de Souza Breves, Barão de Guararema, e Francisco de Assis Monteiro Breves, Barão do Lourical.

Entre os Monteiro de Barros foram titulares, em seus ramos mineiro e fluminense o Visconde de Congonhas do Campo (Lucas Antonio) senador do Imperio, primeiro presidente da Provincia de S. Paulo, seu irmão Romualdo José Monteiro de Barros, Barão de Paraopeba, os dois sobrinhos de ambos. Barão de Leopoldina (Manuel José Monteiro de Castro), e Barão de Congonhas do Campo (Lucas Manuel Monteiro de Castro), o Barão de Santa Alda (Lucas de Souza Monteiro de Barros) o Senador do Imperio Barão de Santa Helena (José Joaquim Monteiro da Silva) e a cunhada deste Baroneza de S. José do Rio Preto (D. Ignêz de Castro Monteiro da Silva) ,o segundo Barão de Leopoldina, Senador do Imperio (José de Rezende Monteiro) os Barões irmãos de São José del Rey (Gabriel Antonio Monteiro de Barros) e de Tres Ilhas (José Bernardino Monteiro de Barros).

Outra familia de grandes cafesistas que teve numerosos titulares foram os Avellar muito entrelaçada aos Werneck. Dos Avellares ha dois ramos o de Vassouras (Avellar e Almeida) e os do Paty (Ribeiro de Avellar). Os primeiros contavam o Barão do Ribeirão (José de Avellar e Almeida) e seus filhos Barão de Massambará (Marcellino de Avellar e Almeida), Visconde de Cananéa (Bernardino Rodrigues de Avellar) e Barão de Avellar e Almeida (Laurindo de Avellar e Almeida) todos fazendeiros importantes do municipio de Vassouras; os Avellar do Paty eram muito entrelaçados ao Werneck. Entre elles se destacavam o Barão de Capivary (Joaquim Ribeiro de Avellar e seu filho, e homonymo, Visconde de Ubá, senhores da grande e tradicional fazenda do Pau Grande, e os tres irmãos, fazendeiros muito importantes do municipio da Parahyba do Sul; Visconde da Parahyba (João Gomes Ribeiro de Avellar) Barão de Guaribú (Claudio Gomes Ribeiro de Avellar) e o Barão de S. Luiz (Paulo Gomes Ribeiro de Avellar).

Dos Werneck o mais antigo titulado (em 1854) e segundo Barão do Paty do Alferes (Francisco Peixoto de La-

cerda Werneck) foi dos maiores lavradores do seu tempo. Citam-se ainda o Barão de Bemposta (Ignacio Barbosa dos Santos Werneck) irmão dos Barões de Palmeiras e de Werneck (João e José Quirino da Rocha Werneck). Eram seus aliados e parentes numerosos outros titulares como o Visconde de Ipiabas (Peregrino José de America Pinheiro) seu filho, o Barão do mesmo titulo (Francisco Pinheiro de Souza Werneck) o Barão de Almeida Ramos (Dr. Joaquim de Almeida Ramos); o Barão de Santa Barbara (João Evangelista de Almeida Ramos) o Barão de Potengy (Ignacio de America Pinheiro). Outros membros desta familia, cafesista de Vassouras, embora não titulares requereram cartas de ennobrecimento como o Dr. Luiz Peixoto de Lacerda Werneck (filho do Barão de Paty do Alferes) e Luiz Quirino da Rocha Werneck, neto do Barão de Palmeiras.

Dos Barroso Pereira, citam-se o primeiro barão de Entre Rios, Antonio Barroso Pereira, seu filho e homonymo. segundo barão e visconde de Entre Rios, seu genro e parente José Antonio Barroso de Carvalho barão e visconde do Rio Novo, cuja viuva D. Claudina Barroso Pereira de Carvalho, senhora dos mais elevados sentimentos philantropicos foi elevada a dignidade condal em 1880.

Dos Souza Brandão arrolam-se os barões da Aparecida, Cantagallo e Porto Novo (José Augusto e Luiz de Souza Brandão).

Dos Leite Ribeiro cafesistas, seus aliados Teixeira Leite e seus diversos ramos numerosos foram tambem agraciados. Entre elles os dois mais antigos o Barão de Itambé (Francisco José Teixeira) o seu cunhado Barão de Ayuruoca (Custodio Ferreira Leite) e os sobrinhos deste ultimo: Barões de Vassouras (Francisco José Teixeira Leite) de Itamarandiba (Joaquim Vidal Leite Ribeiro), de Amparo (o 2.º) Joaquim Gomes Leite de Carvalho) Rio Negro (Manuel Gomes de Carvalho) de Guaxupé (Manuel Joaquim Ribeiro do Valle) de Ribeiro de Almeida (Joaquim Leite Ribeiro de Almeida) de Santa Margarida (Fernando Vidal Leite Ribeiro) de Vidal (Luiz Vidal Leite Ribeiro) Baroneza de S. Geraldo (D. Umbelina Teixeira Leite dos Santos Silva) os Viscondes de Araxá (Domiciano Leite Ribeiro) e da Barra Mansa (João Gomes Leite de Carvalho). Os dois barões irmãos de Tres Ilhas e de S. José d'El Rey eram, pelo lado materno ligados, aos Leite Ribeiro. Destes eram aliados o primeiro Barão do Amparo (Manuel Gomes de Carvalho) e o Barão de São Ge-

raldo (Dr. Joaquim José Alvares dos Santos Silva) ambos fazendeiros importantes.

Os Correa e Castro de Vassouras e Parahyba do Sul contaram dois titulares os Barões irmãos de Tinguá e de Campo Bello (Pedro e Lauriano Correia e Castro). Delles era parente o Barão de Piabanha (Hilario Joaquim de Andrade) grande fazendeiro de notavel intelligencia e relevo social.

Os Alves Barbosa de S. Thereza de Valença e Parahyba do Sul contavam os tres Barões de Santa Justa, pae e dois filhos (Jacintho e Francisco Alves Barbosa e José Alves da Silveira Barbosa) e o Barão de Santa Fé (José Rodrigues Alves Barbosa) e a Viscondessa de Santa Justa (D. Francisca Bernardina Alves Barbosa) e seu alliado o Barão de Menezes (Dr. Balduino Joaquim de Menezes).

Os Carneiro Leão apresentam o Marquez do Paraná (Honorio Hermeto Carneiro Leão) e seu irmão o Barão de Santa Maria (Nicolau Netto Carneiro Leão) um filho do Marquez, Dr. Henrique Hermeto Carneiro Leão (Barão do Paraná) e os dois genros o Visconde de Cruzeiro, Senador do Imperio e o Barão de S. João de Icarahy (Constantino Pereira de Barros).

Os Clemente Pinto o Barão de Nova Friburgo (Antonio Clemente Pinto, seus filhos os Condes de Nova Friburgo (Bernardo Clemente Pinto) e de São Clemente (Antonio Clemente Pinto) e o filho deste ultimo o Barão de S. Clemente (Antonio Clemente Pinto Filho).

Os Nogueira da Gama, e seus alliados, contavam em sua familia grandes e numerosos titulares como o Marquez de Baependy (Manuel Jacintho Nogueira da Gama) e seus filhos o Conde de Baependy (Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama) e os Barões de Juparanan (Manuel Jacintho Carneiro Nogueira da Gama) e de Santa Monica (Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama) a Baroneza de São Matheus (D. Francisca Maria do Valle Nogueira da Gama, e o Visconde de Nogueira da Gama (Nicolau Antonio Nogueira do Valle da Gama).

Os Paes Leme contam os dois marquezes, primos e homonymos, de S. João Marcos e de Quixeramobim, ambos Pedro Dias Paes Leme.

Os Moraes, do oeste fluminense, tambem tiveram grandes fazendeiros titulados como o Visconde de Imbê (José Antonio de Moraes) e os dois barões de Duas Barras (João Antonio e Elias Antonio de Moraes).

Entre os Vieira Machado da Cunha os dois Barões do

Rio das Flores (José Misael Vieira Machado da Cunha) o Barão de Alliança, fallecido não ha muito (Manuel Vieira Machado da Cunhae; dos Souza Fortes tambem do valle do Rio Preto, a Viscondessa de Monte Verde (D. Maria The-reza de Souza Fortes) seu irmão o Barão de Santa Clara (Carlos Theodoro de Souza Fortes) e o Barão do Ribeirão Fundo (Francisco Libanio de Sá Fortes).

Os Pereira de Faro tiveram o primeiro Barão do Rio Bonito seu filho, o segundo Barão, mais tarde Visconde com grandeza do mesmo nome e o terceiro Barão do Rio Bonito, neto do primeiro titular destes appellidos.

Os Guimarães do valle do Rio Preto: o Visconde de Pi-rassununga.

Esta lista de titulares grandes cafesistas ou, pelo menos de lavradores de café de grande ou de certo vulto, pois que quasi todos os fazendeiros agraciados eram em geral senhores de propriedades importantes, esta lista diziamos não corres-ponde senão a uma resenha approximada onde existem nume-rosas e serias lacunas.

CAPITULO VI

Famílias de titulares grandes cafésistas de São Paulo, Minas Geraes e Espirito Santo — Localização destes titulares pelas diversas zona caféiras — Titulares estrangeiros lavradores de café no Brasil

Em S. Paulo entre os grandes cafésistas antigos houve maior numero de titulares entre os Souza Queiroz, Paes de Barros, Ribeiro de Rezende, Vergueiro, famílias sobremodo entrelaçadas, sobretudo as tres primeiras, sendo que a quarta era intimamente aparentada á primeira.

Assim entre estes agraciados estavam o Senador Barão de Souza Queiroz (Francisco Antonio de Souza Queiroz) seu irmão o Barão de Limeira (Vicente de Souza Queiroz) e cunhado Marquez de Valença (Estevam Ribeiro de Rezende) os irmãos Barão de Itú (Bento Paes de Barros) e Barão de Piracicaba (Antonio Paes de Barros), tios maternos dos Souza Queiroz, e seus filhos o Marquez de Itú (Antonio de Aguiar Barros) e o segundo Barão de Piracicaba (Antonio Paes de Barros); o Barão de Tatuhy (Francisco Xavier Paes de Barros) e a Marquiza de Monte Alegre (D. Maria Isabel de Souza Queiroz Alvim). Do Marquez de Valença eram filhos os Barões de Lorena (Estevam Ribeiro de Rezende) de Rezende (Estevam Ribeiro de Souza Rezende) de Valença (Pedro Ribeiro de Souza Rezende) o Barão Geraldo de Rezende (Geraldo Ribeiro de Souza Rezende). Entre os Vergueiros cita-se o Visconde de Vergueiro (Nicolau Pereira de Campos Vergueiro) que em tempos foi um dos maiores commissarios de café do Brasil, cunhado do Barão de Souza Queiroz, e do primeiro Barão do Rio Bonito, e tio do segundo Barão deste titulo.

Outra grande familia de cafésistas de S. Paulo que figura no nobiliario imperial vantajadamente vem a ser a dos Souza Aranha, de Campinas, cujo tronco foi o disseminador da

cultura da rubiacea na sua zona Francisco Egydio de Souza Aranha.

Della foram agraciados a Viscondessa de Campinas (D. Maria Luiza de Souza Aranha) seus filhos o Marquez de Tres Rios (Joaquim Egydio de Souza Aranha) e a Baroneza de Itapura (D. Libania de Souza Aranha), seus sobrinhos os Barões de Itapura (Joaquim Polycarpo de Souza Aranha) e de Anhumas (Manuel Carlos de Souza Aranha) e parente o Barão de Atibaia (Joaquim Antonio Aranha Arruda).

Em outra familia, a dos Queiroz Telles tambem abundam os titulares como sejam Antonio de Queiroz Telles, Barão de Jundiahy, seus filhos D. Anna Joaquina do Prado Fonseca (Baroneza de Jundiahy) Antonio de Queiroz Telles (Conde de Parnahyba) e Joaquim Benedicto de Queiroz Telles (Barão de Japy).

Entre os Amaral, Pompeu de Camargo, Pacheco e Silva e Jordão, familias muito entrelaçadas o Visconde de Indaítuba (Joaquim Bonifacio do Amaral) e Barão de S. João do Rio Claro (Amador Rodrigues de Lacerda Jordão).

Entre os Almeida Prado ha a citar-se Bento Dias de Almeida Prado, Barão de Itahim; entre os Franco de Lacerda os Barões de Araras (Bento de Lacerda Guimarães) e seu irmão o Barão de Arary (João de Lacerda Guimarães) a principio Barão de Japy (2.º), entre os Ferraz de Campos o Barão de Cascelho (João Ferraz de Campos) e seus filhos o Barão de Monte Mór (José Bonifacio de Campos Ferraz) e o Barão de Porto Feliz (Candido José de Campos Ferraz). A citar ainda o Barão de Piracicamirim (Antonio de Barros Ferraz). Entre os Cunha Bueno o Visconde deste titulo Francisco da Cunha Bueno a principio Barão de Itaquary.

Entre os Mello Oliveira e seus alliados enumeram-se o Visconde do Rio Claro, e primeiro Barão de Araraquara (José Estanişlau de Oliveira) e seus filhos Barão de Araraquara (Estanişlau José de Oliveira), de Mello Oliveira (Luiz José de Mello Oliveira) seus genros o Conde do Pinhal (Antonio Carlos de Arruda Botelho) o segundo Barão de Piracicaba (Antonio Paes de Barros) e o Barão de Dourado (José Luiz Borges) todos grandes cafesistas.

Entre os Ferreira de Camargo Andrade, o Barão de Itatiba (Joaquim Ferreira Pentead) e seu filho o Barão de Ibitinga (Joaquim Ferreira de Camargo Andrade).

Entre os Silva Prado, alguns delles, cafesistas dos maiores da provincia de S. Paulo, não tiveram titulos mas seu irmão, avô e primo Barão de Iguape (Antonio da Silva Prado)

grande capitalista esteve muito ligado a abertura de extensas lavouras de seus parentes que foram dos mais consideráveis lavradores do Brasil como por exemplo seu irmão, e genro, Martinho da Silva Prado.

Entre os Almeida Lima e seus aliados o Barão de Almeida Lima (Manuel Bernardino de Almeida Lima) do Descalvado (José Elias de Toledo Lima) e de Pirapitinguy (José Guedes de Souza); entre os Araujo Cintra o segundo dos barões de Campinas (Joaquim Pinto de Araujo Cintra) e de Cintra (José Joaquim da Silveira Cintra). Entre os Sylos Pereira o Barão de Casa Branca (Vicente Ferreira de Sylos Pereira) e sua filha a Baroneza de Mogy Guassú por seu casamento com José Caetano de Lima, Barão deste titulo.

Entre os Conceição José Francisco da Conceição (Barão da Serra Negra), entre os Correia o terceiro Barão do Rio Pardo (Antonio José Correia).

Dos Motta Paes o barão deste titulo (José Ribeiro da Motta Paes) e o Barão de Camanducaia (Joaquim da Motta Paes); dos Oliveira de S. João da Bôa Vista o Visconde de Caldas (Luiz Antonio de Oliveira). Entre os Barros Penteado (de Limeira) o primeiro barão de Campinas (Bento Manuel de Barros); em Cajurú o segundo barão deste nome (Militão Honorio de Carvalho) em Sorocaba o barão de Mogy Mirim (Manuel Claudino de Oliveira) em Bragança o barão do Juquiry (Francisco de Assis Valle) em Campinas o barão de Paranapanema (Joaquim Celestino de Abreu Soares) em Amparo o barão do Socorro (Luiz de Souza Leite) em Mococa o barão de Monte Santo (Gabriel Garcia de Figueiredo) em Franca o barão da Franca (José Garcia Duarte).

No Norte Paulista muito numerosos foram os titulares sobretudo entre familias estreitamente aparentadas por entrelaçamento secular. Pôde-se quasi affirmar que procedem todos directamente, ou por um costado que seja, de um patriarcha de que hoje provem immensa prole Antonio Marcondes do Amaral a quem seus descendentes chamam *Marcondes velho*. Habitavam sobretudo os municipios de Pindamonhangaba, Taubaté, Guaratinguetá, Caçapava.

Entre elles figuram muitos agraciados como o primeiro barão de Pindamonhangaba (Manuel Marcondes de Oliveira e Mello) e seu primo o segundo barão e visconde de Pindamonhangaba (Francisco Marcondes Homem de Mello) e o filho deste Conselheiro Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, barão Homem de Mello, o barão de Romeiro (Manuel Ignacio Marcondes Romeiro) a baroneza de Taubaté

(D. Francisca Marcondes de Oliveira Cabral) esposa do barão (Antonio Vieira de Oliveira) a viscondessa de Parahybuna (D. Benedicta Bicudo de Siqueira e Marcondes), seu filho Barão de Lessa (Eloy Bicudo de Varella Lessa) e a viscondessa de Palmeira (D. Maria Bicudo de Siqueira Marcondes) casada com Antonio Salgado da Silva visconde deste titulo o Barão da Itapeva (Ignacio Bicudo de Siqueira Salgado). Em Guaratinguetá se assignala o grande cafesista Visconde de Guaratinguetá (Francisco de Assis de Oliveira Borges). Ainda em Pindamonhangaba o visconde da Palmeira, Antonio Salgado da Silva alliado aos Marcondes.

De Taubaté e Caçapava dos Monteiros e Mattos, muito entrelaçados, foram titulados os Viscondes de Tremembé e de Mossoró, irmãos (José Felix e José Francisco Monteiro). Em Jacarehy dos Lopes Chaves o Barão de Santa Branca (Francisco Lopes Chaves) e seus filhos os segundos barões de Santa Branca e de Jacarehy (Francisco e Licinio Lopes Chaves).

Em Lorena havia bastante titulares. Mas em geral maiores plantadores de canna do que de café. Entre elles os Lima a que pertenciam a Viscondessa de Castro Lima (D. Carlota Leopoldina de Castro Lima) e seus filhos o Barão de Castro Lima (Antonio Moreira de Castro Lima) o Conde de Moreira Lima (Joaquim José Moreira Lima) ultimo fallecido dos condes do Imperio, e a Baroneza de Santa Eulalia (D. Eulalia Moreira Lima Rodrigues de Azevedo), esposa do Barão deste titulo (Antonio Rodrigues de Azevedo Ferreira). A esta familia se prende o Barão de Bocaina (Francisco de Paula Vicente de Azevedo) neto dos viscondes de Castro Lima e um dos ultimos titulares do Imperio (em 1930).

Em Bananal, municipio de grandes cafesistas houve assaz numerosos titulares. Entre estes citemos os aparentados das familias Vallim, Almeida Nogueira e Ribeiro Barbosa muito ligadas, os dois barões irmãos de Aguiar Vallim e Almeida Vallim (Luciano José de Almeida Vallim e Manuel de Aguiar Vallim) o Barão de Bella Vista, mais tarde Visconde de Aguiar Toledo (José de Aguiar Toledo) o Barão de Ribeiro Barbosa (Candido Ribeiro Barbosa) o Barão de Joatinga (Pedro Ramos Nogueira). Em S. Luiz do Parahytinga o barão de Parahytinga (Manuel Jacinto Domingues de Castro) em Taubaté os barões da Pedra Negra (Manuel Gomes Vieira) e Pouso Frio (Marianno José de Oliveira e Costa).

Entre as familias cafesistas de Minas Geraes, amigas de titulos pensamos que a mais destacada veio a ser além dos Monteiro de Barros e dos Nogueira da Gama a dos Rezende

em seus diversos ramos como acaba de evidenciar o excellent estudo de Arthur Vieira de Rezende e Silva sobre a genealogia dos povoadores de Cataguazes.

Todos estes Rezendes procedem do mesmo tronco que o marquez de Valença que no dizer do provector genealogista auxiliou diversos de seus parentes na abertura de suas lavouaras de café, de modo muito efficiente. Desses diversos Rezende titulados devêmos mencionar o barão de Juiz de Fôra (José Ribeiro de Rezende) e seu filho o barão de Retiro (Geraldo Augusto de Rezende) o barão do Rio Novo (2.º), (João Augusto de Rezende) e barão de Avellar Rezende (Quirino de Avellar Monteiro de Rezende).

Alliados a esta familia eram ainda outros titulares, grandes cafesistas como os dois irmãos Barão da Bertioga (José Antonio da Silva Pinto) e a Condessa de Cardofoita aliás titular portugueza.

E ainda os barões cunhados de Conceição da Barra (José Rezende de Carvalho) e de Ponte Nova (José Joaquim de Andrade Reis). Não sabemos aliás se estes dois ultimos foram fazendeiros de café.

Dos Ferreira Armond tres foram titulares o Barão de Pitanguy, Marcelino José Ferreira Armond, seu filho o Conde de Prados (Dr. Camillo Maria Ferreira Armond) e o segundo Barão de Pitanguy Honorio José Ferreira Armond, fazendeiros no valle do Parahybuna no municipio de Juiz de Fôra.

No Espirito Santo onde aliás a derrama de graças nobiliarchicas foi muito pequena apenas vemos uma familia de cafesistas em que surgem os titulos: os Silva Lima fundada pelo paulista Joaquim Marcelino da Silva Lima, barão de Itapemirim, um dos maiores lavradores de café de seu tempo na provincia e o filho deste Luiz de Siqueira da Silva Lima, tambem barão de Itapemirim, e o genro do primeiro barão Antonio Rodrigues da Cunha, barão de Aymoré.

Entre os grandes lavradores de canna da baixada fluminense de Itaguahy a São João da Barra, contaram-se numerosos titulares, sobretudo como era natural nas ferazes terras niloticas de Campos e Macahé.

Em certas familias houve o mais accentuado pendor pelas distincções e prerogativas do nobiliario, chegou Campos a ser chamada "ninho de barões e viscondes."

Entre esses clans de assucareiros o mais notavel pelos seus titulares vem a ser, cremos o dos Carneiro da Silva e seus alliados Ribeiro de Castro, e outros, gente mais de Ma-

café do que de Campos, aliás, lavradores estabelecidos em torno de Quissaman e ainda ultimamente representado pelos dois octogenários irmãos os tão prestigiosos Viscondes de Quissaman e Ururahy (José Caetano e Manuel Carneiro da Silva) irmãos do Conde de Araruama e do Barão de Monte Cedro (Bento e João José Carneiro da Silva).

Era seu pae o Visconde de Araruama (José Carneiro da Silva) irmão do primeiro Barão de Ururahy (João Carneiro da Silva) e genro do Barão de Santa Rita (Manuel Antonio Ribeiro de Castro) cujo filho José, veio a ser visconde de Santa Rita.

Outra familia de usineiros campistas tambem cheia de titulares foi a dos Pinto Netto dos Reys. Nelle figuram o barão de Muriahé (Manuel Pinto Netto Cruz) a viscondessa deste titulo (D. Rachel Francisca de Castro Netto Cruz) seu filho o primeiro barão de Carapebús (Joaquim Pinto Netto dos Reys) e o filho deste o Conde de Carapebús (Antonio Dias Coelho Netto dos Reys).

Entre outros titulares da terra goytacá lavradores de canna e fabricantes de assucar citam-se os Viscondes de Itabapoana e Pirapetinga, os Barões da Lagôa Dourada (tambem fazendeiro de café em S. Fidelis), Guarulhos, de São João da Barra e seu filho o Visconde do mesmo titulo, a Baroneza de S. Vicente de Paula, e seu parente o barão de Abbadia, os barões de Bôa Viagem, Miranda, Miracema, Itaoca, etc.

Na baixada de Cabo Frio e Nictheroy destacavam-se os barões de Araruama, Saquarema, Pilar, (lavrador de café em Valença) Monte Bello, Itapacorá, S. Gonçalo etc., os viscondes de Itaborahy e de Villa Real da Praia Grande. No antigo Municipio Neutro os barões de Piraquara, Taquara, na baixada de sudoeste o marquez de São João Marcos e Quixeramobim os barões de Ivahy, Sahy etc.

Foi pois consideravel o contingenté dos senhores dos cannaviaes. Mas muito mais numerosos os dos cafesaes havendo aliás diversos agraciados communs a uns e a outros. Mais de duzentos e noventa titulares dentro dos quaes mil que o Imperio creou tem os nomes ligados á historia do café, segundo um arrolamento bastante summario, aliás, que realisámos. Mais de um quarto do total... E não será difficil talvez, com o correr das pesquisas, elevar-se este quantum a trinta por cento.

Entre a aristocracia do assucar no Norte do Brasil, de Pernambuco, Bahia e pequenas provincias limitrophes, nenhuma familia pode ostentar tão grande numero de titulares

quanto os Cavalcanti, Albuquerque e seus aliados Hollandas, Lacerda, etc. de Pernambuco, Parahyba, Alagoas, cheios de grandes políticos, senadores do Imperio, ministros da Suprema Côrte, etc.

Entre elles figuram os Viscondes de Camaragibe, Guarapes, Suassuna, Cavalcanti, e Albuquerque os Barões de Marepy, Suassuna, Albuquerque, Pirapama, Muribeca, Gindahy.

Dos Souza Leão citam-se os Viscondes de Tabatinga, de Campo Alegre, os Barões de Morenos, Caiará, Jabotão, Villa Bella, Souza Leão, Gurjabá, Atalaia, Buique.

Dos Rego Barros, Barros Barreto, e Paes Barreto muito entrelaçados o Marquez de Recife, o Conde da Bôa Vista, o terceiro Barão de Goyana, os Barões de Ipojuca.

Dos Lins, os Viscondes de Utinga e Rio Formoso o quarto Barão de Goyana, os Barões de Escada, de Utinga, do Rio Formoso; dos Carneiro da Cunha os Barões de Abiahy e Vera Cruz.

Dos Oliveira os Barões de Ouricury e de Cruangy; dos Pontuaes os de Frecheiras e Petrolina.

Dos Mendonça de Alagoas os Barões de Mundahú, Jaraguá, Anadia, Muricy.

Na Bahia dentre as grandes familias de senhores de engenho e latifundiarios os titulares surgem numerosos entre os Pires de Carvalho, e Albuquerque os mais antigos em ordem chronologica: Visconde da Torre de Garcia d'Avila e de Pirajá, os Barões de Jaguaripe pae e filho, o Barão de Pirajá; dos Araujo Goes e Calmons, além do mais eminente de todos o Marquez de Abrantes, os Barões de Camaçary, Araujo Goes e de São Miguel e a Condessa de Itapagipe.

Dos Argollos, Teives e Ferrão, o Conde de Passé o Visconde de Passé e Barão de Paramirim o Visconde de Cahyba e seu filho o Visconde de Itaparica (titulos aliás conquistados nos campos de batalha).

Dos Munizes e Barretos de Aragão, Bulcão e Falcão etc. o Visconde de Paraguassú os Barões de Itaporoca, Mataripe, Rio de Contas, Paraguassú, Belém, os tres barões de São Francisco e de Matuim.

Dos Viannas os Barões do Rio de Contas e de Vianna.

Dos Bandeiras a Baroneza de Alemquer o Visconde de Ferreira Bandeira (a principio Barão de Fiaes) dos Wanderley, bahianos e pernambucanos, além do grande Cotegipe, os barões de Tracunhaen e Granito. Dos Borges de Barros o Visconde da Pedra Branca, o Barão do Rio Fundo.

No Sudoeste fluminense mencionemos ainda entre os ca-

fesistas o Barão de Mambucaba (José Luiz Gomes) ligado aos Breves, os barões de Mangaratiba (Antonio Pereira Passos), de S. João do Principe (Ananias de Oliveira e Souza) em S. João Marcos, os Barões de Pouso Alto (Francisco Theodoro da Silva) de Monte Verde (Joaquim Pereira da Silva) do Turvo (José Gomes de Souza Portugal) em Rezende o Visconde do Salto (Antonio Dias Carneiro) e o Barão do Bananal (Luiz da Rocha Miranda Sobrinho), os barões do Rio Claro (Antonio Manuel de Freitas) e de Guapy em Pirahy; o Barão do Rio Bonito (José Pereira de Faro) na Barra do Pirahy. Em Barra Mansa o primeiro barão de Amparo (Manuel Gomes de Carvalho e seus tres filhos os barões do Amparo e Rio Negro e o visconde de Barra Mansa.

No oriente fluminense no chamado districto cantagallense diversas familias de grandes cafesistas contavam titulares como o barão de Nova Friburgo, seus dois filhos, os Condes de Nova Friburgo e de São Clemente, e o filho deste Barão de São Clemente, o Barão de Itamby (Candido José Rodrigues Torres) os Pinheiro do ramal do Sumidouro, como o Barão de Paquequer, depois Visconde de Pinheiro (Joaquim Luiz Pinheiro) e seu filho o Barão de Aquino (José de Aquino Pinheiro) os Souza Brandão (Barões de Aparecida, Cantagallo e Porto Novo) o Barão de Santa Maria Magdalena (José Joaquim da Silva Freire); os Moraes dos barões de Duas Barras e do visconde do Imbê, além do Visconde de São Salvador de Campos e a Condessa da Piedade a filha de José Clemente Pereira (D. Engracia Maria da Costa Ribeiro Pereira) nas terras proximas da antiga Aldeia da Pedra (Itaocara).

No Valle do Piabanha e immediações de Parahyba do Sul afazendavam-se o Barão de Aguas Claras (Dr. Guilherme de Souza Leite) o Barão de Araujo Maia (Honorio de Araujo Maia) os Barões de São Roque (Dr. Antonio Moreira Castilho) e de Santo Antonio (Antonio Pinto de Oliveira) o Barão e o Visconde de Entre Rios e a Condessa do Rio Novo pae, filho e filha, o Senador Visconde de Jaguary (José Ildefonso de Souza Ramos) o Conde de Lages (Alexandre Viera de Carvalho) os barões irmãos de São Carlos e do Rio do Ouro (Carlos e Braz Pereira Nunes) os viscondes de Parahyba e de Ubá os barões de S. Luiz, Guaribú, Ubá, Capivary.

Em S. Fidelis o Barão de Azevedo Coutinho (Sebastião da Cunha de Azevedo Coutinho). Em Sapucaia o barão desse titulo. (Manuel Antonio Ayrosa). Em Valença o Barão do

Engenho Novo o Visconde do Rio Preto e seu filho, Barão do Rio Preto os Barões de Santa Clara, de Vista Alegre e do Pilar.

Na baixada fluminense a leste e a oeste da Guanabara os Barões de Ivahy, o Visconde de Alcantara o Barão de Macabú (Antonio Macedo Botelho Sobrinho) de Saquarema (José Pereira dos Santos) Piraquara (Gregorio de Castro Moraes de Souza) de Itaporá (Manuel Antonio Alvares de Azevedo) Taquara (Francisco Pinto da Fonseca Telles) o Visconde de Mauá, os marquezes de Lages e Quixeramobim. Em Vassouras os barões do Paty do Alferes, Tinguá, Itambé, Campo Bello, Santa Maria, Vassouras, Ribeirão, Massambará, Avellar e Almeida, os Viscondes de Cananéa e Benevente.

No Norte Paulista afazendavam-se em Bananal o Visconde de Ariró os barões de Joatinga, Almeida Vallim, Aguiar Vallim, Ribeiro Barbosa, em Lorena os barões de Castro Lima e Santa Eulalia, a Viscondessa de Castro Lima, e o Conde de Moreira Lima; em Guaratinguetá o Visconde deste nome, em Pindamonhangaba, o Barão e o Visconde deste titulo, os Barões de Lessa, Itapeva, Romeiro, o Visconde da Palmeira, e a Viscondessa de Parahybuna. Em Taubaté e Caçapava os Barões de Taubaté, Jambeiro, Pouso Frio, os Viscondes de Mossoró e Tremembé o Barão de Pedra Negra em Jacarehy os Barões de Santa Branca e de Jacarehy, em S. Luiz de Parahytinga o Barão deste nome.

Em Campinas o marquez de Tres Rios, o Visconde de Indaiatuba, os Barões de Anhumas, Itapura, Geraldo de Rezende, Atibaia. Parapanema, Ataliba Nogueira, Ibitinga, Itatiba, Limeira, Souza Queiroz; em Jundiahy, os Barões de Jundiahy e Japy, a Baroneza de Jundiahy. Em Itú os Barões de Itú e Piracicaba o Conde de Parnahyba o Barão de Itahim; em Piracicaba os Barões de Rezende e de Serra Negra, em Amparo os Barões de Campinas (2.º) de Socorro, em Mogy-Mirim os Barões de Pirapetinguy e Cintra; em Bragança, os Barões de Juquery e de Itapema; em Limeira os Barões de Souza Queiroz, Campinas (1.º) Cascalho, Porto Feliz, Monte Mór; em Araras os Barões de Araras e Arary, Tatuhy, Souza Queiroz; em S. Carlos do Pinhal, o Conde do Pinhal; em Rio Claro, o Visconde do Rio Claro, os Barões de São João do Rio Claro, Araraquara, Piracicaba, Mello Oliveira, Dourado; em Casa Branca os Barões de Casa Branca e do Rio Pardo; em Franca o Barão deste nome; em Mococa o Barão de Monte Santo, em Jahú o Conde do Pinhal etc.

Em Minas Geraes o municipio cafeeiro que contava maior numero de titulares era o de Juiz de F6ra; o Conde de Prados os Viscondes de Itatiaya e Monte Mario, as Baronezas de S6o Matheus, Sant'Anna e S6o Jos6 do Rio Preto, os Bar6es de Bertioaga, Santa Helena, Juiz de F6ra, Santa Mafalda, Retiro, Cataguazes, Itamarandiba, S6o Jo6o Nepomuceno.

Algumas das cidades cafeiras desvaneciam-se do numero e da importancia de seus titulares. Nestas condiç6es estavam Campos, Vassouras, Campinas, Valençã, Parahyba do Sul, Pindamonhangaba, Juiz de F6ra, Bananal onde assistiam marquezes condes, viscondes e bar6es.

E Pindamonhangaba, em S. Paulo, 6, at6 hoje, frequentemente chamada a *velha cidade dos bar6es*. Verdade 6 que a circumstancia de hospedarem estes titulares trazia a estas cidades indubitaveis vantagens at6 sob o ponto de vista architectonico pois os agraciados começavam logo por construir sobrados condignos de sua situaç6o social de titulares e de grandes do Imperio.

Eram rusticos mas avantajados, alguns delles positivamente enormes. Mas alguns mais modernos j6 tinham alguns caracteristicos architectonicos mais acc6itaveis, como por exemplo os do Visconde de Canan6a e do Bar6o do Amparo em Vassouras, do Marquez de Tres Rios, do Visconde de Indaibatuba, dos Bar6es de Itapura, e de Ibitinga, em Campinas do Bar6o de Santa Mafalda em Juiz de F6ra, do Conde de Carap6b6s, em Campos, dos Condes de S6o Clemente e Nova Friburgo, em Nova Friburgo do Visconde do Rio Preto em Valençã, da Condessa do Rio Novo na Parahyba do Sul, etc., etc. do Bar6o de Santa Branca, em Jacarehy do Bar6o de It6 em It6, dos Bar6es de Souza Queiroz e de Limeira de Iguape e Itapetininga do Marquez de Tres Rios em S6o Paulo, dos Bar6es de Itapeva e de Lessa e do Visconde de Pindamonhangaba e de Palmeira em Pindamonhangaba, dos bar6es de Itapura, Anhumas, Ataliba Nogueira, Ibitinga Atibaia, em Campinas etc.

Mas em geral o que impressionava nestes sobrad6es de titulares era a vastid6o de suas dimens6es, sua cubagem enorme, suas extensas fachadas, grande profundidade, altissimos p6s direitos, grandissimos sagu6es de casas rusticas.

E alguns construíram no Rio de Janeiro, n6o s6 sobrad6es solarengos como at6 o mais bello e rico palacio jamais edificado no Brasil, o do Cattete que mais tarde teve a honra de ser a s6de do Governo da Naç6o, como 6 desnecessario lembrar.

Pelas vizinhanças de 1870 residia um dos reis do café, o Barão de Nova Friburgo, em paço muito mais sumptuoso do que o do proprio Imperador do Brasil.

Além dos brasileiros houve estrangeiros tambem titulares assaz numerosos, de varias nacionalidades, e abastados cultivadores de café.

Nò segundo volume desta obra descrevemos o papel do hollandez Conde de Hogendorp entre os pioneiros da nossa cafeicultura assim como nos referimos a diversos nobres francezes lavradores da Serra da Tijuca como a Condessa de Roquefueil, e seu sobrinho, o Conde de Gestas, a Baroneza Rouan, o Principe de Scey Montbeliard.

Entre os titulares portuguezes alguns foram lavradores de importancia como por exemplo o Visconde de Pimentel (Joaquim Gomes Pimentel) em Valença o Barão da Povoado do Varzim (Manuel Fernandes da Silva Campos) e o Visconde de Araujo (José Domingues de Araujo) em Macahé, o Visconde de São Laurindo (Laurindo José de Almeida), em Bananal, o Conde de Cedofeita (Henrique Coelho de Souza) em Juiz de Fóra, o Visconde de Arcozello (Joaquim Teixeira de Castro) no municipio de Parahyba do Sul, etc.

O Visconde de São Laurindo era aliás cidadão brasileiro mas titular de D. Luiz I.

Assim como muito numerosos portuguezes foram titulares do imperio, varios brasileiros tiveram titulos de Portugal como por exemplo os Barões de S. Miguel dos Campos em Alagoas (Epaminondas da Rocha Vieira) o Barão do Mattoso (José Joaquim Rodrigues Lopes) official general.

E sabem todos que alguns brasileiros vieram a ser titulares no Brasil e Portugal, simultaneamente, como os Barões de Gurupy e do Cattete, respectivamente Viscondes de Belfort e de Silva.

CAPITULO VII

O rei do café no Brasil imperial, commendador Joaquim J. de Souza Breves — Suas enormes fazendas e escravatura — Seu irmão José igualmente fazendeiro opulentissimo — Os Breves, familia de cafesistas

Nos annaes da grande lavoura do Imperio, entre as familias de grandes cafesistas fluminenses, paulistas, mineiros figuram, no mais accentuado destaque, os Breves, quer por elles proprios, quer por suas ligações de familia com os Gonçalves de Moraes, com quem eram estreitamente aparentados, os Monteiros de Barros, os Roxo, todos elles cafesistas vultosos.

Coube aos Breves a circumstancia de darem os maiores lavradores que jamais teve a cafeicultura imperial, senão mesmo brasileira de todos os tempos.

Um sobretudo, attingiu verdadeira culminancia nos factos de nossa historia cafeeira.

Foi elle o Commendador Joaquim José de Souza Breves que em 1860 colheu 205.000 arrobas de suas enormes fazendas de S. João Marcos, Pirahy, Rezende isto numa época em que a produção total brasileira fôra de 14.125.785 arrobas ou seja 1,45 por cento quer dizer um e meio por cento da safra de todo o paiz!

E conta-se que a sua colheita de 1888 devia oscillar entre 250 e 300 mil arrobas.

Mesmo hoje o fazendeiro que produzisse porcentagem igual teria de colher muito mais de um milhão e duzentas mil arrobas. Accrescia a circumstancia ainda de que o formidavel fazendeiro possuia uns quatro mil escravos. Dizem alguns que cinco e até seis mil. Jamais houve no Brasil quem fosse senhor de tão grande rebanho humano.

Tal a proeminencia de Joaquim José de Souza Breves no conjuncto dos productores de seu tempo que sua figura não

podia deixar de attrahir a viva attenção dos contemporaneos, quer a dos brasileiros quer a dos visitantes do nosso paiz.

Quasi nada se escrevera porém sobre esta figura de excepcional relevo nos fastos de nossa historia cafeeira, até 1927. A occurrencia do segundo centenario da introdução do café no Brasil fez com que na edição commemorativa d'*O Jornal* delle se occupassem Agrippino Grieco, Assis Chateaubriand e Clodomiro de Vasconcellos, sobretudo. Grieco que a seu respeito traçou interessantissimas paginas.

Mais tarde tambem lhe traçou rapido perfil Alberto C. de Araujo Guimarães em seu livro tão justamente apreciado: *A côrte no Brasil*.

Vamos nos valer dos trabalhos destes escriptores, acrescentando-lhes dois outros depoimentos estrangeiros preciosos, o do Conde d'Ursel diplomata belga e de Mauricio Ternaux Compans encarregado de negocios de França no Brasil, paginas ultimamente divulgadas por sua filha, a illustre embaixatriz Louis Hermite, em sua magnifica *Guanabara la Superbe*.

Em relação ao Commendador Joaquim José de Souza Breves occorria ainda outra particularidade um de seus irmãos, José Joaquim de Souza Breves era tambem lavrador das mais avultadas posses. Sua grande fazenda do *Pinheiro*, hoje o posto zootechnico federal deste nome, mereceu a visita detida de viajantes illustres como Agassiz, ou modestos como Zaluar, entre diversos outros.

José de Souza Breves era, em materia de producção, o que chamariam os francezes o *brillant second* de seu irmão, pois, em 1860, colheu acima de cem mil arrobas, cifra para o tempo fabulosa. E como não tivesse filhos, ao passo que o irmão os contasse numerosos, era homem de muito maiores posses do que o seu postgenito.

Sobre o Commendador Joaquim Breves escreveu detidamente Luiz Ascendino Dantas, o infatigavel erudito e honesto rebuscador do passado de sua região natal, S. João Marcos.

Tambem sobre o grande fazendeiro traçou Agrippino Grieco, algumas paginas interessantissimas, repetimol-o na edição d'*O Jornal*, consagrada á commemoração do segundo centenario da introdução do cafeeiro no Brasil, em 1927, epigraphando-as *o maior dos Breves, impressionante figura do gentleman rural*.

Destas duas contribuições vamos nos valer, juntando-lhes uma terceira, de summa importancia, a que devemos á obsequiosidade de illustre amigo, o Dr. Mathias Gonçalves de Oli-

veira Roxo, cujos bellos trabalhos sobre a nossa paleontologia real destaque dão á sua reputação de scientista.

Com toda a exacção, observa Agrippino Grieco:

“Para tratar de figuras como o Coronel Joaquim de Souza Breves, o grande fazendeiro fluminense, fôra mistér um observador attento como Oliveira Vianna, que, através de Henri Mazel, sobre não existir uma sciencia social isolada, mas sciencias sociaes, direito, economia, religião, e que todos esses dominios se interpenetram multiplamente.

Dahi ser impossivel a um sociologo criterioso especialisar-se num só delles.

Estudando typos analogos, já o historiador patricio mostrou quanto essa gente se impregnava de experiencia e em tudo encontrava minas riquissimas de verdades praticas.

Analisar-lhes a fisiologia politica e a estructura moral, é emprestar aos mais obscuros textos historicos uma claridade cristalina. Foram elles os melhores fatores da nossa formação collectiva e descobri-los equivale a descobrir melhor o Brasil aos brasileiros.

Estudal-os, com uma aguda visão retrospectiva, é sentir as forças vivas da civilisação passada tão bem quanto as da civilisação actual.”

Sobre a origem dos Breves, como acabamos de lembrar, escreveu Ascendino Dantas com o conhecimento de causa com que versa os assumptos de sua região natal o oeste fluminense.

Assim relata que o governador e capitão general do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, (o famoso *Onça*) mandou que se abrissem caminhos para a Capitania de São Paulo, para se evitar o extravio do ouro e o insulto dos indios que habitavam as regiões de S. João Marcos, Pirahy e Campo Alegre, (Rezende) em conformidade com a carta de D. Maria ao ouvidor Marcelino Pereira Cleto.

Tinha-se em vista o augmento dos dizimos da real corôa e commercio pela grande fertilidade das terras e sertões, muito mais facilitando-se o transporte e communições dos districtos da Freguezia de S. João Marcos, Pirahy e freguezia da Parahyba Nova (Campo Alegre, depois Rezende). Abrindo-se estradas para esses logares para alli correram os primeiros povoadores, dentre os quaes, pela importancia de seus haveres João Machado Pereira e Antonio de Souza Breves.

Em 1737, João Machado Pereira, fundava na sua fazenda a freguezia, tendo como padroeiro S. João Marcos, em cuja

capella se estabeleceu pia baptismal e sacrario por provisão episcopal.

Em seguida, na região sertaneja afazendou-se Antonio de Souza Breves, (1720? — 1814) filho de Manuel de Breves e de sua mulher Maria de S. José. Era natural da ilha de São Jorge e casado com Maria de Jesus, filha de Braz Fernandes e de sua mulher Joanna do Espirito Santo — da freguezia de Santa Luzia — da ilha Terceira, todos do archipelago dos Açores, e Bispado de Angra.

Informa Mathias de Oliveira Roxo, que estes Breves descendiam de um fidalgo francez, Francisco de Savery, Conde de Brèves (1628) que depois de ter sido embaixador junto á Sublime Porta, emigrara da França para os Açores por ser huguenote.

Antonio de Souza Breves era conhecido por Antonio Cachoeira provavelmente do nome de alguma propriedade sua, e a mulher por Maria de Deus.

Dedicou-se Antonio de Souza Breves ao desbravamento das mattas, cultivando e formando fazenda para o que obtivera sesmarias de largas terras. Eram filhos desse casal: José de Souza Breves (vindo com seus paes das Ilhas); o capitão môr, casado com Maria Pimenta, filha de Antonio Lobo Fração e de Cecilia de Almeida; Domingos de Souza Breves, nascido em 1751, casado com Maria da Silva; Thomé de Souza Breves, nascido em 1756 casado com Maria Rodrigues, e Anna Margarida, casada com Francisco Luiz Gomes.

O primeiro filho do casal, José de Souza Breves nascido em 1748 afazendou-se no districto de Pirahy, na fazenda *Manga Larga*, tendo numerosa prole.

Desse casal nasceram: José de Souza Breves Filho, Joaquim José de Souza Breves, Cypriano de Souza Breves, João dos Santos Breves, Anna Pimenta de Almeida Breves e Cecilia Pimenta de Almeida, Baroneza do Pirahy (1798-1866).

Naquelles tempos em que como que a terra reclamava vorazmente povoadores e mais povoadores, era extrema a fecundidade das mulheres. Descendencia notavelmente grande teve Antonio de Souza Breves que Luiz Ascendino Dantas procurou estabelecer mediante aspera perquirição dos cartorios da zona marcense.

De Domingos Breves vieram Joaquina, Bento, João e Antonio de Souza Breves, respectivamente baptisados em 1792, 1793, 1794 e 1796.

De Thomé de Souza Breves ficou Raymundo Breves,

baptisado em 1800, neto materno de Antonio Rodrigues e de Francisca Valladão Flores.

Outros Breves havia, Domingos Francisco, casado com Margarida Peres, Thomaz de Souza Breves, Manoel Breves, Victoria, José, Hypolito e muitos outros de que desappareceram os registros de baptismo.

José de Souza Breves, o capitão-mór, ingressou na politica da região, tornando-se grande influente, pelas posses e actividade, attingindo seu prestigio toda a vizinhança, até Rezende. Em 1813 perante o capitão-mór da villa de São João Marcos, prestava compromisso e tomava posse do cargo de sargento mór das ordenanças. Desde então passou a gozar dos privilegios, liberdades, franquezas e isenções que lhe conferiam o cargo; ficou sendo o maior senhor de terras e de escravos.

Foi nomeado depois capitão-mór, por proposta do commandante geral de Milicias da Região de Campo Alegre, o illustre Joaquim Xavier Curado, o famoso procer de nossa independencia, e futuro Conde de São João das Duas Barras, devastador dos purys da região, que, informando ao conde de Rezende, dizia ter José de Souza Breves muita capacidade, lisa conducta, estando muito bem estabelecido em fazenda propria.

Em 1822 tomava posse do cargo de juiz Almotacel de S. João Marcos, e a 28 de fevereiro de 1826 empossava-se, solemnemente, perante a Camara reunida, do cargo de vereador, no posto já de capitão-mór da villa.

Este foi o chefe dos Breves *grandos*. Os descendentes de seus irmãos eram os Breves chamados *miudos*, assim distinguidos pelo povo, relata o autor fluminense, numa nota pittoresca, relativa á preponderancia do ramo primogenito dos Breves sobre os demais de sua familia.

Recolheram o prestigio e a fama do capitão-mór, seus filhos José Joaquim de Souza Breves e Joaquim José de Souza Breves, ambos commendadores da Ordem da Rosa e Cavalheiros de Christo.

Dô commendador José Joaquim de Souza Breves e sua mulher e sobrinha D. Rita Clara de Moraes Breves escreveu Mathias Roxo:

“Foram proprietarios da decantada fazenda do Pinheiro, além de innumeradas outras e varios milheiros de escravos; suas propriedades territoriaes se estendiam até Mangaratiba e Angra dos Reis, e dentro dellas devia achar-se a celebre Ilha Francisca, fronteiraça a Angra dos Reis.

Não tiveram descendentes, tendo o commendador Breves, fallecido depois de sua mulher, deixado bellissimo testamento,

do qual facilmente se depreheende seu espirito altamente philanthropico, mas que infelizmente jamais foi cumprido no todo, ao que me consta. Não só deixava forros todos seus numerosos escravos, como ainda lhes deixava terras onde vivessem e de cujo maneiio poderiam tirar farto sustento para si e seus descendentes; ainda mais, entre outros legados philanthropicos, deixava cem apolices federaes de um conto de réis cujos rendimentos deveriam ser applicados em premios quinquiennaes aos melhores livros que no Brasil fossem escriptos para ensino primario e para educação religiosa catholica romana e social do povo, premio esse que jamais foi concedido, não tendo mesmo o Ministerio a cujo cargo se achava a instrucção, recebido as taes apolices. Isto em testamento feito em 1877, aberto em 1879, anno de seu fallecimento e até agora não cumprido de todo.”

Joaquim José de Souza Breves foi baptisado a 10 de junho de 1804, desapparecendo octogenario avançado, a 30 de setembro de 1889. Repousam suas cinzas na capella de São Joaquim da Grama, por elle construida. José Breves falleceu na sua Fazenda de Pinheiros em 1879, sendo sepultado no Arrozal de S. João Baptista do Pirahy.

O velho *Cachoeira*, Antonio de Souza Breves, o Patriarcha, fundador da familia, falleceu em São João Marcos, sendo sepultado em cova do Santissimo, dentro da matriz de S. João Marcos, em 31 de dezembro de 1814, revestido seu cadaver do habito de Santo Antonio.

Commentando este facto observa Ascendino Dantas:

“Desse grande povoador e honesto lavrador não ha em S. João Marcos nenhum traço que perpetue a sua memoria. Quando o commendador Breves edificou o seu palacio da Olaria, na capella que ali estabeleceu, deu como orago da mesma a Santo Antonio, talvez em homenagem ao seu antepassado; entretanto, a capella desappareceu, nada ficando que lembre a passagem desse formidavel desbravador de mattas.

Em 1845, quando se fundou o novo cemiterio pertencente á Irmandade de Nossa Senhora do Rosario e S. Benedicto, foram exhumados da matriz todos os ossos que ali se encontravam e levados para o cemiterio daquella igreja.

Seria uma demonstração de carinho, se os actuaes descendentes do venerando Antonio Breves fizessem erigir na igreja do Rosario, da cidade de S. João Marcos, um altar dedicado a Santo Antonio, como preito de homenagem ás cinzas desse grande lavrador, e que ali repuosam perpetuando-se assim a

memoria daquelle que fundou a numerosa prole dos Breves nesse lindo rincão da terra fluminense.”

Seu filho, o velho capitão-mór José de Souza Breves, casou-se como vimos com Maria Pimenta de Almeida, natural do Rio de Janeiro. Dahi proveio prole legitimamente brasileira, dez filhos, dos quaes seis senhoras, informa-nos o Dr. Mathias Roxo.

Parallelamente a esta prosperidade dos Breves do ramo *grauado*, occorrera a de outra grande familia de lavradores, tambem dos primeiros povoadores do districto marcense, e do oeste fluminense, a dos Gonçalves de Moraes, que Alberto de Araujo Guimarães suppõe descenderem de Joaquim Lara Moraes, paulista, filho de D. Diogo de Lara, emigrado para a Ilha Grande em 1647. Seu membro mais notavel viria a ser José Gonçalves de Moraes, Barão do Pirahy (1776-1859).

Um dos primeiros representantes desta grande familia que se infiltrou por grande parte da Provincia, accrescenta Guimarães, foi cognominado *cabeça de cuiá* porque segundo uma tradição de sua gente, havendo perdido num combate contra uma onça pintada a parte superior do craneo, usava para proteger o cerebro uma cuiá. Esta adaptando-se bem conseguira viver ainda alguns annos.

Era o Barão do Pirahy filho de Antonio Gonçalves de Moraes, nascido em 1750, portuguez, natural de Miranda d'Oiro. Emigrado para o oeste fluminense ali encontrara, afazendado, um paulista, Antonio de Paula e Souza. cuja filha, Rita Clara de Souza, natural de Itú desposou. Desse casal provieram o futuro Barão do Pirahy, o padre Joaquim Gonçalves de Moraes e duas senhoras.

O barão agraciado na grande fornada dos titulares da maioridade, a 18 de julho de 1841, desposando D. Cecilia Pimenta de Almeida Frazão (1782-1866) della teve seis filhas e tres filhos. Das primeiras, duas D. Rita Clara e D. Maria, desposaram seus tios maternos, os commendadores José e Joaquim Breves, como tão vulgar era naquelles annos, em todo o Brasil.

Outra, D. Joaquina Clara de Moraes Roxo (1812-1865) veio a ser a Baroneza de Vargem Alegre, por seu casamento com Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo, barão desse nome (1804-1879), uma quarta D. Emiliana de Moraes Lima e Silva, foi a primeira esposa do Conde de Tocantins, José Joaquim de Lima e Silva, uma quinta D. Cecilia de Moraes Monteiro de Barros desposou o commendador Lucas Antonio Monteiro de Barros, o grande fazendeiro de Tres Poços em Barra

Mansa (1812-1861), filho do Visconde de Congonhas do Campo, senador do Imperio e primeiro presidente da Provincia de S. Paulo.

A ultima D. Anna de Moraes Costa, desposou o coronel Silvino José da Costa. Foram os paes do visconde de Benevente, Dr. José Feliciano de Moraes Costa (1833-1904) fazendeiro em Vassouras homem de letras e orador de reputação, politico que representou a Provincia do Rio de Janeiro na Camara dos Deputados.

Tiveram o Barão e Baroneza de Pirahy (esta universalmente chamada pelos seus *Vovó Gangá* conforme informa o Dr. Mathias Roxo) tres filhos, o capitão Antonio Gonçalves de Moraes, grande fazendeiro, genro do Barão de Mambucaba (José Luiz Gomes) tambem grande cafesista, Joaquim José Gonçalves de Moraes (1812-1886) opulento lavrador na freguezia do Arrozal e sogro do Dr. Galdino Pinheiro (homem de letras e autor das interessantes *Narrativas brasileiras*, publicadas sob o pseudonymo de Galpi) e José Gonçalves de Moraes.

Em 1860 o commendador Joaquim Breves colheu 60.000 arrobas em S. João Marcos, 40.000 em Passa Tres, 90.000 em Pirahy, 4.000 em Barra Mansa, 10.000 em S. Vicente Ferrer, seu irmão e concunhado o commendador José de Souza Breves, 90.000 em Arrozal (Pirahy) e 7.000 em Barra Mansa (Freguezia do Espirito Santo).

São estes os dados, quiçá incompletos ainda, fornecidos por Sebastião Ferreira Soares no seu *Historico da Companhia Industrial Estrada de Mangaratiba*.

Curioso que seus irmãos Cypriano de Souza Breves e João dos Santos Breves não hajam prosperado. Talvez tenham morrido na infancia ou na primeira mocidade. A tal respeito nada esclarecem as notas do Dr. Mathias Roxo.

Nascido em 1804 na fazenda de seu pae a *Manga Larga*, era Joaquim de Souza Breves adolescente quando Saint Hilaire passou pela zona, vindo de S. Paulo, em direcção ao Rio de Janeiro.

Talvez fosse a fazenda do capitão-mór "a casa muito bonita pertencente a um homem nascido nos Açores" a que se refere o grande naturalista ou talvez o proprietario do Rancho Grande, "homem immensamente rico, possuidor do mais importante cafestal da redondeza."

A 16 de agosto de 1822 por alli passou o Principe Regente, numa de suas galopadas infernaes. Ia para S. Paulo e

dentro de poucos dias se acclamaria Imperador como é escusado lembrar.

Em S. João Marcos hospedou-se em casa do fazendeiro Hilario Gomes Nogueira, cujos filhos, Luiz e Cassiano, resolveram incorporar-se á comitiva do dynasta, até então composta de D. Luiz de Saldanha da Gama, futuro Marquez de Taubaté, do tenente coronel Barreto de Camargo, do padre Belchior Pinheiro, do famoso *Chalaça* e de dois creados do paço.

A estes marcenses incorporaram-se tambem Floriano de Sá Rios e Joaquim José de Souza Breves. Isto deu ao ultimo o ensejo de assistir á scena do Ypiranga a 7 de setembro. E parece-nos que foi, até, o derradeiro sobrevivente desse episodio immorredouro.

Coincidiu a juventude de Joaquim Breves com a expansão prodigiosa da lavoura cafeeira fluminense quando a ancianidade do desenvolvimento das lavouras exigia braços e mais braços. Dahi a recrudescencia do trafico africano.

Envolveu-se o latifundiario nesse commercio, *peché mignon* da época; para tanto adquirindo a ilha da Marambaia, ponto de desembarque e admiravelmente adequado ás embarcações negreiras.

De posse deste entreposto decorreu a facilidade com que viu a sua escravatura subir a cifras para o tempo vertiginosas; mil, dois, quatro mil. Dizem que chegou a ter seis mil escravos. Desta massa humana lançava immediatamente mão convertendo-lhe o trabalho em alargamento do cafésal.

CAPITULO VIII

A vida na fazenda de Marambaia — Depoimentos diversos sobre o commendador Joaquim Breves e sua opulencia — As numerosas grandes fazendas do landlord — Apanhados de seu perfil por diplomatas estrangeiros

Sobre a vida da Marambaia dá informações Clodomiro de Vasconcellos, cuja erudição das coisas fluminenses é desnecessario lembrar :

“Grande o numero de escravos que cultivavam as terras na Marambaia. Estes escravos não eram apenas os negros da fazenda, mas tambem um certo elemento nomada, que o grão-senhor possuía nas suas outras fazendas da região serrana, e que elle fazia periodicamente descer, quandourgia intensificar o trabalho na Marambaia. Proprietario de mais de seis mil escravos, o commendador Breves possuía como uma massa de manobra, que deslocava para os diversos pontos dos seus latifundios, onde o serviço reclamava momentaneamente maior quantidade de braços.”

Senhor de tantos milhares de existencias comprehendera o fazendeiro, intelligente como era, que a melhor politica seria a disciplina temperada pela brandura para com os captivos. E segundo as informações do tempo tinha especial habilidade para conduzir os seus rebanhos de servos. Era como que a reprodução do caso de Fernão Dias Paes, com os indios que o seguiam docilmente, como se fossem animaes amansados, no dizer dos seus contemporaneos e dos chronistas.

Referiu-nos o Dr. Elias Marcondes Homem de Mello, outr’ora grande fazendeiro de Pindamonhangaba, que, a cada momento, fugiam escravos numerosos das lavouras do Norte Paulista para se homisiarem entre a escravatura de Joaquim Breves, onde recebiam muito melhor trato, do que o de seus antigos amos. Passavam a ser negros de *bom captiveiro*, tal a fama corrente no Norte de S. Paulo.

E Breves, poderoso como era não os deixava voltar ao

domínio dos antigos senhores, fazendo-os homisiar-se ora nesta ora naquella de suas numerosas fazendas, a grandes distancias umas das outras.

Expressivamente escreve Assis Chateaubriand em *Um viveiro morto da mão de obra negra para o cafezal*.

Grande importador de escravos, para attender ás necessidades cada vez mais insistentes do cafezal — a grita por colonos italianos, que hoje levantam os fazendeiros de café paulistas, era ha meio seculo a mesma dos fluminenses, pela mão de obra africana — o commendador Breves vivia em contacto com aquelles que faziam o trafico de escravos com o continente negro.

A Marambaia era, neste sentido, um ponto estrategico. Ella lhe abria completamente o domínio do mar, para as communicações seguras com os navois negreiros, que lhe traziam do outro lado do Atlantico o combustível humano com que alimentavam o fogo do trabalho no cafesal. Aquella fazenda era pulmão da sua grandeza latifundiaria, em baixo e no alto da serra. O crescimento do cafesal impunha ao senhor o augmento do braço escravo.”

Viera a repressão do trafego pela Inglaterra crear porém toda a sorte de obstaculos á importação negra. Assim a posse de local seguro de desembarque “importava para Breves no mesmo que possuir uma ligação permanente com os tumbeiros que deveriam assegurar-lhe o abastecimento da mão de obra no cafezal.”

Na propria Marambaia mantinha o grande cafesista extensas lavouras, plantando café nas encostas do pico, mantimentos e canna e creando bastante gado.

Notavel casa grande alli construiu-a com dezenas de metros de fachada e vistoso alpendre acompanhando toda a extensão da casa.

Visitando-o em 1927 assim a descreve A. Chateaubriand: “E’ um solar de 58 metros de frente, com um largo alpendre, corrido, em toda a extensão da casa.

O Dr. Clodomiros de Vasconcellos me disse que ella era ainda maior no tempo dos Breves. Ruiram algumas dependencias, como decorações dos tectos de varias peças já abateram. Vi numa sala do vasto solar pedaços doirados frisos de tectos desabados em triste abandono. Tudo alli dizem-me, era sobrio, sem maior gosto artistico, mas grandioso e confortavel.”

Os escravos, sahidos dos porões dos navios negreiros, permaneciam algum tempo naquella viveiro. Reconstituíam as forças perdidas na travessia transatlantica. Retemperados

eram distribuídos pelas fazendas do alto da serra. Assim a Marambaia era uma estação de engorda do pessoal do eito, o que explicava as optimas recordações que os velhos escravos guardavam do senhor já desaparecido havia tantos annos. "Deveria comer-se bem na Marambaia, porque o objectivo mais importante daquella fazenda não era produzir café, mas fornecer mão de obra forte, robusta, para o trabalho do café-sal do continente.

A respeito do grande fazendeiro escreveu Alberto de Araujo Guimarães paginas muito interessantes, de um dos melhores capitulos da sua tão apreciada: *A Côte no Brasil*.

"Era o Commendador Joaquim José de Souza Breves homem de energia pouco vulgar. Trazia disciplinada a enorme população composta de agregados e de escravos que vivia em suas terras no trabalho da lavoura.

Homem rude, capaz de lançar mãos de todos os meios para trazer a disciplina aos seus enormes batalhões de escravos, sabia ter tambem rasgados gestos de caridade, de amor ao proximo.

Para elle trabalhavam approximadamente 6.000 escravos nas suas fazendas situadas nos municipios de Pirahy, Rio Claro e S. João Marcos.

A opulencia que mantinha na casa da fazenda de *S. Joaquim, da Grama*, onde residia, hoje em ruinas, pode-se notar pelas linhas architectônicas de uma estufa de plantas, cuja fachada ainda continua a resistir á acção do tempo e do abandono.

Era impulsivo, deixando-se dominar pela extrema vibrabilidade do sistema nervoso."

Isto o levava a actos da maior severidade e a demonstrações de grande altruismo.

Cita o jovem autor fluminense um caso interessante do feito do *grand seigneur* fazendeiro:

"Mandou de uma feita vir da Italia um grande architecto para a construcção da casa de sua fazenda da *Olaria*, empregando nessa obra sumptuosa, em que eram de mosaico os soa-lhos e de marmore de Carrara o saguão, forte quantia. Abandonou a obra em meio, sómente porque D. Maria Izabel de Moraes Breves, sua mulher, não queria abandonar a residencia de *S. Joaquim da Grama*.

As suas fazendas eram conhecidas pela grandiosidade de suas sédes: *Conceição*, tinha dezenas de quartos para hospedes; *Confiança*, celebre pelos seus jardins suspensos; *Bella*

Alliança, Julião, Retiro, Santa Paulina, Lage, Gloria, Alto dos Negros e outras mais.

Conscio do seu poder como opulento fazendeiro e como grande commerciante, criticava o Commendador Souza Breves os aristocratas formados pela proliferação dos cafezaes. Tinha entretanto respeito pela verdadeira fidalguia dos representantes das grandes casas européas. Teve por isso grande prazer quando presenciou o casamento de uma sua sobrinha com um russo fidalgo, da Guarda do Czar, o nobre Haritoff, e quando uma parenta desposou o Conde Fé d'Ostiani.

Mantinha o Commendador Souza Breves um bello palacete no Rio de Janeiro, junto ao Palacio da Bôa Vista, onde levava a mesma vida faustosa que em seus feudos do interior.

Conta-se que quando vinha ao Rio com a familia, trazia tambem algumas escravas brancas e mesmo alouradas — consequencia da apuração de raça effectuada na Restinga de Marambaia — levando-as luxuosamente vestidas á Opera Italiana.”

Tornou-se celebre a sua prodigiosa motibilidade. Vivia a cavallo a percorrer as immensas lavouras de suas vinte fazendas que deviam contar um minimo de cinco milhões de cafeiros.

A tal respeito escreve Assis Chateaubriand:

“Natureza andeja, tendo perto de 20 fazendas que fiscalisar, o commendador Joaquim José de Souza Breves conciliava a necessidade do controle dessas propriedades agricolas com um nomadismo providencial de temperamento. Dir-se-ia que nascera com o dom da ubiquidade. Deixando-se ficar mais dias na Gramma, comtudo dividia o tempo por todas as outras fazendas, inclusive a Marambaia, que possuia, na sua organização agraria, uma funcção de marcado relevo.”

Para alli se dirigia, partindo de Mangaratiba a bordo de um dos dois vapores que possuia o *Emiliana* ou o *Marambaia*. E dentro em breve regressava para serra cima, num despendio continuo de energia absolutamente espantoso.

Assim denominando os seus dois barcos obedecia o grande landlord a motivos de ordem sentimental.

Recordava o primeiro o nome de sua sobrinha e cunhada D. Emiliana de Moraes de Lima e Silva, fallecida na flor dos annos, do primeiro parto, primeira esposa do futuro Conde de Tocantins, José Joaquim de Lima e Silva, mais tarde genro do Marquez da Gávea, pelo seu casamento com D. Balbina da Fonseca Costa.

O segundo navio lembrava a sua querida fazenda insular base de sua immensa propriedade.

Escrevendo sobre Mangaratiba, na edição do bi-centenario do Café observa Renato de Almeida que a grandeza do villarejo costeiro não se devera só ao seu papel como elemento productivo, mas como ponto de embarque de café. Por uma questão de maior conveniencia, tal porto não era propriamente na enseada da villa, mas um pouco acima, no Saco da Mangaratiba, onde se estabeleceu o centro commercial da villa."

Alli se apinhavam sacas e sacas de café que as tropas conduziam pela estrada abaixo e enchiam trapiches, até serem transportadas para as barcaças e para os dois navios *Marambaia* e *Emiliana* do "muito famoso e temivel commendador Joaquim Breves."

Porto tributario de vasta zona cafeeira, exportando mais de um milhão de arrobas de café, teve dias de invejavel prosperidade e um redemoinho de negocios agitava as cabeças que se moviam naquelle ar quente com o cheiro resinoso do café em grão."

Tornou-se pois um dos centros principaes da vida fluminense como escoadouro da grande producção cafeeira propria e alheia.

A villa, no logar em que existe hoje, não tinha propriamente vida intensa, porque esta se deslocara para o Saco. Este embora contasse apenas 500 moradores, era centro de grande movimento, que empolgava o commercio de toda a zona praiana e serrana. Se a exportação de café era muito volumosa, todo o abastecimento regional se fazia pelo Saco, onde os navios, que vinham buscar café traziam todas as mercadorias para o commercio local. Isto lhe dava invejavel primazia mercantil e enorme prosperidade. Além das grandes fazendas dos Breves, dos Xavier da Rocha e tantos outros, onde se levava a vida de opulencia e luxo, havia no Sacco sobradões solarengos onde os fazendeiros ficavam na época dos negocios, hoteis de razoavel conforto, casas commerciaes e armazens, em summa todos os elementos da existencia movimentada e activa daquelle centro de transacções mercantis.

Para uma justa estimativa de todo o valor desse entreposto basta citar o facto de ter custado, até 1855 aos cofres fluminenses a alta sonma de 623 contos de réis a estrada velha de Mangaratiba a São João do Principe, quando fôra entregue ao desembargador Joaquim José Pacheco incorporador de uma companhia para construil-a, tornando-a, numa extensão de quasi cinco leguas excellente via de communicação,

como ainda hoje a encontramos macadamizada, com obras de arte, pontes, aterros, paredões e boeiros, tudo feito com segurança e sobriedade.

Cada legua da estrada de Mangaratiba custou Rs..... 315:800\$000, approximadamente, somma para a época sobremodo ponderavel, quer para os cofres publicos, quer para os particulares. Mas em compensação passavam, pela estrada, annualmente, mais de 1.500.000 arrobas de café. E' certo que a companhia falliu, mas em virtude de varios motivos dos quaes o principal veio a ser o avanço dos trilhos da Dom Pedro II.

Durante annos porém representou eloquente indice da prosperidade da região cafeeira.

Conclue Renato de Almeida expressivamente:

“Quando, porém o café desertou daquellas paragens, no ultimo quartel do seculo passado, e a construcção das estradas de ferro Dom Pedro II e Pirahyense modificou o aspecto economico da zona, o porto de Mangaratiba ficou deserto, o povoado do Sacco arruinou-se a pouco e pouco até desaparecer, ficando ainda de pé meia duzia de paredes apenas, e a vida desceu novamente, para a beira do mar e, hoje, não ha senão lembranças da terra outr'ora florescente e progressiva.

As ruinas evocam o esforço audaz e nessa região um centro fecundo de trabalho e de riqueza. Mas, as leis economicas têm determinantes fataes e exigiram que o café fugisse daquellas regiões e fosse mais para o sul, buscar na terra roxa o logar privilegiado para a sua floração, maxima e agora continúa elle a descer, sempre em busca de novas paragens, na sua inconstancia nomade. No Estado do Rio, guardam a lembrança da opulencia, que elle permittiu, innumeradas cidades, fazendas e estradas e o proprio matto, com traços de saudade, vestigios de uma riqueza que não volta.”

Prodigiosamente forte deve ter sido Joaquim de Souza Breves para levar vida tão exhaustiva e ainda attingir a avanzada idade a que chegou, oitenta e cinco annos, morrendo cinquenta dias antes de 15 de novembro, a 30 de setembro de 1889.

Apreciando a figura do cafésista magno dos tempos imperiaes assim o apresenta Agrippino Grieco em conceitos excellentes:

“Chefiado por um *gentilhome-campagnard* de rijo cerne, o clan das fazendas do coronel Joaquim Breves só podia prosperar como prosperou. Orientador indiscutivel, de uma grey tão numerosa quanto as antigas tribus biblicas, viu frondeja-

rem por toda a região fluminense e até mesmo pelas demais do paiz, os ramos genealogicos de uma dessas familias troncos em que Le Play enxergava continuas reservas de renovação moral para todo um povo.

Prestigiava-o qualquer coisa de patriarchal á moda do Oriente. Sua figura, alteando-se na veneração popular, tornava-se vista á distancia, mais que historica, legendaria, e esse director de uma profusa estirpe, num dos candidos exaggeros muito communs á gente simples do interior, acabou tomando proporções de typo dynastico, de lidador de cyclo heroico.

Excessos á parte, tratava-se effectivamente, de uma creatura, invulgar, pelo que herdara dos antepassados e pelo que accrescentara ao patrimonio destes.

Com uma mentalidade e uma sensibilidade analoga á dos senhores de engenho e dos capitães-móres dos tempos coloniaes, elle disseminou o seu appellido de familia pela provincia toda, impondo-o como um respeitavel titulo de nobreza e fez com que suas terras, vencendo a distancia através das magnificas estradas que construiu, viessem respirar em pleno oceano.

Acompanhado e guiado por um neto do commendador, o Dr. Luiz de Souza Breves, emprehendeu o escriptor fluminense larga excursão pela zona fluminense visitando as antigas fazendas do commendador Joaquim Breves.

A mais importante de todas, onde mais se comprazia em demorar era S. Joaquim da Grama "Riquíssima em homens, plantio, gado e casaredo" diz o autor das *Amphoras*.

Alli, do centro dos dominios senhoriaes, alteara-se o solar da familia. em S. Joaquim da Grama, celula-mater das innumeradas propriedades suas, sempre formigantes de actividades ruraes.

S. Joaquim populosissimo nucleo perdido entre bosques e montanhas "especie de arcadiz ou de abadia agreste, em que se entreteciam todos os deleites da sociabilidade, sob os auspicios da acolhida cavalheiresca do dono e dos sorrisos da que lhe fôra companheira dedicada, essa piedosissima figura de uonja sem escapulario, D. Maria Isabel de Moraes Breves."

A' hospedagem do commendador accorriam constantemente personalidades eminentes da sociedade imperial, dezenas de ricos e titulares, sequiosos por um periodo de serenidade roceira, "espairecendo junto aos escravos pretos, elles, os pobres brancos, escravos da vaidade da metropole."

O predio, de estylo colonial, era uma antologia viva de gosto architectonico, continua A. Grieco. Estatuetas, azulejos,

trabalhos de talha, moveis raros, porcellanas caras competiam com os relevos de cantaria da fachada, trabalhados por um artifice que se esmerara em arabescos alegoricos, caprichoso como um ouives da pedra bruta. Em derredor, perdendo-se, quasi sem transição, em pomares fartos, alongavam-se as aléas de um jardim gentilico."

Referindo-se ás demais e numerosas fazendas do latifundiario em S. João Marcos, Pirahy, Rio Claro informa-nos Agrippino Grieco, que todas se mostravam borbulhantes de vida, miniaturas de cidades.

Conceição era celebre pelas dezenas de quartos para hospedes do Rio. *Olaria*, copia exacta do Palacio do Podestá de Brescia, construida por um architecto vindo da Italia, ficara em meio pelo motivo acima exposto, a relutancia da grande fazendeira em sahir de São Joaquim. Seus salões tinham tecto estucado, o saguão era trabalhado em marmore de Carrara; ostentava soalhos de madeiras mosaicados e ampla escadaria vistosamente theatral.

Na Antiga casa da *Olaria* não era demais recordal-o, dormira Pedro I, quando de regresso do Ypiranga. *Confiança*, herdada do barão de Pirahy seu sogro, notabilisava-se pelos jardins suspensos e as seteiras á moda medieval. *Bella Alliança*, recebida pelo russo Mauricio Haritoff, ao desposar a sobrinha-neta do formidavel senhor de cafesaes. D. Anna Clara de Moraes Costa, vira festas de sumptuosidade moscovita.

Em S. *Sebastião* morrera Luiz Alves Leite de Oliveira Belle, genro de Breves, esposo de sua filha D. Leoncia de Souza Breves varias vezes deputado e presidente de varias provincias do Imperio que "acabou corroido por aguda misantropia, desdenhado e desdenhoso da comedia politica que lhe ia em derredor."

Sobremodo curiosas as informações ministradas a Agrippino Grieco pelo Dr. Luiz de Souza Breves.

Declinaram *Lage*, *Gloria*, *Alto dos Negros*, *Parado* e *Morvo do Frade*, dantes refugio de um bandido ferocissimo, que se disfarçava num burel de monge... *Fortaleza* foi comprada a quatorze irmãos que alli mantinham um serralho, com salas gradeadas, portas falsas, subterraneos e outros elementos de romance medieval. Estiolaram-se *Julião*, *Retiro*, *Retirinho*, *Flavianna*, *Santa Paulina* e *Matias Ramos*, sendo que as ultimas submergidas pela represa da Light.

Em *Rosario* começa a bocca do tunel do Rio Pirahy, tunel construido por aquella empresa. Feneceram igualmente

Pinheirinho, Bella Aurora, Figueira, Bella Vista e Varzea, onde os Moraes estreitamente aparentados com os Breves iniciaram a sua fortuna através da figura lendaria do *Cabeça de Cuia*.

Mas, acima de tudo, digno de evocação, é o reduto de São Joaquim da Gramma, solar de que só resta a ala direita entre frangalhos de engenhos, pedaços de um vasto hospital e pedras do casario das montanhas, senzalas e palacetes que abrigavam mais de duas mil pessoas. Avulsamente perduram portões, pilares, azulejos, mosaicos, chafarizes com gargullas alegóricas, columnas truncadas, arcadas bameantes e pedaços de leões de marmore espatifados por imbecis que lá se foram divertir com exercicios de tiro ao alvo...”

Uma figura do vulto de Joaquim José de Souza Breves não podia deixar de impressionar e do modo mais vivo aos seus contemporaneos.

Tal a sua preponderancia, e a de seu irmão José nos meios financeiros e agricultores do Brasil imperial que seu nome, o de sua familia, tornou-se popularissimo em todo o paiz. Eram como que os Rothschild do café.

Nada de extranhar portanto que adquirisse enorme prestigio politico no nordeste fluminense muito embora elle proprio jamais quizesse pessoalmente prevalecer-se de tal situação.

Tão poderoso se sentia que homisiou Pedro Ivo evadido da fortaleza de Lage.

Diz A. Grieco que tratava com pouco caso os ennobrecidos a pezo de ouro do Imperio, havendo em certo dia mandado vergastar um genealogista explorador que lhe arranjava uma arvore de costado da mais apurada linhagem carlovingia e merovingia.

Verdadeiro symbolo da lavoura escravista mostrou-se Breves irreductivel na descrença quanto á possibilidade da Abolição. Pouco antes da lei de 13 de maio ainda comprava escravos, affirma A. Grieco.

Ultimada a emancipação empregou os restos da formidavel energia em reclamar uma indemnisação do Estado, que lhe arrebatara, de chofre, um capital avaliado em seis mil contos de réis mais de seiscentas mil libras esterlinas!

Terminando seu tão interessante estudo biographico commenta Agrippino Grieco:

Morreu Breves em 30 de setembro de 1889, não chegando portanto, a ver a introdução do regime que inauguraria uma nova mentalidade politica e social, tão diversa da desse ma-

gnata de mentalidade reaccionaria, sempre desconfiado dos ludibrios da demagogia barata.

Morreu ameaçado, por todos os lados, pela ruina total, sentindo o fragor do desmoronamento de sua obra, graças ao lindo lance sentimental e discutivel medida economica que foi a Lei Aurea.

Morreu elle o opulento senhor de dezenas de fazendas, latifundista de um poderio quasi feudal, vendo o exodo dos cultivadores do solo, a deserção dos cafeeiros e a carcassa dos engenhos apodrecendo no abandono. E, por mais pessimista que fosse então, mal sabia que os seus palacios seriam depois conspurcados pela presença de elementos inferiores, que grosseiros sôcos de labregos pisariam rudemente o mesmo soalho dantes tocados, ao de leve, pelos sapatinhos de setim das graciosas patricias adolescentes.

Que fazer, já então em paragens que, tendo produzido em 1887, 250 mil arrobas de café, viam a colheita descer em 1889, dada a emigração dos escravos, a 30.000 arrobas apenas, em proporções, portanto, de baixa vertiginosa até chegar quasi a zero?

Depois de haver, em 1873, visitado as fazendas do Barão de Nova Friburgo, numa excursão que sobremodo o impressionou, declara o Conde d'Ursel, o diplomata belga, que viajou nas provincias do Rio de Janeiro e de S. Paulo, haver desejado conhecer um grande lavrador typo perfeito do fazendeiro do Brasil de antanho.

Queria confrontar tal impressão com as que lhe deixara o agricultor adeantado, moderno, da craveira do barão.

Não lhe menciona o nome mas duas circumstancias nol-o identificam: o facto de contar que o seu visitado possuia trinta leguas de terra e quatro mil escravos em suas immensas lavouras de café e uma grande ilha com a periphéria de vinte e cinco leguas (sic!). Não pode ser ella senão a Marambaia pertencente realmente ao grande fazendeiro.

Nada mais é preciso dizer para nos capacitar de que o nosso viajante foi a uma das fazendas do commendador Joaquim José de Souza Breves.

"Correm no Brasil, informa d'Ursel, a respeito da existencia destes *grands seigneurs* feudaes por assim dizer, certas lendas que os representam como commettendo singulares abusos de poder ou arriscando uma resistencia cheia de peripecias contra a autoridade impotente para fazer valer os seus direitos. E como não seria assim em face do verdadeiro poderio de que dispõem estes landlords?

Possuem immensas terras, florestas quasi impenetraveis cujos refugios são os unicos a conhecer. Milhares de escravos lhes pertencem a quem podem amotinar para oppor a força á força!

O nosso novo hospedeiro era destes a quem se attribuiam estas especies de lendas e o primeiro aspecto de sua alcaçova contribuia para reforçar a credulidade daquillo que se ouvira narrar."

Parece-nos fóra de duvida que o diplomata visitou o velho commendador em sua enorme fazenda de S. Joaquim da Gramma, a mais importante de quantas possuia o creso cafe-sista.

Descavalgamos, narra, deante de sua casa grande, edificada sobre uma serie de terraplenos que lhe davam perfeito aspecto de fortaleza.

Subimos por uma escada estreita e um dos primeiros commodos que se nos depararam estava atopetado de armas, espingardas, bacamartes, etc., o que nos augmentava a illusão. Atravessámos o portão central do quadrado constituido pelas senzalas, vasta colonia onde formigavam os negrinhos esganiçados, as mulatinhas novas, os captivos velhos, alcatruzados pelo trabalho e os annos, os bellos rapagões que formavam a escolta do senhor, quando sahia a viajar.

"Meus companheiros e eu, continua o conde belga, fomos acolhidos com a mais perfeita cortezia e distincção pela dona da casa.

Era hora de jantar e a senhora fez passar os hospedes para o refeitório da fazenda, commodo enorme onde existia uma mesa de extraordinario comprimento.

Em torno della assentaram-se numerosos convivas, nada menos de trinta. O numero de lugares vazios attestava, aliás, que alli se praticava illimitada hospitalidade.

As numerosas creanças, os parentes e amigos agrupavam-se mais ou menos hierarchicamente á ponta da meza. A gente de fóra sentou-se em lugares que, á vontade, escolhera. "Havia alli hospedes, cujos hospedeiros mal lhes conheciam os nomes, viajantes, gente pobre e pedinte que lá fora ter para implorar um obulo."

Escravos descalços, vestidos de preto e branco, circulavam em torno de nós, enquanto moleques armados de longos caniços, na ponta dos quaes se agitavam finas tiras de papel, agitavam o ar procurando afugentar as moscas que poderiam importunar os convivas."

Ao terminar o jantar appareceu o fazendeiro. Era um ho-

mem de setenta e tres annos que não parecia contar mais de cincoenta, homem de seis pés de altura. Apesar do aspecto um tanto bravio tinha ares de grande fidalgo.

Quando entrou na sala, vestido como um roceiro mettido em botas que lhe iam até o alto das coxas, levantaram-se todos.

Os filhos e netos vieram beijar-lhe a mão e os escravos curvaram-se a lhe pedir a benção."

Ha engano do conde d'Ursel em relação á idade do commandador Breves. Nascido em 1804 contava então 69 annos e não 73 como affirma. Não é aliás o erro muito consideravel.

"Embora pela manhã já houvesse feito seus quarenta kilometros de marcha a cavallo a attitude deste velho de alta estatura e erecto não trahia a menor fadiga", continua d'Ursel. Sua principal occupação consistia em percorrer suas immensas fazendas, contiguas umas ás outras e formando por assim dizer um reinosinho.

"Numa extensão de trinta leguas, o viajante não sahe de suas terras; vae até o littoral atlantico ainda possui uma ilha com vinte e cinco leguas de peripheria.

Cerca de quatro mil escravos vivem em suas propriedades consagradas quasi exclusivamente á cultura do café.

Como eu voltasse á casa da fazenda a cavallo, ao lado do administrador, portuguez como quasi todos os seus collegas e muito orgulhoso de sua gerencia, ia elle ennumerando as qualidades e vantagens das diversas fazendas e lavouras que percorriamos.

"Estes, disse-me apontando-me magnificos cafeeiros estão bem creados. Já tem trinta annos e ainda dão meia arroba por pé. Aqui está a verdadeira riqueza do Brasil! E como atravessassemos um algodoal, cujos capulhos se abriam para deixar escapar os frocos côr de neve, colerico decapitou algumas hastes como se quizesse, deste modo, testemunhar o pouco caso que fazia de tal producto."

A cultura da malvacea decahia aliás de anno para anno no Brasil depois de rapido surto, quasi um lampejo, quando occorrera a Guerra de Successão. Não podia o Imperio competir com os Estados Unidos refeitos e o Egypto. Como prova de tal bastava lembrar que a exportação brasileira que em 1869 fôra de 3.292.000 kilogrammas baixara em 1873 para 222.000 kilos. O que d'Ursel não soube perceber porém foi a basofia do administrador a lhe mostrar o talhão que dava quinhentas arrobas por mil pés!

Em *Guanabara la Superbe*, a notavel obra da Embaixatriz L. Hermite occorre interessante depoimento sobre o comm.

Joaquim Breves. O pae da autora, Mauricio Ternaux Compans, diplomata francez, servindo na legação do Rio de Janeiro, resolveu em 1876 conhecer algumas das grandes fazendas cafeiras fluminenses e assim realisou interessante excursão do que fez pittoresco relato em cartas dirigidas a sua irmã Mme. Fournier-Sarlovèze. Estas cartas até agora inéditas foram divulgadas pela Embaixatriz Hèrmite.

Da fazenda do commendador Rocha Leão foram Ternaux e seus companheiros de jornada á fazenda do *Pinheiro*, do commendador José Joaquim de Souza Breves.

A este proposito informa o diplomata:

“A familia dos Breves é dona em conjuncto do “pequeno numero” de doze mil escravos apenas! O dono do *Pinheiro* só por si possui tres mil. Apesar de bem idoso está sempre viajando. Em sua ausencia fomos recebidos por seu administrador. Em sua casa goza-se da maior liberdade; chega-se e parte-se quando se quer, sem ser preciso avisar a quem quer que seja. Tambem lhe chamam a fazenda de “hospedaria”. Bem maior do que a precedente que visitamos, fica situada num declive pequeno, que domina o Parahyba. Della se goza de vista relativamente extensa, o que é raro na Provincia do Rio. Lá encontrámos o Conde d’Ursel, Cantagalli da legação de Italia e o Sr. Ganph da legação da Inglaterra. Allí estavam installados a caçar desde alguns dias. A’ noite ouvimos uma orchestra de quatorze negros entre os quaes alguns havia que me pareceram bons musicistas.”

No dia seguinte partimos para *Gramma*, a fazenda do irmão do proprietario do *Pinheiro*. Lá nos caberia o ensejo de encontrar os proprietarios e delles receber o mais amavel acolhimento. Depois de tres horas em lombo de besta chegamos á sede da fazenda. E isto sem termos sahido das terras do nosso hospedeiro.

O chefe da familia, Joaquim Breves, não sabe uma só palavra de francez. Como meu portuguez ainda não seja sufficientemente comprehensivel, chamou suas filhas, e netas que vieram acompanhadas da Senhora Breves, personalidade superior, que a natureza fez nascer grande fidalga. Consideravel sequito trazia a fazendeira “professora allemã e uma série de primas pobres, legitimas e naturaes, e outras pessoas seguidas ainda de innumerados negrinhos e negrinhas.”

“Como as moças da familia fallassem correntemente o francez puzemo-nos immediatamente a tagarellar como velhos conhecidos.”

Era o commendador Breves tio de pessoas conhecidas da

irmã do diplomata como Luiz de Lima e Silva filho do Conde de Tocantins, diplomata brasileiro, que se casara com uma senhora russa, Vera Haritoff, irmã de Mme. Magnan e de Mme. de la Rousselière.

E também tio da Sra. Mauricio Haritoff (irmã de D. Vera), de seu nome de solteira Anna Clara de Moraes Costa, cuja casa foi durante largos annos o mais afamado centro de reuniões do *grand monde* carioca e cujo bello retrato figura na nossa Pinacotheca Nacional.

Relata o viajante francez curiosa historia: uma das filhas do potentado de café, D. Rita, casara-se com um fidalgo italiano o conde Fé d'Ostiani e viera a fallecer na Europa deixando uma unica filha D. Paulina.

Fôra o conde um tempo ministro da Italia no Japão, e ao perder a esposa quiz obrigar a moça a acompanhal-o em sua carreira pelas legações. O fim a que visava affirma o diplomata francez era pouco louvavel: obter dinheiro dos avós da menina.

Mas não contava com a energica decisão de sua sogra, D. Maria Izabel Moraes de Souza Breves, a quem Ternaux chama "la douairière", inadequadamente, pois ella era casada e não viuva. Mulher de rara fibra fez com que escravos de sua confiança raptassem a menina levando-a do Rio á *Gramma*. Queixou-se o desapontado Pae ao Governo Imperial que intimou os avós de Dona Paulina a entregal-a ao conde d'Ostiani.

Determinou-se diligencia policial ante a recusa do commendador Breves a entregar a neta.

"Mas, relata Ternaux-Compans, quando os soldados se apresentaram para executar as ordens recebidas Joaquim Breves mandou tocar a rebate, seus escravos acudiram e... os homens da policia recuaram prudentemente.

Este caso e alguns outros que me citaram mostram quão grande é o poder de alguns fazendeiros que como os *daimios*, consideram-se como libertos de qulaquer constrangimento em relação ao governo e ás leis estabelecidas".

E assim ficara D. Paulina, em poder dos seus avós. Mais tarde desposaria um fidalgo francez, o conde de Montholon, parente, quiçá neto do fidelissimo amigo de Napoleão I, um dos mais dedicados servidores do "Homen dos Seculos" a quem acompanhou sempre na desdita de Santa Helena.

Informam-nos pessoas autorisadas, da familia Breves que o diplomata francez foi injusto para com o seu collega. Não eram as intenções do conde Fé d'Ostiani azinhavradas obede-

cendo muito mais á animadversão notada a seu sogro com quem sempre tivera turras e duvidas.

Muito apreciou Ternaux Compans o convívio com "Cocota Breves" (D. Maria Izabel de Moraes Costa?) encantadora menina de dezesseis annos muito bôa musicista."

Infelizmente apreciava demasiado a musica de exportação considerando Offenbach como que um classico.

A' noite para a distracção dos nobres hospedes fizeram os fazendeiros com que os pretos dançassem "lundús", Jungus (sic) e caterettês.

"A seus gritos mais selvagens do que harmoniosos, acompanhavam o tambor e a guitarra, mas as melopeias, pelo menos as que ouvi, pareceram-me longe das extranhas melodias ciganas e dos cantos arabes tão poeticos em sua monotonia."

Na *Gramma* teve Ternaux Compans a impressão de que os escravos eram mais livres do que nas outras fazendas que percorrera. Moravam num arraial de casas de barro que se espraiava por baixo de uma especie de villa á italiana residencia de seus senhores.

Deste conjuncto fez o diplomata esboço a oleo. As portas dos aposentos da Casa Grande estavam sempre abertas. Assim viam-se rastejando por baixo de todos os moveis negrinhos que lá se metiam como se fossem gallinhas.

Eram tolerados porque os senhores delles se valiam para evitarem o mais possivel mover-se.

Apreciou Ternaux Compans verificar o prestigio do velho Breves perante os seus e o carinho e a deferencia com que o tratavam.

Quando chegava para almoçar, filhos e netos corriam apressurados e ao mesmo tempo a beijar-lhe a mão.

"Era um homem de setenta annos de porte muito alto, de rosto energico, a que animava um olhar mixto de dureza e benevolencia."

CAPITULO IX

Um depoimento interessantissimo sobre a organisação de grandes fazendas cafeeiras de antanho — Cafesaes em terreno montanhoso — Carpa e colheita — Terreiros e engenhos — Industrias complementares varias — Os diversos officios nas fazendas — O pessoal da tropa — Musicos e sachristães — Boticarios e barbeiros — Relojoeiros e enfermeiros

Excellent e longo apanhado sobre as condições da vida nas velhas fazendas cafeeiras escreveu, em 1934, o Sr. Dr. Everardo Vallim Pereira de Souza, bananalense, de grande familia de lavradores, alto funcionario do Estado de São Paulo e senhor de bella cultura variada. Subordinou-o ao titulo “A região agricola bananalense, sua vida e esplendor de outrora.”

Vamos apresental-o ao leitor como um dos melhores documentos brasileiros até hoje divulgados sobre a vida de fazenda de outrora. E' o estudo do Dr. E. de Souza o espelho fiel do quadro da organisação e modo se reger de uma grande fazenda cafeeira de antanho pelas visinhanças de 1880. Foi publicado no *Jornal do Commercio*, repositorio de inesgotavel riqueza de assumptos brasileiros como é inutil encarecer, e merece que seu autor o amplie largamente.

Este depoimento cuja valia o leitor apreciará devidamente, tal o seu tom de sinceridade, dá-nos a impressão do perfeito conhecimento dos factos allegados.

Pertencente a uma familia de grandes cafesistas é o autor neto do opulento commendador Manuel de Aguiar Vallim, um dos maiores lavradores de seu tempo no Brasil, senhor de muitas e afamadas fazendas, entre as quaes sobressahia a do *Resgate*.

“As antigas fazendas do Bananal, escreve, obedeciam aos moldes das congeneres situadas no fertil valle do Parahyba. Eram vastas propriedades senhoriaes, ainda com pronunciadas

reminiscencias do feudalismo da velha Europa. Algumas del-
las, pela vida propria e a população densa, pareciam verdadei-
ras cidades.

Era o café a cultura predominante na maioria destas enor-
mes fazendas. Delle provinha a opulencia da região havendo
propriedades, porém, onde a da canna se especializava e, con-
comitantemente, todas as demais plantas alimenticias, cultiva-
das com abundancia. Além do milho, do feijão, do arroz, a
mandioca, o amendoim, os diversos tuberculos como a batata,
o mangarito, o cará, o inhame, a tayoba.

Além disto as fructas, as mais variadas, e hortaliças á
farta, enchem pomares e hortas.

O mesmo se dava com outras culturas, estas de natureza
industrial, o algodão, a mamona, o anil, occorrendo, ainda,
utilissima collecção de plantas medicinaes.

Outrosim, não se descuidavam os bons fazendeiros das
forragens, tendo em vista o vulto de suas criações. O gor-
dura enchia os pastos, onde ainda não se plantava o capim
fino e o jaraguá.

“A geologia bananalense, explica o nosso autor, é em
geral, de natureza granitica de cuja decomposição provem
as varias terras massapés, com alto coeficiente de fertilidade,
fertilidade esta fartamente augmentada, devido á adubação
natural, proveniente do humus millenario, formado pelas im-
ponentes florestas, que sem solução de continuidade, cobriam
todo o solo, bastante irrigado de excellentes aguas e tendo por
ambiente invejavel clima, sem os maleficios das geadas. Os
campos naturaes, e os cerrados jamais existiram na zona. Da
mesma forma as aguadas leitosas ou coloridas e a praga do
capim amargo, eram inteiramente desconhecidos em toda a
região.”

Territorio extraordinariamente accidentado, como se sabe,
seus morros haviam sido outrora inteiramente cobertos de
matas seculares. Postas abaixo, inconscientemente queimadas,
havia cedido o logar aos cafezaes, da variedade *arabica*, que,
medrando em solo virgem e uberrimo, tinham, por annos a fio,
dado phenomenal producção.

Desamparado o solo de sua vestimenta tornava-se inde-
fensavel para impedir a erosão causada pelas enxurradas esgo-
tadoras daquelles declives ingremes e causa principal da pre-
coce decadencia da lavoura cafeeira em todo o municipio.
Tal qual como se dava no resto do valle parahybano.

Tivesse porventura Bannaal a privilegiada topographia
as derramas suaves e os chãos parados de Jahú, Ribeirão

Preto, Araras e outras regiões e do seu massapé rico os cafezaes não teriam desaparecido.

“Estes morros apesar de lavados do que melhor possuíam, impedidos de conter as erosões e, inadaptáveis ao emprego das machinas agricolas, com o correr dos annos adquiririam contudo aproveitamento de alto valor economico, graças a sua transformação em pastagens de basta forragem e a adaptação á sylvicultura industrial.” Aponta Everardo de Souza algumas essencias das mais proprias ao acondicionamento de fructas e a fabricação do papel, e plantados nos aclives bananalenses: pinheiro, bracatinga cinamomo, guaperuvú, araribá, arixixá e outras mais, de rapido crescimento.

Toda aquella moraria, actualmente coberta de rachiticas forragens, e cada vez mais enfraquecidas, graças ás frequentes queimas, constituia outrora quasi que *um unico cafezal* de permeio do qual surgiam reservas de mattas e terrenos, apropriados a todas as culturas e pastagens, necessarias ao consumo das fazendas, informa-nos o escriptor paulista.

Devido a tão accidentado solo, o alinhamento dos cafesaes muito deixava alli a desejar tornando quasi impossivel a contagem dos cafeeiros. Tal falta apparente de capricho provinha, tambem, da desnecessidade de se lotearem as lavouras em talhões como já se procedia nas terras do oeste paulista onde havia immigrants.

Não existia inconveniente algum em tal processo pois os trabalhos culturaes realisavam-nos escravos, sob a constante vigilancia de feitores.

Se a limpa e capina dos cafesaes, toda feita á enxada, encontrava tantos tropeços nas irregularidades do terreno nada facil se tornavam tambem os serviços da colheita, morosa e penosa.

Do mesmo modo que as carpas faziam-na os escravos sempre a oito, munidos de peneiras de taquara ou bambú, apoiados á cinta e, tendo por suporte um cordel de embira trançada sustido pelo pescoço.

Nas peneiras só cahiam os grãos em cereja, a dedo colhidos. Quando cheias eram as fructas abanadas e em seguida depositadas em quicambos. Repletos estes os escravos masculinos os levavam ás costas até o local do recebimento sendo dahi até aos terreiros toda a colheita diaria transportada em pesadissimos *carros de caixão*, geralmente puxados por cinco ou seis juntas de bois, em passo ronco, e compassado, pelo chiar caracteristico desses vehiculos de eixo movel de madeira chiado a que engraçadamente chama E. de Souza *cantico*.

Desfructados (e desfolhados, accrescentamos nós) todos os cafesaes, uma segunda colheita se effectuava, a do repasse.

Naquelles tempos a pressa não existia, commenta o narrador, uma semana de viagem a cavallo, em liteira ou banguê, a ninguém assustava. Rezam as chronicas que vehiculos de especie alguma multado fôra então... por excesso de velocidade observa ainda espirotuosamente.

Eram de extrema primitividade os terreiros para a secca do café, comparados aos actuaes, cuja direcção exige a capacidade de verdadeiro technico, e muita pratica, alliada a attenção sem limites. Em geral se faziam de terra bem firme, divididos em quadros e em um só plano.

A cavalleiro encontrava-se o lavador, construido de ta-boas ou de pedras. Em fartas aguas, recebia os cafés que da roça vinham transportados.

Por uma bica superior separavam-se os fructos já seccoos o boia, directamente, em balaiois levado á quadra a elles destinada.

A lavagem propriamente dita, do *fundo do caixão* constituia penosa e complicada operação.

Um ou dois trabalhadores apenas cobertos de tanga, tinham que ficar dentro dagua o tempo a tanto necessario, para separar, com enxada ou rodo, o cereja das impurezas com que vinha da roça: terra areia, pedrinhas e demais corpos extranhos.

Secco o café, (bem longe dos cuidados actuaes, postos em grandes montes sob pannos impermeaveis, oleados e outros), transportavam-no ás tulhas, sempre em balaiois á cabeça dos escravos. Allí aguardava o devido ponto de secca.

No Norte paulista entre parentheses creou-se um verbo curioso para designar a volta do café da tulha ao terreiro, afim de se lhe completar a secca; *revenir*, palavra de assonancia tão fortemente franzeza.

Era a socca do café secco operada no *engenho*, como se dizia no norte paulista, em opposição á *machina* universalmente assim chamada no oeste de S. Paulo.

Grande casarão esse engenho, onde existiam os pilões, brutissimos paus, em geral de 40 centimetros de diametro, e feitos de um só tronco de madeira de lei.

Geralmente o jogo ou bateria de pilões, compunha-se de tres a seis mãos ferradas.

Uma vez soccado, era o café levado ao *abanador limpo*, tambem accionado á mão, para a ventillação da palha que,

não raro, cahia directamente nagua, pela qual era levada em inconsciente desperdicio de tão precioso adubo.

A catação fazia-se a dedo, sendo nella empregado grande numero de escravas, que para isto recebiam taminas, maiores ou menores, segundo a qualidade do producto. Era ainda desconhecido o uso do separador, bem como o do brunidor.

Mais ou menos em 1882, começaram os antigos engenhos a ser substituidos pelas *machinas completas de beneficio*, fabricadas pelas casas Lidgerwood e Ahrens Irmãos.

Taes machinas, accionadas por motor hydraulico ou por grandes vapores, revolucionaram por completo o preparo dos cafés. Não só dispensavam o numero elevado de escolledoras, como davam ainda ao producto mais igualdade e muito melhor aspecto.

Os engenhos e engenhocas de canna obedeciam, tambem, aos moldes primitivos; quasi tudo de madeira e longe, muito longe mesmo, das usinas de agora.

Os cylindros, em numero de dois ou tres, quando muito, produziam compressão insufficiente. Desta resultava grande desperdicio de caldo. Este, mais conhecido por *garapa ou guarapa* era conduzido por bicames de troncos de palmeiras, ou de taboas aparelhadas, aos cochos de fermentação, geralmente feitos de grossos troncos de madeira, cavados a enxó e goiva.

As tachas eram de cobre, directamente aquecidas a lenha. Depositava-se o producto da evaporação em grandes fôrmas de madeira, aparelhadas á crystalisação do assucar. Por baixo das formas collocavam-se cochos para o deposito do mel de tanque dado aos animaes ou aproveitado para o fabrico de aguardente em alambique de barro ou cobre, o mais em voga.

Juntamente com o assucar se fabricavam rapaduras em grande escala e para o gasto da casa, durante todo o anno.

A farinha de mandioca tinha tambem seu machinario, embora primitivo.

“Descascada a mandioca, a mão, pelos escravos, sempre em agua corrente, era *cevada*, em ralo rotativo, accionado a braço. A massa resultante, comprimida por pesada prensa, mais conhecida por *tipity* fazia desprender a maior porcentagem possivel de succo ou caldo, do qual por decantação, em vasilhame apropriado, separava-se o polvilho. Este após as necessarias lavagens, seccava ao sol sendo em seguida peneirado. A massa expremida passava aos poucos para a tacha onde, por meio de brando aquecimento, transformava-se em

farinha. As variedades de mandioca preferidas para fins industriaes vinham a ser as *mandys*, mau grado a forte porcentagem do venenosissimo acido cianhydrico.

Davam porém muito maior rendimento util do que os aipins, bem menores em tamanho, mas saborosissimos e de alto coefferiente bromatologico.

Em varias fazendas, tambem havia industria de tecelagem de algodão donde provinha o pano utilizado para as roupas dos escravos, lenços, saccaria e outros mistéres.

Feita em peneira a colheita dos capulhos era, em sacco transportada aos terreiros onde, cuidadosamente, se lhe ultimava a secca.

Para a separação da fibra usavam-se pequenas engenhocas muito bem feitas, todas de madeira: os descaroçadores, accionados, lateralmente, por duas negrinhas. Outras duas mais ficavam encarregadas de alimentar o cylindro e retirar o algodão. Em seguida era este entregue em taminas ás fiadeiras, escravas com grande pratica do manejo de cardas e rocas.

Desta manipulação surgia a fição, por signal que geralmente bem boa. Eram os fios regularmente distribuidos pelas varias peças do tear, machina engenhosissima, toda de madeira, accionada pelos pés e as mãos de uma unica operaria que, por sua vez, tambem movimentava a lançadeira. O tecido assim conseguido apresentava-se muito bem confeccionado e, mais ou menos, da largura de quatro palmos.

Era tambem o tear utilizado para outra tecelagem, a da lã proveniente das ovelhas da propria fazenda, e de accordo com as respectivas necessidades. Empregava-se o artigo, principalmente, na confecção de cobertores e timões ou japonas, resguardadores dos escravos contra os rigores do frio.

Nesse genero de tecelagem havia certa arte de origem africana, revelada na distribuição das côres em padronagens esquisitas, observava Everardo de Souza.

Outra industria caseira, embora de pequeno consumo era a do anil.

“Colhidos os pequenos legumes, na época propria, eram socados em pilão commum e em seguida postos em maceção.”

Dahi provinha a *agua de anil* clarificadora das roupas.

Ou então deixava-se o indigo em repouso em tableiros de madeira para a decantação do producto.

Depois de secco e peneirado era guardado.

Para a tinturaria dos tecidos além do anileiro utilisavam-

se outras plantas tambem, taes como o urucú a graúna, o so-bragy, o açafão etc.

Diziam os antigos bananalenses que em algumas das fazendas mais proximas de sua cidade haviam existido pequenas plantações de chá, principiadas por colonos chinezes, vindos de Macau, sendo provavel que tambem tivessem elles iniciado o preparo industrial dos brotos da tão apreciada ternstremiaceae.

Abandonando porém os chinezes a sua lavoura e mudando-se todos para a cidade, em busca de serviços leves, os ensaios culturaes do chá, tinham por completo desaparecido. O rival do matte, a congonha, continuava pois, em pleno uso.

Outras pequenas industrias existiam ainda, igualmente, nas fazendas. Sempre, porém, só, para as necessidades do consumo local. Uma dellas era a da fabricação de vellas feitas com o sebo dos ovinos abatidos para a alimentação, outra a do *sabão de cinza* preparado com gorduras saponificadas pela potassa proveniente das cinzas de plantas espezias, de preferencia o pau d'alho.

As candeias consumiam azeite, feito em casa, proveniente do ricino commum. Os lampeões primitivos mais conhecidos por candieiros consumiam excellente oleo, fino e de bella côr esverdeada, produzido pelo pinhão paraguayo.

A farinha de milho e o fubá provinham da moagem do utilissimo cereal, feita em moinhos de nós sobre rodizio accionado por forte jacto de agua. Taes moinhos, simples e praticos, eram de interessantissima engenhosidade pela efficiencia dos machinismos affirma o nosso autor.

A respectiva farinha, fabricada a fogo lento, obtinha-se em taxos razos de cobre.

Não se refere Everardo de Souza ao trabalho dos monjolos que, no emtanto, com o lento e compassado, tardonho mas robusto bater, tanto serviam para o pilamento do milho, sobretudo nas regiões, como a do Bananal, onde ha tanta abundancia de força hydraulica.

Nos telheiros, que abrigavam as velhas machinas chinezas, que se diz terem sido introduzidas no Brasil por Braz Cubas, já antes de 1550, as pretas velhas fabricavam, geralmente, farinha de milho com o cereal, triturado que iam progressivamente retirando dos cochos martellados pelos pilões ou *munhecas*, presos ás *virgens*, quando bem regulado o *co-ximpim* destas.

As grandes fazendas cafeeiras exigiam vultoso pessoal de profissionaes para os seus diversos serviços em uma serie de officios.

Discrimina-os Everardo de Souza em pittoresca resenha.

Os marceneiros, officiaes de officio fino e mão de obra matada, confeccionavam mobílias. Geralmente tão solidas quanto pesadas desafiando os seculos pela robustez e o peso de suas peças indesarmaveis. E orgulhavam-se de só trabalhar em *serviços de primor*.

Encarregavam-se dos trabalhos grosseiros e rudes os carpinas, empregados na construção e reparo das bemfeitorias, a cuidarem de linhas, thesouras e esquadrias rusticas.

Os serradores, em estaleiros sob coberta, desdobravam, com a serra braçal, de penoso manejo, os madeiramentos. Os pedreiros trabalhando em pedra, tijolo ou adobe incumbiam-se de todos os serviços de construção, utilizando-se da excelente cal fabricada nas caieiras, existentes em varias das fazendas, onde sempre havia oleiros de tijolos adobes e telhas.

Os pintores em suas caiações e pinturas, empregavam frequentemente material local procedente de muitas argilas e de oxydos naturais, ostentando bonitos coloridos: tabatinga roxo terra, oca etc.

Os ferreiros, em tendas bem aparelhadas, faziam tudo o que se pedia do seu officio. Geralmente accumulavam o serviço geral, com a especialização dos ferradores.

Falando do que se chamava *gente de dentro* recorda Everardo de Souza que os alfaiates, não raro haviam aprendido o officio nas cidades, senão mesmo na Côte do Imperio, encarregando-se da confecção de parelhas de roupas para os sinhôs moços e os sinhosinhos. Costura solida, deveras, mas nem sempre bem assentada, lembramos nós sem malicia e por amor á verdade.

Por sua vez as modistas com curso na Côte muitas delias em casa de alguma franceza, talvez até das da rua do Ouvidor, encarregavam-se dos vestuarios das sinhás velhas e moças, além das sinhasinhas.

Os sapateiros aproveitando as lições de seus mestres, no officio de São Chrispim e São Chrispiniano, chamavam a si a confecção de todo o calçado do uso dos brancos, desde as botas de montaria até os mais delicados sapatos para as moças. E tambem forneciam os chinelos tão queridos de tanta gente de antanho que os não desamparava.

Cozinheiros e cozinheiras, destacavam-se de accordo com as especialidades de cada qual. Assim uns se tornavam afamados pelos arrozes de forno e os cuscuzes, outros pelo preparo das caças, dos perús, e capões etc. Outras ainda se mostravam insignes boleiras, doceiras, biscoiteiras. Cada qual tinha o seu

departamento de gulodice e tratava de manter o mysterio de suas receitas por meio de impenetravel segredismo.

As mucamas, arranjavam os innumerados quartos e alcovas, não só os de seus brancos como também os dos hospedes, quasi sempre numerosos.

Além disto serviam os banhos, carregados em jarros e potes, para respeitaveis bacias de cobre. Que faina esta incommoda e desconfortavel aos banhistas! Pela manhã, de quarto em quarto transportavam, em bandejas igualmente respeitaveis, o classico café com leite, acompanhado de uma dezena de gulodices, cada qual mais saborosa.

Mucamas, *amas seccas*, antigas mamãs dos sinhosinhos, especialisavam-se em tomar conta de tudo quanto dissesse respeito a uma só pessoa, encarregando-se também nas horas vagas, de contar historias ás crianças muito de almas de outro mundo, sacys e lobishomens e de lhes dar estalados cafunés á noite, a titulo de narcoticc, quando os pequenos tremiam do tutú marambá.

Crioulinhas costuravam e faziam os serviços leves. E á tarde em turmas areiavam as bacias utilizando-se da cinza de pau d'alho e limões ao meio partidos.

Boticarios, e enfermeiras, também não faltavam, sempre a postos para o preparo dos remedios e a devida assistencia aos doentes. Frequentemente desempenhavam estas ainda o mistér de parteiras, mostrando algumas admiravel pericia.

Os pagens, acompanhavam os senhores quando em viagem, não só para os servir como também para o trato dos animaes e a conserva dos arreios.

Sendo o uso dos phosphoros relativamente moderno, era costume, naquelles tempos, o da brasa. Reclamando-a dava o fumante um assovio attendido logo por um moleque. Quando ouvia fallar em fogo, o negrinho eclipsava-se, vindo pouco depois com uma brasa dentro de uma colher. Alguns dos mais *serelepes* dispensando esta, traziam-n'a na propria mão, movimentando-a como se fôra guizo de chocalho.

Os moleques, companheiros de folguedos dos sinhosinhos, inventavam, para os distrahir, mil brinquedos. Em muitos delles demonstravam até extrema pericia.

Os chaveiros, além da guarda do que lhes era confiado, também serviam de apontadores.

Em fazendas de vulto havia até relojoeiros, conta-nos Everardo de Souza. Cuidavam dos relógios da casa e dos de bolso. Como aggregados, de categoria superior, accumulavam a estas funcções as de dentistas, ou antes, de arrancadores de

dentes, e as de barbeiros pois também applicavam bichas e ventosas, privilegio universal dos figaros de antanho.

Quanto ao pessoal *de fora*, as proeminentes personalidades eram as da tropa. Dellas o mestre arreador assumia as porções de figura de alta importancia e da maxima confiança do patrão e desempenhava elevada funcção.

Representava o chefe de serviço encarregado da comunicação da fazenda com o mundo exterior. Estava a seu cargo tudo quanto se referia á tropa de muares que transportava café ao porto ou á estação do destino, trazendo, em retorno, as mercadorias necessarias á fazenda, com especialidade o sal.

Os fazendeiros do Bananal geralmente, antes da existencia do seu ramal ferreo, enviavam o café para Jurumirim, onde o embarcavam para o Rio por via maritima.

Em regra era o arreador, ao mesmo tempo, habil trançador em couro e, sob sua inspecção os tropeiros confeccionavam as cangalhas, as bruacas o arreame, tudo quanto fosse necessario ao mistér. Mas, nas grandes fazendas, havia sempre correiros e selleiros effectivos.

“Que espectáculo interessante o de uma tropa lusida, bem arreada, composta de varios lotes de muares, de variegadas pelagens, tendo por madrinha, o maior e mais forte delles, levando vistosa cabeçada cheia de guisos para o encorajamento dos demais! exclama o nosso autor, evocando já de nós longinqua visão.

Em algumas fazendas existiam excellentes *bandas de musica*. Allemães eram, ás vezes, os seus mestres. Tocavam nas festas da casa, e nas de fóra, as peças atroadoras de seu repertorio estridente.

E nellas, commentamos, sobresahiam os bumbos ensurdecedores e os clangorosos trombones.

Em outras propriedades existiam capellas decoradas a primor, onde os respectivos capellães, ou outros sacerdotes, resavam missas, celebravam casamentos e baptisados. Dispunham estas igrejinhas (ás vezes quasi igrejas mesmo) de paramentos completos e luxuosos. Fornecia sacristães a propria fazenda, cada qual mais espevitado ao pronunciar as formulas de resposta em latim... mais que barbaro! commenta E. de Souza.

CAPITULO X

As bemfeitorias das grandes fazendas — As casas grandes — Jardins, pomares e horta — Dependencias, engenhos, tulhas, paioes, rancharia, enfermarias. Senzalas — O quadro — Cocheiras e estabulos — Alimentação dos escravos

As primeiras installações provisórias nestas fazendas, que por vezes com o decorrer dos annos chegaram a contar mais de mil habitantes, haviam sido feitas em roçadas no meio das mattas virgens. A' escolha da séde determinara a proximidade de uma aguada. Aos poucos, com os descortinamentos do terreno, melhores escolhas se tinham imposto sendo então edificadas as bemfeitorias definitivas.

A casa de moradia, a casa grande, o solar do senhor da propriedade, ficava, em geral, em posição de maior destaque em relação ás demais construcções. Sobradão de velho estylo característico portuguez, atarracado, por vezes enorme, com terraço ou alpendre, ao centro da fachada, ladeado de janelas em renques e com escadarias de accesso, com um e dois lances, senão com duas escadas.

No terraço, ou varanda, o pretorio das fazendas do oeste paulista, á tarde, reunia-se a familia para contemplar a belleza panoramica do local e, ao mesmo tempo, observar o movimento serodio da fazenda; o espectáculo do gado que, se recolhia aos abrigos curreleiros e dos carros de boi e carroções das ultimas viagens do café ou dos mantimentos sahidos das roças, a chegada, formatura, contagem e revista dos escravos, tendo por feitores, ou capatazes, como na matta mineira, e na Provincia do Rio, se dizia muito, homens da maior confiança dos administradores, ou feitores, assim chamados em muitas zonas.

A chegada das tropas de retorno a casa, era motivo de viva curiosidade. E com interesse se acompanhavam os ser-

viços superiores nos terreiros de café e outros mais de urgencia, antes de anoitecer.

Se é que não houvesse serão... o que era frequente.

Contigua ao terraço existia a sala de espera, dando para o salão de visitas, em geral decorado com luxo de pinturas finas quasi sempre sobre extravagantes assumptos, dourados e custosos estuques. Para as refeições, além da sala commum, do diario, o salão dos grandes dias de festa mais conhecido por *pagodes*.

Quartos e alcovas estas sem hygiene de ventilação e illuminação directas, existiam em grande numero, annexos ás salas e aos salões, pequenos, acanhados, frequentemente escuros.

Não deixava de ser curioso o facto da maioria das moradias senhoriaes, construidas sem o menor viso economico e até mesmo com sensível despendio, muito deixarem a desejar quanto a certas commodidades, indispensaveis á civilisação hodierna.

A' frente ou lateralmente ás casas grandes existiam bonitos jardins, cultivados com capricho, tendo ao centro o invariavel repuxo sobre tanque de azulejos em que viviam peixinhos de vivo colorido. Atraz das mansões ou proximos ás mesmas surgiam os pomares, geralmente muito apraziveis e abrangendo grande area toda plantada de arvores e arvoredos frutíferos das maior diversidade possivel.

Nelles se notavam em geral mangueiras, laranjeiras, jaqueiras, cajueiros, tamarindeiros, amexeiros, jaboticabeiras, amoreiras, cambucaseiros, tamareiras, cabelludeiras fruteiras do conde, marmeleiros, coqueiros, ingaseiros, pitangueiras etc. Assim tambem plantas de especiarias como a baunilha, camphora, cravo da India, pimenta do Reino etc.

Em local apropriado ficavam as hortas, tambem apraziveis com esmero cultivadas e sortidas de hortaliças da maxima variedade e cuidadas quasi sempre por chacareiros portuguezes.

"Muito interessante a irrigação praticada nas hortas de antigamente: pelas principaes ruas corriam reguinhos d'agua nos quaes de distancia em distancia havia pequenas poças no proprio chão; dessas poças tiravam os hortelães a agua em cuias amarradas em cabos de pau, assim arremessada aos canieiros proximos ao local."

Geralmente, dando para o jardim ficavam certas dependencias da moradia taes como a sala de bilhar, a das armas e a da escola dos sinhôs-moços, cujo ensino era ministrado por professores competentes."

As sinhásinhas estas tinham professoras quasi sempre francezas que tambem leccionavam piano, canto, costura, dansa e equitação.

“Algumas das discipulas, a titulo de *reinação* por sua vez transmittiam aos criulinhos os ensinamentos que iam recebendo, sendo assim commum ouvirem-se a cada passo, palavras ou ditos em francez... do Senegal ou da Martinica!...”

Varios destes prêtinhos chegaram a aprender todas as marcações da quadrilha e dos lanceiros, dansas classicas da época, outros mais geitosos tambem movimentavam-se nas polkas e mazurkas. Muitas destas marcas ouvimol-as quasi irreconhecivelmente estropeadas como por *En avant tous* e *Chaine de dames: Alabantús* e *Chende dán*.

Não longe das residencias senhoriaes ficavam as dependencias hospitalares e de assistencia. Dispunham de botica muito bem provida enfermarias, especializadas para homens, mulheres e crianças além de maternidade e creche e dirigida por boticario pratico, alguns com carta de Ouro Preto.

Eram semanalmente em geral, inspeccionadas pelo medico da cidade, contractado para o prestimo de serviços profissionaes.

As demais dependencias commumente consistiam; na casa do administrador, nas do chaveiro, do escrivão, marcenaria, carpintaria; tenda ou ferraria, casa do arrieador, junto da qual ficavam os quartos dos arreios e de todos os demais pertences da tropa; paiol para a guarda do milho em espigas, tulla ampla e bem coberta, para o café em coco, o feijão, arroz, algodão, a venda em cujos depositos havia despensas do toucinho, carne secca, bacalhau, sal e outros condimentos de cozinha, para o pessoal da roça, da casa e tambem os alimentos de engorda para os capados das cevas.

A notar ainda o quarto dos arreios de montaria, cujas fivellas caçambas, freios e demais pertences de metal, em regra eram de boa prata portugueza, os quartos dos pagens dos hospedes sempre movimentados, a prisão para os escravos sujeitos a penalidades.

Nas velhas fazendas, fundadas nas primeiras decadas da cultura cafeeira havia sempre a rancharia para as tropas de passagem. Algumas dellas enormes conforme a sua posição á beira de estradas de grande transito.

Em locais escolhidos, não longe da casa grande, estabeleciam-se os terreiros divididos em quadros, encimados pelo lavrador e edificava-se o engenho de café chamado machina no oeste paulista.

O mais antigo destesapparelhos de beneficiamento era o rude *Ribas*, o *ripes* dos fluminenses e *carretão* dos paulistas occidentaes. Em cocho ou calha e mōvementados por duas juntas de bois rolavam as suas immensas rodas de madeira de lei, levantando tremenda polvadeira a asphixiar os pobres *engenheiros*.

O engenho de assucar ficava quasi sempre á ilharga do de café ostentando a enorme armação de suas moendas toscas e pouco rendosas. Moinha e monjolo appareciam mais longe.

Não distante da casa grande ficava a residencia dos escravos, cujas bemfeitorias em certas fazendas chegavam a ser do maior vulto.

Certas senzalas eram casas para dois casaes, construidas conjunctamente e formando os tres lados de um *quadrado* sendo o quarto, alta cerca de balaustres protegidos por telhado de barro.

Em outras fazendas o quadrado era constituido por um recinto fechado inteiramente por altos muros. Nestes se encostavam as casas dos escravos abrindo para uma alpendroada tambem quadrilateral que dava para o pateo central em parallelogrammo.

Mais ou menos no centro da cerca ficava o unico portão de entrada grande, pesadão, fechado a enorme chave. Bem no meio do quadrado erguia-se grande chafariz de limpida agua. Ao lado da casa do chaveiro ficava o sino, grave, imperativo, em seus plangentes toques, principalmente ás Ave-Maria e ás Alvoradas.

Vimos numa velha fazenda fluminense o quadrado munido de uma cerca exterior onde, á noite, corriam enormes mastins ao redor das paredes das senzalas.

Em outras a crista do muro estava eriçada de agudos cacos de vidro.

Para as criações, quasi todas de origem iberica, existia nas grandes fazendas de Bananal tudo quanto se tornava necessario, escreve Everardo de Souza.

“Os bois pernoitavam em curraes, com ranchos para abrigo. As vacas de leite tinham *estabulos*. Os suínos eram distribuidos em chiqueirão, chiqueiro e cevas, conforme as idades e estado da engorda. Os muares das tropas tinham piquete apropriado, com rancho ao centro cobrindo grande cocho para as rações de milho aboboras e sal. Para os animaes de sella havia pastinhos para o pernoite permanecendo durante o dia em cavallariças, bem feitas onde recebiam especial trato.

Para a criação de muares existiam installações proprias, um tanto distante, da séde da fazenda, sendo quasi que só adoptados, como reproductores os jumentos oriundos do Reino, como eram chamados."

Em varias fazendas existiam creações de gansos e tambem de pavões cujas grandes penas, de rara belleza, eram utilizadas para a confecção de luxuosos abanadores de moscas, manejados por crioulinhos durante as refeições em dias de gala, porquanto nos communs os abanadores eram de tiras de pano, ou de papel vistoso, ainda, mais simplesmente, de singelos ramos de arvoredos aromaticos, quasi sempre canelleiras, eucalyptos ou canforeiras.

A alimentação dos escravos bananalenses consistia, em substancia, do delicioso angú e feijão preto ou rosilho bem atouchado.

Era a formula geral alimentar de toda a escravatura dos cafesaes.

Aos grandes caldeirões desta preciosissima leguminosa se adicionava ora carne secca, ora carnes frescas, de vacca, porco ou carneiro.

Em separado preparavam-se os accessorios, mandioca, cará, batata doce, milho novo em espigas, abobora, inhame, taioba, couve, cenoura, mandioquinha manganarito.

Nos cafesaes existiam ranchos de abrigo contra as chuvas tambem utilizados para as cozinhas provisórias.

Nas proximidades desses ranchos faziam-se geralmente plantações de laranjeiras e bananeiras escolhidas, de grande proveito para os captivos.

A alimentação do gado bovino consistia em gramineas de varias qualidades inclusive cannas taquara, além de milho em espiga, aboboras e sal. A's vaccas leiteiras, davam-se rações de agua com fubá e tambem lavagens de cozinha.

Aos muares e aos cavallos, além das fartas pastagens de gordura, angola e gramma variadas, davam-se milho em espigas, aboboras cannas e sal.

Os suinos nutriam-se da pastagem de seus mangueirões e milho em espigas descascadas. Para os cevados, o milho era em grão e bem amolecido nagua. Além do milho consumiam restos de tuberculos, sobretudo inhame, fructos e verduras, sempre cozidas em avantajados caldeirões. Os ovinos alimentavam-se quasi exclusivamente de pastagem tomando sal, ás luas novas.

Para as molestias dos animaes, consultavam-se veterinarios praticos cujos medicamentos consistiam, geralmente, em productos da nossa flora. O interessante era que a quasi todos os curativos acompanhavam rezas, benzeduras, e tregeitos cabalisticos de origem africana.

CAPITULO XI

A vida social nas grandes fazendas cafeeiras — Passeios e excursões — Caçadas e pescarias — Solenidade maiores e menores — Affluencia de hospedes — Fogueiras, jongos e cateretês — Os grandes banquetes — Os brindes — A instituição curiosa dos mumbavas

“A vida social nas fazendas, nada de enfadonha era escreve Everardo de Souza. Bem ao contrario disso, tinha constantes distrações.

A superintendencia e a inspecção de todos os multiplos e variadissimos serviços, inherentes á marcha regular da propriedade tomavam, por si, boa parte do tempo de todos da familia, já constituindo isto continua occupação de proveitosos resultados.

Ao par, porém dessas preoccupações, aliás de character propriamente de trabalho outras muitas havia de fins recreativos.

Os passeios eram frequentes e apreciadissimos. Para os de longitude e principalmente as viagens, em vez dos bellos cavallos de esmerado trato eram preferidas as bonitas bestas, luzidias e de passo trotado; assim como, para as pessoas de mais idade, as liteiras, os banguês, os carros e os trollys, ás vezes puxados por bois.

Estes carros, de invenção local, caprichosamente confeccionados por habéis marceneiros, constituíam originalidade pelo formato especial e relativo conforto, porquanto tinham cobertura de lona impermeavel, cortinas lateraes contra as chuvas e o sol, e assentos fixos em formato de divans.

Os bois que os puxavam eram escolhidos a capricho, de pellagem e melhor trato que os demais. O mesmo se dava com os muares das liteiras e banguês de mais corpulencia, reluzentes sempre.

Além dos passeios, dentro da propria fazenda, eram fre-

quentes as visitas aos vizinhos, com os quaes geralmente reinava a mais franca camaradagem.”

Caçadas eram tambem muito apreciadas, pernoitando muitas vezes os caçadores no matto, em confortaveis barracas.

Alguns fazendeiros á moda ingleza possuiam grandes matilhas de cães, entregues a cachorreiros peritos, para as differentes especies de caça em abundancia existente: paqueiros, veadeiros, anteiros, perdigueiros, e até *tudeiros*, cães que cavavam qualquer caça, como pittorescamente se dizia.

As pescarias tambem constituiam sempre grande entretenimento. Effectuavam-se commumente nos grandes açudes, de onde pròvinha o rego d'agua alimentador do engenho, do moinho e do monjolo.

Nessas pescarias utilizavam-se grandes canoas, pirogas ou ubás, de um só tronco de madeira, das quaes eram atiradas as redes tarrafas e linhas.

Mas os pescadores, pouco se aventuravam a se atirar á agua... com respeito aos jacarés, ou quanto menos fosse ás avidas sangue-sugas!

As festas caseiras occorriam frequentes, nos anniversarios natalicios, casamentos, baptisados. Muitas vezes se deviam a simples pretextos de qualquer natureza.

Sobre este particular se conta que alguns fazendeiros dos mais letrados, e não menos folgazões, afim de se recrearem davam divertidissimas festas em commemoração, por exemplo, ao Triumpho do Christianismo, á Descoberta do Brasil e assim outros pretextos a proposito de factos da Religião, da Historia e até da Lenda.

As grandes festas revestiam-se de tal aparato, que, constituiam, verdadeira reviravolta, á vida ordeira da fazenda.

Das vizinhanças e da Côrte acudiam os convidados. Para dar maior brilho aos folguedos, um dos vizinhos mandava a sua banda de musica e outro offerencia o reforço do seu pessoal de cozinheiros, doceiros, copeiros etc.

Rezes, capados, carneiros e leitões eram abatidos em quantidade.

Além do pessoal de casa eram utilizados profissionaes de fóra. Faziam-se vir do Rio de Janeiro, chefes de cozinha e de copa.

“As tulhas e outras dependencias transformavam-se em republicas onde numerosos, senão ás vezes numerosissimos colchões se punham sobre esteiras de tabôa em cima dos soalhos. Taes republicas, bem arrumadas, aliás, destinavam-se ao pernoite dos convidados masculinos, homens moços, meninos, das

moças e meninas. Nestes dormitórios improvisados não reinava a tranquillidade e o silencio, tal a brincadeira que, em tão alegres ambientes reinava sempre.

“Cavalhada em quantidade, conduzida por sollicitos pagens, se destinava á conducção dos hospedes; as liteiras, os banguês e os carros eram tambem, por sua vez extraordinariamente movimentados; o mesmo se dava com os muares da tropa, em busca do que preciso fosse para a festança.

Os escravos da roça recebiam roupa nova, as mucamas e crioulinhas ganhavam vestidos de garridas cores. Para os moços e moças da casa vinha da Côrte toda a indumentaria; da mesma procedencia eram remetidos os vinhos e tudo que de mais fino preciso fosse, inclusive gelo!”, apreciadissima novidade por causa dos sorvetes.

“Dias antes, recebia a fazenda a visita dos mascates do Rio de Janeiro, cujas canastras ficavam alliviadas com a venda de valiosissimas joias de brilhantes, cortes de panos de sêda, perfumarias, peças de linho, rendas finas e demais artigos de moda e armario, tudo sempre da melhor qualidade.”

Eram os “camelots” judeus alsacianos geralmente de quem já em 1860 tão expressiva e exactamente escrevera A. d’Assier em seu relato de viagem.

“O quarto para o Sr. Vigario recebia preparo esmeradissimo e carinhoso, sendo, no respectivo lavatorio, collocado artistico aparelho de pura prata trabalhada, bem como varios frascos de crystal lapidado contendo essencias de alto custo.”

Barbeiros e cabelleiros eram mandados vir de fóra para o enfeite dos convivas, não sendo esquecidos os toucados e postiços para as damas, cujos penteados se apresentavam complicadissimos. Algum destes cabelleiros cobravam carissimo os serviços profissionaes.

“Para os homens, installavam-se barbearias, cujos officiaes se esmeravam nas barbas a *Rei de Espadas*, *Passa Piolho* e outras bem como nos caprinos cavanhaques, aliás de grande distincção na época.

Peritos cavalleiros traziam fogosos corseis para os numeros das cavalhadas. As parellas de cavallos, eram disputadas á moda dos Pelles Vermelhas isto é, sem arreios de montaria, levando os animaes barbicachos.

Grandes fogueiras se armavam nos terreiros, perto dos quaes os pretos dansavam o jongo, dansa monotona de origem africana, acompanhada de canticos de uma só toada ao som de tambores, adufos, puitas e outros instrumentos primitivos,

provavelmente em uso em Angola, Congo, e Moçambique de onde procediam os escravos.”

Os caipiras mais conhecidos por matutos, preferiam o catteretê, o chiba, o arrasta-pé e o cortajaca, dansas puramente locais, também acompanhadas de canticos. Ao som de violas, de cordas de metal, caipiras mais sabidos e dotados de certa veia poetica, cantavam trovas improvisadas em desafio, sempre apreciado, ou endereçavam quadrinhas ingenuas laudatorias dos donos da festa de seus hospedes mais importantes, ou ainda desferiam as suas maliciasinhas ingenuas a proposito de homens e de factos.

Nas grandes festas o que mais solemne havia eram os banquetes que, devido ao grande numero de convivas, geralmente se realizavam em vasta mesa, improvisada sobre cavalletes de madeira e abrigada por um barracão de panno.

“Copeiros especiaes arrumavam-na com a melhor arte, segundo o gosto da época nella perfilando custosos candelabros de lavrada prataria portugueza, e distribuindo os vistosos pratos de doce, de modo a produzir deslumbrante effeito. Tinham o cuidado de preencher os entremeios com as inesqueciveis balaes de estalo contendo versinhos de sortes.”

As iguarias, caprichosamente preparadas se dispunham em bellas baixellas. Os doces secundavam-nas apparecendo em maior escala ainda. Causava a mais viva surpresa a varios dos convivas, a estréa dos sorvetes. Os vinhos, quasi todos de origem portugueza e franceza, sempre das melhores marcas, eram remettidos pelos correspondentes, os grandes atacadistas de seccos e molhados finos do Rio de Janeiro, que aos seus clientes enviavam os ricos presuntos de York, ornados de rosas artificiaes, as caixas de passas e tamaras, os grandes queijos etc. etc.

“Terminados os pratos salgados, e antes do inicio do ataque aos dos doces, havia sensacional armisticio, para a expansão dos brindes.

Levantava-se então o orador de romantica cabelleira e maneiras discretas para saudar o homenageado, ou ao amphitrião. Ao concluir a oração, o mais das vezes em estylo gongorico, solicitava a gentileza afim de que por determinada pessoa de maviosa voz fosse cantado o brinde.

Outros oradores secundavam o puxa-fieira, sendo cada vez maior o entusiasmo por parte dos convivas que, gostosamente, deixavam-se ficar horas em grossa pagodeira.

No final dos banquetes, após, a retirada do bello sexo, realisava-se a sessão quente e fortemente hilariante alimentada

por chistosas pilherias e apimentados casos, contados sempre por especialistas no genero que se apraziam em constantes desafios!"

Em seguida aos banquetes succediam os *bailes*, para os quaes se punham as damas em custosos trajes de grande gala. Os salões e salas garridamente ornamentados e bellamente illuminados por velas de libra, em grandes lustres de crystal lapidado e em candelabros de prata apresentavam feerico aspecto. As dansas em voga eram: a valsa viennense, a polka, a mazurka o schottisch e a varsoviana.

O maior divertimento nas quadrilhas, geralmente era sempre a quinta parte, cuja marcação variadissima e quasi toda improvisada, durava ás vezes mais de hora dependendo seu final do folego dos musicos.

As grandes festas não tinham programma, nem prazo tampouco. Duravam dias e dias, enquanto houvesse convivas. A proporção porém, que se iam elles retirando mais augmentava a intimidade entre os que ficavam.

Sobre estes persistentes convivas escreveu Everardo de Souza interessantes e muito exactas informações.

Constituiam classe muito original, de parasitas doceis e apreciadissimos, longinquas reminiscencias dos inolvidaveis truões da época feudal.

Eram creaturas inoffensivas, desconhecedoras por completo do ridiculo, e, cuja unica finalidade social, consistia em divertir, alegrar, e fazer rir aos que os rodeavam, verdadeiros espanta-tristezas dos macambuzios!

A tudo se sujeitavam, no seu horror ao trabalho, abrindo mão por completo da necessidade de darem expansão aos sentimentos, a instigações mais comesinhas e naturaes do amor proprio.

Disputados pelos fazendeiros, sequiosos de companhia em seu isolamento, muitas vezes chegavam apenas com a roupa do corpo.

Longe, porém de se sentirem mal com essa deficiencia, obtinham prompto enxoval, com os emprestimos da indumentaria dos seus hospedeiros accitando até calçado, e chapéos. Assim providos, não mais conheciam a carencia do que quer que fosse, tinham tudo do bom e a fartar e a perspectiva dos dias de regabofe e do afastamento de todo e qualquer trabalho.

Bem grande sua variedade!

Em geral os mais apreciados eram os cantores, emulos dos antigos menestreis. Dotados de maviosa voz, alegravam o

ambiente com as plangentes toadas das modinhas e demais canções sentimentaes.

Quando indispostos, porém, quasi sempre por excesso de gulodice, não havia meio de abrirem a bocca, declaravam-se: não inspirados.

Commumente se faziam acompanhar ao violão, á flauta, ou ao piano, para cuja execução não faltavam *mumbavas* (nome dado a esta especie de convidados).

Em noites luarentas sahiam em grupos fazendo romanticas serenatas em que não deixavam de executar lacrimosas valsas e complicados choros, ao toque tambem do cavaquinho ou das guitarras.

“Ao regressarem á casa, a recompensa se não fazia esperar, pois lauta ceia á mesa já se achava, sendo os pratos predilectos o arroz mole, o frangote assado, regados a excelente vinho de Lisboa.”

“Muito apreciados tambem os romanticos, de farta cabelleira e olhar scismador, que se dedicavam aos classicos recitativos de chorosas poesias ao piano acompanhados ao som da Dalila.

Para compensar, porém as doridas e angustiosas exclamações que, de constante proferiam e gemiam esses pandegos, pela manhã reclamavam bem boas batidas gemadas, fartamente acompanhadas, isto conforme sabido era... para que não viessem a ficar soffrendo do peito!

Outra categoria curiosa destes jograes era a dos arremedadores de animaes, “queridos da meninada e da crioulada miuda. Os cães, os gatos, os bois, os leitões, instalados na cerca, os porcos e todo o sortimento zoologico da Arca de Noé, tinham respeitaveis rivaes em suas intimas expansões.

Outros *mumbavas* especializavam-se em contar pilherias; em imitar negros minas, em apostas, na apavorante ingestão de iguarias, doces e fructas bem como na de copasios d’agua, de cerveja e refrescos.”

Alguns exibiam-se em difficeis exercicios de equitação, montando potros, burros chucros ou novilhos, arriscando quebras de ossos e destroncamentos.

“Outros passavam horas a fio colocando chromos em albuns, decorando paredes, assentando campainhas electricas; encastoando anzoes concertando relogios, e objectos de estimação, fazendo bonitas gaiolas para passarinhos e caçando estes em alçapões de canna do Reino.

Quasi sempre exerciam duas funcções; uma recreativa, a principal, e a outra de qualquer modo utilitaria.

Desta pittoresca classe de felizes humanos muitos delles arraigavam-se definitivamente ás fazendas, e pelo decorrer dos tempos, chegavam mesmo a ficar fazendo parte das familias, que os tomavam por hospedes... chronicos.

Em reconhecimento não raro tambem, tomavam o sobrenome dos seus bemfeitores e acabavam quasi sempre, casando-se com alguma das privilegiadas *crias* que em bem sensivel numero constelavam a população caseira."

Desta classe de parasitas conhecemos alguns exemplos sobremodo curiosos. Assim um delles era certo francez, personagem muito bondoso, parecendo victima de incuravel desgosto ou remorso. Assobiava do modo mais melodioso como se estivesse a tocar em magnifica flauta. E passava os dias inteiros na cama, servido pelos escravos do fazendeiro que o recolhera certo dia e o conservou durante muitos annos e lhe assistiu aos ultimos momentos. Era inoffensivo este homem, relativamente moço e valido que ás vezes se ausentava e passado algum tempo regressava á casa dos seus hospedeiros desconhecedores de seu verdadeiro nome e antecedentes.

Outro destes parasitas tambem nosso conhecido não só viveu dezenas de annos a custo de um grande fazendeiro fluminense como a expensas deste educou e formou um filho e dois sobrinhos.

Como viram os leitores as preciosas observações de Everardo de Souza representam um dos mais completos, interessantes e veridicos depoimentos sobre a vida commum numa grande fazenda de café, na ultima decada imperial. Apresentamos aspectos do velho Brasil que se foram e não se renovarão mais porque os seus caracteristicos decorriam da existencia do trabalho servil.

CAPITULO XII

Uma grande figura de fazendeiro — Uma questão grave entre o primeiro imperador e os grandes lavradores do oeste fluminense a proposito de terras — Firmeza de atitudes do Barão de Mambucaba

Dentre os primeiros grandes cafesistas do sudoeste fluminense teve largo prestigio o barão de Mambucaba José Luiz Gomes, agraciado por D. Pedro II na grande fornada de titulares commemorativa da passagem do anniversario imperial, a 2 de dezembro de 1854. Naquelle anno muitos outros grandes lavradores tambem foram agraciados como os barões de Paty do Alferes, S. João do Principe, Rio Preto, Rio Bonito, Piabanha, Nova Friburgo, Campo Bello, Bella Vista, Guaratinguetá, Piracicaba, Santa Branca, Tietê.

Fôra o barão um dos fundadores da cidade de Pirahy onde possuia as grandes fazendas de *Santa Maria* e *Ponte Alta*. Nascido em 1781 falleceu a 30 de janeiro de 1855. Desfructara o baronato menos de dois mezes apenas.

Pertencia a uma familia dos primeiros desbravadores e plantadores de café do oeste fluminense.

Era filho de portuguez, Caetano Gomes, irmão do Padre Dr. Alexandre Caetano Gomes, lente em Coimbra cujo pseudonymo litterario era Flaviense. A elle se deve uma ampliação de famosa *Historia de Carlos Magno* e dos *Doze Pares de França* e a composição de não menos famosa *Historia de donzella Theodora* obras notaveis da litteratura lusa de cordel, recorda-o Lindolpho Gomes em um dos seus preciosos estudos folkloricos, de tão solida e conscienciosa erudição, e a escrever sobre o barão de Mambucaba.

Um outro parente seu José Caetano Gomes, emigrou para o Brasil com D. João VI, como thesoureiro da Corôa tendo sido quem fez o primeiro orçamento do erario publico de nosso paiz. E seu antepassado Jacintho Gomes já em 1747 obtinha sesmaria na zona pirahyense.

Já era o pae do futuro barão homem de posses; aos quinze annos entrava José Luiz Gomes para as milicias. Sua gente entrelaçava-se aos mais velhos troncos de povoadores da região pirahyense cujas mattas já em principios do seculo XVIII, ao que parece, percorrera o audaz explorador D. Pedro Rendon e Lemos descendente de Amador Bueno da Ribeira, e pertencente ao ramo de Rendons paulistas que se fixara em Angra dos Reis e dalli se multiplicara por Guaratiba e Santa Cruz.

Diz Lindolpho Gomes:

“A familia Gomes, de Pirahy, era aparentada com os Breves, Gonçalves de Moraes, Gomes de Souza, Gomes de Carvalho (a que pertencia Manuel Gomes de Carvalho, Barão de Amparo, fallecido em Barra Mansa, em 25 de maio de 1855) e outras do actual estado do Rio. A ella se entrelaçaram outras, constituindo os ramos Gomes da Rocha, Gomes Gonçalves de Moraes, Gomes Ferreira de Souza, Gomes Cardoso de Mello, Gomes Guimarães, Gomes Figueiredo, Baccelar Gomes, Gomes Siqueira, Gomes Frias, Gomes Mexias, Gomes Nogueira e outras das quais ha muitos descendentes.”

Sargento mor de milicias e já homem de quasi cincoenta annos teve o futuro Barão de Mambucaba de sustentar com temivel adversario porfiosa e longa luta. Nada menos que o seu soberano o nosso primeiro Imperador!

Com o enorme surto do café as terras do sudoeste fluminense haviam-se valorizado immenso e as lavouras novas alli se multiplicavam a cada passo e em proporções enormes. Entendeu Dom Pedro I que as terras da Corôa em Santa Cruz haviam sido invadidas por numerosos intrusos. Affirmava que o antigo dominio jesuitico fenecia á margem do Pirahy o que lhe annexaria enorme area a mais além da que estava de posse o dominio imperial como successor dos jesuitas donos de Santa Cruz confiscada por Pombal, como todos sabem.

Assim resolveu fazer nova demarcação da Imperial Fazenda de Santa Cruz, abrangendo os limites que pleiteava o que immenso iria prejudicar os proprietarios afazendados na região.

Verdadeiro estarcimento entre elles causou a iniciativa do soberano.

Historia Lindolpho Gomes:

“Não se animavam a dirigir seu justo protesto contra a ameaça prepotente temendo as represalias do despotismo imperial.

Mas eis que á frente delles, representando-os anuiu col-

locar-se um dos prejudicados, o antigo sargento-mór de milicias José Luiz Gomes, mais tarde commendador e depois, quasi a seguir, já no reinado de Pedro II, Barão de Mambucaba, o principal fundador da cidade de Pirahy e seu grande bemfeitor.”

Affirma o douto folklorista e exageta de nossas letras que esta resistencia exasperou o dynasta que impulsivo e violento como era entendeu dar severa licção ao atrevido subdito.

Refere Lindolpho Gomes o que subsiste de tradição familiar e local; em uma das diversas viagens que por terra fazia determinou o monarcha que se ajuntasse á sua comitiva o official de milicias José Luiz Gomes, poz-se a cavalgata em marcha e a viagem proseguia quando a certa distancia D. Pedro pretextando uma necessidade physiologica, apeou sem cerimonia.

“Mas ao ter de novamente, montar em seu fogoso corcel, adextrado na arte de bolear, volve-se para o official e ordena-lhe á face de toda a comitiva:

— Pegue-me no estribo.

Todos se entreolharam, pasmados da ousadia imperial, por bem conhecerem o character e a dignidade do official que se tentava humilhar.

Este ergue a viseira, fita de alto a baixo o filho de Carlota Joaquina e responde-lhe com ironica altivez:

— Saiba V. M. que sou modesto e respeitoso official das forças nacionaes, sempre prompto a servir meu soberano e minha patria, mas não tenho a honra de ser o estribeiro mór de V. M.

Estas palavras foram proferidas uma a uma, de modo que produzissem a maxima impressão no animo do auditorio.

D. Pedro empallideceu, gaguejou e, voltando-se para José Luiz Gomes, exclamou autoritario:

— Está preso! Ha de recolher-se a uma fortaleza.

A ordem foi effectivada e de facto o official foi para o presidio de Villegaignon.”

Declarava o autor a quem vimos seguindo que este facto divulgou-o ha longos annos o historiographo de Pirahy, Commendador Sá, advogado e notario nesta cidade, homem instruido e muito considerado e autor de pequena biographia do Barão de Mambucaba.

Proseguindo nesta historia affirma Lindolpho Gomes que a soltura do futuro Barão se deveu a verdadeiro resgate vultoso, dezenas de contos pagos a favoritos imperiaes e a offerta de dez escravos do detido para o serviço do exercito do

Sul. Parece-nos extraordinariamente exagerada a cifra que deve ter nascido de alguma calúnia se é que esta pode ter base. Sessenta contos de réis em 1826 seriam hoje o decuplo certamente senão o vintuplo.

E além de tudo tal soltura nada tinha de pratica pois poderia ser renovada a qualquer hora.

Proseguiu o processo calorosamente: desaparecera um documento cuja existencia era absolutamente indispensavel: o tombo da antiga fazenda jesuitica, demarcador de seus limites. E os inimigos do monarcha afiançaram que elle o sonegara!

Como houvesse reaparecido algum tempo após o Sete de Abril, o caso voltou á baila, com a maior virulencia, na imprensa carioca, sobretudo naquella época de feroz degladiamento entre partidos, quando os caramurús pensavam em promover a restauração do primeiro Imperador.

Nas columnas de uma das numerosas foliculas e pasquins do tempo, a *Verdade* surgiu em 1833 violentissimo revide ao Visconde de Cayrú que pelo seu jornal exaltara as qualidades do soberano abdicatario de 7 de abril.

Assim dizia o pasquineiro:

“Entre as virtudes do Duque de Bragança, com cujos elogios o Sr. Visconde de Cayrú adorna as paginas do *Diario da Manteiga*, devem merecer distincto lugar aquelle plano subtil e engenhoso com que elle furtou (sic!) e escondeu o Tombo da Fazenda de Santa Cruz (que depois de sua sahida foi achado em uma gaveta de segredo no seu gabinete do Torreão da Boa Vista) para pilhar aos fazendeiros vizinhos algumas leguas de terra.”

E após cruel insinuação ainda, o insultador affirmava coisas verdadeiramente incriveis como provas da deshonestidade do soberano de que era cumplice o commandante das galeotas imperiaes, a quem num dos seus continuos accessos de violencia chegara a espancar, terminava com as seguintes palavras: “Tal o caracter do Carlos Magno do Sr. Cayrú, do heroe redemptor dos Caramurús”.

Acabaram os fazendeiros do Pirahy triumphantes em toda a linha com o reaparecimento do precioso Tombo.

Passados os maus dias daquella questão com tão poderoso contendor prosperou notavel e tranquillamente o Barão de Mambucaba que acabou um dos grandes cafesistas do Brasil.

Esclarece Lindolpho Gomes:

“No segundo reinado, foi José Luiz Gomes depois ele-

vado a commendador e a Barão de Mambucaba, por acto de D. Pedro II, de quem sempre mereceu grande estima e particular consideração, bem como do Duque de Caxias, seu amigo intimo e a quem diversas vezes hospedou em sua fazenda de Santa Maria, propriedade que mais tarde, veio a pertencer ao Barão desse titulo.”

Por que, residindo em Pirahy escolhera o commendador José Luiz Gomes, o titulo de barão de Mambucaba?

Por ventura não seria muito mais explicavel fosse de preferencia barão de Pirahy? Não fôra o principal fundador da cidade deste nome? Sem duvida. Mas, um ponderavel motivo occorrera explicavel, através das tradições do commendador Sá e dos filhos do barão.

Cedera o titulo a um de seus proximos parentes e amigos que, ardentemente, desejava intitular-se barão do Pirahy.

De tal sabendo, o barão de Mambucaba, o homem generoso e bom que como dizia o *Almanak Laemmert* de 1856, inorrera sem deixar um só inimigo, desistira de qualquer pretensão áquelle designativo e escolhera o de barão de Mambucaba, região em que possuia muitas terras havidas de ascendentes, entre os quaes Jacintho Gomes.

Deve haver ali equívoco chronologico denunciado pelo assaz longo lapso decorrido entre a concessão dos dois baronatos. José Gonçalves de Moraes, barão do Pirahy foi agraciado a 18 de julho de 1841 e José Luiz Gomes recebeu, como vimos, o titulo de barão de Mambucaba a 2 de dezembro de 1854. Mais de treze annos portanto, após o agraciamento de seu parente e amigo. As terras que lhe deram o nome ao baronato, cabeceiras do rio Mambucaba viriam a valer notavelmente na era moderna da hulha branca devido á magnitude dos saltos do Mambucaba capazes de fornecer dezenas de milhares de kilowatts.

CAPITULO XIII

Um casal de grandes cafesistas reis da elegancia fluminense em 1860 — O Barão de Bella Vista, visconde de Aguiar Toledo — O Salon da Baroneza de Bella Vista e seu enorme prestigio — Depoimento de João Alfredo Correia de Oliveira

Como o café houvesse enriquecido muito e a muitos fazendeiros, ás vezes a familias numerosas de lavradores, o reflexo desta prosperidade se traduzia em manifestações civilizadas e culturaes sobretudo na capital do Imperio, onde nas casas nobres de grandes lavradores, occorriam as demonstrações dessa opulencia de bom tom.

Pelas vizinhanças de 1860, por exemplo, um dos salões mais elegantes e sofregamente procurados pela alta sociedade fluminense, era o de um dos maiores cafesistas do Brasil, o barão de Bella Vista, José de Aguiar Toledo (1823-1898) creado barão em 1854 e visconde de Aguiar Toledo em 1877.

Possuindo grandes lavouras em Bananal e Rezende, acatado chefe politico conservador, tenente coronel commandante da Guarda Nacional no municipio paulista, commendador da Imperial Ordem da Rosa e da de Christo, de 1861 a 1864 representou a sua provincia na Camara dos Deputados.

Colhendo milhares de arrobas e dispondo portanto de fortes recursos, tornou-se o Barão da Bella Vista um dos homens da moda de maior evidencia na singela corte de Dom Pedro II, pelas vizinhanças de 1860.

A tal respeito escreveu, ha annos, um anonymo curiosa e interessante chronica de que nos vamos aproveitar como documentação do papel social de um grande cafesista em meados do reinado do segundo imperador.

Em 1860 diz o chronista, o barão de Bella Vista residia em confortavel vivenda, no estylo dos velhos solares portuguezes, na antiga rua do Conde (hoje Frei Caneca) pouco além do celebre chafariz do Lagarto que no anno de 1786 o vice-

rei D. Luiz de Vasconcellos offerecera ao povo com a legenda — *Sitienti populo Senatus Provesit aquas.*

O barão havia adquirido aquelle immovel de seu amigo Paula Mattos, turfman conhecido como proprietario de bellos cavallos de corrida.

A chacara Paula Mattos, que deu o nome ao bairro tranquillo e aprasivel que se estende até Santa Thereza fôra um dos centros de elegancia e mundanismo, pelas festas magnificas que alli attraíam as personalidades mais representativas dos circulos politicos e sociaes da cidade.

Quantum mutatus ab illo! é o caso de observarmos, lançando mão de tão estafado latinorio. Paula Mattos de hoje é um recanto onde se aninha o velho facies portuguez do Rio de Janeiro de antanho, em habitações que se reputam fóra da moda. E no emtanto tão acolhedoras!

Era um casarão majestoso e severo o do Barão com largo portal que dava accesso a vasto vestibulo, de onde subia a escadaria, dividida em dois lances eguaes. A esquerda existia grande jardim.

E realmente o barão se brazonara no cartorio da Nobreza do Imperio; recebera um escudo esquarterado tendo no primeiro quartel, em campo de ouro, uma aguia de vermelho, armada de preto, no segundo enxequetado de oito peças de prata e sete de azul em faixa e assim os contrarios.

Com a maior propriedade e discernimento entendeu o jovem barão impor aos elementos da velha heraldica europa alguma coisa que caracterisasse a neoheraldica americana e brasileira. E um sentimento de gratidão, levou-o a escolher do modo mais symbolico um cafeeiro ao natural em campo de ouro para o escudo, sobreposto aos quatro quartéis, onde se estampavam a aguia dos Aguiares e o xadrezado dos Toledos.

Era o cunho brasileiro no velho escudo iberico este tão significativo cafeeiro pintado ao natural, em campo de ouro!

A' direita do vestibulo do vasto sobradão estava a loja do porteiro José Pinto, preto, que falava correntemente o francez, devido ás frequentes viagens que fizera a Paris, como criado grave do barão. Este, quando solteiro, vivera muitos annos em França.

Voltando á Patria dentro em breve desposava o opulento titular uma das mais bellas brasileiras do seu tempo. Explica o chronista a que vimos seguindo:

Apaixanou-se pela bella Guilhermina, filha do desembargador Joaquim José Pacheco, deputado geral e politico influente em São Paulo. Guilhermina era conhecida na Paulicéa,

como uma das mais bellas herdeiras da cidade, pela graça que lhe advinha de sua pro genie castelhana, da linha materna, porquanto o desembargador Pacheco se casara em São Paulo, com uma moça uruguaya da familia Domenech.

Guilhermina Pacheco era conhecida pelo esmero das *toilettes* e apuro da educação. Sua passagem pelas festas e recepções era assignalada como nota de suprema elegancia.

Casou-se o Barão de Bella Vista em 1853, no Rio de Janeiro onde seu sogro vivia e tratou de dar o maior realce ao seu modo de vida agora largamente prestigiado pela presença de tão bella moça, dona de sua casa.

A principio na rua do Areial e depois na do Conde ambos os seus palacetes foram centros de brilhantes recepções de politicos e mundanos da época. A baroneza de Bella Vista mantinha no Rio de Janeiro grande prestigio de belleza e de elegancia. Personalidades de destaque social e politico accorriam aos aristocraticos salões do palacete da rua do Conde.

Alli se reuniam os diplomatas, politicos, homens de letras, jornalistas, poetas e artistas que vinham prestar homenagem á joven baroneza, a quem um dos nossos ultimos romanticos costumava chamar a *Recamier brasileira*.

Com effeito, muitos prosadores e poetas alli faziam a leitura dos originaes dos seus manuscriptos, antes de serem offerecidos ao prelo, o que sempre despertava grande curiosidade.

Muitos poetas compunham suas elegias e poemas especialmente para serem lidos em seus salões, deante de assistencia numerosa e selecta.

A taes saraus chamavam então partidas. Affirma o articulista a quem acompanhamos que sobre ellas ouviu um depoimento de maior peso, o do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.

João Alfredo, referindo-se a estas festas, onde porfiavam o bom gosto, a distincção e o espirito, dizia a um dos seus intimos, nos ultimos annos de sua existencia solitaria, á rua Marquez de Olinda:

— Recordo-me perfeitamente da baroneza de Bella Vista, celebre pela extraordinaria belleza e, sobretudo, pela alta distincção de maneiras.

Era das senhoras mais elegantes do seu tempo. De uma simplicidade encantadora, mantendo embora luxo discreto e elegancia sobria, a baroneza de Bella Vista exercia na realidade, influencia extraordinaria junto aos ministros e politicos que lhe frequentavam os aristocraticos salões.

Todos sabiam-na boa, generosa e espirital. Para cada um dos convidados, tinha uma palavra amavel e opportuna.

Nunca pude esquecer-me da primeira visita que lhe fiz, levado por um amigo commum, intimo do barão de Bella Vista, que tambem fôra meu collega na Camara.

Acabava de chegar á Côrte, como deputado geral em 1861 e estava desejoso de assistir a uma dessas famosas reuniões, artistico-litterarias, tão commentadas nos circulos mundanos do Rio de Janeiro daquella época.

Ao penetrar no grande salão, senti-me tomado por subita timidez, e hesitei um instante, sem animo para avançar e sem coragem para retroceder.

A baroneza, percebendo a minha perturbação levantou-se graciosa e esbelta e, sorrindo, dirigiu-se para nós.

Após a reverencia de estylo, o meu amigo ajuntou amavel e benevolo:

— Baroneza, apresento-lhe o joven deputado Correia de Oliveira, uma das melhores esperanças da presente legislatura. Eu tinha apenas 24 annos.

Tomando-me o braço levou-me para o centro do salão, e alli apresentou-me a varias pessoas, permanecendo algum tempo ao meu lado para por-me á vontade, naquelle ambiente de luzes, elegancia e fausto.

Lembro-me nitidamente da linda *toilette*, da baroneza, vestida toda de branco, com os negros cabellos repartidos em bandós, terminando em cachos, que pendiam diante dos hombros. Magnificos brincos de brilhantes emquadravam-lhe o rosto gracioso. Um collar de brilhantes, supportando uma cruz de saphiras e brilhantes envolvia o pescoço, de uma cutis muito branca.

Para mim, que vinha da provincia aquella esplendida festa deixou-me a impressão de um conto de *Mil e uma Noites*.

Ainda hoje, conservo a agradável visão daquelle scenario impressionante.

Vejo ainda aquella linda mulher se approximar de mim, como uma appareção extraordinaria. E, quando evoco a passada grandeza da vida social dos salões da Côrte, lembro-me com saudades do esplendor dos saraos da baroneza de Bella Vista.

Todos que della se approximavam tributavam-lhe um culto de respeitosa admiração e sincera estima.

O casarão do grande fazendeiro que tanto representava a

aristocracia cafeeira do seu tempo situava-se em bairro que hoje perdeu todos os fóros de elegancia.

A rua do Conde, naquella época, era uma via de grande transito, porque ligava o Mata-cavallos (Riachuelo) e Mata porcos (Estacio de Sá), e, portanto, servia de accesso aos bairros das grandes chacaras do Engenho Velho, Andarahy e São Christovão.

No vasto solar da rua do Conde entretinha o barão uma coudelaria com 16 cavallos de *attelage* e de corridas.

Sobremodo curta seria a existencia da grande dama fazendeira. Nascida em 1835, casada aos dezoito annos falleceu em 1865 com pouco mais de trinta annos portanto, causando a sua desappareição não só immenso pezar como grande vacuo na sociedade carioca.

Era summamente dedicada a obras de assistencia social, ininiga acerrima da politica, esforçando-se sempre por afastar o marido dos meandros da cabala eleitoral e das seducções do poder. Em uma de suas cartas, escriptas do Rio de Janeiro em 26 de junho de 1863, dirigida ao barão, prevenia-o contra as decepções da vida publica.

“Disseram-me que partiste para ahi com intenção de te envolveres nas eleições. Será isso possivel? Não quero crer, porém, se é, peço-te encarecidamente renunciar a esse proposito, pois bem sabes que essas eleições servem tão sómente para trazer-nos desgostos e contrariedades.”

Immenso desgosto teve o barão perdendo tão bella e intelligente esposa a 3 de julho de 1865.

Sobre a lousa simples de seu jazigo perpetuo de São João Baptista, gravou-se, diz o articulista, esta inscripção piedosa, que resume toda a belleza moral de sua alma generosa e noble: — “Foi virtuosa esposa e mãe extremosa. A caridade era o emblema da sua nobreza, mas sempre occulta em sua modestia e singelesa.”

Retirou-se o barão para a Europa e os salões da rua do Conde fecharam-se para sempre. Foi o velho solar cafeeiro carioca vendido a um rico parente do seu dono o commendador Manuel de Aguiar Vallim, opulento fazendeiro bananense, cujo filho mais tarde barão de Almeida Vallim, desposaria uma das tres filhas da bella baroneza da Bella Vista.

CAPITULO XIV

Uma das maiores e mais antigas e tradicionaes fazendas cafeeiras de Minas Geraes a de São Matheus — A sesmaria de Mathias Barbosa da Silva e sua subdivisão — A baroneza de São Matheus e seus successores

Uma das mais notaveis fazendas velhas de café de Minas Geraes é a tradicional fazenda de São Matheus, em Juiz de Fóra.

A seu respeito escreveu Lindolpho Gomes assaz longa monographia, muito interessante é escusado lembral-o.

Possue S. Matheus como titulo inicial a sesmaria de Mathias Barbosa da Silva, de uma legua de testada sobre tres de fundo, concedida em 9 de março de 1709 por Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre, Governador e Capitão General do Rio de Janeiro e das mais Capitancias do Sul do Brasil, no Rio Parahybuna em Minas Geraes e confirmada em Lisboa, a 21 de julho de 1766 por El-Rei Dom José, a requerimento de Dom Francisco Innocencio de Souza Coutinho, que houvera essas terras por cabeça de sua mulher — D. Luiza Joaquina Teixeira da Silva, filha do mencionado Mathias Barbosa da Silva.

Escusado é lembrar o prestigio deste nome de Mathias Barbosa alcunhado o Cabeça de Ferro, não sabemos porque no passado colonial mineiro e brasileiro como um dos mais notaveis povoadores primevos de Minas Geraes. O seu nome imposto a um municipio e a uma cidade perpetuou-se recordando a actuação deste civilizador.

Escreve Lindolpho Gomes:

Mathias Barbosa da Silva, requerera e obtivera a posse de duas leguas quadradas de terras, no lugar que lhe herdou o nome. Morreu riquissimo, mas tudo dil-o Albino Esteves, era pouco para saciar o orgulho e a vaidade da casa de *Linhares* com a qual tinha proximo parentesco.

Foi a sua sesmaria comprada pelo Tenente Coronel Ma-

noel do Valle Amado em 22 de novembro de 1766, e, a seu pedido, medida e demarcada no anno de 1782.

Foi sua venda confirmada por decreto régio de 5 de setembro de 1808, expedido ao Desembargo do Paço a requerimento dos Condes de Linhares D. Rodrigo e D. Victorio, filho e neto do vendedor.

Por fallecimento de Manoel do Valle Amado, já então Coronel, em 3 de novembro de 1801 houve partilhas entre a viuva (D. Maria Cordula de Abreu e Mello) e filhos do 1.º e 2.º matrimonio do dito Coronel, cuja primeira mulher foi D. Rosa Maria do Valle e teve um unico filho — João do Valle Amado — que se casou com D. Francisca Claudina de Abreu e Mello, irmã de D. Maria Cordula e falleceu posteriormente a seu pai na Fazenda do Ribeirão, que houve por herança materna, pertencendo as terras á Sesmaria de Mathias Barbosa.

São Matheus, cujas terras pertenciam á Sesmaria de Mathias Barbosa, foi então comprada pelo Coronel José Ignacio Nogueira da Gama, em 10 de dezembro de 1803, á viuva e filhos do Coronel Manoel do Valle Amado, de quem era o Coronel genro.

Falando dos antigos proprietarios assim se exprime Lindolpho Gomes:

D. Maria Cordula de Abreu e Mello, que deu o nome, ainda conservado, á Fazenda de Santa Cordula, limitrophe com a de S. Matheus, era esposa do potentado Coronel Manoel do Valle Amado, pai de D. Francisca Maria, mais tarde Baroneza de S. Matheus, casada com o Coronel de milicias José Ignacio Nogueira da Gama, irmão do Marquez de Baependy e pai do Visconde de Nogueira da Gama.

Este Coronel e sua mulher, D. Francisca Maria do Valle da Gama, Baroneza daquelle titulo, doaram a fazenda de São Matheus a seus tres filhos, que a possuiram em commum, (1.560.000 de braças quadradas, mais ou menos, perto de sete e meio kilometros quadrados).

Dom Francisco Innocencio de Souza Coutinho fôra casado com D. Luiza Joaquina, filha de Mathias Barbosa da Silva, resultando desse consorcio D. Rodrigo de Souza Coutinho, depois Conde de Linhares, intimo amigo do celebre Marquez de Baependy. Linhares deu nome a um correjo das proximidades de Juiz de Fôra.

José Ignacio Nogueira da Gama, era progenitor do Visconde Nogueira da Gama, Nicolau Antonio Nogueira Valle da Gama, mineiro e neto, pelo lado materno, do Coronel Ma-

noel do Valle Amado e de D. Maria Cordula. Foi fazendeiro em S. Matheus, Juiz de Fóra. Em novembro de 1837 casouse com D. Francisca Calmon da Silva Cabral, filha da Condessa de Itapagipe. Do visconde Nogueira da Gama provieram duas filhas e um filho.

Uma daquellas, mineira, consorciou-se em Portugal em 1861 com D. Antonio Maria Saldanha Albuquerque, filho primogenito e herdeiro dos Condes de Penamacôr.

O visconde foi antigo veador e camarista de SS. MM. II. e amigo intimo de Frei Francisco do Monte Alverne, de quem publicou muitas cartas da correspondencia que mantiveram, em seu livro *Minhas Memorias*, no Rio, em 1893. Viajou a Europa, onde antes já estivera, com D. Pedro II, como camarista e encarregado das finanças durante a viagem imperial (1871).

Falleceu na cidade de Nazareth, Bahia em 18 de outubro de 1897, com 87 annos.

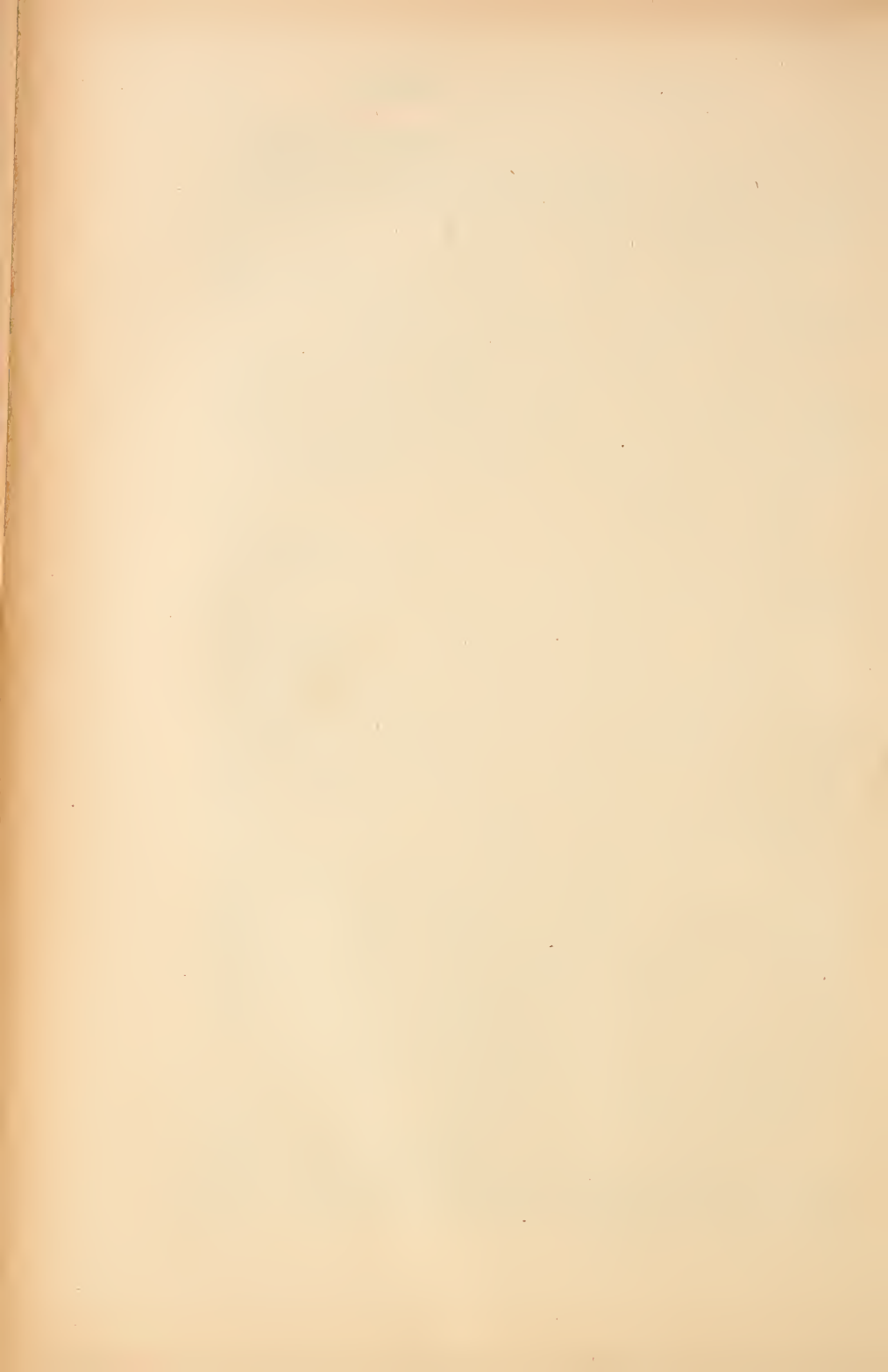
A informação por elle prestada em *Minhas Memorias*, de haver D. Pedro II se hospedado na Fazenda de S. Matheus, em fevereiro de 1845, deve ser considerada como incontestavel, por provir do proprio Imperador.

Passando a Fazenda de S. Matheus a ser propriedade do Dr. Braz Carneiro Nogueira da Gama, individualidade de inconfundivel destaque da aristocratica e laboriosa estirpe a que vinha pertencendo aquelle grandioso patrimonio, pouco a pouco a fazenda veio decaindo, quasi entregue ao abandono. Seu proprietario fôra residir no Estado do Rio, onde mantinha e dirigia outra fazenda, para a qual havia voltado todos os seus cuidados, fazendo-a modelar."

Das mãos do Dr. Braz Nogueira da Gama passou S. Matheus ás do Dr. Candido Teixeira Tostes, opulento capitalista e fazendeiro e *rei do café* no Estado de Minas Geraes, que lhe restaurou os cafesaes e fez-lhe magnificas bemfeitorias, tendo tambem adquirido a fazenda de Sant'Anna outrora pertencente a Marianno Procopio. Genro de outro grande lavrador de café o Barão do Retiro (Geraldo Rezende) cujo pae era o Barão de Juiz de Fóra (José Ribeiro de Rezende) fez o Dr. Candido Tostes de sua fazenda de São Matheus uma das mais afamadas propriedades cafeeiras de Minas Geraes.

Infelizmente não nos dá Lindolpho Gomes pormenores sobre a sua producção.

Van Delden Laerne que em 1883 visitou sete fazendas juiz forenses por ella não passou, ao que parece. Talvez estivesse então naquelle periodo de grande depressão a que se refere o douto folklorista.



CAPITULO XV

Demonstração da antiga opulencia cafeeira fluminense —
Algumas fazendas da Parahyba do Sul e sua grande pro-
ducção rapidamente desvanecida — Um inventario de
grande cafesista em 1876

Graças á gentileza de distincto serviçal e amabilissimo informador, o Sr. Pedro Gomes da Silva, conseguimos depoimentos interessantes sobre a vida e morte de grandes fazendas de café de antanho na Parahyba do Sul e redondezas.

Assim o informou o Dr. Jordelino Lengruber Portugal, proprietario actual de uma fazenda outrora afamada nos factos da lavoura fluminense, Monte Café, em Sapucaia.

Em 1872 era propriedade do Brigadeiro Ignacio Gabriel Monteiro de Barros que neste anno colheu e exportou 72.000 arrobas. Vendeu-a seu filho e successor, o Dr. Braz Augusto Monteiro de Barros depois de ainda haver colhido grandes safras. Nas vizinhanças havia outras grandes fazendas como as de Santa Rita, produzindo 45.000 arrobas, Aparecida, Corrego Sujo, etc.

Ainda em 1880 era a sua producção notavel.

Corrego Sujo que pertenceu a Manuel de Oliveira chegou a colher 70.000 arrobas e Santa Rita, antigamente do Barão de Aparecida 60.000.

Em 1912 disse o Dr. Portugal, Monte Café produziu apenas 300 arrobas! Restaurou-lhe os cafesaes por meio de novas lavouras chegando em 1918 a 18.000 arrobas. Notou porém a pouca vitalidade das plantações novas.

Relatando o que ia pela sua vizinhança recorda o Dr. Portugal era commum verem-se por alli fazendas que outrora haviam dado 20, 30 e 40.000 arrobas e onde já não existia um só cafeeiro.

Era esta a situação geral de toda a lavoura cafeeira nesses municipios fluminenses, da Matta Mineira, do norte paulista onde os cafesaes foram estabelecidos em terras erosaveis.

O Dr. Gilberto Garcia da Fonseca, grande estudioso e sabedor das coisas de seu municipio, o de Valença, escreveu sobre os primordios da lavoura cafeeira na sua região muito interessantes notas.

"Scientes da fertilidade das terras valencianas, innumeros plantadores alli se estabeleceram depois de 1820. Grandes sesmarias foram demarcadas. Dahi começou a opulencia dos Leite Ribeiro, Nogueira da Gama, Rezende de Carvalho.

Pensa o Dr. Fonseca que o primeiro cafeicultor da zona haja sido Manuel Luiz Areia, que deixou em 1810 cinco mil cafeeiros.

Joaquim Rodrigues da Cruz, filho de José R. da Cruz, o fundador de Valença tinha em 1819 tambem cinco mil pés.

Mas já em 1821 havia fazendeiros de quasi cem mil pés como Antonio Rodrigues Barbosa, da *Bôa Vista* que dispunha de 93.000 arvores e 138 escravos. Em 1827 o inventario do dono da fazenda S. Thereza accusou perto de 60.000 cafeeiros só nesta fazenda de S. Thereza.

Mas os grandes senhores de terras eram por alli o Marquez de Baependy, o Conde depois marquez de Lages, o Comendador José Ignacio Nogueira da Gama e o capitão-mór Manuel do Valle Amado.

Outros latifundiarios eram o Desembargador José da Silva Loureiro, os capitães Anastacio Leite Ribeiro, Carlos Coelho Seabra, Claudio Gomes, Antonio Rodrigues Barbosa, Francisco Monteiro Pimentel. Mais tarde o Marquez de Valença, abriu a sua grande fazenda das Corôas e o mesmo aconteceria com o futuro primeiro Barão de S. Justa, Jacintho Alves Barbosa que veio a ser um dos maiores fazendeiros do Brasil como aliás o futuro Visconde do Rio Preto, Domingos Custodio Guimarães, dono da famosa fazenda do *Paraiso*.

"Já em 1830, escreve o Dr. Fonseca, o cafesal cobria uma area enorme das terras valencianas onde a abastança se fazia bem promissora para o grande surto do periodo aureo."

E realmente tornou-se Valença uma das mais notaveis regiões productoras de café no Brasil. Como indice de tal, temos a cifra de sua escravatura que ainda em 1883 era de 25.344 pessoas. A mais elevada da provincia do Rio nos districtos cafeeiros, pois logo abaixo vinham Cantagallo com 21.621 e S. Fidelis com 18.994. Fazendas havia em Valença, como por exemplo a de Manuel Antonio Esteves com 1.100 escravos.

Neste anno visitou van Delden Laerne, quatro das suas maiores fazendas Alliança com 800.000 pés e 210 escravos,

Sant'Anna com 1.600.000 e 390 captivos, Monte Alegre com 1.100.000 e 250 e Ibityra com 800.000 e duzentos e quarenta.

Mas já então declinavam e muito as colheitas, muito em desproporção com as lavouras como se vê do quadro referente á safra de 1882-1883.

Arrobas

Alliança	800.000	11.188
Sant'Anna	1.600.000	24.000
Monte Alegre	1.100.000	14.592
Ibityra	800.000	20.452

Assim a ultima fazenda que dispunha certamente de lavouras muito novas apenas produzia, assim mesmo, 25 arrobas por mil pés, Sant'Anna apenas 15! e Monte Alegre 13!

Em 1928 diz o Dr. Gilberto Fonseca, Valença produziu 34.180 saccas ou ao todo 136.720 arrobas, apenas. Menos do que uma de suas velhas grandes fazendas de antanho.

Havia em 1927, setenta e nove cafeicultores no municipio dispondo de 7.949.000 arvores que produziram perto de 157.000 arrobas ou sejam quasi 20 arrobas por mil pés, colheita muito baixa para as condições actuaes da lavoura cafeeira.

Em 1872, as fazendas da Parahyba do Sul que mais produziam eram, consoante as notas a nós fornecidas gentilmente pelo distincto sabedor Sr. Pedro Gomes da Silva que tão conscienciosa e profundamente estuda os factos de seu municipio, para o fim de sobre elle escrever extensa monographia.

Monte Christo — Esta fazenda teve como proprietarios: 1.º — o Conde de Lages; 2.º — o primeiro Barão de Santa Justa; 3.º — o Visconde de Ibituruna, genro do Barão de Santa Justa; 4.º — o Barão de São Carlos (Carlos Pereira Nunes); produzia annualmente cerca de 35.000 arrobas no tempo do Barão de São Carlos, juntamente com a fazenda de Santo André.

Boa Vista — Do Visconde da Parahyba (João Gomes Ribeiro de Avelar). Colheu annualmente cerca de 40.000 arrobas durante o periodo de 1869 a 1878.

Cantagallo — Do primeiro Barão de Entre Rios (Antonio Barros Pereira) com immensos cafesaes onde trabalhavam 600 escravos.

Mattosinhos — Propriedade do Conselheiro Martinho Campos. Produzia annualmente cerca de 28.000 arrobas. Ainda em 1901 quando pertencia ao Dr. José de Barros Franco Junior, produzia 32.500 arrobas.

Secretario — Pertenceu ao Capitão João Manoel Rodrigues Caldas e posteriormente ao seu genro Visconde de São Bernardo (Bernardo Ferraz de Abreu). A fazenda do Secretario comprehendia as propriedades: Pampulha, Fagundes, São José, Oriente e Cachoeira, produzindo café em grande quantidade.

Bom Successo — Pertencia ao Dr. Braz Pereira Nunes (Barão do Rio do Ouro) optima fazenda de café.

Boa União — Do Visconde do Rio Novo (José Antonio Barroso de Carvalho, marido da Viscondessa e Condessa do mesmo nome) Produzia annualmente cerca de 30.000 arrobas.

Cachoeira — Do Tenente-Coronel Antonio José Barbosa de Andrade, filho do Barão de Piabanha, com produção annual de cerca de 18.000 arrobas. A fazenda possuia machinismos para o beneficiamento do café, de invenção do Barão de Piabanha.

Santo Elias — Do Barão de Santo Antonio (Antonio Pinto de Oliveira) afamado productor de cafés finos.

São Roque — Do Barão de São Roque (Dr. Antonio Moreira de Castilho), com boa produção.

Tres Barras — Do Visconde de Jaguary (Dr. Ildelfonso de Souza Ramos) com em tempo optimos cafesaes.

São João — Pertenceu ao Commendador João Corrêa Tavares que chegou a colher 50.000 arrobas de café e depois ao Commendador Eduardo Ayroso que tambem colheu muito café.

Reforma — Do Barão de Simão Dias (Simão Dias dos Reis) com grande produção. O Barão era tambem inventor de diversos machinismos para o beneficiamento de café.

Rio Novo — Do Barão Ribeiro de Sá produzia bastante.

Gloria do Mundo — Do Tenente-Coronel Luiz Quirino da Rocha. Passou depois a propriedade do seu filho, 2.º Barão de Palmeiras, João Quirino da Rocha Werneck. Optima fazenda de café. Ainda produz boas colheitas.

São João do Barreiro — Do Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo. Produzia bastante.

No municipio de Parahyba do Sul quatro familias se destacavam entre os grandes cafesistas: Santos Werneck, Ribeiro de Avellar, Alves Barbosa e Barroso Pereira. São estas as interessantes notas de Pedro Gomes da Silva.

Os *Santos Werneck* — Chefe da familia Santos Werneck era o Tenente-Coronel Antonio Luiz dos Santos Werneck. Foi este illustre lavrador quem introduziu a cultura do café para a exportação, na Bemposta, freguezia de Parahyba do Sul iniciando a plantação nas terras virgens da Bemposta.

Fundou as fazendas *Castello, Santarem, Boa União, Caturaguá, Recreio, Santa Rosa, Olaria, Paciencia, Retiro* e *Santa Juliana*, todas na freguezia da Bemposta. Todas de café. O Coronel Santos Werneck foi pae do Barão de Bemposta (Ignacio Barbosa dos Santos Werneck) e avô dos Drs. Americo Werneck e Antonio dos Santos Werneck.

Os *Ribeiro de Avelar* — De Luiz Gomes Ribeiro e de D. Joaquina Mathilde de Assumpção, nasceram 12 filhos, sendo:

1.º — João Gomes Ribeiro de Avelar, depois Visconde de Parahyba. Estabeleceu-se na grande fazenda de Boa Vista, foi fazendeiro abastado e politico influente;

2.º — Joaquina Ribeiro de Avelar casou com o Tenente João Joaquim dos Santos e Silva, fundador da fazenda Mattosinhos (P. do Sul) e sogro do Conselheiro Martinho Campos. A fazenda Mattosinhos no tempo do Conselheiro Martinho de Campos, produzia anualmente cerca de 28.000 arrobas;

3.º — Coronel de Milicias Francisco Gomes Ribeiro de

Avelar, foi estabelecer-se no Rio de Janeiro e casou com D. Feliciano, irmã de Bernardo Ribeiro de Carvalho, chefe intellectual da Colonia Portugueza na Côrte.

Exceptuados estes tres filhos de Luiz Gomes Ribeiro, todos os outros se installaram em terras de seus paes perto das quaes fica hoje a estação de Avelar da Linha Auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Municipio de Vasouras, freguezia de Paty do Alferes.

São elles:

4.º — Claudio Gomes Ribeiro de Avelar (Barão de Guaribú) com as fazendas *Guaribú, Antas, Encantos e Boa União*.

5.º — Paulo Gomes Ribeiro de Avelar, com a fazenda *São Luiz*. Era o barão de São Luiz.

6.º — Coronel Quintiliano Gomes Ribeiro de Avelar, dono da fazenda *Boa Sorte*.

7.º — Commendador José Gomes Ribeiro de Avelar, com a fazenda do *Ribeirão*.

8.º — Commendador Manuel José Ribeiro de Avelar, com a fazenda da *Gloria*.

E mais 4 irmãs casadas.

Dos Alves Barbosa o fundador da familia foi o primeiro barão de Santo Justo (Jacintho Alves Barbosa) um dos maiores cafesistas de seu tempo, fallecido em 1872 deixando enormes propriedades na Provincia do Rio e em Minas Geraes na zona do Rio Preto. Entre elles destacava-se a

Fazenda de Santa Justa que chegou a produzir annualmente cerca de 50.000 arrobas de café.

Um dos genros do Barão de Santa Justa, o Dr. Balduino de Menezes, organizou a Companhia Ferro Carril do Rio Preto, que transportava toda a producção de café das fazendas ribeirinhas do Rio Preto para a estação da Estrada União e Industria em Parahybuna.

Além do café produzido nessas fazendas que eram de propriedade do Barão de Santa Justa, transportava tambem o de outras fazendas: *São Miguel*, de João Augusto de Oliveira

Bello, do Barão de Menezes, *São Lourenço*, do Barão de Santa Fé também genro de Santa Justa e outros fazendeiros.

Dos Barroso Pereira o fundador foi o primeiro, Barão de Entre Rios, pae do Visconde deste titulo e da condessa do Rio Novo.

As fazendas de *São Lourenço* do Visconde de Entre Rios e *Boa União* do Visconde do Rio Novo e depois de sua viuva a Condessa deste nome foram das mais imponentes da antiga Provincia pela vastidão e importancia das bemfeitorias.

A 25 de junho de 1876 fallecia, aos 46 annos de idade, apenas, Manuel Jacintho Carneiro Nogueira da Gama, barão de Juparanan, filho dos marquezes de Baependy, e irmão do conde de Baependy e do barão de Santa Monica. Pertencia a uma das mais altas stirpes do Brasil e era verdadeiro *grand seigneur*, no dizer de quantos se exprimiram a seu respeito.

Bondoso, muito indulgente para com os escravos, tinha genio melancolico e retrahido, jamais quizera casar-se, vivendo ao lado de sua mãe, a marquezia de Baependy, na sua grande fazenda de Santa Monica, para sempre celebrisada pela presença de Caxias que nella viria a fallecer em 1880.

Gaba-lhe Eloy de Andrade a finura de maneiras, o agradável do trato e da conversa de homem illustrado, a relatar que tinha feições muito aristocraticas embora afeiadas pelo nariz volumoso o que lhe valera a alcunha de *Tucano do Parahyba*.

A 16 de agosto de 1876 fez-se-lhe a avaliação do avultado espolio (473:130\$164) correndo o seu inventario pelo fôro de Valença, municipio onde tinha suas propriedades. Deste processo obtivemos uma sumula graças á extrema gentileza do Sr. Dr. Gilberto Garcia da Fonseca distincto advogado valenciano, grande erudito dos fastos de sua região natal e pessoa de notavel serviçalismo relembrando.

E' precioso documento para o estudo dos valores na industria agricola cafeeira fluminense na época em que a grande lavoura da Provincia começou o seu rapido declinio.

Possuia o Barão sesmaria e meia de terras cansadas a margem do Parahyba, em Santa Monica, e a 120 kilometros do Rio de Janeiro, cerca de 340 alqueires geometricos ou sejam cerca de 1.660 hectares, avaliados em 45:000\$000 ou 132\$000 por alqueire. Além destas *terras cansadas* possuia 208 alqueires em matta virgem; foram avaliadas em 55:466\$528 a pouco mais de duzentos mil réis o alqueiro (266\$000) ou seja o dobro do valor das terras cansadas.

Possuia ainda o barão de Juparanan em Santa Monica

metade de um cafetal de 380.000 pés, avaliados em 51:200\$000 e cento e dezesseis mil em Sant'Anna. Assim tinha um grande cafetal de 500.000 pés pois ainda possuía dez mil cafeeiros no pequeno sitio do Papagaio.

O cafetal de Sant'Anna foi avaliado em 17 contos de réis apenas. Grande parte de ambas as lavouras era nova, estava *chegando* como se diz em tecnologia fazendeira.

Assim se discriminavam as lavouras:

De 24 annos —	120.000	pés em Santa Monica (<i>Guia</i>).
De 20 annos —	40.000	pés em Sant'Anna (<i>Guia</i>).
De 12 annos —	10.000	pés em Santa Monica (<i>Socego</i>).
De 6 annos —	76.000	pés em Sant'Anna (<i>Parahyba, Bom Retiro, Corrego da Onça</i>).
De 5 annos —	80.000	pés em Santa Monica (<i>Dormente Guia</i>).
De 3 annos —	110.000	pés em Santa Monica (<i>Cattete</i>).
	<hr/>	
	496.000	cafeeiros.

A addicionar-se ainda uma parcella de dez mil correspondente ao cafetal do sitio do Papagaio acerca de cuja idade nada refere o inventario.

As avaliações eram para o cafetal de

annos:		por pé
		rês
24	21:600\$000	ou 180
20	7:200\$000	ou 160
12	14:000\$000	ou 200
6	27:600\$000	ou 364
5	19:200\$000	ou 240
3	6:400\$000	ou 60
	<hr/>	
	95:600\$000	

Estas avaliações parecem nos baixas e provavelmente para fins de inventario. Em 1850 o preço medio de 200 réis por arvore era corrente na zona para as lavouras já avelhantadas.

Contava Santa Monica 256 escravos e 29 ingenuos que não entravam na avaliação. Estes escravos foram computados em 221:800\$000 o que dava por cabeça menos de conto de réis (866\$).

Em Sant'Anna 103 escravos, e 18 ingenuos, não avaliados, no valor de 88:950\$ o que produziu uma media de 863\$ quasi igual á outra. Metade de Santa Monica pertencia ao Barão de Juparanan socio de seu irmão o Barão de Santa Monica.

A grande fazenda de que proviera o titulo deste ultimo hoje propriedade da União e outrora aberta pelo pae de ambos, o Marquez de Baependy, tinha vultosas bemfeitorias como fosse a grande casa fazendeira, com sobrado e capella, avaliada em 17:000\$ outra para enfermaria e botica (4:000\$) o engenho para café com as respectivas tulhas (6:000\$) outro de canna com alambique (5:000\$) engenho de arroz e de farinha (3:500\$) Serra e moinho (1:600\$) senzalas, com 40 lances (2:800\$) e mais no sitio chamado Rubin boa casa de morada (2:000\$) etc.

Sant'Anna longe estava de tão bem fabricada quanto Santa Monica. Sua casa grande se avaliou em 2 contos de réis apenas. Mas as senzalas eram muito melhores do que as da outra fazenda. Valiam 3:200\$ os seus quarenta lances.

Nella havia muita reserva de mattas virgens cento e doze alqueires geometricos que se avaliaram em 37:500\$ quasi a 335\$ o alqueire, foram computados em 22:500\$000 ou seja 134\$ por alqueire.

A mobilia de Santa Monica se avaliou em 5:130\$. Isto mostra quanto devia este mobiliario ser enorme pois no tempo os moveis pouco valiam. A prataria do barão subiu a mais de 1:300\$ abstrahindo-se a de seu irmão. A sua roupa de cama e mesa foi avaliada em 300\$ e a louça em perto de 400\$000.

A capella de Santa Monica devia estar bem alfaiada pois todos os seus paramentos foram avaliados em 1:200\$000.

Em Sant'Anna tudo era muito mais modesto basta lembrar que todo o mobiliario da fazenda (24 cadeiras, 2 aparadores, 1 mesa de jantar, 1 guarda louça, um relógio, etc.) subiu a pouco mais de 200\$! sendo que das cadeiras metade era de jacarandá.

Pouco o gado de Sant'Anna, 37 bois de carro a Rs. 1:850\$000 ou sejam 50\$000 por cabeça, sete vaccas a 30\$ um touro (50\$) 12 carneiros a 2\$000, 2 novilhos a 15\$ e uma besta de sella a 30\$.

O gado de Santa Monica era muito mais consideravel.

Delle se não fez discriminação sendo que os bovinos se avaliaram em 3:600\$ e os ovinos em 240\$ e os suínos em 600\$000.

Possuía o barão de Juparanan boas joias, próprias e outras que haviam pertencido á marquezia sua Mãe, assim como commendas, habitos, veneras, propriedade de seu pae, ali uns dez contos de réis alem de boas carruagens.

Mandara construir muitas casas em Desengano estação da Dom Pedro II, que tem hoje o nome de seu titulo, alli tinha muitos terrenos. Possuía alguns titulos de divida publica. E herdara de seu Pae, no baixo Rio Doce, perto de Linhares, quatro sesmarias de uma legua em quadra das que Dom João VI andara distribuindo ás mancheias, entre os seus corte-zãos e só se cultivaram ultimamente com a cultura cacauieira dos ultimos annos.

Estas quatro sesmarias da *Terra Alta* se computaram em 1:900\$, eram de 1089 alqueires geometricos ou ao todo 4.356 alqueires avaliados portanto a menos de quinhentos réis o alqueire!

Assim tambem attingiram irrisorio preço as lavras de ouro das vertentes do rio das Mortes, em Minas Geraes, denominadas Cachen Goyazes e Cuyabá. Apenas lhes attribuiram os avaliadores o valor de 80\$000!!

Deixara o Barão ainda tres mil arrobas de café em coco nas suas tulhas de Sant'Anna calculadas em 6:000\$000 ou 2\$ por arroba e mais seiscentas arrobas, do melhor typo, a 4\$, ou sejam 2:400\$000.

Assim eram estes os principaes valores do espolio do excellente barão de Juparanã, Manuel Jacintho Carneiro Nogueira da Gama cujo inventariante foi seu irmão e socio Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, barão de Santa Monica, a quem deixou o remanescente de seus bens.

NONA PARTE

Depoimentos de viajantes estrangeiros
sobre a vida nas fazendas de café

CAPITULO I

Viagens de Castelnau, Ferrière le Vayer, J. Itier, Ida Pfeiffer pela zona cafeeira fluminense de 1843 a 1845 — Lavou-
ras de Friburgo e Cantagallo — James Fletcher

Na primeira plana dos grandes, dos maiores exploradores scientificos do Brasil figura o nome de Francis de La Porte, Conde de Castelnau, ninguem o ignora, desde que conheça as coisas de nossa terra um pouco mais do que pela rama.

Não tem o relevo de um Martius ou o de um Saint Hilaire mas o seu renome se assenta sobre as solidas bases do merito e da extensão da obra realisada.

Na sua grande jornada pela America do Sul atravessou a zona cafeeira fluminense e mineira indo do Rio de Janeiro a Petropolis, Parahyba do Sul e Juiz de Fôra. Partindo do Porto da Estrella, em outubro de 1843, e depois de permanecer uns dias, em Correas, acompanhou o curso do Piabanha attingindo o arraial do Sumidouro após haver avistado cafesaes muito enfolhados mas pouco productivos por plantados em terrenos de noruega.

Nas vizinhanças de Sumidouro estava uma das grandes, das maiores fazendas da provincia fluminense, a do *Secretario*, pertencente a certo capitão José Manoel, cujos patronymicos não vemos inscriptos no relato de viagem do geologo.

Nesta vasta propriedade viviam duzentos escravos; nos seus campos pastava quasi que o mesmo numero de bestas. Além dos grandes cafesaes havia fartos cannaviaes. Fabricava-se assucar em estabelecimento pertencente ao mesmo fazendeiro. Nelle trabalhava como serralheiro, um escoceiz outrora naufrago da costa peruana, de onde passara ao Brasil.

Como chovesse muito ficara a estrada do *Secretario* a Pampulha summamente escorregadia e penosa.

Os cavallos a cada momento, falseavam o passo e os cavalleiros se viram na contingencia de precisar descavalgar e puxar as montarias.

O que valia ainda era a belleza da paisagem e da flora onde abundavam extraordinariamente, admiraveis bougainvilleas de bracteas cor de rosa.

Vencendo as maiores difficuldades chegaram os viajantes, após quatro leguas de marcha, ao alto da collina, onde se erguiam os casebres da aldeiola da Pampulha. Alli os esperava um quartinho sujo de venda mas, felizmente, muito aceitavel jantar.

No dia seguinte, 6 de novembro, teve Castelnau inexprimivel gozo: o de contemplar logares absolutamente esplendurosos, atravessando imponentissimas mattas, onde a todo o instante surgiam os ribeirões cortados por encantadoras cascatas. Era a estrada má e muito atravancada por penedos. Mas que maravilhosa a abundancia de borboletas fulgurantes e de aves as mais bellas!

Assim, descendo os ultimos contrafortes dos Orgãos, e após um percurso de cinco leguas, chegaram os naturalistas á margem do Parahyba que transpuzeram numa balsa muito sofrível.

Fizeram-no em face da cidade fluminense que tem o mesmo nome do grande caudal, nascido em S. Paulo, da confluencia do Parahytinga e do Parahybuna.

Nos seus arredores havia muito bellas fazendas de café e canna além de grandes plantações de milho.

Quanto ao commercio era pouco consideravel. Seria mesmo nullo se a Parahyba do Sul não constituísse um local de repouso indispensavel por assim dizer, ás tropas que se destinavam á provincia de Minas.

Desejoso de conhecer uma grande fazenda de café, aproveitou Castelnau as facilidades que lhe traria uma carta de recommendação para Hilario de Andrade, "um dos homens mais influentes e hospitaleiros da Provincia do Rio de Janeiro". Era elle o futuro Barão de Piabanha, Hilario Joaquim de Andrade, agraciado que seria, em dezembro de 1854, pelo Governo Imperial.

Commendador de Christo e Dignitario da Rosa, viria o baronato consagrar o apreço imperial ao cidadão prestantissimo que fôra um dos grandes civilisadores da zona parahybana. Nascido em Parahyba do Sul a 13 de janeiro de 1796, membro do esquadrão fluminense da Guarda de Honra de Pedro I, em que receberia o posto de coronel, presidente da Camara Municipal parahybana, deputado á assembléa provincial fluminense em diversas legislaturas, tornara-se Hilario de Andrade um dos mais prestigiosos cidadãos da Provincia

do Rio. Em 1855, ao irromper a terrível epidemia do cholera morbus, que tanto assolou o Imperio, escolhido presidente da Comissão Sanitaria provincial prestou relevantissimo serviços, montando á sua custa um hospital.

Viria a fallecer Hilario Joaquim de Andrade, Barão de Piabanha, a 17 de abril de 1865 naquella mesma fazenda da Serraria em que Castelnau o viu.

Certo moço daquellas cercanias offerecera-se para guiar os francezes pela estrada da fazenda que teria suas quatro leguas de extensão.

“Assim pelas nove da manhã deixámos a casa da amavel familia que nos recebera tão bem e cuja hospitalidade nos fizera esquecer a parcimonia dos habitantes da Estrella.”

A primeira legua percorrida correspondia a terrenos em estado de cultivo mais ou menos adiantado.

Que differença entre os aspectos que apresentavam e a magnificencia das florestas virgens! Assim acontecia onde quer que penetrasse a industria do Homem!

Pelos troncos calcinados dos gigantes do reino vegetal, alli remanescentes, percebia-se que a civilisação se fizera pre-ceder pelo incendio.

Innumeras as termiteiras e immensas! Algumas com mais de metro e meio de altura e meio metro de diametro.

Mas logo depois deixava o viajante os campos dos cupins para atravessar majestosa floresta cujas abobodas de verdura se mostravam magnificas. Nella predominavam gigantescos taquarussús.

Sahindo da matta passou o naturalista por grande cafe-saes e cannaviaes. Afinal attingiu a casa do fazendeiro, homem tão notavel pela bella physionomia e elegancia do porte quanto pela cortezia e naturalidade das maneiras finas.

Possuia o futuro Barão de Piabanha cerca de duzentos captivos, dos quaes um quinto de mulheres.

Mostrava-se muito humano para com os escravos que regia a praticar as regras da moral. Assim as escravas não casadas viviam a parte dos demais servos. Quando um casal recebia o sacramento do conjungo dava-lhe um lote de terras para as suas roças.

Informando ao eminente visitante o que havia de mais caracteristico em sua propriedade, disse-lhe Hilario de Andrade que apezar dos cuidados com que tratava os servos via-lhes o numero reduzir-se de cinco por cento annualmente. Duas as causas deste declinio: a elevada mortalidade infantil e o pequeno numero de mulheres. O trafico trazia muito maior

numero de homens do que de mulheres, como geralmente se sabe.

Um escravo creoulo valia sempre mais do que um africano boçal. Mas todos eram concordes em pensar que se tornava preferivel adquirir um africano a comprar um creoulo que já tivesse tido varios senhores.

Mostrou o futuro Barão a grande fazenda sob todos os seus aspectos; os engenhos movidos pelas rodas hydraulicas, as bemfeitorias muito bellas e espaçosas, os jardins muito bem tratados e até a enfermaria onde os escravos, geralmente hydropicos, recebiam o melhor tratamento.

No dia 8, ás nove da manhã, sahiram os francezes da casa que lhes proporcionara tão fidalga acolhida e depois de atravessarem outras e enormes fazendas attingiram as margens do Parahybuna, onde avistaram verdadeiras nuvens de periquitos a encherem os ares com o seu vozerio. Já eram terras de Minas Geraes.

Em 1844 pelo Rio de Janeiro passou uma esquadilha de guerra franceza que se destinava á China.

Nella seguia o Sr. Lagrenée chefe de uma missão especial do governo de Luiz Philippe I junto ao do Filho do Céu.

Acompanhara-o brilhante sequito de secretarios de embaixada, addidos commerciaes e burocratas.

Quasi um mez passou o Sr. de Lagrenée no Brasil em janeiro e fevereiro. De sua permanencia em nossa terra provieram diversos relatos assaz interessantes como o de C. La-vollée, Julio Itier, Theodoro de Ferriere — Le Vayer.

Com o Sr. de Lagrenée fez Ferrière le Vayer uma viagem do Rio de Janeiro a Nova Friburgo. Foi do Porto da Piedade a Theresopolis e dahi a colonia suissa do antigo Morro Queimado.

Pelas alturas de Theresopolis viu diversas plantações de chá cujos productos deprecia asperamente e uns poucos cafe-saes mesquinhos.

A caminho de Friburgo embeveceram-no as magnificas paysagens contempladas. Houve um momento então em que o Sr. de Ferrière se sentiu positivamente extasiado. Foi quando, do cimo de alta montanha, viu, na varzea, um valle circular cercado de eminencias bem vestidas de matta. Deulhe o conjuncto a impressão de um amphiteatro immenso, "uma architectura de folhagens e flores, terraços, columnas e arcadas de verdura. E em baixo de tão cerrado entrelaçamento de ramos se divisava verdadeiro tapete de velludo."

Desceram os viajantes por tortuosa e ingreme trilha de

onde avistaram cafesaes floridos e os tectos de uma casa da fazenda.

Enfarruscara o tempo. Grossos pingos de chuva começavam a cahir; assim estugaram o passo das alimarias exactamente num ponto onde occurria maravilhosa scena da Natureza, uma catadupa de mais de mil pés de altura formada pela queda de largo caudal.

Mas não havia tempo a perder. Maldizendo a pirraça do temporal, espicaçaram os viajantes as bestas e assim conseguiram entrar no pateo da fazenda exactamente quando trovejava a valer e do modo mais violento.

Era o fazendeiro um homem encantador e até instruido. Comprehendia bem o francez embora não se atrevesse a fallar-o. Aos hospedes respondia em portuguez. Sob agradabilissima impressão viram os diplomatas que possuia pequena bibliotheca de volumes francezes onde, com verdadeira surpresa, encontraram as famosas *Ruínas* de Volney, livro outróra prestigiosissimo, como sabem todos, essas *Meditações sobre as revoluções dos imperios*, frio, declamatorio, cansativamente anti-religioso como raros, mas incontestavelmente cheio de grandes bellezas litterarias.

Muito maior espanto lhes reservava ainda a livrariasinha do fazendeiro fluminense. Nella se lhes deparou a collecção das obras de Nicolau Fréret, o grande chronologista, geographo, philologo orientalista e philosopho um dos mais illustres sabios filhos da França (1688-1749).

Infelizmente não nos relata o Sr. de Ferrière quem seria este fazendeiro, discipulo provavel de Rousseau e amigo da Natureza, homem sceptico que se deleitava com a prosa irreverente e irreligiosa de Francisco de Chasseboeuf, Conde de Volney e se abeberava á sciencia profunda de Nicolau Fréret?

Piedoso como era nosso diplomata, certamente não lhe causou agradável impressão o encontro, áquellas alturas selvaticas da Serra dos Orgãos, de um exemplar do tão pouco piedoso livro das *Ruínas*.

Deste homem tão nutrido do pão do espirito esperavam os viajantes alguma demonstração solida, nutriente do corpo cansado pelas leguas vencidas em tão maus caminhos.

Mas era o nosso fazendeiro quiçá sem o saber, sectario das idéas de outro cultor celebre das letras da nação de seus hospedes o aleijado primeiro marido da Sra. Marqueza de Maintenon. Se é que esta digna dama convolou a justas regias e segundas nupcias como geralmente se suppõe, mas ninguem ousa garantir...

Como ceia appareceu á mesa dos hospedes apenas um cozido com pirão! Estaria rodeado daquelles bellos annexos brasileiros que tanto o tornam respeitavel nos nossos cardapios? Aquelles bons addendos de batatas inglezas e doces, couves, abobora, mandioquinha, aipim e bananas da terra? Provavelmente não. O tom desconsolado do Sr. de Ferrière ao nos contar os pormenores deste repasto em casa do admirador das *Ruínas* e da obra philosophica de Fréret, faz-nos crer que o cozido veio só e desacompanhado, quiçá até magro, pallido e desconsolado.

Le français, né gourmet, aime la bonne chère, o que, aliás só lhe faz honra e muita honra, observemol-o a paraphrasear celebre alexandrino anthologico.

Quiçá haja o fazendeiro voltaireano, volneyano, substituido os pratos, que não vieram, por dissertações sobre topicos das *Ruínas* ou dos tratados do grande erudito, cuja volupia suprema fôra o trabalho.

A casa do philosopho brasileiro não era, pois, um modelo de conforto: reinava alli a simplicidade olympica dos despreocupados das mundanidades.

Foi o Sr. de Ferrière, levado ao quarto que lhe destinavam. Havia lhe feito a cama, sobre a tampa de enorme arca que servia de deposito de cereaes. Pelas juntas de tal caixa sahiam e entravam legiões de baratas!

Mas que remedio! Era o que havia! Sobre ella estendeu-se o diplomata itinerante que logo depois fazia desagradavel descoberta. Era a parede do seu quarto delgado tabique que o separava de uma senzala onde dormiam "meia duzia de negriños e suas respectivas mães."

Foi um inferno tal vizinhança!

O choro e a tosse dos molecotes, as conversas e discussões de suas progenitoras impediram ao incommodado vizinho o repouso que tanto almejava.

Na manhã seguinte pediram os viajantes ao fazendeiro que os levasse a ver de perto a bella cachoeira. Não foi facil attingir o ponto desejado. Obsequiosamente ordenou logo o amavel, embora sobrio, hospedeiro aos seus escravos, que, a machado, abrissem uma picada. Mas pouco depois tiveram os turistas de descavalgar tão espessa era a vegetação arbustiva onde os cipós e as plantas espinhentas rasgavam as roupas e arranhavam os rostos.

As agruras do passeio veio compensar o spectaculo proporcionado pelo bom gosto do fazendeiro que mandara abrir trilha até determinado ponto. Era elle um cabeço de rochedo,

á beira do abysmo, bem em face do salto e á meia altura do total da queda.

Arroubado exclama o nosso de Ferrière.

“Nada ha nas montanhas da Europa que se possa comparar a esta catadupa, tanto pela extensão como pelo volume do jacto.”

“Nós alli presentes dispunhamos de longa serie de reminiscencias relativas a espectaculos deste genero, mas a opinião unanime dos presentes foi que jamais nenhum de nos nada vira de tão avultado.

Trata-se de um rio de bella largura que num unico salto, se despenha de uma altura minima de quatrocentos metros, através da floresta e sobre enormes rochedos que a torrente quebra e reduz a pó.

Transparente nevoa rebrilhava ao sol apresentando todas as matizes do arco iris e lançando profundamente todas as magnificencias e fulgores da luz nas profundezas do abysmo que se nos abria aos pés.”

Identificou o Dr. Manuel Valerio Gomes da Silva, distintissimo causidico fluminense, recém-fallecido, os pontos visitados pelo viajante francez.

O valle é o do Arrossal, o rio o Paquequer Grande, a estrada a das Terras Frias, a fazenda a da Cascata, desmembrada da Fazenda Velha; o fazendeiro erudito, provavelmente, o coronel João de Souza Vieira.

Ao mesmo tempo que Ferrière le Vayer excursionou tambem pela zona cafeeira fluminense seu collega de embaixada á China Julio Itier. Foi do Rio de Janeiro a Petropolis e dahi a Theresopolis pelo caminho de Itaipava. Teve de dormir varado de fome, em casa de pequeno lavrador de café um tal Caetano, que se mostrou de sordidez fora do commum para com os seus visitantes a quem muito se queixou dos prejuizos que as geadas causavam aos seus cafesaes.

As plantações de chá de Theresopolis inspiraram medio-re interesse ao diplomata francez que tambem achou os seus productos maus.

A 15 de outubro de 1846 entrava no Rio de Janeiro a famosa *globe trotter* austriaca Ida Pfeiffer, *née* von Reyer, que já percorrera quasi todo o centro e sul da Europa, o Oriente proximo e o Egypto, a Escandinavia, a Islandia e emprehendera uma viagem circumnavegatoria. Dois mezes permaneceu no Brasil, vindo do Rio de Janeiro, por Friburgo e Cantagallo, ao territorio mineiro visitar os purys.

Chegando a Nova Friburgo e como seu companheiro de

jornada, o Conde Beschold não podia por ferido, acompanhá-la restava a Ida Pfeiffer proseguir só na excursão aos aldeamentos indios ou desistir daquella visita que tanto a seduzia.

Após penosa hesitação, como o hoteleiro Sr. Lindenroth lhe garantisse que a empreza não era das mais arriscadas e que elle lhe arranjaría guia de toda a confiança, dispoz-se a partir. Sentia-se tanto mais garantida quanto obtivera, por empréstimo, uma garrucha de dois canos.

Sahindo de Friburgo poz-se a nossa viajante a descer por valles apertados, onde á mattaria se intercalavam plantações, frequentemente maltratadas, cheias de hervas damninhas que quasi suffocavam as lavouras. Só os cafesaes e cannaviaes demonstravam melhor amanho.

Attingiam por alli os cafeeiros uma altura de 3m. 60 c. Já aos dois annos davam alguma carga. Produziam as arvores durante dez annos — informação erronea que á nossa autora ministraram — pois até nos terrenos mais íngremes da região fluminense a media da duração dos cafesaes, apesar de todas as circumstancias desfavoraveis nunca foi tão baixa quanto esta de que nos fala.

Dos processos da colheita aponta-nos Ida Pfeiffer dois: o da apreensão manual dos grãos e o da sacudidura das arvores que lhes fazia cahir os fructos sobre grandes esteiras.

Dando a sua impressão do caso diz a nossa autora que o primeiro processo, embora mais penoso do que o outro “era-lhe infinitamente superior”. Que dirão da autoridade de nossa viajante os defensores da “colheita natural”?

Contraste interessante o da coragem e do receio offerencia a vida no interior do Brasil.

Nada menos animador, para o europeu, do que, a cada passo, ver, pelas ruas, das villas e arraiaes, individuos com enormes trabucos á ilharga e immensos facatazes á cinta, como se aquella terra toda fosse infestada de salteadores assassinos!

No emtanto, viviam os fazendeiros sem a minima apprehensão, desacompanhados de garantias quanto a possiveis violencias dos escravos.

Passavam os viajantes as noites, sem menor sobresalto, em vendas miseraveis, no meio de impenetraveis florestas, dormindo em commodos cujas janellas não dispunham de trancas e cujas portas eram as mais frageis, pois, muitas vezes, nem fechaduras tinham!

Os ranchos das fazendas, destinados aos viandantes, eram em geral muito distantes das casas dos fazendeiros. Esperar

algum soccorro da familia do lavrador, ou de seus escravos, vinha a ser coisa irrealisavel, pois os alojamentos destes, a um canto de estrebaria ou do paiol tambem ficavam afastados.

Nos primeiros dias, teve a corajosa senhora real receio de se ver encerrada, a noite toda, em quarto mal seguro, rodeado de vegetação sombria e selvatica, e distante de qualquer soccorro. Asseguraram-lhe, porém, que, por alli, o assalto a um pouso, era coisa simplesmente inaudita. “Assim, annota, a gracejar, despachei o medo como companhia inutil que me era e dormi profundamente, sempre tranquilla, sem que coisa alguma me perturbasse o repouso.”

“Na Europa, porém, poucos paizes conheço em que me atreveria a atravessar alguma floresta espessa, em companhia de um unico guia. E a passar a noite em pardieiros sombrios e isolados como os do Brasil. . .

No dia seguinte, 7 de outubro, venceu Ida Pfeiffer mais cinco leguas, attingindo a pequena villa de Cantagallo que ella transformou em *Canto Gallo*.

Viagem monotona, através de fundos de estreitos valles desprovidos de vista e onde os itinerantes só percebiam as encostas de montanhas cobertas de mattas, que não acabavam mais. De longe em longe, uma fazendola ou um incendio lembravam a existencia do homem. Senão dir-se-ia que aquella parte do Brasil ninguem explorara ainda.

Cantagallo, apertada entre morros, mal contava então umas oitenta casas. A venda-hospedaria em que se aboletou Ida Pfeiffer achava-se em logar isolado de onde não se podia ver a cidade. Nesta encontrou a itinerante uma temperatura comparavel á dos dias de bochorno no Rio de Janeiro.

Foi-lhe interessante observar ali, na estalagem cantagalense, a vida intima de um lar brasileiro. Notou que a vendeira não tinha a menor preocupação com as coisas do arranjo da casa e da cozinha. Isto era da alçada do marido, tal qual succedia nas hospedarias italianas. Uma preta e dois moleques cuidavam do espeto e do forno.

Aliás, na cozinha daquelle hotelsinho, tudo se operava do modo mais primitivo. Ao sal moiam-no por meio de rolamento de uma garrafa; assim, tambem se fazia para o preparo do pirão de batatas. Como garfo era usado pau pontudo. Montanhas de lenha se queimavam nos fogões rudimentares do estabelecimento. Tambem pelo que custavam!

A gente branca de casa concorria á mesa redonda, em repastos servidos á brasileira com, todos os pratos apresentados ao mesmo tempo: carne de vacca fria, feijão com carne

secca, batatas, arroz, aipim e farinha de mandioca em profusão. Cada qual dos hospedes se servia á vontade, inteiramente a gosto. Aos escravos dava-se feijão, farinha e carna (sic) secca, declara a nossa viajante, no proposito de enfeitar o seu texto com umas tantas palavras, frequentemente estropeadas, da lingua portugueza, afim de lhe dar erudito resaibo.

De Cantagallo partiu Ida Pfeiffer em direcção á *fazenda de Boa Esperança* (sic), a seis leguas da villa.

Causou-lhe indescrivel impressão o conjunto dos panoramas divisados naquella viagem, através de admiraveis florestas virgens. Alterosas palmeiras, soberbas orchideas a cada passo se offerciam aos olhares embevecidos da illustre viajante, verdadeiras cortinas de flores das mais resplendentes cores tornavam os ares balsamicos.

Uma linda passarada por alli volitava! Beija-flores, papagaios incontaveis, as timidias cotingas de variegados matizes e tantos mais seus conhecidos das vitrinas dos Museus da Europa davam intensa vida áquelles bosques encantadores. “Tinlia eu a impressão de que percorria o parque de uma fada. E a cada momento me parecia imminente um encontro com nymphas ou com sylphides.”

Sentia-se a nossa itinerante “no auge da felicidade, amplamente indemnizada das fadigas da jornada.”

Uma unica coisa lhe lançava alguma sombra sobre aquelle estupendo quadro, cheio de vida e luz: o pensamento de que “o fraco mortal, o homem, ousava lutar com aquella natureza gigantesca para a sujeitar á sua vontade.

“Dentro em breve, talvez, aquelle recanto onde reinava calma profunda e sagrada, estaria perturbado pelas retumbantes machadadas de colonos ousados e avidos, empregando todos os esforços para satisfazerem as exigencias correntes da vida”.

Animaes malfazejos viu-os a nossa viajante, pouco numerosos, naquellas paragens edenicis. Algumas grandes cobras verde-escuras, de metro e meio a dois metros de comprimento, uma onça, felizmente já cadaver, e esfolada, uma lagarta (sic) de um metro de comprido a cruzar a estrada medrosamente...

Macacos não os avistou em parte alguma. “Talvez se escondessem ainda mais cautelosamente, naquelles mattos onde os passos humanos não lhes perturbavam os saltos e as momicas”.

Nas quatro leguas da estrada de Cantagallo ao arraialinho de Santa Rita avistou umas poucas lavourinhas de café

apenas, como que só para provarem a existencia de alguns humanos, naquella região tão luxuriantemente florestada ainda.

Em Santa Rita, no ribeirão do mesmo nome, havia umas faisqueiras auríferas. Dava o logar pequenos diamantes tambem.

Desde que o governo Imperial abrira mão do monopolio diamantino, garimpava-se, livremente, por toda a parte, mas os mineradores tratavam de agir sempre do modo mais mysterioso, não lhes convido a divulgação dos achados preciosos, acaso occorridos.

Como pela zona não houvesse hotéis em parte alguma tinham os viajantes de pedir a hospitalidade dos proprietarios das *fazendas*.

Exigia-se para tanto porém, sempre, certo protocollo. Devia o candidato, ao jantar, ou ao pouso, parar no terreiro, em frente á entrada principal da casa grande, chamar um dos famulos do fazendeiro — nunca este directamente — e solicitar, por intermedio do recadista, o obsequio da hospitalidade.

Na *fazenda da Boa Esperança*, cujo proprietario não menciona, encontrou Ida Pfeiffer o mais amavel acolhimento.

Alli chegou exactamente a hora do jantar — entre tres e quatro horas da tarde. Mandaram logo os donos da casa que á mesa puzessem mais dois talheres e serviram boa refeição, de variados pratos, “assaz bem preparados á européa”.

Por toda a parte por onde passava a viajante, nas vendas e fazendas, causava real espanto a chegada de uma mulher acompanhada de um criado, apenas. Perguntaram-lhe todos se não tivera medo de atravessar as mattas, só. E o guia era sempre interrogado á parte, sobre os verdadeiros fins da jornada da sua patrôa.

Como esta apanhasse muitas flores e caçasse insectos ficou logo com a fama de naturalista viajante.

Era a fazendeira pessoa de aspecto bondoso e muito amavel. Convidou a sua hospede a visitar a fazenda. Poude pois Ida Pfeiffer conhecer, de *visu*, as operações de beneficiamento, praticadas alli.

Na Boa Esperança eram os terreiros de terra batida e cercados de pequenos muros de alvenaria.

Dos terreiros passavam os grãos aos cochos de pedra de uns pilões de madeira, movidos por uma roda hydraulica.

Depois de pilados iam a uma grande mesa onde os escravos lhes completavam, manualmente, o descascamento. Era provavelmente a catação que a viennense pensou fosse outra coisa.

Dahi passavam para umas especies de caldeirões chatos, de cobre, ligeiramente aquecidos e giratorios. A operação da secca final demandava muito cuidado. Della dependia a fixação da cor do producto. Se o café seccasse depressa demais ficava amarellado sem alcançar aquelle tom esverdeado que devia ter.

Achou Ida Pfeiffer a cultura do nosso principal artigo muito menos penosa do que a do trigo. Assim por exemplo: a propria arvore garantia os escravos da ardencia solar. O unico perigo real daquella lavoura provinha dos accidentes ophidicos, aliás felizmente muito raros.

A canna de assucar esta sim exigia verdadeiros sacrificios quer na limpa dos cannaviaes, quer quanto ao córte.

Nas fazendas fluminenses, que Ida Pfeiffer visitou, acabava o trabalho com o occaso do sol.

Apresentavam-se então os captivos a chamada, faziam curta oração e passavam a receber as rações do jantar: feijão, preparado com toucinho, "carne secca" e farinha de mandioca. Ao alvorecer nova chamada oração, almoço e cito.

Notou a viajante que, tanto nas fazendas como nas casas particulares, e vendas, não tinham os escravos tão duro trato quanto na Europa geralmente se pensava. Não os acabrunhavam os senhores de serviço. Pelo contrario pareciam trabalhar a vontade. Eram bem alimentados.

Seus filhos serviam de companheiros de brinquedos aos dos seus senhores, e com elles brigavam, como de igual para igual.

Incontestavelmente havia no Brasil, escravos por vezes maltratados e castigados, immerecidamente. Mas por acaso na Europa, não se verificavam injustiças de tal natureza?

Acerrima inimiga do escravismo saudaria com entusiasmo a promulgação da lei imperial que abolisse no Brasil o regime servil. Mas a justiça dos factos mandava que proclamasse quanto na monarchia americana lhe parecera a sorte dos escravos melhor do que a dos felahs pretensamente livres do Egypto. E até mesmo do que a de muitos camponios europeus, a gemerem sob o peso da vassalagem e da servagem.

Rusticas as casas dos fazendeiros cantagallenses onde não se viam ainda janellas envidraçadas. Outro desconforto: a existencia de biombos que separavam os quartos uns dos outros de modo a tolherem a liberdade dos moradores, além de permittir que os resonadores incommodassem o somno dos vizinhos.

O mobiliario tambem era dos mais primitivos, peças sim-

plicíssimas e rústicas. Em torno da grande mesa das refeições sofás de palha trançada e algumas cadeiras, eis tudo quanto se encontrava nas salas de jantar dos fazendeiros.

Pelos quartos muita ausencia, tambem, de commodas e armarios.

Dos pregos fincados ás paredes se dependuravam as peças dos vestiários.

Quando muito appareciam alguns bahús destinados a garantir a rouparia dos assaltos das baratas e formigas (sic).

Descalços viviam os meninos brancos, mesmo quando filhos de gente rica. Antes de se deitarem, á noite, os pagens, que os serviam, armados de alfinetes lhes revistavam as extremidades dos pés, afim de verem se acaso não tinham sido atacados pelos bichos de pé.

Proseguindo a viagem para o Norte, em direcção aos aldeamentos purys deixou Ida Pfeiffer a fazenda, da Boa Esperança, a 9 de outubro de 1846.

Despediu-se, saudosa e grata, dos bons hospedeiros. Deulhes a fazendeira optimo, e o mais util, presente, a quem viajava por aquellas paragens desprovidas de conforto: abundante farnel em que sobresahiam lindo queijo e soberbo frango assado com farofa.

“Excellente senhora! brada a nossa viajante reconhecida, ao noticiar tão valioso viatico.

Da Boa Esperança ás margens do grande rio havia apenas quatro leguas a vencer. Sempre infeliz em suas referencias toponymicas dá Ida Pfeiffer o nome de *Parahyby*, não uma mas varias vezes, ao caudal que se despenha da Bocaina a São João da Barra.

E mais interessante ainda: noticia que o ponto por ella collimado para a travessia do Parahyba era o villarejo chamado *Aldea do Pedro* (sic) quando o nome exacto do arraial, naquelle tempo, era simplesmente *Aldeia da Pedra!* mais tarde São José de Leonissa, e afinal em excellente abasileiramento da primitiva denominação: Itaocara.

A medida que se approximava das ribanceiras do Parahyba mostravam-se-lhe as florestas virgens cada vez mais luxuriantes, observa a viennense, o que coincide com o modo de ver de outro viajante contemporaneo, o illustre botanico inglez Jorge Gardner, um dos homens que mais agradavelmente escreveram sobre o Brasil, seja dito de passagem.

Estava o *Parahyby* em estiagem: dahi o facto de se lhe apresentar o alveo cheio de rochedos e itaipavas, ilhas e ilhotas, que com as grandes enchentes desapareciam.

Tudo isto á paisagem dava "magico encanto."

Seguindo-lhe a margem notou o viajante que o valle do grande rio se alargava. Recuavam as montanhas para o lado do norte. Mostrou o guia um destes montes bastante alto e descalvado. Os indios viviam na contra encosta desse morro, affirmou.

A masculinizada *Aldea do Pedro* poderia ter então seus duzentos habitantes apenas. E como unico edificio de certo viso pequena igreja de tijolos.

De outro lado do grande rio estendia-se intermina e immensa frondosissima mattaria virgem que os cafesaes ainda não haviam começado a exterminar.

Do que em 1853 viu da região de Cantagallo, em materia de lavouras diz James Fletcher:

"Os cafesaes das terras altas de Nova Friburgo e Cantagallo contam-se entre os melhores da provincia do Rio de Janeiro. Pertencem a mui os suissos e francezes vindos ao Brasil a convite de Dom João VI em 1820. A colonia que formavam não foi por deante e os homens mais energicos tornaram-se proprietarios.

O barão da Nova Friburgo possui immensa lavouras nos arredores de Nova Friburgo, onde emprega escravos e tambem muitos emigrantes de Portugal, Açores e Madeira. Sua residencia na villa que lhe deu o nome ao titulo é uma grande casa, construida com bom gosto.

Entre Nova Friburgo e Cantagallo o scenario mostra-se notavelmente alpino e já tão grande a cultura que me lembrou os valles mais suaves da Suissa. Nas vizinhanças de Cantagallo encontrei numerosos allemães, suissos e francezes, agricultores intelligentes cujas plantações de café dão rendas muito lucrativas. Não fiquei pouco surpreso ante o bondoso offercimento de certo allemão que encetou sua hospitalidade perguntando-me se não tomaria *ein grog* e ficando tão espantado com a minha recusa quanto eu ante o seu inesperado offercimento.

Fallando das suas excursões no Rio de Janeiro na zona oriental e em 1855 refere-se Fletcher ao hotel de um francez Boulanger, em Porto das Caixas de quem foi hospede e relata-nos o que foi a conta apresentada por dois jantares, duas vellas, duas dormidas, café para dois, dois almoços, milho para duas mulas — 7\$200 (equivalente a dezesseis shillings inglezes) Nada mais barato!

"Na excellente pensão do Sr. Lowenroth (Lauenroth) em Nova Friburgo pagamos 2\$ (um dollar) por tudo. Em

Cantagallo a trinta milhas da costa pagamos 6\$000 (treze shillings, seis pences) por mim meu guia e tres mulas. Em casa de um Pedro Schott (um chalet *Tête noire*, de construcção rude) situado no meio da matta, ponto afastado, a meio caminho entre a bahia da Guanabara e Nova Friburgo, por dois jantares, duas camas, duas velas, e cocheira para duas mulas, 4\$500 (dez shillings dois pences). Em Constanca e em Petropolis 4\$000 (nove shillings) de diaria, preço de um hotel de primeira classe nos Estados Unidos. Convem notar, no entanto que o vinho nunca é extra por ser obtido por preços baixos directamente de Lisboa e do Porto, e presente em todas as mesas.

Havia porém hospedagens mais caras:

“Indo para a fertil provincia de Minas Geraes, cobraram-me em Petropolis, a mim e meu companheiro, 16\$000 (quasi nove dollares) e no noite seguinte num lugarejo chamado Ribeirão pagámos pelas mesmas accomodações 4\$000 (dois dollares e vinte cents.) Proximo da costa sempre achei a vida cara para um estrangeiro. No interior os preços diminuem. Na Ponte de Jundiahy, na provincia de S. Paulo, o jantar, para mim e meu guia, o sustento de tres animaes custou apenas 1\$500 (tres shillings e cinco pences inglezes). A despeza commum dos brasileiros em viagem é de um quarto mais barato do que a dos norte americanos e europeus. Raramente aboletam-se em hospedarias quando entendem finda a caminhada do dia, seja ao cabo de duas ou de 6 horas (p. m.) apeiam num rancho, dão a ração de milho a sua mula e depois soltam-n’a no pasto.

Então — se trazem empregado — juntam-se aos patricios que occupam o mesmo rancho e ingerem uma sopa substanciosa de feijão com carne secca engordurado com um pouco de toucinho e bem engrossado com farinha de mandioca. A ella se segue café, ou um pouco de vinho tinto de Lisboa ou simplesmente a agua do riacho que por alli corre. Vi-os tão profunda e calmamente adormecidos sobre um couro estendido sobre o pó do rancho como se estivessem na mais macia cama do melhor hotel de Nova York. Os ranchos, encontram-se em todo o paiz, e como os caravansarás do Oriente, muitas vezes são construidos pelas autoridades; mas em muitos lugares obra de vendeiros que nada cobram pelo abrigo offerecido aos tropeiros e seus milhares de saccos de café e assucar, a caminho da costa. No entanto o vendeiro conta com os hospedes pois os tropeiros necessitam de feijão, carne, farinha, cachaça, e café, para si proprios e milho para suas mulas, ou então algum arreio extra, sella, faca de ponta ou espora de ferro,

sempre procuradas. Ajunta o vendeiro portuguez dinheiro e mais tarde torna-se fazendeiro mas não desiste da venda que sempre lhe dá bons lucros.

Os que emprehenderem longas jornadas no Brasil, devem comprar suas proprias mulas. Cavallos e mulas (sendo estas ultimas mais uteis) alugam-se por baixo preço de 5\$000 e 10\$000 (onze a vinte dois shillings inglezes), tarifa correspondente a cada cinquenta milhas de caminho ou então por um prazo determinado de viagem.

CAPITULO II

Carlos de Ribeyrolles e sua popularidade no Brasil — Li-
geiro escoreço biographico do illustre publicista francez —
Sua viagem á zona cafeeira fluminense — Partida de
Iguassú em direcção a Vassouras — Impressões da estrada
— A capital fluminense do café — Os progressos de
Vassouras — Visita ao Barão de Campo Bello em sua
fazenda do Secretario

E' o nome de Carlos de Ribeyrolles um dos mais presti-
giosos da xeno-bibliographia brasileira. Muito foram outrora
citada as paginas do seu *Le Brésil Pittoresque*, impresso com
os textos em confronto francez e portuguez e acompanhado
pelo album das litho-photographias de Victor Frond que hoje
valem uma fortuna.

Ainda se transcrevem trechos do autor francez mas em
geral cada vez menõs. No entanto suas paginas constituem
precioso documento para o estudo da época de opulencia flumi-
nense havendo elle visitado, em 1859, Vassouras, Valença, Pa-
rahyba do Sul, S. Fidelis, observado com muito cuidado as
condições sociologicas das populações visitadas, falando com
grande liberdade de opiniões e bastante isenção de animo, em-
bora delicadamente, do problema servil no nosso paiz.

Homem de talento, jornalista notavel, democrata ardente,
defensor irreductivel da republica de 1848, exilado da França,
viveu na Inglaterra alguns annos, na mais precaria situação.
Passou algum tempo em Jersey ao lado de Victor Hugo e
depois, por falta de recursos, imaginou vir para o Brasil, em
1858, por incumbencia de uma casa editora. Desta viagem
resultou *Le Brésil pittoresque* impresso na nossa Imprensa
Nacional, "livro notavel sob todos os pontos de vista", diz seu
biographo. Ia voltar á Europa quando a febre amarella o vi-
ctimou, affirma Larousse erradamente pois o publicista falle-
ceu de peritonite, garante seu amigo Victor Frond.

A 13 de junho de 1861 deu-se o seu passamento diz o

Diccionario Universel du XIX ème Siècle, occorrido no meio da maior consternação de seus numerosos amigos fluminenses.

Victor Hugo escreveu os versos do bello epitaphio que se inscreve em seu tumulo de Maruhy como informa Larousse aliás tambem errado em relação á data de seu fallecimento realmente occorrido a 1.º de junho de 1860. A municipalidade de Nitheroy mandou fazer-lhe o tumulo.

O *Brasil pittoresco* é em parte obra posthuma. Comprehende tres tomos subordinados aos sub-titulos: historia, descripção, viagens, instituições, colonisação. Suas ultimas folhas já não foram revistas pelo autor. Ficou a obra incompleta pois pretendia escrever muito mais sobre a Bahia e Pernambuco, etc., affirma Victor Frond.

O portuguez do texto da traducção de C. de Ribeyrolles é detestavel. O traductor conhecia muito mal a correspondencia das duas linguas chegando a escrever coisas absolutamente inacreditaveis como por exemplo: *le rustre était bien repu — o homem era bem reputado! de grand matin — dia alto! puni — possuido; sève — leve; antienne — ideia; meule — mola*, etc. etc. Taes exemplos poderiamos multiplicar-os abundantemente.

Deixando o Rio de Janeiro para visitar a zona cafeeira dirigiu Ribeyrolles entusiastica apostrophe á capital do Imperio:

“Sahir do Rio é sahir de Corintho; cidade mais radiante, de mais liberdade e mais vida, não encontrareis na Europa, nem nas duas Americas.”

Ia percorrer a incipiente linha da D. Pedro II que ainda nem contava sessenta kilometros de extensão.

Basta dizer que desceu na estação cujo nome estrambotico de Maxambomba foi substituido por outro mais euphónico e hoje de assonancia celebre em todo o Brasil, o de Nova Iguassú.

Desembarcando em Maxambomba inculca aos seus leitores que a estação nada tinha daquellas commodidades vulgares das congeneres europeas, buffet, botequim, livraria, venda de jornaes, apenas uma talha de barro com o competente copo *omnibus* como unica serventia util offerecida ao publico.

Desembarcando na estaçõesinha onde Biard alguns annos mais tarde iria ver a celebre igreja matriz, rancho de palha encostado a imponente fachada de alvenaria, poz-se Ribeyrolles a caminho de Iguassú, ahí a uma duzia e meia de kilometros atravez de terra fecunda e paludosa, terra de assucar.

“Os cannaviaes emplumados pelas folhas da bananeira,

simulando cocares, fluctuavam com o resfolegar das brisas, nas fertéis quebradas.”

Na sua comitiva ia um morador de Iguassú distincto cavalheiro, sensato e observador, que lhe affirmou a proxima e completa ruina de sua villa natal. Admirou-se o publicista francez perguntando-lhe a causa deste phenomeno. Seu informante lhe respondeu que o matador de Iguassú era a via ferrea.

Fôra durante um periodo maior de vinte annos metropole commercial de grande parte da provincia do Rio. Em seu pequeno porto embarcavam annualmente para a capital brasileira, cerca de dois milhões e quinhentos mil arrobas de café; presentemente esse algarismo achava-se reduzido a metade, e logo que a estrada de ferro de Minas entroncasse com a de Belém, tudo para ella afluiria.

Observou-lhe Ribeyrolles surpreso: porque seria preciso que Iguassú fechasse as portas, como uma estalagem sem hospedes, só pelo facto de uma estrada passar a duas leguas de distancia? não dispunha de terras e lavouras?

Respondeu-lhe o iguassuense que sim: tinha de tudo isso um pouco, porém no Brasil ninguem se occupava em mais de um serviço ao mesmo tempo; a razão da entidade de Iguassú, sua riqueza, assim como sua capacidade, resumia-se em seu porto. Abandonado este, restaria apenas uma aldeia”. *Trojajacet*. Quem ouvisse estas palavras funereas do honrado proprietario, tão repassadas de dor e melancolia, annota o viajante acreditaria escutar um suspiro comprimido a custo sobre Carthago, ou Jerusalém.”

Iguassú se bem que não fosse um Eden, e existissem muitas outras localidades mais sympathicas, e pittorescas, no extensissimo imperio das palmeiras, e das irradiações brilhantes, merecia comtudo alguma compaixão...

Possuia apenas uma rua mal calçada que á esquerda se dirigia ao porto e á direita offerencia pequena bifurcação. Os armazens, as lanchas e as casas dos consignatarios se achavam alli comprimidas, como em dois funis, consubstanciando a praça de commercio, o mercado, o emporio, a vida local finalmente.

A população da villa attingia, pouco mais ou menos, a duas mil almas, porém as portas carunchosas e os telhados em ruinas alli divisados já pareciam os pregoeiros fatidicos de seus paroxismos proximos e como que annunciavam a dominação imminente dos ratos e andorinhas. O rio era excessivamente estreito e baixo no porto deixava-se vadear com facilidade. As

lanchas carregadas, antes de se fazerem ao mar, precisavam ser impellidas á vara numa extensão de tres leguas.

Era triste a feição da sua paysagem, onde predominavam os morros pellados e os paúes fonte da malaria. Até a matriz já tinha ares de quem se preparava a ir-se embora.

O municipio contava em seu circulo cinco parochias; as de Nossa Senhora da Piedade, ou da villa, Marapicú, Jacutinga, Merity, e Sant'Anna das Palmeiras.

Como por toda a parte, na provincia do Rio, a principal cultura local era o café: havia entretanto bellos cannaviaes e a mandioca não vivia desdenhada. Se a cidade succumbisse, ficaria o municipio intacto e vigoroso. E' que as suas raizes garfavam-se na terra. Como se illudia o nosso observador!

Commentando a aspreza da estrada seguida pelas tropas invocava Ribeyrolles os grandes do Brasil, a Côte do Imperio, a Igreja, os bancos, os inglezes, os Lords da *Carne secca*, para que aplainassem um pouco esses caminhos sobre os quaes, como torres de fortalezas, se debruçavam as serras. Se não fosse para os homens, mascates do fardo ou da idéa, ao menos o fizessem por compaixão pelas pobres mulas!

E' que na verdade já não eram pequenas elevações, porém verdadeiros Alpes, Pyrineos, Cordilheiras. Essa serra do Commercio, entre outras, cumieira da planicie do Iguassú, que Golgotha!

Era calçada em seus dois flancos e largamente, mas com os declives rudes, abruptos, abrira-se-lhe a rude pavimentação em muitos logares, creando verdadeiras vossorocas. E suas eminencias traziam a vertigem dos precipicios. Havia alli tambem o encanto, o grande encanto dos longes que se perdiam nas linhas molles e azues do horizonte. A immensa planura da Baixada estendia-se aos pés, do contemplador, ondulosa, até o Rio. Quando pela alva, "o sol inundava de luz todos esses verdes e atirava para longe as nuvens, e os vapores nocturnos, dir-se-ia que a bahia das flores despertava."

Extasiado contemplou o nosso illustre itinerante, por muito tempo, esse magnifico amphitheatro "onde corriam aqui e alli, alvos cintos fugindo sob raios solares, a ouvir esses mil rumores da montanha nascidos da pedra, das arvores e da cascata."

Farto de enthusiasmo contemplativo sentiu-se Ribeyrolles instigado pelo imperio de sua misera condição de *homo devorans*. Assim commenta:

"Mas toda a perspectiva tinha termo, e todo o ideal fatigava. O homem não vive de perfumes; e depois de ter vingado

o derradeiro pincharo um desses cabeços franjados de abysmo, que são como as escadas do céo, seria fortuna encontrar nos labios outra ambrosia diversa das lagrimas da aurora.”

Tal desideratum implicava a solução de serio problema num paiz onde as montanhas abundam, e eram as hospedarias raras. Seria real ventura achar uma em cada pouso. Tomasse o viajante a serra do Commercio ou a de Botaes, ou o caminho do Rodeio a Valença ser-lhe-ia judicioso parar na primeira venda. Era pouco mais ou menos, a unica, e forçadamente a melhor portanto.

Assim, em Quilombo, pequena hospedaria, á beira da estrada de Vassouras, encontrou o nosso publicista o arroz, as sardinhas, a carne secca do magro cardapio que concentrava no emtanto todos os primores e todas as orgias do deserto. O serviço de tal festim foi esplendido, entremeiado, como sempre, de *paciencia! paciencia!* e coroado por uma conta de vinte mil réis! E' verdade que ahi tambem se incluia o repasto das mulas. Que victoria para os tres proletarios intellectuaes viajores companheiros!... “Com Austerlitz como este ficaríamos sem vintem... não teríamos mais munições de reserva!...” commenta o nosso autor de carteira pouco recheiada.

Retomou Ribeyrolles o caminho, a trotar e matutando, sobre o triste caso da conta de vinte mil réis. Subitamente, duas cruces de páo sobre um monticulo lhe mostraram os magros braços. Que lhe diziam? denunciavam aos ventos um assassinato. Em quasi todas as estradas do Brasil encontravam-se esses esqueletos sinistros, e cada cruz tinha a sua lenda. Aqui cahira um estrangeiro, brutal para com o negro, que o escravo atocaiado prostrara nas trevas. Acolá ao chicote do feitor contestara o punhal do escravo. Além era um aggressor morto em represalia a um insulto aggressivo, ou a alguma palavra amarga. Mais além um mascate cahira baleado em pleno dia, a seus cem passos de uma fazenda. Porque? por ser algo donjuanesco, e os brasileiros do interior não gostarem do romantico. O ciume, a vingança, as represalias, eis o que abria as covas do deserto: nunca o roubo, salvo em raros casos. E a justiça? Esta pairava muito longe; tinha immensas areas de jurisdicção onde o olhar dos magistrados não conseguia investigar, nem a sua mão operar. Depois era na accção, prudente a ponto de frisar o exaggero sobretudo quando á emboscada abrigara a matta virgem.

Aliás, onde, e como, conseguir arranjar testemunhas presencias?

Havia os corvos: mas essas aves tornavam-se cúmplices: forneciam-lhes cadáveres os senhores assassinos...

Taes factos seriam graves em civilisação já regulada. Com uma justiça muda e inerte ante o assassinato não haveria mais garantia, nem contracto social. Mas no Brasil deserto as difficuldades de vigilancia e as diligencias policiaes eram realmente extremas; e os attentados além disto raros. Podia alquem atravessar o Brasil, em todos os sentidos, quasi sem perigo real, confinantes dos sitios selvagens onde se achavam encurraladas as tribus acuadas dos derradeiros indigenas. Succederia o mesmo nessa America do Norte tão florescente? tão rica onde o revolver estava em todas as mãos e onde a lei de *Lynch*, capricho feroz das multidões, pairava sobre todas as cabeças?

Quem o culpado, se, em um paiz, onde o povo era brando, hospitaleiro, humano, havia algumas vezes tragedias destas pelas estradas? O viajante quando se sentava no lar estrangeiro não devia respeitar as tradições, os costumes e mesmo as susceptibilidades tropicaes de seu hospede? Uma vez que se afastava do dever sagrado da conveniencia já que ludibriava a boa fé, as relações estabelecidas ou a amizade, provocava o estrangeiro justos ressentimentos e commettia um crime contra aquelles emigrados da Europa que após elle viriam povoar aquellas terras do sol. Não sabia acaso que as recordações morriam, lentamente nas solidões e que a sua divida seria paga, mais dias menos dias, por aquelle que pelo mesmo lugar e mais tarde transitasse?

Sob a influencia de taes reflexões entrou o nosso philosopho itinerante em Vassouras.

Ao penetrar na capital do café fluminense observa Ribeyrolles:

“O Brasil, nascido hontem, já possui contudo cidades mortas tal como os velhos continentes. Poderiamos apontar mais de um cemiterio nessa bella provincia de Minas Geraes, que por muito tempo foi para Portugal, o opulento jardim das Hesperides.

Onde aquelles esplendidos sitios de betas aureas, creadores da riqueza da mina e da fantasia? Duraram o que duram as tavolagens alguns annos, algumas horas, num seculo. Passada essa rajada de juventude viera o silencio e o recamo das plantas acobertadoras das minas desertas. Era que as californias duram pouco!”

Passando a descrever o districto vassourense lembrava Ribeyrolles que pretendia dar a conhecer aos seus leitores

francezes a historia de um desses municipios, fluminenses, desbravados, plantados, edificados em terras feracissimas, cortados e banhados por veios dagua correntia e abundante.

Graças aos desbravadores intrepidos de um solo virgem, selvagem a principio, mas por longo tempo fecundo, nenhum trabalho se perdera. Todo o suor humano fructificara como do orvalho das noites nascia o viço da vegetação.

Vassouras, cidade, parochia e cabeça de comarca, não passava, a menos de cem annos, de um deserto. Mattas virgens cobriam, ensombravam os picos dos montes que lhe delimitavam o districto. Nas baixadas empantanadas, vegetavam nas capoeiras, arbustos tacanhos de que se faziam vassouras. Destas plantas haviam o municipio e a cidade tirado o nome.

Districto e cidade de Vassouras — pifio nome! não era verdade? Nada alli recordava Esparta ou Roma (sic), nem aquella Thebas das Cem Portas (sic), ruina, havia seculos, immersa nos esplendidos desertos do Oriente. Mas Vassouras não alimentava as grandes ambições da guerra e do assedio; não levantara contra Cesar (sic!) a menor das fortificações. Se pudesse sempre vender o café de suas terras, cumprir-se-lhe-iam os destinos pois Vassouras não passava de mero centro agricola e a nada mais pretendia.

O historico da cidade do planalto inculcado pelo nosso autor é que não merece confiança. “Vassouras tivera como a cidade de Romulo, seus Sabinos e Samnitas. No começo das derrubadas, havia disto perto de 80 annos, alguns posseiros e sesmeiros lhe haviam chegado. Eram uns taes Rodrigues (como o Cid) e alguns indios de raça cruzada, conduzidos provavelmente por um dos seus, um tal Antonio Francisco Carapuá.”

Haviam estes homens sido os fundadores de Vassouras, mais de uma vez tinham tido a necessidade de deixar o machado pelo fuzil. O gentio urrava seu grito de guerra, do lado do Rio das Mortes, de dentro dos bosques sombrios e profundos d’onde arrancava armado de flechas e claves.

Pertenciam, á indomavel e feroz familia dos Puris, talvez os mesmos chamados Coroados, pois traziam tonsura, os mesmos ainda que tanto tinham defendido suas florestas patrias da Mantiqueira, contra a gente da joven villa de Valença.

Confessa Ribeyrolles aliás que de ethnographia brasileira sabi tanto quanto acerca das mysteriosas origens dos etruscos, de que jamais pretendia cogitar.

Era todavia certo que esses guerreiros da matta, rudes pelejadores, longamente haviam, aos portuguezes e aos indios

civilizados, perturbado a posse dos ranchos e das terras desbravadas.

Mas com o andar do tempo, o trabalho, proprietario activo energico, valente, sempre alerta, prevalecera sobre a ociosidade feroz e mal armada da cabana. Fôra a terra inculta conquistada; abrira o seio e o dominio humano civilizado alargara-se.

Grande e santa coisa, por quanto por ella haveria o mundo um dia de ser livre!

Os sesmeiros vegetaram longo tempo, e mais de uma sepultura abrixa-se antes da primeira colheita. E' que os venenos do amanho do solo se mostravam mais temiveis que as flechas dos botocudos.

Era a terra antropophaga como a idéa; nada della surgia e vingava, grão ou justiça, a que não regassem o suor e o sangue. Toda criação impunha a morte antes do florescimento.

Os roteadores comtudo haviam conquistado, sempre, terreno, palmo a palmo, sobre os selvagens, os miasmas e a morte: fundaram quatro aldeias depois parochias: Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, Sacra Familia do Tinguá, Nossa Senhora da Conceição do Paty do Alferes, e Santa Cruz dos Mendes.

Eram estas em 1858, as forças e o conjuncto do municipio. Qual agora, o valor desses terrenos que sem favor se equiparavam a um dos ricos condados da Inglaterra? Que haviam produzido nos ultimos cincoenta annos?

Fôra o municipio de Vassouras, por muito tempo, celebre pelo commercio e a criação de porcos, como o pequeno reino de Ithaca. E os *Apicius* do Rio de Janeiro, do tempo d'El Rei D. João VI, tinham sempre em suas grandes mezas lombo de porco e algumas opulentas salchichas de Sacra Familia. Porque razão não florescia mais tal commercio? Os carneiros eram tão magros naquelles lugares, que fôra conveniente não descuidar tanto o toucinho.

Proseguindo em sua resenha historica lembrava o publicista as velhas culturas vassourenses.

A primeira grande lavoura do municipio fôra a do anil esta planta da America e das Indias dava alli bem, produzia em grande copia, e o pouco peso de seu sedimento azul obtinha bons preços, máo grado ás distancias, nos mercados longinquos. Porque razão não se via mais o indigo no municipio vassourense? porque esta industria agricola desaparecera quasi do Brasil?

A preocupação do café tudo avassalara, explicava Ri-beyrolles.

O anil era planta autochtona, pois occorria nas Capoeiras. Se a especie local não vinha a ser a melhor, cumpria substituí-la: uma cultura habil melhorava todas e qualquer planta. Sacrificar um producto nativo desde que fosse util, e por mais humilde que se apresentasse constituia quasi um desfalque ao patrimonio commum, um motivo de empobrecimento para a vida domestica.

Mostrava-se o nosso autor adverso á monocultura, e assim apostrophava os vassourenses de modo assaz piegas e sobretudo bem pouco revelador do senso das condições economicas contemporaneas.

“Brasileiros, não desprezeis nem o porco e o anil, o bicho da seda, a abelha, e a banana: plantas, fructos e animaes, tudo isto é mesquinhoho, mas tudo isto alimenta, e o café só se toma á sobremesa (sic!)

Assim, a primeira vista, parecia que Vassouras colhia milhão e meio de arrobas para bebel-as!

Reconhecia comtudo a tentação decorrente da cafeicultura.

“Mas o café vende-se tão bem! A America do Norte nol-o acceita sem direitos, emquanto as suas farinhas pagam direitos á entrada do nosso Eden; e a Europa, tanto tempo tardonha, compra-nos hoje as arrobas!

Eis aqui a razão, porque Vassouras deixou o anil pelo café. Seus pincaros, a dez leguas em derredor, foram desnudados e queimados, e sob as cinzas, que graças aos orvalhos se transformavam em seiva, plantou-se por toda a parte o arbusto nascido na Arabia feliz.

Quanto, em barras de ouro, deu o pequeno fructo das duas meias favas? Galeões cheios; e Vassouras, municipio, exportava agora, todos os annos, cerca de um milhão e meio de arrobas!

Isto era em verdade muito bello; mas o cafezeiro cançava a terra e não produzia mais passados alguns annos: era então preciso deixar dormir a terra e plantal-o mais longe. Não era esta a carreira louca dos barbaros colhendõ o fructo e queimando a floresta?

Escasseavam os braços comtudo e Vassouras municipio, contava apenas 30.000 habitantes dos quaes dois terços escravos! Havia pois allí vinte mil trabalhadores inertes quanto aos estímulos do interesse e irresponsaveis.

Que poderia pois ser aquelle amontoado humano?

Ao Brasil os costumes feudaes da velha Europa haviam formado. Suas instituições o tinham governado por muito tempo. A culpa era dos deuses-flagellos do mundo antigo e Vassouras tão pouco responsavel de suas desgraças quanto o resto da antiga colonia portugueza.

Bôa terra aquella para a colonisação franceza! sonhava o publicista que reflectia :

“Quantas vezes, vendo tanta terra maninha, e tanto terreno desperdiçado dos pantanos das baixadas aos pincaros das cumiadas quantas vezes não pensei n’alguma colonia de França sobre esses montes, a amanhar esta terra vigorosa por meio de seus vinhateiros e lavradores. Mas por lá os braços e corações teem apego á patria, como as raizes ao sólo: não emigram. E se atravessassem os mares, exigiriam, com a terra, a liberdade!

Vassouras merecia entretanto alguma coisa mais do que ficar alinhavada. Não havia sómente vegetação facil e opulenta no municipio, dispunha de caudal poderoso, como o Parahyba e da abundancia de seus tributarios e dos rios vertendo para a baixada.

Algumas dessas correntes eram preciosas como vias de transporte e como força motriz: já alimentavam serrarias, machinas de café, fabricas e forjas. Quando chegasse o dia da grande obra da valorisação dos bens de raiz, taes aguas agora quasi desperdiçadas fariam a riqueza do municipio.

O ponto mais bem situado, mais rico e de maior vida, era sem contestação a séde da cidade — e se o municipio estava um pouco desnudado de arvoredos, por não ter conser-vado senão a floresta da *Viuva*, chamada do morro do *Mar*, podia ao menos ensoberbecer-se de sua pequena Capital.

Nascera ella e engrandecera-se lentamente casa por casa, por sobre terreno ligeiramente ondulado, que corria por um valle afóra para o Parahyba.

Em 1833, era ainda algo empantanada, e seus dezoito ou vinte tectos occultavam-se modestamente, no meio das capoeiras. Possuia agora mais de trezentas casas, das quaes algumas principescas. O fundo do valle, principalmente, dellas se constellava e a vista daquelles pequenos palacios de alabastro, apresentava um effeito magico quando alguem chegava do sertão.

Um terço do declive, que se elevava até á matriz, bem situada á ourela de uma chapada, achava-se um chafariz, esbelto e gracioso. Mais em cima, a um dos lados do templo, o hospital da Santa Casa da Misericordia, local largo e explen-

dido edificio doado pelo barão de Tinguá, aos pobres do municipio.

Liberalidades taes, profundamente humanas, exaltavam a riqueza e elle, escriptor, as saudaria sempre que as encontrasse dando pão e abrigo á dor.

A juvenil cidade dispunha, ainda, de verdadeiro palacio como paço municipal e de uma cadeia em via de acabamento. Além disto um grande theatro que devia ser demolido ou acabado, por parecer um esqueleto e como uma ruina em meio daquella paysagem opulenta.

A mais graciosa e a mais fresca das tapadas de Vassouras, vinha a ser o cemiterio: "por toda a parte as flores se entrelaçavam alli aos tumulos, não essas flores amarellas e fenecidas, que na Europa mãos avaras, deixavam cahir sobre os sepulchros, como uma recordação final, mas flores animadas, flores brilho e perfume!

Foi Ribeyrolles muitas vezes visitar esse cemiterio, demorando-se principalmente, por traz da capella em um terreno mais baixo, bastante nú, onde julgava ver algumas cruces de páo. Que contavam taes covas razas? um grande drama, o das miserias escravas, a longa epopéa, das dores da pobreza!

Enthusiasmado com os aspectos vassourenses exclamava o publicista:

"Aino Vassouras: o ar é alli vivo e puro: os calores tropicaes não a affilgem, e até aqui o seu clima conservou-se salubre: não se conhecem lá as enfermidades endemicas. Os costumes da população são brandos honestos e pacificos, e a violencia, no emtanto bastante propria da gente montanheza, não acha alli guarida.

Só faltava a Vassouras não ter ao alcance o caminho de ferro de Minas, mas se os constructores da linha não pudessem ou não quizessem traçal-a neste sentido, não se lhe concederia um ramal?

Depois de alguns dias de estudo e repouso deixou Ribeyrolles "a capital do pequeno districto, que se chamaria reino, na Allemanha, e Vassouras com suas casas brancas desapareceu-lhe de repente por traz de um morro, queimado, pertencente á categoria dos espectros deste paiz das flores."

A estrada abria-se e desenvolvia-se (melhor que muitos caminhos vicinaes de França) entre duas series de pinaros que se defrontavam em terraços. A monotonia esplendida da paysagem acabara por deixal-o entregue inteiramente ás meditações intimas.

O termino da jornada era a fazenda do *Secretario* do

Barão de Campo Bello (Lauriano Correia e Castro) irmão do Barão do Tinguá (Pedro Correia e Castro) e um dos maiores lavradores do município vassourense.

Achou o publicista magnífica esta propriedade com sua bella *casa grande*, surta havia quinze annos da terra virgem e agora, expandida, como n'uma latada, que lhe conservava os espinhos, suas senzalas. Victor Frond pintou-lhe a rica cascata, os taboleiros de relva do parque e os morros longinquos carregados de cafeeiros.

Não era palacio tres vezes secular, carregado de brasões de armas e povoado de lendas e sim uma graujá de hontem, muito opulenta hoje mas que um homem, um homem só, formara em vinte annos de labor.

O Barão do Campo Bello, era, em pessoa, o seu primeiro Montmorency, e não o occultava. O que mostrava da cortezia dos antigos senhores feudaes, era a maneira simples e franca, a religião da hospitalidade.

A visitantes e passantes offerencia casa e mesa franca, e a liberdade da hospedagem inteira e completa.

Demorou-se o viajante no *Secretario* alguns dias estudando o mecanismo da disciplina do trabalho forçado que via applicada pela primeira vez. Felizmente as scenas de violencia não lhe feriram os olhares. Mas o sentimento de humanidade fel-o soffrer, impedindo-o de trabalhar.

Esta confissão pretende, ao escrevel-a não a endereçava ao dono do *Secretario*. Trabalhador infatigavel fiscalizando o serviço desde o romper do dia, havia quarenta annos, que o Barão do Campo Bello estava sempre na labuta, á testa de seus negros. A lei que applicava era a velha lei de seu paiz. Mas esta ultrajava, no seu hospede, ao ideal de justiça; o contacto com almas escravas sangrava-lhe o espirito. Assim pois ao saudar o cortex fidalgo brasileiro, agradecendo-lhe o gracioso agasalho do *Secretario*, desejava ao Brasil muitos fazendeiros como elle, e a todos desejava a dupla libertação do *trabalho livre e da justiça*.

Era esta a grande saúde da vida?

CAPITULO III

Visita de Ribeyrolles a Valença — Aspectos da região — O café afugentador dos indios — Ida á fazenda de Ubá — Impressões desta celebre propriedade, da Parahyba do Sul — Extensão das lavouras cafeeiras — A União e Industria — Visita de Ribeyrolles a São Fidelis — Um districto cafeeiro novo e florescente

De Valença disse Ribeyrolles que era uma das bellas cidades da provincia do Rio de Janeiro. Edificada numa planicie, onde as eminencias ondulavam, apresentava grupos de casas, alinhadas sobre pequenas chapadas, com terraço em seus declives, aqui e acolá, em contraste, edificios civis de dois andares e alguns palacios por acabar. A Santa Casa de Misericordia, a Camara Municipal e a Matriz eram-lhe os principaes monumentos publicos. Mas esta ultima nem tinha ainda torres, e o sino vigilante tocava vesperas em campanario ras-teiro como uma guarita de sentinella.

Comquanto Valença elegeisse um deputado, tivesse um batalhão da Guarda Nacional, e um representante no conselho da Provincia não ostentava todavia ares de cidade ban-queira; era modesta, activa, commerciante; mais em contacto com as suas fazendas do que as outras sedes do municipio. Sentia-se que os negocios eram-lhe a alma, a vida. Havia alli todas as industrias civilisadas e possuia até um collegio, coisa rara nos lugares novos e de aluvião portuguez.

Uma venda em primeiro lugar, se não duas, uma igreja depois no meio de algumas cabanas eis o esboço das cidades lusas, como na Inglaterra onde o *public house* vinha sempre antes do templo, e o mercado antes da escola.

O Collegio de Valença, dirigido pelo Dr. Nogueira de Barros, estava admiravelmente situado em um dos verdes declives que fechavam a cidade a leste. Muito arejado dispunha de vastas sallas, dominava bella paysagem. Porque pois tanto lhe faltavam os alumnos? Acaso não valeria um collegio a um

colmeial ou um cafesal? “Ah! vós que queimaes para desbravar a terra, não deixeis crescer a sarça nas paredes de vossas casas!” apostrophava Ribeyrolles aos fazendeiros locais.

Valença, com seus suburbios, teria seus 5.000 habitantes, de todas as classes, e côres diversas, e a população de seu municipio, um dos mais ricos das terras novas da provincia, avaliava-se em 40.000 entre livres e escravos.

Como todas as cabeças de Comarca, tinha a sua Camara Municipal, de nove vereadores, edilidade cujas attribuições eram a policia local, as reformas, os melhoramentos materiaes, todas as minucias da vida communal. Não exercia comtudo funções politicas, e os municipios, no Brasil a este respeito haviam perdido muito.

Comprehendia a circumscripção valenciana cinco freguezias: N. S. da Gloria ou S. Antonio do Rio Bonito, Santa Izabel, Ouro Preto (sic) N. S. da Piedade das Piabas (sic) e Santa Thereza.

Das rendas arrecadadas em Valença, iam para os cofres do Imperio de 15 a 20 contos de réis; para os da Provincia de 20 a 30; assim ao Municipio não tocavam mais de 10 a 15 contos annuaes.

Mas, quem fundara Valença? indagava Ribeyrolles cheio de reminiscencias classicas. Não decerto Numa Pompilio (sic!) se bem que alli houvesse um chafariz. Nestes paizes da America não se tornava mister remontar tão alto. E se por volta de 1798, nesse anno de immenso fragor e procellosas tempestades, qualquer estrangeiro se desgarrasse pelas mattas intermedias ao Rio Preto e Parahyba, descortinaria apenas, por aquella zona bravia, choupanas cobertas de palmeiras, residencia dos fidalgos da natureza, appellidados *Bugres*. Estes indios da tribu dos Puris, raça pequena, côr de cobre carregado, e dos Araris, mais claros e membrudos, verdadeiros guerreiros da flecha, faziam frequentes correrias pelas terras dos civilizados, de modo que a gente das freguezias do Paty do Alferes e de S. Pedro e S. Paulo faziam a custo suas derrubadas no meio das tormentas do céu e das *avalanches* da Mantiqueira. No fim porém, do seculo XVIII, já haviam os indios sido progressivamente acuados e afinal submettidos, por José Rodrigues da Cruz, e o capitão Souza Werneck, enviado pelo Vice-Rei Luiz de Vasconcellos.

O primeiro especialmente, homem corajoso e grande poseiro de sesmarias, contribuiu poderosamente para a formação das aldeias de Valença, governadas por capitães em terras reservadas, garantidas por contracto, em que se cultivavam o

milho e o feijão. Estes indios, segundo informou um ancião de Valença ao nosso viajante, mostravam-se indolentes, porém bons. Aceitavam a domesticidade sem repugnancia. Apaixonados pela caça e a pesca, davam-se muito a bebida da aguardente.

Explicava Ribeyrolles:

“No Brasil appellidam-se *Indios civilizados*, os que não andam nus e frequentam a Igreja. Os *bugres* das aldeias de Valença andavam quasi vestidos, e tinham sob um tecto de colmo, um oratorio em fórma de armario, em que officia o vigario do lugar, Manoel Gomes Leal. Já se vê, portanto que eram *civilizados*.”

Conservavam no emtanto certas tradições da matta pouco christãs e portuguezas. Assim, as mulheres, depois do parto, corriam ao Rio das Flores (lindo nome!) para se banhar em agua fria e ao recém-nascido. Os mortos eram enterrados de pé, preconceito nascido das idéas da bravura. Finalmente, nos casamentos, deitavam-se os noivos cada qual em sua *tipoiá* ataviada de flores e pintava-se-lhes o corpo com urucú. Ora, não era isto escandalo grave. Pois bem não tardara que fossem espoliados das terras garantidas pelo governo, e, do solo natal, e já de ha muito nada lhes restava. Suas tribus tinham quasi desaparecido, apenas remanesciam alguns individuos na Conservatoria.

Valença, prosperara, graças á energia dos primeiros colonos, á fertilidade do solo e ao concurso de estrangeiros, alli estabelecidos. A cidade, já villa em 1828, progredia em suas conquistas sobre a matta virgem, que lhe beirava ainda o cemiterio. Suas estradas se bem que imperfeitas franqueavam-lhe o accesso a todos os pontos da provincia. Era de esperar, que dentro de sessenta annos, se tornasse amena e populosa capital...

Apreciou Ribeyrolles encontrar em Valença certo espirito politico elevado.

A pequena cidade, não sómente comprehendia, as coisas da administração municipal e as do espirito dos negocios, como tambem sabia praticar a politica. Nem a opulencia fazendeiral, nem a pressão capitalista podiam levar-a a uma quebra de opiniões.

Na escolha dos candidatos attendia ás idéas e não aos nomes, e as suas eleições municipaes por vezes bastante agi-tadas, decorriam sem sedições ou desordens.

Applaudindo a este espirito de independencia percebido na cidade fluminense escrevia Ribeyrolles:

“Não fui educado na escola do orgulho e da ganancia e aprecio em Valença, como em Londres, ver os pequenos praticar, valentemente, o direito, sem violencia, mas tambem sem fraqueza. E’ assim que se formam os costumes publicos e temperam-se os caracteres. Se mais tarde sobrevier uma crise, as massas se levantarão, e partidarios, ás vezes obscuros sahirão das fileiras promptos a manejar a espada ou a palavra.

Que Valença não se deixe avassalar pelo medo; defenda a sua vigilancia e a liberdade, para as instituições e para os povos a lei da vida.

Referindo-se ao atrazo cultural percebido no interior fluminense expendia o viajante:

“Não são os homens que faltam a Valença, onde o espirito geral, é de boa altivez burgueza. Encontrei ahi bem cultivadas intelligencias. O deputado provincial, Saldanha Marinho, não occuparia dignamente um lugar nas melhores assembleas da Europa? Eloquencia e desinteresse, profundos estudos, e probidade severa, não é coisa por certo vulgar, mesmo no Brasil. Não deixem as sedes de municipio, como Valença, todas as iniciativas ao Rio de Janeiro. Podem muito fazer pelo paiz, saibam-n’o bem: ha tal cidade pequena da Allemanha, como Heidelberg, por exemplo donde, já partiram mais altas idéas do que das mais orgulhosas capitães do globo.”

De Valença, foi Ribeyrolles a Ubá, a famosa antiga fazenda, cujo nome servira em 1828 para o agraciamento com um baronato do benemerito civilizador José Rodrigues Pereira de Almeida, o amigo de Saint Hilaire.

Realisou o percurso sob terrivel temporal acerca do qual commenta:

“Ao sahir de Valença fomos surprehendidos por uma dessas trovoadas que fazem ao longe mugir os rebanhos e estremecer as montanhas.”

Dentro em pouco as cataratas celestes abriam-se e por espaço de duas horas foi-nos mister caminhar sob as goteiras do céu, ao longo dos outeiros. “Bem vinda chuva, diziam os fazendeiros ás suas portas; a terra já estava bem secca.” E eu que me sentia quasi naiade apesar do *Water proof*, insultava o velho Jupiter, deus dos raios e das nuvens.

Depois de umas tantas linhas de pilherias anti religiosas, de duvidoso gosto refere Ribeyrolles o seu encontro com grande surrucucú, estendida na estrada, encontro sem consequencias, aliás.

“A balsa de Ubá sobre o Parahyba, foi a primeira estação que encontramos desde Valença. Havia alli miseravel

venda, onde se podia descansar, se as mulas e os cavalleiros não fossem demasiado exigentes mais valia porém ir até ao Casal, dependencia da fazenda principal, e ahí atravessar o rio em barco, abaixo da casa de vivenda e das senzalas alinhadas sobre uma eminencia, á guisa de colmeias.”

Assim fizeram Ribeyrolles e sua comitiva. Ao anoitecer chegaram quasi quebrados, do espinhaço, após oito horas de lombo de mula “Tivenios o temporal, os barrancos, a cobra, os espinheiros, e o calor depois da chuva e encontramos repouso e grogs.”

Depois de relatar a insulsa pilheria de um portuguez a quem perguntou se alli havia meios de se refrescar e lhe indicara para isto o Parahyba, o que lhe valera os applausos dos negrinhos assistentes a esta scena, explica Ribeyrolles que o tal gracejador insolente não pertencia á fazenda. Arrieiro ambulante, exposto todos os dias, ás pequenas miserias do caminho, devera guardar mais respeito ao viajante. Mas estava empanzinado, giboiava, então, o rustico ao proferir a chufa. Os ventres em digestão são por toda a parte os mesmos, conclue Ribeyrolles estomagadissimo.

Depois de tropeçarmos neste portuguez, atravessamos o Parahyba em balsa movida a remos. Quando as aguas eram medias, e estavam tranquillias, podia-se tentar a travessia em canôa mas como as margens são baixas, quando as grandes chuvas entumescem as pequenas torrentes dos montes, o rio fortemente avolumado transborda; e ao longe não é senão vasto lago, onde as correntes se encrespam e quebram-se. O Parahyba estava nesse dia tranquillo em seu leito ericado de rochas, e os viajantes chegaram sem difficuldade á fazenda de Ubá.

Transcreve Ribeyrolles o que Saint Hilaire disse, da fazenda de Ubá:

“Esta propriedade ribeirinha, do Parahyba, não tem mais de seiscentos pés, acima do nivel do mar. O calor é ahí quasi tão forte quanto no Rio de Janeiro, e as terras muito proprias á cultura da canna. O nome de Ubá, provem de graminea muito alta que cresce á borda d’agua, e commum nas margens do rio vizinho da fazenda.

“Durante todo o tempo em que residi no Brasil, não passei, em parte alguma, momentos mais felizes do que ahí. Todos os dias fazia longas excursões pelas mattas, ou á margem do rio; colleccionava material que me era desconhecido e entregava-me tranquillamente aos meus trabalhos sem experimentar uma só dessas privações, nenhum desses embaraços

e desses cuidados, que tantas vezes tornaram as minhas viagens penosas.”

“Estas linhas commenta Ribeyrolles são de um naturalista francez que fez uma viagem ao Brasil em 1816. Ha nellas a quarenta annos de distancia, o testemunho de antiga hospitalidade que não arrefeceu; e posso dizer, por minha vez, que encontrei em casa do filho de Pereira de Almeida, o respeito, a consideração, e a elegancia que deixaram tão suaves recordações, ao honesto e sabio Augusto de Saint Hilaire.”

A casa de Ubá datava pouco mais ou menos dos principios do seculo XIX. Alli, como em Valença e em Vassouras, não havia senão pantanos e mattas virgens, quando em 1801, José Rodrigues da Cruz fôra fundar a primitiva fazenda. Engenhos de assucar, moinhos de fubá, casinhas de trabalhadores construíram-se e agruparam-se rapidamente. Os selvagens não lhes foram hostis. Gostavam de José Rodrigues, que os abastecia liberalmente, e a quem chamavam o *grande capitão*. O chefe desse indigenas, Bocaman, era-lhe, entre todos, devotado, e o habil lavrador, realisara talvez o seu sonho, — uma colonia de indigenas pacificos e trabalhadores, se Bocaman não morresse, deixando os indios sem direcção, sem conselho, entre os portuguezes vizinhos, que os atropellavam quanto podiam, e entre enfermidades que os devoravam.

Esses indigenas sumiram-se dentro em pouco.

Refugiaram-se em *Conservatorio*, como depois os de Valença, e só reapareciam em longos intervallos, para esmolar um pouco de cachaça. Sempre a mesma historia!

Viu Ribeyrolles ainda nas terras de Ubá um desses indigenas, o derradeiro sem duvida de sua geração. Nunca deixara os dominios de Rodrigues da Cruz, e seus amos lhe haviam feito larga doação. Foi quem orientou ao publicista sobre o *grande capitão* e contava então perto de 90 annos.

Em 1806, João Rodrigues Pereira de Almeida, sobrinho de Rodrigues da Cruz, comprara a propriedade ao tio. Fizera novas construcções melhorara engenhos e moinhos, levantara a casa grande e alli instituirá duas culturas, as duas industrias: no Casal o café, o assucar em Ubá.

Pereira de Almeida não era sómente lavrador, e sim tambem homem de estudos e um fidalgo. D. Pedro I fizera-o Barão de Ubá, em recompensa de serviços valiosos prestados em occasiões importantes, e Augusto de S. Hilaire saudara-o cheido de gratidão em seus livros pela hospitalidade cortez que lhe proporcionara tão suaves passatempos.

Para se ir de Ubá, fazenda do repouso e da cortezia, á

villa da Parahyba, era mister costear o rio, e seguir por pequenos atalhos summariamente.

Em duas horas chegava-se á balsa mantida pelo barão da Parahyba, cuja casa grande, bella e rica, ostentava-se á outra margem do rio.

Como terras e bemfeitorias alli estava uma das mais bellas propriedades da Provincia, onde os visitantes encontravam cordeal agasalho; mas quando o rio transbordava, inutilisava a balsa, e o viandante via-se forçado, como succedeu á pequena caravana do publicista, a seguir pela margem esquerda até a villa parahybana.

Este caminho entre moitas e capinzaes, apresentava perigos, como os que serpeiavam ao longo dos morros. Havia alli lameirões, tremedaes, pantanos, e era preciso tomar sentido nas bestas. Um dos companheiros de Ribeyrolles perdera a sua, "hacanéa gastrónoma" que fugira, para as capoeiras. Na Europa, os cavallos deixando de sentir o peso dos cavalleiros, voltavam ás estrebarias. No Brasil as bestas iam ao longe procurar pastagem verde. Não era facil a um estrangeiro apanhal-as; as botas grandes e o pé civilisado não saberiam mover-se naquelles mattagaes.

Havendo fugido um de seus animaes viu-se o nosso illustre itinerante em apuros para apanhal-o. Felizmente veio-lhe em soccorro a prestimosidade de um pardo que pegou a besta.

Pareceu-lhe o prestimoso mestiço homem excellente, cheio de attentões, simplicidade e sentimento humano.

Abriu-lhe o seu tugurio barreado e de tecto de sapê, mas muito aceiado por dentro, com o seu chão de terra soccada, escassos utensilios e esteiras. Offereceu aos viajantes a cuia de comer e o leito além das mesquinhas provisões. E sua mulher, que tambem não era de sangue azul, applaudia pelos gestos e os olhares estes obsequios hospitaes do marido.

Constantemente empolgado pela feição litteraria escreve Ribeyrolles:

"Os romances campestres, os idyllos camponios, as églogas pastoris, embotaram-nos muito em relação ás virtudes abrigadas pelas choupanas, e Philemon e Baucis já não nos divertem mais. Que ha comtudo de mais elevado, maior, mais humano, do que esta modesta cordialidade, por vezes timida, da pobreza laboriosa que offerece o pão, abre o coração e a casa?

Frequentemente já exaltara a opulenta cortesia dos fazendeiros. Coisa da gratidão e da justiça; mas esta escudella do pobre pardo commoveu-o mais profundamente que os aga-

zalhos faustosos. Assim não quiz passar adiante sem redigir especial saudação á choupana.

Pouco se deteve Ribeyrolles na Parahyba do Sul “povoação triste que não era digna de seu rio.” Algumas casas baixas, que as inundações haviam arrebetado, constituíam a parte principal do povoado”, formando uma rua morta habitada pelos ratos, as febres e algumas famílias.”

Houvera outrora alli um tecto para os viajantes sob esta taboleta: *Hotel Universal*; ninguem fosse porém, bater a tal porta. Estava o *Hotel Universal* abandonado!

Achava-se a Parahyba do Sul arrazada, ainda, por enorme cheia recente do Parahyba.

Os homens e as cidades gostavam das aguas, do curso dos rios, destas vias de Deus, que dão de graça a circulação, a força motriz, e bem reguladas fecundam a terra. Mas não convinha jamais ficar muito perto das torrentes nem em lugares muito baixos, por serem paludosos. Os rios além de tudo tinham ás vezes, em seus repentes, coleras formidaveis. Terrível, em janeiro de 1859, a inundaçào do Parahyba! A cidade rua conservava ainda os vestigios de tal cheia, e haveria de levar muito tempo para restaurar-se.

Fallava-se em deslocar a para o amphitheatro da margem direita, ou para as terras do barão de Entre Rios. Era idéa criteriosa, porque se a villa mudasse de local, poderia reflorescer graças á estrada de Minas, que a cortaria em virtude da directriz Pedro do Rio — Barbacena. Uma estrada e um rio, que mais era preciso para a criação de um entreposto e rico mercado?

Já a villa da Parahyba do Sul dispunha de bella ponte de cantaria e ferro, ligando as margens do grande rio e dando accesso ás fazendas isoladas. Datavam os seus primeiros trabalhos de 1839, e fôra obra do fundador de Petropolis, o engenheiro Koeller.

Este profissional, notavel e infatigavel, dirigira os trabalhos até 1841, mas a ponte, só fôra realmente franqueada ao transito geral a 31 de março de 1858, pela Companhia Mauá. Os *mortos andam depressa*, dizia uma ballada allemã, mas o mesmo não acontecia com as construcções no Brasil. Tudo aqui dormia longas sestras, a burguezia e as pontes, os engenheiros e os caminhos de ferro. Mas cumpria reconhecer quanto as difficuldades a vencer eram grandes, os transportes longos e custosos, os operarios caros e o clima enervante.

A ponte da Parahyba contava, de margem a margem, 687 palmos de comprimento (151 m. 14), sem contar 121 palmos

(26 m. 62) de rampa : sua largura era de 28 palmos (6 m. 15). Apoiava-se em seis pilares, desigualmente espaçados. Era construção notavel, na qual se haviam empregado nove mil arrobas de ferro, e custara setecentos contos de réis. Bem empregado dinheiro!

Na Parahyba do Sul hospedou-se Ribeyrolles na bella fazenda do *Governo*, em casa do Dr. Joaquim Antonio Pereira da Cunha, onde encontrou o mais cordeal acolhimento.

Havia nesta propriedade soberba matta virgem que o nosso publicista minuciosamente descreve, assignalando-lhe as notabilidades floraes e faunisticas para tanto empregando umas poucas de paginas arroubadas e interessantes, apesar de a cada passo bombasticas e cheias de comparações nem sempre felizes.

Enthusiasmado com o que vira exclama ao terminar o seu capitulo :

“Como é generosa e fecunda a matta-*virgem*, nas terras do Sul!”

Como Cybele, sua mãe, a todos offerece o seio; tem gêmens, essencias, seivas forças occultas, para a sciencia, a arte, o trabalho e nada pede ao homem. Debaixo das suas abobadas abriga vasta animalidade, desde o insecto até o jaguar, desde o infusorio até o macaco. O proprio indio ali encontra leite e farto alimento, tal qual a planta ou a abelha. Supre-se a si mesma, renova-se engendra-se através dos seculos eternamente verde e nova.

E’ um dos grandes seres livres e soberanos que estão sobre a terra; qual o seu segredo? humidade, calor, sol e orvalho!

Sol e orvalho para a floresta, são como sciencia e trabalho para a Humanidade.

A floresta não é pois unicamente um poema, o grande poema dos olhos, é uma philosophia profunda, uma revelação.

Que poderiam as cathedraes dizer de melhor?”

Da fazenda do *Governo* rumou Ribeyrolles a Pedro do Rio vencendo seis leguas da estrada de Minas. Não foi a Paty do Alferes de cuja decendencia ouviu falar. Estava quasi tão arruinado quanto Iguassú, a antiga metropole de Vassouras, com a sua rua unica, á margem da estrada e a sua matriz sobre uma eminencia.

Que caminho o de Pedro do Rio! quando as chuvas copiosas por muitos dias o haviam inundado! Na subida e descida, não se encontravam senão caldeirões lodosos, covas profundas, buracos dissimulados com parceiros. E por mais pru-

dente fossem as bestas, por elle ficavam muitas vezes de pernas e espinhaço quebrado.

Depois do diluvio de janeiro que inundara a Parahyba do Sul, nenhuma tropa carregada podia por alli passar. Encontravam-se, aqui e acolá, animaes estropiados que tinham arreado no caminho; os jornaes annunciavam que os tropeiros, não ousando aventurar-se por tal trilho tomavam a estrada da antiga Serra das Aboboras.

Venceu Ribeyrolles tão mau passo transpondo caldeirões, lisos, atoleiros, lamaçal, e isto após muitas quedas “que não recordavam precisamente as graças da choreographia.”

Era noite profunda quando a Pedro do Rio chegou á porta do hotel Meyer. Não era de certo um Louvre; mas também não uma dessas tascas escuras de beira de estrada, onde só havia carne secca e feijão.

Casa nova, assejada e bem provida, alli se podia jantar seriamente, e bem dormir, dois prazeres de viagem, dois favores difficilmente encontrados entre Petropolis e Barbacena, os dois terminos de estrada percorrida.

Pedro do Rio, pequeno burgo encaixotado entre morros, acabava de nascer em torno da estação da Companhia União e Industria na estrada de rodagem, entre Tres Barras e Petropolis.

Falando dos trabalhos da grande via cafeeira de Mariano Procopio Ferreira Lage observava Ribeyrolles:

“Vimos os trabalhos da linha principal na Provincia do Rio de Janeiro, deste lado do Parahyba. De Petropolis até Pedro do Rio os trabalhos estão acabados e bem feitos, e offerecem transitio facil e seguro. De Pedro do Rio até além da Posse pode-se andar a cavallo. A garganta e a rocha estão abertas, os trabalhos continuam, e julga-se que em 1860 poder-se-á franquear a segunda secção até as Tres Barras. Se os do lado de Minas se concluirem, ao mesmo tempo, poder-se-á abrir toda a estrada até Barbacena.

Esta construcção já custou sommas consideraveis. Rudes ataques teem sido feitos, mais de uma vez, á direcção da empreza mas a circulação tão empecida, tão difficil no Brasil, melhorará com este vasto empreendimento; e se a *União e Industria* não abusar do privilegio, as sombras da polemica ficarão logo esquecidas. O Governo aquinhoou-a bem, a Provincia tem-n’a ajudado poderosamente, e os numerosos interesses de permuta que esperam por essa via de transporte não lhe faltarão.”

Exemplificando lembrava Ribeyrolles:

“O municipio inteiro da Parahyba do Sul — com suas cinco freguezias até agora condemnadas a viver isoladas, a ficarem muradas por occasião das inundações. — não achará proveito em tal obra? Melhorem-se-lhe os caminhos vicinaes, liguem-se entre si, de um lugar a outro de fazenda em fazenda, até a linha tronco. Terão todos dupla vantagem, exportação mais facil dos productos e generos do solo, importação menos custosa de artigos faltam ao interior e tão caramente adquiridos. Com as expedições directas dos grandes centros, livra-se o povo dos mascates, com isto ganhando cem por cento!”

Mas para tanto era mistér não adormecer entre o milho e o feijão; tornava-se preciso que as freguezias e as fazendas arredias comprehendessem bem, que a linha tronco não lhes prestaria serviços, sem as redes subsidiarias. De que serviriam as vias centraes de communicação e os caminhos de ferro, se de todos os pontos do seu trajecto não irradiassem os pequenos e os grandes caminhos vicinaes?

As estradas e os navios haviam feito a grandeza da America do Norte, ninguem de tal se esquecesse!

Da Parahyba do Sul foi Ribeyrolles a Petropolis a que consagra largas paginas. Visitou depois Campos passando da grande cidades assucareira á sua vizinha de oeste, tambem ribeirinha do Parahyba.

Tinha S. Fidelis suas duas mil almas. Collocada como á fimbria de grande planicie campista, se a civilização, sempre um pouco falha nas terras meridionaes, não a enriquecera ainda, em compensação possuia em seu dominio todas as grandes bellezas naturaes.

Em 1780 allj havia apenas alguns miseraveis ranchos em que se abrigavam tres dezenas de indios Coroados. Nem fazendas de café, nem engenhos de assucar, nem moinhos, nem rebanhos; todas as forças estavam esterilizadas: era o deserto á ourela da região serrana.

Dois missionarios italianos, mandados do Rio, allj haviam chegado pelos fins de setembro de 1781, e alguns mezes depois os dois capuchinhos Fr. Angelo Maria de Lucca e Fr. Victor de Cambiasca (a quem o nosso autor chama Congiasca) lançavam os primeiros fundamentos da aldeia de S. Fidelis.

Duros e penosos lhes foram os começos. Um dos dois fundadores havia partido para o Rio. Os Indios trabalhavam mal e lentamente. O Vice-Rei não prestava auxilio á fundação. Todavia, tão fertéis aquellas terras diz *A Chronica* dos missionarios, que rapidamente se povoaram, e as partes altas sepa-

radas da planície pelas cachoeiras, foram requeridas e repartidas em sesmarias.

Em 1799 a aldeia que se transformara em activa colmeia, quizera edificar igreja nova.

Delineado o plano pelo parochó dos indios, ergueu-se a pequena basilica lentamente de estação em estação, quando as chuvas cessavam permitindo o carreto das pedras.

Pittoresca a descripção que Ribeyrolles dá do realmente notavel templo:

“Esta construcção, hoje muito esboroada e quasi em ruinas, conserva ainda certo reflexo italiano. Vê-se que, se a mão de obra foi de execução selvagem, o architecto-monge nutria grandes e bellas recordações.

A igreja de S. Fidelis tem cupula como S. Pedro de Roma, galerias internas, fachada com frontaes, e frescos de tintas duras e já gastas. E’ um bello pardieiro grego sarapintado por Puris ou Botocudos. Hoje a cupula fendida, como se fôra algum capacete velho, ameaça derrocar-se; ha rachas por toda a parte, e se a Provincia não acudir quanto antes áquella formosa ruina, que em toda a sua miseria esfarrapada tem ares ainda de monumento, em pouco tempo sua ultima pedra estará por terra.”

Teve o publicista má impressão da cidade fluminense.

“S. Fidelis não tem mais saúde que sua igreja matriz. Já não augmenta ou pelo menos cresce muito pouco, de alguns annos para cá. Ainda que lhe tenham conferido as honras de municipalidade, feito metropole do municipio, essa Camara, as autoridades subalternas locaes e umas tantas fazendas fidalgas que a cercam jazem num regimen de languidez. E pouco inquietam-se com as coisas de interesse publico. Trabalha que o Céu te ajudará, é antiga maxima, tão verdadeira em S. Fidelis como em Paris ou em Londres.

S. Fidelis dispunha apenas de uma balsa e entretanto, como lugar de grande transitó bem precisava de ponte. Porque haveria de estar á mercê e pagar caro tributo a um especulador dono de um serviço pouco regular e muito lento?

Era o ponto grande escoadouro de café, servindo a tres provincias, Rio de Janeiro, Minas Geraes e Espirito Santo. Algumas estradas abertas ao longo dos morros ligando o interior áquella primeira estação da planície campista fariam da cidade do santo de Sigmaringa opulenta hospedaria e vasto entreposto de transitó.

Alguns caminhos ao norte do rio, embora mal conservados, não haviam sido e não eram por ventura ainda de grande

utilidade publica? Desde que houvera communições, a agricultura não invadira a floresta, e o municipio de S. Fidelis com suas tres Freguezias da Aldeia da Pedra, Santo Antonio de Padua e S. José não exportava já perto de um milhão de arrobas de café em media?

Porque, naquella Camara Municipal, situada em face do templo parochial e de ar tão morbido quanto as ruinas, não se agitariam taes questões de alto interesse publico?

Casas mesquinhas e terreas as da cidade fluminense cujo padroeiro era o santo martyr de Sevis. Tres ou quatro apenas ostentavam dois andares nella não existiam grandes officinas, nem fabricas importantes.

Suas industrias estavam longe de ser providas de apparelhamento como as de Campos. Houvesse alli porém uma só estrada bem conservada á margem esquerda do Parahyba, até a aldeia de Porto Novo do Cunha, todos os productos que a provincia de Minas transportava, tão penosamente, em demanda do Rio de Janeiro cortando as serras tomariam a nova directriz e a cidade intermedia ganharia animação, as industrias, os officios, as escolas teriam desenvolvimento, e as fazendas de assucar e de café, que, pela maior parte, conservavam o machinario primitivo, supprir-se-iam de novos elementos mecanico modernos. O municipio inteiro se transformaria dentro em poucos annos.

Mas alli faltava inteiramente o espirito de iniciativa.

Não ia a população da cidade além de duas mil almas, e a do municipio a quinze mil. Como em todas as fundações recentes, notava-se em S. Fidelis um pouco de tudo: brancos, europeus, mulatos, pretos e pequeno contingente de indios, ultimos restos da primitiva aldeia. Alguns quasi incorporados á civilisação; outros com um pé na floresta jamais se sujeitando a trabalhos duradouros, a tarefas regulares.

S. Fidelis multiplicaria forças e riqueza se a civilisação europeia viesse povoar e fertilisar-lhe as terras de seu sertão, com florestas densas e opulentas. Assim tambem a planicie feraz com o seu rio desimpedido até o mar, caudaloso e já assaz profundo.

Achar-se-ia por ventura algures algum ponto dotado de condições mais felizes? Certamente não.

Mas aqui reaparecia a triste ladainha das miserias municipaes. Como e onde achar dinheiro? eram os cofres municipaes pobres, em outros pontos a provincia gastava muito, os orçamentos se apresentavam exiguos, e o povo vencia muitas difficuldades para poder viver!

Entendia Ribeyrolles, com as suas idéas européas, que imaginava applicaveis, de chofre, ao Brasil, que a organização municipal, como os brasileiros a entendiam era a causa de todo aquelle atrazo. E appellava para as familias tradicionais fidelenses.

Pois então não haveria acaso, no municipio, e no grande raio da planicie campista, familias numerosas conceituadas e abastadas de quem tanto e tanto se podia esperar? Acaso não fariam causa commum com o povo e as municipalidades, na cruzada contra a miseria e o deserto? os Almeida Pereira, os Cunha e outros?

“Vi alguns desses fazendeiros. Conservam os velhos habitos, os costumes seculares, as crenças retrogadas, os feudos; mas não conseguirão conter os filhos, espiritos voltados para o progresso do seculo, quasi todos de bom coração, comprehendendo que o dever das gerações em relação á patria é servir-a, melhorar-lhe as instituições e os costumes, aparelhando as officinas e dirigindo as forças.

Taes observações não cabiam sómente ao povo, as influencias territoriaes de S. Fidelis: e sim a todos os municipios da provincia do Rio de Janeiro, a todos os pequenos centros do interior do Brasil.

Acaso Cantagallo, cabeça de comarca, de suas 15 a 16 mil almas, nada tinha a fazer em relação a esses tres grandes serviços publicos attinentes á producção, ao credito, ás vias de communicação? Era uma terra privilegiada, mas não recebia auxilio exterior.

Por mais opulento que fosse um feudatario não podia e não queria bastar-se a si mesmo. Os barões latifundiarios andavam ausentes, quer nos novos quer nos antigos estados da America do Norte. Mas as communas suppriam a falta do padroado e do empenho; os desbravadores tomavam a serio a responsabilidade do trabalho, e, a bem do interesse colectivo as necessidades do serviço publico, as municipalidades governavam.

A Cantagallo, que aliás, não observara de perto, assim como a Nova Friburgo, queria o publicista advertir.

Emittia um pensamento de estrangeiro, sem parcialidade nem paixão. Voltando ao Rio de Janeiro pela velha estrada do Porto das Caixas, queria antes de entrar na Guanabara, dar um ultimo conselho aos municipios do Brasil:

“Organisassem elles as municipalidades e organisariam o Imperio.”

Mas a quem fosse culto e realmente conhecesse o que eram as condições sociaes e culturaes do Imperio americano, dessa monarchia de tanta terra e tão pouca gente, onde não havia ainda um individuos por kilometro quadrado, a apostrophe de Ribeyrolles traria logo a lembrança da famosa phrase anthologica shakespeareana: *words! words!*

CAPITULO IV

Zaluar e sua viagem pelos municipios cafeeiros do Oeste fluminense — Passagem pela fazenda do Barão de Santa Maria — O commendador José de Souza Breves e sua enorme fazenda do Pinheiro — Opulencia dos irmãos Breves, os maiores lavradores de café do Imperio — Fazendas notaveis pela importancia das lavouras e bemfeitorias — Vargem Alegre, Tres Poços — Aspectos civilizados da região

Augusto Emilio Zaluar, portuguez, naturalizado brasileiro em 1856, nasceu, segundo nos conta o providencial Sacramento Blake, em Lisboa, no anno de 1825 e falleceu no Rio de Janeiro em 1882.

Depois de por algum tempo haver estudado medicina, em sua cidade natal, dedicou-se á imprensa e ás letras, a tanto levado por invencivel instigação do espirito. Em 1849 emigrou para o Brasil onde, por algum tempo, foi funcionario publico, examinador de preparatorios e afinal lente na Escola Normal do Rio de Janeiro.

Collaborou, largamente, na imprensa brasileira e portugueza, em jornaes e revistas, publicou varios volumes de versos, romances, contos, traducções de novellas francezas, livros didacticos, biographias, peças de theatros; fundou jornaezinhos em Vassouras e Parahyba do Sul, revista no Rio de Janeiro, todas de vida ephemera.

Narra Sacramento Blake a historia gaiata da sua traducção dos Mohicanos de Paris, de Alexandre Dumas, vertido no Rio de Janeiro á medida que vinham chegando os folhetins francezes.

Como houvesse Dumas interrompido a publicação do romance, por largo tempo, o traductor, por sua conta e risco, deu aos leitores dos *Mohicanos* um desfecho de sua inventiva. E quando sahio a continuação, em Paris, proseguiu com a traducção como se não houvesse composto tal remate...

Cavalleiro da Ordem da Rosa, foi Zaluar eleito socio do Instituto Historico Brasileiro a 10 de novembro de 1876, com a approvação unanime do parecer, relatado pelo Barão Ramiz Galvão. Embora não fosse o candidato autor de obra historica, notava o eminente relator, possuia sobejos titulos literarios. Era dos bons poetas da sua geração o romanista imaginoso do *Doutor Benignus* adaptação ao Brasil do genero de Julio Verne e o autor de excellent estudo *A exposição nacional brasileira* de 1875.

Da larga obra impressa de Zaluar quasi tudo cahiu no olvido, salvo talvez as *Peregrinações pela Provincia de São Paulo* em 1860-1861, livro interessante, cheio de informações variadas, bom documento descriptivo de sua época. Quem o percorre lastima fundamente que o escriptor luso-brasileiro não haja tambem narrado outras jornadas pelas diversas zonas fluminenses.

O volume apresenta-se de agradavel e correntia leitura. Mereceu o applauso dos contemporaneos e os mais justos. E' relato precioso, descriptor de aspectos hoje totalmente desaparecidos dos districtos do oeste fluminense e do norte paulista, então na posse da opulencia decorrente de suas enormes lavouras e attestada sobretudo pela vida das fazendas solarengas dos landlords do café.

Sahindo do Rio de Janeiro em "formosa madrugada" percorreu Zaluar as dez leguas de extensão total, então em trafego da Dom Pedro II, em duas horas, "apenas duas horas" declara satisfeito com a celeridade do trajecto.

Valente fome, quasi lobishumana o devorava ao attingir Belém, o arraial empantanado da baixada; ponta de trilhos da futura Central do Brasil. E esta disposição o levaria a uma crise de furor ante a extorsão dos estalajadeiros de beira de estrada e da roça. Segundo o que nos informa a raça destes donos de taes albergues era a dos mais deslavados tosqiadores dignos discipulos daquelle famoso typo do anecdotario universal em cuja hospedaria eram os ovos tudo quanto havia de mais vulgar e os reis raridades prodigiosas e por isto mesmo escorchaveis até a sangria.

Indignado deblatera o nosso Zaluar contra a corporação inteira dos hoteleiros do interior fluminense:

"São umas santas almas os nossos estalajadeiros, e pena é não haver uma medida policial que ponha a bolsa do triste caminhante a salvo dos continuos assaltos que lhe dão estes homens conscienciosos como a maior parte dos nossos conservadores de estradas.

Tudo é arbitrario nestas estalagens da roça, os commodos e o sustento, o serviço e o preço; tudo enfim depende do capricho momentaneo do chefe da casa á cuja decisão é forçoso a gente curvar-se, porque não ha direito, autoridade, nem lei que prevaleça ao sequestro immediato desta implacavel justiça de aldeia.

Pagar ou deixar hypothecados animaes, bagagens, e até pagens, se o cidadão não está munido para esta delapidação atroz, é a unica alternativa que se lhe offerece. Paga pois, e segue o seu caminho praguejando contra o primeiro estalajadeiro, soliloquio que apenas dura o tempo preciso até encontrar o segundo pouso onde tem de se esquecer em presença das novas exigencias da humanidade com que foi tratado no albergue antecedente. E assim andam-se leguas e leguas!

Um almoço de estalagem compõe-se ordinariamente do seguinte: arroz, feijão, carne de porço, farinha e vinho; e, quando o viajante se trata, accrescenta-se a esta lista uma galinha ensopada e um prato de ovos estrellados. O jantar e a ceia são moldados pelo mesmo teor.

A escala do preço não depende como se vê, da variedade das iguarias porém, do tratamento do hospede e do asseio da toalha; e por isso pode variar entre dez e cem.

Deve accrescentar-se a esta conta tantos feixos de capim para os animaes, que se pagam, e que elles ordinariamente não comem, porque lh'os não dão, como é de suppr."

Quanta injustiça provavel nesta catilinaria cerrada! Esfolado provavelmente pelo estalajadeiro de Belém generalizou, e do modo mais largo, o viajante. Instigado pelo mau humor procedeu, provavelmente, como o conhecido inglez de Amiens que havendo brigado com a dona de um hotel annotou no canhenho de viagem "todas as mulheres de Amiens são grosseiras, atrevidas e ruivas."

Quem, ainda em dias de hoje, viaja pelo Brasil bem sabe o que são estas comezainas formidaveis offerecidas em regra geral pelos hoteis de roça, aos seus hospedes. Podem ás vezes ser mal e até pessimamente preparadas e quasi sempre se apresentam nadando num mar de gordura. Mas que sejam caras! nada mais injusto. Que montanhas de alimentos santo Deus! se não offereriam aos viajantes no anno da graça de 1859, pelas estalagens fluminenses e paulistas, quando os cereaes, as carnes de açougue, as aves, as fructas vulgares não tinham preço por assim dizer.

Ainda ha poucos mezes tivemos o ensejo de almoçar no buffet da estação de Conservatoria e pouco depois tão longe

dalli! no da de Franca onde por 3\$500 e 4\$000 nos offereceram almoços de dez ou doze pratos, ambos muito bons, e capazes de satisfazer a tres individuos de appetite viteliano.

Deixando Belém de merencorias recordações á algibeira, foi o nosso viajante conhecer as obras de perfuração dos tunnels da Serra, visita que o deixou positivamente assombrado.

E a tal proposito expande o entusiasmo pelo engenheiro que dirigia a formidável obra:

“Não conhecemos ainda o que devemos á energia, á firmeza, de character e sobretudo á crença da nobre missão que tão animosa e quasi audaciosamente cumpre o Sr. C. Ottoni.

Um dia porém, mais tarde os homens lhe farão a justiça que já deve gozar no intimo de sua consciencia.”

A contemplação daquella empreza fel-o devanear. Já via o solo da provincia do Rio de Janeiro por toda a parte cortado pelos trilhos das vias ferreas e exclamava dando de riço aos misonieistas da politica imperial:

“Abençoo, portanto, do fundo d'alma, esses raros vultos que, tocados pelo dedo da Providencia, foram os escolhidos, para realizar as grandes emprezas de que dependem a transformação perfectivel dos seculos e o progresso relativo das nações, e tenho sinceramente orgulho de ser homem.

A certeza de que este sonho será um dia realidade ainda mais me compraz, e grande é a minha esperanza, apesar dos gritos das carpideiras politicas, nos destinos deste vasto e nobre paiz, para cujo engrandecimento somos chamados tanto os humildes como os poderosos ao trabalho, á luta e ao sacrificio quando fôr preciso.”

Rumando para Pirahy, naquelle tempo centro de enorme e riquissima cafeicultura, teve Zaluar o feliz acaso de se encontrar com distinctissimo cavalheiro, e lavrador importante, cujo nome infeliz e inexplicavelmente silencia.

Obrigou-o o fazendeiro a hospedar-se em sua propriedade onde o tratou a vela de libra. No dia seguinte assistiu, na capella da fazenda a uma missa anniversaria por alma de um parente do generoso hospedeiro, “homem que com o ruido do nome enchera a vastidão do Imperio e cuja vida tivera ecos de gloria que haviam attingido os lares estrangeiros!” Quem seria este homem extraordinario cuja ephemeride mortuaria era “um dia de lucto para o Brasil”? E' o que Zaluar não quiz revelar.

Na lista dos principaes, fazendeiros do municipio do Pirahy, em suas duas freguezias de São João Baptista do Arrozal e de Sant'Anna o arraial de S. João dos Thomazes apenas

encontramos um nome que recorde proximo parentesco com brasileiros celebres fallecidos poucos annos antes de 1859.

E' o de Nicolau Netto Carneiro Leão, fazendeiro do arraial dos Thomazes meio irmão do Marquez do Paraná e futuro Barão de Santa Maria (em 1871). Alli colhia oito mil arrobas de café (em 1861). Ora, como o Marquez falleceu a 3 de setembro de 1856 são tantas as coincidencias que pensamos haver "matado a charada" que o nosso autor, não sabemos porque teve a estrambotica idéa de propor aos seus leitores.

Deixando a fazenda do anonymizado parente do brasileiro illustre caminhou Zaluar, quatro leguas costeando a margem direita do Parahyba e sob terrível sol, para attingir a enorme fazenda do commendador José de Souza Breves, o Pinheiro, que desde os primeiros momentos lhe causou prodigiosa impressão. Era aliás uma das mais notaveis propriedades do Imperio, celebrada em todo o Brasil pela opulencia da casa, o vulto das bemfeitorias, a extensão enorme dos cafesaes, e portanto a copia da escravatura.

No municipio de Pirahy cuja media de produção annual se computava em quinhentos e vinte mil arrobas, quasi vinte por cento desta grande safra, pertencia ao Commendador José de Souza Breves cujas lavouras forneciam noventa mil arrobas, alli além das 7.000 que colhia em sua fazenda de Barra Mansa. Apenas um outro fazendeiro o sobrepujava: seu irmão o commendador Joaquim José de Souza Breves, o maior lavrador de café do Brasil daquelle tempo aliás, pois além de colher 90.000 arrobas no Pirahy ainda contava com cem mil nas suas fazendas do municipio de S. João do Principe, nas freguezias de S. João Marcos e do Passa Tres, sobretudo na famosa propriedade de S. Joaquim da Gramma; em Rezende na freguezia de S. Vicente Ferrer, em Barra Mansa na de S. Sebastião. O total de suas safras attingira a 204.000 arrobas em 1860, cifra immensa em nossos dias e absolutamente prodigiosa naquella época.

Descrêvendo a casa grande da fazenda do Pinheiro hoje séde principal do posto zootechnico do mesmo nome extasia-se Zaluar:

"A casa do Sr. Commendador José de Souza Breves, na sua fazenda do Pinheiro, não é habitação vulgar da roça; é um palacio elegante, e seria mesmo sumptuoso edificio em qualquer grande cidade.

Situada sobre uma eminencia domina o vasto amphitheatro de montanhas, que a circumdam e revê-se por assim dizer

nas aguas do orgulhoso Parahyba, que, poucas braças em frente, murmura seguindo o impulso de sua rapida correnteza. Duas pontes que se encontram sobre uma ilha no meio do rio, dão passagem mesmo em face da casa do Sr. Commendador Breves, de uma para outra margem. O aspecto que esta vista apresenta é realmente pittoresco e faz um effeito admiravel a quem a contempla com olhos de artista.

Um delicioso jardim se desdobra como um tapete de flores pelo pendor da collina sobre que está assentada esta sumptuosa habitação e dá-lhe novo realce. Duas escadarias lateraes de marmore levam a espaçosa varanda, para onde deita a porta do salão de espera, que é uma vasta quadra cujas paredes estão adornadas pelos primorosos retratos de S. M. o Imperador e S. M. a Imperatriz devidos ao habil pincel de Cromptelston (Krumholz?)

Seis ou oito magnificas gravuras representando copias de differentes quadros de Horacio Vernet, completam a decoração artistica desta elegante sala correspondendo a mobilia e os ornatos ao bom gosto que por toda parte reina. A sala nobre é uma peça soberba. Grande espelho de Veneza, ricos candela-bros de prata, lustres, mobilia, tudo disputa a primazia ao que deste genero se vê de mais ostentoso na propria capital do Imperio.

Emfim todas as outras salas o edificio inteiro está em harmonia com o luxo profusão e riqueza do que acabo de descrever."

Tivemos o ensejo de ha longos annos, visitar a séde da fazenda do Pinheiro que os viajantes da Central podem avistar ao chegar á estação deste nome. O exterior não tem grande imponencia. A casa é de um andar só e assobradada se bem nos lembramos. Tem grandes dimensões e os seus commodos nobres apresentavam ainda então rica decoração de estuques.

Era o commendador José de Souza Breves friza-o Zaluar, homem adiantado e de largas vistas. Assim se applicara, com todo o afan, em cortar as suas enormes propriedades de excellentes caminhos carrossaveis, pelo menos para carros de boi. Tinha em vista diminuir a despeza excessiva do transporte do café em dorso de mula, o que vinha a ficar carissimo.

O seu cafesal, dada sua tão grande producção, devia contar no minimo dois milhões de arvores, se é exacto que mantinha uma media de noventa mil arrobas annuaes.

Observa Zaluar :

"O caminho aberto uma vez compensa em pouco tempo o gasto da construcção e poupa o desperdicio de muita força pro-

ductiva. Um carro puxado por alguns bois transportava a carga que difficilmente seria carregada por cincoenta ou sessenta escravos. Por aqui se póde calcular quanto lucra o lavrador que manda abrir bons caminhos em seus terrenos e augmentar por consequencia no cultivo de suas plantações o numero de braços que retirou do transporte dos productos. O mesmo acontecerá quando estiverem convenientemente construidos os grandes troncos de estradas e abertos os caminhos vicinaes, acabando o fazendeiro com as tropas em que estão empregando os melhores serviços de sua escravatura de modo tão prejudicial a seus proprios interesses.”

A tal proposito verberava o viajante o descaso dos serviços provinciaes de viação publica. Era alguém deixar um caminho bem tratado para se avistar com um atoleiro alguma ponte semi arruinada, senão mesmo desmoronada, uma estiva rota e podia garantir: deixara a estrada particular do fazendeiro para entrar na publica, a cargo da administração provincial!

Exclama o turista:

“O contraste é realmente vergonhoso, e não deixaremos de chamar a attenção do digno actual presidente da provincia (Conselheiro Ignacio Silveira da Motta, depois barão de Villa Franca) quanto mais que temos toda a confiança no seu zelo e na boa vontade que o anima em favor dos melhoramentos que tão altamente reclamam os interesses da lavoura.

Estamos cada vez mais convencidos que o futuro dos agricultores, e por consequencia o do paiz depende absolutamente do tino da administração e da estabilidade de um governo que possa identificar-se praticamente com o estudo de seus recursos e de suas necessidades.”

Deixando o Pinheiro, onde pernoitara ainda consagra Zaluar umas tantas linhas, de arroubado enthusiasmo ao grande estabelecimento agricola do Commendador José de Souza Breves, aliás ausente de sua fazenda, o que declara muito ter sentido.

Continuando a seguir a margem do Parahyba, não tardaria o viajante a attingir, já no municipio de Barra Mansa e na freguezia de S. Sebastião, outra fazenda notavel, a dos Tres Poços, a que erradamente chama dos Poços.

Pertencia ao moço fidalgo da casa Imperial, Commendador de Christo, Lucas Antonio Monteiro de Barros, filho do senador do Imperio por S. Paulo, Visconde de Congonhas do Campo. Com elle almoçou o que lhe valeu algumas horas muito agradaveis em companhia de tão distincto cavalheiro.

Este commendador Lucas Monteiro de Barros, era genro

de outro grande fazendeiro vizinho, o Barão do Pirahy, José Gonçalves de Moraes, fallecido exactamente nesse anno de 1859, senhor de grandes lavouras em Passa Tres e no municipio de cujo nome lhe proviera o titulo.

E sua viuva, uma das mais illustres damas do Brasil Imperial, D. Cecilia de Moraes Monteiro de Barros falleceu, não ha muitos annos, quasi centenaria.

Falando de Tres Poços, por ella legada aos trapistas da abbadia de Sept Fonds, então localizados em Tremembé, com grandes culturas de arroz, escreve Zaluar:

“A fazenda de Poços que assim se denomina esta propriedade rural, é tambem uma das mais importantes deste municipio e está aprazivelmente assentada á margem do Parahyba.

A casa de construcção regular é elegante e espaçosa e merece especial menção entre as habitações de gosto dos nossos fazendeiros. A grande extensão de terreno e o muito café que produz dão a esta fazenda um valor solido e real.

Pela estatística do tempo a média de Tres Poços era de 22 mil arrobas de café annuaes, producção muito elevada, a maior de todo o municipio de Barra Mansa.

Os viajantes da Central do Brasil podem ter exacta noção da importancia desta fazenda quando entre Pinheiro e Volta Redonda lhes apparecem as vultosas bemfeitorias situadas em lindo scenario e numa larga varzea ribeirinha do Parahyba.

A casa grande, enorme, cheia de salas e quartos e onde se nota bella e vasta capella apresenta singularidade curiosa: está ligada por uma especie de ponte, ou passadiço a uma segunda casa tambem muito grande.

Visitámos Tres Poços em companhia do procurador geral dos Trapistas, Revmo. Pe. D. José R. Bouillon e pudemos então conhecer uma das mais imponentes fazendas contemporaneas do esplendor fluminense. A casa da enfermaria dos escravos, sobrado de dimensões absolutamente fóra do commum, comprehendia enormes commodos. O antigo engenho de café igualmente testemunhava a importancia desta propriedade de cujo solo fertilissimo provieram colheitas convertidas em milhares e milhares de contos de réis.

Enormes almanjarras obsoletas, de varios typos, ancestraes venerandas das machinas beneficiadoras modernas do café, atravancavam-no; desde muito immobilizadas e recobertas de espessa camada de pó. Por sobre uma dellas, espregui-

çada, num montante, de colossal esquadria de madeira de lei, vadiava grossa caninana.

Prudentemente bateu em retirada ao nos ver entrar, naturalmente indignada com a perturbação da sesta voluptica e modorrenta de um meio dia abafadiço, naquelle ambiente tão silencioso e outrora tão movimentado... Era como que o symbolo vivo da decadencia e da miseria da lavoura cafeeira no vale sustentaculo do Brasil Imperial.

Ainda vimos, nas salas e quartos da fazenda da veneranda doadora, perfeita encarnação do typo feminino superior creado pela velha formação brasileira, numerosos especimens, dos mais valiosos de nossa arte de antanho.

Esta excursão a Tres Poços valeu ás collecções do Museu Paulista, por intermedio da generosa doação do R. P. Dom José Raphael Bouillon tres especimens da nossa de ha muito extincta arte plumaria, hoje notavelmente raros, senão rarissimos: quatro ingenuos quadros, de fins da era setecentista, ou de principios do seculo XIX, symbolisando a Europa, Asia, Africa, e America. Tres destes continentes chegaram illesos ao Ypiranga, mas o quarto, a Europa, o desastre de um trem cargueiro da Central de que escaparam os demais, transformou-o em estilhas.

Deixando Tres Poços, e enthusiasmado com o panorama ribeirinho do Parahyba, entoou Zaluar um hymno ao rio que, da Serra da Bocaina até S. João da Barra, do bello alexandrinho de Alberto de Oliveira, assinalava a região mais notavel do Brasil.

“Por toda a parte onde corre o Parahyba, este rio gigante, parece que a natureza se reanima e as fazendas estabelecidas em suas margens augmentam de valor e apresentam aspecto pittoresco e agradável.

Eu que já tenho admirado esse rio formoso em tantos pontos do seu curso, não posso subtrahir-me a um involuntario estremecimento de alegria quando no meio de minhas peregrinações me sahe rapidamente ao encontro a toalha limpida de suas aguas abundantes.

E' pelas campinas e encostas deste soberbo rio que brotam os dois mais preciosos productos da nossa lavoura, os dois mais poderosos elementos de nossa riqueza, o café e a canna. Respeito pois a este majestoso rio que, como o Nilo, converte em ouro os terrenos que enriquece com seu fecundo baptismo!”

Dos Tres Poços partiu o nosso viandante, em direcção a Barra Mansa. Visitou antes porém outra e importantissima fazenda a de Vargem Alegre pertencente ao Commendador Mathias Gonçalves de Oliveira Roxo.

Era dos mais importantes fazendeiros da provincia do Rio e do Brasil, portanto, este portuguez transmontano, conchudo do commendador Lucas Monteiro de Barros, como genro, tambem, do Barão do Pirahy.

Nascido em 1804, viera para o Brasil adolescente, trabalhara no commercio carioca e depois na lavoura cafeeira, em que augmentara notavelmente o cabedal herdado de seus sogros; Commendador da Imperial Ordem de Christo, official da Rosa, seria alguns annos mais tarde, em 1867, creado barão com grandeza e brazonado em escudo contrabandado em que tres arruelas ostentavam a dextra uma oliveira de ouro e a senestra uma abelha tambem de ouro. E cuja expressiva divisa *virtute et labore* bem caracterisava uma vida de energia e trabalho. Era o commendador Roxo em 1859 fazendeiro de suas 22.000 arrobas em suas duas fazendas no municipio de Pirahy.

A colheita, deste em 1861 avaliava-o o Dr. Sebastião Ferreira Soares em 341.500 arrobas na freguezia do Arrozal, 80.000 na de Sant'Anna; 100.000 na de S. João dos Thomazes.

CAPITULO V

Barra Mansa e suas fazendas — Uma grande festa na cidade fluminense — Surto de progresso oriundo da lavoura cafeeira — O Barão de Ayuruoca notavel pioneiro da cafeicultura e civilizador — Os primeiros afazendados de Barra Mansa — O Amparo nucleo notavel de cafesistas — Fazendeiros de Pirahy

Nos primeiros dias de setembro de 1859 percorria Zaluar a estrada que através das grandes fazendas ribeirinhas do Parahyba, ligava Pinheiro a Barra Mansa.

Estava o sol pavoroso e a bestinha do nosso viandante devia ser trotona senão mesmo consumada soccadeira. “Coberto de suor e triturando sobre o sellim” abrasado pela soa-lheira, almejava pelo abrigo da casa a que se destinava, na progressista cidade recém promovida em sua dignidade municipal e uma das capitaes do café em todo o paiz.

Apesar de ter os olhos ofuscados percebeu quanto emolduravam ao Parahyba grandes montanhas cobertas de cafesaes.

A's immediações de Barra Mansa, em geral aprazíveis, assignalavam importantes fazendas localizadas nas proximidades do rio. A serie dos panoramas que se offereciam ao viajante era a mais agradável. Mas o conforto da viagem é que se não apresentava correspondente ao encanto daquellas perspectivas risonhas.

Commenta o nosso Zaluar, ao expor as agruras do trajecto: “Não ha corpo que resista ao desejo de chegar a um pouso e receber como um maná do Céu a doce hospitalidade de uma casa confortavel e de uns hospedes amaveis.”

Era aliás o que o esperava mas em proporções muito superiores ao que imaginava.

Attingindo a casa do seu hospedeiro, cahiu em meio de brilhante festa. Viu-se rodeado de cavalheiros e damas, musica e flores mergulhado “no geral e entusiastico contentamento de uma povoação inteira.”

Empoeirado dos pés á cabeça repetiria de si para si talvez, o engraçado aphorisma que Martim Francisco III, homem entusiasta do sabão, como tanto proclamava, e autor do pittoresco *Decalogo do Homem Aceiado*, inscreveu no seu tão pittoresco *Viajando*: “Quem parte saudades leva, quem chega quer tomar banho!”

Assim foi “tirar as botas”, como conta, para depois participar do contentamento geral já agora trajado com mais decencia.

Viera Zaluar a Barra Mansa para assistir a uma festa de excepcional brilhantismo. A sua expectativa ficou comtudo aquem da realidade.

Quatro dias duraram os folguedos e delles diz o viajante: “A constante alegria que reinou por espaço de quatro dias era realçada pela amabilidade e delicadeza com que o festeiro o Sr. Commendador Joaquim Ferraz e sua excellentissima esposa, captivaram todos que tiveram a fortuna de apreciar a sua companhia.”

Deste festeiro traça o viajante o mais honroso perfil: “Esse precioso condão de agradar pela palavra, pelo toque fino das maneiras delicadas, poucos o possuem em tão elevado gráo como este distincto cavalheiro, que mais uma vez justificou a estima que geralmente lhe consagram.

Não basta obsequiar, é preciso dar como um perfume ao obsequio que se faz, revestindo-o duma forma insinuante que só sabe inspirar o trato da sociedade polida e a expansão dum caracter elevado.”

Consistiram os festejos em “cerimonias religiosas illuminações, fogos artificiaes, procissão, jantares, bailes e theatros. Trouxeram em continuo movimento os pés, os olhos e os estomagos dos convidados.”

Affirma Zaluar, que, embora espectador silencioso, gozou, notavelmente, o prazer proporcionado por aquelles dias encantadores de regosijo que lhe deixaram as maiores saudades.

A coreographia não era o que mais apreciava. Affirma que os “encantos de uma conversa espirituosa lhe valiam mil vezes mais que todas as quadrilhas do mundo.”

Poderia a festa ter sido mais brilhante ainda não fossem os eternos e inevitaveis tropeços pelas desigualdades de fortuna, as rivalidades e competições da exhibição.

Assim explica o nosso autor:

“Apesar do grande concurso de povo que se reuniu nesta cidade, correu que o *terror* do luxo afastou daqui muitas fa-

mílias, e que se não fosse o medo com que estavam das ricas *ioillettes* que haviam de apparecer e da immensidade de balões que tinham de encher as salas, muito maior devia ter sido a concurrencia. Que lamentavel panico! Como se um vestido simples e uma grinalda modesta não fossem os mais bellos adornos para um corpo esbelto e juvenil!

Para não insistir no assumpto, deixo este thema ás reflexões dos poetas e dos economistas; talvez unica materia em que estejam de accordo."

Durante aquelles dias "de agradavel confusão, pouco aproveitavel lhe podia ter sido o estudo moral e material da povoação; só depois que os elos dessa amavel cadeia haviam começado a romper-se depois que as familias pouco a pouco se haviam retirado, as casas principiado a fechar-se "os sons da musica a extinguir-se e as flores a desfolhar-se", quando o silencio o desanimo, invadira a tudo e a todos, só então Barra Mansa se lhe apresentara como realmente era. Descrevel-a nesses dias fôra encaral-a por prisma demasiado seductor, e era elle consciencioso viajante, que não sabia sacrificar a verdade."

A' Barra Mansa podia chamar-se "cidade de hontem". Nascera e crescera em pouco mais de trinta annos. E todo este desenvolvimento notavel se devia exclusivamente ao café. *Heri solitudo hodie civitas* era a divisa a inscrever-se e com toda a justiça, num brazão municipal onde apenas figurasse um galho fructado de cafeeiro.

Seria este escudo mais expressivo, queremos crer, do que o official do municipio quasi insignificativo, inesthetico e anti-heraldico vigente em 1936.

A' floresta magnifica, que, ainda havia tão pouco, cobria as terras barramansenses fizera cahir a cultura da rubiacea. Em 1820, ainda, simples capella de São Sebastião, dependente da freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Parahyba. Nova, já então chrismada de Rezende, passara a curato em 1829 para em 1832 ser elevada a villa, sob a denominação de São Sebastião da Barra Mansa. Immenso deveu a localidade ao illustre civilizador que se chamou Custodio Ferreira Leite, Barão de Ayuruoca (1782-1859) considerado e com toda a razão o seu verdadeiro fundador.

Durante dezenas de annos foi o Barão de Ayuruoca, um dos mais activos pioneiros do café, na zona fluminense e na Matta de Minas, incansavel propagandista das vantagens da lavoura da rubiacea, persuasivo arrebanhador de lavradores e criadores mineiros para a bacia do Parahyba e os valles de

seus afluentes, abridor de fazendas, fundador de villas, edificador de igrejas, matrizes e capellas, constructor de pontes, rasgador de longas estradas para o littoral, sempre prompto a acudir ao appello dos governos Geral e Provincial quando se tratava de iniciativas progressistas e humanitarias. Grande plantador de cafesaes, por elle proprio, não o desanimavam os mais graves revezes. Assim já fazendeiro grande em Mar de Hespanha vira sua lavoura arrasada pela excepcional geada de 1848. E replantara o seu cafesal.

Uma de suas preocupações sentimentaes caracteristicas era o empenho com que procurava proteger os cemiterios cercando-os de muros, onde quer que exercesse a sua actividade, absolutamente prodigiosa.

Ao fallecer, em sua fazenda da Barra do Lourical, em Mar de Hespanha, a 17 de novembro de 1859, appareceu na imprensa fluminense extenso elogio o mais significativo, naquelles tempos de necrologios sobremodo escassos, senão muito parcos de palavras e conceitos.

“Numerosos e importantes foram os serviços por elle feitos ao paiz, e talvez hoje ignorados do publico, pois nunca tratou de fazel-os apregoar pelas cem boccas da fama. Por ordem do governo abriu a estrada da policia de Iguassú até Minas; fez os aterrados do Engenho do Brejo; administrou e dirigiu por annos os trabalhos das estradas da Sapucaia e do Feijão-Crú (Leopoldina); construiu ou fez construir muitas pontes.

Deu começo a diversas matrizes, cujos trabalhos dirigiu animou e fomentou, já prestando a sua pessoa já abrindo a sua bolsa, e já promovendo subscrições; entre outras occorrem as da Barra Mansa, Arrozal, Vassouras, Conservatoria, Valença e Sapucaia.

As presidencias do Rio de Janeiro e Minas por vezes o encarregaram de commissões muito importantes; nunca se recusou, antes procurou sempre corresponder a tão honrosa confiança não se poupando a fadigas nem a sacrificios.

O Coronel Custodio (como o povo o continuava a chamar ainda depois do titulo) era verdadeiramente sublime, e não tinha segundo na abnegação com que sacrificava seu tempo.

Quem o via a cavallo (e era um infatigavel viajor) sabia bem que o não levava negocio proprio. Ia aqui a uma partilha acolá a uma divisão entre socios ou vizinhos, lá a compor uma demanda, lá ao appello de uma viuva; ninguem o chamava, qualquer que fosse a distancia e o lugar (e eram infinitos os

chamados) que não contasse com a sua presença e bons officios. Nenhuma miseria recorreu a elle que não fosse de prompto soccorrida. Dava, e dava largamente, aos pobres, aos que não eram pobres, e tambem aos velhacos, e muitos foram os que abusaram de sua extrema bondade, sem que a ingratição (ingratos não faltaram) lhe fizesse arripiar carreira ou lhe arrancasse um signal de arrependimento, uma queixa sequer!

Chão, modesto, lhano, sem nenhuma das exterioridades que indicam o homem de posição elevada. Spartano em seus costumes, pois em sua casa não possuia nem mesmo aquellas commodidades que um individuo de mediocre fortuna considerava hoje necessidades, morreu pobre! Elle, rico na sua mocidade, tendo negociado em larga escala e sendo fazendeiro importante, morreu pobre!... Morreu pobre porque deu tudo o que tinha!"

Referindo-se ao millesimo de 1832 escreve Antonio Figueira de Almeida em sua excellente monographia "*Barra Mansa, memoria commemorativa do primeiro centenario*":

"Nessa época — já era consideravel o nucleo de população formado no decorrer de perto de 40 annos, assim pela abertura de caminhos pelos quaes Barra Mansa se communicava com seus differentes districtos e até com *Angra dos Reis* através de *Mangaratiba* como tambem pelo consideravel numero de fazendas installadas no ambito circumstante.

De taes fazendas as mais antigas foram as de Custodio Ferreira Leite — Barão de Ayuruoca — que passa por ser dos primeiros habitadores de Barra Mansa.

Uma das suas fazendas (a do Anno Bom) á margem esquerda do Parahyba e fronteira ao Paço Municipal, veio a pertencer a sua sobrinha D. Marianna Carlota de Almeida Leite Guimarães (1805-1862) viuva de seu primo e um dos primeiros afazendados do districto José Bento Ferreira da Silva Guimarães, (1798-1842). Por morte de D. Marianna, coube a seus filhos Major José Bento (1824-1907) e Custodio Ferreira Leite Guimarães (1826-1888), grandes lavradores e homens de influencia no Partido Liberal fluminense.

Aos primeiros habitantes veio reunir-se, pouco depois, Antonio Marcondes do Amaral com seus parentes e afins que se afazendaram de preferencia em Nossa Senhora do Rosario dos Quatis, freguezia de esdruxulo nome, força é convir.

"Estes primeiros habitantes, diz Figueira de Almeida, foram tambem os primeiros a beneficiar o municipio, sendo delles as iniciativas da fundação do centro urbano — a da edi-

ficação da Matriz de S. Sebastião de Barra Mansa, bem como a da construcção da cadeia cujos altos muros externos causavam terror.

Já então a prosperidade barramansense era apreciavel e justificava a aspiração de seus habitantes de sua autonomia administrativa.

Para facilitar a realização desse sentimento geral, Custodio Ferreira Leite: Barão de Ayuruoca — não somente douo á Barra Mansa os terrenos em que se deveria edificar a villa, como ainda reservou grandes áreas que deviam ser distribuidas pela Camara do municipio gratuitamente, ás pessoas que desejassem construir.”

Em 1870 e 1875 affirmou e reiterou á Camara de Barra Mansa aos presidentes da provincia Conselheiro Theodoro Machado e Barão de Pinto Lima:

“Quando o Coronel Custodio Ferreira Leite (depois Barão de Ayuruoca) fundou neste logar a capella de S. Sebastião, que ainda é hoje o Padroeiro da cidade, deu verbalmente, cerca de 10.000 braças quadradas de terras para a edificação da povoação.

Em 12 de novembro de 1845 ratificou essa dadiwa por escriptura particular, que está no archivo desta Camara, mas declarou, na mesma escriptura, e em documento annexo, que esse terreno devia ficar sob a administração da Camara afim de ser distribuido gratuitamente pelo povo que quizesse fazer casas.

Esse é o terreno em que está situada parte desta cidade.”

A’ villa confluíam varios caminhos e picadas que dentro em breve se tornaram sobremodo transitadas com a multiplicação das fazendas.

Escreve ainda Figueira de Almeida:

“Até onde alcança a memoria, das veredas e estradas primitivas de Barra Mansa, as mais antigas foram as de S. José do Rio Preto, ao longo do Turvo até proximidade de Barra Mansa, o caminho de N. S. do Rosario dos Quatis, o caminho do Bananal, a estrada do Pirahy (picada dos indios) passando por Arrozal, Passa Tres e S. Marcos, onde se bifurcava para o Rio de Janeiro e Mangaratiba.

Tambem, pelo Parahyba, chegavam ao municipio e á villa e della divergíam para os municipios abaixo, viajantes e canoieiros.

A beira do rio era, pois, marginada de grandes armazens, havendo nas redondezas da villa — bazares, vendas e ranchos,

grandemente frequentados, com prospero commercio e vida de intensidade crescente.

Barra Mansa, graças a isto, foi perdendo, aos poucos, o caracter primitivo de simples parada, já porque sua habitação se adensava, já porque a facilidade das communicações tornava suas terras mais valiosas e mais procuradas.

Então, as fazendas se multiplicaram, e os cafezaes se ampliaram enchendo as encostas de seus terrenos ondulados.

Em 1850, de uma e outra banda do Parahyba era a população bastante numerosa. O transporte do rio, em canôa, além de algum perigo se fazia morosa.”

Como crescesse e notavelmente o commercio local alli se deu um phenomeno aliás repetido em todos os grandes nucleos cafeeiros do Brasil: occorreu enorme affluxo de advenas mascateadores. Em 1851, tornou-se tão notavel que exigiu, por parte dos poderes municipaes, uma serie de providencias tendentes a proteger os commerciantes locaes contra a insolencia da competição dos mascates.

As capellas do municipio passaram a curatos e alguns de seus districtos chegaram, como o do Amparo, a constituir verdadeiro nucleo de capitalistas fortes, nelle residindo grandes e opulentos lavradores de café.

Tão importante ficou a villa que, em 1857, era elevada á categoria de cidade.

Entre os primeiros moradores e fazendeiros importantes de Barra Mansa e seus districtos cita Figueira de Almeida diversos nomes. Além do Barão de Ayuruoca seus numerosos sobrinhos e primos, e do velho Marcondes do Amaral, seus filhos e genros, moraram na Barra Mansa de começo o Dr. Candido Teixeira da Cunha, João Thomaz Moreira da Costa, Manuel Carlos Barros, Francisco Marcondes de Moura, Dr. Toledo Lessa, José Justiniano da Silva, o Barão de Guapy, fazendeiro em Pirahy, os dois irmãos Joaquim e José Breves, Lucas A. Monteiro de Barros, etc. — No Amparo-Ignacio Caetano de Carvalho, Custodio de Carvalho, D. Anna Moreira de Mattos, Comm. Luiz Pereira da Costa, os tres irmãos Barão do Amparo, Barão do Rio Negro e Visconde de Barra Mansa, João Chrysostomo de Vargas, José Caetano Alves de Oliveira, Boaventura Nogueira da Silva, Commendador Bernardo José Vieira Ferraz, Dr. Manoel Ferreira de Mattos. Nos demais districtos o Barão de Pouso Alto, Dr. José de Lima Nobre, José Ferreira Nobre, Francisco Carlos de Oliveira, Vicente de Araujo Lopes, Francisco Gomes de Carvalho Leite, Commendador Manoel A. da Silva Reis.

Pirahy não tivera, como cidade, o desenvolvimento de Barra Mansa, mas em terras de seus cinco districtos havia, em 1860, fazendeiros de muito maiores lavouras.

Assim se discriminavam, segundo Sebastião Ferreira Soares, na "Historia da Companhia Industrial de Mangaratiba", os seus principaes lavradores de café, maiores e menores, entre os quaes os dois irmãos formidavelmente opulentos, Joaquim José e José de Souza Breves:

Em Sant'Anna (freguezia da villa) . . .	28
Arrozal	81
Arraial dos Thomazes	24
	<hr/>
	103

Não se refere este autor á producção de uma freguezia pirahyense importantissima: a de Nossa Senhora das Dores, onde havia esplendidas fazendas como as dos Barões de Guapy e Vargem Alegre, por exemplo. Nem cogita de mencionar a producção de fazendeirinhos e sitiantes.

O Almanack Laemmert para 1860 arrola:

	<i>Fazendeiros de café</i>
Em Sant'Anna	75
Em Arrozal	50
Em Dores	47
Em S. José do Turvo	45
Em Thomazes	51
Total	<hr/> 268

Contava o municipio 119 negociante e nove capitalistas. Quanto á Barra Mansa o numero dos cafeicultores citados por Ferreira Soares, que aliás continua a não discriminar os nomes do *vulgum pecus*, dos productores pequenos "de poucas forças" vinha a ser em:

Quatys	19
S. Joaquim	26
Amparo	39
Espirito Santo	52
S. Sebastião	74
Total	<hr/> 210

Em 1860, segundo o Almanack Laemmert eram estes os lavradores de café barramansenses:

Em Quatys	43
Em S. Joaquim	32
Em Amparo	45
Em Espirito Santo	54
Em São Sebastião	76
	<hr/>
Total	250

Este accrescimo de 40 fazendeiros correspondia segundo Ferreira Soares a 30.000 arrobas de producção annual.

Os negociantes matriculados do municipio eram 79 e os capitalistas 10, dos quaes 7 localizados no Amparo.

Descrevendo a cidade de Barra Mansa diz Zaluar de sua matriz: templo de grandes proporções, a que faltavam complemento de obras internas como a confecção de alguns altares. Ostentava architectura "simples, regular e decente se não sumptuosa". (sic)

A cadeia pela solidez e segurança mostrava-se digna de visita. A robustez de seu aparelhamento de contenção estava de accordo com as necessidades daquelle ponto distante da capital, onde os criminosos zombavam, muitas vezes, da acção tardia ou quasi sempre inerte das autoridades.

Os calabouços subterraneos pareciam-lhe pouco hygienicos (!) Tambem onde iria o nosso reparador encontrar calabouços hygienicos?

Deviam ser melhorados, sob pena de provocarem graves enfermidades aos desventurados alli retidos, como já acontecera.

A Camara Municipal, o terceiro edificio notavel da cidade promettia avantajarse aos demais, como, gosto de factura do estylo "simples e elegante mas ao mesmo tempo magestoso."

Estava ainda pela metade e isto mesmo graças ao interesse e ao civismo de Major Joaquim Ferraz por tudo quanto se referia ao progresso local. Já adiantara á municipalidade grossa quantia para a conclusão dos trabalhos de cantaria e telhamento do edificio, brevemente terminado.

Até aquella data custara 21:500\$000 e era de esperar que o governo provincial lhe subsidiasse as obras finaes.

Barra Mansa tinha ruas regulares e espaçosas das quaes algumas casas ostentavam gosto moderno e onde se divisavam

bonitos sobrados; mas o resto era pela maior parte ainda de aspecto monotono e triste. Projectava-se abrir nova praça municipal, onde se levantariam muitas construcções, segundo constava dos requerimentos neste sentido ultimamente feitos á Camara, solicitando a aquisição de terrenos para tal fim.”

Era dos povoados de mais agradável aspecto, no interior fluminense, e a chegada alli dos trilhos da Dom Pedro II lhe incentivaria immenso o progresso, tanto mais quanto á cidade convergiam duas grandes arterias de comunicação para São Paulo e Minas.

Dos barramansenses dizia Zaluar:

“Os habitantes de Barra Mansa são geralmente estimaveis pelo espirito sociavel, maneiras urbanas e mesmo por algumas illustrações que abrilhantam o seu gremio. Abastados fazendeiros constituem a grande riqueza do municipio que consiste quasi, senão toda, na cultura do café. Numerosas e ricas fazendas cobrem o solo em todas as direcções augmentando o valor das propriedades a fertilidade dos terrenos, fecundados por abundantes e excellentes aguas.”

No citado “Historico da Companhia da Estrada de Mangaratiba” (impresso em 1861), affirmava o Dr. Sebastião Ferreira Soares que o Municipio de Barra Mansa produzia annualmente em termo medio 757.200 arrobas de café assim distribuidas pelas diversas freguezias:

Arrobas

Nossa Senhora do Rosario dos Quatys	79.200
São Joaquim	54.880
Nossa Senhora do Amparo	149.900
Espirito Santo	159.420
São Sebastião	313.800

Era pois muito mais importante do que Rezende com as suas 170.000 arrobas apenas.

E vinha a ser o mais productivo districto do oeste fluminense como demonstrava o quadro:

Arrobas

Barra Mansa	757.200
Pirahy	521.500
São João do Principe	382.800
Rezende	182.300
Rio Claro	33.000

CAPITULO VI

Os grandes fazendeiros de Barra Mansa em 1860 — O Barão de Guapy e a sua notavel fazenda do Ribeirão Frio

Quando em 1860 por Barra Mansa passou Zaluar, não havia no municipio barramansense nenhum fazendeiro da importancia dos dois irmãos Breves e seu cunhado Joaquim José Gonçalves de Moraes.

O maior destes lavradores vinha a ser Francisco José Ferreira Cardoso, que colhia 35.000 arrobas em duas fazendas, e o commendador Lucas Antonio Monteiro de Barros, dono de Tres Poços (22.000 arrobas).

Lavradores de mais de dez mil arrobas eram segundo Ferreira Soares no *Historico da Estrada de Mangaratiba*:

J. Barbosa Guimarães (Amparo)	18.000
Baroneza de Amparo e Filhos	14.500
Manuel Marques Ribeiro (S. Joaquim)	14.000
Dr. Gustavo de Coppet (grande fazendeiro em outros municipios)	14.000
D. Marianna Carlota de Almeida Leite Guimarães e filhos (fazenda de Anno Bom (S. Sebastião)	14.000
Manuel Vieira da Cunha Brandão (Amparo) .. .	14.000
Ricardo J. Gomes Guimarães (São Sebastião)...	13.000
Comm. Luiz Pereira de Castro (Amparo) .. .	12.000
Barão do Pouso Alto (Quatys)	12.000
Francisco Moreira de Mattos (Quatys)	11.000
Antonio Barbosa da Silva Filho (Espirito Santo)	10.000
João Chrysostomo de Vargas (Amparo)	10.000

Arrola Ferreira Soares 320 fazendeiros de café de certa importancia sem contar os "lavradores de pouca força."

Havia alguns que além das propriedades no municipio ainda possuíam outras lavouras nos districtos vizinhos.

Nestas condições estava por exemplo o Barão do Pouso

Alto (Francisco Theodoro da Silva) que além de sua fazenda do Rosario era dono de outra no municipio de Rezende onde colhia 8.000 arrobas. Assim tambem a Baroneza viuva, do Amparo, dona de outra fazenda em S. Vicente, onde colhia 5.000 arrobas.

O commendador Joaquim Ferraz de que nos fala Zaluar, truncando-lhe os appellidos era de seu nome todo, Joaquim José Ferraz de Oliveira, commendador das Imperiaes ordens de Christo e da Rosa e brevemente Barão de Guapy, por decreto de 16 de Janiero de 1861.

Convidou Zaluar a que visitasse sua grande fazenda do Ribeirão Frio no municipio de Pirahy e o nosso viajante apressou-se em accetar tal offercimento:

Antes de deixar Barra Mansa notou o nosso itinerante, em seu canhenho de viagem, a excellente impressão deixada pela grande e bella ponte recém-construida sobre o Parahyba, em frente á cidade.

Solida e elegante, della se desfructava magestoso panorama. Era o passeio predilecto para os moradores das circumvizinhanças. Elle proprio alli passara muitas vezes sem poder esquivar-se á grande impressão produzida por tão magnifico espectáculo!

Com a maior saudade afastou-se da cidade cafeeira. Ficava-lhe a melhor reminiscencia dos agradaveis dias alli passados e do espectáculo cordeal dos adeuses dos visitantes vindo das fazendas a se divertirem com os festejos da "praça."

"Vi duas sociedades differentes succederem-se de um dia para o outro dentro de um mesmo *forum*. Quando os amaveis invasores se retiraram vencidos com tão cordial acolhimento da cidade assaltada, os seus primitivos moradores viram desfilar com saudades as suas phalanges, e longo tempo as seguiram com os olhos, dirigindo-lhes longos adeuses!"

Incorporado a vistosa caravana de muitas damas e cavalheiros seguiu pois o nosso viajante para a fazenda do dentro em breve Barão de Guapy, o commendador Joaquim Ferraz, que tanto lhe merecera a admiração.

Tinha que vencer cinco leguas para attingir o Ribeirão Frio. Foi-lhe o tracto o mais agradável, tão interessante que nem lhe occorreu verberar senão moderadamente a desidia daquelles a quem competia zelar pela boa conserva das estradas publicas, anteriormente criticadas de modo assaz acre.

"As viagens em boa companhia fazem-se rapidas e serenas. Os ditos engraçados commentam os episodios do caminho; o riso acode com facilidade aos labios, o espirito divaga,

e o viajante não se lembra do máo estado das estradas nem da preguiça dos conservadores nem da falta de vigilancia da administração; tudo isto esquece, como se por ventura realmente não existisse.

Morros, planicies, valles, tudo foge ante os olhos segundo a velocidade da marcha, sem que ninguém repare nas estivas quebradas, nas pontes rotas e nos grandes caldeirões que as aguas tem de converter em vastos oceanos de lama, porque se não lembram de concertal-os emquanto o sol, esse zeloso engenheiro se encarrega de consolidar a parte mais difficil da obra.”

Quanto era conveniente para o viandante e, mais ainda, para os que tinham a seu cargo este ramo de serviço publico, que as viagens pelo interior se fizessem sempre em agradável sociedade, no meio da distracção e bom humor dos companheiros! Assim passariam por alto muitos objectos de censura, muitas faltas que não deixariam de ser notadas por quem observasse, só e calmo, o bom tino, graças ao qual tanto dinheiro haviam consumido as estradas.

Tão agradável se escoava o tempo todo do trajecto que não houve uma só vez em que se pensasse na realidade de algum perigo possivel através dos maus caminhos publicos.

O estirão era grande e assim a caravana do commendador Ferraz pousou, e pernoitou, na fazenda *União* de seu irmão e socio, capitão Manuel José de Oliveira.

Seria o commendador Ferraz irmão ainda de um Francisco José de Oliveira, fazendeiro citado pela memoria de Ferreira Soares como um dos maiores lavradores do municipio de Pirahy, onde colhia 25.000 arrobas? E' o que não sabemos dizer.

Era a *União* rica de fertéis terrenos e tinha as suas lavou-ras cortadas por excellentes caminhos.

No dia seguinte deixaram o commendador e sua comitiva a fazenda da *União* chegando ao *Ribeirão Frio* á noite, por causa de diversas paradas pelo caminho.

Optima a primeira impressão da propriedade do opulento commendador de Christo e da Rosa.

Obedecia a situação das bemfeitorias ás disposições classicas das velhas fazendas typicas de café do valle do Parahyba.

Escreve Zaluar:

Para quem vem da freguezia das Dores a vista da fazenda do *Ribeirão Frio* é realmente pittoresca. Assentada no meio de vasta planicie circumdada por um horizonte de montanhas, cujo recorte se desenha com suavidade, a casa, espa-

çosa e branca, avulta dentro de um terreiro de trezentos e onze braças (684 m. 20) de circumferencia! E' o maior que tenho visto.

Essa immensa praça é fechada em torno pelas senzalas, engenho e mais officinas, de modo que foram larga cidadella para onde se entra por dois grandes portões lateraes. As senzalas, caiadas todas e construidas uniformemente, destacam-se, bem como a casa, do verde graduado das florestas e dão a esta propriedade um aspecto novo e agradável.

Não é crível que as trezentas e onze braças (684 m. 20) do centorno dos terreiros abrangessem uma área circular, como dá o viajante a entender, trocando, por descuido, perimetro por circumferencia.

Admiravel agasalho o esperava:

"A maneira por que nos receberam nessa habitação correspondeu á excellencia de seus donos e a essa franca hospitalidade de que os nossos bons lavradores fazem verdadeira religião, e seguem com tão generoso escrupulo. Mesa lauta, serviço prompto, agasalho cordial e a grata independencia da vida campestre são os preceitos desse culto a que sem grande relutancia me sujeito."

Na casa do opulento lavrador havia, além de tudo, não só gente altamente civilisada como elementos de elevada cultura artistica.

"Accrescente-se a isto magnifico piano harmonioso dos mais modernos de Debain, destros e delicados dedos para nelle interpretarem algumas das mais difficeis composições dos grandes mestres a conversa amena e espirituosa do salão, e ter-se-á uma idéa dos agradaveis momentos passados na fazenda."

Verdadeiro deslumbramento causou ao homem de letras a visita minuciosa aos serviços complexos da grande fazenda.

Delles nos deu viva e interessante descripção:

"Uma propriedade rural montada no pé em que se acha o Ribeirão Frio é mais do que um predio de simples vivenda: é uma cidade em ponto pequeno, onde se cultivam muitos ramos de industria e se põem em movimento as gradações do trabalho.

Aqui, a larga respiração da forja lança ao rosto do cyclope negro a sua chamma avermelhada, enquanto este imprime ao ferro uma forma conveniente aos usos da vida; acolá, o rangido da tesoura nos indica que o alfaiate silencioso corta e une as differentes peças do tecido que deve servir para preservar o homem do contacto da atmosphaera; alli, o marce-

neiro serra, aplaina, acerta, justa, põe a madeira que hontem nas mattas se chamavam peroba, cedro, cabiuna, jacarandá, vinhatico, e que recebe, depois da transformação por que passou, o nome de commoda ou de leito, de cadeira ou de mesa; mais adiante, o ferrador calça o animal que serve de locomotiva aos transportes dos productos e de vehiculo á impaciencia do caminheiro; e noutro ponto ouve-se a voz do feitor dando ordens ás suas phalanges disciplinadas e mandando estender sobre o terreiro, que secca, de uma vez, 6.000 arrobas de café, do grão escuro deste manancial de ouro.

Acima de toda esta orchestra confusa, o engenho prosegue a sua veloz rotação, erguendo a voz sobranceira, como o pendulo de um relógio e marcando cada segundo com larga retribuição de trabalho; tudo isto, distincto em sua orbita de acção mas conglobado em um éco uniforme, confunde-se no ar, respira-se sente-se ouve-se como se fosse o arquejar gigante, cujo peito é um immenso laboratorio; e a vida, o movimento o progresso, recebem a cada instante mais uma nova confirmação traduzida nos resultados evidentes da industria.”

O Barão de Guapy mostrava-se, além de tudo, homem de humanitarias intenções para com os seus escravos numerosissimos, mais de quatrocentos. Tinha a fazenda excellente enfermaria e pharmacia.

Transmittindo as impressões recebidas das culturas dizia o narrador:

“Emquanto em torno á vasta área do terreiro, e junto ao lar domestico, se repetem, regular e quotidianamente, as variadas scenas da vida interna desta rustica cidadella, lá fóra, um exercito de quatrocentas enxadas, tendo por campo de manobra duas sesmarias de terra, isto é, uma orbita de perto de duas leguas, revolve continuamente o solo, lança-lhe a semente, cultiva e colhe os fructos com que a mãe commum compensa generosamente a seus filhos.

Aqui a roça do milho, além o feijão, na planicie o arrozal, e por toda a parte, no pendor das collinas, nas fraldas da montanha nós pincaros do morro, os arbustos copados do cafezal, em numero de um milhão de pés, sorriem ao lavrador, cobrindo-se neste instante de um manto esperançoso de brancas e perfumadas flores.”

Era um lavrador clarividente e progressista o dono do Ribeirão Frio. Analysando-lhe a personalidade escreve o viajante:

“O fazendeiro intelligente, que já não sacrifica aos idolos da rotina, mas professa a crença verdadeira do progresso, está

vigilante, activo, em todo o ponto onde se tem de registrar uma nova conquista para os triumphos da idéa moderna. Onde as forças mechanicas podem substituir os braços, elle liberta o homem da escravidão, e o emancipa dando-lhe outra missão mais nobre, e accrescentando ao mesmo tempo o que ainda poucos comprehendem a sua propriedade e a sua fortuna.

Bons e largos caminhos de carro estão já abertos correndo, em todas as direcções, os terrenos desta vasta lavoura, e por consequencia poupados todos os braços que dantes se perdiam nesta rude tarefa, e aproveitados agora em outros misteres menos brutaes, e que por emquanto não podem ser obtidos por instrumentos mechanicos”.

No Brasil já iam apparecendo as machinas agricolas vencendo a inercia e o atrazo dos fetichistas da enxada. A tal proposito relatava Zaluar:

“O arado, que, começa no Brasil a ser recebido com menos prevenção, realizará em breve, eu o espero, em muitos terrenos onde o seu concurso pôde ser efficaz, mais um progresso em favor da agricultura, sobretudo na plantação de cereaes.

Em algumas fazendas deste municipio, das que estão á margem do Parahyba, já se emprega com vantagem este processo para lavrar as terras. Affirmam-me que o Sr. José Coelho Neves, morador nestas circunvizinhanças tem feito em uma pequena roça sua esta experiencia, e della tirou tão bom resultado que no mesmo espaço de terreno colheu em um anno duas plantações de milho! Praza a Deus que este exemplo meritorio convide outros a segui-lo, e que sejam coroados os seus esforços de tão animadora recompensa!”

Continuando com os seus dithyrambos áquella, a seu ver, esplendida organização agricola pormenorizava o escriptor:

“Quereis ver na fazenda do Ribeirão Frio outros estabelecimentos dignos de admirar-se? Examinae a limpeza, a ordem o asseio com que se trabalha em suas cozinhas. A agua encanada leva a todas as suas officinas o seu precioso auxilio.

Pensaes que já observamos tudo? Não. Olhae esta boiada gorda e possante: são os bons pastos, e sobretudo um tratamento conveniente que lhe dá este vigor e robustez de formas. Os porcos, os burros, os cavallos, tudo está nedio, forte, valente e agil. Formosos animaes de sella, vagam por este pasto, apesar da vida, laboriosa que lhes dá seu dono, soberbos e garbosos como tenho visto poucos, em outras fazendas que hei percorrido; e tudo isto é resultado do systema por que são tratados.

Podeis por aqui fazer uma idéa do que é, interna e externamente, uma fazenda, e quaes as variadas distracções do lavrador que se entrega, com dedicação e afan, á sua tão util e, para muitos, mal recompensada profissão”.

E realmente a lavoura, base de toda a riqueza nacional brasileira, vinha a ser verdadeiro e resignado atlas de pesadissimo globo.

Já teria de todo desfallecido ante as exigencias de uma administração publica ingrata, se alguns homens de vontade terca e robusta, resolvidos a enfrentar as maiores contrariedades, não se houvessem disposto, a todo o transe, salva-das emergencias em que, mais de uma vez, se tinha achado e continuaria a ver-se se as estradas, os braços e o aparelhamento bancario, não viessem, e rapidamente, em seu soccorro. Não havia animo, por mais resolutivo, que resistisse a tantos obices.

Assim queria elle, o publicista estrangeiro, mas brasileiro de adopção, invocar perante os poderes publicos, as razões da justiça senão da equidade:

“Não cessarei pois, como uma necessidade, como um dever, de chamar em seu auxilio a attenção dos legisladores e a protecção dos poderes competentes. Já que não temos industria, acoçoemos, ao menos, a lavoura. E’ ella a salvação do paiz, a unica fonte ou quasi unica da riqueza publica, e o maior elemento de todo o nosso progresso”.

Voltando a descrever como corria a existencia no Ribeirão Frio, em meio do conforto da vida domestica alli desfructado, em sua plenitude, declarava Zaluar que não havia palavras capazes de exprimir a cordialidade, espontanea e franca, o hospitaleiro agasalho com que todos os hospedes alli eram recebidos, tanto conhecidos como extranhos. A religião do Arabe esmorecia diante deste expansivo e leal acolhimento. “Quem aqui entrou uma vez e apreciou o ameno trato dos donos desta casa, ha de forçosamente retirar-se com gratas recordações”.

Era um par cheio dos mais nobres attributos — daquelles fazendeiros fidalgos cujas attitudes tanto relevo davam á classe dos grandes lavradores de café da Provincia do Rio de Janeiro e do Brasil todo.

Antes de se afastar daquelle solar do café, onde tão carinhoso agasalho recebera, quiz o nosso viajante, ainda uma vez, deliciar-se com o panorama que delle se descortinava:

“Antes de dizer adeus a esta morada de paz e de conforto,

deixae-me espriaiar ainda uma vez os olhos pela vista encantadora que se descortina ante mim.

Lá está a freguezia das Dores, burgo apinhado de casinhas brancas, meio occulto entre as dobras das montanhas; lá corre, descrevendo mil circumvoluções pelo solo, o Ribeirão cujo nome herdou a fazenda; lá estão os grande pennachos de mato virgem coroando o cimo dos morros”.

E rematando taes arroubos por uma reminiscencia litteraria de assaz duvidoso gosto exclamava:

“Lá está a collina onde, ao sol posto, eu ia passear e ler algumas paginas de um dos livros inspirados de Pelletan; lá está, finalmente, no cinto roxo do horizonte, a imagem da saudade que conservarei sempre desta casa e de seus donos”.

Adeus! adeus! sentidamente dizia áquelle trecho que lhe parecia um canto do Paraiso, digno scenario para as leituras philosophicas do seu tão admirado autor da *Lampada apagada* e quejandas novellas de arroubado lyrismo, por vezes altamente nebuloso.

Voltando a Barra Mansa, já agora em outubro de 1859, seguiu Zaluar em direcção de Rezende por uma estrada de seis leguas de extensão.

Era excellente, toda “larga, espaçosa, apresentando poucas declividades, enriquecida de algumas pontes e numerosos pontilhões, de modo que, vencidos ligeiros embaraços, poderse-ia fazer de carro o trajecto. Tres leguas de tal caminho corriam á margem do rio Parahyba, e o resto internando-se á esquerda; só perto de Rezende é que tornava a costear o rio, em cuja beira estava a velha povoação levantada de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre.

Causou-lhe grande impressão verificar o extraordinario movimento deste trecho de estrada.

Era difficil calcular-se o numero de tropas carregadas de café, fumo, toucinho, as grandes boiadas e os muitos passageiros que a toda a hora transitavam por tão importante via de communicacão; muitas vezes agglomeravam-se a ponto de difficultarem o transitio apesar de toda a largueza da passagem.

Para ella confluíam os productos de parte das provincias de São Paulo e Minas visando attingir o grande mercado da Côrte.

Foi o percurso vencido em duas etapas. Na tarde do primeiro dia dormiu o nosso itinerante no pouso da Cachoeirinha perto de um salto do Parahyba.

Alli passou noite enfadonha, bem desconfortavel, segundo nos conta em pagina de litteratura piegas:

“Quando entrei a tarde ia já adiantada e alguma nuvens escuras toldavam o horizonte. Não havendo mais nenhum passageiro, achei-me portanto só no meio de tosca, mas commoda habitação, sem o recurso ao menos de um livro para me recreiar antes de dormir.

Abri uma janella. Era noite fechada. Ao lado direito da casa em que me achava projectava-se a sombra pesada do telhado de um rancho, onde alguns tropeiros grupados em torno do fogo conversavam e fumavam, depois de terem apinhado as cargas e solto os animaes no pastorejo para que aproveitassem algumas horas de liberdade.

Ao lado esquerdo enxergava-se o vulto de uma das pontes da estrada de Rezende, ponto que marca os limites entre este municipio e o da Barra Mansa, e na minha frente desdobrava-se a larga toalha do Parahyba, cujas aguas gemiam angustiosas, quebrando-se nas pontas dos rochedos que lhe embargam a passagem.

Este quadro meio esboçado nas trevas e este rumor eram tristes. Acceitei-os entretanto como unica distração”.

No segundo dia saldava a despesa allí feita e a tal proposito aproveita a occasião para assacar novas recriminações contra a consciencia dos estalajadeiros da roça.

Não fôra comtudo exagerado o que o de Cachoeirinha lhe cobrara.

A's 9 da manhã entrava em Rezende, nada mencionando do que pudera ver pela estrada onde com certeza se avistou com fazendas de notavel vulto. Como por exemplo a de Itatiaya, hoje arruinada, outróra pertencente ao Dr. Antonio da Rocha Fernandes de Leão. Não menciona Zaluar a esplendida casa-grande solarenga alcandorada sobre uma eminencia á entrada de Rezende, na fazenda pertencente ao Dr. Antonio de Paula Ramos. Acaso não existiria ainda?

CAPITULO VII

Rezende — Seu progresso relativo — Mediocridade de sua lavoura cafeeira — O Barão de Bella Vista e sua fazenda — Má impressão do curato do Espirito Santo

Descrevendo Rezende, que visitou em companhia de dois amigos, inexcivelmente gentis e serviçaes, deixou-se Augusto Emilio Zaluar trahir por um lapso de memoria, que provavelmente causou extranheza a estes dois cicerones cordiaes, se é que não os susceptibilisou até, e com toda a razão.

Citando-lhes os nomes, conta-nos que eram elles os Drs. Manoel Thomaz e Gustavo Pinto Pacca, dando assim a entender aos seus leitores que se tratava de irmãos, ou pelo menos de parentes.

E no emtanto chamava-se o primeiro, Dr. Manoel Thomaz Pinto Pacca, advogado, e o outro Dr. Gustavo Gomes Jardim, medico, ambos pessoas do mais merecido prestigio na sociedade rezendense.

Desagradavel *lapsus calami*.

Entrou o nosso itinerante na velha villa de Nossa Senhora da Conceição de Campo Alegre, pela rua chamada do Lavapés, comprida, irregular e accidentada, a cujo *grade* procurava a Camara Municipal melhorar.

Atravessou algumas outras ruas, montanhosas e mal calçadas, chegando finalmente á casa onde devia hospedar-se.

Em companhia dos dois amigos citados, passou todo o tempo da permanencia em Rezende, apreciando-lhes a amavel convivencia. Assim aos seus leitores significava o reconhecimento e a sympathy que lhe inspiraram.

Rezende, apesar de constituir um dos bons centros commerciaes da Provincia do Rio de Janeiro, era todavia dessas povoações de caracter monotono como quasi todas as antigas povoações do interior brasileiro.

As casas, pela maior parte, de gosto pesado, irregulares e velhas, haviam sido edificadas em ruas estreitas, ladeirentas

e tortuosas, que, depois das chuvas tornavam-se verdadeiramente intransitaveis. No entanto, consideravel população alli se aninhava. Admirava como tanta gente tão pouco rumor fizesse.

Alguns predios, porém, já de construcção moderna, se destacavam dos demais, causando o effeito das saias balões, impostas pela moda contemporanea, inventadas pela Imperatriz Eugenia, no meio de um grupo de vestidos escorridos e sem roda. Constituiam audazes tentativas da civilização reagindo contra a monotonia da rotina. Talvez ainda das ruinas daquelle feio casario velho se levantasse "outra cidade mais bella e vigorosa, aspirando mais livre á communhão do progresso."

A matriz, collocada em espaçoso largo, era vasto edificio, de regular e singela architettura exterior, muito para admirar-se, porque, interiormente se mostrava até mesmo sumptuosa. Não havia muitas igrejas na Provincia que lhe disputassem a primazia, tanto pela riqueza como pela propriedade de local.

Ainda não estava comtudo terminada, pois lhe faltavam, para o complemento, corredores e consistorios, coisa que, com pequeno auxilio dos cofres provinciaes, se conseguiria concluir. Tanto mais quanto fôra o edificio quasi exclusivamente construido á custa dos donativos do povo, assim como as igrejas do Rosario e do Senhor dos Passos, que tambem mereciam menção, posto não se comparassem á Matriz e ainda estivessem internamente inacabadas, se bem que nellas se celebrassem os actos do culto.

A Casa da Camara, em cuja parte inferior se installara a Cadeia Publica, era digna de admirar-se pela elegancia da construcção, não obstante se propalar que, além de lhe faltarem ainda alguns accessorios, apresentasse, em um ou outro ponto, signaes de ruina, pela pouca solidez da construcção. A Santa Casa da Misericordia era, sobretudo a que reclamava as providencias do governo.

Não tinha dimensões nem commodos que um estabelecimento de sua ordem exigia, sobretudo quando podia allegar os serviços que vinha continuamente prestando. O edificio novo, que se construia para hospital, quando já se achava coberto, iôra recentemente destruido por forte temporal, que o desmoronára até os alicerces.

Devia-se fazer notar que a Santa Casa de Rezende abrigava a mais de cem pessoas annualmente, não tendo, no entanto, para isto, rendimento sufficientes. Por vezes se vira obrigada a restringir a admissão dos enfermos, pois, com-

quanto pudesse dispôr dos juros de quarenta e duas apolices gcaes e provincias, além da quota de duas loterias annuaes, era esta verba diminuta, não chegando para as despesas forçadas da benemerita instituição.

A grande e larga ponte de madeira sobre o Parahyba, que em frente á cidade cortava o rio, era obra, tambem, quasi toda, dos particulares. Para ella concorrera o Thesouro Nacional com diminuta contribuição, apenas. Estava muito arruinada, precisando de promptos reparos.

A vista, desfructada desta ponte, apresentava-se das mais apreciaveis e pittorescas que offerecia o majestoso Parahyba, em suas caprichosas circumvoluções. No Alto dos Passos gozava-se de outra, não inferior a esta e bem capaz de inspirar um artista.

Descobria-se grande extensão do rio, “immensa toalha de prata, serpeando por entre o verde luxuriante dos campos e das montanhas”.

A’ outra margem do Parahyba divisava-se a collina deserta, onde se estabelecera a primitiva povoação e edificára-se o primeiro templo christão, coberto de sapé, quando ainda os indigenas povoavam aquelles fecundos e majestosos sertões.

Chamava-se a este logar Campo Alegre. Ao lado da igreja dos Passos existia ainda formosa arvore secular, velho e frondoso timburibá, a cuja sombra se abrigavam outrora as tribus dos Purys, a quem nosso viajante chamava Tupys.

Parecia agora “atalaia gigante e solitaria, velando, ao lado do cemiterio, o ultimo somno das gerações extinctas! Era uma arvore soberba, a cujo tronco em sua base não seriam bastantes seis homens para o abraçarem.

Rezende, além dos reparos de que precisava na maior parte das ruas, assim como mais regularidade artistica na construcção dos predios condições não só de aformoseamento como tambem de hygiene, reclamava urgentemente alguns outros melhoramentos, como, por exemplo, um chafariz publico, na praça da Constituição, ponto onde mais se fazia sentir a necessidade de agua potavel. Era licito esperar da zelosa municipalidade local que solicitasse do governo os meios para realisar esta obra, pertencente á classe daquellas que não se podiam sem inconvenientes adiar. Já aliás existia, desde muito, votada, consignação orçamentaria de dez contos de réis, para tal fim, além dos recursos de subscripção não pouco avultada.

Falando da producção de Rezende dizia Zaluar:

“O municipio de Rezende, sendo não dos mais ricos da provincia, é, pelo menos, aquelle em que as fortunas estão me-

lhor repartidas. Aqui não ha millionarios nem indigentes; ha remediados. Que magnificos elementos de prosperidade local, se seus habitantes fossem mais emprehendedores e aspirassem com mais animo ao empenho que avigora as povoações modernas!

A hora ha de soar, ainda que mais tarde, e a civilização sahirá da roça (sic) pelo triumpho da soberania industrial e pelo engrandecimento do commercio e da lavoura."

Realmente não havia no municipio grandes lavouras de um só proprietario, como em S. João do Principe, Pirahy e Barra Mansa.

As cinco freguezias produziam então 170.800 arrobas de accordo com a estatistica seguinte, devida a Ferreira Soares:

Nossa Senhora da Conceição	70.000
São José do Campo Bello.	30.000
Sant'Anna dos Tocos	10.800
Santo Antonio da Vargem Grande . .	20.000
São Vicente Ferrer	40.000

Um unico lavrador acima de dez mil arrobas havia então, o Barão do Pouso Alto com duas fazendas e 13.000 arrobas. Vinha depois o creso sanjoãomarcense Joaquim José de Souza Breves, em São Vicente Ferrer, com dez mil. Dos demais fazendeiros entre os mais importantes se contavam a Baroneza do Amparo (5.000), Commendador Fabiano Pereira Barreto, Francisco Ferreira Leal, Antonio Barbosa, (4.000) etc.

Falando de Rezende e suas diversas freguezias diz Sebastião Ferreira Soares que os seus lavradores maiores de café eram em 1860:

Em Nossa Senhora da Conceição	28
Em S. José do Campo Bello	14
Em Sant'Anna dos Tocos	6
Em Santo Antonio da Vargem Grande . .	14
Em S. Vicente Ferrer	14
Total	<hr/> 76

Além da arraia miuda, productora de nove mil arrobas. Refere o Almanack Laemmert para o mesmo anno numero muito mais elevado. Verdade é que não discrimina os cafeicultores. Congloba tudo sob a rubrica: fazendeiros de café e lavradores.

Em Nossa Senhora da Conceição	171
Em Campo Bello	98
Em Sant'Anna dos Tocos	57
Em Vargem Grande	52
Em S. Vicente Ferrer	107
Total	<hr/> 385

Surprehendeu-se Zaluar com a estagnação de Rezende quando justamente tinha magnifica situação topographica, sob o ponto de vista commercial:

“Tres arterias de magna importancia punham-na em communicação com as tres grandes provincias limitrophes: pela estrada do Presidente Pedreira, quasi concluida, da Barra Mansa ao Picú, faltando-lhe apenas algumas pontes, ficava em contacto com o grande centro da capital; pela da Bocaina com a provincia de Minas; e finalmente, pela do Ariró com a de S. Paulo, parte de cujo territorio atravessava. Para a conclusão desta ultima faltavam apenas oitocentas braças e algumas pontes a construir.

No emtanto permanecia Rezende quasi estacionaria no meio deste grande movimento! Apesar disto, merecia louvores a espontaneidade com que muitos de seus habitantes haviam concorrido para se realizarem os melhoramentos mais importantes de suas localidades. Ai do povo que esperasse da administração a satisfação de suas necessidades!

A tal proposito, expende o nosso itinerante uns tantos conceitos de philosophia sobremodo mediocre, concitando os rezendenses a não desanimarem em seu civismo vigilante:

“O nobre empenho daquelles que procuram elevar-se unicamente á custa de seus proprios esforços ainda não merecem entre os que tudo pódem, grande sympathia; é força, pois, redobrar de trabalho. As povoações são como os homens, umas mais mal aquinhoadas que as outras, o salario com que se lhes retribue é para umas abundante e prodigo, enquanto para outras é escasso, regateado, e não poucas vezes mesquinho e nullo!”

De Rezende voltou Zaluar á Barra Mansa de onde pretendia ir a Bananal municipio naquella época famoso em todo paiz, uma das capitaes do café, digno de emparelhar com Vasouras, Valença e Cantagallo.

Sahido de Barra Mansa e depois de pousar na fazenda, importante, do senhor Antonio Olyntho Nogueira de Castro, “cavalheiro muito distincto”, foi ter, no curato do Espirito

Santo, á do Commendador de Christo e da Rosa, José de Aguiar Toledo (1823-1898), em 1854, Barão de Bella Vista.

Era este titular um dos mais importantes vultos da lavoura e politica bananalenses. Chefe do partido conservador e commandante superior da Guarda Nacional do municipio, grande influencia eleitoral, esta circumstancia lhe valeria ser eleito deputado pelo segundo districto de S. Paulo á 11^a legislatura (1861-1864).

Era o Barão fazendeiro na provincia do Rio e na de São Paulo.

Na sua propriedade do Curato do Espirito Santo não colhia grandes safras, apenas 4.000 arrobas em 1861, diz-nos Ferreira Soares. O grosso de suas lavouras estava em territorio paulista.

Impressionou-se Zaluar; e mal, com o aspecto do curato, povoação de aspecto tristonho e com ares de abandono. Aspecto que começava a revelar-se pela ponte sobre o rio Bananal "rota desmontada e em ruina como os cofres da administração provincial fluminense."

Da fazenda da Bella Vista e do seu proprietario, teve o itinerante optima impressão, tratado a vela de libra, como se viu, pelo grande fazendeiro, e grande melomano ao que parece:

"A fazenda da Bella Vista, situada em lugar ameno, está coroada por pequena, mas elegante casa de morada. No alto do declive suave, pintada de cor de rosa e adornada de dois pequenos jardins na frente, faz lembrar essas villas da Italia que os pampanos ensombram e engrinaldam as hastes trepadeiras da madresilva e dos jasmineiros. O interior desta casa corresponde perfeitamente ao seu poetico exterior.

O Sr. Barão de Bella Vista é moço, intelligente, rico e viajou a Europa; que mais é preciso saber para fazer-se um juizo da amabilidade do seu trato e do agradável conforto de sua convivencia? Ahi me demorei alguns dias, que voaram rapidos entre a conversação deleitosa, os passeios campestres, e os sons harmoniosos dum piano tocado pelo distincto pianista o Sr. Theodoro Reink."

CAPITULO VIII

Impressões de Zaluar sobre Campinas — Prodigioso incremento da cultura cafeeira na região campineira — O aneio pela construcção de uma ferrovia — Os precursores da cafeicultura no municipio — Indices de civilisação e de cultura — Singular equivoco

Em 1860 ainda não havia oitenta annos que a cerca de dezoito leguas ao noroeste de São Paulo, existia um lugar onde os tropeiros, vindos de Santos, em direcção a Goyaz e Cuyabá, tinham construido ranchos e descansavam as tropas para depois seguirem atravez de invios sertões, suas muitas vezes perigosas jornadas, narrava Emilio Zaluar aos leitores de sua *Peregrinação pela Provincia de S. Paulo*.

As florestas primitivas cobriam, em todas as direcções um solo realmente privilegiado. "As caravanas dos desertos da America não arvoravam como as da Arabia, as tendas no meio do areaes e sim á sombra dos jequitibás, das perobeiras e das figueiras bravas".

"A pureza do ar e o perfume das flores silvestres faziam do lugar verdadeiro oasis".

Talvez pela mente de algum tropeiro desconhecido houvesse perpassado, algum dia, a idéa de que este lugar remoto seria, em pouco mais de meio seculo, verdadeiro emporio de riqueza e civilisação.

Certo porém era que dos ranchos agglomerados nascera dentro em breve um arraial e do arraial creara-se uma villa, convertera-se esta em cidade agora uma das primeiras da Provincia de S. Paulo, e cabeça de um municipio que, em producção agricola, e importancia das fortunas locais só encontrava rival no de Bananal. Tudo isto graças ao café.

Contaram ao nosso viajante que certo Pedroso, perseguido pelo recrutamento, fugira de Itú, donde era natural, para se refugiar no meio das mattas virgens que então cobriam aquelle territorio. Ficara tão surpreso a lhe reconhecer a fer-

tilidade e a suavidade do clima, que regressando á villa natal, onde fôra pouco depois preso, narrara a todos, os prodigios daquelle torrão abençoado.

Isto de tal modo influira no animo dos ituanos que não só elles como gente de Cutia, Parnahyba, Mogymirim e Jundiah, já então villas antigas, haviam affluído a povoar os gabados sertões. Fôra a povoação erecta em villa sob o nome de S. Carlos em 1797. No logar onde depois se ergueria a cidade havia então pequeno campo de pastagens, de grande auxilio para o pouso das tropas, a que davam o nome de Campinho, toponymio que depois, provavelmente, se mudara para Campinas, mais poetico e em analogia com a perspectiva pittoresca do terreno.

Os primeiros povoadores do logar entregaram-se logo ao cultivo da canna. Desses primeiros povoadores vindos de tão diversos pontos da capitania alguns delles já relacionados entre si pelo parentesco e a amizade descendiam as grandes familias em cujas mãos estavam agora as mais importantes fortunas e provavelmente os destinos de tão rico municipio.

Por toda a parte as povoações modernas, animadas pelo espirito de progresso e vitalidade das forças juvenis reproduziam constantemente o mesmo factio; enfraqueciam ou annullavam os nucleos antigos. E não se pensasse que tal phenomeno se manifestava sómente no desenvolvimento material das povoações; pelo contrario tornava-se bem patente na elevação das idéas e na aspiração ao aperfeiçoamento moral e social.

Se outros pontos não houvessem fornecido ao nosso observador exemplos irrecusaveis de tal verdade, allí estava o municipio de Campinas para fazer baquear a ultima de suas duvidas.

O progresso geral campineiro accelerava-se com notavel rapidez.

Sobretudo nos ultimos vinte annos, depois que começara a ser ensaiada e a produzir a cultura do café. Até então as culturas locais eram as da canna e dos cereaes. Aquelle fertilissimo torrão da provincia de S. Paulo excedera em producção não só a quasi todos os municipios paulistas como ainda a grande numero de outros da provincia do Rio de Janeiro. Seria tal resultado devido simplesmente ás condições do solo uberrimo ao emprego de mais apropriados methodos agricolas, ou tambem, e muito particularmente, ao espirito esclarecido, á iniciativa prompta, ao impulso generoso e livres dos campineiros?

Parecia-lhe que da alliança destas circumstancias todas resultara o facto que pretendia assignalar.

Distante dezoito leguas da capital da provincia, quasi trinta do porto de Santo, perto de cento e trinta da capital do Imperio, os habitantes de Campinas não podiam ainda gozar, com facilidade, de todas as vantagens que a civilisação das grandes cidades proporcionava. Em compensação sobravam-lhes os desejos e os meios de em breve conseguirem taes regalias.

Os mais antigos substituiam, pela experiencia sensata, a illustração que lhes negara a rudeza dos tempos de antanho.

Prezavam a educação não poupando sacrificios para instruirem os filhos. Estes agora constituíam uma das mais brilhantes phalanges da mocidade brasileira! Como prova de tal ahi estavam a independencia das idéas politicas dos Campineiros; o empenho com que formavam associações literarias e concorriam ás discussões nestas travadas; o impulso de seus melhoramentos materiaes; a avidez com que ensaiavam os diversos processos de cultura do solo recorrendo ás machinas para o aperfeiçoamento da producção agricola.

Um povo animado por tão brilhantes e uteis instinctos tinha, ou não, o direito de figurar, desde logo, como um dos nucleos mais esperançosos, não só da provincia como do paiz? No emtanto todas estas esperanças lisongeiras podiam ser destruidas. Os elementos de grandeza que prometiam tão risosinho porvir, aos campineiros dependiam de um auxilio que se lhes fosse negado, faria estacionar o seu desenvolvimento de sua zona e até comprometter-lhe o futuro.

Este auxilio era o da estrada de ferro.

A via ferrea de Santos a Campinas apenas realisada, abria como por encanto, novos e fecundos mananciaes de riqueza publica e seria, sem duvida alguma a unica garantia de futuro offerecido aos lavradores do oeste de S. Paulo. A falta de vias de communicação e por consequencia de difficuldade e carestia dos transportes, sobrecarregava de onus tão pesados as povoações desta parte da provincia que não havia interesse capaz de resistir, sem abalo, a tal taxação exaggerada e constante.

A grande lavoura cafeeira deixava enormes proventos expressos pelos saldos de exportação.

Em presença dos dados estatisticos ministrados por pessoas circumspectas e collidos de documentos authenticos, a producção do municipio elevava-se a 3.000:000\$000 emquanto sua importação apenas chegava a 1.200:000\$000, convinha

advertir-se que, pelo menos, uma terça parte das fazendas e ferragens importadas eram de novo reimportadas pelos municípios circumvizinhos. A receita por consequencia excedia, em mais do dobro, a despesa.

Para Campinas a questão do transporte facil era absolutamente vital.

Qual seria portanto sua importancia se tivesse communições faceis com o grande mercado da Côrte! Era necessario antes de tudo observar-se que ainda estavam os terrenos produzindo com toda a sua vitalidade. O emprego dos processos rotineiros e a crescente e assustadora escassez de braços faria com que todos estes elementos de prosperidade tendessem a estacionar.

Assim cahiria o esperançoso municipio no estado de decadencia em que já se achavam muitos outros se por ventura se não realisasse com brevidade a construcção dessa via ferrea, vehiculo de approximação entre o productor e o consumidor, garantia segura dos seus reciprocos interesses.

A cultura do café, a principal do municipio, datava apenas de trinta annos, mas havia apenas vinte que tomara o maior incremento. Existiam em Campinas cento e oitenta e nove fazendas que se empregavam nesta cultura e avaliava-se termo medio, a sua exportação acima de setecentas mil arrobas.

Além do café, a fabricaçào do assucar e da aguardente continuavam ainda a ser exploradas com grande vantagem.

As vinte fazendas de canna e seus respectivos engenhos produziam annualmente sessenta mil arrobas de assucar. Não só serviam para o consumo local como se vendiam para outros municipios, e ainda para Minas. O mesmo se dava com os generos alimenticios colhidos em grande abundancia não só pelos pequenos como pelos grandes proprietarios.

O introductor da cultura cafeeira, em Campinas fôra o fazendeiro Francisco Egydio de Souza Aranha, fallecido havia pouco, e tronco de uma das mais importantes familias do logar. A sua iniciativa aliás compartilhada por seu irmão Padre Aranha, fôra aliás recebida por quasi todos vizinhos com desconfiança e incredulidade.

O incansavel lavrador, londe de desanimar neste empenho aconselhara a muitos fazendeiros que tentassem, ensaios desta nova industria agricola. Com tamanho ardor advogou a causa do café que a familia Souza Aranha adoptando a idéa fôra das primeiras a colher esperançosos resultados, não só pela adopção de methodos mais aperfeiçoados, como pela proprie-

Jardé das terras, que até então se julgavam apenas proprias aos cannaviaes quando a sua natureza era pelo contrario a mais apropriada ao café. Fallecendo deixara opulenta casa á viuva D. Maria Luiza de Souza Aranha, agraciada com o titulo de Baroneza de Campinas e com o de Viscondessa do mesmo nome em 1879, exactamente na época de seu fallecimento. Deste casal ficaram seis filhos e cinco filhas, todos largamente afazendados.

Daquella época datava evidentemente todo o progresso do municipio. Esta transformação da lavoura abrira novas fontes de inesperada riqueza á actividade dos lavradores. Todos, ou quasi todos, que dispunham de terras convenientes, entregaram-se ao desenvolvimento dos cafezaes que continuavam a produzir e produziriam, ainda longamente, os mais vantajosos resultados.

O reflexo dos proventos do café evidenciava-se no volume das transações da praça de Campinas.

Importante o commercio comprovado pelos documentos officiaes da Camara Municipal. Havia na cidade sessenta e quatro lojas de fazendas e ferragens, vinte armazens de generos de fóra, e cento e dez tavernas pagando impostos municipaes.

Além destas casas contavam-se tres fabricas de licores, duas de cerveja, uma de velas de cera, uma de chapéos, tres hoteis, dois bilhares, diversas lojas de alfaiates, sapateiros, lanteiros, caldeireiros, torneiros, marceneiros, selleiros, armadores, quatro padarias, uma fabrica de charutos, tres relojoeiros, tres ourives, tres retratistas em daguerreotypo e um a oleo, tres pintores habéis e uma typographia, a do *Conservador*, folha dedicada aos interesses do partido do seu nome.

Além das casas commerciaes existiam tres escriptorios commissarios de importação em larga escala.

O commercio era pois activo e florescente, porque ali se achava o entreposto de Goyaz, Uberaba, Franca e outras povoações do interior com a Côrte. Asseguraram porém a Zalar que já fora muito mais importante e activo. Assim mesmo ainda entravam em Campinas todos os annos, da Franca, quatrocentos a seiscentos carros trazendo toucinho, algodão, queijos e feijão permutaveis por ferragens e sal em grande quantidade.

A casa da Camara e a cadeia locais, reunidas em mesmo edificio, apesar de edificadas com segurança, eram acanhadas, para o logar, e construidas com mau gosto e sem condições convenientes a seu duplo destino.

No entanto á falta de edificio apropriado bem substitua a dedicação e actividade dos edis. Não se poupavam esforços e fadigas para proporcionar á cidade todos os melhoramentos materiaes de que carecia não só quanto ao calçamento das ruas e embelezamento das praças, como a edificação de um mercado, em que se trabalhava com empenho, e esperava-se concluir muito brevemente.

Os rendimentos da Camara Municipal montavam a dezenas de contos de réis annuaes. Havia quatro igrejas em Campinas, as do Rosario, Santa Cruz, Matriz Velha e Matriz Nova. As tres primeiras nada tinham de notavel. A Matriz Nova, porém, segundo as proporções com que estava sendo edificada, e as sommas fabulosas já nella gastas, promettia ser dos primeiros ou talvez o primeiro templo não só do sul como da provincia toda. Reflectia a opulencia da capital cafeeira do oeste paulista.

O plano da sua construcção fôra confiado ao habil artista bahiano Victoriano dos Anjos, que fizera da capella-mór, quasi terminada, no que dizia respeito á obra de talha, verdadeiro sonho de artista! Arroubadamente punha o viajante ao architecto nos "galarins" da peregrina fama.

Surprehendia ver o trabalho concluido por este homem em pouco mais de seis annos! Mas o Brasil ainda não era campo favoravel á Arte. Ninguem devia admirar-se do que succedia em povoação afastada do interior, quando alguns artistas valorosos não se encontravam mais felizes nas grandes capitais.

Na cidade havia dois cemiterios publicos, um catholico e outro protestante, varias confrarias religiosas e seis sacerdotes.

Tratava-se de construir uma casa de misericórdia, para cujo fim existia já irmandade com um patrimonio de mais de trinta contos de réis.

O theatro de Campinas, melhor que o de S. Paulo honrava ao bom gosto e á riqueza da população. Era pena não existir ali uma companhia dramatica permanente, util distracção para os habitantes, e ponto de reunião agradavel para a noite, quasi sempre tão aborrecida para quem vivia em centros retirados.

O clima de Campinas era dos mais amenos e salutaes. Grande parte das estradas e caminhos vicinaes pareciam longas aléas de jardins rescendentes de vivissimos perfumes e adornados do matiz de mil e variadas flores.

Visitou Zaluar algumas fazendas, e por toda a parte viu alliados o esplendor da natureza, a seiva e robustez da vegeta-

ção e o caracter franco, sincero e liberal dos Campineiros. Se ainda não se haviam edificado moradas de luxo nem appareciam ostentosas riquezas nas habitações campestres, nestas se encontravam a hospitalidade cordial, a franqueza sem pretensões e o agradavel conforto da intimidade captivante que tanto penhorava quem visitava os lares pacificos de um povo, digno do risonho futuro que, sem duvida alguma, lhe reservava a Providencia.

Entre os homens cujo caracter poude Zaluar apreciar mais de perto estava o Commendador Joaquim Egydio de Souza Aranha, futuro Barão (1872) Visconde (1879), Conde (1880) e Marquez de Tres Rios (1821-1893), um dos maiores lavradores de café da Provincia e mais tarde dos seus maiores capitalistas, como herdeiro de seu sogro o opulento Barão de Itapetininga.

Se em Campinas se admitisse a idéa da sujeição a qualquer influencia e tal cavalheiro não fosse o primeiro a alimentar a plena independencia de seus concidadãos, seria elle a verdadeira potencia politica do lugar.

Tronco de uma das familias mais poderosas do municipio ligado pelos laços da amizade aos homens mais importantes da Provincia, dotado de affabilidade sympathica que tanto predominio exercia sobre todos que o conheciam, poderia sem custo exercer uma dictadura que a integridade, o caracter, a pureza das convicções e o bom senso escrupulosamente rejeitavam.

Ao lado deste, outros caracteres não menos nobres, quer de uma quer de outra parcialidade politica mereciam a estima e geral conceito não só dos concidadãos como dos extranhos que tinham a oportunidade de os conhecer.

Entre elles o futuro (em 1862) Barão de Atibaia Joaquim Antonio de Arruda, dono de uma das mais importantes agricolas do municipio. Além do café colhido em grande escala, cultivava o trigo, que produzia com o mais animador e lisongeiro dos resultados.

Visitou Zaluar tambem a fazenda S. Francisco — pertencente ao Commendador Pedro Egydio de Souza Aranha, irmão do Marquez de Tres Rios, pittorescamente collocada á margem do rio Atibaia e tão agradavel pela posição topographica quanto productiva.

Ali existiam as mais bonitas lavouras que imaginar se podia. Visinha lhe ficava a fazenda do Tenente Coronel José Egydio de Souza Aranha, irmão igualmente do futuro Marquez, montada com excellente serraria, graças á qual o dono

tirava das soberbas mattas que possuia excellentes lucros. Como estes Souza Aranha existiam no municipio grande numero de fazendeiros. Não só constituíam as maiores fortunas do logar como promettiam, com o progresso que iam desenvolvendo, accrescentar em breve o patrimonio da Provincia de São Paulo.

A riqueza cafeeira provocara notavel melhoria das condições culturaes.

A instrucção publica assumira desenvolvimento não menos satisfactorio que a lavoura. Existiam em Campinas duas escolas publicas de primeiras letras, uma secundaria, e cinco particulares de instrucção primaria, uma de meninas, e dois collegios de instrucção secundaria, um de cada sexo; representando um total dos alumnos de todas estas aulas, do sexo masculino duzentos e quarenta, e do feminino cento e vinte.

Além destas casas de ensino a maior parte dos fazendeiros pagava professores para a educação dos filhos e bom numero de jovens campineiros frequentava em S. Paulo as aulas da Faculdade de Direito. No municipio viviam desesseis bachareis em direito, dos quaes apenas seis não eram filhos do logar.

Era tal a vontade que Campinas tinha de instruir-se que já se achavam fundadas na cidade duas associações scientificas — o Recreio Literario de Leitura Campineira, e o Gabinete de Leitura. Vinham ambos prestando grandes serviços, contando em suas estantes muitas obras de valor.

Estas duas associações haviam sido creadas e eram quasi exclusivamente sustentadas pelos moços de Campinas.

“Honra portanto áquella mocidade que desejava instruir-se e preferia o commercio dos livros ás frivolas distracções que em tantos logares inutilizavam a juventude brasileira!

A população do municipio, que abrangia sete leguas de largura e oito de extensão, era de 24.000 habitantes, dos quaes mais de metade de escravos, empregados na monocultura do café.

De Campinas irradiavam muitas estradas importantes, que a punham em contacto com os centros mais populosos e as povoações de São Paulo e das provincias limítrophes. Eram geralmente mais transitadas estas vias de communicação do que as da maior parte da provincia do Rio de Janeiro. Isto se devia não ao zelo da administração provincial, que pouco se importava com semelhante coisa, affirmava o viajante acremmente, mas as condições e, sem duvida, á solidez do terreno e menor trafego de tropas.

Era o delicioso torrão da provincia de São Paulo fertil em grande copia de arvores frutiferas, não só indigenas como extranhas. Estes pomares todos os annos offereciam aos seus possuidores e visitantes agradaveis passeios que se chamavam ali a "ida ás fructas". As familias viajavam então em romaria de umas para outras fazendas, e distrahiam-se com tão salutar pratica, enquanto os homens se entregavam aos exercicios da caça e da pesca.

Nunca em suas viagens pelo Brasil encontrara o jornalista portuguez zonas como ali, além das fructas silvestres produzindo em grande abundancia, como os abacates (?), as deliciosas jaboticabas e muitas outras, os figos, as uvas e morangos, com o mesmo sabor e perfume que os da Europa". Na cidade paulista, felizmente, as lutas politicas não separavam os individuos e fossem qual fossem as parcialidades davam-se todos os campineiros, visitavam-se, conviviam e formavam por assim dizer uma só familia.

Era este um dos titulos que mais recommendavam o character do adeantado povo. O theatro da peleja era junto á urna eleitoral. Fóra dali todo o campo era de treguas, e os mais encarniçados adversarios abraçavam-se com fraternidade cordial antes e depois do combate.

No entanto os campineiros, respeitadores das leis e das instituições do paiz amavam com enthusiasmo a liberdade e podia dizer-se afoutamente que aquelle ponto da provincia constituia um dos mais seguros baluartes do partido progressista.

Pouco depois de haver expellido taes considerações incidia o nosso viajante no mais palmar dos equivocos, ao inculcar aos seus leitores que a refrega chamada da Venda Grande episodio da revolução liberal de 1842 fora mero caso de politica local, grave conflicto de partidarios, todos habitantes da cidades (sic!!)

Declara Zaluar haver vivido dois mezes entre os campineiro, sempre por elles tratado com cordialidade e franqueza. Deram-lhe, constantemente, as provas de um apreço que bem poderia lisongear-lhe o amor proprio, não fosse mais poderoso o desejo que tinha de lhes testemunhar o sentimento de gratidão.

Recebia, pois, tal confissão publica como garantia da esperança que nutria em sua prosperidade. E dos votos emittidos para a administração provincial, estudando com criterio os interesses vitaes dos municipios do sul envidava todos os esforços afim de que a linha ferrea projectada até Jundiahy

se prolongasse por mais algumas leguas, incentivando a lavoura, a industria e o commercio daquelle novo e fertil torrão da provincia de S. Paulo, e dos centros com que se communicava. Sem este efficaz auxilio teriam apenas lento e demorado desenvolvimento.

No trajecto de S. Paulo a Campinas a unica povoação existente era a villa de Jundiahy. As duas vezes que por alli passou Zaluar, fel-o com tanta rapidez, declara, que não teve tempo de observa-la minuciosamente; nem de obter as informações necessarias para um trabalho mais desenvolvido. No emtanto podia affirmar que “o seu aspecto geral era circumscripto, triste e sem edificios ou predios importantes.”

Logo ao sahir da povoação encontrava-se o pouso do Sr. Pinto, o popular *Barão da Ponte*, barão por aclamação dos povos, famoso outrora, estalajadeiro portuguez gaiatão, conhecido dos viajantes.

O seu albergue era celebre pela jovialidade do dono e o agasalho ás pessoas que alli pernoitavam ou descansavam. “Deus o cocnserve!” exclama Zaluar como que enternecido.

Quem não viajara ainda pelos logares retirados do interior brasileiro não concebia o que queria dizer um — bom pouso!

Depois de dez ou doze leguas de jornada, aturando os caprichos da cavalgadura refractaria ao impulso da locomoção, coberto de suor e de poeira, extenuado de cansaço, sentindo dor em cada articulação, e no estomago impertinente vacuo, achar-se como por encanto sentado a uma boa mesa, namorando com a vista, uma cama de lençoes bem alvos, era felicidade suprema que o habitante das grandes cidades, o homem que vivia sem viajar, desconhecia inteiramente e por consequencia não podia apreciar.

E além de tudo, nada mais raro do que se encontrar para esses lados de São Paulo pouso semelhante ao do sempre jovial Barão da Ponte, barão pela graça de Deus e unanime aclamação dos povos, como elle proprio declarava ao explicar a origem do seu agraciamento.

Imaginasse, portanto, o leitor, em lugar de tal abrigo confortavel, uma permanencia em mesquinha arribana, refugio de todos os insectos, para os quaes os sabios ainda não haviam encontrado explicação na Natureza; concebesse a circumstancia do pobre viandante ser obrigado a contentar o appetite com os dois invariaveis regalos do feijão mal cozido e do lombo mal frito, isto em presenca de uma cama de correias de couro entrançadas, suja, velha, sebenta, com os lençoes da

côr da colcha, sob um tecto sem forro e á luz de fumarenta candeia. Só assim poderia comprehender o que era um — bom pouso, como o do gaiato estalajadeiro.

Tornara-se preciso passar por certas sensações para saber dar-lhe o valor; era por isso que nunca se esqueceria da pousada do Sr. Pinto.

De Campinas foi Zaluar visitar a colonia do Ibicaba, fundada pelo Senador Vergueiro, passando pela fazenda do Morro Azul, do rico lavrador Silverio Rodrigues Jordão.

A colonia Vergueiro merecia especial estudo que o nosso viajante pretendia escrever opportunamente, tratando, em geral, da colonização alli estabelecida, algumas das quaes tantos serviços já tinham prestado á lavoura.

Do grandioso estabelecimento do Ibiccaba sahiu satisfeito com o espectaculo da actividade, asseio, ordem e contentamento reinante entre seus moradores.

ANNEXO

Documentos ineditos sobre Francisco de Mello Palheta. O Regimento da Expedição ao Madeira. A patente passada a Palheta de Capitão-Tenente de Guarda Costa. Documento relativo á morte de Palheta.

Nome esquecido durante largo lapso, a ponto de viver na maior obscuridade em relação a valia da projecção historica de quem o trazia, passaram os appellidos de Francisco de Mello Palheta a ter notavel relevo pelas vizinhanças de 1927 quando se tratou de celebrar a passagem do segundo centenario da introdução do cafeeiro no Brasil.

De Palheta largamente tratámos no tomo primeiro desta obra calcado nos dez pesquisas de Capistrano de Abreu, Basilio de Magalhães e Theodoro Braga.

O grande titulo de benemerencia de Palheta é de haver sido o introductor do cafeeiro no Brasil, foi-lhe contestado varias vezes até ha bem pouco, mas depois dos doutos trabalhos de Rodolpho Garcia, Basilio de Magalhães e Theodoro Braga pensamos que ninguem lhe poderá negar a prioridade de tão alto serviço prestado ao Brasil.

O que ainda não se esclareceu foi a naturalidade de Palheta. Terá sido brasileiro ou portuguez? Não nos convençem os argumentos até agora adduzidos e tendentes a provar que haja nascido no Pará.

A extraordinaria gentileza de Arthur Cesar Ferreira Reis ficamos devedores da dadiva de diversos documentos ineditos, por elle descobertos no riquissimo archivo de Belém.

Acha-se o joven e distinctissimo autor da bella *Historia do Amazonas* em viagem de estudos no Pará e com o maior servicalismo se apressou em communicar-nos os seus valiosos achados, documentos que lhe cahiram sob os olhos no decorrer de aturadas e conscienciosas pesquisas.

Dellas resultarão, estamos certos, novos volumes do tomo do seu magnifico antecessor, essa *Historia do Amazonas* a que nos referimos, tão erudita, intelligente e attrahentemente apresentada, com notavel destaque na massa dessas numerosas e indigestas memorias do mesmo genero que em geral, salvo quanto a algumas e honrosas excepções, pretendem compendiar os fastos de nossas circumscrições administrativas.

Descobriu Ferreira Reis diversos documentos novos sobre personagens da bandeira de Palheta, e entre elles o regi-

mento da expedição que, supponho, jamais haja sido publicado.

Regimento de hua patente de Francisco de Mello Palheta do Posto de Sargento Mór e cabo de Tropa de Guerra que Vae ao Rio da Madeira.

João da Maya da Gama etc. Faço saber aos que esta minha carta Patente virem que tendo em vista aos merecimentos requeridos e mais papeis que o concorrem na pessoa de Francisco de Mello Palheta por haver servido a S. Magestade a quem Deus guarde na Capitania por espaço de dezanove annos pouco mais ou menos o que melhor constará de suas fés de officios em praça de soldado pago, cabo de esquadra sargento supra e de numero e Alferes de Infantaria e no posto de Tenente de guarda costa no decurso do qual tempo se achou em varias occasiões de guerra, como foi na que se deu ao Gentio Maraguás, e haver acompanhado ao sargento mór Antonio de Miranda de Noronha levando as missões do Districto de Castella o padre Samuel Fella (sic) da Companhia de Jesus no anno de 1694, em cuja viagem gastou dois mezes de hida, e volta, tendo seus encontros com o gentio de guerra, e sendo Cap. da Casa Forte fronteira de Joannes João Soares de Avellar adocendo o dito Francisco de Mello Palheta mandado como Capitão mór desta praça assistir na dita casa forte substituindo o lugar do dito Capitão onde esteve oito mezes por se conhecer a sua bôa disposição e hindo algumas vezes ao certão com grande utilidade por se haver de tal sorte com os gentios de algumas nações que os reduzia ao Gremio da Igreja fazendo-os baptisar e a seus filhos havendo-se com todos com muita amizade e boas praticas e sendo sargento de numero foi levar a infantaria e munição e mais pretextos para a Fortaleza de Macapá e depois de haver tudo entregue e estando já para voltar, cahiu hua cortina da dita Fortaleza a que assistio com a gente que levava da canôa e com o seu zelo se edificou com toda a brevidade em cujo tempo chegando dous Religiosos Missionarios e pedindo ao cabo os mandasse levar a Aldeya dos Tucujús ametellos de posse porque os Indios dessa se tinham conjurado contra elles. E, vendo o Cabo da dita Fortaleza não ser justo tirar a infantaria della, se valeu do sobredito Francisco de Mello Palheta que foi meter de posse aos ditos missionarios, praticando os Principaes da dita Aldeya de sorte que logo os Religiosos Missionarios administravão os Sacramentos fazendo un grande serviço na

dita diligencia, e sendo Tenente da Guarda Costa foi no anno de mil setecentos e sette a corrêl-a em que gastou alguns mezes e havendo na dita viagem com bom procedimento applicando-se a amansar gentio da Nação Aruans que tinham mettido nas brenhas do matto, que remeteu para esta capitania e passando no anno de mil setecentos e nove ao Posto de Capitão de Infantaria da Tropa de Guerra que foi ao Certão dos Cambebas e occupou até trinta de Abril de mil setecentos e dez, que deu baxa por se acabar a dita Guerra. E tornando a clarar praça de soldado em trinta de Mayo de mil setecentos e dezenove, vem continuando até o presente, havendo-se com todas as occasiões referidas com muito exemplar e honroso procedimento, obrando com todas as disposições com muito zêlo, cuidado e verdade como fiel vassallo. E por esperar d'elle, que d'aqui em diante se houvera sempre do mesmo modo conforme a confiança que faço de sua pessoa. Hay por bem de nomear, como por esta o nomeyo no Posto de Sargento-mór, e cabo da Tropa de Guerra que mando ao Rio da Madeira, que servirá em que ella durar e eu o houver por bem, e S. Magestade que Deos Guarde não. mandar o contrario, e haverá o soldo de oitenta mil réis, por anno em que ella durar na mesma forma que levou Joseph Antunes da Affonseca, sargento-mór que foi da Tropa de Guerra do Rio Napo e gozará de todas as honras, privilegios, liberdades, izenções, e franquezas que em razão do dito posto lhe pertencerem.

Pelo que mando ao capitão-mór desta Capitania lhe dê posse e juramento na forma do estillo e ao provedor da fazenda lhe mande sentar praça com o soldo referido. E outros sim a seus officiaes menores, soldados e pessoas que forem na dita tropa lhe obedeção, cumprão e guardem e suas ordens de palavra e por escripto como são obrigados, e por firmeza de tudo lhe mandey passar a presente e por mim firmada e sellada com o sinette de minhas armas que se registrará aonde tocar. Dada nesta cidade de Belem do Pará aos dezenove de Outubro do Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo *de mil setecentos e vinte e dous*. Joaquim Duarte Cardoso, Secretario de Estado, João da Maya da Gama.

Nota: Esse registro está lançado a fls. 40, 41 v. do 1.º Livro de Registro de Sesmarias archivado na Bibliotheca e Archivo Publico do Pará.

No dia immediato foi expedida carta patente a Manoel Freire, ajudante da tropa a que commandava Palheta.

Era official cheio de serviço como consta de sua fé de officio.

Foram na mesma época nomeados alferes o capellão e almoxarife da tropa de Palheta João de Torres Carvalho e Padre Manoel Marques e Lourenço Francisco de Mello.

Doze de Setembro de 1723 e a data do regresso de Palheta do Madeira. Documento importante é o que agora vamos adduzir; traz pormenores novos sobre as actividades do introductor do cafeeiro no Brasil, num periodo obscuro, até agora da sua existencia.

LIVRO II — REGISTRO DE SESMARIAS
FLS. 47 v, 48 v, 49.

*Patente de Francisco Mello Palheta do posto de Capitão
Tenente de Guarda Costa*

João da Maya Gama, etc. Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo em vista aos merecimentos, requisitos e mais partes que concorrem na pessoa de Francisco de Mello Palheta por haver servido a S. Magestade que Deus guarde nesta Capitania mais de vinte annos, e que melhor constará de sua fé de officio, em praça de soldado pago, cabo de esquadra, sargentos-supra, e de numero, Alferes de Infantaria e Tenente de Guarda Costa achando-se em varias occasiões de guerra, como foi na que se deu ao Gentio Maraguá e haver acompanhado ao sargento mór Antonio de Miranda e Noronha levando ás missões do districto de Castella o Padre Samuel Tellia (?) da Companhia de Jesus no anno de mil seiscentos e noventa e quatro, em cuja viagem gastou dez mezes de ida e volta, tendo seus encontros com os gentios de Guerra, e sendo Capitão da Casa Forte de Joannes João Soares Avellar adoecendo foi por ordem do Cap. Mór desta praça assistir na dita Casa Forte substituindo o dito logar por tempo de oito mezes, conhecendo-se a sua boa disposição e sendo sargento de numero, foi levar a infantaria e munição para a Fortaleza de Macapá, e depois de haver tudo entregue, estando para voltar, cahiu hua cortina da dita Fortaleza, a que assistiu com a gente que levava na canôa, e com o seu zelo se reedificou com toda a brevidade, em cujo tempo chegando dois Religiosos Missionarios pedindo ao cabo os mandasse levar á aldeya de Tucujús a melhor posse, porquanto os Indios della se tinham conjurado contra elles se valleo o cabo da Fortaleza do dito Francisco de Mello Palheta, o qual

foi mettello de posse praticando os principaes da dita Aldeya, de sorte que logo os ditos Missionarios adeministravão os sacramentos, e sendo Tenente de Guarda Costa no anno de mil seiscentos e sete (ha vizivel engano nesta data: é 1707) a correla em que gastou alguns mezes prisionando a muito gentio da Nação Aruans, que se haviam metido nas bre-nhas do matto, que remeteo para esta cidade e passando no anno de setecentos e nove ao posto de Capitão de Infantaria de Tropa de Guerra quando foi ao certão dos Cambebas e occupou athé trinta de Abril de mil setecentos e dez, que deu baixa por se acabar a dita guerra e tomando a aclarar praça de soldado continuou-lhe Outubro de setecentos e vinte dous que passou ao posto de sargento mór e cabo da Tropa que foi ao Rio da Madeira, em o qual procedeu com valor, zelo e actividade, seguindo viagem pelo rio acima com muito trabalho e risco de sua vida tendo nella dois naufragios em que perdeu o que levava e chegou ás terras das Indias de Hespanha a hua povoação de Indios chamada Santa Cruz de Cajú ava, catorzês páos ao Sul, havendo-se em todas as occasiões como fiel e leal vassalo e por esperar delle que de aqui em diante se haja com o mesmo cuidado conforme a confiança que faço de sua pessoa. Hey por bem de onomeyar como por esta nomeyo no posto de Capitão Tenente de Guarda Costa, que vagou por fallecimento de Antonio Lameira de Franco, o qual servirá com a graduação dos postos que tem occupado de sargento mór, emquanto eu o houver por bem e sua Magestade que Deus guarde não mandar o contrario e com elle haverá o soldo, que levarão seus antecessores com o posto de Capitão Tenente de Guarda Costa e gozará de todas as honras privilegios, liberdades, izenções e franquezas que em razão do dito campo lhe pertencem. Pello que mando ao Capitão mór desta praça ou que suas vezes fizer que lhe dê posse e juramento ao Capitão mór na fórmula do estillo e ao Procurador da Fazenda Real lhe mande sentar sua praça. E outro sy a todos os officiaes e soldados, que o acompanharam nas occasiões de correr a costa lhe obedeção, cumprão e guardem suas ordens de palavra e por escripto como devem e são obrigados, e por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assinada e sellada com o sinette de minhas armas, que se cumpra tão inteiramente como nella se contém e se registrará onde tocar. Dada e passada nesta cidade de Belém do Pará aos vinte e tres de Junho do Anno de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil setecentos e vinte e cinco. — José Du-

arte Cardoso, Secretario de Estado o fez; *João da Maya da Gama*.

Em 1726, obteve Palheta, no rio de Ubituba, caminhando do rio Taguá abaixo, a doação do sitio devoluto em que morava Miguel Paulo, terra então devoluta. Allegou naquella occasião possuir escravos bastantes para beneficiar o sitio.

Occorreu em 1727, a jornada a Cayena que immortalisaria a Palheta. Analysou-a Basilio de Magalhães mercê dos documentos publicados pelo Barão do Rio Branco. Coube porrem a Theodoro Braga a boa sorte de adduzir novos e capitaes elementos até então desconhecidos. Provou que Palheta levava em suas instrucçõe reservadas ordens positivas para fazer tudo quanto lhe fosse possivel afim de trazer da Guyana sementes do cafeeiro.

Além da patente acima transcripta mandou-nos Anthenor C. Ferreira Reis novo documento valioso datado de 1728 que revela uma viagem de Palheta á Guyana.

Livro n. 1023 MISCELANIA 1681-1801.

Regimento que hade guardar o Sargento Mór Francisco de Mello Palheta comandante da Tropa da Guarda Costa.

Alex.^e de Souza Fr.^e do Conselho de S. Mag.^e q^e D.^s guarde e Cap.^{am} General do Estado do Maranhão &^a.

Porquanto S. Mag.^e q. Ds. g.^e q.^e he Servido que todos os annos Sayão tres Canoas grandes e algumas pequenas para Espiar, armadas em Guerra acorrer a Costa do Cabo do Norte athé a Collonia de Cayanna, q.^e a saber e evitar q. os Françezes passem ás terras dos dominios de S. Mag.^e q.^e Ds. g.^e ou outra Nação como os Hollandezes de Soronanmine q. ficão Vizinhos á dita Collonia acomersiar com os nossos Indios ou darlhe guerra como tambem resgatar escravos dos mesmos Indios, eser necessario paraestas delligencias pessoa de experiencia capassidade e Vallor, o que hedo concorre nade Fran.^{co} de Mello Palheta Cap.^{am} Thenente da Guarda Costa, o qual em muntas o Caziões tem dado aconhesser hindo avarias tropas câmesma guarda Costa, aconfiança, q. delle faço, Onomeyo tambem nesta para ahir correr, echegar a d^a Villa de Cayanna com cartas minhas do Serviço de S. Mag.^e que hade entregar ao Gov.^{or} daquella Villa Ou aquem em SeuLugar estiver para aconservação daboa Amizade estabelessida entre

a Coroa de Portugal e a de França, que Meu antecessor, pello q. me consta, comessava a alterar sem ter p.^a isso ordem alguma de S. Mag.^e e desprezando nisto o ajuste fixo em a Villa de Utreque feito p.lo tratado de onze de Mayo se Sete Sentos creze.

- Cap. 1.^o Sahindo daqui com a infantaria que Leva de quinze Soldados Sargento emais off.^{es} e alguns moradores do Camutá e Vigia aprefazer o numero de Vinte athé trinta homeñs, com as tres Canoas grandes ealgumas pequenas, tomará as Aldeas quelhes ficão No Caminho Bôcas Aricuru, e Aurcarâ para nella se prover dealgumas farinhas canoinhas pequenas creações p.^a doentes, edo mais quelhefor necessario oq^{eh}edo farápagar pello Almo.x.^e da Faz.^a Real.
- 2.^o Logo seguira Viagem athé ás Aldeas de Ganhoão e Caviana dos P.^{es} de S. Ant.^o e Conceição, q. ficão fronteiras áFortalleza q. foy do Macapâ, paranellas tomar guias e Valler-se de alguns Indios que prezizos lhe forem por serem as ditas aldeas izentas de Outro Serviço deS. Mag.^e mais qsão som.^{te} applicadas p.^a O da guarda Costa, eahy fará confessar aSua gente parahirem Levando consigo propissia efovaravel aMagestade Divina que lhedêbom susesso.
- 3.^o Sahindo destas Aldeas procurarâ entrar p.lo Ryo de Araguari athé Os Lagos de Mayacahy fazendo abrir e consertar Os ditos Lagos para Sahir por elles para fora do d.^o Ryo, porq. segundo sou enformado se Livra aSim do grande perigo de Correntezas e Pororóca quehá naponta de Carapory, donde elle se forma, que aesse respeito veyo pellos mesmos Lagos OGov.^{or} de Cayanna D. Pedro Farol com húa copiozaTropa afim de nos tomar hua cazaforte q^etinhamos no d^o Ryo de Araguay estando emGuerra aCoroa deFrança com a de Portugal.

- 4.º Havendo algum Gentio branco do quehabita Vez. aos Lagos que queira impedir apassagem datropa, por elles som.^{te} se quierem passar por lá acomunicar e comersiar com os Françeizes lhe fará aguerra deffensiva.
- 5.º Entrando naCosta procurara seguir ad^a viagem athé Cayanna donde entregará aminha carta ao Gov.^{or} ou aquem seu cargo tiver e emquanto selhe não dér a resposta paravoltar, terá o Mayor cuidado emque os Sold.^{os} vivão emboa União huns com os outros, enão tomem nada fiado aos Françeizes nem os escandellizem em couza algúa, e fazendo-o procederá contra elles, fazendo-os pagar eprendendo-os por qualquer dellito q.^e cometerem.
- 6.º Senos Iguarapés donde se aquartellar aTropa denoite por não navegarem antão pello perigo q.^e lhepode rezultar ofr insultada ad^a Tropa pellos Indios das Nações Paricurazes e outras bravas lhefará aguerra deffensiva, eaprizionando algúns os trará a esta Cidade paraeu os castigar como fro justo.
- 7.º Partindo dad^a Villa de Cayanna donde não consentirá fique Soldado algum ou Indio da Obrigação daSua Tropa, procurará averiguar Se existe ainda na sua rebellião o Príncipe Guaymar com aNação dos Indios Rlaxiannas queestão Sentenciados a Guerra insultando os nossos Indios das Aldeas paraOs cativar e hir vender aos Hollandezes e Françeizes, e achando q.^e este ou Outro continuão nas Sobre d.^{as} hostillidades os buscará efará prizoineiros de guerra, como tambem o Levantando Caráyman por haver morto hú Mosso do Már do Navio Bescainho que partio deste Porto em 725 desgarrando na Lancha nos baxos daTugióca e foy dar ás suas terras, donde ocomerão, e queimarão aLancha, e actualm.^{te} anda hindo evindo a Cayanna ea Sorinhanmine aVender escravos quedaqui fogram ela vão parar ás ditas Suas terras.

- 8.º Chegando ao Gurupá irá como Secostuma e hé Ordem de S. Mag.º Vizitar as Fortallezas do Paru, Pauxis Tapajos inclusive, eexaminará Se os Prezídios estão com aSuaLotação da infantaria porque tem sossedido entrarem francezes eacharem se desprovidos os Cabos para a deffeza Sendo necessaria, otro Sy veja as Armas epetrechos de guerra quehá em cadahúa, para me enformar de tudo para la prover o q.º for Necessario.
- 9.º Sossedendo o q.º Deus tal não premita faltar o dº commandante Fran.º de Mello da Vida presente entregará o comando daTropa Governo dos Sold.ºs e Off.ºs ao Cap.ºm q.º vay, por minha Patente por Segundo Cabo, eestando elle empedido nomeará emq.ºm achar mais capas.
- 10º Qual quer oficialouSoldado qmeressa Castigo lhe dará aquelle q.º entender, equando for cazo grave nomeara hú escrivão, eo authoará epreguntará test.ºs para justificar aSua culpa, eprosederá aprizão, eSendo Cap.ºm O prenderá tambem etrará prezº oumandará entregar emqualquer das Fortallezas que mais perto lhe ficar pª ser remetido aesta cid.º para eumandar nelle fazer cumprimento de-jutiça.
- 11º Eporq. Senão podemprover todos os Suçésos e incidentes, deixo tudo Omais áSua despozição para Oquelhe dou todos os poderes necessarios, fiando do Su talento e Capassidade, Vallor, eZello, do real Serviço, que Obre emtudo deSorte qº eu tenhamunto q.º lhe agradesser, e S. Mag.º qº Dº G.º Mºº quelhepremiar easim lhe recomendo proçeda emtudo conforme as Leis de Deus eOrdens deS. Mag.º Seguindo Sempre os regimentos Militares no que neste não vay declarado. Dado nesta Cidº de Bellem do Grão Pará aos Vinte edois dias do mes de Outubro do anno do Nassimento de Nosso Senhor Jezus Christo

de Mil eSete Sentos eVinte eOuto annos Declaro ao dito Cabo Fran.^{co} de Mello Palheta q^o nas vizitas das Fortalezas, lhe não dou jurisdicção alguma. Se os Cappitaens Mores e mais Cabos dellas mais que tam somente p^a intimar lhes aminha ordem insierta na Capital deste Regim.^{to}, p^a todas as Muniçoens, e Soldados, que nellas houver, testemunhando=, em sua prezença, como tambem o estado, em que estão. as armas, efertificaçoens das mesmas Fortalezas p^a que detudo me venha dar Conta Bellem do Gram Pará Era amesma.

Alex.^e de Souza Freire

Reg.^o no L^o 1.^o dos Reg^{os} os regnt.^{os}
que servem nesta Secretar.^a a fls. 6
Bellem do Pará 10 de 9br^o de 1728

João Antonio Fr.^e

Declara Basilio de Magalhães:

Ignorar a data do fallecimento de Palheta.

Um documento que Ferreira Reis nos envia incluso no Codice de 870 (Alvarás, Cartas Regias e Decisões, 1735-1736) do Archivo Publico do Pará, demonstra que em principios de 1735 já não mais existia o benemerito introductor do cafeeiro no Brasil. Delle transcrevemos uns trechos:

“...e Capitão General do Estado do Maranhão q. Ignacio... requereo pello meo Conselho Ultramarino confirmação da patente do Posto de Capitão Tenente de Guarda Costa de... Estado q. vagou por fallecimento de Francisco de Mello Palheta em qu. o provestes. — Me pareceo ordenar-vos informeis com vosso parecer remetendo a Copia da Ordem por q. se vos facultou esta nomeação. El Rey nosso Senhor o mandou fazer por Gonçalo Manoel Galvão de Lacerda e o Doutor Alexandre Mettello de Souza e Menezes Conselheiros de Seo Conselho Ultramarino e se passou por duas vias. Bernardo Felix da Sylva a fez em Lisboa occidental a vinte quatro de Março de mil setcentos e trinta e cinco.

O Secretario Manoel Caetano Lopes de Laire a fez escre-

ver. — Gonçalo Manoel Galvão de Lacerda. — *Alexandre Mettello de Souza e Menezes.*

E' provavel pois que 1734 haja sido o milesimo em que da vida presente se despediu Francisco de Mello Palheta cujo nome immorredouro figura com tamanho destaque nos fastos brasileiros.

Indice



SETIMA PARTE

Rapido triumpho da campanha abolicionista — A colonisação europea dos cafesaes nos ultimos annos do imperio

PAGS.

CAPITULO I

Primordios da immigração européa no Brasil — Tentativas de Dom João VI, e Dom Pedro I — O ensaio do Regente Vergueiro — Fixação de europeus pelo café — Progressos de colonisação em S. Paulo nas lavouras cafeeiras — Lavradores progressistas — O papel do Ibicaba — Estatistica de entrada de immigrants — Conceitos de Eduardo Prado 7

CAPITULO II

O barão de Tschudi — Sua grande reputação como naturalista — Sua missão diplomatica no Brasil — Visita á Provincia de S. Paulo em 1860 e exame das condições das colonias suissas de parceria — Impressões de Santos, S. Paulo e Jundiáhy 24

CAPITULO III

Ataques vehementes da imprensa allemã a Tschudi — Visita ás fazendas de Jundiáhy — Colonias do Barão de Jundiáhy — Ida a Campinas — Impressões da cidade — Inspeção das fazendas colonisadas — Provas da humanidade e condendencia fazendeira 31

CAPITULO IV

Exame das condições dos colonos de parceria em fazendas campineiras — Provas da bondade de fazendeiros — Observações em seu louvor — Contacto com grandes lavradores de Campinas, Amparo e Limeira — Os futuros Visconde de Indaiatuba e Marquez de Tres Rios. 39

vidas e questões a resolver entre patrões e colonos — Os trabalhos de terreiro — Suggestões de Couty — Calculo do preço de producção	113
--	-----

CAPITULO XII

Relação entre os proventos dos colonos e o custo da sacca de café — Argumentação brilhante — Exemplos ad- rem — Superioridade do rendimento da lavoura ca- feeira sobre as demais grandes culturas contempora- neas	129
---	-----

CAPITULO XIII

A attracção do Brasil sobre as massas proletarias europeas — Diferença de condições com os Estados Unidos e a Australia — Repugnancia do colono livre pelo con- tacto com o escravo — A iniciativa particular em ma- teria de colonisação europeá nas fazendas de café — A clarividencia dos paulistas — Exemplos brilhantes — A necessidade da colonisação dos cafesaes	137
--	-----

CAPITULO XIV

Applausos de Rebouças á obra da colonisação — Sua opi- nião sobre as tentativas de fixação de immigrants nas lavouras cafeeiras — Os relatorios do Dr. Carva- lho de Moraes e Machado Nunes — Ideias de centra- lisação agricola	145
--	-----

CAPITULO XV

Conflictos provocados pela mentalidade de escravista e o espírito fazendeiral — A severidade de certos castigos e penas — Abusos de lavradores — Concessões a se- rem feitas aos colonos — Exemplos magnificos de al- guns fazendeiros esclarecidos	151
---	-----

CAPITULO XVI

Natalidade avultada entre os colonos livres das lavouras cafeeiras — A economia dos immigrants — Abusos de agentes de immigração — O anti-immigracionismo de alguns paizes europeus — A lei de locação de ser- viços de 1879 — Queixas dos fazendeiros	159
--	-----

CAPITULO XVII

Tratamento de escravos no Brasil — Natalidade baixissima — O fausto dos grandes fazendeiros — O problema assustador de substituição de braço — O espirito aberto de alguns grandes fazendeiros — Colonisação por meio de caboclos, camaradas livres, em S. Paulo — O caso	
---	--

extraordinario da Saint John del Rey Gold Mines — Projectos de colonisação chinesa	173
---	-----

CAPITULO XVIII

Ainda os projectos de colonisação por meio de chins -- Objecções de Francisco Belisario — Sua campanha vigorosa contra a immigração asiatica	187
--	-----

OITAVA PARTE

Aspectos da civilisação cafeeira — Homens
e ambientes

CAPITULO I

Vida faustosa dos grandes cafeeiros — As grandes fazen- das e as suas sédes — Desharmonia e rudesza — Massa de construcções toscas — A decoraçào artistica das casas grandes	195
---	-----

CAPITULO II

Influencia dos grandes fazendeiros sobre as sédes dos seus municipios — Exemplos ad rem — Valença e o Vis- conde do Rio Preto — Influxo civilizador dos grandes cafeeiros — Algumas figuras de grande destaque entre os landlords — O absentismo dos grandes ca- feeiros fluminenses	203
---	-----

CAPITULO III

O nobiliario brasileiro e o café — O primeiro titular fa- zendeiro de café — Concessão de sesmarias a futuros titulares — Logica desta medida — Vultos eminentes da politica sob D. Pedro I e grandes cafeeiros — Os marqueses de S. João Marcos, Baependy, Valença e Lages, etc. — O Conde de São Simão — D. Pedro I, os grandes fazendeiros, senhores de engenho e donos de lavras mineiras	213
--	-----

CAPITULO IV

Os annos regenciaes — Feição republicana — Recomeça com a Maioridade a concessão de titulos nobiliarchicos — Papel cada vez mais saliente dos cafeeiros no nobi- liario imperial	221
---	-----

CAPITULO V

Conceitos refutaveis de Eloy de Andrade — Dom Pedro II e os agraciamentos — Avolumamento cada vez maior	
--	--

PAGS.

dos titulos cafesistas — Ensaio de resenha dos barões do café — Grandes familias de fazendeiros fluminenses e seu pendor pelos titulos 235

CAPITULO VI

Familias de titulares grandes cafesistas de São Paulo, Minas Geraes e Espirito Santo — Localização destes titulares pelas diversas zona cafeeiras — Titulares estrangeiros lavradores de café no Brasil 247

CAPITULO VII

O rei do café no Brasil imperial, commendador Joaquim J. de Souza Breves — Suas enormes fazendas e escravidão — Seu irmão José igualmente fazendeiro opulentissimo — Os Breves, familia de cafesistas 259

CAPITULO VIII

A vida na fazenda de Marambaia — Depolmentos diversos sobre o commendador Joaquim Breves e sua opulência — As numerosas grandes fazendas do landlord — Apanhados de seu perfil por diplomatas estrangeiros 269

CAPITULO IX

Um depoimento interessantissimo sobre a organização de grandes fazendas cafeeiras de antanho — Cafesaes em terreno montanhoso — Carpa e colheita — Terreiros e engenhos — Industrias complementares varias — Os diversos officios nas fazendas — O pessoal da tropa — Musicos e sachristães — Boticarios e barbeiros — Relojoeiros e enfermeiros 285

CAPITULO X

As bemfeitorias das grandes fazendas — As casas grandes — Jardins, pomares e horta — Dependencias, engenhos, tulhas, paioes, rancharia, enfermaria. Senzalas — O quadrado — Cocheiras e estabulos — Alimentação dos escravos 295

CAPITULO XI

A vida social nas grandes fazendas cafeeiras — Passeios e excursões — Caçadas e pescarias — Solenidade maiores e menores — Affluencia de hospedes — Fogueiras, jongos e cateretês — Os grandes banquetes — Os brindes — A instituição curiosa dos mumbavas 301

CAPITULO XII

Uma grande figura de fazendeiro — Uma questão grave en-

tre o primeiro imperador e os grandes lavradores do oeste fluminense a proposito de terras — Firmeza de atitudes do Barão de Mambucaba	309
---	-----

CAPITULO XIII

Um casal de grandes cafesistas reis da elegancia fluminense em 1860 — O Barão de Bella Vista, visconde de Aguiar Toledo — O Salon da Baroneza de Bella Vista e seu enorme prestigio — Depoimento de João Alfredo Correia de Oliveira	315
---	-----

CAPITULO XIV

Uma das maiores e mais antigas e tradicionaes fazendas cafeeiras de Minas Geraes a de São Matheus — A sesmaria de Mathias Barbosa da Silva e sua subdivisão — A baroneza de São Matheus e seus successores...	321
---	-----

CAPITULO XV

Demonstração da antiga opulencia cafeeira fluminense — Algumas fazendas da Parahyba do Sul e sua grande producção rapidamente desvanecida — Um inventario de grande cafesista em 1876	325
--	-----

NONA PARTE

Depoimentos de viajantes estrangeiros sobre a vida nas fazendas de café

CAPITULO I

Viagens de Castelnau, Ferrière le Vayer, J. Itier, Ida Pfeiffer pela zona cafeeira fluminense de 1843 a 1845 -- Lavouras de Friburgo e Cantagallo — James Fletcher	337
---	-----

CAPITULO II

Carlos de Ribeyrolles e sua popularidade no Brasil — Li-geiro escoreço biographico do illustre publicista francez — Sua viagem á zona cafeeira fluminense — Partida de Iguassú em direcção a Vassouras — Impressões da estrada — A capital fluminense do café — Os progressos de Vassouras — Visita ao Barão de Campo Bello em sua fazenda do Secretario	353
---	-----

CAPITULO III

Visita de Ribeyrolles a Valença — Aspectos da região — O café afugentador dos indios — Ida á fazenda de Ubá	
---	--

PAGS.

- Impressões desta celebre propriedade, da Parahyba do Sul — Extensão das lavouras cafeeiras — A União e Industria — Visita de Ribeyrolles a São Fidelis — Um districto cafeeiro novo e florescente 365

CAPITULO IV

- Zaluar e sua viagem pelos municipios cafeeiros do Oeste fluminense — Passagem pela fazenda do Barão de Santa Maria — O commendador José de Souza Breves e sua enorme fazenda do Pinheiro — Opulencia dos irmãos Breves, os maiores lavradores de café do Imperio — Fazendas notaveis pela importancia das lavouras e bemfeitorias — Vargem Alegre, Tres Poços — Aspectos civilisados da região 381

CAPITULO V

- Barra Mansa e suas fazendas — Uma grande festa na cidade fluminense — Surto de progresso oriundo da lavoura cafeeira — O Barão de Ayuruoca notavel pioneiro da cafeicultura e civilisador — Os primeiros afazendados de Barra Mansa — O Amparo nucleo notavel de cafesistas — Fazendeiros de Pirahy 391

CAPITULO VI

- Os grandes fazendeiros de Barra Mansa em 1860 — O Barão de Guapy e a sua notavel fazenda do Ribeirão Frio 401

CAPITULO VII

- Rezende — Seu progresso relativo — Mediocridade de sua lavoura cafeeira — O Barão de Bella Vista e sua fazenda — Má impressão do curato do Espirito Santo 411

CAPITULO VIII

- Impressões de Zaluar sobre Campinas — Prodigioso incremento da cultura cafeeira na região campineira — O anceo pela construcção de uma ferrovia — Os precursors da cafeicultura no municipio — Indices de civilisação e de cultura — Singular equívoco 417

ANNEXO

- Documentos ineditos sobre Francisco de Mello Palheta — O Regimento da Expedição ao Madeira — A patente passada a Palheta de Capitão-Tenente de Guarda Costa — Documento relativo á morte de Palheta 429

